



POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Diretrizes, linhas de ação e resultados

2000 | 2010

PAULA PORTA



IPHAN | MINISTÉRIO DA CULTURA | 2012

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Diretrizes, linhas de ação e resultados

2000 | 2010

PAULA PORTA

IPHAN | MINISTÉRIO DA CULTURA | 2012

CRÉDITOS

Presidenta da República do Brasil
DILMA ROUSSEFF

Ministra de Estado da Cultura
ANA DE HOLLANDA

Presidente do Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

Diretoria do Iphan
ANDREY ROSENTHAL SCHLEE
CÉLIA MARIA CORSINO
ESTEVAN PARDI CORRÊA
MARIA EMÍLIA NASCIMENTO SANTOS

Coordenação editorial
SYLVIA MARIA BRAGA

Copidesque e Revisão
ANA LÚCIA LUCENA

Projeto gráfico e Capa
RARUTI COMUNICAÇÃO E DESIGN/CRISTIANE DIAS

Fotos
ARQUIVO MONUMENTA/IPHAN, SUPERINTENDÊNCIAS
ESTADUAIS DO IPHAN, NELSON KON, PAULA PORTA,
SYLVIA BRAGA.

P839p Porta, Paula.
Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil : diretrizes, linhas de ação e
resultados : 2000/2010 / Paula Porta. -- Brasília, DF : Iphan/Monumenta, 2012.
344 p. : il. ; 28 cm.

ISBN: 978-85-7334-219-2

1. Política Cultural. 2. Patrimônio Cultural - preservação. I. Título.

CDD 306.4

Agradecimentos

AO PRESIDENTE, AOS DIRETORES E AOS SUPERINTENDENTES DO
IPHAN, PELO TEMPO QUE DISPONIBILIZARAM PARA AS DIVERSAS
DEMANDAS DESTE TRABALHO E PELO TRABALHO INCRÍVEL QUE
REALIZAM. A WEBER SUTTI, PELO APOIO EM TODAS AS ETAPAS
DE ELABORAÇÃO DESTE LIVRO.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	05
INTRODUÇÃO	07
1 – DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO AO PATRIMÔNIO CULTURAL	11
1.1. PATRIMÔNIO CULTURAL: UM CONCEITO ALINHADO COM A DIVERSIDADE BRASILEIRA	11
1.2. AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL	15
1.2.1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL	15
1.2.2. RE-INSERÇÃO DOS BENS CULTURAIS NA DINÂMICA SOCIAL	18
1.2.3. QUALIFICAÇÃO DO CONTEXTO DOS BENS CULTURAIS	20
1.2.4. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	21
2 – O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL HOJE	25
2.1. ATRIBUIÇÕES	25
2.2. AS NOVAS ÁREAS DE ATUAÇÃO	31
2.2.1. PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	32
2.2.2. PAISAGEM CULTURAL	36
2.3. AS LINHAS DE AÇÃO	41
2.3.1. IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	41
2.3.2. PROTEÇÃO E RECONHECIMENTO	48
2.3.3. PRESERVAÇÃO	59
2.3.4. DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E PROMOÇÃO	74
2.3.5. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	81
2.3.6. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	82
2.3.7. FOMENTO A ATIVIDADES ECONÔMICAS VINCULADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL	87
3 – FORTALECENDO A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	91
3.1. OS AVANÇOS E OS DESAFIOS DA GESTÃO	91
3.2. AMPLIAÇÃO DOS QUADROS TÉCNICOS	93
3.3. AMPLIAÇÃO DO INVESTIMENTO	95
3.4. PARCERIAS E SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL	107
3.5. DO DEPARTAMENTO DE MUSEUS AO IBRAM	110
4 – ESTABELECENDO PONTES: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	113
4.1. A ATUAÇÃO DO BRASIL NAS INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS DE PRESERVAÇÃO	114
4.2. ACORDOS DE COOPERAÇÃO	115
5 – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NORTE A SUL DO PAÍS	119
6 – PLANEJANDO O FUTURO	223
7 – AÇÕES EXECUTADAS	227
AÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	227
AÇÕES DE PROTEÇÃO E RECONHECIMENTO	233
AÇÕES DE PRESERVAÇÃO	237
AÇÕES DE DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E PROMOÇÃO	325
AÇÕES DE FOMENTO A ATIVIDADES ECONÔMICAS VINCULADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL	340



APRESENTAÇÃO

Em busca de configurar uma base de dados consistente para o desenvolvimento das políticas públicas no campo da cultura, o Iphan vem ampliando o leque de suas publicações voltadas para a informação de gestores públicos e da sociedade civil, interessados em promover ações fundadas nos princípios considerados os mais abrangentes para balizá-las: diversidade, legitimidade, desenvolvimento e preservação.

Com este livro, a autora empreende o esforço de avaliar minuciosamente as ações desenvolvidas no campo da preservação cultural durante o período de 2000 a 2010 com o objetivo de oferecer um instrumento útil ao planejamento das políticas públicas do setor, bem como às iniciativas de cunho privado. No entanto, a divulgação dessas informações não visa apenas fornecer uma ferramenta essencial ao estabelecimento das diretrizes e linhas de ação a serem adotadas em cada política, mas também favorecer o diálogo com a sociedade, com parceiros, com governos de todas as instâncias.

O presente registro democratiza, portanto, o acesso aos dados sobre política cultural, presta conta de como foram utilizados os recursos de cada ação, trata dos conceitos que fundamentaram cada uma delas, além de permitir a análise da eficiência das políticas adotadas, bem como de seus resultados e desafios de continuidade.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ABRIL 2012



INTRODUÇÃO

Os objetivos desta publicação

Durante a última década o Brasil obteve um avanço significativo em sua política de preservação do patrimônio cultural. Há um grande dinamismo nesse campo, que se observa na formulação de diretrizes e instrumentos, assim como na sua aplicação. Verificam-se conquistas tanto no nível federal quanto no local.

Foi na década de 2000 que os princípios modernizadores estabelecidos pela Constituição de 1988 finalmente começaram a ser traduzidos em ação, trazendo diversas inovações para a política de preservação do patrimônio. Tais inovações reconduziram o país a uma posição de vanguarda nesse campo, posição que já ocupara nos anos 1930, quando criou uma das primeiras instituições de preservação do mundo: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Dentre os principais aspectos que constituem o avanço da política de preservação do patrimônio cultural no país, destacam-se:

1. a atualização do conceito de patrimônio, adequando-o à diversidade cultural brasileira;
2. a formulação de diretrizes para orientar a ação institucional, tendo como foco o envolvimento da sociedade, a promoção do desenvolvimento local e a potencialização das possibilidades de fruição do patrimônio cultural;
3. a abertura para novas áreas de atuação, de forma a abranger os diferentes legados da cultura brasileira;
4. a formulação e a implantação de novos instrumentos de ação;
5. a revisão das metodologias de trabalho;
6. o fortalecimento do órgão nacional de preservação para dar suporte à ampliação do campo de ação;
7. o esforço para construir instrumentos de ação conjunta e de gestão compartilhada do patrimônio entre União, estados e municípios;
8. o progressivo e substancial aumento do investimento em preservação e promoção de bens culturais.

Há hoje um renascimento da política de preservação do patrimônio como política de Estado, após um longo período de difícil sobrevivência. Primeiro, o desmonte das estruturas de gestão da cultura, no início da década de 1990, resultou na quase paralisação das atividades. Depois, com a política de redução da ação do Estado, atribuiu-se à cultura baixíssima relevância e investimento mínimo, o que retardou a reconstrução institucional do Iphan e de seus instrumentos de ação.

A década de 2000 apresenta-se inteiramente distinta. O aumento dos investimentos e a preocupação em fortalecer a gestão propiciaram intensa atividade e formulação conceitual, sobretudo em seus últimos anos, quando se estabeleceram novos parâmetros de ação e teve início o processo que visa inserir o patrimônio cultural na pauta das políticas voltadas ao desenvolvimento do país.

Canoa de Tolda em Piranhas (AL). Foto: Yuri Batalha/Arquivo Superintendência de Alagoas.

Muito do que foi formulado nesse período já está implantado na forma de novos instrumentos de ação, como as ações de registro e salvaguarda do patrimônio imaterial. Outras formulações importantes para a eficácia da política de preservação do patrimônio ainda estão em implantação, como é o caso do *Sistema Nacional de Patrimônio Cultural*, dos *Planos de Ação para Cidades Históricas* (que adotou o nome de PAC Cidades Históricas) e do *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão* (SICG).

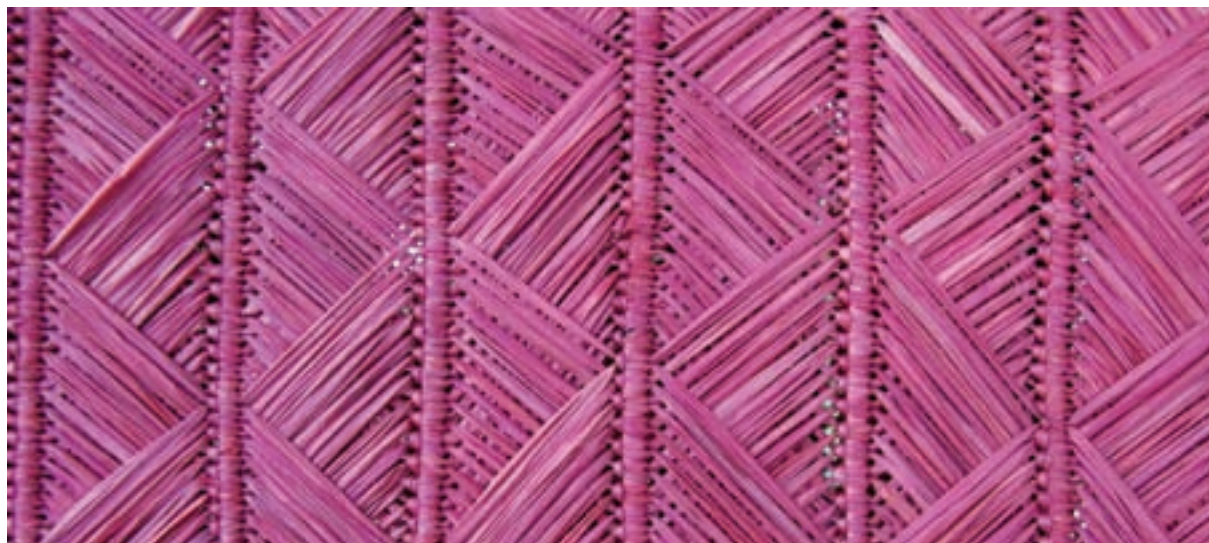
O propósito da presente publicação é oferecer, em um documento de fácil acesso e consulta, um panorama atual da política de preservação do patrimônio cultural, apontando a formulação conceitual desenvolvida, as linhas e instrumentos de ação hoje adotados, os avanços obtidos e os principais desafios no horizonte.

Como complemento, para melhor avaliação do desempenho obtido, são apresentadas as ações de preservação e promoção do patrimônio cultural realizadas ao longo da década com recursos do governo federal (orçamento do Iphan e do Ministério da Cultura, *Programa Monumenta*, lei federal de incentivo à cultura).

Ao apresentar esse panorama, esta publicação procura atender a necessidade de:

1. unificar o conhecimento e o entendimento das diretrizes, linhas de ação e objetivos da política de preservação, uma vez que o Iphan vem ganhando novos quadros a cada ano e é necessário facilitar e acelerar o compartilhamento de informações;
2. facilitar o diálogo com as instâncias federais, estaduais e municipais atuantes nos territórios onde estão presentes bens culturais que se objetiva conhecer, preservar ou promover, estabelecendo um horizonte comum de informação que dê suporte a parcerias e à elaboração de instrumentos de ação conjunta;
3. democratizar o acesso à informação sobre o patrimônio cultural e a política de preservação, de modo a estimular e qualificar a participação social;
4. suscitar a fiscalização, a cobrança e a avaliação dos resultados e da continuidade das ações de preservação (realizadas por iniciativa pública ou privada) pelas comunidades beneficiadas/envolvidas, pelos gestores públicos e pela população de modo geral.

O compartilhamento e a difusão de informação são passos importantes para vencer os desafios e ampliar o alcance da política de preservação do patrimônio cultural no país.



Trançado de palha de buriti de Barreirinhas (MA). Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan.



Vista aérea do Encontro das Águas em Manaus, tombado em 2010. Foto: Fátima Macedo/Arquivo Superintendência do Amazonas.



1. DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

Este capítulo visa apresentar a base da transformação da atuação do Iphan na última década. Trata-se da efetivação, em termos de linhas e instrumentos de ação, de um novo conceito de patrimônio e do estabelecimento de diretrizes gerais para nortear as ações desenvolvidas ou estimuladas pela instituição.

A atualização conceitual teve como determinante a necessidade de fazer a política de preservação refletir de forma mais consistente a diversidade cultural brasileira, rompendo a fronteira do que se entendia por patrimônio histórico e artístico, em direção a uma visão mais abrangente dos legados culturais presentes no país.

A formulação de diretrizes é resultado de um processo de avaliação da eficácia dos instrumentos de preservação dos bens culturais e da necessidade de aprimorá-los para dar conta dos novos desafios trazidos pela ampliação das competências da política de preservação e para alargar seu significado social.

1.1. Patrimônio Cultural: um conceito alinhado com a diversidade brasileira

O conceito de patrimônio histórico e artístico que orientou a ação do Iphan em suas primeiras décadas limitava o foco da instituição a identificar e proteger bens destacados por sua excepcionalidade histórica, monumental ou artística.

Por muito tempo, a atenção e as energias do principal órgão de preservação do país, que moldou a constituição dos órgãos estaduais, estiveram estritamente voltadas à proteção do legado material da colonização portuguesa e do período imperial. Esse foco concentrou a ação do Iphan no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e nos estados em que estão presentes os maiores legados da cultura do açúcar, destacadamente, Bahia e Pernambuco¹.

Na década de 1970, tiveram início as discussões sobre a necessidade de atualização e ampliação desse conceito para que fosse capaz de abarcar os diversos legados históricos e culturais da trajetória brasileira. Isto significava incluir os legados da cultura indígena, da cultura afro-brasileira e da cultura popular de uma sociedade resultante de um contínuo processo de contato entre culturas diversas².

1. Os quatro estados concentram 58% dos bens tombados no país e permanecem sendo os maiores detentores de bens tombados individualmente: são 231 no Rio de Janeiro, 209 em Minas Gerais, 182 na Bahia e 82 em Pernambuco. Em 2010, com o tombamento inédito de 14 bens referentes à imigração japonesa, São Paulo passou a ser o terceiro estado com maior número de bens tombados (102).

2. A criação do Centro Nacional de Referências Culturais e da Fundação Nacional Pró-Memória foi uma tentativa de retomar a proposta de Mário de Andrade. Essas entidades desenvolveram ações de pesquisa voltadas à preservação de saberes, fazeres e formas de expressão tradicionais. Um dos resultados dessa atividade foi a proposta de ampliação do conceito de patrimônio.



Inauguração do Centro de Formação e Documentação Wajãpi, Terra Indígena Wajãpi, Amapá. Foto: Heitor Reali/Arquivo Iphan.

Tais legados, pouco presentes na forma de edificações ou monumentos, mas largamente reconhecíveis em saberes, modos de fazer, celebrações e expressões artísticas, estavam contemplados no projeto de criação do Iphan elaborado por Mário de Andrade, mas não foram incorporados ao modelo adotado em termos de instrumentos de ação e metodologias de pesquisa. Não eram, portanto, alvo de pesquisa e de preservação. Do mesmo modo, os constantes aportes culturais dos diversos fluxos migratórios, que se traduziram em legados materiais e imateriais, ainda permaneciam fora do foco.

A Constituição Federal de 1988, modernizadora também no tocante ao patrimônio, é considerada um marco para a atualização da política de preservação do patrimônio no país. O texto constitucional alargou não apenas o conceito de patrimônio, mas as responsabilidades pela sua preservação e os instrumentos para efetivá-la.

No que se refere ao conceito de patrimônio, o texto constitucional de certa forma retomou o que fora proposto por Mario de Andrade, definindo-o nos seguintes termos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.³

3. Constituição da República Federativa do Brasil, 5/10/1988. Artigo 216.

Quanto à responsabilidade na preservação do patrimônio cultural, o texto não apenas atribui competência comum à União, estados e municípios, como aponta a responsabilidade da comunidade no apoio à política de preservação.

Em relação aos instrumentos, o texto é modernizador ao não apontar o tombamento como instrumento central de proteção:

*O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.*⁴

Demorou mais de uma década para que essa tripla atualização da política de preservação presente no texto constitucional começasse a ser traduzida em ação. A efetivação desse avanço foi postergada pelo desmonte das instituições federais de gestão da cultura nos anos 1990⁵, seguido por um período em que o enxugamento do Estado não permitiu que essas instituições recebessem o apoio e o investimento necessários para restabelecer sua dinâmica.

Somente na década de 2000 são lançados os primeiros marcos de uma nova política de patrimônio. Entre estes marcos estão: o Decreto n. 3551 (2000), que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, dando início às primeiras ações de inventário e registro (2002); o lançamento pelo presidente da República do *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial* (2004), que institucionaliza e disponibiliza recursos para a salvaguarda, apoio e fomento ao patrimônio imaterial; os primeiros tombamentos de áreas remanescentes de quilombos (2002), em acordo com a proteção a esses testemunhos prevista na Constituição⁶; o início do programa *Legados da Imigração*, que resultou no tombamento de diversos bens relacionados à imigração alemã, italiana, ucraniana e polonesa em Santa Catarina (2007); o tombamento da Casa de Chico Mendes, entendida como testemunho singular de um processo social relevante para o país (2008); a portaria de criação da chancela de Paisagem Cultural (2009); o primeiro tombamento relativo à cultura indígena, protegendo como patrimônio nacional os locais sagrados dos povos do Xingu (2010), e, por fim, os primeiros tombamentos relativos ao patrimônio naval (2010), protegendo quatro embarcações tradicionais e o acervo do Museu Nacional do Mar.

Esse conjunto de ações vem representando um reencontro do país com sua trajetória histórica, documentada em legados de diferentes naturezas e origens. Representa também uma democratização da política de preservação. Os diferentes universos culturais a serem identificados, pesquisados e preservados trouxeram novos interlocutores e novos atores sociais para a política de patrimônio, antes dela alheios ou apartados. Progressivamente, grupos de diversos lugares e origens começam a se reconhecer nas ações de preservação e a lhes atribuir importância.

A discussão em torno da preservação do patrimônio cultural está sendo enriquecida e dinamizada, aumentando consideravelmente as linhas de ação e, com elas, as demandas junto aos órgãos de preservação.

É notável que os bens tombados a partir de 2003 tiveram seus processos, em grande maioria, iniciados por solicitação de organizações sociais. Hoje, todos os processos em andamento contam com a aprovação e a expectativa da comunidade envolvida. O mesmo ocorre com as solicitações de registro de um bem como patrimônio cultural imaterial – nesses casos, a demanda social é um pressuposto para o início dos processos. Isso significa que a comunidade vem se tornando de fato colaboradora ativa da política de patrimônio, tal qual preconiza a Constituição.

O tombamento ou o registro de um bem como patrimônio cultural do país não é um mero ato administrativo. Ao longo da movimentada década em foco, o significado social desses atos foi comprovado reiteradas vezes.

4. Constituição da República Federativa do Brasil, 5/10/1988. Artigo 216. Parágrafo 1.

5. Nesse período, pela primeira e única vez na história do Iphan, não houve nenhum tombamento por dois anos consecutivos: 1991 e 1992. Também não ocorreram tombamentos em 1982 e 1995.

6. Vale destacar que, em 1986, ocorreram dois tombamentos importantes para o reconhecimento da diversidade dos legados que compõem a trajetória brasileira: o da Serra da Barriga, que abrigou o Quilombo dos Palmares, e o do Terreiro da Casa Branca, o primeiro de uma série de tombamentos de terreiros históricos retomada na década de 2000.

Nas palavras de Luiz Phelipe Andrés, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural:

O ato de proteção, que está implícito na figura do tombamento, vai muito além do que sugere a materialidade da questão, ele incide também sobre a autoestima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade envoltória, ele não atribui apenas o poder de coerção, de vigilância, de fiscalização, mas também confere valor. E como valoriza, ele eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar.⁷

O reconhecimento oficial conferido a manifestações e legados históricos e culturais e a consequente valorização desses legados é capaz de produzir uma série de efeitos sociais positivos, que reforçam a importância da política de preservação do patrimônio cultural para o país. Dentre esses efeitos, podem-se destacar principalmente os seguintes:

1. a diversidade cultural começa a ser percebida e valorizada como uma riqueza do país, um dos elementos de sua identidade – uma identidade pluralista –, o que traz evidentes benefícios para a consolidação de uma sociedade democrática;
2. o diálogo propiciado pela necessidade de documentação e de estabelecimento de planos de preservação relativos a expressões materiais ou imateriais, somado aos investimentos realizados, tem um forte efeito não apenas na autoestima de comunidades, mas também no senso de responsabilidade com a preservação dos legados reconhecidos, fortalecendo compromissos com a coletividade e repercutindo no exercício da cidadania.

Outro avanço recente da política de preservação diz respeito à releitura territorial do patrimônio cultural. Em todos os estados têm sido reavaliadas a representatividade e a abrangência do universo de atuação da política de preservação em relação aos processos histórico-sociais e às referências culturais das distintas regiões de seu território. Essa releitura vem resultando em expressiva ampliação do número e da diversidade de bens culturais documentados, divulgados e protegidos.



Obras do Programa Monumenta em Cachoeira (BA). Foto: Arquivo Monumenta/Iphan.

A adoção de um olhar largo e generoso sobre os diversos legados da trajetória do país exige da política de preservação do patrimônio cultural um esforço constante de adequação dos instrumentos de ação, para que possam dar conta da preservação e da valorização de bens tão diversificados, dispersos e desafiadores. Esse esforço tem ampliado o grau de representatividade dessa política e despertado maior interesse das comunidades envolvidas.

O maior desafio da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil é estimular e reforçar esse interesse, facilitando formas de participação que ampliem a legitimidade e a importância social do patrimônio cultural e, dessa forma, favoreçam a efetivação de seu potencial como gerador de desenvolvimento qualificado.

7. Ata da 35ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 22/8/2002.

1.2. As diretrizes da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural

As diretrizes da política nacional de preservação do patrimônio cultural emanam da experiência concreta do Iphan, de seus sucessos e insucessos. Originam-se de um processo de avaliação das potencialidades, do alcance e dos limites dos instrumentos de preservação.

Tais diretrizes são, portanto, recomendações que passam a ser levadas em conta na formulação e implantação dos programas e das ações que visam preservar e promover o patrimônio cultural do país. Elas refletem a atualização da política nacional quanto ao conceito de patrimônio cultural, quanto aos instrumentos de preservação e quanto à necessidade de contar com a participação da sociedade.

As diretrizes também dialogam com as três dimensões da cultura que organizam a ação do Ministério da Cultura a partir da gestão Gilberto Gil: cultura como produção simbólica, cultura como vetor de cidadania e inclusão social e cultura como economia capaz de produzir riqueza, trabalho e renda.

São quatro as diretrizes gerais da política de preservação:

1. participação social;
2. reinserção dos bens protegidos na dinâmica social;
3. qualificação do ambiente em que estão inseridos os bens culturais;
4. promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural.

Essas diretrizes já foram incorporadas em muitas das ações em curso; para torná-las efetivas em outras, ainda estão sendo construídos os instrumentos e as parcerias necessários.

1.2.1. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A ampliação do campo de atuação dos órgãos de preservação determinada pelo conceito de patrimônio cultural requer a inclusão de novos protagonistas na política de preservação. A extensão do patrimônio cultural presente no país e o tamanho do nosso território não permitem que a preservação seja entendida como atribuição exclusiva dos órgãos de preservação. Por mais recursos humanos e financeiros que se aporte (e ainda há muito por melhorar nesses quesitos), nunca serão suficientes se não estiveram associados a uma significativa participação da comunidade, representada por indivíduos, organizações e empresas.

A essa questão soma-se a necessidade de ampliar continuamente o significado social da preservação do patrimônio cultural. Essa ampliação está ligada à capacidade de detectar valores culturais ou identitários atribuídos a bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, para isso estabelecendo mecanismos permanentes de diálogo com diferentes comunidades. Além de atores importantes no estabelecimento das ações, as comunidades são fonte de conhecimento acerca dos bens culturais com os quais estão envolvidas.

A importância da colaboração da comunidade na política de preservação, preconizada no texto constitucional, ganhou destaque no cotidiano do Iphan ao longo da década. Hoje ela é entendida como a principal diretriz orientadora da ação do instituto, aquela que deve ser perseguida com tenacidade, pois é determinante para a eficácia de qualquer ação de preservação.

O Iphan vem alargando consideravelmente o seu rol de interlocutores na sociedade. Se antes esses interlocutores restringiam-se aos moradores de cidades históricas, as novas áreas de atuação abriram o campo do diálogo sobre as questões da preservação a um grande espectro de comunidades de diferentes origens sociais, geográficas e étnicas, como no caso de grupos indígenas e de comunidades quilombolas.



Reunião do Conselho Municipal de preservação em São Cristóvão (SE). Foto: Arquivo Iphan.

A colaboração da comunidade na preservação do patrimônio cultural tende a ser cada vez mais importante no que se refere aos seguintes aspectos:

1. identificação do patrimônio a ser conhecido e preservado;
2. fiscalização da conservação e do uso conferido ao patrimônio;
3. aporte de conhecimento;
4. contribuição para a formulação de ações pelos órgãos de preservação;
5. apresentação de projetos de preservação a serem apoiados com recursos públicos.

O envolvimento da sociedade na política de preservação é proporcional ao grau de conhecimento e informação a que tem acesso, assim como aos instrumentos de participação que lhe sejam disponibilizados. Por isso, a oferta de informação e a construção de instrumentos de participação social são hoje tarefas fundamentais na pauta dos órgãos de preservação.

DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO

Tornar mais conhecidos a forma de atuação e os instrumentos utilizados pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural é o primeiro passo para ampliar a participação da sociedade. Diferentes meios podem ser empregados, de acordo com as características das comunidades que se quer atingir: publicações, cartilhas, boletins (impressos ou digitais), eventos periódicos, exposições itinerantes, presença na mídia (rádio, jornal, tevê local), etc.

A maior presença institucional junto às comunidades também tem sido um facilitador desse processo de aproximação. A ramificação de sedes estaduais, escritórios técnicos, casas do patrimônio e museus vem tornando o tema preservação mais próximo do cotidiano de muitas cidades, facilitando a parceria com escolas e organizações sociais. O programa *Casas do Patrimônio*, iniciado em 2009, deverá fortalecer esse processo.

A educação patrimonial hoje está presente na pauta de ação de todas as superintendências estaduais do Iphan

e na atuação de muitos órgãos estaduais de preservação e de prefeituras. Trata-se de oferecer informação qualificada sobre o patrimônio cultural em formato e linguagem acessíveis a diferentes públicos (estudantes, moradores, gestores públicos, associações comunitárias etc.), de forma a sensibilizá-los para sua importância cultural, social e mesmo econômica, estimulando e ajudando a qualificar a participação na política de preservação.

A busca de participação social requer dos órgãos de preservação o constante mapeamento dos atores que podem e devem ser envolvidos na elaboração, execução e fiscalização das ações relativas ao patrimônio cultural.

CANAIS DE PARTICIPAÇÃO

Nos últimos anos têm ocorrido experiências no sentido de estabelecer canais de participação social mais permanentes. Embora não se disponha hoje de um modelo estabelecido, pode-se depreender de algumas dessas experiências que esses canais devem ser moldados à realidade local e que seu sucesso depende do grau de informação e sensibilização previamente obtido.

O *Programa Monumenta* empenhou-se em estabelecer os Conselhos e os Fundos Municipais de Preservação como instâncias de participação e compartilhamento de responsabilidades entre gestores públicos e sociedade. É uma experiência em construção. Os fundos encontram-se em atividade em 14 das 26 cidades integrantes do programa, e nem todos estão associados a conselhos. Outra experiência é a do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, que conseguiu estabelecer um fórum para pactuar as ações de preservação.

As dificuldades observadas nessas experiências vêm sendo levadas em conta na formulação de novos formatos, uma vez que essas instâncias são consideradas essenciais para o sucesso de programas como o *PAC das Cidades Históricas*, que requerem ambientes de deliberação e compartilhamento de responsabilidades com ampla participação social.

Uma outra forma de participação social hoje em curso diz respeito à elaboração dos planos de salvaguarda dos bens registrados como patrimônio cultural imaterial. É uma ação cuja efetivação está atrelada à participação da comunidade envolvida, como se verá mais adiante.

Da mesma maneira, a realização de inventários de referências culturais ou de conhecimento e as ações de proteção e socialização de sítios arqueológicos só alcançam seus objetivos se forem capazes de contar com a participação da comunidade.

FOMENTO A INICIATIVAS DA SOCIEDADE

O maior êxito do Ministério da Cultura nos últimos anos foi seu empenho em reconhecer e estimular as ações culturais da sociedade, sobretudo dos grupos apartados do acesso a benefícios de financiamento público, como a lei de incentivo fiscal.

A ampla política de editais públicos de seleção de projetos, que se procurou estender também à ação das empresas públicas federais, e o *Programa Cultura Viva*, que criou os Pontos de Cultura e dá apoio financeiro e tecnológico para a ampliação de atividades culturais de grupos estabelecidos, são ações hoje consolidadas e reconhecidas em sua eficácia. A política de preservação do patrimônio cultural também vem utilizando com sucesso esses instrumentos.

Os editais lançados regularmente pelo Iphan buscam dar maior fôlego e escala às ações de preservação. Foram muito importantes para a consolidação das ações de identificação e documentação do patrimônio imaterial, assim como para a modernização dos museus. Ainda há muitas linhas de ação que podem ampliar seu alcance através desse instrumento, realizando o chamamento de projetos para finalidades específicas. Da mesma forma, esse pode ser um instrumento para apoiar iniciativas estaduais ou municipais de preservação, descentralizando a execução.



Imóvel degradado e imóvel recuperado em Salvador. Foto: Arquivo Iphan.

1.2.2. REINSERÇÃO DOS BENS CULTURAIS NA DINÂMICA SOCIAL

Não bastam a restauração, a conservação ou a documentação: um bem cultural é preservado quando tem uma função social e se degrada quando a perde. Reinsere um bem cultural na dinâmica social significa reforçar ou restabelecer essa função.

A formulação de plano de uso, de projeto de socialização ou de plano de salvaguarda é elemento essencial da preservação, praticamente uma garantia de eficácia. Essa ação deve estar na base das propostas de intervenção em bens culturais e precisa sempre levar em conta a participação da comunidade envolvida.

Restaurar uma igreja que já não realiza celebrações ou outras atividades, um sítio arqueológico que não pode ser visitado, uma fortaleza que não abriga qualquer atividade, registrar um bem imaterial sem produzir e divulgar conhecimento sobre ele ou intervir em um centro histórico com imóveis sem uso são ações de baixa eficácia, pois a mera conservação não é capaz de reverter a perda de função e o consequente desinteresse social por esses bens, que geraram sua degradação.

Um bem restaurado pode ser destinado às mais diversas finalidades, mas será de fato preservado se a finalidade escolhida atender necessidades ou anseios concretos da comunidade.

Restabelecer a função social de um bem é, de modo geral, uma tarefa complexa, tanto mais se esse bem é um centro histórico que já não desempenha a função de centro ou está em uma cidade que se esvaziou ao perder dinâmica econômica. Nem sempre os anseios da comunidade são convergentes; muitas vezes há interesses conflitantes, exigindo dos gestores da política de preservação o preparo para o exercício de pactuar. Além disso, em muitos casos é necessário reunir e comprometer instituições federais, estaduais, municipais ou sociais que têm competências ou presença no território em questão e das quais depende a eficácia da intervenção.

A essas dificuldades soma-se o fato de ainda não haver, na maioria das cidades, instrumentos formais e instâncias regulares de participação social.

Tais problemas foram enfrentados nos últimos anos de diferentes maneiras, e as experiências bem-sucedidas têm sido tomadas como ponto de partida para a elaboração de programas para atuação em maior escala.

Dentre essas experiências há o êxito do *Programa Monumenta* em cidades como São Francisco do Sul (SC) e uma grande expectativa em relação aos desdobramentos da instalação de universidades federais em cidades históricas que perderam sua dinâmica econômica, como Cachoeira (BA) e Laranjeiras (SE), que estão recebendo forte investimento na recuperação de seu patrimônio. A presença de estudantes-moradores demandará serviços que estimularão tanto os pequenos negócios quanto a dinâmica cultural. Essas experiências são fruto de parceria entre o Iphan e o Ministério da Educação, que pode beneficiar outras cidades históricas. Cabe lembrar que a dinâmica de cidades como Ouro Preto e Diamantina decorre em grande parte do fato de abrigarem instituições universitárias.

Os centros históricos degradados constituem um dos maiores desafios para a política de preservação, desafio presente em todas as regiões do país. Há um certo consenso quanto ao papel decisivo do uso habitacional para a recuperação desses centros. No entanto, esse uso não é suficiente, sozinho, para restabelecer a dinâmica de um centro esvaziado. Há consenso sobre a ineficácia de especializar o uso dos centros históricos. A presença de serviços públicos e privados, de comércio, de instituições educacionais e culturais deve ser igualmente estimulada. Os centros históricos não se restabelecem sendo transformados apenas em bairros residenciais ou em meros cenários turísticos ou de lazer. Precisam ter dinâmica econômica e social que restitua sua importância para a cidade, precisam que se evidencie o legado histórico que representam e precisam que se favoreça seu papel simbólico para as identidades locais.

O programa *PAC das Cidades Históricas*, em implantação, tem todos esses desafios pela frente e a certeza de que só pode obter resultados se conseguir estabelecer a ação conjunta entre União, estados e municípios, assim como implantar instâncias permanentes de participação social.

A importância do uso ou da função social de um bem cultural já é um elemento reconhecido como fundamental para a política de preservação. Pouco a pouco essa importância vem sendo traduzida nos

Destinação de bens restaurados: *shopping center* no centro histórico do Recife. Foto: Arquivo Monumenta/Iphan.



instrumentos de ação. Hoje, o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial* tem o plano de salvaguarda como elemento estruturante, os esforços de socialização de sítios arqueológicos fazem parte da estratégia de tornar esse patrimônio mais próximo da sociedade e começa a haver maior preocupação em facilitar e estimular o acesso a acervos arquivísticos.

Em um país com enorme disparidade na distribuição de equipamentos culturais entre os municípios, não é difícil estruturar um plano consistente de uso que restitua a função social a um determinado bem. Faltam bibliotecas, cinemas, centros culturais e salas de exposição – e essas são funções que seguramente ampliam e democratizam a fruição do patrimônio cultural.

Para ganhar maior escala em todas as ações que visam restituir ou ampliar a função social dos bens culturais não basta o esforço de órgãos públicos. É fundamental adequar aos novos tempos um instrumento importante da política de preservação: a Lei de Incentivo à Cultura. Estabelecer diretrizes relativas à fruição dos resultados dos projetos que solicitam recursos públicos é um dos maiores desafios. Hoje, a maioria dos projetos se detém em apresentar detalhadamente a intervenção que visa realizar, mas, no tocante à destinação, uso e fruição dos resultados, traz apenas proposições genéricas, difíceis tanto de ser analisadas quanto de ser cobradas.

1.2.3. QUALIFICAÇÃO DO CONTEXTO DOS BENS CULTURAIS

Por muitas décadas o papel dos órgãos de preservação esteve restrito às intervenções de proteção e conservação dos bens culturais. A experiência do *Programa Monumenta* veio mostrar que a maior eficácia na preservação depende da associação de ações de natureza distinta em um mesmo território. Ações como restauração, qualificação urbanística, promoção de atividades econômicas ligadas ao patrimônio e estabelecimento de equipamentos culturais, quando somadas, produzem maior resultado no sentido de recuperar a dinâmica social de uma determinada área ou região.

A experiência do Monumenta demonstrou a necessidade de se estabelecer uma leitura mais abrangente do patrimônio em um determinado território. Uma leitura que envolve a avaliação do seu contexto e a compreensão da dinâmica econômico-social que vem gerando sua degradação ou perda de vitalidade.

Muitas vezes os riscos à preservação de um bem encontram-se no contexto em que ele está inserido e não na sua degradação material. O reconhecimento de que as condições do contexto influem diretamente na preservação e devem ser alvo da política de preservação do patrimônio cultural vem se tornando consensual. Porém, faltam aos órgãos de preservação instrumentos adequados para intervir nesses contextos. Com frequência, só é possível realizar uma intervenção eficaz articulando-se competências de órgãos diversos.

A importância do contexto é evidente quando se trata da preservação de cidades ou centros históricos, mas não diz respeito somente a esses casos. Bens culturais de natureza imaterial, assim como sítios arqueológicos, devem sempre ser analisados em seu contexto e qualquer ação de intervenção precisa se estender a esse contexto.

Os riscos à preservação do patrimônio cultural podem estar associados a fatores, entre tantos outros, como a dificuldade de vias de acesso, a degradação ambiental, o excesso de tráfego pesado, as atividades econômicas realizadas em seu entorno ou a escassez de matéria-prima para atividades artesanais tradicionais.

Buscar os meios para qualificar o contexto dos bens culturais deve figurar entre as atribuições dos órgãos de preservação. O programa *PAC das Cidades Históricas*, em implantação, propõe-se a dar esse passo adiante com relação às cidades e centros históricos. Seu grande desafio é justamente atuar em conjunto com as demais instâncias governamentais desde a formulação das ações até a gestão pós-execução, para que tenham interface com programas urbanísticos, ambientais, de saneamento, de transporte, de comunicação, de desenvolvimento, de turismo, de cultura, etc.



Uso de bens restaurados: hotel estabelecido no centro histórico de Salvador. Foto: Arquivo Monumenta/Iphan.

1.2.4. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Começa a se disseminar o entendimento das atividades da cultura como integrantes de um setor da economia com grande potencialidade para se desenvolver em um país com enorme riqueza cultural, como o Brasil.

A primeira coleta de dados sobre esse setor, realizada pelo IBGE, trouxe informações interessantes. Em 2005, havia 320 mil empresas (5,7% do total de empresas do país) trabalhando em atividades ligadas à cultura, empregando formalmente 1,6 milhões de pessoas (4% dos postos de trabalho do país). O salário médio pago pelo setor (5,1 salários mínimos) era equivalente ao da indústria e 47% superior à média nacional.

Esses números mostram que esse setor pode e deve integrar a estratégia de desenvolvimento de muitas cidades, mais ainda daquelas que contam com presença expressiva de patrimônio cultural.

A presença de centros históricos preservados, como também de festas, de produção artesanal tradicional ou de festivais regulares é hoje o motor da economia de muitas cidades e parte significativa da economia de algumas capitais, onde a essas atividades somam-se a indústria da música, do audiovisual, do livro.

A presença do patrimônio cultural está deixando de ser vista por seus gestores como um problema ou um entrave. Em muitas cidades o patrimônio já alcançou destaque na administração municipal, entendido como oportunidade de desenvolvimento. Isso se deve à ampliação e à diversificação, nos últimos anos, dos instrumentos e recursos para sua preservação e promoção. Por parte dos municípios, há uma disposição cada vez mais forte de estabelecer ação conjunta com o governo estadual e o federal. É notável que as reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural têm contado com a presença de prefeitos que vêm manifestar o apoio ao tombamento ou registro do patrimônio de sua cidade. Frequentemente, são as próprias prefeituras que solicitam a abertura dos processos de tombamento federal, cientes das oportunidades que a valorização do patrimônio pode gerar.

A efetivação do tombamento, do registro ou da chancela de um bem como patrimônio cultural do país significa um reconhecimento e uma valorização que têm desdobramentos sociais e econômicos. De imediato, significa visibilidade – nacional e muitas vezes internacional. Com ela, vem o aumento do interesse por conhecer esse patrimônio em destaque. Este é um dos importantes aspectos com os quais a política de preservação do patrimônio deve lidar. A maneira de potencializar e manter esse interesse em benefício da comunidade e da preservação é um desafio que se coloca hoje tanto para os órgãos de preservação como para os gestores municipais.



Festival Internacional de Cinema Ambiental movimenta Goiás Velho desde 1999. Foto: Paulo Rezende/Arquivo Iphan.



Festa do Divino em Pirenópolis (GO). Foto: Christophe Scianni/Arquivo Superintendência de Goiás.

O turismo constitui, sem dúvida, uma das principais vias de desenvolvimento baseadas no patrimônio cultural. Pode ser potencializado com a atração de eventos culturais regulares (a Feira Literária de Paraty é hoje o exemplo mais conhecido, entre diversos outros), a divulgação das festas tradicionais e o estímulo ao artesanato tradicional. Porém, ao mesmo tempo que é um forte aliado, o turismo pode ser um risco para o patrimônio cultural. Por isso é preciso que seja trabalhado com muita responsabilidade e com participação social.

O turismo é aliado à medida que há um crescente interesse nacional e internacional pelas culturas locais, pelas particularidades, pela diferença dos modos de ser, de fazer, de se expressar. Tudo isso pode ser vivenciado através do turismo, trazendo oportunidades para cidades e lugares com forte presença do patrimônio cultural.

Pode ser um risco para o patrimônio cultural quando é estimulado sem estratégia. Muitas das cidades históricas não comportam turismo de massa, manifestações culturais não podem ser transformadas em meros atrativos turísticos, a arte popular não precisa adaptar-se ao “gosto do visitante”, festas não devem ser moldadas de acordo com os formatos requeridos pela mídia. Ações dessa natureza podem oferecer resultados momentâneos, mas costumam resultar em perda de autenticidade e consequente perda de interesse por parte do público.

Uma estratégia para o turismo requer, entre diversos aspectos, a definição do público que se quer atrair, dos serviços a aprimorar (incluindo informação sobre o patrimônio cultural) e da forma de envolver e preparar a sociedade local. O incremento do turismo cultural deve ser benéfico principalmente para a qualidade de vida da comunidade, que é a principal responsável pela preservação do patrimônio.

A promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural certamente não se restringe ao turismo. A atração de eventos profissionais (congressos, reuniões corporativas), de feiras de negócios, de produções audiovisuais ou de moda e o apoio ou a atração de empresas culturais, apenas para citar alguns exemplos, podem ser igualmente relevantes. A própria atividade de preservação do patrimônio, seja através de restauração, promoção, salvaguarda ou gestão dos bens culturais, gera dinâmica econômica e empregos diretos e indiretos, forma profissionais locais e abre oportunidades.

Identificar atividades econômicas que possam ser estimuladas ou atraídas para uma cidade em virtude de seu patrimônio é uma tarefa que apenas recentemente começou a constar na pauta dos órgãos de preservação.

Evidentemente esses órgãos não contam com técnicos especializados nessa área e nem se espera que venham a contar, mas, pela sua posição, podem abrir caminhos, facilitar o diálogo, conectar instituições e empresas, sensibilizar e ganhar novos parceiros. Em suma, podem ajudar a qualificar esse processo. Por essa razão, a promoção de desenvolvimento local é hoje entendida como uma diretriz para um órgão como o Iphan. Não se trata, porém, de uma linha de ação, pois não se enquadra nas competências técnicas da instituição.

Por fim, vale destacar que o desenvolvimento que se busca promover através da preservação do patrimônio cultural não se traduz apenas em fomento a atividades econômicas; leva em conta, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida nas cidades e nas comunidades.



2.O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL HOJE

Está em curso no país um novo entendimento do papel e do alcance da política de preservação do patrimônio cultural. A preservação e o incentivo à fruição do patrimônio cultural passam a ser entendidos como ações indissociáveis, que devem ser pensadas conjuntamente, sendo uma a garantia da outra. Estimular as diversas possibilidades de vivência e usufruto do patrimônio cultural pela população é tarefa hoje vista como atributo essencial de qualquer proposta de preservação.

O conceito de patrimônio cultural, as novas linhas de atuação que originou e o estabelecimento de diretrizes que procuram potencializar o efeito das ações de preservação estão desenhando um perfil diferente para o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Há um claro esforço de aproximação com a administração municipal e com os órgãos estaduais de preservação, buscando somar ideias, recursos e capacidade de gestão em prol de resultados mais expressivos e de longa duração. Há também uma inédita aproximação com as comunidades, entendidas como atores fundamentais para o sucesso de qualquer ação de preservação.

Após 70 anos de atuação, o Iphan vem deixando para trás a imagem de órgão responsável por dizer o que não pode ser feito. Tem demonstrado, por meio de uma série de novos instrumentos de ação e do diálogo, que a política de preservação pode e deve atuar na identificação e na realização das oportunidades que a presença do patrimônio é capaz de oferecer para as comunidades e para o país no sentido da valorização da cultura, do desenvolvimento social e da melhoria da qualidade de vida.

Com essa mudança na postura da instituição, seu trabalho começa a ser mais compreendido, valorizado e requisitado, tanto por gestores públicos como por diferentes comunidades.

2.1. Atribuições

O conceito de patrimônio cultural e o sentido mais amplo que hoje se confere ao conceito de preservação alargaram muito o campo de ação dos órgãos de preservação de modo geral.

As atribuições do Iphan estão estabelecidas em um conjunto de instrumentos legais que nos últimos anos recebeu vários acréscimos relativos às novas áreas de atuação, como o patrimônio imaterial e a paisagem cultural. Esse conjunto vem sendo revisto e atualizado para se adequar aos novos tempos vividos pela política de preservação.

PRINCIPAIS ATOS REGULATÓRIOS DO SETOR

Decreto-Lei n.25/1937 – Estabelece a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; é o decreto que regula o tombamento.

Lei 3.924/61 – Dispõe sobre o patrimônio arqueológico.

Lei 4.845/65 – Proíbe a saída de obras de arte e ofícios produzidos no país até o fim do período monárquico.

Lei 6.292/75 – Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto 80.978/77 – Promulga no país a Convenção de Paris (1972) sobre o patrimônio mundial.

Portaria 10 do SPHAN, 10/09/1986 – Regulamenta procedimentos e intervenções relativos a bens tombados.

Constituição Federal de 1988: artigos 20, 30, 215 e 216.

Código Penal Brasileiro: artigos 165 e 166 – Define o crime contra o patrimônio.

Portaria Interministerial 69, 23/01/1989 – Aprova normas sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados ou perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais.

Lei 8.029/90 – Recria o órgão nacional de preservação, sob a denominação IBPC.

Lei 8.313/91 – Restabelece o princípio da Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

Portaria 262, 14/08/1992 – Veda a saída do país de obras de arte e bens tombados sem a prévia autorização do IBPC.

Decreto 3.551/2000 – Institui o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial*.

Portaria 28, 31/01/2003 – Resolve que os empreendimentos hidrelétricos devem prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico.

Portaria 299, 6/07/2004 – Dispõe sobre a necessidade de fomentar a gestão compartilhada dos sítios históricos urbanos tombados.

Decreto-Lei 5.264/2004 – Institui o Sistema Brasileiro de Museus.

Decreto 5.753/2006 – Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada pela Unesco em 2003.

Resolução n.001/2006, do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – Regulamenta a instauração, instrução e tramitação dos processos de registro de bens culturais imateriais.

Instrução Normativa 01, 11/06/2007 – Dispõe sobre a forma de inserção no Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de qualquer natureza.

Lei 11.906/2009 – Cria o Instituto Brasileiro de Museus.

Portaria 127, 30/04/2009 – Regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.

Decreto 6844/09 – Dispõe sobre as competências e organização do Iphan.

Resolução n.001/2009, do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – Regulamenta e estabelece critérios para o envio de candidaturas de bens culturais às Listas da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Instrução Normativa n.001/2009 – Regulamenta a cessão e o uso da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

Portaria 187, 11/06/2010 – Dispõe sobre os procedimentos para a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.

Decreto 7.387/2010 – Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.

A legislação pertinente ao patrimônio cultural pode ser consultada em www.iphan.gov.br/bibliotecavirtual.

O patrimônio cultural é o setor mais regulamentado da cultura, o que tem maiores responsabilidades legais a exercer e o único com poder de polícia, ou seja, com obrigação de acionar judicialmente pessoas, empresas ou instituições que ameacem a integridade dos bens culturais do país, assim como de intervir em bens que estejam correndo risco, mesmo que sejam de propriedade privada.

Em razão dessa responsabilidade e da ampliação de suas atribuições, o Iphan ainda requer uma estrutura mais adequada de funcionamento, sobretudo no que diz respeito ao aumento de seu quadro de técnicos, para que possa atender de forma mais ágil a uma demanda crescente de ações em todo o país.

O IPHAN TEM COMO ATRIBUIÇÕES:

Elaborar e implantar a política nacional de patrimônio cultural, buscando a ação articulada entre os entes públicos e a participação da sociedade civil.

Identificar e documentar o patrimônio cultural brasileiro.

Reconhecer, valorizar e proteger o patrimônio cultural através do cadastro, tombamento, registro ou chancela.

Instruir os processos de tombamento, registro e chancela.

Conservar, fiscalizar e proteger os bens tombados.

Estabelecer normas de proteção, conservação e intervenção em bens culturais.

Promover a salvaguarda do patrimônio imaterial através de ações que estimulem a continuidade dessas manifestações culturais.

Promover a formação de técnicos e de mão de obra especializada para a preservação do patrimônio cultural.

Promover e divulgar o patrimônio cultural.

Estimular a fruição, a vivência e o uso do patrimônio cultural pela sociedade.

Facilitar e estimular o acesso aos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos relativos ao patrimônio cultural.

Analisar, aprovar e acompanhar qualquer projeto de intervenção em bens tombados.

Acompanhar e participar da formulação e implantação de planos de salvaguarda de bens registrados.

Emitir parecer técnico sobre todos os projetos relativos ao patrimônio cultural apresentados ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei de Incentivo à Cultura e Fundo Nacional de Cultura).

Adotar medidas legais em caso de furto ou dano de bens tombados.

Autorizar a saída de bens culturais no país, bem como sua comercialização.

Fornecer suporte técnico à preparação dos processos de candidatura de bens culturais brasileiros a Patrimônio Mundial e às Listas da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Emitir laudos técnicos relativos ao patrimônio cultural solicitados por instâncias de governo ou pelo judiciário.

Analisar projetos de pesquisa, de intervenção ou de salvamento relativos a sítios e bens arqueológicos.

Elaborar relatórios de impacto:

- de empreendimentos capazes de afetar o patrimônio cultural;
- de empreendimentos em áreas de proteção e entorno de bens tombados.



Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro. Foto: Arquivo Iphan.

O patrimônio cultural brasileiro abrange edificações (isoladas ou em conjuntos), cidades, sítios e coleções arqueológicas, objetos e elementos integrados a edificações, acervos de museus, coleções de arte, acervos arquivísticos e bibliográficos, paisagens, saberes e ofícios tradicionais, formas de expressão, celebrações, lugares que abrigam práticas culturais coletivas. O quadro a seguir apresenta os números do patrimônio sob a proteção do Iphan.

BENS CULTURAIS SOB A PROTEÇÃO DO IPHAN (2010)

Tipo	Especificação	Quantidade
OBJETOS E DOCUMENTOS	DOCUMENTOS TEXTUAIS	3.400 metros lineares
	FOTOGRAFIAS	711 mil
	MAPAS E PLANTAS	195 mil
	LIVROS E DOCUMENTOS BIBLIOGRÁFICOS	834 mil
	OBJETOS PERTENCENTES A MUSEUS	250 mil
BENS MÓVEIS E INTEGRADOS ⁹	OBJETOS E BENS INTEGRADOS TOMBADOS ISOLADAMENTE	47
	OBJETOS EM BENS TOMBADOS	370 mil
	COLEÇÕES DE ARTE E ACERVOS DE MUSEUS	17
BENS IMÓVEIS	CONJUNTOS URBANOS (CENTROS HISTÓRICOS)	96 (incluem cerca de 60 mil imóveis) ¹⁰
	CONJUNTOS RURAIS	1
	EDIFICAÇÕES	882
	EQUIPAMENTOS URBANOS E INFRAESTRUTURA ¹¹	19
	JARDINS E PARQUES HISTÓRICOS	10
	RUÍNAS	18
BENS ARQUEOLÓGICOS	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	5
	COLEÇÕES E ACERVOS ARQUEOLÓGICOS	7
	BENS PALEONTOLÓGICOS	1
	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CADASTRADOS	19.790
PATRIMÔNIO NAVAL	EMBARCAÇÕES	4
	ACERVO MUSEOLÓGICO	1
BENS IMATERIAIS	SABERES	8
	FORMAS DE EXPRESSÃO	8
	CELEBRAÇÕES	4
	LUGARES	2
PAISAGENS	PAISAGENS NATURAIS ¹²	17

9. Bens móveis integrados são objetos e elementos artísticos integrados à arquitetura, como retábulos, altares, forros pintados, painéis de azulejos, peças entalhadas, etc.

10. Existem conjuntos urbanos com poucos imóveis, outros com algumas dezenas e alguns com milhares de bens. Os maiores são: Salvador, São Luís, Ouro Preto, Olinda, Diamantina, Penedo e Cachoeira, com cerca de 2 mil imóveis compondo as áreas tombadas. Paraty, Goiás, Tiradentes, Parnaíba, Laguna, São Cristóvão, Corumbá e Marechal Deodoro aproximam-se dos mil imóveis. A maioria das cidades inclui em média 300 a 400 imóveis.

11. Chafarizes, açudes, pontes, aquedutos, bebedouros, pátios ferroviários.

12. A responsabilidade pela proteção das paisagens naturais é compartilhada entre Iphan e Ibama.

BENS INCLUÍDOS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO	Cidade Histórica de Ouro Preto, MG (1980); Cidade Histórica de Olinda, PE (1982); Missões Jesuíticas dos Guarani: Ruínas de São Miguel das Missões, RS (1984); Centro Histórico de Salvador, BA (1985); Santuário de Bom Jesus do Matosinhos, Congonhas do Campo, MG (1985); Parque Nacional de Iguaçu, Foz do Iguaçu, PR (1986); Plano Piloto de Brasília, DF (1987); Parque Nacional Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, PI (1991); Centro Histórico de São Luís, MA (1997); Centro Histórico da Cidade de Diamantina, MG (1999); Mata Atlântica: reservas do Sudeste, SP/PR (1999); Costa do Descobrimento: reserva da Mata Atlântica, BA/ES (1999); Parque Nacional do Jaú, AM (2000); Área de Conservação do Pantanal, MS/MT (2000); Centro Histórico da Cidade de Goiás, GO (2001); Área de Conservação do Cerrado: parques nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas, GO (2001); Ilhas Atlânticas: reservas de Fernando de Noronha, PE, e Atol das Rocas, RN (2001); Praça de São Francisco, São Cristóvão, SE (2010)	20
BENS INCLUÍDOS NA LISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE	Expressões orais e gráficas dos Wajãpi, AP (2008); Samba de Roda do Recôncavo Baiano, BA (2008)	2



Bens móveis integrados da Igreja do Conjunto do Carmo em Cachoeira (BA). Foto: Paula Porta.



Sambaquis de Jaguaruna (SC), sítio arqueológico tombado. Foto: Arquivo Superintendência de Santa Catarina. Aspectos da cultura e do modo de vida registrados no INRC de Xapuri. Foto: Dhárcales Pinheiro/Arquivo Superintendência do Acre.

A ampliação dos instrumentos de preservação promovida nos últimos anos vem permitindo conhecer, valorizar e preservar um universo muito mais extenso de bens culturais. Porém, a ampliação da “significância do patrimônio cultural no país”, buscada pelo Iphan, depende da presença efetiva das instituições de preservação em todas as regiões. Somente em 2009, o Iphan conseguiu estabelecer estruturas permanentes em todos os estados, mas ainda não logrou implantar pontos de referência e atendimento à população em todas as cidades históricas tombadas.

Essa presença institucional é fundamental e precisa ser potencializada quanto a recursos humanos e materiais, não apenas com maior investimento federal, mas também por meio de parcerias com órgãos estaduais, prefeituras e organizações sociais que ampliem a capacidade de ação em territórios extensos, nos quais o patrimônio cultural muitas vezes está bastante disperso.

O esforço empreendido na construção de atuações conjuntas começa a ultrapassar ações pontuais e a se dirigir a projetos de médio prazo e a ações de caráter permanente. Como exemplos de sucesso podem ser citados as ações-piloto, em Santa Catarina, do programa *Roteiros Nacionais de Imigração*, que foi capaz de articular um expressivo rol de parceiros públicos e privados¹³, o Plano de Salvaguarda do Frevo, acelerado pela participação ativa da prefeitura do Recife, e os primeiros passos para a construção dos Planos de Ação das Cidades Históricas.

2.2. As novas áreas de atuação

A ampliação das áreas de atuação do Iphan trouxe à instituição uma aproximação com as comunidades e uma visibilidade social extremamente relevantes para a política de preservação.

Além do significado social, as novas áreas abrangidas pelo Iphan – o patrimônio imaterial e a paisagem cultural – vêm produzindo, como destacou Antonio Arantes, “mudanças radicais na geopolítica do patrimônio, trazendo à ordem do dia regiões mais tardiamente incorporadas à vida cultural do país como um todo, ou seja,

13. O programa envolve o governo do estado de Santa Catarina, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Sebrae e 15 prefeituras (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Nova Veneza, Orleans, Pomerode, Rio dos Cedros, Rio do Sul, Rodeio, São Bento do Sul, Timbó, Urussanga e Vidal Ramos). Também conta com a adesão dos micro e pequenos empresários da região.

o Norte e o Centro-Oeste, assim como os territórios localizados nos interstícios das áreas que apresentam concentrações patrimoniais já consagradas¹⁴. São elementos fundamentais para a ampliação da visibilidade e do significado atribuído ao patrimônio cultural no país.

A política de patrimônio imaterial gerou uma inédita democratização no campo da preservação do patrimônio cultural, fundamental para sua expansão e para a ampliação de seu significado social. A criação do primeiro instrumento voltado à preservação das paisagens culturais, por sua vez, associa, de forma também inédita, preservação do patrimônio cultural e preservação ambiental.

As duas novas áreas da política de preservação desempenham o papel fundamental de consolidar a valorização da característica mais marcante do país: sua diversidade cultural e paisagística.

Ao incorporar o patrimônio cultural imaterial e a paisagem cultural, criando marcos regulatórios e instrumentos de ação, estabelecendo o diálogo com comunidades envolvidas e alcançando rapidamente os primeiros resultados, o Iphan evidenciou sua capacidade de se atualizar, de operar como agente de modernização na discussão sobre o desenvolvimento das cidades e do país. Dessa forma, voltou a se posicionar como protagonista no cenário internacional.

A experiência do Brasil na preservação do patrimônio imaterial tornou-se uma das referências internacionais nesse campo e alvo de demandas de cooperação técnica por vários países. Da mesma forma, o início da política de preservação de paisagens culturais desperta expectativas e é observado como fator de fortalecimento e consolidação desse campo no âmbito internacional.

2.2.1. PATRIMÔNIO IMATERIAL

A valorização e a documentação da cultura popular estavam previstas no projeto de criação do Iphan apresentado por Mário de Andrade em 1936. No entanto, não foram incorporadas na implantação do órgão, tendo prevalecido uma visão mais restrita do conceito de patrimônio.

A preocupação de Mário de Andrade vinha de sua experiência à frente do Departamento de Cultura de São Paulo, pioneiro nessa prática e inspirador do trabalho da Comissão Nacional de Folclore, estabelecida em 1947. Essa entidade deu origem à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958), depois Instituto Nacional de Folclore (1976) e, a partir de 1997, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Foram essas instituições que se encarregaram, no âmbito federal, de ações de documentação e valorização da cultura popular.

A necessidade de incorporar as distintas expressões da cultura popular à política de preservação do patrimônio voltou à discussão somente em meados da década de 1970, mas os estudos então realizados não se consolidaram como prática regular e não tiveram desdobramentos institucionais.

A Constituição de 1988 trouxe o tema novamente à tona, incluindo “as formas de expressão, os saberes, os modos de criar, fazer e viver” entre os bens que constituem o patrimônio cultural do país e devem ser alvo da política de preservação. As dificuldades enfrentadas pela política cultural ao longo da década de 1990, como já foi apontado, retardaram as atualizações previstas no texto constitucional.

As primeiras discussões sobre a forma de incorporar o patrimônio imaterial às práticas da política de preservação tiveram início em 1997, quase simultaneamente ao debate do tema no âmbito da Unesco¹⁵.

14. Iphan: Relatório de atividades, 2003-2004, p.11.

15. A criação de instrumento internacional para a valorização das culturas que não estavam contempladas na Convenção do Patrimônio Mundial (1972), focada na antiguidade e materialidade dos bens culturais, foi uma demanda elaborada pelos representantes da América Latina, Ásia e África, insatisfeitos com uma abordagem que privilegiava as características do patrimônio presente sobretudo na Europa, sem espaço para a proteção do patrimônio de comunidades tradicionais e da cultura popular, fundado principalmente em expressões, conhecimentos e técnicas muitas vezes transmitidas oralmente e não registrados em elementos materiais. Essa demanda, liderada pela Bolívia, foi atendida de fato somente em 2003, com a aprovação da Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Para um histórico da proteção ao patrimônio imaterial e, ver *O Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, 2006.



Ritual Yaokwa dos Enawenwe Nawe, em Juína (MT), registrado em 2010. Foto: Arquivo Superintendência do Mato Grosso.



Tambor de Crioula, celebração do registro nas ruas de São Luís (MA), em 2007. Foto: Tadeu Gonçalves/Arquivo do Iphan.

Foram necessários cinco anos para que as discussões se traduzissem em ações. Em agosto de 2000 criou-se o primeiro instrumento de ação: o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*. Seu uso foi inaugurado em 2002, com o reconhecimento do Ofício das Panelas de Goiabeiras, no Espírito Santo.

As ações de identificação, documentação, promoção e salvaguarda das expressões da cultura popular ganharam espaço institucional e recursos para se consolidar como política de preservação somente em 2004, com a transferência do *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial* (PNPI) do MinC para o Iphan e o estabelecimento do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI). A incorporação ao Iphan do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, antes vinculado à Funarte, reforçou o novo departamento, que ganhou fôlego com a experiência acumulada por essa instituição e ampliou sua capacidade de ação.

Com o projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, o Centro foi responsável pelos primeiros inventários que deram suporte à formulação dos instrumentos de ação e do PNPI e continuou com papel de destaque tanto na coordenação de inventários quanto na implantação de planos de salvaguarda, em apoio ao DPI.

O Departamento de Patrimônio Imaterial conta com a Câmara do Patrimônio Imaterial como instância de apoio conceitual e técnico. Vinculada ao Conselho do Patrimônio Cultural, a Câmara colabora na avaliação da pertinência das solicitações de registro, na identificação de instituições capacitadas para apoiar a instrução dos processos e na formulação de critérios de avaliação dos bens registrados e de abertura de novos livros de registro.

O *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial* tem como orientação a abordagem das expressões culturais no contexto social e territorial em que se desenvolvem. Isso requer a atenção com as condições sociais, materiais e ambientais que permitem sua realização e reprodução. Diversamente do modelo asiático, inspirador da política adotada por alguns estados brasileiros, a política federal de salvaguarda não é centrada na figura dos mestres e sim nas comunidades e no território em que atuam.

A abordagem das expressões culturais em seu contexto exige que as ações de preservação do patrimônio cultural estendam-se a questões educacionais, ambientais, sociais e econômicas que atingem as comunidades, buscando articulação com políticas públicas de outras áreas de governo.

Também é ponto estruturante dessa política o reconhecimento de que a atribuição de valor patrimonial a uma determinada expressão cultural não cabe apenas a especialistas. As comunidades têm um papel fundamental na indicação das expressões que traduzem sua identidade, que constituem suas referências e que por isso devem ser valorizadas e preservadas.

Às comunidades também cabe um papel ativo na produção de conhecimento e na documentação das expressões culturais que praticam. A capacitação de grupos e indivíduos nas metodologias de documentação é parte fundamental dos planos de salvaguarda.

A pesquisa realizada para dar suporte à criação dos instrumentos de salvaguarda indicou o seguinte diagnóstico:

Os principais problemas que interferem na continuidade e na manutenção das expressões da cultura tradicional são o turismo predatório, sua apropriação inadequada pela mídia, a uniformização de produtos decorrente do processo de globalização da economia, a apropriação industrial dos conhecimentos tradicionais e a comercialização inadequada. Esta é prejudicial quando ocorre por meio da produção em série de cópias de objetos tradicionais; da introdução de materiais não apropriados ou formas inadequadas com vistas ao lucro rápido; da apropriação gratuita de padrões originais ou princípios tecnológicos tradicionais. Diante do valor econômico desses bens, é necessário que cada país crie disposições legais que lhes garantam melhor proteção¹⁶.

16. Márcia Sant'Anna. "Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial". In: *O Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, 2006. p.18.

De acordo com esse diagnóstico, a defesa dos direitos de imagem e de propriedade intelectual coletiva e o apoio à manutenção das formas tradicionais de produção e reprodução da cultura popular estão entre os desafios a serem enfrentados na preservação do patrimônio imaterial. Vale destacar que a preservação não significa o congelamento das expressões culturais em oposição a qualquer transformação ou atualização, mas garantir a permanência das características essenciais que as distinguem e identificam.

Os instrumentos legais para a defesa de direitos coletivos e relativos a conhecimentos tradicionais ainda são imprecisos e a discussão está em curso no país. O Iphan tem avaliado algumas alternativas de proteção, como a utilização da indicação de origem geográfica para determinados bens registrados.

Quanto ao apoio às formas tradicionais de produção, uma das principais ações do Iphan foi a implantação, em 2008, do *Programa de Promoção do Artesanato Tradicional (Promoart)*, examinado mais adiante.

O *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial* atua através de editais de seleção pública de projetos apresentados por órgãos públicos e organizações sociais sem fins lucrativos que tenham como objetivo:

1. pesquisa e documentação com difusão de resultados;
2. melhoria das condições de transmissão, produção e reprodução de bens culturais imateriais;
3. tratamento e disponibilização ao público de acervos bibliográficos, audiovisuais, sonoros e outros, relativos a bens culturais de natureza imaterial;
4. estímulo à transmissão de conhecimentos de detentores e/ou produtores de bens culturais de natureza imaterial para as novas gerações;
5. estímulo à organização comunitária e gerencial de produtores e/ou detentores de bens culturais de caráter imaterial;
6. estímulo à formação de pesquisadores e agentes de preservação no seio das comunidades onde se desenvolverão os projetos;
7. realização de inventários piloto para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

Os editais anuais do PNPI, lançados a partir de 2005, já apoiaram 52 projetos, originários de 23 estados, somando um investimento de R\$4.171.000,00¹⁷. Vale destacar que os editais têm contado com uma participação expressiva de projetos da região Centro-Oeste, bem mais significativa que nos demais instrumentos relacionados ao patrimônio imaterial.

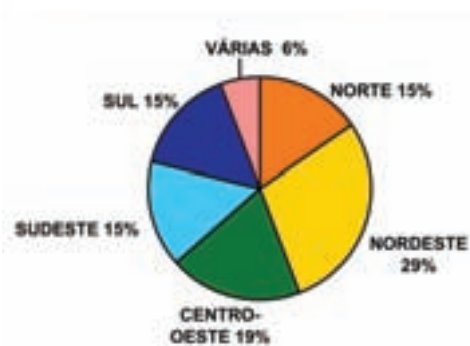
O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), através do Fundo Nacional de Cultura e do Mecenato, também tem sido um instrumento importante para a viabilização de ações no campo do patrimônio imaterial. Empresas como a Caixa Econômica Federal e a Petrobras criaram editais próprios de apoio a projetos de patrimônio imaterial utilizando o Pronac.

17. Para a lista de projetos contemplados nos editais do PNPI, ver Capítulo 7.



Baiana de Acarajé em Salvador (BA), saber registrado em 2004. Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP.

EDITAIS DO PNPI: PROJETOS APOIADOS POR REGIÃO, 2005-2010



O esforço de construir ações conjuntas com prefeituras e governos estaduais também tem surtido resultados, principalmente na aceleração dos processos de registro e na implantação dos planos de salvaguarda, mas também nas ações de promoção do artesanato tradicional. O compartilhamento de conceitos e metodologias, a oferta de capacitação de gestores e a difusão de material didático fazem parte desse esforço.

Para ampliar o alcance da política de preservação do patrimônio imaterial, o Iphan investiu, a partir de 2008, no projeto *Balaio do Patrimônio Cultural*, voltado à capacitação de seus técnicos, de gestores públicos municipais e estaduais e de agentes comunitários. Foram realizados encontros em todas as regiões do país e distribuídas publicações de referência.

Ao longo da década em foco, a preservação do patrimônio imaterial foi implantada e consolidada como política, conquistou parceiros e alcançou inédito reconhecimento social. Hoje, ações de preservação nesse campo estão em andamento em todos os estados por meio das superintendências do Iphan, de parceiros governamentais e da sociedade.

O maior desafio que se projeta daqui para frente diz respeito às maneiras de associar de forma mais contundente preservação do patrimônio imaterial e preservação do patrimônio material, para que se reforcem mutuamente e possam ser elementos efetivos de qualificação do desenvolvimento das cidades. Outro grande desafio é o aprofundamento da articulação da política de preservação com as políticas públicas das áreas de Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Ciência e Tecnologia e Turismo.

2.2.2. PAISAGEM CULTURAL

O conceito de paisagem cultural diz respeito a lugares geograficamente circunscritos onde o patrimônio cultural guarda uma relação singular com a natureza e as condições do meio, é moldado por essa relação e dela depende a sua permanência.

Rio de Janeiro: bens materiais, bens imateriais e paisagem natural, indissociáveis. Foto: Arquivo Iphan.



A criação de instrumentos de proteção e gestão das paisagens culturais pelo Iphan, efetivada em 2009, está ligada à preocupação com a forte expansão das cidades e de grandes obras de infraestrutura, que tem prejudicado modos tradicionais de vida e de interação com o meio ambiente, colocando em risco o patrimônio cultural presente nesses contextos.

As paisagens culturais são situações em que bens materiais, bens imateriais e contexto natural são praticamente indissociáveis e sua preservação deve necessariamente envolver essas três dimensões. Exige, portanto, um esforço de leitura global do contexto e de coordenação entre os instrumentos de preservação e os instrumentos da política pública relacionados ao meio ambiente, à agricultura, ao desenvolvimento social, ao trabalho e ao desenvolvimento das economias locais.

O desenvolvimento de um instrumento específico de preservação das paisagens culturais ainda depende da conclusão e aprovação dos primeiros processos. Esse instrumento deverá ter o formato de plano de gestão, que, tal como nos planos de salvaguarda do patrimônio imaterial, precisa estar fundado na participação e no compromisso da comunidade, dos gestores públicos e dos empreendedores presentes no contexto.

Como linhas inaugurais para a implantação da política de preservação das paisagens culturais, foram escolhidos o universo da imigração e o universo das embarcações tradicionais, envolvendo a pesca e o transporte, por constituírem contextos complexos e extremamente ricos em patrimônio cultural e natural. Além dessas linhas, está em curso o processo relativo à Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, pioneiro por se referir a um contexto urbano.

PROJETO ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO

O projeto *Roteiros Nacionais de Imigração* precedeu a criação da chancela de paisagem cultural. Foi a partir dos estudos para sua implantação que se verificou na prática a necessidade de construção de instrumentos mais adequados para a preservação de determinados contextos culturais fortemente vinculados às condições da paisagem natural. O projeto foi oficialmente lançado em 2007, com a consolidação da experiência realizada no vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Propriedade rural em Blumenau (SC). Foto: Sergio Vignes/Arquivo Iphan.



Tendo como objetivo a preservação do patrimônio cultural e paisagístico relacionado às pequenas propriedades agrícolas estabelecidas por imigrantes, o projeto procura incentivar a permanência dos produtores rurais em suas propriedades e a continuidade de suas atividades. Para isso, o Iphan buscou a parceria dos programas federais e estaduais de estímulo à agricultura familiar, à geração de renda e ao turismo rural.

Entre as ações inéditas de preservação que o Iphan experimenta através desse projeto está o incentivo à qualificação da inserção no mercado dos produtos oriundos das pequenas propriedades (queijos, embutidos, doces, pães, etc.), destacando as características tradicionais de produção e seu lastro cultural, com vistas à sustentabilidade dessas propriedades. Tal ação guarda várias similaridades com o programa Promoart, voltado para a promoção e a valorização do artesanato tradicional. Outra iniciativa em curso é o desenvolvimento de roteiros turísticos.

São parceiros nas ações desenvolvidas no vale do Itajaí o Ministério do Turismo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo do estado, dezesseis prefeituras e o Sebrae.

Os próximos contextos previstos para incorporação ao Projeto Roteiros Nacionais de Imigração são o da imigração japonesa no vale do Ribeira, em São Paulo, o da imigração ucraniana e polonesa no Paraná e o da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul.

PROJETO BARCOS DO BRASIL

O patrimônio naval é um dos elementos de destaque da diversidade brasileira, apresentando notável variedade de tipologias de embarcações. Os barcos são indissociáveis das paisagens e dos conhecimentos tradicionais que os originaram. É comum no Brasil que cidades, estados e regiões tenham seus barcos tradicionais como símbolo, como a jangada para o Nordeste e o saveiro para a Bahia. Mas, apesar de seu significado simbólico, econômico e social, o patrimônio naval inclui-se entre os setores do patrimônio cultural brasileiro que se encontram sob maior risco de desaparecimento.

Conforme levantamentos realizados pelo Iphan, são fortes indícios dessa situação os pouquíssimos saveiros hoje existentes na Bahia de Todos os Santos, as raras canoas de tolda no São Francisco, o fim da fabricação das baleeiras em Santa Catarina, o desaparecimento das jangadas de pau do Ceará, o uso de plástico de construção para confecção de velas e a ampliação da presença de barcos de alumínio de fabricação industrial.

A última Jangada de Pau de Alagoas, em Lagoa Azeda. Foto: Dalmo Vieira Filho/Acervo Iphan. Saveiro Sombra da Lua do Recôncavo Baiano, tombado em 2010. Foto: Associação Viva Saveiro/Arquivo Iphan.





No alto: Canoa de Pranchão em Rio Grande, embarcação tradicional. Foto: Acervo Museu Náutico. Museu Nacional do Mar em São Francisco do Sul (SC). Foto: Acervo Museu Nacional do Mar. Acima: Construção de embarcação em Elesbão (AP). Foto: Arquivo Superintendência do Amapá. Canoa de Tolda Luzitânia do rio São Francisco, tombada em 2010. Foto: Sociedade Canoa de Tolda.

O desaparecimento de embarcações tradicionais não representa apenas uma perda simbólica, mas a perda de conhecimentos tradicionais de tecnologia náutica e pesqueira, o impacto ambiental gerado pelo uso de motores a diesel e gasolina em lugares que apresentam ecossistema frágil e um enorme impacto social em comunidades que se estabeleceram em torno da construção náutica e da pesca artesanal. Essas atividades, além da geração de renda, deram origem a saberes, festas, culinária e diversas expressões culturais que constituem sua identidade.

O projeto *Barcos do Brasil*, utilizando os instrumentos de preservação do patrimônio material e imaterial, tem como objetivo valorizar o patrimônio naval por meio da documentação, divulgação, recuperação e conservação de embarcações tradicionais, do apoio à construção de embarcações, do apoio a mestres e pescadores e da promoção do uso sustentável de matérias-primas e das atividades pesqueiras.

A criação de um Centro de Referência do Patrimônio Naval e de unidades regionais do Museu Nacional do Mar, sediado em São Francisco do Sul (SC)¹⁸, está prevista no projeto, visando valorizar e divulgar o patrimônio naval e as técnicas tradicionais de construção, além de disseminar ações de conservação. Também deve atuar no diagnóstico socioeconômico e cultural dos principais núcleos de ocorrência de construção naval tradicional.

Por meio de parcerias com governos estaduais e prefeituras, o projeto está desenvolvendo suas primeiras ações em Elesbão (AP), São Luís (MA), delta do Parnaíba (PI), Camocim (CE), Pitimbu (PB), Itapissuma (PE), Marechal Deodoro (AL), Indiaroba (SE), São Cristóvão (SE), Valença (BA), Camamu (BA), Ilhéus (BA), Itacaré (BA), Itaparica (BA), Maragogipe (BA), Arraial do Cabo (RJ), Florianópolis (SC) e Laguna (SC).

São parceiros do projeto o Ministério de Ciências e Tecnologia, o Ministério do Turismo, o Ministério da Pesca, o Ibama e a Secretaria de Portos. O navegador Amir Klink é o seu patrono.

18. O Museu foi revitalizado em 2004 e hoje recebe mais de 60 mil visitantes por ano. As novas unidades serão instaladas em Maragogipe (BA) e Parnaíba (PI).



Antiga Estação de Amarópolis, hoje Vila de Santo Amaro, em Venâncio Aires (RS), transformada em restaurante. Foto: Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.

2.3. Linhas de ação

Na década em análise foram criados diversos instrumentos de preservação e reformulou-se a maioria dos já existentes, numa intensa atividade de atualização, ainda em curso.

Embora o tombamento e o registro continuem a ser entendidos como instrumentos fundamentais, hoje a política de preservação conta com uma gama variada de instrumentos que visam responder à diversidade e extensão do patrimônio a conhecer e proteger no país e inserir esse patrimônio, de forma mais consistente, na pauta das políticas de desenvolvimento.

Outro aspecto a ser destacado é o estímulo que o Iphan passou a oferecer a órgãos estaduais, municipais ou organizações sociais, para que executem ações com seu apoio técnico e/ou financeiro. A descentralização da execução das ações vem sendo incentivada e testada através de convênios e também de editais de chamamento de projetos com objetivos específicos, utilizados em diversos setores com bons resultados.

A Política Nacional de Patrimônio Cultural hoje se organiza em sete linhas de ação:

1. Identificação, documentação e pesquisa.
2. Proteção e reconhecimento.
3. Preservação.
4. Difusão de conhecimento e promoção.
5. Educação patrimonial.
6. Formação e capacitação.
7. Fomento a atividades econômicas vinculadas ao patrimônio cultural.

Segue uma breve exposição sobre essas linhas de ação e seus instrumentos de execução.

2.3.1. IDENTIFICAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

O Iphan vem construindo uma mudança de paradigma no que se refere à documentação do patrimônio cultural. Essa mudança manifesta-se tanto no *status* conferido à documentação no conjunto das ações de preservação, quanto na sua relação com a gestão.

Durante décadas a documentação foi entendida apenas como o primeiro passo no processo de preservação, que se efetivaria com o tombamento de um determinado bem. Hoje há consenso quanto à ideia de que a documentação é, em si, uma ação de preservação. Ela pode ou não ser seguida de outras ações, de acordo com a natureza e situação do bem cultural em foco.

A documentação é uma ação de preservação, mas é também um instrumento de gestão requerido por outros tipos de ação. A energia institucional a ser despendida na atividade de documentação deve se adequar à ação que a requer, para que se ganhe eficiência na gestão da política de preservação.

A adequação do grau de aprofundamento da documentação à finalidade da ação que se quer empreender é outro ponto relevante da mudança de paradigma nessa linha de ação. Quando a documentação constitui em si uma ação de preservação, ela pode ter profundidade diferente daquela requerida quando é parte de um processo de tombamento ou quando é produzida para um cadastro ou como suporte para a formulação de um projeto.

Num país em que há um vasto universo de bens culturais a conhecer e divulgar, é importante que a documentação do patrimônio comece a ser entendida como uma prioridade, pois, de todas as linhas de ação da Política Nacional de Preservação, é a única que pode ser realmente abrangente e ilimitada.

Entender a documentação e a produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural como uma prioridade não significa atribuir essa competência estritamente aos órgãos de preservação. Ao contrário, trata-se de ação que requer a participação de universidades, centros de pesquisa e outras organizações afins para que se acelere, ganhe escala e venha a cobrir de forma cada vez mais substancial a extensão do patrimônio cultural presente no Brasil.

A importância que a documentação do patrimônio cultural vem ganhando no rol das ações de preservação aparece na diversificação de instrumentos de execução e também nas iniciativas para ampliar a capacidade de ação através de convênios com universidades e instituições de pesquisa, assim como de editais de apoio a projetos. São ações que precisam ser reforçadas e ampliadas.

O investimento em documentação pode ser reforçado com o apoio do Programa Nacional de Cultura (Pronac), por meio do Fundo Nacional de Cultura ou do mecenato (Lei Rouanet), fonte ainda pouco utilizada. A criação do Fundo Setorial de Preservação e Memória, proposta no projeto de reforma da Lei Rouanet, também pode vir a favorecer esse segmento, mas, para um impacto mais consistente, seria necessário que o benefício do artigo 18 da Lei, que confere 100% de dedução fiscal do valor investido, se estendesse a projetos de documentação do patrimônio cultural.

Outro ponto importante a destacar é que a documentação, enquanto ação de preservação, cumpre sua função de forma eficaz somente quando o conhecimento produzido chega ao público. Dar maior publicidade e acesso ao conhecimento sobre o patrimônio cultural é um desafio enfrentado de forma ainda muito tímida pela Política Nacional de Preservação. Os resultados dos instrumentos de documentação que vêm sendo construídos ainda precisam chegar de forma mais ostensiva ao público.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO (SICG)

O SICG é um sistema em implantação, construído com a função de reunir em uma única base as informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural de natureza material.

Pretende-se que o sistema organize a coleta, o armazenamento e a gestão de informações sobre o patrimônio cultural, absorvendo também o conhecimento já produzido para atender a duas finalidades essenciais:

1. facilitar o acesso às informações sobre o patrimônio cultural;
2. dar suporte à gestão da política de preservação, instruindo e facilitando a tomada de decisões, o planejamento e formulação de ações, assim como o cotidiano de trabalho ligado à fiscalização, análise de projetos, acompanhamento de obras, etc.

Busca-se ao mesmo tempo, portanto, vincular a produção e organização de conhecimento às necessidades da gestão e qualificar a gestão pela facilitação do acesso imediato à informação.

O SICG é constituído por um conjunto de formulários agrupados nos módulos: conhecimento, gestão e cadastro¹⁹. Esses módulos auxiliam a captação de informações em diferentes graus de aprofundamento, conforme a necessidade das ações de preservação que se pretende empreender. O sistema estabelece, para cada bem cultural, um código de identidade que permite levantar toda a informação já produzida sobre ele.

19. O módulo conhecimento reúne informações para contextualizar os bens culturais em termos históricos e territoriais. O módulo gestão tem como foco as áreas já protegidas pelos órgãos de preservação e que são alvo de normativas, fiscalização, reabilitação, etc. O módulo cadastro é aplicado a cada bem individualmente.



Comboio da antiga RFFSA no Rio Grande do Sul. Foto: Acervo CTPF/Arquivo Iphan.

O objetivo do novo sistema é alcançar um conhecimento de caráter mais geral sobre um universo muito maior de bens culturais, superando a prática de se deter em aprofundar o conhecimento sobre um universo restrito. O aprofundamento da documentação passa a ser entendido como uma ação de caráter permanente que irá ocorrendo de acordo com as demandas das ações em curso.

Em um primeiro momento, o SICG deve atender o Iphan e os órgãos de preservação estaduais e municipais, sendo uma ferramenta importante para a consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, ao permitir o compartilhamento de informações sobre os bens culturais. Posteriormente, deve ser aberto à consulta de instituições culturais e universidades, podendo incluir uma interface de consulta pública.

O pressuposto da ação de documentação do patrimônio cultural hoje empreendida pelo Iphan é tomar os bens culturais como fatores de compreensão dos processos históricos e sociais do país, ou seja, como testemunhos relacionados a um contexto que auxilia a entender seu significado e importância, e não como ocorrências isoladas cujo interesse esteja em sua excepcionalidade artística ou sua monumentalidade.

A ação de identificação e documentação organiza-se com base no recorte geográfico ou no recorte temático, priorizando hoje os processos de abrangência regional. Entre os universos geográficos em documentação estão o rio São Francisco, o rio Negro (AM) e o vale do Ribeira (SP). A documentação de abordagem temática em curso inclui mapeamentos referentes a: (1) atividades econômicas, como a produção de açúcar, café, charque, erva-mate e borracha; (2) caminhos históricos (Estrada Real e Caminho das Tropas); (3) Patrimônio Azulejar; (4) Patrimônio Naval²⁰; (5) Patrimônio Ferroviário²¹; (6) Fortificações²²; (7) Missões Jesuítico-Guaranis; (8)

20. O Brasil possui uma grande diversidade de embarcações, com características marcantes em cada estado. Este é um campo extenso a conhecer e documentar.

21. Em 2007, o Iphan recebeu a responsabilidade e posse de todos os bens móveis e imóveis, além dos arquivos da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Em 2008, iniciou em todos os estados o inventário para conhecer esse enorme acervo. A documentação do patrimônio ferroviário está em fase final e já soma 120 volumes. O Iphan já trabalha com projetos de destinação para vários imóveis desse legado.

22. Há quase uma centena de fortes e fortalezas tombados pelo Iphan em todo o país. O maior desafio é a elaboração de planos de uso que os reintegrem à dinâmica social, uma vez que sua localização nem sempre é central e suas características arquitetônicas limitam as possibilidades. O Iphan tem buscado a parceria do Ministério do Exército para a conservação e destinação desses bens.



Vagão da antiga São Paulo Railway restaurado. Foto: Victor Hugo Mori/Arquivo Superintendência de São Paulo.

Remanescentes da Coluna Prestes; (9) Expedições do Marechal Cândido Rondon; (10) Roteiros de Imigração; (11) Roteiros das Monções; (12) Arte e Arquitetura Moderna.

A documentação desses universos envolve pesquisa bibliográfica e de campo, identificação, cadastramento e georreferenciamento, além de registros audiovisuais e fotográficos. De acordo com as ações de preservação que se pretenda empreender, podem ser aplicados inventários de distintas naturezas para aprofundar o conhecimento²³. A ação é executada no âmbito das superintendências estaduais e coordenada pela gestão central. Trata-se de ação bastante propícia ao trabalho conjunto, tanto com as instâncias estaduais e municipais de preservação, quanto com universidades e centros de pesquisa.

Na etapa de implantação, o SICG contempla apenas a documentação do patrimônio material, mas prevê a forma de integrar sua base com as informações produzidas através dos Inventários de Referências Culturais, voltados ao patrimônio de natureza imaterial.

Pretende-se que o sistema construa um cadastro unificado do patrimônio cultural que seja a base para a cartografia do patrimônio cultural do país. Para alcançar tal pretensão, é fundamental o compromisso de dar acesso público às informações e compartilhar com outras instituições a construção desse sistema.

23. Até 2003, o Iphan realizava, como ação regular, seis tipos de inventário relativos ao patrimônio material. Alguns continuam em uso, mas se entende hoje que devam ser realizados como suporte para a ação e não como procedimento permanente. Dentre os inventários importantes para a ação de preservação, destacam-se o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (fundamental para a prevenção de roubos em igrejas e outros imóveis) e o Inventário de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (importante para o planejamento de ações nas cidades históricas).

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC)

O Inventário Nacional de Referências Culturais é o instrumento de documentação e produção de conhecimento hoje utilizado para o patrimônio cultural de natureza imaterial.

A metodologia do INRC é voltada à identificação e estudo, em um determinado território²⁴, de expressões culturais praticadas e reiteradas ao longo do tempo (independentemente de suas transformações e atualizações), que hoje constituem referências de identidade e de memória para as comunidades que as mantêm vivas, para a região ou para o país. O INRC visa documentar os processos de criação, recriação e transmissão das expressões culturais e suas características. Visa também identificar eventuais dificuldades para sua permanência.

As expressões culturais a documentar dizem respeito a saberes, modos de fazer, manifestações artísticas, rituais, festas, edificações e lugares onde ocorrem práticas culturais representativas de um grupo, de uma comunidade ou de uma região.

Cada inventário envolve pesquisa bibliográfica e de campo, entrevistas e depoimentos, documentação sonora e audiovisual. É realizado em três etapas sucessivas: levantamento preliminar, identificação e documentação.

O trabalho de inventário das expressões culturais, além de seu valor como ação de documentação, guarda relação direta com a gestão da política de preservação do patrimônio imaterial. Os inventários realizados constituem a base de informação para a formulação das demais ações de preservação nesse campo. O conhecimento produzido através dos INRCs auxilia a instrução dos processos de registro de bens imateriais, fornece conteúdo para ações de promoção e orienta as ações de fomento do *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*.

O Iphan disponibiliza a metodologia do INRC para ser executada por instituições públicas e privadas, o que envolve assinatura de termo de uso e responsabilidade²⁵, treinamento de equipes, acompanhamento do trabalho, compartilhamento do conhecimento produzido e a possibilidade de construir ações conjuntas de preservação. Dessa forma, busca ampliar o mapeamento das expressões culturais do país.

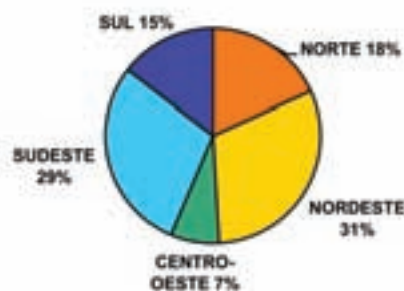
A aplicação do INRC também se organiza por recortes temáticos e geográficos, com atenção especial para expressões culturais em risco de desaparecimento, expressões presentes em áreas tombadas ou protegidas pela política de preservação, expressões presentes em áreas de multiculturalismo²⁶, técnicas artesanais recorrentes no território brasileiro (com suas especificidades locais), sistemas agrícolas e alimentares (como os ligados ao uso do milho, do feijão e da mandioca) e expressões musicais. Atualmente, as prioridades geográficas estão voltadas para as regiões Norte e Centro-Oeste, em razão da escassez de conhecimento sobre seu patrimônio cultural, e para as comunidades tradicionais, por historicamente terem estado apartadas das políticas de preservação.

Desde o início da implantação dessa metodologia de documentação, em 2004, foram concluídos 55 inventários em 19 estados. Outros 44 estão em andamento, em 21 estados²⁷.

A distribuição regional dos inventários realizados ainda não se diferencia muito da que se observa nas demais ações de preservação, com concentração nas regiões Nordeste e Sudeste, mas apresenta melhor participação da região Norte.

Além do estabelecimento de convênios e termos de cooperação, outra forma de aumentar o alcance da ação de documentação do patrimônio imaterial tem sido o uso de

INRC: INVENTÁRIOS REALIZADOS POR REGIÃO, 2004-2010



24. Esse território delimitado pode ser um bairro, uma cidade, uma região geográfica culturalmente diferenciada, um estado, um centro histórico.

25. Ver Instrução Normativa n.001/2009 em <[www.iphan.gov.br/patrimônio imaterial/INRC](http://www.iphan.gov.br/patrimônio%20imaterial/INRC)>.

26. Como o bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo, e a região do Alto Rio Negro.

27. Para a lista de inventários concluídos e em andamento, ver Capítulo 7.

editais para a seleção de projetos, iniciado em 2005. Os editais já apoiaram 52 projetos apresentados por instituições públicas e privadas de todo o país²⁸.

O volume de informações constituído pelos inventários já realizados e pelos dossiês elaborados para instruir os processos de registro torna hoje necessário um sistema de gerenciamento e facilitação de acesso às informações que permita, inclusive, um cruzamento com o SICG.

O desenvolvimento, a visibilidade e o grau de interesse que a política de preservação do patrimônio imaterial foi capaz de alcançar nos últimos cinco anos ainda não se traduziram em uma ação mais ampla de divulgação e acesso público ao conhecimento que vem sendo produzido. Essa ação está no horizonte do Iphan, que recentemente começou a disponibilizar em seu portal a base de dados dos Bens Culturais Registrados e parte do sistema INRC (S-INRC). Tal processo, no entanto, precisa ser acelerado para que se mantenha o salutar protagonismo alcançado por essa área.

INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA (INDL)

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística é um instrumento novo, em fase de teste, voltado ao mapeamento e à documentação das quase 200 línguas faladas no Brasil por povos indígenas, comunidades afrodescendentes e descendentes de imigrantes.

A realização dos inventários pilotos foi iniciada em 2008, proposta pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística²⁹, reunido ao longo de 2007 para sugerir medidas de reconhecimento, preservação e promoção da diversidade presente no país.

UF	PROJETO	PARCERIA
MT	Levantamento sociolinguístico das COMUNIDADES INDÍGENAS NAHUKWA E MATIPU DO ALTO-XINGU	Museu Nacional/UFRJ
MT, SP	Inventário da LÍNGUA JURUNA	Universidade Estadual de São Paulo/Associação Brasileira de Linguística
PA	Inventário da LÍNGUA ASURINÍ do Tocantins	Laboratório de Línguas Indígenas da UnB/Associação Brasileira de Linguística
PB, PE	LIBRAS NO NORDESTE: levantamento linguístico das variantes usadas nas comunidades de surdos de João Pessoa e Recife	Universidade Federal da Paraíba Associação Brasileira de Linguística
RS	Inventário do TALIAN (língua falada por imigrantes vênéticos no Rio Grande do Sul)	Universidade de Caxias do Sul Instituto Vêneto
RO	Inventário da LÍNGUA AYURU	Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT
ES, PR, RJ, RS, SC, SP	Inventário da LÍNGUA GUARANI-MBYÁ	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento em Política Linguística
MG, PA	Levantamento etnolinguístico de COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS: MINAS GERAIS E PARÁ	Universidade de São Paulo

28. A lista de projetos apoiados pelos editais do *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial* encontra-se nos anexos.

29. O grupo foi coordenado pelo Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan e integrado por representantes do Ministério da Educação, do IBGE, da Funai, da Fundação Palmares, da Unesco e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, além de especialistas nesse campo de conhecimento.

Além de testar a metodologia para essa nova modalidade de documentação do patrimônio cultural, os primeiros inventários devem ajudar na avaliação da pertinência e viabilidade de se aplicar às línguas o instrumento de Registro como Patrimônio Cultural.

Os inventários estão sendo realizados em parceria com instituições experientes na documentação linguística e se referem a línguas indígenas (contemplando populações de baixa, média e alta densidade populacional), línguas de imigração, línguas de comunidades afro-brasileiras e língua de sinais.

Outra ação foi a inclusão do quesito “língua falada em casa” no Censo Demográfico de 2010. Embora aplicado somente às pessoas que se declaram indígenas, fornecerá dados importantes para começar o dimensionamento e o georreferenciamento da diversidade linguística do país.

Em dezembro de 2010, o presidente Lula assinou o decreto que instituiu o INDL como um instrumento de acautelamento. Cada língua inventariada receberá o título de Referência Cultural do Brasil e fará jus a políticas de promoção e valorização. O decreto cria uma Comissão, envolvendo especialistas e representantes de diversas áreas de governo (Cultura, Educação, Justiça, Ciência e Tecnologia), com a responsabilidade de implantar e coordenar a política pública.

SALA DO ARTISTA POPULAR (SAP)

A Sala do Artista Popular é uma das mais antigas ações de política cultural em curso no país. É realizada continuamente, desde 1983, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, que foi vinculado ao Iphan em 2003.

A SAP se destaca por ter constituído uma metodologia específica e por sua continuidade. Trata-se da principal ação de identificação e documentação, de caráter etnográfico, do artesanato tradicional e da arte popular realizada no país.

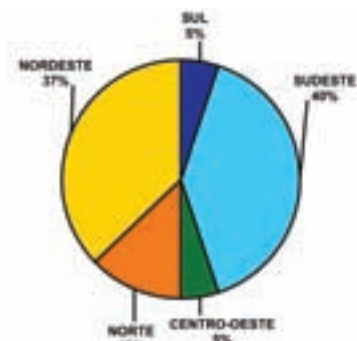
A documentação dá origem à edição de catálogo e à realização de exposição no Museu do Folclore Edison Carneiro (Rio de Janeiro), com a presença dos artesãos/artistas e a venda de peças. Há um esforço em tornar as exposições itinerantes, através de uma rede de instituições ligadas à promoção da cultura popular.

Além de seu papel na documentação, a SAP representa uma rara oportunidade de divulgação qualificada do artesanato tradicional e da obra de artistas muitas vezes conhecidos apenas em sua região. Por isso é entendida também como um instrumento de fomento a atividades econômicas vinculadas ao patrimônio cultural.

Entre 2000 e 2010 foram realizadas 81 Salas do Artista Popular. A distribuição regional é bastante semelhante à das demais ações do Iphan, com forte concentração nas regiões Sudeste e Nordeste.

Apesar de sua relevância documental e social, essa ação não alcança a escala que a presença expressiva do artesanato no país requer³⁰, pois está circunscrita à capacidade de ação do Centro.

SALAS DO ARTISTA POPULAR
2000-2010



Sala do Artista Popular no Museu do Folclore (RJ): Cerâmica de Maragogipinho (BA). Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP.



30. Conforme os dados coletados pelo IBGE em 2005, o artesanato é a atividade cultural com maior ramificação no país: está presente em 64,3% dos municípios, seguida pela dança (56%) e pelas bandas de música (53%). Ver *Sistema de informações e indicadores culturais: 2003*. RJ: IBGE, 2006.

Atualmente, na maioria dos estados e municípios, as políticas voltadas ao artesanato estão distantes da gestão cultural. São vinculadas às áreas de desenvolvimento econômico ou promoção social, o que vem dificultando parcerias e cooperação no campo da documentação e da promoção do artesanato tradicional, dada a falta de especialização e de foco dessas instituições na dimensão cultural do artesanato.

Se no campo da gestão pública há dificuldade, no campo das instituições e organizações da sociedade ou vinculadas a universidades nota-se a constituição de uma rede, ainda informal, que tem desempenhado um papel importante para a política de patrimônio imaterial e que poderia ser mais requisitada para a documentação do artesanato tradicional.

Parcerias com essas instituições, ampliação do investimento, assim como o uso mais ostensivo de editais de apoio a projetos parecem ser as formas mais promissoras de realizar a necessária ampliação da documentação do artesanato e da arte popular no Brasil.

O fortalecimento de uma rede de instituições ligadas à cultura popular também poderia oferecer um bom suporte à divulgação e facilitação do acesso ao conhecimento produzido, potencializando ações de valorização e fomento nesse setor.

2.3.2. PROTEÇÃO E RECONHECIMENTO

No âmbito da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, o que diferencia as ações de proteção e reconhecimento pelo Estado de bens culturais é o fato de estarem regulamentadas por lei, decreto ou portaria, assim como serem voltadas a bens de alto significado para o país, que se encontram em risco de desaparecimento ou arruinamento ou que necessitem de apoio mais expressivo da União para se manter íntegros ou ativos.

Entre todas as linhas de ação, esta é a que tem a aplicabilidade mais restrita. O tombamento, o registro de bens imateriais ou a chancela de paisagem cultural, pelas responsabilidades e compromissos que geram, inclusive de caráter legal, não podem ser aplicados a toda a extensão do patrimônio cultural do país.

Ainda que seja muito importante fazer com que os tombamentos, os registros e as chancelas reflitam de forma mais equilibrada o patrimônio cultural do país, os números mostram que esses são instrumentos de uso necessariamente limitado. O avanço da política de preservação depende, portanto, do fortalecimento e da expansão das demais linhas de ação.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

TOMBAMENTO

O tombamento é o mais antigo e conhecido instrumento de preservação do patrimônio cultural. Foi instituído em 1937, por meio do Decreto-Lei n.25, e permaneceu muito tempo como o único instrumento da política de preservação; por isso, ainda costuma ser entendido como seu sinônimo. Já se utilizou o tombamento para proteger 1.219 bens culturais de natureza material. Destes, 167 (14%) foram tombados na década de 2000.

A abertura de um processo de tombamento pode ser iniciada pelo próprio Iphan ou solicitada por prefeituras, órgãos públicos, organizações sociais ou mesmo por um único cidadão. A solicitação é analisada previamente pelo Iphan. Se considerada procedente, inicia-se a instrução do processo, que pode ser realizada pelo Iphan ou por outra instituição sob sua coordenação.

O processo constitui-se de pesquisa aprofundada sobre a história do bem e de seu contexto, descrição minuciosa de suas características, contextualização geográfica ou urbana, análise de seu significado histórico, social ou

artístico e documentação iconográfica. A intenção de tombamento é notificada aos proprietários e publicada no Diário Oficial da União para conhecimento público. A partir de então, o processo é remetido a um membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para que faça a relatoria, analisando se o bem, além de sua importância local, tem significado nacional que justifique ser declarado patrimônio cultural do país.

A decisão final sobre o tombamento cabe ao Conselho Consultivo, que vota baseado na relatoria e aponta o livro de tomo em que o bem deve ser inscrito³¹. O Conselho é formado por representantes da sociedade e dirigido pelo presidente do Iphan, que apresenta seu voto apenas em caso de desempate.

O tombamento tem uma série de efeitos e obrigações que visam proteger o bem tombado. Dentre esses efeitos estão a demarcação da área de entorno do bem, à qual se estende o efeito da proteção; o estabelecimento de normas de preservação específicas; a obrigatoriedade de autorização do Iphan para qualquer proposta de interferência no bem ou na sua área de entorno; a responsabilização legal do proprietário pela manutenção e preservação do bem e a proibição de venda ao exterior de bens móveis tombados (incluindo acervos de arte ou bibliográficos).

Atualmente há um esforço para que a delimitação da área de proteção no entorno do bem³² e a normativa de preservação, que eram ações posteriores ao ato de tombamento, sejam desenhadas durante a instrução do processo. Desse modo podem ser antecipadamente pactuadas com os envolvidos e discutidas no âmbito do Conselho Consultivo, aproveitando o conhecimento e a experiência dos conselheiros para eventuais aprimoramentos.

A distribuição territorial dos bens culturais tombados ainda é bastante concentrada e não reflete a real presença do patrimônio cultural no país. O Iphan tem se dedicado a ampliar a identificação, a visibilidade, a valorização e a vivência do patrimônio cultural pela sociedade em todas as regiões. Busca ampliar a significância do patrimônio como elemento de compreensão de processos históricos e sociais e como depositário de identidades.

Jaguarão (RS), cidade que deverá ser tombada em 2011. Foto: Eduardo Tavares/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.



31. Os quatro livros de tomo foram instituídos pelo Decreto n.25, em 1938, e permanecem os mesmos desde então: 1. Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; 2. Histórico; 3. Belas Artes; 4. Artes Aplicadas.

32. A delimitação da área de entorno tem a função de evitar que intervenções nas proximidades de um bem tombado venham a descaracterizar seu contexto ou a dificultar sua visibilidade e acesso.

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS TOMBADOS POR ESTADO

ESTADO	BENS TOMBADOS	MUNICÍPIOS COM BENS TOMBADOS	MUNICÍPIOS NO ESTADO	% MUNICÍPIOS COM BENS TOMBADOS	% ESTADO/ REGIÃO	% ESTADO/ TOTAL	% POPULAÇÃO
AC	1	1	22	4,5	2,7	0,1	0,38
AL	11	6	102	5,9	2,6	0,9	1,64
AM	5	1	62	1,6	13,5	0,4	1,83
AP	2	1	16	6,3	5,4	0,2	0,35
BA	182	28	417	6,7	42,6	14,9	7,35
CE	22	11	184	6,0	5,1	1,8	4,43
DF	27	1	1	100,0	43,5	2,2	1,34
ES	15	6	78	7,7	2,7	1,2	1,84
GO	23	8	246	3,3	37,1	1,9	3,15
MA	21	3	217	1,4	4,9	1,7	3,44
MG	209	48	853	5,6	37,5	17,1	10,27
MS	4	3	78	3,8	6,4	0,3	1,28
MT	8	5	141	3,5	12,9	0,3	1,59
PA	25	3	143	2,1	67,6	2,0	3,98
PB	23	8	223	3,6	5,4	1,9	1,97
PE	82	15	185	8,1	19,2	6,7	4,61
PI	10	6	223	2,7	2,3	0,8	1,64
PR	16	5	399	1,3	11,8	1,3	5,47
RJ	231	24	9	26,1	41,5	19,0	8,39
RN	50	9	167	5,4	11,7	4,1	1,66
RO	2	2	52	3,8	5,4	0,2	0,82
RR	0	0	15	0,0	0,0	0,0	0,24
RS	49	22	496	4,4	36,0	4,0	5,61
SC	71	19	293	6,5	52,2	5,8	3,28
SE	26	10	75	13,3	6,1	2,1	1,08
SP	102	40	645	6,2	18,3	8,4	21,63
TO	2	2	139	1,4	5,4	0,2	0,73
TOTAL	1219	274	5564				

A tabela mostra que apenas 5% dos municípios brasileiros possuem bens tombados em âmbito federal. As maiores concentrações, conforme já mencionado, estão nos estados do Rio de Janeiro (19% do total), Minas Gerais (17%) e Bahia (15%). Há concentração também dentro de cada região: o estado do Pará detém 68% dos bens do Norte; Santa Catarina, 52% dos bens do Sul; Bahia, 43% dos bens tombados no Nordeste; Rio de Janeiro, 41% dos bens do Sudeste, e Goiás, 37% dos bens do Centro-Oeste.

Apesar de já não serem os únicos instrumentos de preservação, é inegável que a presença de bens tombados ou registrados em uma determinada região atrai visibilidade e investimentos, sobretudo aqueles beneficiados pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91), que confere 100% de incentivo fiscal a projetos relativos a bens culturais tombados ou registrados. Esta é mais uma das razões que reforçam a necessidade de buscar maior equilíbrio na distribuição dos tombamentos e registros pelo país.

GRÁFICO 1
BENS TOMBADOS, 1938-2010

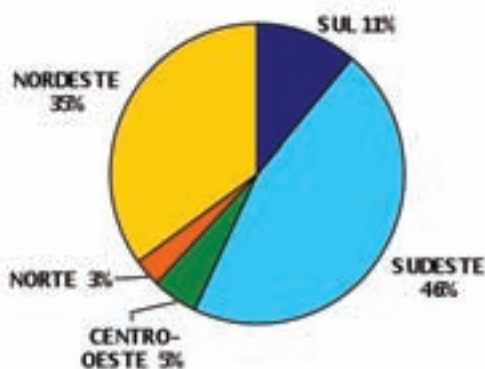
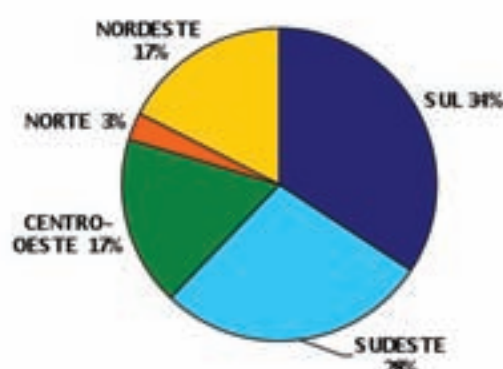


GRÁFICO 2
BENS TOMBADOS, 2000-2010



Observando-se os gráficos, verifica-se que na última década foi alcançado certo resultado na melhoria da distribuição regional dos tombamentos, com o crescimento nas regiões Sul e Centro-Oeste³³. Na região Centro-Oeste, o aumento se deve ao tombamento de edifícios do arquiteto Oscar Niemeyer em Brasília. Na região Sul, esse crescimento se explica pelo projeto *Roteiros Nacionais de Imigração*, que deu origem ao tombamento de diversos bens relativos à imigração alemã, italiana, polonesa e ucraniana em Santa Catarina.

A região Norte, no entanto, continua com uma presença mínima no conjunto de bens tombados no país e inclui o único estado que não possui bem tombado em nível nacional: Roraima. O estabelecimento de superintendências do Iphan em todos os estados dessa região³⁴, realizado nos últimos quatro anos, visa acelerar a implantação das ações de preservação. Desde então foram efetivados quatro tombamentos bastante significativos: o Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Rondônia (2005), a Casa de Chico Mendes em Xapuri, no Acre (2008), o Conjunto Histórico da Vila Serra do Navio, no Amapá (2010), e o Encontro das Águas, no Amazonas (2010).

O Iphan vem procurando atualizar seu mais antigo instrumento de ação, adequando-o às diretrizes da política nacional no tocante à participação social, ao fortalecimento da função social dos bens, à qualificação de seu contexto e à promoção do desenvolvimento local.

Os processos de tombamento hoje em curso apontam dois objetivos:

1. ampliação do número de cidades históricas protegidas;
2. vinculação aos universos temáticos e geográficos que orientam a atividade de documentação.

A lista de processos em andamento, apresentada a seguir, mostra que em ambas as direções há um empenho em tornar a política nacional de preservação mais presente nos estados das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste e em estados onde também é muito circunscrita, como o Piauí.

33. Para a lista de bens tombados na década em análise, ver Capítulo 7.

34. Até 2004, as Superintendências do Pará e do Amazonas respondiam por toda essa vasta região.



Cairu (BA), cidade em processo de tombamento. Foto: Nelson Kon/Arquivo Monumenta/Iphan.

Os processos relacionados a temáticas são os seguintes:

NACIONAL	Fortificações Brasileiras: 20 fortificações de 12 estados estão sendo tratadas em um único processo. Provavelmente produzirá o primeiro tombamento em Roraima
NORTE	Geoglifos (AC) Casa de Thiago de Melo projetada por Lúcio Costa (AM) Estação Ferroviária de Guaporé (RO)
CENTRO-OESTE	Usina Itaicý (MT) Ponte pênsil de Itumbiara (GO)
NORDESTE	Parque do Cabo Branco em João Pessoa (PB) Praças de Burle Marx em Recife (PE) Fazendas Nacionais (PI) Igreja de Nossa Senhora de Lurdes em Teresina (PI)
SUDESTE	Bens representativos da imigração italiana e alemã no Espírito Santo (ES) Ilha da Trindade (ES) Serra de São José (MG) Estádio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo (SP) Bens representativos da imigração italiana em Jundiá (SP) Bens representativos da arquitetura moderna no centro de São Paulo (SP)
SUL	Bens representativos da imigração ucraniana (PR) Bens relacionados aos Caminhos das Tropas: Coxilha Rica (SC) Sambaquis do Sul (SC) Bens remanescentes das Charqueadas de Pelotas (RS)

Com relação às cidades históricas, além da ampliação da área de proteção em algumas cidades já tombadas (Belém, Recife, Salvador, São Luís, Corumbá e São Paulo), estão em andamento os seguintes processos:

NORTE	Rio Branco (AC); Manaus (AM); Macapá (AP); Belterra (PA); Bragança (PA); Cametá (PA); Fordlândia (PA); Óbidos (PA); Santarém (PA); Vigia (PA); Boa Vista (RR)
CENTRO-OESTE	Luziânia (GO); Miranda (MS)
NORDESTE	Água Branca (AL); Delmiro Gouveia (AL); Maceió (AL); Cairu (BA); Goiana (PE) Amarante (PI); Campo Maior (PI); Oeiras (PI); Pedro II (PI); Piracuruca (PI); Aracaju (SE); Simão Dias (SE)
SUDESTE	Muqui (ES); Santa Leopoldina (ES); Santa Teresa (ES); São Mateus (ES); São Pedro de Itabapoana (ES); Santana do Parnaíba (SP); Santos (SP)
SUL	Bagé (RS); Jaguarão (RS); Pelotas (RS); Antonina (PR); Antigas freguesias da Ilha de Santa Catarina: Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, Enseada do Brito (SC)

Hoje, apenas 80 cidades têm seus conjuntos urbanos tombados em nível federal. O quadro apresentado aponta que em breve esse número deverá aumentar 70%, chegando a 135 cidades históricas, em 26 estados³⁵.

Entre os tombamentos de edificações na década de 2000, destacam-se cinco terreiros de candomblé históricos, 47 edificações e conjuntos rurais ligados à imigração em Santa Catarina, 14 edificações ligadas à imigração

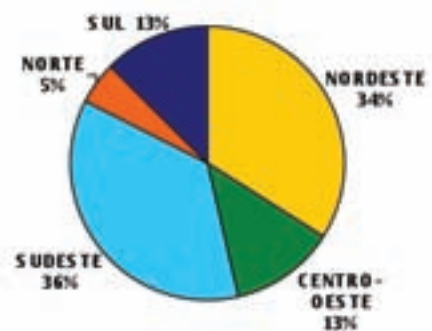
35. Nesse caso, apenas Rondônia permanecerá sem contar com cidades protegidas por tombamento federal.

japonesa em São Paulo, 23 edificações projetadas por Oscar Niemeyer e a Casa de Chico Mendes em Xapuri. Esta foi tombada por seu valor simbólico, como testemunho de um processo social relevante para o país, mas também como exemplar da arquitetura vernacular bem adaptada às condições ambientais, inaugurando um caminho ainda a ser trilhado pela política de preservação. Outro destaque são os quatro primeiros tombamentos de embarcações tradicionais, inaugurando a proteção ao patrimônio naval.

Um setor no qual os tombamentos tradicionalmente são escassos é o de bens móveis. A atual prioridade do Iphan nesse campo é o tombamento de obras emblemáticas e referenciais da arte moderna, como garantia de sua permanência no país.

Cabe destacar que os processos de tombamento são documentos de alta qualidade técnica e muito ricos em informação, pois se fundamentam em pesquisa aprofundada e ampla documentação iconográfica, fotográfica e, por vezes, audiovisual. Seria muito oportuno torná-los disponíveis ao público por meio de uma ação regular de edição, seja na forma de livro, seja em meio digital, como já é feito com o patrimônio imaterial.

CIDADES COM NÚCLEOS URBANOS TOMBADOS: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL



REGISTRO DE BENS CULTURAIS IMATERIAIS

Utilizado pela primeira vez em 2002³⁶, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é o instrumento de reconhecimento e valorização dessas expressões no âmbito da política nacional de preservação. É equivalente ao tombamento de bens de natureza material, mas diferente dele, pois não gera obrigações legais e sim o compromisso do Estado em documentar circunstanciadamente as expressões registradas e estimular a sua continuidade de modo sustentável. Assim como o tombamento, o registro traz visibilidade e divulgação a esses bens, e tem gerado o fortalecimento da autoestima das comunidades envolvidas.

O processo de registro pode ser solicitado pelas superintendências do Iphan, por órgãos públicos de gestão da cultura ou por organizações sociais. O critério para definir a abertura do processo é a relevância do bem para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, o que deve ser comprovado por sua continuidade histórica. Tal continuidade diz respeito à permanência das características que definem essas expressões e continuam identificáveis mesmo que ao longo do tempo tenha havido transformações e atualizações. Outra forma de aferição da continuidade histórica é a ocorrência do processo de transmissão do bem há pelo menos três gerações.

O julgamento da pertinência do processo é realizado pela Câmara do Patrimônio Imaterial. A partir de sua decisão, inicia-se a instrução do processo, que pode ser feita por instituições com conhecimento sobre a temática, sempre sob a supervisão do Iphan. A anuência e o envolvimento das comunidades que são o suporte para a existência ou prática da expressão em foco é um pré-requisito para o estabelecimento do processo, pois sem a participação ativa delas é impossível documentar um bem de natureza imaterial.

A instrução do processo deve conter: justificativa; descrição do bem com indicação da participação dos grupos sociais envolvidos, do local, do período e da forma como ocorre; histórico; documentação de caráter fotográfico, sonoro ou fílmico; referências documentais e bibliográficas; avaliação das condições atuais do bem e diagnóstico dos problemas que podem comprometer sua continuidade; proposições de ações de salvaguarda; declaração de representante da comunidade produtora do bem expressando interesse e anuência com o processo de registro.

36. Somente em 2006 o Iphan estabeleceu os procedimentos para abertura e instrução dos processos de registro através da Resolução n.1 de 3/8/2006.



Samba de Roda Raízes de Angola de São Francisco do Conde (BA), registrado em 2004. Foto: Luiz Santos/Arquivo Iphan.

O andamento do processo é semelhante ao do tombamento, cabendo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a decisão do registro de um bem como patrimônio cultural do Brasil e a sua inscrição em um dos quatro Livros de Registro do Patrimônio Imaterial³⁷.

O registro de um bem gera a responsabilidade, partilhada entre o Estado e a comunidade envolvida, de garantir a documentação aprofundada e contínua desse bem (inclusive em meio fotográfico, sonoro e audiovisual), a divulgação de informações para promovê-lo e o estabelecimento de ações que favoreçam sua continuidade. Tais responsabilidades integram o plano de salvaguarda³⁸, que é iniciado a partir da aprovação do registro.

O registro de um bem imaterial não é definitivo, devendo ser avaliado e revalidado a cada dez anos, em razão da natureza dinâmica e mutável dos bens imateriais. Por isso, “esse tipo de patrimônio é passível de desaparecimento não somente devido a ameaças ou fatores exógenos, mas também por eventual perda de função simbólica, tecnológica ou mesmo econômica junto à base social que o sustenta”³⁹. Um bem pode perder o título de patrimônio cultural caso desapareçam suas características essenciais. A revalidação do registro também tem a função de produzir uma avaliação periódica das transformações ocorridas e dos efeitos do registro sobre essas manifestações.

O registro de bens imateriais aproximou o Iphan de parcelas da população antes totalmente alheias ou apartadas das questões relativas à preservação. Tal aproximação tem gerado um interesse que se estende a outros instrumentos de preservação, como o tombamento.

A preservação do patrimônio cultural hoje faz parte do universo de capoeiristas, baianas de acarajé, sambistas, grupos indígenas e comunidades artesanais, que se mostram ativos no encaminhamento de ações de

37. *Livro dos Saberes* – registro de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; *Livro das Formas de Expressão* – registro das expressões artísticas, cênicas e lúdicas; *Livro das Celebrações* – registro de rituais, festas e outras práticas da vida social coletiva; *Livro dos Lugares*: registro de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas, como mercados, feiras, santuários, praças, paisagens, etc. Está em avaliação a instituição de um Livro de Registro das Línguas.

38. Abordado adiante entre os instrumentos de preservação.

39. Márcia Sant’Anna. “Os desafios da salvaguarda do patrimônio imaterial no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio”. Oficina do Sistema Nacional de Patrimônio, 2009.

salvaguarda, gerando um movimento inédito e salutar de apropriação social de instrumentos de gestão pública. Dessa forma, apesar de recente, o registro e seus desdobramentos tornaram-se instrumentos conhecidos e requisitados por um espectro diversificado de comunidades.

A partir da experiência do Iphan, nove estados criaram instrumentos semelhantes ao registro para valorizar e divulgar suas expressões culturais imateriais e seus mestres⁴⁰.

Os bens registrados são apenas 22, um número ainda pequeno. Sua distribuição regional, em comparação com a dos tombamentos, é um pouco mais equilibrada no que diz respeito às regiões Norte e Centro-Oeste, mas ainda não conseguiu contemplar a região Sul e apresenta o mesmo predomínio das regiões Sudeste e Nordeste⁴¹.

Os estados e municípios da região Nordeste têm sido os mais empenhados tanto na solicitação de abertura, quanto no apoio à instrução dos processos. Isso indica que a melhoria da distribuição regional das ações da Política Nacional de Preservação não depende apenas do esforço isolado do Iphan, mas de sua capacidade de envolver parceiros e somar esforços com estados e municípios.

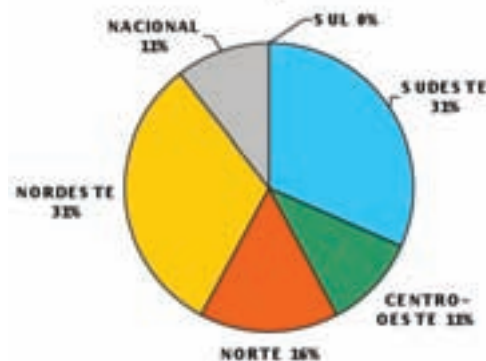
Um caso bastante emblemático de parceria no âmbito do registro do patrimônio imaterial foi o processo de registro do frevo. A instrução do processo, conduzida pela prefeitura do Recife, sob a supervisão do Iphan, pôde contar com um número maior de técnicos e com grande envolvimento local, sendo concluída em tempo muito mais curto que o habitual.

Assim como os processos de tombamento, os processos de registro de bens imateriais são documentos extremamente interessantes. Merece destaque a iniciativa do Iphan de publicá-los em livro e disponibilizá-los em meio digital em seu portal, facilitando o acesso público a seu conteúdo. Dos 22 bens registrados, nove já tiveram seus dossiês publicados. Todos eles incluem CD multimídia com a documentação sonora e audiovisual produzida para instrução do processo⁴².

Atualmente, estão em andamento os seguintes processos de registro:

NORTE	Carimbó (PA) Festa de São Sebastião de Cachoeira do Arari, na ilha de Marajó (PA)
CENTRO-OESTE	Ofício de raizeiras e raizeiros no Cerrado (DF) Modo de fazer bonecas dos Karajá (GO e TO)
NORDESTE	Teatro popular de bonecos do Nordeste (PE, PB, RN, CE, DF); Renda Singeleza (AL); Festa de Nosso Senhor do Bonfim (BA); Complexo cultural do Bumba meu Boi (MA) Feira Central de Campina Grande (PB); Caboclinhos (PE); Cavalo-marinho (PE); Maracatu Nação e Maracatu Rural (PE); Modo de fazer Cajuína (PI); Arte santeira (PI)
SUDESTE	Congada (MG); Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Paraty (RJ) Festa de São Benedito de Aparecida (SP)
SUL	Fandango caíçara (PR e SP) Sítio de São Miguel Arcanjo: Tava Miri dos povos Mbyá-Guarani (RS)

**DISTRIBUIÇÃO DOS BENS REGISTRADOS
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL, 2002-2010**



40. Espírito Santo (2000), Pernambuco (2002), Minas Gerais (2002), Ceará (2003), Distrito Federal (2003), Bahia (2003), Alagoas (2004), Santa Catarina (2004) e Paraíba (2004). Estados como Acre, Maranhão e Piauí não contam com legislação específica, mas têm o patrimônio imaterial contemplado na legislação pertinente ao Patrimônio Cultural. Outros 13 estados contam apenas com legislação pertinente ao tombamento, que não contempla o patrimônio imaterial.

41. Para a lista de bens registrados, ver Capítulo 7.

42. Para a lista de publicações, ver Capítulo 7.

CHANCELA DE PAISAGEM CULTURAL



Antigo Caminho das Tropas na Coxilha Rica (SC). Foto: Dalmo Vieira Filho/Arquivo Iphan.

A chancela de paisagem cultural, criada em 2009, é o mais recente instrumento de reconhecimento do patrimônio cultural. Os estudos para a instrução dos primeiros processos ainda estão em andamento.

A chancela visa valorizar e promover lugares em que a interação do homem com a natureza criou formas singulares de viver, de trabalhar e de se expressar que permanecem vivas e que, por sua relevância para a formação de identidades e para a compreensão dos processos de ocupação humana no território, devem ser consideradas patrimônio do país.

A chancela é um instrumento de proteção que trabalha associadamente patrimônio material, patrimônio imaterial e patrimônio natural. Um dos pressupostos desse novo instrumento é o entendimento de que as paisagens culturais têm o caráter dinâmico da ação humana que as constitui, são mutáveis, não podem ser congeladas. O que é valorizado e se deseja preservar são três características pelas quais essas paisagens se destacam: a relação

harmoniosa entre o homem e o contexto natural, a sustentabilidade das atividades presentes nesse contexto e a qualidade de vida que proporciona a seus habitantes.

Diferente dos demais instrumentos de proteção, a concessão da chancela está baseada no estabelecimento prévio de um pacto de preservação entre o poder público, as organizações sociais e a iniciativa privada presentes no território em questão. Esse pacto tem o objetivo de identificar ações necessárias, estabelecer o compartilhamento de responsabilidades pela preservação e definir diretrizes para ações conjuntas de valorização e promoção.

A concessão da chancela deve ser seguida pela formulação de um Plano de Gestão da Paisagem Cultural. Compete ao Iphan, além de apoiar as ações de promoção e preservação, deve monitorar as paisagens chanceladas, verificando a permanência dos valores e características que deram origem à chancela. A cada dez anos a chancela deve ser reavaliada e revalidada.

A solicitação de abertura de processo de chancela pode ser feita junto ao Iphan por qualquer cidadão e a decisão final cabe ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

As paisagens culturais atualmente em estudo são:

NORTE	Paisagem Cultural da Vila de Elesbão (AP)
NORDESTE	Paisagem Cultural de Valença (BA) Paisagem Cultural de Camocim (CE) Paisagem Cultural de Pitimbu (PB) ⁴³
SUDESTE	Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (SP) Paisagem Cultural do Rio de Janeiro (RJ)
SUL	Paisagem Cultural da Imigração (SC)

43. Elesbão, Valença e Pitimbu são paisagens ligadas ao patrimônio naval, que vem ganhando especial atenção do Iphan nos últimos anos.



Ação de socialização em sítio arqueológico de Xique-Xique (RN). Foto: Arquivo Superintendência do Rio Grande do Norte.

CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

O cadastramento de coleções e sítios arqueológicos é uma ação de proteção determinada pela Lei n.3.624 de 26/7/1961, cabendo ao Iphan realizá-la de forma permanente. Sempre que surgirem vestígios arqueológicos, casuais ou em decorrência de intervenções no solo, é obrigatória a comunicação ao Iphan, que verifica se é uma ocorrência isolada ou se existe de fato um sítio arqueológico. Havendo a constatação da presença de um sítio, ele é cadastrado e a área passa a ser protegida. Qualquer interferência em área de sítios arqueológicos, assim como a pesquisa em sítio já cadastrado, precisa ser autorizada pelo Iphan.

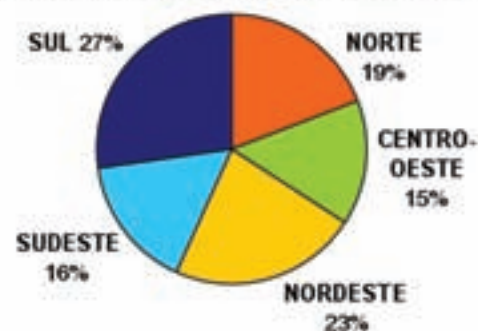
Outra determinação da lei é a obrigatoriedade de contratação, pelos responsáveis por grandes obras, de estudos de arqueologia preventiva para eventual salvamento de vestígios arqueológicos ou registro documental de sítios que poderão vir a ser destruídos. Legislação posterior, que estabeleceu o licenciamento ambiental para obras de infraestrutura de grande impacto no solo e subsolo, estende-se também à proteção do patrimônio arqueológico, cabendo ao Iphan emitir parecer sobre esse tipo de impacto.

A proteção aos sítios arqueológicos cadastrados requer do Iphan, além do cadastramento, uma rotina de fiscalização, autorização para pesquisa, emissão de pareceres para licenciamentos ambientais e embargos de intervenções irregulares.

O Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, não apenas por causa do aumento das interferências no solo, mas em decorrência do esforço de identificação e atualização de dados realizado nos estados. Há hoje 19.790 sítios arqueológicos cadastrados em todo o país.

As regiões Norte e Centro-Oeste têm um alto potencial de presença de sítios arqueológicos preservados. No entanto, sua participação no total de sítios cadastrados ainda é pequena, uma

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CADASTRADOS POR REGIÃO ATÉ 2010





UF	NÚMEROS DE SÍTIOS CADASTRADOS
AC	262
AL	226
AM	274
AP	285
BA	711
CE	513
DF	360
ES	265
GO	1.220
MA	111
MG	1.112
MS	638
MT	757
PA	1.285
PB	137
PE	477
PI	1.845
PR	1.248
RJ	643
RN	285
RO	399
RR	84
RS	2.890
SC	1.242
SE	150
SP	1.186
TO	1.185
Total	19.790

Ação de socialização de sítio arqueológico em Pedro II (PI). Foto: Claudiana Cruz/Arquivo Superintendência do Piauí. Pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). Foto: Arquivo Superintendência do Pará.

vez que historicamente receberam menor número de obras de infraestrutura. Com exceção do Pará e de Tocantins, os demais estados do Norte permanecem pouco mapeados.

A Arqueologia é um setor da política de preservação que ainda está iniciando seu processo de atualização, como será apontado adiante. O cadastramento de sítios arqueológicos, diferente dos demais instrumentos de proteção, ainda não conta com um instrumento específico de preservação que lhe complemente. O cadastramento também não está associado à ação de documentação e produção de conhecimento sobre os sítios identificados. As autorizações para pesquisa de sítios cadastrados hoje não estabelecem exigências quanto ao compartilhamento público dos resultados obtidos. Todas essas questões devem ser enfrentadas na formulação de diretrizes para esse campo do patrimônio cultural.



Conjunto Franciscano às margens do rio Paraguassu (BA). Foto: Paula Porta. Restauração dos azulejos do adro do Conjunto Franciscano de João Pessoa (PB). Foto: Christiane Finizola/Arquivo Superintendência da Paraíba.

2.3.3. PRESERVAÇÃO

As ações de preservação constituem o cerne da atuação do Iphan. Boa parte delas são ações rotineiras, como a fiscalização e o acompanhamento de projetos de intervenção em bens culturais protegidos. Essas ações essenciais têm pouca visibilidade, mas são as que exigem maior investimento, número de técnicos e tempo empenhado. Por isso, é nessa linha de ação que a consolidação de um Sistema Nacional de Patrimônio, que integre os esforços do Iphan, dos órgãos estaduais e dos órgãos municipais, pode apresentar os benefícios mais imediatos, se for capaz de otimizar os recursos materiais e humanos empregados, alargando sua cobertura e frequência.

Entre as ações de preservação estão também as restaurações, as intervenções em cidades históricas e as ações de apoio e fomento à continuidade de bens imateriais. Este é, sem dúvida, o conjunto das ações mais requisitadas pela população e pelos gestores municipais, pois têm impacto imediato na qualificação de centros históricos, na visibilidade de lugares ou grupos, na melhoria da qualidade de vida em cidades ou comunidades, além de desdobramentos de caráter econômico e social, como o incremento do turismo e das oportunidades de trabalho.

A década em análise foi bastante expressiva em volume de ações de restauração, conservação e adaptação para uso de bens tombados e de cidades históricas. De um patamar mínimo de ação nos três primeiros anos, evoluiu-se, a partir de 2004, para um crescimento expressivo e constante, determinado pelo incremento do orçamento do Iphan, pela dinamização do *Programa Monumenta* e pela reformulação da política de patrocínio de empresas públicas federais, como o BNDES e a Caixa Econômica Federal, que priorizaram o investimento no patrimônio cultural.

O *Monumenta* restaurou 220 bens tombados e financiou a recuperação de 406 imóveis privados ao longo da década. Também realizou importante ação de requalificação de espaços públicos, a qual abrangeu 51 praças, 8 orlas marítimas e fluviais e 4 parques urbanos.

Com o aumento considerável dos recursos disponíveis para a preservação do patrimônio⁴⁴, cresceu a importância dada ao planejamento das ações. Essa importância já se traduziu na criação do *PAC das Cidades*

44. Para a evolução dos investimentos, ver Capítulo 3; a lista de ações está no Capítulo 7.



O centro histórico de Diamantina (MG) recebeu forte investimento do *Programa Monumenta*. Foto: Arquivo Iphan.

Históricas e no processo de planejamento estratégico adotado pelo Iphan a partir de 2007. Mostra-se presente também na determinação de construir bancos de projetos prioritários em todas as superintendências estaduais, para que se tenha maior agilidade e capacidade de aproveitar oportunidades, direcionando-as para o fundamental.

Assim como nas demais linhas de ação, houve intensa atividade de formulação e revisão dos instrumentos de preservação. Ao longo da década, foram criados instrumentos novos, como os planos de salvaguarda do patrimônio imaterial, o financiamento para recuperação de imóveis privados e os planos de ação para cidades históricas. Instrumentos antigos foram reformulados, como a fiscalização e as normativas de preservação, e há instrumentos em construção, como os planos de gestão de paisagens culturais.

Dois novos e vastos campos passaram a receber inédita atenção do Iphan no tocante a ações de preservação: o patrimônio ferroviário e o patrimônio naval.

No campo do patrimônio ferroviário, o imenso acervo da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), colocado sob a responsabilidade do Iphan⁴⁵, e o significado das ferrovias para a identidade de diversas cidades e regiões⁴⁶ têm desafiado a instituição na formulação de estratégias de preservação. O Iphan criou uma Coordenação de Patrimônio Ferroviário para assumir essa tarefa, iniciada com a realização do extenso trabalho, que está praticamente concluído, de inventariar os bens da RFFSA em cada estado. Cabe destacar que este é um setor com considerável mobilização social, contando com várias organizações que são parceiras importantes na construção de instrumentos de ação.

O patrimônio naval, por sua vez, tem recebido especial atenção através do projeto *Barcos do Brasil*, que teve como um de seus resultados os primeiros tombamentos de embarcações tradicionais, ocorridos no final de 2010.

A preservação das cidades históricas foi um setor que desafiou a ação do Iphan ao longo da década e que, ao

45. O Iphan é responsável pelos bens imóveis e móveis de valor artístico, histórico e cultural, destacando-se o precioso acervo arquivístico que guarda a memória da ferrovia no país.

46. As ferrovias cortam cerca de 1.300 municípios.



Patrimônio arruinado em Laranjeiras (SE). Foto: Arquivo Iphan.

seu final, apresenta-se com novas perspectivas de desenvolvimento. Do início do *Programa Monumenta*, que investiu R\$324 milhões em 26 cidades, à formulação dos *PAC das Cidades Históricas*, que iniciou a execução de ações que alcançarão 137 cidades, houve grande atividade nesse setor.

Cabe destacar também a experiência construída pelo BNDES no programa Cidades-polo, que elege a cada biênio, desde 2005, três cidades históricas nas quais concentra seu apoio a projetos de preservação, buscando articular suas ações com as do Iphan e alcançar maior impacto na recuperação dessas cidades. O programa mostra resultados especialmente relevantes em cidades como Laguna (SC) e Marechal Deodoro (AL), onde, com o empenho do Iphan e da prefeitura, foram organizadas as ações prioritárias e apresentados projetos importantes para a obtenção do patrocínio junto ao banco⁴⁷.

Uma questão importante que o Iphan vem tentando equacionar é a forma de dar amplitude à preservação e tombamento dos documentos e remanescentes de quilombos, ação prevista na Constituição. Duas definições importantes estão colocadas como ponto de partida para a formulação de ações:

1. São considerados remanescentes históricos de antigos quilombos: as comunidades formadas por escravos negros que tenham fugido até 13 de maio de 1888, como forma de resistência ao regime escravista; as comunidades remanescentes de senzalas que, com a Abolição, foram beneficiárias de doação das terras ou que nelas permaneceram; as comunidades criadas por negros libertos como forma de reestruturação sociocultural decorrente da Lei Áurea; as comunidades formadas até meados do século XX por descendentes de escravos, em resultado dos rearranjos socioeconômicos e culturais diretamente decorrentes da abolição da escravidão.
2. O reconhecimento das comunidades acima mencionadas como remanescentes de quilombos não se restringe à comprovação de evidências materiais, levando em conta também as provas documentais e a consagração social que as identifica.

47. Para o biênio 2005-2006, foram escolhidas Olinda, Ouro Preto e Rio de Janeiro; para o biênio 2007-2008, Laguna, Marechal Deodoro e Salvador. Em 2009 o BNDES não realizou a escolha de cidades-polo para o novo biênio. Há expectativa de que o programa tenha continuidade em 2011, pois é um parceiro fundamental para o *PAC das Cidades Históricas*.



A antiga Fábrica de Tecido Santa Amália, em restauração para receber *campus* da UFMA no centro histórico de São Luís. Foto: Arquivo Superintendência do Maranhão.

O dinamismo alcançado na preservação e na criação de instrumentos relativos às cidades históricas, aos bens imóveis e ao patrimônio imaterial ainda não se mostrou presente em setores importantes como a arqueologia, os bens móveis e os arquivos históricos. Para esses setores, o Iphan iniciou apenas recentemente a atualização de conceitos, metodologias, marcos regulatórios e instrumentos de ação. No sentido de reforçar seu espaço institucional, passos importantes foram dados em 2009 com a criação do Centro Nacional de Arqueologia e a reestruturação da Coordenação de Bens Móveis. Vale destacar as principais questões que estão em foco em cada um desses setores.

ARQUEOLOGIA

O ponto central da reformulação da atuação do Iphan no campo da Arqueologia é o alinhamento dessa área importante do patrimônio cultural com as diretrizes da política nacional de preservação, ou seja: ampliar seu papel como fator de compreensão dos processos histórico-sociais, fomentar a participação social nas ações de preservação, facilitar o acesso público ao patrimônio arqueológico e estimular o desenvolvimento e a qualificação dos contextos de maior ocorrência do patrimônio arqueológico⁴⁸. Estão em discussão questões como:

48. Conforme estabelecido na Lei 3.924 de 26/7/1961, são considerados monumentos arqueológicos ou pré-históricos: inscrições rupestres; jazidas que representem testemunhos de ocupação humana, como sambaquis, jazigos, grutas e abrigos sob rocha; sítios identificados como antigos cemitérios ou aldeamentos. A destruição ou mutilação desses monumentos constitui crime contra o Patrimônio Nacional. A realização de escavações e pesquisas deve ser autorizada pelo Iphan. Qualquer achado arqueológico constitui propriedade da União e deve ser imediatamente informado ao Iphan. A exploração do solo e subsolo onde haja ocorrência de vestígios arqueológicos pode ser autorizada pelo Iphan após a realização de pesquisa e eventual salvamento de testemunhos. Para grandes obras de infraestrutura são obrigatórios o licenciamento de impacto sobre o patrimônio cultural emitido pelo Iphan e a contratação de pesquisa arqueológica para realizar eventuais salvamentos. Infrações com relação a esses procedimentos são punidas com multas e embargo das obras.

1. a necessária diferenciação entre a regulação e os procedimentos da arqueologia pré-histórica e da arqueologia histórica;
2. a definição mais rigorosa do que constitui um sítio arqueológico, diferenciando-o da mera presença de vestígios arqueológicos em uma determinada área, para evitar que a generalização do uso de instrumentos de preservação arqueológica acabe por torná-los inócuos;
3. a definição da forma de incorporar à política de preservação a arqueologia subaquática⁴⁹ e a paleontologia;
4. a normatização das pesquisas e salvamentos de arqueologia preventiva em obras de infraestrutura, visando agilizar e controlar os procedimentos;
5. a regulamentação e o estabelecimento de diretrizes para a gestão e destinação do crescente acervo arqueológico constituído pelas ações de salvamento, hoje presentes em todo o país em decorrência da quantidade de obras de infraestrutura em curso;
6. o fortalecimento de medidas para coibir e punir o comércio de bens arqueológicos, hoje uma ameaça em todo o país, sobretudo na Amazônia;
7. o fortalecimento das ações de socialização de sítios arqueológicos tombados.

A socialização de sítios arqueológicos implica criar condições adequadas para o acesso público a esses bens, favorecendo sua valorização, divulgação, integração a programas educativos, impacto sobre o turismo cultural, enfim, fortalecendo sua função social e, com isso, sua preservação. A mesma preocupação se estende às coleções arqueológicas mais significativas. A experiência de sucesso a ser seguida é a do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.

Os estados que apresentam o maior avanço em relação a essa diretriz são o Rio Grande do Norte e o Pará. No Amapá encontra-se em desenvolvimento projeto de socialização do Sítio Arqueológico de Calçoene.

BENS MÓVEIS

A preservação de bens móveis envolve acervos museológicos⁵⁰, coleções tombadas (públicas e privadas), imagens sacras e outros objetos do acervo de igrejas, o mobiliário presente em edificações e os bens integrados à arquitetura de edificações tombadas. Em 2006 o Iphan iniciou um amplo diagnóstico do setor e identificou as principais questões a serem enfrentadas. A reformulação desse setor tem como foco:

1. atualizar a metodologia de inventário e ampliar a identificação e catalogação dos bens móveis em todo o país, estabelecendo parcerias com estados e municípios;
2. normatizar e disseminar (por meio de manuais, capacitação etc.) procedimentos técnicos de preservação específicos para cada suporte (azulejaria, arte sacra, madeira, ferro, papel, tecido etc.), incluindo conservação e restauração;



Restauração de bem integrado da Igreja da Conceição dos Militares em Recife (PE). Foto: Paula Porta.

49. Tem como foco naufrágios e vestígios submersos de atividade humana.

50. No tocante a acervos de museus, o Iphan compartilha a responsabilidade de preservação com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

3. ampliar o investimento na segurança dos acervos de bens móveis em todo o país;
4. definir regras mais específicas para a saída temporária do país de obras de arte e bens culturais protegidos, que requerem, por lei, a autorização do Iphan⁵¹, agilizando os processos;
5. capacitar agentes públicos que atuam em aeroportos, portos e rodoviárias, assim como leiloeiros e antiquários, para combater o comércio ilícito de bens culturais;
6. promover a modernização de ações de prevenção, rastreamento e recuperação de bens culturais desaparecidos.

Cabe destacar que um dos principais avanços desse setor, ao lado do seu reforço institucional, foi a ampliação dos Inventários de Bens Móveis e Integrados, de caráter documental. Os inventários são essenciais para o conhecimento do acervo, para a definição de ações de segurança e para a divulgação da importância desse patrimônio ainda pouco conhecido.

Foram realizados inventários em 598 bens tombados, com cadastramento de 61.465 itens. Apesar de expressivo, o número de bens já inventariados alcança apenas 53% do total de bens tombados. Estima-se que o número de bens móveis presentes em edificações tombadas chegue a 500 mil itens, o que faz dessa ação a maior prioridade do setor.

Com a implantação da metodologia SICG, o Iphan decidiu dar ênfase aos inventários de identificação, para ganhar agilidade e escala no conhecimento do acervo de bens móveis disperso no país.

Na década em análise, um dos grandes problemas enfrentados na preservação de bens móveis foi o crescente número de roubos. Entre os procedimentos utilizados no combate a essa ameaça ao patrimônio cultural, incluem-se: a instalação de equipamentos de segurança em bens tombados; o reforço da parceria do Iphan com a Polícia Federal, a Receita Federal (fiscalização aduaneira) e a Interpol (pois boa parte dos roubos alimenta o mercado internacional) para a recuperação de bens desaparecidos; a criação do *Banco de Bens Culturais Procurados*, disponível no portal do Iphan na internet; a veiculação de campanhas na mídia, alertando e sensibilizando a população; a criação, em 2007, do *Cadastro Nacional de Negociantes de Artes e Antiguidades* (que abrange numismática, manuscritos e livros raros), com o intuito de monitorar essa atividade e sensibilizar os profissionais do setor. O esforço atual nesse campo está voltado para a formulação de uma estratégia de prevenção que articule as diversas ações e parceiros.

No tocante a temáticas, uma das prioridades recentemente estabelecidas nesse setor do patrimônio cultural é o projeto *Bens Referenciais da Arte Moderna Brasileira*, que visa proteger, conservar e garantir a permanência dessas obras no país.

ARQUIVOS

A preservação de arquivos ainda é uma ação de caráter esporádico e circunstancial no âmbito da Política Nacional de Preservação. O fato de o Arquivo Nacional ser o responsável pela *Política Nacional de Arquivos* é uma explicação para a ausência de uma ação mais regular do Iphan nesse campo. No entanto, o Iphan tem presença muito maior nos estados e está mais próximo das questões relativas à preservação de arquivos históricos e acervos documentais, fartamente encontrados nas cidades históricas de todo o país, assim como no interior de muitas igrejas, fortalezas e bens públicos.

O vastíssimo acervo documental herdado da extinta RFFSA é outro ponto que reforça a necessidade de dar à preservação de arquivos um maior abrigo institucional no Iphan, com o estabelecimento de diretrizes e de ações regulares, incluindo a possibilidade de ação conjunta com o Arquivo Nacional.

51. Somente em São Paulo são expedidas a cada ano cerca de 25 mil autorizações; é necessário estabelecer uma padronização, para que esses procedimentos não dominem a rotina de trabalho da instituição.

A ação do Iphan nesse campo hoje está circunscrita a:

1. gestão e modernização dos importantes arquivos mantidos pela sua administração central, pelas superintendências e pelos escritórios técnicos, abrangendo a instalação de laboratórios de conservação e restauração, que têm ajudado a salvar ou organizar acervos importantes em diversas cidades;
2. apoio técnico para a organização de alguns arquivos públicos de cidades históricas em que está presente;
3. treinamento técnico e aperfeiçoamento profissional nas áreas de conservação de documentos, organização e descrição de acervos arquivísticos e bibliográficos, oferecidos aos gestores de acervos presentes em cidades históricas.

São ações importantes, mas insuficientes diante do extenso universo de arquivos em precário estado de conservação, que requerem um esforço mais dirigido e regular.

Uma significativa ação do Iphan nesse campo foi a sensibilização de empresas federais para a criação de instrumentos de apoio à preservação de acervos. Entre 2003 e 2004, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e a Petrobras criaram editais para apoio a projetos de preservação.

Outra ação importante, ainda por ser enfrentada, é a promoção do acesso público ao precioso acervo referente ao patrimônio cultural resultante das diversas ações de preservação realizadas e apoiadas pelo Iphan ao longo de sua trajetória. A dimensão que o Iphan foi capaz de conferir ao patrimônio cultural do país requer uma ação de preservação, acesso e divulgação de acervos que lhe faça jus.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos bens tombados é uma ação fundamental de preservação. Diz respeito tanto ao acompanhamento do estado de conservação de bens móveis, imóveis, áreas de entorno ou monumentos naturais, quanto ao controle de intervenções nesses bens e áreas. São consideradas intervenções: reformas de qualquer porte, demolições, novas construções, instalação de publicidade, de iluminação, etc. Qualquer intervenção em bem tombado deve ser previamente autorizada pelo Iphan.

Através de suas superintendências estaduais, o Iphan disponibiliza informações sobre critérios seguros de intervenção e sobre as restrições relacionadas ao uso e à conservação do bem.

A fiscalização tem, acima de tudo, um caráter preventivo e educativo, procura orientar e conscientizar. Porém, a situação precária de boa parte dos bens tombados, sobretudo em centros históricos de grandes cidades, evidencia a necessidade de contar também com instrumentos de penalização.

Em 2010 o Iphan concluiu um processo de atualização e padronização das ações de fiscalização, que visa otimizar os procedimentos e gerar dados para melhor monitoramento dos bens tombados, alimentando o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Esse processo também teve como resultado a regulamentação da cobrança de multas para os casos de infração, recurso que estava previsto no decreto de criação do tombamento, de 1937, mas que nunca fora implantado.

O valor das multas é estabelecido de acordo com o valor necessário para a reparação do dano causado. Em caso de dano irreversível, o cálculo é baseado no valor do bem. Ministério Público e Polícia Federal são os parceiros que dão suporte ao Iphan na fiscalização e eventual aplicação de multas. Espera-se ainda estabelecer uma ação coordenada, no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, com órgãos estaduais e municipais de preservação para potencializar a fiscalização.

A implantação dessa nova metodologia de fiscalização tem como ponto de partida uma campanha educativa e informativa voltada aos proprietários de imóveis tombados e aos moradores de centros históricos⁵².

NORMATIVAS DE PRESERVAÇÃO

A normativa de preservação é o conjunto de regras e de ações identificadas como necessárias para preservar as características e valores que distinguem um bem cultural e determinaram o seu tombamento. A normativa deve orientar a ação do Iphan, dos gestores públicos locais e da população envolvida.

O Iphan recentemente iniciou um trabalho importante de revisão das normativas de cidades históricas, que abrange seu conceito, metodologia de formulação e aplicação prática. A intenção é transformá-las em instrumentos de preservação articulados a uma estratégia de desenvolvimento das cidades.

A definição da normativa de preservação de uma cidade histórica precisa dialogar com seu Plano Diretor, com as leis de uso do solo, a malha viária, a infraestrutura instalada, as necessidades impostas pelo crescimento populacional e com uma série de outras questões que não podem ser definidas unilateralmente pelo Iphan, como se deu por muitos anos. O mesmo ocorre com a delimitação da área de entorno (ou polígono de preservação), que muitas vezes foi definida de forma tão abrangente que, se efetivada, sua aplicação teria congelado a dinâmica de algumas cidades.

A maior parte das normativas estabelecidas para cidades históricas ao longo da trajetória do Iphan apresenta problemas que impactam tanto a dinâmica das cidades quanto o trabalho cotidiano de gestão da preservação. Tais problemas frequentemente decorrem do detalhismo e do preciosismo que caracterizam essas normativas e acabam estimulando seu descumprimento. Outra forte motivação para o descumprimento das normativas é o fato de estarem excessivamente focadas na arquitetura e não considerarem as características urbanísticas e a dinâmica de transformação das cidades.

Além disso, as normativas de preservação da maioria das cidades tombadas extrapolam as competências da política de preservação, pois são anteriores aos instrumentos atuais de gestão urbana, como o Estatuto das Cidades, e aos instrumentos de política ambiental. Esses instrumentos enfrentam questões contemporâneas que afetam as cidades e devem ser aliados da política de preservação. É preciso que as normativas dialoguem com eles.

O avanço que se pretende é superar as normativas acadêmicas, burocratizadas e focadas no detalhamento excessivo em relação à conservação material dos bens, abrindo espaço para a construção de normas focadas na essência do que se quer preservar, no diagnóstico global das cidades e no diálogo com seus gestores e moradores.

Nas palavras de Dalmo Vieira Filho:

A preservação do patrimônio deve estar relacionada com os objetivos de desenvolvimento das cidades e de suas regiões. A criatividade, o conhecimento das realidades locais, a abertura para o diálogo e a qualidade conceitual das propostas são fatores indispensáveis ao bom andamento dos planos de preservação.

A revisão das normativas inclui também a atualização de dados cadastrais dos imóveis, que permitirá melhor planejamento de ações.

Outra mudança em curso é o esforço de construir as principais diretrizes das normativas durante a instrução do processo de tombamento, de modo que a mobilização local pelo tombamento de um bem possa ser aproveitada também na definição e combinação da forma de preservá-lo.

52. Um benefício pouco conhecido, que se pretende divulgar juntamente com outras formas de apoio à preservação, é a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda de Pessoa Física 80% do valor gasto na restauração de um imóvel tombado privado; no caso de pessoa jurídica, 40%. Para isso, o orçamento de restauração precisa ser aprovado e sua execução deve ser certificada pelo Iphan.

O caso de Ouro Preto é um paradigma da revisão das normativas. A revisão da normativa existente, iniciada em 2009, foi realizada em parceria com a prefeitura e discutida com universidade, organizações comunitárias e ministério público, culminando em audiência pública aberta a toda população. Foram as primeiras discussões públicas sobre a preservação da cidade, tombada há mais de 70 anos. A nova normativa reconheceu usos específicos e anulou portarias que legislavam sobre áreas novas da cidade, encarando com realismo o crescimento populacional e a dinâmica socioeconômica do município.

Está em curso a revisão da normativa de Corumbá de Goiás, que tem cumprido a função de capacitar técnicos para atuarem na revisão ou elaboração de normativas de outras cidades.

Casos como o de Laguna, onde a normativa de preservação foi construída em parceria com a prefeitura, e de Fernando de Noronha, onde a normativa integra uma estratégia de preservação discutida com o governo estadual, são exemplos do novo modelo de ação.

FINANCIAMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS PRIVADOS

O financiamento destinado à recuperação de imóveis privados foi criado no âmbito do *Programa Monumenta*, em 2004, para ampliar seu impacto na recuperação dos centros históricos, onde a presença desses imóveis é muito mais expressiva que a de imóveis de uso público ou tombados individualmente, que dispõem de diversas fontes de recurso para sua preservação.

Trata-se, portanto, de um instrumento inovador, que busca enfrentar uma das maiores dificuldades observadas nos centros históricos, que é a degradação dos imóveis privados, em sua maioria desocupados em decorrência da perda de dinâmica da região.

O financiamento, oferecido em condições bastante acessíveis⁵³, é destinado à recuperação de imóveis situados em centros históricos tombados ou em áreas de entorno, permitindo obras de recuperação de fachadas, cobertura e estrutura, melhoria de instalações elétricas e hidráulicas e reformas no interior. Os imóveis são selecionados por edital público, obedecendo a critérios de relevância histórica, estado de conservação, contrapartida a ser investida pelo proponente e faixa de renda.

Esse instrumento despertou grande interesse entre os proprietários⁵⁴, principalmente nas cidades pequenas, onde as demais ações do *Monumenta* criaram oportunidades para o restabelecimento da dinâmica social e econômica⁵⁵.

Outro ponto de destaque é o modelo desenhado para esse instrumento, de acordo com o qual os recursos provenientes do pagamento do empréstimo destinam-se ao Fundo Municipal de Preservação da cidade em que está o imóvel, contribuindo para a continuidade do processo de recuperação do patrimônio cultural.



Imóvel privado restaurado com apoio dos editais. Cachoeira (BA). Foto: Arquivo Iphan.

53. Não cobra taxa de juros, é reajustado pelo INPC, pode ser pago em até 20 anos, com prazo de carência de 6 meses após o final da obra. É operado pela Caixa Econômica Federal, contratada pelo Iphan.

54. Em 18 cidades foi necessário estabelecer listas de espera.

55. Para uma análise detalhada da formulação e da operação desse instrumento, ver *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

Desde a implantação do programa, realizaram-se 78 editais, que receberam 1.784 propostas de recuperação de imóveis. Foram contratadas 422, que permitiram a requalificação de imóveis para uso residencial e comercial em 25 cidades. As cidades que mais fizeram uso desse instrumento de preservação foram Cachoeira, Lençóis, Penedo, Diamantina, Serro, Ouro Preto, Goiás e Natividade. Até o final de 2010, foram investidos R\$ 20 milhões.

O Iphan incorporou o financiamento para recuperação de imóveis privados como instrumento permanente, e há grande expectativa de que seu uso ganhe escala com a implantação dos Planos de Ação para Cidades Históricas.

PLANOS DE AÇÃO PARA CIDADES HISTÓRICAS

O Iphan tem um significativo histórico de ações e programas voltados à preservação das cidades. Entre todos, o *Programa Monumenta*⁵⁶ foi o que representou um ponto de inflexão. Apesar das limitações de ação e de sua circunscrição a 26 cidades, o programa alargou o campo de visão e de atuação das políticas de preservação ao abranger a qualificação urbanística, a preservação de imóveis privados e a promoção de atividades econômicas.

A avaliação da experiência do *Monumenta* permitiu ao Iphan equacionar os elementos estruturantes para a implantação de uma nova política para as cidades históricas, que tem como foco central a vinculação entre preservação e promoção do desenvolvimento econômico e social. São pressupostos dessa nova política:

1. construir diagnósticos globais das cidades, envolvendo não apenas a situação de seu patrimônio, mas também questões urbanísticas, sociais e econômicas que permitam compreender os fatores que geraram a degradação de seus centros históricos e definir a estratégia para enfrentá-los;
2. estabelecer um planejamento estratégico das intervenções a realizar para aumentar seu impacto na qualificação da cidade e otimizar os investimentos;
3. trabalhar a partir da adesão e do comprometimento das cidades com a nova política de preservação, ao invés de realizar uma seleção prévia;
4. articular gestores e políticas públicas de diferentes áreas dos três níveis de governo que atuam nas cidades;
5. constituir instâncias de participação social;
6. associar os instrumentos de preservação aos novos instrumentos de gestão e desenvolvimento urbano, criados a partir do Estatuto das Cidades ou presentes nos planos diretores das cidades⁵⁷;
7. garantir a presença de funções diversificadas nos centros históricos, recuperando seu papel referencial para as cidades;
8. garantir a permanência da população já residente e das atividades tradicionais presentes nas áreas a serem requalificadas.

Com base nessas definições, foi criado o programa *PAC das Cidades Históricas*, iniciado em 2009 com uma chamada pública para as cidades interessadas que apresentam conjunto urbano tombado ou bens culturais registrados. Diferente dos programas anteriores, que elegeram as cidades beneficiadas, este parte da adesão das cidades à proposta lançada, tomando essa adesão como primeiro elemento de sua disposição para atuar em parceria.

As linhas propostas para a estruturação dos Planos de Ação foram:

56. O programa foi iniciado em 2000 e reformulado em 2003; em 2009 encerraram-se os investimentos e as últimas ações estão sendo concluídas em 2010.

57. Entre esses instrumentos estão a Transferência do Direito de Construir, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Progressivo, a Outorga Onerosa, diversas modalidades de incentivo fiscal, a locação social, etc.

1. Preservação do patrimônio cultural.
2. Qualificação urbanística (envolvendo embutimento de fiação aérea, arborização e implantação de áreas verdes, iluminação pública, mobiliário urbano, calçamento, regulamentação da sinalização e da publicidade, ordenamento do uso dos espaços públicos, plano viário e de mobilidade, segurança, etc.).
3. Implantação de infraestrutura (saneamento, drenagem, pavimentação, rede lógica, etc.).
4. Estímulo à recuperação de imóveis privados e ao uso habitacional de imóveis desocupados.
5. Atração e promoção de atividades econômicas.
6. Qualificação do setor de serviços de apoio ao turismo.

Das 173 cidades inscritas, 138 já assinaram o Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural e iniciaram o processo de construção de seus planos de ação, reunindo gestores do Iphan, das prefeituras e dos governos estaduais para definir ações estratégicas a serem realizadas ao longo de quatro anos.

Entre 2009 e 2010, foram iniciados investimentos nos projetos indicados nos planos das 138 cidades que assinaram o acordo, em todos os 27 estados.

As primeiras versões dos planos de ação das cidades ainda não denotam uma visão estratégica de promoção do desenvolvimento no médio prazo. Estão centradas em ações mais imediatas e pontuais.

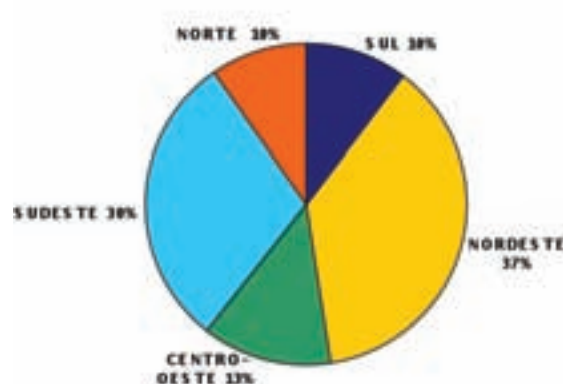
Ainda assim, os planos podem ser considerados um avanço por dois motivos importantes: primeiro, foi iniciado o trabalho de integração das ações das três instâncias de governo; segundo, as cidades assumiram a tarefa de identificar e construir projetos para enfrentar desafios como o esvaziamento populacional, a perda de vitalidade econômica, a degradação urbanística e do patrimônio edificado, a degradação ambiental, as dificuldades para a continuidade das expressões culturais tradicionais, a escassez de equipamentos de cultura e lazer, a desqualificação dos serviços.

Não se constroem diagnósticos consistentes, mobilização da comunidade e integração de políticas de diferentes áreas e instâncias de governo em curtíssimo prazo. São processos contínuos de aprendizado e de fortalecimento de novas concepções e atitudes, que finalmente tiveram início. O que os primeiros passos do programa indicam de positivo é a adesão local aos seus princípios e a disposição de enfrentar integradamente os desafios de cada cidade.

Uma linha de ação de grande impacto já definida pelo programa é a parceria com o Ministério da Educação, que, até 2011, investirá em conjunto com o Iphan R\$40 milhões na instalação de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e de novas unidades das universidades federais em três cidades (Jaguarão, Corumbá e São Luís), assim como na restauração de edificações em outras sete. Há potencial para estender a diversas cidades essa parceria e a proposta de instalar Cefets com foco na formação de técnicos em atividades ligadas à preservação, como restauração, arqueologia e turismo cultural.

Pela sua vinculação com a promoção do desenvolvimento local, o *PAC das Cidades Históricas* rompeu as fronteiras da política de preservação e foi incorporado às políticas estratégicas do governo federal⁵⁸. O programa vem conferindo visibilidade e apoio político inéditos para a Política Nacional de Preservação.

INVESTIMENTO PAC DAS CIDADES HISTÓRICAS, 2009-2010



58. O programa Planos de Ação passou a ser conhecido pelo nome de *PAC das Cidades Históricas* em alusão ao Programa de Aceleração do Crescimento implantado pelo governo federal.

Para as primeiras ações, o governo federal investiu, em 2010, R\$ 230 milhões, volume também inédito de investimento direto e simultâneo em preservação do patrimônio no país⁵⁹. Para 2011 está previsto investimento de R\$ 306 milhões, alcançando 149 cidades, volume de investimento praticamente equivalente ao realizado pelo *Programa Monumenta* em 10 anos.

O grande desafio do programa hoje é dinamizar a elaboração local dos projetos essenciais para o desenvolvimento das cidades.

Além das prefeituras, dos órgãos estaduais de preservação e do Ministério da Educação, são parceiros do programa o Ministério das Cidades, o Ministério do Turismo, a Eletrobrás, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o BNDES.

PLANOS DE SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS

Os primeiros planos de salvaguarda de bens imateriais foram iniciados em 2003. Os planos são constituídos por um conjunto de ações destinadas a apoiar a continuidade das expressões culturais registradas como patrimônio cultural, com foco no fortalecimento de sua autonomia e sustentabilidade.

A definição, a implantação e o monitoramento das ações de salvaguarda são realizados conjuntamente pelo Iphan e pelas comunidades envolvidas na produção e reprodução do bem cultural, baseando-se em consenso.

As principais ações de um plano de salvaguarda são identificadas ao longo da instrução do processo de registro e aprofundadas durante os inventários. Não há um modelo prévio a seguir, pois estão associadas ao diagnóstico das condições de continuidade do bem em questão. Há, no entanto, estratégias e demandas recorrentes na maioria dos planos. São as seguintes:

1. melhoria das condições sociais, ambientais e materiais de produção, reprodução e transmissão dos saberes, práticas e técnicas associadas ao bem⁶⁰;
2. apoio à organização e capacitação dos grupos envolvidos para a autogestão do seu patrimônio;
3. criação de centros de referência do bem registrado;
4. apoio à documentação e produção de conhecimento, sempre envolvendo integrantes das comunidades abrangidas;
5. apoio à constituição e preservação de acervos sobre o bem cultural;
6. apoio institucional para a construção de parcerias;
7. apoio à divulgação, à inserção qualificada no mercado e a atividades de geração de renda;
8. apoio a ações de educação patrimonial vinculadas ao bem;
9. apoio à criação de prêmios e concursos;
10. proteção de direitos coletivos e propriedade intelectual.

Os planos de salvaguarda devem prever ações de curto, médio e longo prazo. Sua implantação é coordenada por um Comitê Gestor formado por representantes do Iphan, da comunidade envolvida, do estado e da prefeitura. É recomendada a criação de um Conselho Consultivo, como instância de participação social e de apoio técnico.

59. Ver tabela de investimentos realizados por cidade no Capítulo 7.

60. Pode envolver ações como o apoio financeiro a detentores de saberes específicos para que tenham condições de transmiti-los, facilitação de acesso a matérias-primas, melhorias nos locais de produção, reprodução e apresentação, etc.

Os planos de salvaguarda preveem o estabelecimento de centros de referência dos bens registrados, viabilizados por meio de parceria com o Ministério da Cultura, na forma de Pontões ou Pontos de Cultura. Os centros de referência são os responsáveis por ações vinculadas à pesquisa, promoção e transmissão de conhecimento.

A implantação das ações de um plano deve ocorrer no prazo máximo de dez anos, quando o registro do bem precisa ser revalidado. Os planos têm sido implantados, em média, ao longo de cinco anos, tempo necessário para estruturar e fortalecer o processo de salvaguarda, que deve ser permanente. Após o término do investimento financeiro do Iphan, projetos específicos relativos ao bem registrado podem obter apoio através de editais do PNPI ou do Pronac.

O investimento médio realizado nos planos de salvaguarda que estão em andamento tem sido de R\$ 50 mil por ano, durante cinco anos. Os planos que estabelecem Pontões de Cultura recebem mais R\$ 400 mil anuais, por três anos, para sua instalação e estruturação das atividades.

Até o final de 2010, foram implantados os planos de salvaguarda referentes ao Ofício das Panelas de Goiabeiras, à Arte Kusiwa dos Wajãpi, ao Samba de Roda do Recôncavo Baiano e ao Jongo no Sudeste. Estão em diferentes estágios de implantação outros 15 planos. Segue abaixo a apresentação dos tipos de ação que têm sido implantados.

BEM REGISTRADO | Ofício das Panelas de Goiabeiras, ES

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Estudos de soluções para uso sustentável de matéria-prima; estudos de solução para embalagem; estudos sobre viabilidade de implantar indicação geográfica; participação em feiras; oficinas em escolas; edição de catálogo de produtos; edição em livro do dossiê de registro.

PARCEIROS | Associação das Panelas de Goiabeiras

BEM REGISTRADO | Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, AP

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantado Comitê Gestor; implantado Pontão de Cultura (Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará, em Macapá e na Terra Indígena Wajãpi); inventário participativo; registros e pesquisas realizados pelos Wajãpi sobre temas do patrimônio imaterial que consideram importantes; cursos, oficinas e estágios para os pesquisadores Wajãpi; oficina para formação de documentarista Wajãpi, Tiriyo, Kaxuiana; filme de divulgação do patrimônio imaterial realizado pelos Wajãpi; exposição sobre os povos indígenas do Oiapoque; *site* do Conselho das Aldeias Wajãpi; edição do folder *Jane Reko Mokasia*; organização social Wajãpi; edição da brochura *Jane Reko Mokasia*; fortalecendo a organização social Wajãpi; edição do Caderno de Pesquisas nº 4 – *Jane Reko Re jimo'e'a* – Pesquisadores Wajãpi; edição do livro *kusiwarã*; cursos e palestras para público não indígena sobre patrimônio cultural dos povos indígenas; palestras dos pesquisadores Wajãpi em escolas não indígenas; encontro de pesquisadores de diferentes etnias; edição em livro do dossiê de registro.

PARCEIROS | Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena – IEPÉ; Conselho das Aldeias Wajãpi – APINA



Pintura corporal Wajãpi. Foto: Heitor Reali/Arquivo Iphan.

BEM REGISTRADO | Samba de Roda do Recôncavo Baiano, BA

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantado Pontão de Cultura Casa do Samba – Centro de Referência do Samba de Roda, em Santo Amaro; implantado Comitê Gestor; aquisição de equipamentos; criação de associação gestora (ASSEBA); oficina de fabricação e execução musical da viola de machete; oficina com mestres de samba de roda; oficinas de elaboração e gestão de projetos; gravação e edição de CDs de grupos; apresentações musicais no Brasil e no exterior; edição do CD *Samba de Roda Patrimônio da Humanidade*; premiação de grupos; legalização de grupos; aquisição de acervo; criação do site www.asseba.com.br; edição em livro do dossiê de registro.

PARCEIROS | Associação de Sambadores e Sambadeiras da Bahia – ASSEBA

BEM REGISTRADO | Ofício das Baianas de Acarajé, BA

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantado Pontão de Cultura Memorial das Baianas de Acarajé, em Salvador; ampliação de oficinas de transmissão de saberes (roupa de baiana); adequação do Memorial das Baianas; montagem de exposição; edição em livro do dossiê de registro.

PARCEIROS | Associação das baianas de acarajé, mingau, receptivos e similares da Bahia – ABAM

BEM REGISTRADO | Círio de Nossa Senhora de Nazaré, PA

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantados Pontão de Cultura Acorda, em Belém, e Ponto de Cultura, em Igarapé-Miri; oficina de conservação de objetos sacros; oficina de brinquedos de miriti; oficinas de adereços; oficinas de produção audiovisual; oficinas de serigrafia; adequação de espaço físico e montagem de exposição permanente no Museu do Círio; capacitação de agentes culturais; montagem de vitrines para produtos comercializáveis; edição em livro e CD-ROM do dossiê de registro.

PARCEIROS | Secretaria de Cultura do Pará – Museu do Círio

BEM REGISTRADO | Viola de Cocho, MS e MT

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantados Pontão de Cultura da Viola de Cocho, em Cuiabá, e Ponto de Cultura Viola de Cocho, em Corumbá; implantado Comitê Gestor em MS; oficinas de musicalização; oficina de construção de violas; oficina de dança do siriri; adequação de espaços e aquisição de equipamentos para Pontão e Ponto; viveiro de mudas de árvores para fabricação de viola; desenvolvimento de técnica para fabricação de corda de tripa de porco; cadastro de cururueiros; apresentações musicais; encontro de cururu e siriri; edição em livro e CD-ROM do dossiê de registro.

PARCEIROS | Secretaria de Cultura do Mato Grosso; prefeitura de Corumbá

BEM REGISTRADO | Jongo no Sudeste, MG, RJ, SP, ES

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantado Pontão de Cultura Jongo/Caxambu (itinerante por municípios do RJ, tem agregado MG e SP); implantado Comitê Gestor; oficinas de transmissão de musicalidade; oficinas de transmissão de saberes de mestres *griô*; pesquisa *Que jongo sou?: ritmos do jongo*; vídeo documentário *Sou do jongo*; coleção *O Jongo na Escola*; site www.pontaodojongo.uff.br; calendário com as Comunidades Jongueiras do Sudeste; apresentações musicais; seminário *Educação, cultura e patrimônio*: a diversidade na escola, realizado em quatro municípios do Rio e um município de São Paulo; prêmio Rozaú Bernardes; edição em livro e CD-ROM do dossiê de registro.

PARCEIROS | Fundação Euclides da Cunha – Universidade Federal Fluminense



Lançamento do projeto de restauração do Solar do Conde de Subaé para receber a Casa do Samba de Roda, em Santo Amaro (BA). Foto: Paula Porta.

BEM REGISTRADO | Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, AM

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantado Pontão de Cultura Centro de Referências Culturais do rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira; construção de Maloca Tarian (transmissão de saber); repatriamento de acervo de ornamentos sagrados; formação de pesquisadores indígenas; documentação dos resultados das pesquisas; oficinas de audiovisual; montagem da exposição *Basá Busá: Ornamentos de Dança*; edição em livro e CD-ROM do dossiê de registro.

PARCEIROS | Federação das Organizações Indígenas do rio Negro – FOIRN

BEM REGISTRADO | Feira de Caruaru, PE

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantado Pontão de Cultura da Feira de Caruaru; ação educativa para prevenção de acidentes de trânsito no local da feira; concurso de literatura de cordel; exposição *Doces e Guloseimas tradicionais*.

PARCEIROS | Secretaria de Cultura de Caruaru

BEM REGISTRADO | Frevo, PE

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantação do Paço do Frevo: centro de pesquisa e difusão da cultura do frevo, no Recife; Livro *Frevo 100 anos de Folia*; CD *100 anos de frevo*; Livro *Memória do frevo*; concursos de blocos, de passistas e de músicas; digitalização de partituras; seminário *Frevo Patrimônio Cultural imaterial do Brasil*; exposição no Paço do Frevo; material didático sobre o frevo.

PARCEIROS | Secretaria de Cultura do Recife

BEM REGISTRADO | Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo, RJ

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Implantado Pontão de Cultura Memória do Samba Carioca na Mangueira; Comitê Gestor em implantação; oficina de cuíca; adequação de espaço físico do centro de referência; edição de CD-ROM com resultado do INRC; inventário de letras de partido alto, samba-enredo e samba de terreiro; treinamento para gestores de projetos; edição de CD-ROM e DVDs com depoimentos de personalidades do samba; identificação e documentação de sambistas referência; aquisição de acervo; levantamento e documentação de trabalhos acadêmicos e documentos avulsos sobre o tema; visita guiada à exposição.

PARCEIROS | Centro Cultural Cartola

BEM REGISTRADO | Tambor de Crioula, MA

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Criada a associação gestora (UNITA); edição do DVD *Tambor de crioula* (restauração de documentário histórico dos anos 1970); Comitê Gestor em implantação; lançamento do jornal periódico *Na Pungada do Tambor*, descrevendo as ações de salvaguarda.

PARCEIROS | Secretaria de Cultura do Maranhão; prefeitura de São Luís; Federação das Entidades Folclóricas e Culturais do Maranhão; Comissão Maranhense de Folclore; Conselho Cultural do Tambor de Crioula do Maranhão; União dos Tambores de Crioula do Maranhão (UNITA); Associação de Tambor de Crioula do Maranhão

BEM REGISTRADO | Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência Divina Pastora, SE

AÇÕES DESENVOLVIDAS | Comitê Gestor formalizado.

PARCEIROS | Associação dos artesãos, pequenos agricultores, pecuaristas, renda irlandesa, redendê, indústria e comércio de Divina Pastora; Associação para o desenvolvimento da renda irlandesa; prefeitura de Divina Pastora

2.3.4. DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E PROMOÇÃO

Essa linha de ação tem três objetivos:

1. aproximar a sociedade das políticas de preservação, facilitando o acesso à informação;
2. divulgar o rico acervo de conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro produzido pelo Iphan ao longo de sua trajetória;
3. reconhecer e estimular iniciativas de preservação do patrimônio cultural.

Em 2008, reconhecendo a importância da difusão de conhecimento e da divulgação sobre o patrimônio cultural para a Política Nacional de Preservação, o Iphan estabeleceu uma diretoria para implantar as diretrizes e coordenar a execução de ações nesse campo.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

CASAS DO PATRIMÔNIO



Casa do Patrimônio em Goiás, sede do Iphan. Foto: Arquivo Superintendência de Goiás.

O programa *Casas do Patrimônio*, criado em 2009, visa transformar as sedes estaduais e escritórios técnicos do Iphan presentes nas capitais e cidades históricas em centros de referência do patrimônio cultural. Para aumentar a abrangência do programa, também tem sido estimulada a criação de *Casas do Patrimônio* em imóveis cedidos ao Iphan pelas prefeituras ou em sedes de instituições que já atuam na preservação.

As *Casas do Patrimônio* têm como objetivo primordial aproximar o Iphan e a Política Nacional de Preservação da população e dos gestores públicos locais, para estimular o diálogo, a troca de informações, a articulação de ações e o compromisso coletivo com a preservação.

Além de ampliar o atendimento à população, informando sobre as ações de preservação e os instrumentos de execução utilizados pelo Iphan, as *Casas do Patrimônio* disponibilizam seu arquivo, bancos de dados e biblioteca especializada; difundem conhecimento e informação sobre o patrimônio cultural local e nacional; promovem atividades de educação patrimonial; realizam ações de capacitação voltadas a distintos públicos; estimulam a participação da comunidade na formulação e execução de ações voltadas à preservação. Visam atender, além da população residente, estudantes, professores, turistas, técnicos de instituições locais e gestores públicos.

Já estão em funcionamento 16 unidades: Casa do Patrimônio de Pernambuco, no Recife; Casa do Patrimônio de Ouro Preto (MG); Casa do Patrimônio de João Pessoa (PB); Casa do Patrimônio do vale do Ribeira, em Iguape (SP); Casa do Patrimônio da chapada do Araripe, em Nova Olinda (CE); Casa do Patrimônio de Petrópolis (RJ); Casa do Patrimônio de Cabo Frio (RJ); Casa do Patrimônio de Maceió (AL); Casa do Patrimônio de Marechal Deodoro (AL); Casa do Patrimônio de Piranhas (AL); Casa do Patrimônio de Penedo (AL); Casa do Patrimônio de Laguna (SC); Casa do Patrimônio de Teresina (PI); Casa do Patrimônio em Goiânia (GO); Casa do Patrimônio em Goiás (GO); Casa do Patrimônio em Pirenópolis (GO). Estão em instalação as *Casas do Patrimônio* de Lençóis (BA), Cachoeira (BA), Rio de Contas (BA) e Lapa (PR).

PUBLICAÇÕES

A partir da segunda metade da década de 2000, o Iphan retomou sua atividade editorial. Em 2006 o *Programa Monumenta* iniciou a publicação de coleções de referência voltadas à divulgação de bens excepcionais, cidades históricas, museus, roteiros, projetos de destaque, manuais técnicos, obras clássicas sobre o patrimônio brasileiro, teses e ações de educação patrimonial e de promoção econômica.

A edição das coleções tornou-se ação permanente do Iphan e foi expandida para a divulgação dos dossiês relativos aos bens registrados como patrimônio imaterial na série Dossiês Iphan.

A difusão de conhecimento sobre o patrimônio cultural começa a ser tratada pelo Iphan como ação estratégica, por seu potencial educativo e por ser um elemento de sensibilização da sociedade e de seus parceiros.

Atualmente o Iphan publica as seguintes coleções: Imagens; Obras de Referência; Registros; Preservação e Desenvolvimento; Cadernos Técnicos; Manuais Técnicos; Grandes Obras e Intervenções; Roteiros do Patrimônio; Arquitetura; Dossiê Iphan; Edições do Patrimônio; Encontros e Estudos; Portas Abertas; Cadernos de Estudo do Programa de Especialização em Patrimônio; Cadernos de Pesquisa e Documentação; Patrimônio: práticas e reflexões; Memórias do Patrimônio; Catálogo da Sala do Artista Popular⁶¹.

O Iphan também tem produzindo publicações didáticas sobre seus instrumentos de preservação (financiamento de imóveis privados, preservação de cidades históricas, fiscalização, arqueologia histórica, etc.) e importantes publicações sobre técnicas de conservação.

A *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, grande referência do patrimônio por décadas, continua a ser editada, mas perdeu ritmo: foram lançados apenas cinco números ao longo da década. É uma ação que precisa ser retomada para fomentar o debate.

Merece também destaque a produção editorial realizada pelas superintendências, que vem ganhando dinâmica, associada às demandas e temáticas locais.

Está em discussão no Iphan a criação de uma política editorial que defina prioridades, identifique lacunas e amplie o alcance desse instrumento de promoção do patrimônio cultural. Uma política editorial forte, incluindo meio impresso e digital, é necessária para dar suporte à ampliação das ações de educação patrimonial, de capacitação e de divulgação.



Coleções Grandes Obras e Intervenções e Edições do Patrimônio. Foto: Cristiane Dias/Arquivo Monumenta/Iphan.

61. A partir de 2009, a edição da revista *Musas* e das coleções Museu Memória e Cidadania e Ibermuseus foi assumida pelo Ibram. Para a lista de obras publicadas pelo Iphan na década, ver Capítulo 7.



Documentários apoiados pelo edital *Etnodoc*: *O barco do mestre*, *A invenção do sertão*, *Mulheres de Minas* e *Mano Brou do Cantagalo*. Foto: Arquivo CNFCP.

ETNODOC

O *Etnodoc* é um edital de apoio à produção de documentários etnográficos de média metragem. Foi criado em 2007, como estímulo à documentação e à divulgação do patrimônio cultural imaterial.

Os filmes apoiados destinam-se à exibição na TV Brasil. Também são veiculados em mostra itinerante, a Mostra Etnodoc, e cópias são distribuídas para videotecas de universidades e instituições culturais. Já foram apoiados 31 filmes⁶².

Em suas duas primeiras edições, o edital recebeu 1.172 inscrições, um bom termômetro do interesse pelo patrimônio cultural como temática da produção audiovisual. Essa ação tem o apoio da Petrobras.

PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE

O prêmio foi criado em 1987, em comemoração aos 50 anos do Iphan e em homenagem a seu primeiro dirigente. Tem o objetivo de valorizar e incentivar as iniciativas da sociedade e do setor público na preservação do patrimônio cultural do país. Os contemplados recebem troféu, certificado e um prêmio de R\$20 mil.

As inscrições são abertas ao público. Atualmente há sete categorias: Apoio Institucional e/ou Financeiro; Divulgação; Educação Patrimonial; Pesquisa e Inventário de Acervos; Preservação de Bens Móveis e Imóveis; Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico; Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial.

É uma iniciativa importante de reconhecimento pelo Iphan de seus parceiros na preservação do patrimônio

⁶². Para a lista dos filmes apoiados, ver Capítulo 7.

cultural e na divulgação dos trabalhos realizados, merecendo destaque a sua continuidade. Entre 2000 e 2010, foram premiados 72 projetos e iniciativas de 22 estados⁶³.

PRÊMIO SÍLVIO ROMERO

O prêmio é destinado a estimular e destacar trabalhos inéditos de pesquisa no campo da arte e da cultura popular. Criado em 1959, é o mais antigo prêmio voltado à promoção do patrimônio cultural.

Constitui hoje um veículo de aproximação, diálogo e troca entre pesquisadores ligados a universidades e centros de pesquisa e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, vinculado ao Iphan. Tal aproximação tem sido importante para atualizar e dar suporte à formulação de ações de preservação e promoção nesse campo.

A cada edição são premiados dois trabalhos. A comissão julgadora é formada por pesquisadores de diferentes instituições, reconhecidos em suas áreas de atuação. Entre 2000 e 2010, foram premiados 22 trabalhos⁶⁴.

Está em estudo a criação de uma coleção voltada à publicação regular dos trabalhos premiados, ação importante para a difusão de conhecimento sobre o patrimônio cultural.

PONTOS DE CULTURA EM SÍTIOS HISTÓRICOS E BENS TOMBADOS

Visando estimular as atividades culturais comunitárias presentes nas cidades históricas e, em especial, aquelas ligadas à preservação do patrimônio cultural, o Iphan tornou-se parceiro do MinC para estimular a criação de novos Pontos de Cultura. Por meio desse programa o Iphan também estimula o uso de bens tombados para atividades que beneficiem a comunidade e incentiva a criação de uma rede de apoio à preservação.

O programa *Cultura Viva*, do MinC, tem como princípio o reconhecimento e a valorização das atividades culturais realizadas pelas mais diversas comunidades, em diferentes setores. O investimento nos pontos de cultura, que é temporário, visa potencializar as ações e garantir sua continuidade e autonomia, destinando-se à melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos, capacitação, divulgação, etc.

O fomento ao protagonismo juvenil e a valorização do conhecimento dos mais velhos, estimulados a transmiti-lo, também são destaques do programa. Fortalecimento da cidadania, valorização das tradições locais, geração de oportunidades de renda e a associação entre cultura e educação são alguns dos resultados alcançados.

A ação conjunta Iphan-MinC teve início em 2009 e já foram estabelecidos 21 pontos de cultura em cidades históricas de 12 estados, com investimento de R\$ 6 milhões. Cabe às superintendências estaduais do Iphan identificar as atividades que tenham potencial para serem incluídas nessa ação.

PONTOS DE CULTURA APOIADOS PELO IPHAN

AL | Marechal Deodoro | Ponto de Cultura Marechal em Movimento | Divulgação da cidade via sítio na internet, inclusão digital, fomento à transmissão de saberes;

CE | Sobral | Ponto de Cultura Casa do Capitão-Mor | Centro de referência cultural e turística;

GO | Corumbá de Goiás | Ponto de Cultura Memorial dos Imortais | Apoio à preservação e à formação cultural por meio de estudos e resgate de obras literárias, musicais, artesanato, etc.; promoção de oficinas de educação patrimonial e eventos culturais;

63. Para a lista de premiados, ver Capítulo 7.

64. Em 2010 os valores dos prêmios são de R\$13 mil para o primeiro lugar e R\$10 mil para o segundo. Para a lista de premiados, ver Capítulo 7.

GO | Goiás | Ponto de Cultura Botina Mateira | Promoção da música e dos costumes do cerrado goiano.

GO | Goiás | Ponto de Cultura Janela para o Cinema | Divulgação e exibição de filmes.

MA | Alcântara | Comunicação e Cultura por uma Alcântara Sustentável | Formação de agentes de comunicação e cultura por meio de oficinas de produção artística, jornalística e cultural; promoção de eventos culturais.

MG | Belo Horizonte | Ponto de Cultura MAO | Qualificação de jovens em conservação.

MG | Ouro Preto | Ponto de Cultura ARO | Formação profissionalizante em artes, restauro e ofícios.

MS | Campo Grande | Ponto de Cultura Grupo Camalote (Fundação Rondon) | Promoção das manifestações folclóricas no estado, estimulando a transmissão das tradições através de pesquisas, oficinas de capacitação e outras atividades junto às comunidades.

MT | Cuiabá | Ponto de Cultura Porto das Artes | Oficinas de capoeira, viola de cocho e outras para jovens em situação de risco no bairro do Porto.

MT | Cuiabá | Ponto de Cultura Casa Barão de Melgaço | Instalado no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tem foco na digitalização e informatização do acervo para disponibilização à consulta.

MT | Cuiabá | Ponto de Cultura Usina: Porto das Artes | Apoio à preservação e à formação cultural local com foco na comunidade tradicional, resgatando suas manifestações por meio de oficinas de educação patrimonial e eventos culturais.

PA | Belém | Ponto de Cultura Olhos de Ver | Sensibilização para a preservação do patrimônio utilizando a fotografia; voltada para moradores e trabalhadores do bairro da Campina, inclusive os ambulantes.

PA | Belém | Ponto de Cultura Zolhos da Zona | Sensibilização para a preservação do centro histórico por meio da formação em intervenção artística urbana, introdução à linguagem audiovisual, oficina de figurino e cenário, culminando na oficina de teatro com montagem de peça cujo cenário é o próprio bairro e suas histórias.

PB | Aparecida | Ponto de Cultura Caminhos de Acahuan | Estímulo à leitura e à comunicação entre cultura popular e conhecimento institucionalizado; promoção da cidadania; capacitação de guias turísticos; biblioteca e videoteca; inclusão digital; oficinas de artes.

PB | Areia | Ponto de Cultura Viva o Museu | Oficinas de catalogação e organização de acervos; promoção do acesso à informação cultural; inclusão digital; exibição de documentários; promoção cultural.

PB | Cabaceiras | Ponto de Cultura Marcas Vivas de Cabaceiras | Promoção da cidadania e inclusão social, educação patrimonial, oficinas de artes.

PE | Recife | Pontos de Cultura Asa Branca | Capacitação de monitores turísticos com foco em patrimônio, história e cultura popular.

PI | Teresina | Ponto de Cultura Artes Carnavalescas | Cursos e oficinas de transmissão de saberes relacionados ao samba.

PI | Parnaíba | Ponto de Cultura Casa do Artesão - Centro de Treinamento Artesanal de Parnaíba | Instalação e modernização de espaços para apoio e fomento a ações relacionadas ao artesanato.

RS | Antônio Prado | Ponto de Cultura Saberes Locais e Vozes da Imigração | Oficinas de artesanato, coro infantil que resgatou canções no dialeto trazido pelos primeiros imigrantes, teatro e dança.

RS | Ilópolis | Ponto de Cultura Pão, Cultura e Arte para Todos | Está relacionado às atividades do Museu do

Pão, que inclui Escola de Panificação, capacita jovens nesse ofício e procura resgatar saberes e fazeres ligados à presença dos grupos de imigrantes fixados na região.

RS | São Miguel das Missões | Ponto de Cultura Contadores de História | Oficinas de música, dança, teatro e vídeo, pretende abrigar exposições.

RS | São Nicolau | Ponto de Cultura Biblioteca de Estudos Missionários | Biblioteca.

SC | Blumenau | Pontão de Cultura Sociedade Musical Carlos Gomes | Atua no Teatro Carlos Gomes: oferece concertos didáticos gratuitos, visita guiada para escolas e bolsas de estudo.

SE | Laranjeiras | Ponto de Cultura Educação Patrimonial em Laranjeiras | Educação patrimonial.

TO | Natividade | Casa dos Ofícios Lourenço José da Costa | Instalação e modernização de espaços para apoio e fomento a ações de interação entre cultura, educação e cidadania.

CINE IPHAN

O *Cine Iphan* é uma ação recente, iniciada em 2008 em parceria com a Secretaria do Audiovisual e com o programa *Mais Cultura*, do MinC. Tem o duplo objetivo de promover o uso público de bens tombados ou localizados em áreas protegidas e ampliar a presença de equipamentos culturais nas cidades e centros históricos.

Através do programa são instaladas salas de cinema digital com capacidade média de 50 espectadores. Já foram instaladas salas em 28 cidades que não contavam com cinema, em 14 estados.

Entre os espaços selecionados e reformados para receber as salas de exibição estão antigos cinemas e teatros, salões paroquiais, praça, fortaleza, sedes do Iphan, *Casas do Patrimônio*, sedes de prefeituras e centros de cultura.

O *Cine Iphan* funciona como um cineclube. A programação inicial foi realizada pela Programadora Brasil, havendo o compromisso de garantir 80% de produções brasileiras. O Iphan financia os custos da exibição – não é cobrado ingresso, mas são estimuladas contribuições espontâneas.

O programa vem alcançando grande receptividade e tem sido um exemplo concreto da ampliação do foco da política de preservação e do esforço em criar oportunidades e benefícios à população local. Assim como no caso dos Pontos de Cultura, esse projeto faz parte de uma estratégia de integrar ações de preservação a instrumentos de política pública criados por outras instâncias de governo, ampliando sua atuação.



Teatro da Ribeira dos Icós em Icó (CE) integrante da rede de salas do *Cine Iphan*. Foto: Francisco Veloso/Arquivo Superintendência do Ceará.

CINE IPHAN – SALAS INSTALADAS, 2009-2010

AL	Marechal Deodoro	Casa do Patrimônio (Antiga Casa de Câmara e Cadeia)
AP	Macapá	Museu Fortaleza de São José de Macapá
CE	Aracati	Cine Teatro Municipal
CE	Icó	Teatro da Ribeira dos Icós
CE	Sobral	Sala de Cinema Falb Rangel (Prefeitura)



Recuperação do Cine Teatro Esmeralda para instalação do *Cine Iphan* em Corumbá de Goiás. Foto: Arquivo Superintendência de Goiás.

GO	Corumbá de Goiás	Cine Teatro Esmeralda (Prefeitura)
GO	Goiás	Prédio da Sociedade Santa Cecília
GO	Pirenópolis	Cine Pireneus (Prefeitura)
MA	Alcântara	Cineclube Tototó
MG	Diamantina	Casa de Chica da Silva (Escritório do Iphan)
MS	Corumbá	Escritório do Iphan
PE	Fernando de Noronha	Largo da Igreja de N. S. dos Remédios
PE	Goiana	Cine Teatro Polyteama (Prefeitura)
PI	Amarante	Centro Cultural de Amarante Casa Odilon Nunes
PI	Oeiras	Cine Teatro Oeiras
PI	Parnaíba	Cooperativa Educacional Logos (COOPEL)

PI	Pedro II	Memorial Tertuliano Brandão Filho
RJ	São Pedro da Aldeia	Teatro Municipal Dr. Átila Costa
RS	Antônio Prado	Centro Cultural Pe. Schio (Prefeitura)
RS	Jaguarão	Prefeitura Municipal de Jaguarão
RS	Piratini	Prefeitura Municipal de Piratini
RS	São Miguel das Missões	Escritório do Iphan - Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo
RS	São Nicolau	Paróquia São Nicolau das Missões
SC	Itaiópolis/Alto Paraguaçu	Espaço Hugo Dylla
SC	Laguna	Casa do Patrimônio
SC	São Francisco do Sul	Associação Amigos do Museu Nacional do Mar
SE	Laranjeiras	Antigo Fórum Levindo Cruz
TO	Natividade	Secretaria de Cultura de Natividade

2.3.5. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial visa promover tanto a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural como a utilização desse patrimônio como fonte de conhecimento e aprendizado. Instrumento importante de sensibilização da sociedade, busca estimular e qualificar sua participação na preservação do patrimônio cultural.

As ações educativas destinam-se a diferentes públicos e trabalham na direção do fortalecimento de identidades e da cidadania. A atuação do Iphan nesse campo não é recente, mas somente na década de 2000 ela deixou de ser pontual, visando abrangência nacional.

Para ampliar as ações nesse campo, o Iphan realizou a capacitação de seus técnicos ao longo de 2008 e estimulou a criação de projetos pilotos em todos os estados, envolvendo comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus e bibliotecas.

O grande desafio no setor é incluir o patrimônio cultural no currículo escolar, seguindo os passos do que vem ocorrendo com o tema meio ambiente. É preciso restabelecer o vínculo entre a educação e a cultura brasileira.

Um dos pressupostos da ampliação desse campo é a parceria com estados e municípios. O Iphan realizou projetos de parceria com a rede escolar em cidades históricas como João Pessoa, Alcântara, São Luís e Laranjeiras, envolvendo a capacitação de professores, a produção de material didático e a disponibilidade de seus técnicos para palestras e orientação de roteiros de visitação e de vivência.

Ação Educativa em parceria com escolas públicas em Pilar de Goiás (GO) e com professores da rede pública em Luziânia (GO).
Fotos: Genilda Alexandria/Arquivo Superintendência de Goiás.





Albergue Escolar de Penedo (AL), inaugurado em 2009. Foto: Dalmo Vieira Filho/Arquivo Iphan.

As *Casas do Patrimônio* são um importante ponto de referência para as ações de Educação Patrimonial⁶⁵ e abrigam ações permanentes de capacitação. Além delas, há o projeto Albergues Escolares, apresentado a seguir, que trabalha na perspectiva de estimular a vivência do patrimônio cultural pelos estudantes.

As experiências em curso devem dar origem à formulação de um instrumento permanente de apoio à educação patrimonial. Em 2010 o Iphan realizou o primeiro Fórum Nacional de Educação Patrimonial para debater experiências e traçar diretrizes.

PROJETO ALBERGUES ESCOLARES

O projeto Albergues é uma experiência piloto de educação patrimonial para estimular a apropriação do patrimônio cultural pela rede escolar, facilitando a vivência e o acesso de estudantes a lugares referenciais, de especial valor histórico-cultural, como as cidades históricas, as paisagens culturais e os sítios arqueológicos.

O projeto prevê a instalação de alojamentos que garantam uma visita mais prolongada, que permitam a vivência do patrimônio e da cultura do local e ofereçam informação e experiência qualificadas aos estudantes.

Os lugares escolhidos para a criação dos albergues devem associar valor cênico, conteúdo histórico-cultural e contexto natural. As instalações são realizadas pelo Iphan em bens tombados ou localizados em áreas de proteção, voltados a atender grupos de 45 estudantes e professores. Além do alojamento, oferecem espaço pedagógico e material de apoio, como o Guia do Patrimônio local, roteiros e mapas de visitação. A gestão do albergue é realizada por entidade pública ou privada selecionada pelo Iphan.

O projeto teve início em 2009 com a instalação do Albergue de Penedo (AL), que está pronto para receber a primeira turma de estudantes. O próximo albergue deve ser instalado em São Francisco do Sul (SC).

2.3.6. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

A oferta de ações de capacitação e de formação sempre esteve presente no universo de ação do Iphan. Mas essas atividades ganharam especial dimensão com a ampliação das áreas e linhas de atuação do instituto na última década.

65. A lista de ações de educação patrimonial realizadas na década está no Capítulo 7.

CAPACITAÇÃO

A diversidade de programas e metodologias implantados gerou a necessidade recorrente de realizar a capacitação de técnicos. Em decorrência do esforço de estabelecer ações conjuntas com estados, municípios e organizações sociais, as ações de capacitação já não se restringem aos quadros do Iphan, passando a atender também esses parceiros, uma vez que é preciso equalizar a formação dos gestores da política de preservação em todos os níveis de governo. Um terceiro público-alvo das ações de capacitação são as comunidades envolvidas nas ações de preservação, sejam elas ligadas ao patrimônio imaterial, sejam moradores ou organizações atuantes em cidades históricas. Um quarto público-alvo, que vem ganhando destaque nas estratégias de ampliação da educação patrimonial, são os professores, educadores e agentes comunitários.



Oficina-escola de João Pessoa na Igreja do Carmo. Foto: Christiane Finizola/Arquivo Superintendência da Paraíba.

Os Planos de Ação para as Cidades Históricas representam uma demanda extra de capacitação em diferentes áreas e para distintos públicos, principalmente por envolverem áreas novas para a política de preservação, como a qualificação urbanística, o planejamento urbano e a promoção de atividades econômicas.

Em razão da dimensão alcançada pela demanda de capacitação, o Iphan iniciou em 2009 o diagnóstico de todos os projetos de capacitação realizados por seus departamentos, com vistas a formular um Programa Integrado de Capacitação que possa dar escala às ações.

O diagnóstico identificou como principais demandas a capacitação nas seguintes áreas: gestão do patrimônio; restauração e conservação; mão de obra especializada; documentação; segurança; fiscalização; elaboração e gestão de projetos; planejamento urbano; instrumentos de gestão pública; mediação de conflitos e gestão participativa.

A elaboração e gestão de projetos é talvez a maior urgência dentre todas as demandas de capacitação. Dela depende não só o aumento do número de ações de maior impacto, como também a melhoria no equilíbrio da distribuição dos investimentos entre as diversas regiões. A dificuldade de construir projetos consistentes de preservação está presente em diversos estados e hoje é um entrave muito maior para o desenvolvimento da política de preservação do que a insuficiência de recursos. Por isso já começa a ser vista como uma das prioridades da agenda de capacitação.

A capacitação de mão de obra especializada para restauração foi alvo, ao longo da década, de projetos importantes que devem ser retomados no âmbito do *PAC das Cidades Históricas*. A capacitação nesse segmento visa não apenas ampliar o número de profissionais aptos a atuar nas obras, mas transmitir e preservar técnicas construtivas tradicionais. Entre esses projetos, podem ser destacados:

1. Oficina-escola – realizada em obras de restauração de bens culturais e voltada à capacitação de jovens, teve papel importante em São Luís, João Pessoa, Laranjeiras e Salvador.

2. *Programa Monumenta* – investiu R\$ 3,7 milhões através de dois editais, que selecionaram 25 projetos, em 25 cidades, formando 2.220 aprendizes e profissionais em restauração. Também foram apoiados projetos de qualificação de profissionais com foco no turismo e na cultura.

3. Projeto piloto de capacitação de técnicos dos órgãos de preservação em técnicas de conservação e restauro por meio do acompanhamento de obras referenciais – foram realizadas capacitações referentes a vitrais (Brasília), azulejaria (São Luís), taipa (São Luís do Paraitinga) e metais (Pelotas).

No escopo dos Planos de Ação das Cidades Históricas, há preocupação também com a qualificação dos serviços de apoio ao turismo, que podem representar oportunidades para os moradores.

Uma experiência de capacitação nesse setor que poderá ser ampliada é o *Projeto Guias*, criado em 2008 e implantado como piloto em Olinda, Recife, Jaboatão, Igarassu e Itamaracá. Voltado à formação de guias turísticos e motoristas de táxi, tem como objetivos: aumentar a oferta e a qualidade da informação oferecida ao turista; ampliar a permanência e o roteiro de visitas dos turistas; oferecer oportunidades de trabalho aos moradores dos centros históricos.

A implantação do projeto é baseada em diagnóstico das características do fluxo turístico, dos serviços e do material de divulgação da cidade⁶⁶. A capacitação visa formar prestadores de serviço que possam contribuir para a melhor compreensão do significado dos bens tombados e dos centros históricos, atuando também como agentes multiplicadores de informação para a sociedade local. O projeto estabelece roteiros de visita diversificados, que incluem gastronomia, artesanato, apresentações culturais, lazer e compras. É produzido material de divulgação sobre a cidade e seu patrimônio cultural para distribuição aos turistas e interessados.

São parceiros na implantação do projeto o Ministério do Turismo, a Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), a prefeitura de Olinda, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Sindicato dos Taxistas de Pernambuco e a Associação dos Condutores Nativos de Olinda. Foram capacitados 80 jovens, já contratados pelo governo de Pernambuco, e cerca de 50 taxistas.

FORMAÇÃO

A política de preservação do patrimônio cultural requer quadros com um nível de especialização considerável, que não se obtém em curto espaço de tempo, e são poucas as instituições de ensino que oferecem cursos nessa área. Por isso, a grande maioria dos quadros do Iphan é formada na prática e no convívio com os colegas mais experientes. O fortalecimento da política de preservação e a ampliação de suas competências nos últimos seis anos tornaram a necessidade de formação de quadros ainda mais urgente.

Visando atender suas necessidades e também as dos demais órgãos de preservação, o Iphan criou um *Programa de Especialização em Patrimônio* (PEP). Os bons resultados alcançados estimularam a instituição a dar novos passos nessa direção, chegando a um resultado extremamente relevante para o setor, a criação, acordada em 2010, de um Centro de Formação para a Gestão do Patrimônio com a chancela da Unesco.

Uma terceira iniciativa do Iphan no fomento à formação de profissionais especializados em preservação do patrimônio foi a inclusão dessa categoria no *Programa de Extensão Universitária* (Proext) do Ministério da Educação.

Todas essas ações têm um caráter estruturante para a consolidação e manutenção de um almejado Sistema Nacional de Patrimônio, que venha a articular as ações de preservação das diversas instâncias de governo.

66. No caso das cidades pernambucanas, constatou-se que: (1) o fluxo crescente de turistas em Pernambuco contrasta com o decréscimo do número de visitantes dos centros históricos de Recife, Olinda e Igarassu, da ilha de Itamaracá e do Parque Histórico Nacional dos Guararapes; (2) o táxi é a modalidade de locomoção mais utilizada pelos visitantes e essa predominância indica uma oportunidade de ampliar a visitação de monumentos tombados.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL (PEP)

A necessidade de formar quadros técnicos para atuar na preservação do patrimônio cultural levou o Iphan a formular um programa próprio em que associa formação teórica e experiência prática nas suas diversas linhas de ação.

Criado em 2004, o PEP funciona como uma pós-graduação. É direcionado a profissionais recém-formados de diversas áreas (arquitetura, história, direito, museologia, letras, administração pública, antropologia, sociologia, arqueologia, arquivologia, biblioteconomia, economia, *design*, geografia, história da arte, comunicação social, pedagogia e produção cultural), que recebem bolsa de estudo ao longo de dois anos. Durante esse período, além de participar de aulas teóricas, conferências e seminários técnicos, os bolsistas atuam nas unidades do Iphan em ações condizentes com suas áreas de formação. Também desenvolvem, sob orientação especializada, uma monografia e um relato de sua experiência prática, que devem ser apresentados ao final do período. O programa procura formar profissionais com conhecimento teórico, experiência prática e capacidade de formulação.

O PEP já realizou cinco editais de seleção, com oferta de 30 vagas por edição (média de 12 candidatos/vaga). Pesquisa realizada para verificação dos resultados obtidos nas três primeiras turmas indicou que 88% dos profissionais formados permaneceram em atividades vinculadas ao patrimônio cultural⁶⁷.

O programa oferece resultados para a Política Nacional de Preservação não apenas quanto à formação de quadros qualificados, mas também pelos estudos produzidos durante e ao final do curso.

O PEP demonstrou que o Iphan tem capacidade para traduzir o conhecimento acumulado em oferta de formação qualificada. Essa experiência deu fôlego ao projeto de criação de um Centro de Formação.



Visita técnica dos alunos do PEP às obras de restauração do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Foto: Arquivo Iphan.

CENTRO DE FORMAÇÃO PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO

O Centro é resultado de uma proposta apresentada pelo Brasil à Unesco e aprovada por sua assembleia geral em 2009. Caracteriza-se como um centro regional, nos moldes dos já implantados na China (2007), no México (2008) e no Bahrein (2009). Tem como objetivo fortalecer as instituições públicas de preservação de países da América do Sul e de países de língua portuguesa ou espanhola da África e da Ásia. Serão suas atribuições:

1. a formação de gestores;
2. a pesquisa e formulação de instrumentos de preservação nas diferentes áreas do patrimônio;
3. o estímulo à parceria e intercâmbio com instituições acadêmicas e com centros de capacitação dos países alvo e internacionais;

67. Dos profissionais que permaneceram em atividades vinculadas ao patrimônio cultural, 33 trabalham nos órgãos de preservação federal, estadual ou municipal (24 no Iphan); 12 ingressaram em programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado), dando continuidade às pesquisas iniciadas no PEP; 8 atuam como docentes, sendo que 4 ministram aulas de Patrimônio Cultural em escolas e universidades; 10 atuam como consultores autônomos para projetos de restauração e arqueologia ou como pesquisadores em projetos temáticos de patrimônio, cultura e meio ambiente.



Aula do PEP no Palácio Gustavo Capanema (RJ). Foto: Arquivo do Iphan.

4. o intercâmbio de boas práticas, projetos, técnicas e metodologias entre os países;
5. a prestação de assistência técnica especializada;
6. a sistematização, disponibilização e divulgação de dados, informações e conhecimento.

O Centro visa oferecer uma formação que integre preservação do patrimônio e desenvolvimento, favorecendo uma visão regional do patrimônio que estimule ações conjuntas entre os países. Também deve estimular uma visão integrada das três convenções da Unesco: Patrimônio Mundial, Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural.

O financiamento e a gestão serão realizados pelo Iphan em parceria com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, com a chancela da Unesco, que também auxiliará no intercâmbio de especialistas e em assessoria técnica. O Centro será sediado no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Sua instalação deverá ser o ponto de partida para a consolidação de um Programa Nacional de Formação em Patrimônio, que absorverá e ampliará a experiência do PEP.

Para dar suporte à criação do Centro e definir uma agenda de prioridades para formação e pesquisa, o Iphan iniciou a constituição de uma rede de instituições com reconhecida atuação na área do patrimônio cultural. Essa rede inclui, até o momento, o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI-PE), o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (CECREBA), o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR-UFGM), as Universidades Federais Fluminense, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Pará, e a Universidade de Brasília.

O Centro representa uma confirmação do protagonismo do Brasil na formulação e implantação de uma nova visão e de novas estratégias para a preservação do patrimônio cultural. O início das atividades está previsto para 2012.

PROEXT – LINHA TEMÁTICA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O *Programa de Extensão Universitária* do Ministério da Educação busca vincular as atividades de ensino e pesquisa das universidades às demandas da sociedade e às políticas públicas formuladas para atendê-las. Os recursos oferecidos pelo MEC e pelos ministérios parceiros do programa destinam-se a financiar projetos de pesquisa apresentados pelas universidades públicas que estimulem o espírito crítico e o compromisso social dos alunos, qualificando o ensino por meio do contato com realidades concretas e da troca de conhecimento com as comunidades. Os projetos devem ser realizados ao longo de 12 meses, sob a coordenação de docentes, e oferecer bolsas aos estudantes.

A parceria com o Iphan iniciou-se em 2009, com a inclusão da linha temática Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro⁶⁸. A seleção dos projetos é realizada pelo instituto. Os projetos apoiados devem ter como compromisso: a participação e a capacitação das comunidades envolvidas; o diálogo, a troca de conhecimento técnico e a parceria com o Iphan; o compartilhamento dos resultados com o Iphan.

As universidades são parceiros fundamentais, com os quais a Política Nacional de Preservação precisa contar de forma mais regular e substantiva. O PROEXT é um passo nessa direção: representa um canal de aproximação, estimula a troca, o debate, o compartilhamento de técnicas, a conjugação de esforços.

Na soma das edições de 2009 e 2010, o Iphan investiu R\$ 3,1 milhões em 76 projetos⁶⁹.

2.3.7. FOMENTO A ATIVIDADES ECONÔMICAS VINCULADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL

A promoção de atividades econômicas é um novo e grande desafio assumido pela política de preservação. Surge no bojo do reconhecimento da importância da dimensão econômica da cultura, promovido pela gestão do ministro Gilberto Gil no Ministério da Cultura.

Cabe destacar, no entanto, que esse desafio não significa que o Iphan e os demais órgãos de preservação devam criar instrumentos de ação direta em áreas em que não possuem conhecimento técnico e estrutura adequada. O que se propõe é que, a partir do conhecimento da realidade local, de diagnósticos sobre as potencialidades econômicas de cidades históricas e de bens culturais e da elaboração dos planos de ação, os gestores do patrimônio cultural sejam capazes de mobilizar e articular os parceiros adequados para implantar as ações. Entre esses parceiros estão ministérios, secretarias estaduais e municipais, órgãos como Sebrae, o INPI, bancos públicos, empresas, associações de classe, etc.

Os Planos de Ação das Cidades Históricas, que incluem o fomento a atividades econômicas, deverão representar a incorporação definitiva dessa linha de ação à Política Nacional de Preservação. As experiências já realizadas nesse campo são poucas e circunscritas, mas estão sendo bem sucedidas.

Os primeiros projetos de fomento foram realizados no âmbito do *Programa Monumenta*, alguns por meio de ação direta – como o estímulo à retomada da ourivesaria tradicional de Natividade (TO) e a instalação do Centro de Atendimento ao Turista de Mariana (MG) –, outros através dos dois editais de *Seleção Pública de Propostas para Assistência Técnica e Financeira a Projetos de Promoção de Atividades Econômicas*, lançados em 2005 e 2007, com foco no turismo, atividades culturais e atividades tradicionais. Dos projetos inscritos, 77 receberam apoio.

68. É destinada a projetos nas seguintes categorias: mapeamento do patrimônio cultural brasileiro (utilizando as metodologias do INRC e do SICG); identificação, tratamento e digitalização de arquivos e registros de relevância histórica e cultural; difusão de acervos e conhecimentos, incluindo produção de conteúdo audiovisual e mídias alternativas; elaboração de projetos de restauro e conservação do patrimônio cultural protegido que prevejam usos com relevância social; projetos de socialização de sítios e acervos arqueológicos; projetos de educação patrimonial; projetos de capacitação técnica para gestores e profissionais do patrimônio cultural que promovam o fortalecimento dos órgãos de patrimônio e da sociedade civil organizada.

69. Para a lista de projetos apoiados, ver Capítulo 7.



No alto, Mercado Brasil no Rio de Janeiro, reunindo produção das 65 comunidades apoiadas pelo *Promoart*. Foto: Flavia Correia/Arquivo CNFCP. Acima, Cerâmica de Rio Real (BA), tradição apoiada pelo *Promoart*. Foto: Elias Mascarenhas/Arquivo CNFCP.

Ação importante também iniciada no âmbito do *Monumenta* foram os estudos para a implantação de Pousadas Históricas em bens tombados. Realizados em parceria com o Ministério do Turismo, já foram concluídos os estudos de viabilidade técnica e econômica referentes aos seguintes bens: Fortaleza de Santa Cruz em Niterói (RJ); Convento de São Francisco em Olinda (PE); Convento Nossa Senhora dos Anjos em Penedo (AL); Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (SC); Convento de Santo Antônio de Paraguaçu em Cachoeira (BA); Convento de Santa Cruz em São Cristóvão (SE); Forte do Castelo em Belém (PA). O próximo passo é a apresentação a investidores.

A atuação do *Monumenta* na promoção de atividades econômicas teve o mérito de ser pioneira; no entanto, seus resultados foram bastante limitados, possivelmente pela falta de vinculação dos projetos a uma estratégia mais ampla e pelo foco acentuado na promoção de atividades voltadas exclusivamente ao turismo.

Com a incorporação do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, em 2003, o Iphan trouxe para o âmbito da política de preservação o importante trabalho de fomento ao artesanato tradicional e à arte popular realizado pelo centro. Além da *Sala do Artista Popular*, até 2007 o centro fomentava as atividades artesanais por meio do Programa de Apoio a Comunidades Artesanais (Paca), que atendeu 26 comunidades em dez anos de atuação. Em 2008, em parceria com o *Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura* do MinC, o centro incorporou o Paca a um programa de maior abrangência e escala, o *Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural* (Promoart).

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

PROMOART

O Promoart, iniciado em 2009, tem como objetivo ampliar e qualificar o mercado para o artesanato tradicional e a arte popular. O programa diferencia-se por tratar o artesanato como patrimônio cultural, destacando os processos tradicionais de produção, as estéticas e as soluções presentes nas peças como marcas culturais, que as singularizam e lhes agregam valor.

O programa tem como premissas:

1. o reconhecimento da importância cultural dos fazeres artesanais tradicionais brasileiros;
2. o trabalho de organização social em torno da produção artesanal, respeitando a diversidade de valores e tempos sociais;
3. a participação das comunidades na busca da sustentabilidade;
4. o estímulo à preservação e à transmissão dos conhecimentos tradicionais;
5. a divulgação de informação e de conhecimento sobre as comunidades e seus produtos.



Tradições artesanais apoiadas pelo *Promoart*. Cerâmica de Icoaraci (PA). Renda de bilro de Raposa (MA). Fotos: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP.

As ações do programa, assim como nos planos de salvaguarda, são definidas com as comunidades e baseadas em diagnóstico que envolve a situação socioeconômica local, além das questões relativas à produção e comercialização.

O Programa está organizado em quatro linhas de ação:

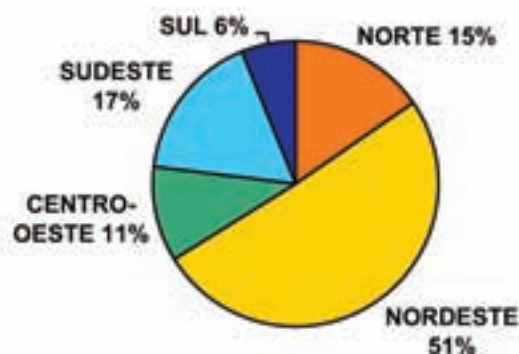
1. Apoio à produção junto às comunidades – manejo de matéria-prima, equipamentos, áreas de trabalho, capacitação organizacional e gerencial, formalização, valorização das referências culturais, etc.
2. Distribuição e comercialização – logística de distribuição, transporte, pontos de venda, embalagens, exposições itinerantes, etc.
3. Agregação de valor aos produtos – certificação, desenvolvimento de marcas, filmes de divulgação, catálogos.
4. Divulgação e promoção – portal, participação em feiras nacionais e internacionais, ações de marketing, apoio à exportação, etc.

O programa foi iniciado com 65 comunidades artesanais de 24 estados, incluindo seis comunidades indígenas⁷⁰. A maior parte dessas comunidades está estabelecida em áreas periféricas e pequenas cidades do interior e requer tanto ações voltadas à capacitação e à formalização, como a estruturação de uma rede de agentes locais que incentive a sustentabilidade e permanência dessas ações.

Também caracterizam o programa a busca de integração com outras ações de promoção do artesanato de âmbito regional ou local e a busca de articulação com políticas sociais.

Além do Ministério da Cultura, são parceiros nacionais do programa o BNDES e a Funai–Museu do Índio. O investimento a ser realizado nas 65 comunidades até 2011 soma R\$ 7 milhões, o que faz do *Promoart* o maior programa de promoção do artesanato vigente no país.

**PROMOART:
COMUNIDADES ENVOLVIDAS,
2009-2010**



70. Para a relação de comunidades e de ações já executadas, ver Capítulo 7.



3. FORTALECENDO A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A década de 2000 trouxe uma série de avanços que, em seu conjunto, resultaram no fortalecimento institucional do Iphan e na estruturação de uma base de apoio à reformulação e execução da Política Nacional de Patrimônio Cultural.

O Iphan ganhou dinamismo e ousadia, enfrentando o desafio de ampliar seu campo de atuação e de dialogar com um leque amplo e diversificado de interlocutores. A instituição começou a se habituar e a se empenhar em compartilhar suas atribuições com novos parceiros. O repasse de metodologias e de conhecimentos técnicos relativos à preservação tornou-se frequente, com o objetivo de ampliar sua capacidade de ação.

Tais avanços se fazem notáveis em contraposição ao cenário desolador do início da década, em que a fragilidade institucional do Iphan, em termos de quadros técnicos, capacidade operacional e de investimento, sequer permitiu que assumisse a gestão do *Programa Monumenta*, que acabou sendo criado como uma política paralela⁷¹.

No tocante ao investimento em preservação, o avanço foi muito significativo. O orçamento do Iphan cresceu sucessivamente, o que, somado aos recursos do *Programa Monumenta* e aos recursos disponibilizados através da Lei de Incentivo à Cultura, permitiu a regularidade de programas e a ampliação do campo de ação da política de preservação.

Essa ampliação foi possibilitada também pela ramificação no país da presença institucional do Iphan, que finalmente conseguiu estabelecer superintendências em todos os estados que contavam apenas com escritórios técnicos, e pelo reforço nos quadros da instituição, proporcionado pela realização de concursos.

Ainda está em curso uma necessária atualização e agilização dos processos gerenciais. A adoção de planejamento estratégico apenas começou a ser concretizada e o estabelecimento de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural é um grande desafio no horizonte.

3.1. Os avanços e os desafios da gestão

Distribuir as ações de preservação de forma mais equilibrada requer a capilarização da presença do Iphan no país. Essa capilarização evoluiu bastante ao longo da década. Em 2009, finalmente, a rede de superintendências foi completada, com a instalação de sedes em todos os estados. O número de superintendências subiu de 14,

71. O *Programa Monumenta* foi incorporado pelo Iphan somente em 2006.

em 2000, para 27, em 2009. As superintendências passaram a ter um território mais delimitado sob sua jurisdição, permitindo melhor planejamento de ações, melhoria na capacidade fiscalizatória, maior aproximação da população e maior foco na documentação do patrimônio local.

Também foram criados em cidades históricas 16 novos escritórios técnicos, fundamentais para atender a população residente, divulgar os instrumentos de ação da política de preservação, realizar as ações de sensibilização e educação patrimonial e fortalecer as relações institucionais com os gestores públicos locais, ampliando as possibilidades de ação conjunta.

Atualmente, apenas 41 das 77 cidades históricas tombadas contam com escritórios do Iphan. Ainda que a presença do instituto não requeira necessariamente uma estrutura própria e permanente, a presença de seus técnicos, que podem ser abrigados em instituições parceiras, é importante.

Muitos estados permaneceram décadas sem uma presença efetiva do Iphan, com um reduzido estoque de bens reconhecidos em âmbito federal e, conseqüentemente, com um menor volume de investimento na preservação de seu patrimônio, menor visibilidade nacional e menor valorização desse patrimônio pela população.

A capilarização de representações locais do Iphan é importante também para aumentar a capacidade de identificação e documentação do patrimônio cultural. As regiões Norte e Centro-Oeste são grandes desafios para a ampliação da política de preservação, pela extensão de seus territórios, pelas dificuldades de transporte e também pelo pouco conhecimento já acumulado sobre a dimensão e diversidade de seu patrimônio.

A ampliação das representações estaduais foi acompanhada pela aquisição de sedes próprias para as superintendências do Acre, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rondônia e Pará, favorecendo a instalação das *Casas do Patrimônio*. Também se investiu na ampliação e modernização dos equipamentos.

Outro significativo avanço que vem sendo efetivado na gestão da política de preservação é a revisão de suas metodologias e de seus processos de trabalho para conferir agilidade às ações e dar ênfase à obtenção de resultados. Uma das estratégias para alcançar tais objetivos foi superar a autossuficiência e investir na descentralização e na construção de parcerias para a execução das ações.

O processo de implantação do planejamento estratégico, iniciado em 2007, levou o Iphan a redefinir sua missão no que se refere à ampliação do conceito de patrimônio cultural, à convicção de que a responsabilidade pela preservação deve ser compartilhada e a uma visão mais abrangente de seu papel social:

Missão do Iphan: Promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A consolidação do planejamento estratégico como instrumento de gestão envolve uma série de desafios gerenciais, entre eles a criação de indicadores para a avaliação de resultados; a análise permanente de desempenho regional e setorial, buscando maior equilíbrio no investimento; a implantação de uma política de gestão e difusão de informação, seja para dar suporte à ação, seja para compartilhar e difundir o conhecimento produzido sobre o patrimônio cultural. A qualidade e a quantidade de conhecimento sobre o patrimônio cultural produzido continuamente pelo Iphan merecem uma interface pública mais ostensiva.

O planejamento estratégico também busca estimular a elaboração de projetos de maior alcance e que possam ser articulados com projetos de outros parceiros, evitando ações pontuais e pulverizadas, para que tenham maior impacto na melhoria das cidades ou comunidades.

O Iphan tem procurado formular, para cada campo de atuação, estratégias que se traduzem em programas

nacionais, abandonando a prática de atendimento a demandas locais e pontuais e estimulando a ação conjunta e a troca de experiências entre os estados.

A decisão de constituir Bancos de Projetos Prioritários em todas as superintendências é um esforço em curso. A identificação de projetos prioritários e/ou estratégicos e a sua formulação são requisitos necessários para o melhor aproveitamento de recursos e de oportunidades. Isso demanda investimento e considerável tempo de trabalho dos técnicos. Muitas vezes é difícil fazer a opção pelo planejamento diante do acúmulo de ações cotidianas necessárias. A execução dos projetos disponíveis nos bancos pode ser efetivada pelo Iphan, pelos órgãos estaduais, por prefeituras, por organizações ou outras entidades atuantes no setor.

Entre os pontos que evidenciam a melhoria da gestão da Política de Preservação do Patrimônio, destaca-se ainda a atenção que vem sendo dada ao uso da legislação ambiental, que é extensiva ao patrimônio natural e cultural. Já é prática estabelecida no Iphan o licenciamento de grandes empreendimentos sob o ponto de vista do impacto sobre o patrimônio arqueológico e a determinação de ações compensatórias. No entanto, apenas recentemente o instituto passou a analisar também o impacto sobre o patrimônio edificado, paisagístico e imaterial, ou seja, a analisar o impacto sobre o patrimônio cultural como um todo.

O melhor uso da legislação tem resultado em um bom número de ações compensatórias ou mitigadoras de impacto, que se traduzem em financiamento de processos de tombamento ou registro (como no caso do tombamento dos Lugares Sagrados dos Povos do Xingu) e em financiamento de inventários e ações de documentação, de projetos de socialização de sítios arqueológicos e de restauração, entre outros.

3.2. Ampliação dos quadros técnicos

O desmonte das instituições federais de cultura promovido pelo governo Collor afetou duramente o Iphan, que perdeu quase a metade de seu corpo técnico ao longo da década de 1990, reduzindo ao mínimo sua capacidade de ação.

A recomposição dessa perda de quadros tardou muito a acontecer e teve início somente em 2005, com a realização do primeiro concurso em mais de 20 anos, o qual possibilitou o provimento de 148 cargos. No entanto, 25% dos ingressados desistiram da posição em razão dos baixos salários. Em 2009 foi realizado o segundo concurso, para prover 187 vagas, e os aprovados começaram a ingressar na instituição em meados de 2010. Está previsto para 2012 um novo concurso.

Os concursos, porém, não foram acompanhados pela necessária implantação de um plano de carreira, antiga reivindicação do Iphan, o que desestimulou muitos dos ingressados.

O estabelecimento de um plano de carreira para os funcionários do Iphan, justificado pela especialização técnica e pelas responsabilidades constitucionais e policiais que exercem, é uma meta importante que ainda não foi alcançada. O que se conseguiu nos últimos anos foi uma ampliação do número de cargos de direção e comissionados (82), associada a uma progressão salarial razoável.

O Iphan é hoje, entre as instituições públicas de cultura, uma das que reúnem quadros mais especializados e que vêm respondendo positivamente aos novos desafios da política de preservação.

A especialização requerida por diversas das atribuições do Iphan não se alcança em curto espaço de tempo e em grande parte é adquirida na prática. O estabelecimento de regularidade nos concursos é fundamental para que a renovação de quadros possa se dar concomitantemente à presença dos profissionais mais experientes.

A ampliação das áreas de atuação ocorrida ao longo da década tem demandado uma atualização das qualificações técnicas presentes nos quadros do instituto. Os concursos devem progressivamente suprir essas novas necessidades.

Embora a ampliação dos quadros técnicos, necessária em quase todos os estados, e a implantação de plano de carreira permaneçam como prioridades ainda não totalmente supridas, vale destacar que o número de funcionários cresceu 17% em relação a 2002 e que oito estados (Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Tocantins) finalmente passaram a contar com equipe própria, a partir da criação das suas superintendências.

FORÇA DE TRABALHO POR ESTADO⁷²

ESTADO	SERVIDORES EM 2000	SERVIDORES EM 2002	SERVIDORES EM 2010
AC	-	-	6
AL	5	5	10
AM	5	5	8
AP	-	-	8
BA	47	48	61
CE	15	23	28
DF: Superintendência	10	13	16
DF: Administração Central	286	200	185
ES	9	10	12
GO	17	25	27
MA	16	21	26
MG	108	85	77
MS	-	2	5
MT	-	2	7
PA	8	12	18
PB	22	22	28
PE	60	79	75
PI	2	4	11
PR	5	7	16
RJ: Superintendência	75	122	127
RJ: Centro Nacional de Cultura Popular	4	4	42
RJ: Paço Imperial	41	35	42
RJ: Sítio Burle Marx	29	38	29
RJ: Palácio Gustavo Capanema	61	31	95
RN	-	-	9
RO	-	-	7
RR	-	-	4
RS	29	31	40
SC	7	8	19
SE	4	7	12
SP	67	69	37
TO	-	-	7
Total	932	908	1094

Fonte: Iphan - Departamento de Planejamento e Administração.

72. Os números variam em decorrência de cessões, remoções e exonerações.

3.3. Ampliação do investimento

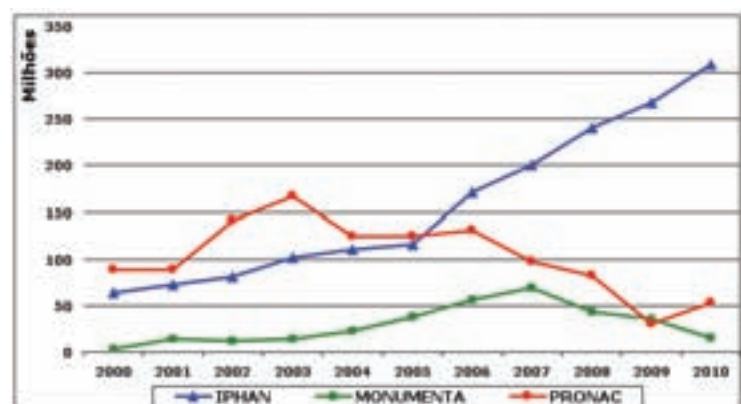
Os números mostram o substancial e progressivo aumento do investimento federal na preservação do patrimônio cultural ao longo da década. Entre 2000 e 2010, o investimento federal cresceu 175% e o orçamento do Iphan, 502%.

INVESTIMENTO FEDERAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2000–2010.

ANO	IPHAN*	MONUMENTA**	PRONAC ***73	TOTAL
	orçamento executado	orçamento executado	investimento efetivado	
2000	64.226.000,00	3.432.857,00	88.343.499,37	156.002.356,37
2001	72.675.000,00	14.404.880,00	89.188.242,82	176.268.122,82
2002	80.824.000,00	12.098.160,00	140.597.152,17	233.519.312,17
2003	101.668.000,00	14.517.456,00	166.706.087,35	282.891.543,35
2004	110.571.000,00	22.650.288,00	124.330.034,81	257.551.322,81
2005	116.368.000,00	37.880.442,00	124.437.986,07	278.686.428,07
2006	171.622.000,00	56.282.555,00	131.054.094,69	358.958.649,69
2007	200.032.000,00	69.415.665,00	97.081.414,55	366.529.079,55
2008	240.489.000,00	43.015.676,00	82.149.085,39	365.653.761,39
2009	267.847.000,00	35.586.844,00	30.311.031,00	333.744.875,00
2010	308.746.536,00	15.365.245,00	53.270.649,90	377.382.430,90
Total	1.735.068.536,00	324.650.068,00	1.127.469.278,12	3.187.187.882,12

Fontes: *Siafi, **Iphan, ***SalicNet (Ministério da Cultura).

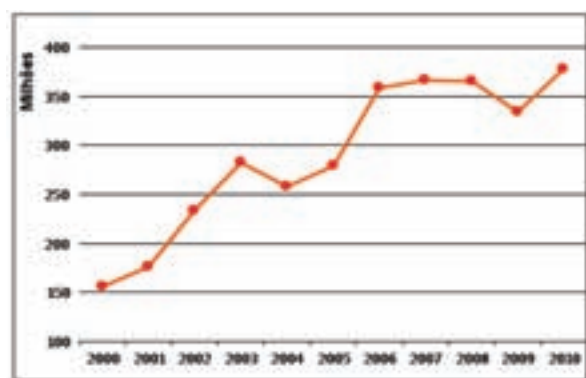
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO POR FONTE DE RECURSOS



O orçamento do Iphan, e não mais o investimento do Pronac, é a principal fonte de recursos da Política de Preservação do Patrimônio Cultural desde 2006. Que a instituição responsável pela política de preservação detenha a principal fonte de investimento no setor é um avanço importante. O investimento do Iphan em ações finalísticas cresceu de R\$ 17 milhões em 2002 para R\$ 210 milhões em 2010.

73. O valor do investimento via Pronac está calculado por ano de aprovação do projeto. Como há projetos com um longo período de captação, o valor final de cada ano ainda será alterado, até que todos os projetos aprovados naquele ano tenham encerrado sua captação. O investimento apontado para os anos 2009 e 2010 são bastante provisórios, uma vez que a SalicNet somente apontará o valor captado pelos projetos aprovados nesses anos quando os mesmos solicitarem renovação. Para dar uma ideia do que ainda pode ser alterado: PROJETOS EM CAPTAÇÃO RESIDUAL OU INICIAL – 2002:1; 2003:4; 2004:3; 2005:12; 2006:31; 2007:42; 2008:62; 2009:37; 2010:35. Total: 227. A lista de projetos apoiados no período está no Capítulo 7.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO FEDERAL, 2000-2010

DISTRIBUIÇÃO ESTADUAL DO ORÇAMENTO FINALÍSTICO EXECUTADO PELAS SUPERINTENDÊNCIAS⁷⁴

	2005		2006		2007		2008		2009		2010 ⁷⁵		Popu- lação
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	62.345	0,08	0,38
AL	181.585	0,99	879.733	2,80	210.841	1,16	2.965.055	5,39	3.420.202	5,04	6.030.912	7,92	1,64
AM	535.294 ⁷⁶	2,91	679.888	2,17	652.225	3,57	839.974	1,53	996.505	1,47	81.019	0,11	1,83
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	42.485	0,06	0,35
BA	1.627.913	8,85	4.815.179	15,34	1.470.410	8,06	3.442.256	6,26	4.344.431	6,40	6.964.869	9,15	7,35
CE	1.014.175	5,51	1.119.716	3,57	522.320	2,86	713.279	1,30	664.901	0,98	7.427.967	9,76	4,43
DF	328.206	1,78	243.707	0,78	421.146	2,31	3.718.347	6,76	961.651	1,42	40.189	0,05	1,34
ES	49.966	0,27	734.016	2,34	471.292	2,58	580.661	1,06	855.071	1,26	255.391	0,34	1,84
GO	1.678.606 ⁷⁷	9,13	3.003.632	9,57	1.518.479	8,32	5.471.941	9,95	5.417.328	7,98	5.860.256	7,70	3,15
MA	566.884	3,08	1.679.511	5,35	1.020.356	5,59	3.084.721	5,61	5.299.931	7,81	3.708.769	4,87	3,44
MG	2.429.648	13,21	2.640.569	8,41	2.046.253	11,21	4.603.188	8,37	12.512.004	18,43	3.176.579	4,17	10,27
MS	237.701	1,29	804.813	2,56	337.560	1,85	837.445	1,52	665.150	0,98	3.149.284	4,14	1,28
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	26.667	0,04	1,59
PA	1.051.424 ⁷⁸	5,72	1.330.273	4,24	863.683	4,73	4.208.617	7,65	2.769.950	4,08	11.176.567	14,68	3,98
PB	429.600 ⁷⁹	2,34	1.102.847	3,51	615.035	3,37	1.996.224	3,63	2.441.620	3,60	3.645.641	4,79	1,97
PE	769.475	4,18	1.451.245	4,62	638.374	3,50	4.045.370	7,35	5.680.630	8,37	6.802.777	8,94	4,61
PI	573.556	3,12	395.008	1,26	373.321	2,05	1.114.913	2,03	2.345.337	3,45	1.455.217	1,91	1,64
PR	574.450	3,12	990.879	3,16	708.032	3,88	2.490.024	4,53	1.977.903	2,91	1.301.229	1,71	5,47
RJ	2.819.665	15,33	3.508.066	11,18	2.187.948	11,99	4.994.916	9,08	3.680.262	5,42	2.544.123	3,34	8,39
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	714.536	0,94	1,66
RO	45.570 ⁸⁰	0,25	176.684	0,56	401.163	2,20	808.181	1,47	1.673.640	2,47	28.506	0,04	0,82
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,24
RS	1.589.676	8,64	1.979.655	6,31	2.073.003	11,36	3.448.904	6,27	6.804.354	10,02	5.685.177	7,47	5,61
SC	1.069.973	5,82	2.084.522	6,64	589.986	3,23	3.266.821	5,94	2.714.448	4,00	1.098.393	1,44	3,28
SE	263.139	1,43	1.162.683	3,70	476.261	2,61	1.039.817	1,89	989.131	1,46	872.204	1,15	1,08
SP	555.244	3,02	600.743	1,91	654.184	3,58	1.340.822	2,44	1.670.046	2,46	3.898.587	5,12	21,63
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	67.998	0,09	0,73
total	18.391.750	100	31.383.369	100	18.251.872	100	55.011.476	100	67.884.495	100	76.117.687	100	100
UF	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	%

Fonte: Siafi Gerencial.

74. Note-se que os números apresentados referem-se apenas ao investimento finalístico e diferem dos números apresentados no Capítulo 5, que se referem ao orçamento total executado.



Palacete Argentina, restaurado para receber a sede do Iphan em Porto Alegre (RS). Foto: Eneida Serrano/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.

O Iphan não dispõe de números que permitam uma avaliação da distribuição estadual do seu orçamento ao longo de toda a década; só há números disponíveis a partir de 2005.

Os números de 2010 mostram que o percentual de investimento nos estados está diretamente associado à presença de programas mais abrangentes, como o *PAC das Cidades Históricas* ou as obras finais do *Monumenta*. Isso significa que o planejamento de projetos de maior impacto tem beneficiado regiões e estados em que o investimento tradicionalmente foi circunscrito, como é o caso de Alagoas (o investimento cresceu de 0,99 para 7,92%), do Ceará (de 5,51 para 9,76%), do Pará (de 5,72 para 14,68%) e de Pernambuco (de 4,10 para 8,94%).

Observa-se também que o orçamento do Iphan tem equilibrado o massivo investimento via Pronac no Rio de Janeiro. Desde 2007, vem diminuindo a participação do estado no total investido, tornando-a mais equilibrada com o tamanho da população. São Paulo é o estado em que há maior desproporção entre a participação no orçamento investido e o tamanho da população: o investimento não ultrapassou 5%, em um estado que concentra 21,6% da população do país.

75. Até 31/12/2010.

76. Inclui Roraima.

77. Inclui Tocantins e Mato Grosso.

78. Inclui Amapá.

79. Inclui o Rio Grande do Norte.

80. Inclui o Acre.

**PRONAC 2000-2010 – APOIO A PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
POR ESTADO**

UF	Apoiados FNC	Apoiados Mecenato	Total de apoiados	%	Investimento realizado FNC	%	Investimento realizado Mecenato	%	Total investido no estado	%	Popu- lação
AC	1	1	2	0,18	74.699,50	0,03	1.375.852,96	0,16	1.450.552,46	0,17	0,38
AL	6	7	13	1,19	2.032.296,85	0,77	6.604.463,60	0,76	8.636.760,45	0,77	1,64
AM	0	1	1	0,09	0	0,00	375.459,00	0,04	375.459,00	0,03	1,83
AP	0	2	2	0,18	0	0,00	112.846,96	0,01	112.846,96	0,01	0,35
BA	22	25	47	4,32	35.578.794,42	13,56	29.380.228,45	3,40	64.959.022,87	5,76	7,35
CE	8	9	17	1,56	3.462.897,95	1,32	6.475.727,33	0,75	9.938.625,28	0,88	4,43
DF	18	4	22	2,02	8.604.127,79	3,28	9.343.912,05	1,08	17.948.039,84	1,59	1,34
ES	6	7	13	1,19	1.428.027,51	0,54	28.279.157,10	3,27	29.707.184,61	2,63	1,84
GO	8	12	20	1,84	3.039.877,60	1,16	5.632.426,58	0,65	8.672.304,18	0,77	3,15
MA	3	8	11	1,01	3.121.568,66	1,19	4.317.270,76	0,50	7.438.839,42	0,66	3,44
MG	59	127	186	17,10	11.365.294,05	4,33	135.481.131,08	15,66	146.846.425,13	13,02	10,27
MS	1	4	5	0,46	3.902.407,58	1,49	4.897.746,24	0,57	8.800.153,82	0,78	1,28
MT	0	3	3	0,28	0	0,00	1.381.412,93	0,16	1.381.412,93	0,12	1,59
PA	4	17	21	1,93	1.098.341,65	0,42	11.952.899,03	1,38	13.051.240,68	1,16	3,98
PB	10	3	13	1,19	683.946,89	0,26	978.808,58	0,11	1.662.755,47	0,15	1,97
PE	2	42	63	5,79	16.684.417,21	6,36	36.908.960,08	4,27	53.593.377,29	4,75	4,61
PI	18	3	21	1,93	3.308.081,22	1,26	9.539.502,29	1,10	12.847.583,51	1,14	1,64
PR	11	29	40	3,68	1.179.567,86	0,45	13.516.763,89	1,56	14.696.331,75	1,30	5,47
RJ	81	142 223	20,50	46,62	4.026,44	17,78	230.564.633,80	26,66	277.188.660,24	24,59	8,39
RN	2	2	4	0,37	180.000,00	0,07	120.684,20	0,01	300.684,20	0,03	1,66
RO	2	0	2	0,18	230.000,00	0,09	0	0,00	230.000,00	0,02	0,82
RR	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,24
RS	39	69	108	9,93	16.152.575,66	6,16	78.496.313,30	9,08	94.648.888,96	8,39	5,61
SC	16	29	45	4,14	6.705.147,75	2,56	9.716.852,17	1,12	16.421.999,92	1,46	3,28
SE	5	5	10	0,92	1.012.708,41	0,39	7.257.170,98	0,84	8.269.879,39	0,73	1,08
SP	37	126	163	14,98	47.180.790,87	17,99	232.209.972,16	26,85	279.390.763,03	24,78	21,63
TO	2	1	3	0,28	222.264,08	0,08	24.000,00	0,00	246.264,08	0,02	0,73
nacional	30	0	30	2,76	48.646.122,27	18,55	0	0,00	48.646.122,27	4,31	-
Totais	410	678	1088	100	262.295.718,14	100	864.920.195,52	100	1.127.462.177,74	100	100

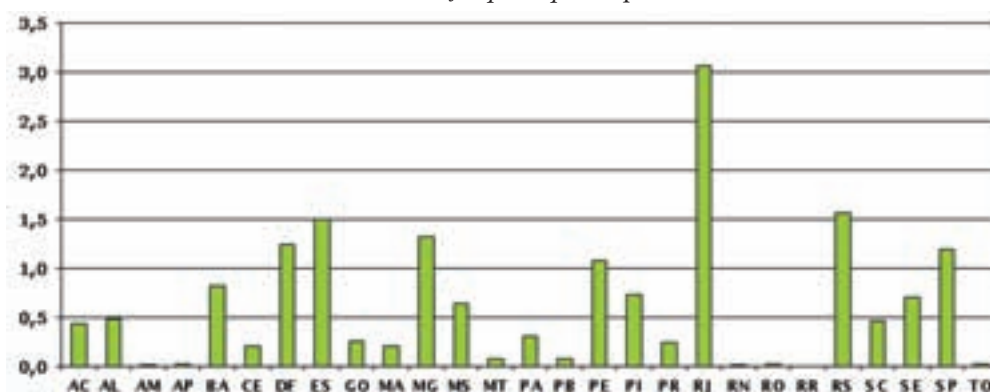
O Pronac, mesmo que já não seja a principal, permanece como uma importante fonte de recursos para a preservação do patrimônio cultural. O programa ajuda a descentralizar e ampliar a capacidade de ação dos órgãos federal, estaduais e municipais. Mas é necessário traçar algumas considerações com base na análise de seu desempenho na última década.

De todos os números do Pronac relativos ao patrimônio cultural, o mais revelador é que 50% dos recursos (Mecenato + Fundo Nacional de Cultura) foram investidos em apenas dois estados: Rio de Janeiro e São Paulo. A tabela mostra que, ao longo de toda a década, não foi realizado nenhum investimento do Fundo Nacional de Cultura (FNC) nos estados do Amazonas, Amapá, Roraima e Mato Grosso e nenhum investimento via Mecenato nos estados de Rondônia e Roraima. Roraima, portanto, não recebeu nenhum investimento do Pronac em dez anos. Vale lembrar que é também o único estado que não possui bem tombado ou registrado em âmbito federal, mas os possui em âmbito local. A aprovação de lei estadual de proteção ao patrimônio cultural, em 2009, poderá ajudar a acelerar a entrada de Roraima no universo do Pronac.

Confrontando o investimento do Pronac em cada estado com as respectivas populações, é possível dimensionar mais corretamente a concentração do investimento. Sua distribuição fica aquém do percentual de habitantes em quase todos os estados. É maior em Minas Gerais (27%), no Distrito Federal (21%) e em São Paulo (14%); consideravelmente maior no Rio Grande do Sul (49%) e no Espírito Santo (43%), e extremamente maior no Rio de Janeiro (293%). Em onze estados o investimento foi bastante abaixo do ponto de equilíbrio: Amazonas, Amapá, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins.

PRONAC 2000-2010 – INVESTIMENTO NO ESTADO/POPULAÇÃO

(1,0 = distribuição *per capita* equilibrada)



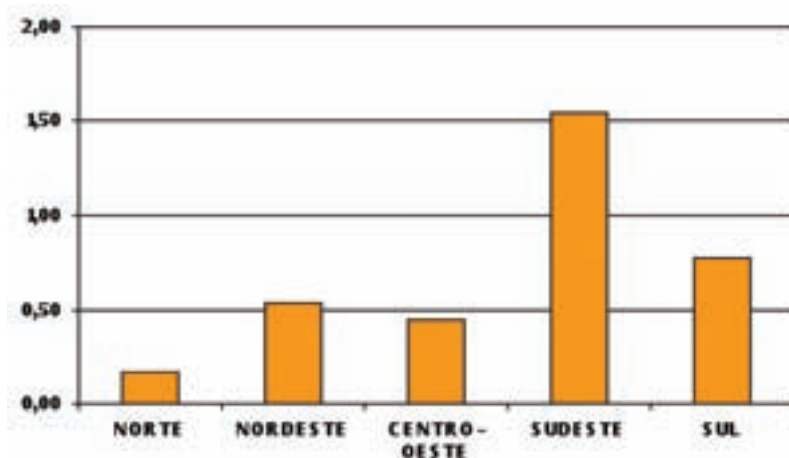
PRONAC 2000-2010 – APOIO A PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL POR REGIÃO

REGIÃO	PROJETOS APOIADOS	%	INVESTIMENTO REALIZADO	%	%	POPULAÇÃO
NORTE	31	2,8	15.466.363,18		1,4	8,3
NORDESTE	199	18,31	67.647.527,88		14,9	27,8
CENTRO-OESTE	50	4,6	36.801.910,77		3,3	7,4
SUDESTE	585	53,87	33.133.033,01		65,0	42,1
SUL	193	17,8	125.767.220,63		11,2	14,4
NACIONAL	30	2,8	48.646.122,27		4,2	0
TOTAIS	1088	100	1.127.462.177,74		100	100

Os números referentes à distribuição do investimento por região, confrontados com a população, mostram o mesmo desequilíbrio. Nas regiões Nordeste (47% inferior) e Centro-Oeste (55% inferior), a participação no montante de investimento corresponde a praticamente metade da participação da sua população; no Norte, fica em menos de um quarto (83% inferior), e no Sudeste é bastante superior (54%). Há certo equilíbrio apenas no Sul (23% inferior).

PRONAC 2000-2010 – INVESTIMENTO POR REGIÃO/POPULAÇÃO

(1,00 = distribuição *per capita* equilibrada)



A concentração do volume de recursos é ainda maior que a concentração do número de projetos apoiados por região. O investimento por projeto é muito maior no Sudeste, onde os orçamentos são em geral mais elevados, do que em projetos de mesma natureza realizados em outras regiões.

Sob a ótica da preservação do patrimônio cultural, o Pronac apresenta-se como um instrumento frágil de política pública. Sequer o FNC, que não está sujeito à lógica das políticas de patrocínio das empresas, consegue vencer a concentração de investimentos. Boa parte dos projetos com maior captação na década recebeu recursos tanto do FNC quanto do Mecenato.

A tabela a seguir identifica os bens culturais que receberam maior investimento ao longo da década. São bens muito relevantes e com destacado papel social – não cabe discutir o mérito dos projetos apoiados. O que cabe debater é o grau de concentração de investimento que o Pronac tem produzido. Os 30 projetos relacionados (2,7% do total de projetos apoiados) receberam 44,4% dos recursos investidos na década. Dentre esses 30 projetos, 25 estão no Sudeste (10 do Rio de Janeiro, 9 de São Paulo, 4 de Minas Gerais e 2 do Espírito Santo).

PRONAC 2000-2010 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO



PRONAC 2000-2010 – BENS CULTURAIS QUE MAIS RECEBERAM INVESTIMENTO⁸¹

	CIDADE	INSTITUIÇÃO	VALOR APOIADO	OBJETIVO DO PROJETO
1	Rio de Janeiro	Theatro Municipal do Rio de Janeiro	58.084.702,	Restauração
2	Porto Alegre	Museu Iberê Camargo	33.411.758,	Construção, instalação, manutenção de atividades
3	Rio de Janeiro	Arquivo Nacional	32.351.000,	Restauração da nova sede, instalação
4	Belo Horizonte	Museu de Artes e Ofícios	31.336.538,	Restauração da estação central, instalação, museografia, construção de anexos para capacitação, manutenção de atividades
5	São Paulo	Museu da Língua Portuguesa	25.527.760,	Restauração de parte da Estação da Luz e instalações
6	São Paulo	Museu de Arte Moderna (MAM)	24.700.642,	Manutenção de instalações e de atividades, aquisição de uma obra para o acervo
7	Ouro Preto/ Mariana (MG)	Trem Azul da Vale	23.194.733,	Instalação, manutenção de atividades
8	Rio de Janeiro	Museu Nacional de Belas Artes	19.728.963,	Restauração
9	São Paulo	Museu do Futebol	18.683.768,	Instalação
10	São Bernardo do Campo (SP)	Museu do Trabalho e do Trabalhador	18.000.000,	Instalação
11	Belo Horizonte	Cine Brasil	17.306.644,	Reforma e instalação de centro cultural
12	São Paulo	Biblioteca Brasileira USP	17.121.694,	Construção da sede, instalação, constituição de biblioteca virtual
13	Vitória	Palácio Anchieta	16.141.381,	Restauração
14	Rio de Janeiro	Jardim Botânico	13.826.389,	Restauração de edificações, catalogação do acervo, manutenção de atividades
15	Salvador	Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira	12.770.193,	Restauração de edificações, implantação
16	São Carlos (SP)	Museu Asas de um Sonho (Tam)	12.763.842,	Reforma da sede, museografia, restauração de acervo
17	São Raimundo Nonato (PI)	Parque da Serra da Capivara	12.244.322,	Instalação de infraestrutura de visitação, manutenção de atividades
18	Rio de Janeiro	Museu Histórico Nacional	12.105.497,	Restauração, modernização das instalações
19	Brasília	Catedral	11.798.276,	Restauração
20	Rio de Janeiro	Museu Nacional de Belas Artes	11.150.000,	Restauração
21	São Paulo	Museu de Arte de São Paulo (Masp)	9.700.816,	Reforma do anexo
22	Vitória	Ponte Florentino Ávidos	8.333.908,	Restauração
23	Congonhas do Campo (MG)	Museu de Congonhas do Campo	8.300.000,	Construção
24	São Paulo	Instituto Fernando Henrique Cardoso	8.217.385,	Organização e digitalização do acervo documental
25	Araras (SP)	Centro Cultural de Araras	8.186.000,	Restauração da estação ferroviária, instalação
26	Recife	Estação Cultural Luís Gonzaga	7.500.000,	Adaptação de instalações para complexo cultural
27	Rio de Janeiro	Convento de Santo Antônio	7.207.045,	Restauração
28	Rio de Janeiro	Museu e Centro Cultural da Casa da Moeda	7.124.516,	Restauração, implantação
29	Rio de Janeiro	Biblioteca Nacional	7.053.992,	Modernização das instalações, catalogação
30	Rio de Janeiro	Museu Casa do Pontal	6.867.489,	Manutenção de instalações e atividades
Total			500.739.253,	

81. Os valores são os indicados na prestação de contas de cada projeto, não estão corrigidos. Foram somados os investimentos realizados em todos os projetos relativos a esses bens apresentados ao longo da década. Não estão contabilizados os valores aprovados para captação pela CNIC, mas ainda não captados.

A tabela mostra a grande concentração de investimento em alguns bens, como o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, que recebeu praticamente o dobro do investimento destinado ao Arquivo Nacional, o qual tem edificação de porte equivalente e contou com projeto de maior amplitude. Destacam-se também os altos valores investidos na manutenção de atividades de algumas instituições, inclusive de pequeno porte. Esses casos servem como exemplos para ilustrar a necessidade do estabelecimento de parâmetros mais eficazes de análise dos orçamentos apresentados pelos projetos, para que reflitam de modo mais adequado a natureza das intervenções propostas.

PRONAC 2000-2010 – INSTITUIÇÕES QUE MAIS CAPTARAM RECURSOS

UF	CIDADE	PROPONENTE	TOTAL CAPTADO	PROJETOS
RJ	Rio de Janeiro	Associação de Amigos do Theatro Municipal do Rio de Janeiro	58.084.705,	Theatro Municipal do Rio de Janeiro
RJ	Rio de Janeiro	Fundação Roberto Marinho	56.454.719,	Igreja de São Francisco/Pampulha, Paço do Frevo, Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, Museu da Língua Portuguesa, Museu do Futebol
MG	Belo Horizonte	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	34.507.676,	Museu de Artes e Ofícios, Museu Delfim Moreira, Museu do Oratório
RS	Porto Alegre	Fundação Iberê Camargo	33.411.759,	Museu Iberê Camargo
RJ	Rio de Janeiro	Associação Cultural do Arquivo Nacional	32.351.000,	Arquivo Nacional
ES	Vitória	Fundação Promar	24.775.290,	Conjunto Arquitetônico de Reis Magos, Palácio Anchieta, Ponte Florentino Ávidos
SP	São Paulo	Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM)	24.700.643,	MAM
MG	Rio de Janeiro	Fundação Vale do Rio Doce	23.194.733,	Trem Azul do Vale
RJ	Rio de Janeiro	Instituto Herbert Levy	19.574.812,	Museu do Jardim Botânico, Museu da Justiça Eleitoral, Museu Nacional, Museu e Centro Cultural da Casa da Moeda
BA	Salvador	Governo do Estado da Bahia	18.464.565,	Recuperação de Imóveis do Centro Histórico de Cachoeira, Lençóis e Salvador
SP	São Bernardo do Campo	Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo	18.000.000,	Museu do Trabalho e do Trabalhador
MG	Belo Horizonte	Fundação Sidertube	17.306.645,	Cine Brasil
SP	São Paulo	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP)	17.121.694,	Biblioteca Brasileira USP
SP	São Paulo	Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental AMA-BRASIL	15.745.095,	Teatro Guarany, Casa do Trem Bélico, Casarão do Valongo, Galpões do Instituto Butantan em São Paulo
SP	São Paulo	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	14.214.842,	Museu da Energia - Núcleos de Corumbatá, Itu, Jundiá, Caminhos do Mar, Monumentos Históricos do Caminhos do Mar, Casarão Santos Dumont, Palácio dos Campos Elíseos, Acervo Histórico do Setor de Saneamento Ambiental (Sabesp) e Implantação do Museu do Saneamento

BA	Salvador	Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira AMAFRO	12.770.193	Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira
SP	São Paulo	EDUCTAM Educação, Assistência e Cultura	12.763.842,	Museu Asas de Um Sonho
SP	São Paulo	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand	12.702.525,	MASP, Galeria Prestes Maia
PI	São Raimundo Nonato	Fundação Museu do Homem Americano	12.244.322,	Parque Nacional da Serra da Capivara
RJ	Rio de Janeiro	Associação Pró Museu Nacional de Belas Artes	11.150.000,	Museu Nacional de Belas Artes
RJ	Rio de Janeiro	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	10.639.437,	Convento de Santo Antônio (RJ), Igreja e Convento Nossa Senhora do Amparo (SP), Igreja de São Francisco (SP)
PE	Recife	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	10.524.708,	Igreja Matriz do Rosário (Goiana), Sítio Histórico de Olinda, Igreja da Madre de Deus (Recife), Coleção de Litogravuras da Oficina Guaianases, Coleção de Cerâmica do Acervo Museológico do Centro Cultural Benfica, Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares (Recife), Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Convento de Santo Antônio (Recife), Faculdade de Direito do Recife
SP	São Paulo	Prefeitura Municipal de São Paulo	9.805.611,	Revitalização do Bairro da Luz
RJ	Rio de Janeiro	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	8.598.199,	Praça Tiradentes
DF	Brasília	Fundação Ricardo Franco	8.418.449,	Catedral Metropolitana de Brasília
SP	São Paulo	Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes	8.360.500,	Museu Afro Brasil Museu da Cidade de São Paulo
SP	São Paulo	Instituto Fernando Henrique Cardoso	8.217.385,	Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso e Antropóloga Ruth Cardoso
SP	Araras	Associação Cultural de Araras	8.186.000,	Centro Cultural de Araras
RJ	Rio de Janeiro	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	7.640.836,	Museu Histórico Nacional
RJ	Angra do Reis	Angra Brasil	7.525.115,	Igreja Matriz de N.S. da Conceição (Angra dos Reis), Igreja Matriz de N.S. da Guia (Mangaratiba), Igreja Matriz N. S. dos Remédios (Paraty)
Total			557.455.300,	

Vê-se no quadro acima que as 30 instituições que mais captaram recursos na década foram responsáveis por 49,4% do investimento do Pronac no período e que 24 delas são da região Sudeste.

PRONAC MECENATO 2000-2010 – MAIORES PATROCINADORES – PATRIMÔNIO CULTURAL⁸²

EMPRESA		UF	VALOR	% TOTAL
1.	Petrobras	RJ	235.822.726,94	20,92
2.	BNDES	RJ	116.915.758,51	10,37
3.	Companhia Vale do Rio Doce	RJ	60.151.759,01	5,34
4.	Gerdau	RJ	32.948.646,52	2,92
5.	Eletrobrás	RJ	30.957.860,20	2,75
6.	Banco Itaú	SP	18.255.805,84	1,62
7.	V&M do Brasil	MG	17.891.144,96	1,59
8.	Telemar Norte Leste	RJ	14.822.749,20	1,31
9.	Caixa Econômica Federal	DF	13.932.895,97	1,24
10.	TAM Linhas Aéreas	SP	12.243.842,21	1,09
11.	Cemig	MG	11.312.106,72	1,00
12.	Banco ABN AMRO Real	SP	9.887.772,14	0,88
13.	CSN Companhia Siderúrgica Nacional	RJ	9.824.285,00	0,87
14.	Telecomunicações de São Paulo (Telefonica)	SP	8.463.017,42	0,75
15.	Votorantim	SP	8.256.695,05	0,73
16.	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)	DF	7.200.000,00	0,64
17.	Banco Bradesco	SP	6.967.408,34	0,62
18.	BV Financeira	SP	6.634.087,00	0,59
19.	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM)	SP	6.102.137,70	0,54
20.	IBM do Brasil	RJ	5.940.384,32	0,53
21.	Globosat Programadora	RJ	5.450.000,00	0,48
22.	Cielo	SP	5.120.000,00	0,45
23.	MRS Logística	RJ	4.240.345,70	0,38
24.	Banco de Pernambuco (Bandepe)	PE	4.189.360,88	0,37
25.	Brasil Telecom	PR	4.136.030,00	0,37
26.	Minerações Brasileiras Reunidas (MBR)	MG	4.029.256,79	0,36
27.	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)	SP	3.985.302,18	0,35
28.	Companhia Energética de São Paulo (Cesp)	SP	3.865.997,39	0,34
29.	Banco John Deere	RS	3.565.967,00	0,32
30.	Banco Safra	SP	3.504.186,00	0,31
Total			676.617.528,99	

82. A lista com as 100 empresas que mais apoiaram projetos relativos ao patrimônio cultural está no Capítulo 7.

As 30 empresas indicadas no quadro respondem por 60% do investimento do Pronac em patrimônio cultural na década. A maioria delas tem atuação nacional, 12 estão sediadas em São Paulo, 10 no Rio de Janeiro, 3 em Minas Gerais, 2 no Distrito Federal e as restantes no Paraná, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.

Os números mostram que as grandes apoiadoras da preservação do patrimônio cultural são as empresas públicas. As nove empresas presentes na lista apresentada respondem por 38% do investimento na década. Seguem-se as empresas de mineração e siderurgia, os bancos e as empresas de geração e distribuição de energia. Setores importantes da economia ainda têm uma participação muito tímida no apoio ao patrimônio cultural, como é o caso, entre outros, das operadoras de telefonia móvel, das montadoras de veículos e das agências de publicidade.

A participação de pessoas físicas no apoio a projetos relativos ao patrimônio cultural via lei de incentivo fiscal é extremamente limitada. Apenas 23 pessoas efetivaram apoios superiores a R\$ 50 mil. O maior apoio de pessoa física foi de R\$ 400 mil. Destacam-se, no entanto, projetos que conseguiram mobilizar comunidades, angariando até 300 apoiadores pessoa física, como nos casos dos projetos de restauração dos edifícios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de igrejas em Caxias do Sul e Campinas, ou da Associação de Amigos do Museu Lasar Segall.

O apoio de pessoa física constitui um potencial a ser explorado e requer maior divulgação, pois pode viabilizar projetos comunitários, de interesse local ou de manutenção das atividades de instituições como museus, teatros ou salas de cinema em bens tombados.

A análise dos projetos apoiados ao longo da década mostra que algumas cidades, com o empenho de suas prefeituras e apoio técnico do Iphan, conseguiram fazer do Pronac um importante instrumento de apoio à revitalização de seus centros históricos. Destacam-se, entre elas, Bagé, Laguna, Itajaí, Joinville e Marechal Deodoro. Já cidades como Olinda e Paraty, apesar da amplitude de seu patrimônio, fizeram pouco uso estratégico do Pronac.

Do total de projetos aprovados pelo Pronac na década em todas as áreas da cultura (56.031), apenas 7% (3.906) são relativos ao patrimônio cultural, um percentual baixo se considerado que o patrimônio cultural abriga uma série de segmentos da cultura. Desse total aprovado, somente 28% (1.088) obteve apoio para sua realização, o que equivale à média do Pronac para quase todas as áreas. Esses números apontam que o Pronac é um recurso que pode ter presença muito mais significativa na Política de Preservação do Patrimônio Cultural do que teve na década analisada. Isso requer uma estratégia, o esforço de sensibilização de parceiros e a ampliação do número de empresas patrocinadoras.

A gestão da Lei de Incentivo à Cultura no apoio a projetos relativos ao patrimônio cultural apresenta-se como um desafio a enfrentar. O Iphan despende grande tempo na análise, aprovação e acompanhamento de projetos realizados com recursos disponibilizados por esse instrumento. No entanto, hoje não há relação entre a maioria dos projetos apoiados e as diretrizes e prioridades da Política Nacional de Preservação.

Uma das possibilidades em discussão é a realização de editais de chamamento de projetos para áreas específicas (como documentação, preservação, promoção) ou para prioridades estabelecidas para cada região, ampliando-se as possibilidades de participação da sociedade nas estratégias de preservação.

O *PAC das Cidades Históricas* abriu um caminho consistente para a ação conjunta com estados e municípios, que pode ser estendido à definição de prioridades para um melhor aproveitamento do Pronac.

As empresas públicas, que são as grandes financiadoras da preservação do patrimônio cultural, também podem ser parceiras no aprimoramento do uso do Pronac. A sintonia de ação entre suas políticas de patrocínio e a Política Nacional de Preservação foi alcançada em alguns momentos, com bons resultados, mas se enfraqueceu nos últimos anos e poderia ser retomada.



Xilogravura de Bezerros (PE), apoiada pelo *Promoart*. Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan.

A reforma da Lei de Incentivo à Cultura envolve muitas questões importantes entre elas, as formas de evitar a concentração excessiva dos investimentos, o estabelecimento de parâmetros mais consistentes para a análise dos orçamentos dos projetos e as formas de verificação e garantia de benefício público dos resultados.

A própria classificação Patrimônio Cultural no Pronac precisa ser revista para espelhar o conceito que orienta a Política Nacional de Preservação. Hoje, essa classificação abriga qualquer tipo de equipamento cultural, festas de toda natureza, projetos de geração de renda por meio do estímulo ao artesanato, projetos de inclusão social via artes e criação de *websites*, para citar alguns dos casos mais recorrentes. Maior precisão na classificação é importante para a definição de estratégias e a verificação de resultados.

A regulamentação dos fundos setoriais que substituem o FNC já está em andamento. A proposta do Iphan para o Fundo Setorial de Memória e Patrimônio prevê o financiamento de ações de formação de profissionais para a gestão e preservação do patrimônio cultural e a ampliação do uso de editais para todas as suas linhas de ação, destacando-se pesquisa e documentação, conservação de bens culturais, preservação e segurança de acervos, publicações, produção de audiovisuais e fortalecimento de atividades econômicas relacionadas ao patrimônio cultural. A expectativa do Iphan é ampliar a descentralização da gestão dos recursos e alcançar maior equilíbrio no investimento, tanto em termos geográficos como entre os diversos segmentos do patrimônio cultural.

3.4. Parcerias e Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

O avanço da política de preservação requer maior presença institucional do Iphan no território, assim como o fortalecimento dos órgãos municipais e estaduais, favorecendo a construção de instrumentos de gestão conjunta do patrimônio cultural, uma vez que há responsabilidade concorrente dessas instâncias.

As palavras de Márcia Sant'Anna traçam uma boa síntese do desafio a enfrentar:

Seja nos aspectos imateriais ou materiais, não é mais possível tratar conceitual e operacionalmente o patrimônio cultural no bojo de uma segmentação estabelecida entre o nacional, o estadual e o local. Desde a Constituição de 1988, não é mais possível pensar o patrimônio protegido pelo governo federal como o único definidor dos contornos e do significado da nacionalidade. Ao contrário, a nacionalidade é cada vez mais percebida pela soma dos vários patrimônios. Assim, parece fundamental discutir a consolidação de uma noção de patrimônio cuja preservação diz respeito a todas as instâncias de governo, ainda que cada uma tenha um papel específico nesse processo.

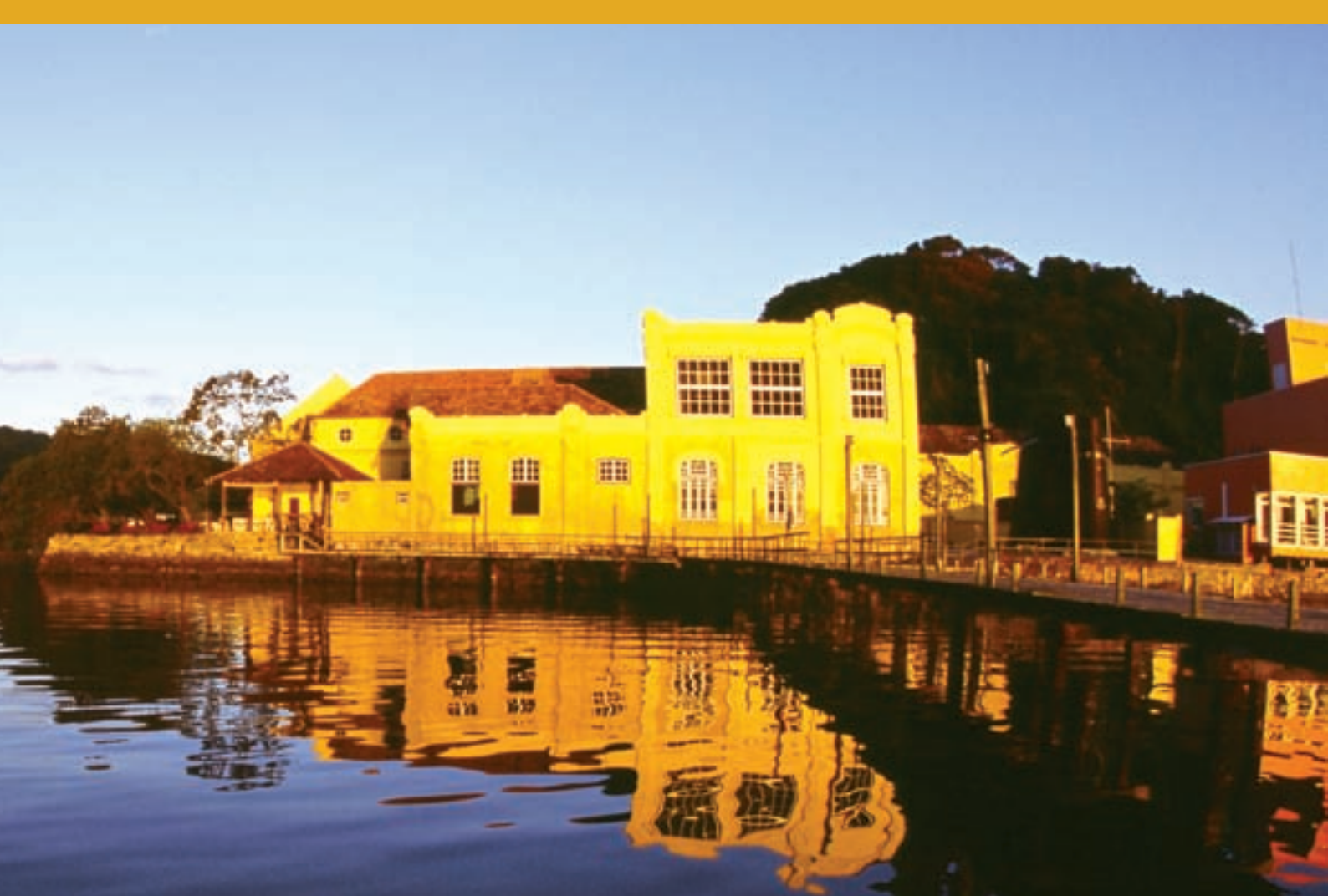
A hierarquia entre valor nacional, estadual e local levou à criação de três sistemas de preservação paralelos e de difícil integração e coordenação. Cada um desses sistemas realiza isoladamente todos os processos relacionados à preservação do patrimônio cultural – identificação, documentação, reconhecimento, proteção e gestão – e apenas eventualmente se juntam em ações integradas. [...] A construção de uma política nacional e integrada de preservação do patrimônio cultural repousa em pelo menos três pressupostos: (1) abordagem conceitual e metodológica comum ou compatível; (2) conhecimento e informações compartilhadas; (3) estabelecimento de pactos em torno de prioridades, papéis e competências.⁸³

Uma iniciativa importante desenvolvida pelo Iphan nos últimos anos para favorecer a criação de instrumentos de ação conjunta e de cooperação técnica foi o estímulo à inclusão da preservação do patrimônio cultural nos planos diretores das cidades históricas, como ocorreu em Sobral e Corumbá, para citar alguns exemplos.

Orla de Corumbá (MS). Foto: Wagner Araújo/Arquivo Monumenta/Iphan.



83. "Os desafios da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural". Oficina Nordeste do SNPC, 2008.



Museu Nacional do Mar em São Francisco do Sul (SC). Foto: Arquivo Iphan.

O Iphan também tem prestado assistência a cidades e estados na criação de sua legislação de proteção, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Dois estados permanecem sem contar com um órgão de proteção ao patrimônio cultural: Rondônia e Roraima. Dentre os municípios, apenas 948 (17% do total) possuem Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio ou órgão similar.

O termo de cooperação firmado entre o Iphan e o governo do Piauí, em 2008, visando proteger e promover o patrimônio cultural no estado, é um exemplo de ação conjunta bem sucedida. A parceria ampliou consideravelmente a capacidade de ação do Iphan no estado e acelerou os processos de tombamento e registro. Há oito processos em fase de conclusão, além de inventários e projetos de socialização de sítios arqueológicos. O governo do Piauí tem tratado a parceria como ação estratégica, como oportunidade de alavancar possibilidades de desenvolvimento, sobretudo no tocante ao turismo cultural.

Outro campo importante de articulação institucional está no próprio governo federal. O *PAC das Cidades Históricas* constitui hoje um bom instrumento para a ampliação de parcerias com órgãos federais que foram iniciadas na forma de projeto piloto ou de experiências pontuais. Essas parcerias são importantes também por evidenciarem que a preservação não é uma atribuição exclusiva dos órgãos competentes, mas um esforço da sociedade que reconhece o valor do seu patrimônio.

São muitos os atores sociais que já desempenham um papel importante na preservação do patrimônio cultural. Para citar alguns deles: as universidades, com o aporte de conhecimentos específicos e oferta de técnicos especializados; o ministério público, que vem oferecendo suporte na fiscalização e na punição de infrações

contra o patrimônio; a Polícia Federal, que tem apoiado o resgate de bens roubados ou ilegalmente comercializados; as empresas públicas e privadas, que crescentemente têm associado sua política de patrocínios ou de responsabilidade social ao patrimônio cultural; o Exército, que começa a se tornar um parceiro importante na preservação de seu rico patrimônio, compartilhando custos ou oferecendo força de trabalho; as associações comunitárias, pela vigilância e envolvimento nas ações de preservação dos bens que lhes são significativos; a imprensa, pelo crescente espaço que tem aberto para a divulgação do patrimônio cultural, despertando o interesse da população; a rede pública de ensino, que vem sendo parceira essencial nas ações de educação patrimonial.

Mas ainda há muitos atores importantes a buscar como parceiros, como a Igreja, que, apesar de detentora de significativa parcela do patrimônio cultural do país, com destacadas exceções, ainda é pouco atuante na sua preservação.

A responsabilidade de preservar o patrimônio cultural envolve a constante identificação e busca de parceiros. Parceiros que, por suas competências técnicas, suas atribuições institucionais, sua capacidade gerencial, sua situação ou representatividade social, sua qualificação ou seu conhecimento são fundamentais para o sucesso da preservação do patrimônio cultural no país.

O Sistema Nacional de Patrimônio Cultural que vem sendo discutido nos últimos anos começou a ser posto em prática com o *PAC das Cidades Históricas*. O PAC tem sido um laboratório importante de articulação entre os três níveis de governo e de agregação de parcerias para ações de maior alcance. Foram criados Comitês de Acompanhamento em todos os estados, compostos pelos órgãos de governo, entidades parceiras e representantes da sociedade.

Após muito debate sobre a necessidade ou não de formalizar um sistema nacional, o que tem prevalecido é a ideia de que a necessária articulação entre esferas de governo precisa estar na base da formulação dos programas e projetos, devendo ser construída na prática e de acordo com as características de cada região. O planejamento estratégico do Iphan para o período 2010-2015 traz como diretriz a priorização de projetos integrados com estados e municípios e de projetos que abranjam mais de um estado.

Em 2009 promoveu-se o primeiro Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, com a intenção de se estabelecer uma instância bienal de discussão e deliberação da Política Nacional de Patrimônio, com participação aberta à sociedade. Sua realização contou com a parceria do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e da Associação Brasileira de Cidades Históricas.

Abertura do Fórum Nacional do Patrimônio Cultural em Ouro Preto (MG). Fotos: Arquivo Iphan.



3.5. Do Departamento de Museus ao IBRAM

Em 2004 o Iphan criou em sua estrutura o Departamento de Museus, estabelecendo as condições para o desenvolvimento da política nacional para o setor, formulada com o objetivo de revitalizar os museus brasileiros e estimular a instalação de centros de memória, de modo a ampliar a exposição e a reflexão sobre a diversidade cultural do país e promover maior acesso dos brasileiros a esses equipamentos culturais.

Foram então definidas como áreas de atuação: gestão, democratização do acesso, formação e capacitação de recursos humanos, modernização e informatização, ampliação e gestão de acervos.

Os museus federais receberam forte investimento a partir de 2004, o que permitiu sua modernização e dinamização. Também teve destaque o apoio à implantação de novos museus em todo o país⁸⁴.

A partir de 2004, os museus, arquivos históricos e bibliotecas foram bastante beneficiados com a criação, estimulada pelo Iphan, de editais específicos de apoio a esses segmentos pelo BNDES, pela Caixa Econômica Federal e pela Petrobras.

A Política Nacional de Museus teve um grande desenvolvimento e alcançou resultados em todas as suas frentes de ação, o que viabilizou a proposta de criação do Instituto Brasileiro de Museus, efetivada em maio de 2009. O Ibram tornou-se o gestor dessa política e o responsável pelos 17 museus nacionais e regionais até então vinculados ao Iphan⁸⁵.

Segue uma breve exposição das principais ações da Política Nacional de Museus entre 2004 e 2009.



1. Criação do Sistema Brasileiro de Museus

(2004), com o objetivo de estabelecer uma rede de parceiros para aprimorar a gestão dos museus por meio do aumento dos recursos investidos, da ampliação das ações, da capacitação dos profissionais e da visibilidade social. O sistema é formado por entidades governamentais e da sociedade civil ligadas ao setor. Está baseado em três pilares: a gestão da política pública e de seus instrumentos de execução; a promoção da democratização do acesso aos museus, ao conhecimento por eles produzido e aos recursos públicos para o setor; os instrumentos de investimento e fomento ao setor, como os editais de seleção de projetos.

Os principais instrumentos de execução do Sistema Brasileiro de Museus são:

84. O conjunto das ações executadas no âmbito da política nacional de museus entre 2004 e 2009 é apresentado no Capítulo 7.

85. Museu Nacional de Belas Artes; Museu Histórico Nacional; Museu Imperial; Museu da República; Museu Villa-Lobos; Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya; Museu da Inconfidência; Museu Lasar Segall; Museu de Biologia Mello Leitão; Museu Casa de Benjamin Constant; Museu da Abolição; Museu das Bandeiras; Museu da Princesa; Museu das Missões; Museu Regional de Caeté; Museu Casa da Hera; Museu de Arte Sacra e Forte Defensor Perpétuo de Paraty; Museu do Ouro; Museu Regional de São João Del Rei; Museu Regional Casa dos Ottoni; Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio; Museu do Diamante; Museu Victor Meirelles; Museu Histórico de Alcântara; Museu de Arqueologia de Itaipu.



• **Edital de apoio à modernização de museus e ampliação de acervos.** Os editais destinam-se aos museus não vinculados ao Ministério da Cultura, estabelecendo uma descentralização dos investimentos. Foram realizados editais anuais desde 2005.

• **Fomento a projetos na área museológica.** Apoio a ações de conservação; documentação; aquisição e difusão de acervos; democratização de acesso a bens culturais; publicações especializadas; pesquisa; atividades educativas e comunicação com o público; desenvolvimento de metodologias de gestão participativa em museu.

• **Apoio à formação e capacitação de profissionais de museus.** Apoio à graduação e pós-graduação; cursos técnicos e de extensão; criação de polos e equipes volantes de capacitação; programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros; ações de intercâmbio, bolsas de estudo. O Programa foi

iniciado em 2003. Até 2008, participaram de suas ações 24.206 profissionais.

2. Criação da Semana Nacional de Museus (2003), visando integrar os museus brasileiros e dinamizar sua relação com a sociedade. É um evento anual, constituído de atividades educativas e culturais realizadas nos museus de todo o país.

3. Criação do Fórum Nacional de Museus (2004), buscando promover o debate e a troca de experiências no campo museológico. O encontro é bienal e está em sua quarta edição.

4. Criação do Cadastro dos Museus do Brasil (2005), que já registrou 2.500 unidades museológicas no país, entre instituições públicas, privadas e comunitárias. É um instrumento importante de planejamento.

5. Edição de *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia* (2004), buscando preencher uma lacuna nesse campo. Foram lançados três números.

6. Criação do Edital Mais Museus (2008), visando apoiar a implantação de museus em cidades com até 50 mil habitantes que não possuem esse tipo de equipamento cultural⁸⁶.



86. Mais informações sobre o atual estágio da política de museus podem ser obtidas em www.ibram.gov.br.



4. ESTABELECENDO PONTES: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Para além de ser um participante ativo na Convenção do Patrimônio Mundial e um pioneiro na proteção do patrimônio imaterial, o Brasil tem sido um líder no envolvimento das comunidades locais e dos povos indígenas na preservação diária do Patrimônio Mundial. Este é um aspecto da proteção do patrimônio cuja importância não pode ser subestimada, tanto pela sua contribuição para a preservação, como pelo seu impacto positivo nas relações entre as comunidades, um conceito que tem uma ressonância particular num Brasil étnica e geograficamente diverso. Este país também ajuda outras nações a preservarem seu patrimônio.

Irina Bokova, diretora-geral da Unesco⁸⁷

O desenvolvimento da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural na última década, aliado ao protagonismo do Brasil no encaminhamento das Convenções do Patrimônio Imaterial (2003) e da Diversidade Cultural (2005), e na visibilidade internacional alcançada pela gestão Gilberto Gil no Ministério da Cultura, despertaram o interesse internacional pelas ações do país nesse campo.

Tal interesse gerou uma forte demanda de cooperação cultural e a determinação do Brasil em construir uma atuação mais vigorosa nos foros internacionais de patrimônio.

Em 2006, o Iphan criou uma Assessoria de Relações Internacionais para articular as ações e traçar diretrizes alinhadas com a política do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Cultura.

A cooperação internacional realizada pelo Iphan está baseada no reconhecimento de que há um patrimônio comum, compartilhado, decorrente de processos históricos e de trocas culturais que nos unem a diversos países.

As ações de cooperação e integração devem ser construídas em torno da identificação e preservação do patrimônio que conecta o Brasil seja com seus vizinhos da América do Sul, seja com países dos quais herdou ou legou influências, como Portugal, Angola, Benin e Nigéria, entre tantos outros.

87. *Patrimônio Mundial*, 57, 2010. p.7.

4.1. Atuação do Brasil nos órgãos internacionais de preservação

A decisão de atuar de forma mais intensa e com base em uma agenda propositiva levou o Brasil a alcançar protagonismo nas instâncias internacionais de preservação ao longo da década de 2000. Seguem os principais momentos dessa atuação:

- Em 2003 o país teve papel decisivo na redação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, apoiado em sua experiência pioneira de criação de instrumentos de preservação nesse setor.
- Em 2005, na Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, teve participação ainda mais intensa na defesa da diversidade cultural como direito a ser protegido, incluindo os direitos coletivos de propriedade intelectual relacionados a saberes tradicionais.
- Em 2006 o Brasil atuou na criação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (CRESPIAL), em Cuzco, integrando seu Conselho de Administração e seu Comitê Executivo. Apresentou a proposta de expandir o projeto Valorização do Mundo Cultural Mbyá-Guarani aos países que contam com expressivas comunidades Guarani, como Argentina, Paraguai e Bolívia⁸⁸. Recentemente, foi iniciada a discussão do Projeto Patrimônio Afrodescendente.
- Em 2007 o Brasil ingressou como membro no Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, tendo como pauta de seu mandato⁸⁹ uma atualização dos conceitos, práticas e metodologias que orientam a ação do comitê, visando: ampliar a representatividade da Lista do Patrimônio Mundial, na qual predominam bens situados na Europa e na América do Norte (49%)⁹⁰; incluir a cooperação técnica entre os objetivos do Comitê⁹¹, para apoiar dossiês de candidatura de diversos países, de modo a conferir maior equilíbrio à lista atual; discutir formas de associar a preservação do patrimônio ao desenvolvimento sustentável; desenvolver o conceito de paisagem cultural urbana; aprovar a instalação do Centro Regional de Formação no Brasil. A ação culminante do mandato do país foi sediar a 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, que ocorreu em Brasília, em julho de 2010. Aprovou-se nessa reunião a inclusão da praça de São Francisco, em São Cristóvão (SE), na Lista do Patrimônio Mundial, aumentando para 19 o número de bens brasileiros nela inscritos, depois de uma década sem inscrições⁹².
- Em 2009, a partir da atuação do Brasil, o então Comitê Técnico de Patrimônio Cultural do Mercosul foi transformado em Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, adquirindo dimensão política mais expressiva e se voltando para a promoção de ações de preservação capazes de favorecer a integração regional e a cooperação entre os países membros. O Brasil propôs ações imediatas de combate ao tráfico ilícito de bens culturais e o desenvolvimento do Programa Itinerários Culturais do Mercosul, com o projeto *Itinerário Cultural das Missões: um patrimônio comum*, que passará por Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia.

88. O projeto tem como objetivo promover o reconhecimento da centralidade da presença indígena na experiência histórica missioneira e apoiar os Guarani que hoje habitam a região, buscando a melhoria das condições para a manutenção de seu modo de vida. O projeto contempla as dimensões material, imaterial e paisagística. As antigas Missões são referências culturais importantes para as várias comunidades Mbyá-Guarani que habitam a região. O projeto foi iniciado em 2004, com a realização do *Inventário Nacional de Referências Culturais da Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, e prosseguiu com a criação do Parque Histórico Nacional das Missões, que abrange os quatro sítios brasileiros tombados: São Miguel Arcanjo, São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau.

89. As convenções são os documentos oficiais da Unesco aprovados pelos países membros, com diretrizes a ser implementadas e seguidas por eles. A cada uma das convenções corresponde um Comitê Executivo, no qual os países membros têm direito a voz e voto. Há um número fixo de vagas distribuídas regionalmente. Os países postulam sua candidatura para mandatos de quatro anos.

90. A participação da América Latina e Caribe é de 14%; a do continente africano, de 9%, e a dos países árabes, de apenas 7%.

91. Os cinco objetivos atuais são: conservação, capacitação, credibilidade, comunidade e comunicação.

92. Para a lista dos bens brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, ver Capítulo 2.

Uma das pautas atuais da agenda internacional do Iphan é a revisão e ampliação da Lista Indicativa ao Patrimônio Mundial do Brasil⁹³, que hoje contém 28 bens⁹⁴, para que seja mais representativa da diversidade cultural brasileira. O Iphan pretende inserir bens representativos de diferentes tipologias, origens sociais, territórios e períodos históricos. Os esforços atualmente concentram-se em duas candidaturas: a de Paraty, como bem misto, natural e cultural, e a do Rio de Janeiro, como paisagem cultural.

No âmbito do patrimônio imaterial, o Brasil tem dois bens já inscritos e três aguardando aprovação na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade⁹⁵. Há bens aguardando aprovação também nas novas listas referentes ao Patrimônio Cultural Imaterial em Necessidade de Salvaguarda Urgente⁹⁶ e ao Registro das Boas Práticas de Salvaguarda⁹⁷.

4.2. Acordos de cooperação

A política de cooperação na área de preservação do patrimônio cultural é realizada pelo Iphan em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e segue a prioridade dada às relações Sul-Sul. Um elemento importante a destacar é o reconhecimento do papel da cultura e, em particular, do patrimônio nos processos de integração e no desenvolvimento dos países.

Os processos de cooperação internacional têm trazido novos conhecimentos para o Iphan e a possibilidade de aprimorar conceitos e instrumentos de ação frente a realidades distintas. Hoje, as ações de cooperação constituem um canal de atualização, de intercâmbio de informações e de capacitação de seus técnicos.

As principais demandas de cooperação dizem respeito: à estruturação de projetos, incluindo os de candidatura à Lista do Patrimônio Mundial; ao compartilhamento de metodologias, principalmente no campo do patrimônio imaterial; ao compartilhamento da experiência de construção da Política Nacional de Preservação e da estruturação de meios de financiamento.

Segue uma breve exposição sobre os principais projetos de cooperação internacional em que o Iphan está envolvido:

1. COOPERAÇÃO BRASIL-PARAGUAI

Implantado a partir de 2007, o projeto teve como foco a preservação dos acervos relativos à Guerra do Paraguai. Esse foco foi alargado, incorporando outras ações. Hoje, a cooperação está definida em duas frentes: a capacitação nas áreas de gestão (legislação, captação de recursos, proteção), bens móveis (restauração, tráfico

93. Lista Indicativa do Patrimônio Mundial é a relação de bens culturais e naturais que os países signatários da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural desejam indicar como bens do patrimônio mundial. A partir da aprovação pelo Comitê do Patrimônio Mundial, constituído por representantes de 21 países (vagas rotativas), o país deve produzir um dossiê de candidatura para cada bem incluído. A decisão final sobre a inscrição de cada bem na Lista do Patrimônio Mundial também cabe ao comitê. Quando da apresentação das candidaturas, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Mundial para a Natureza (IUCN), organizações não governamentais que funcionam como órgãos consultivos, enviam especialistas para visitar os bens e avaliar a sua proteção e gerenciamento e produzem relatório indicando se o bem possui “excepcional valor universal”. Os relatórios são avaliados pelo Bureau do Patrimônio Mundial, que faz a recomendação ao Comitê do Patrimônio Mundial, o qual deve aprovar ou não sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

94. A atual Lista Indicativa brasileira é a seguinte: (1) Estação Ecológica de Taim (RS), (2) Estação Ecológica de Raso da Catarina (BA), Parque Nacional Pico da Neblina (AM), (3) Parque Nacional de Serra da Bocaina (SP/RJ), (4) Conventos Franciscanos do Nordeste Brasileiro, (5) Palácio da Cultura, antiga sede do Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro, (6) Igreja e Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, (7) Conjunto Arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte, (8) Estação Ecológica Anavilhanas (AM), (9) Parque Nacional da Serra do Divisor (AC), (10) Parque Nacional Serra da Canastra (MG), (11) Canyon do Rio Peruaçu (MG), (12) Cavernas do Peruaçu/Parque Veredas do Peruaçu (MG), (13) Parque Nacional da Serra da Capivara e Áreas de Preservação Permanente (extensão) (PI), (14) Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, (15) Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem (RJ). Os sete primeiros foram incluídos em 1996; os seis seguintes, em 1998, e os dois últimos, respectivamente, em 2001 e 2004. A Lista Indicativa do Brasil está sendo revista.

95. Inscritos: Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpi, Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Aguardando: Cachoeira de Iauaretê, Círio de Nossa Senhora de Nazaré e Frevo.

96. Língua e Cultura Apiaká (MT) e Ritual Yaokwa (MT).

97. Programa Sala do Artista Popular, Convocatória Pública do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, Série Cultura Popular Viola Corrêa (GO), Museu Vivo do Fandango (PR/ SP), Documentação da Língua Puruborá: contribuição para a salvaguarda do patrimônio linguístico (RO).

ilícito), paisagens culturais, sítios urbanos e patrimônio imaterial; a assistência técnica para o Plano de Gestão do Arquivo Nacional e o Plano de Gestão da Biblioteca Nacional, envolvendo gestão de arquivos, conservação de acervos e restauração arquitetônica.

2. COOPERAÇÃO BRASIL-ANGOLA

A cooperação visa o desenvolvimento da gestão do patrimônio cultural angolano em todas as suas vertentes. Foi iniciada com a capacitação dos quadros técnicos angolanos e atualmente está centrada na assessoria para a elaboração de dossiês de candidatura à Lista do Patrimônio Mundial e para o estabelecimento de políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial.

3. COOPERAÇÃO BRASIL-EL SALVADOR

Iniciada em 2007 e retomada em 2010, a cooperação é voltada à capacitação de técnicos para a conservação da arquitetura em terra, prevendo também a elaboração de manuais técnicos e de inventário dos sistemas construtivos tradicionais salvadorenhos.

4. COOPERAÇÃO BRASIL-BENIN

Estabelecida em 2010, a cooperação tem como foco o patrimônio cultural relacionado aos agudás, as comunidades formadas a partir do retorno de ex-escravos do Brasil para o continente africano. O projeto será iniciado com a capacitação de profissionais nas metodologias de inventário do patrimônio cultural (INRC e SICG) para documentar os bens culturais de origem brasileira.

5. COOPERAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA

O foco da cooperação está voltado para o apoio às políticas de patrimônio cultural da Bolívia, com atenção especial para as festas indígenas, prevendo a capacitação de técnicos nas metodologias de inventário e salvaguarda do patrimônio imaterial. Também integra o projeto o estudo para o estabelecimento de um roteiro cultural de integração a partir do Pantanal.

6. COOPERAÇÃO BRASIL-CABO VERDE

Projeto de cooperação mais recente, iniciado no final de 2010, está em negociação. O foco da cooperação é a preservação de Cidade Velha, bem incluído na Lista do Patrimônio Mundial em 2009, e que teve sua candidatura apoiada pelo Brasil.

A grande mudança consolidada pelo Brasil em sua atuação internacional foi a passagem da condição de país que recebe cooperação técnica e financeira para país que oferece cooperação, destinada sobretudo a países latino-americanos e africanos. O Brasil conquistou peso político nesse campo e o reconhecimento de sua experiência e qualidade técnica.

A postura proativa do Brasil nas instâncias internacionais e o aumento da demanda por cooperação técnica foram fatores decisivos para a aprovação pela Unesco da proposta de criação do Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio. O centro tem a chancela da Unesco e deverá atender não apenas a países sul-americanos, mas também a países africanos e asiáticos de língua portuguesa e espanhola. O Brasil finaliza a década como um importante mediador nos foros internacionais e um interlocutor forte de sua região.



Bumba meu boi em São Luís (MA). Foto: Arquivo Superintendência do Maranhão.



5. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NORTE A SUL DO PAÍS

Este capítulo apresenta o desenvolvimento das ações de preservação e promoção do patrimônio cultural no país ao longo da década, a partir da avaliação realizada pela Superintendência do Iphan em cada estado.

O conjunto de relatos dos estados mostra que, desde meados da década, vem sendo consolidada uma leitura territorial do patrimônio cultural que começa a ser a base para o planejamento das ações.

Há um claro esforço de identificação do patrimônio cultural com base no estudo dos processos histórico-sociais de ocupação do território e de seus desdobramentos. Os diferentes legados materiais e imateriais desses processos, que remontam ao período Pré-Histórico e avançam pelo século XXI, vão sendo conhecidos, divulgados e, progressivamente, valorizados, não apenas como elementos de compreensão de nossa trajetória histórica, mas também como elementos de identidade.

Outro aspecto notável no desempenho da política de preservação nos estados é a quantidade de novas regiões incorporadas à sua área de abrangência e, em especial, de cidades históricas que nos últimos anos foram estudadas, tombadas ou estão em via de tombamento. Muitas dessas cidades ainda são pouco conhecidas nacionalmente e deverão ganhar visibilidade.

Dessa forma, regiões e estados que eram vistos como detentores de um patrimônio cultural circunscrito estão sendo “redescobertos” do ponto de vista patrimonial.

A penetração e o reconhecimento social alcançados pela Política de Preservação do Patrimônio Cultural, nos últimos anos, é o resultado maior, que sintetiza todos os avanços obtidos nos estados.

Norte

ACRE

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2009

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Até 2009, a atuação do Iphan no Acre era realizada por meio da Superintendência de Rondônia, que deixou como legado a articulação política local e as parcerias com o governo do estado e a Prefeitura de Rio Branco.

Antes pertencentes à Bolívia e ao Peru, as terras que acabaram por conformar o território do Acre só foram anexadas ao território brasileiro depois do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, após o movimento armado que ficou conhecido como Revolução Acreana, por meio do qual os então chamados “brasileiros do Acre”, em geral seringueiros e seringalistas, enfrentaram o exército boliviano em uma disputa armada pela posse das terras.



Residências tradicionais de seringueiros em Xapuri. Fotos: Dhárcales Pinheiro/ INRC de Xapuri/Arquivo Superintendência do Acre.

Da milenar ocupação indígena restam hoje centenas de sítios arqueológicos que ajudam a compreender melhor as formas dessa ocupação e as maneiras de sociabilidade desses povos. Um desafio que se impõe é a gestão desses sítios, sobretudo daqueles com estruturas de terra, de formas geométricas de grandes dimensões (com grande predominância de quadrados e círculos), também chamados de geoglifos. Estes sítios, raros no mundo, se apresentam em grande concentração no estado – mais de 200 já foram identificados e ocupam áreas extensas, a maioria delas desmatadas. Em 2007 foi aberto o processo de tombamento dos geoglifos – os estudos estão sendo feitos em cooperação com a Universidade Federal do Pará. Até o momento existem 251 sítios arqueológicos cadastrados, mas as pesquisas em andamento já revelam um número bem maior.

Vivem no Acre 14 povos, divididos em 34 Terras Indígenas, com culturas dinâmicas que se traduzem em diversificada produção material e simbólica. Alguns povos já demandam o estudo de seu grafismo (corporal e não corporal), de seus instrumentos musicais tradicionais e de suas celebrações. A arte dos Ashaninka e a obra do escultor da floresta Gesileu Salvatore foram documentadas e expostas no programa Sala do Artista Popular.

Ainda no que diz respeito ao patrimônio imaterial, são várias as celebrações religiosas no estado, incluindo festas de santos populares não canonizados. Destacam-se a Festa de São Sebastião e a de São João do Guarani, em Xapuri; a Festa do Bom Jesus do Abunã, em Plácido de Castro (na fronteira com a Bolívia), compartilhada por brasileiros e bolivianos; e o Novenário em Cruzeiro do Sul. A primeira ação de documentação do patrimônio imaterial realizada no Acre foi o *INRC de Xapuri*, concluído em 2008.

O Iphan, ao lado da Fundação Elias Mansour e da Fundação Garibaldi Brasil, integra o grupo de trabalho que está elaborando o inventário do uso ritual da ayahuasca, iniciado em função do pedido de registro feito, em 2008, por três comunidades ayahuasqueiras não indígenas, mas abrangerá também o uso indígena da bebida, por ser o originário. A ayahuasca é uma bebida feita do cipó jagube e da folha chamada chacrona. O uso não indígena é praticado sobretudo pelo Centro de Iluminação Cristã Luz Universal Alto Santo (de onde se originou a denominada Doutrina do Santo Daime), pelas comunidades conhecidas como Barquinhas e pela União do Vegetal.

O Acre tem um único bem tombado pelo Iphan (2008): a Casa de Chico Mendes, no município de Xapuri. Chico Mendes foi um dos principais protagonistas dos movimentos socioambientais ocorridos no estado nas décadas de 1970 e 1980. Deixou como legado a militância pela preservação da floresta e pela manutenção dos modos de vida daqueles que ele chamava de “povos da floresta” – os seringueiros, os indígenas e os ribeirinhos que dependem da floresta em pé para viver. O tombamento da Casa de Chico Mendes foi determinado por



Casa de Chico Mendes em Xapuri, tombada em 2008 e cozinha típica das casas de Xapuri. Fotos: Dhércules Pinheiro/INRC de Xapuri/Arquivo Superintendência do Acre.

seu valor histórico e social. Está prevista para 2011 a realização de estudos que visam a normatização do seu entorno, que se confunde com parte do centro histórico de Xapuri, onde está inserida.

No âmbito do patrimônio edificado, o Iphan está desenvolvendo o Inventário do Centro Histórico de Rio Branco, por meio da metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), em parceria com a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour e Fundação Garibaldi Brasil. Pretende identificar bens relacionados ao contexto de criação e desenvolvimento da cidade que podem receber tombamento federal.

Rio Branco é fruto do desenvolvimento da exploração da borracha na Amazônia (entre o final do século XIX e a década de 1940). A cidade conta com edificações que remetem aos vários períodos de sua história, desde exemplares da arquitetura vernacular em madeira até prédios com arquitetura eclética ou influência *art déco*. A ação conjunta com estado e município vem reforçar a sinergia buscada pelo Sistema Nacional de Patrimônio, permite a capacitação de técnicos e a disseminação da metodologia utilizada para o inventário. Rio Branco aderiu ao *PAC das Cidades Históricas*.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência (2009), que permitirá ampliar a atuação do Iphan no estado.

A realização do Inventário das Referências Culturais de Xapuri, o primeiro do estado.

O primeiro tombamento realizado pelo Iphan no Acre: a Casa de Chico Mendes.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (governo do estado) e Fundação Garibaldi Brasil (Prefeitura de Rio Branco).

DESAFIOS

O Iphan tem como um de seus principais desafios aprofundar o conhecimento acerca do patrimônio cultural acreano para além da capital e das cidades localizadas ao longo do Vale do rio Acre, que é a região de acesso mais fácil, com estradas pavimentadas. É preciso atuar na identificação e na promoção do patrimônio das cidades e comunidades localizadas ao longo dos vales dos rios Iaco, Purus, Tarauacá e Juruá.



Pão de milho e mateiga caseira; corte da seringa; quebra da castanha-do-pará. Fotos: Dhárcales Pinheiro/INRC de Xapuri/Superintendência do Acre.

A arqueologia no Acre ainda é pouco estudada, e a gestão do patrimônio arqueológico necessita de um plano de ação que abranja pesquisas acadêmicas e licenciamentos dos empreendimentos. É necessário estimular a formação de arqueólogos, regular os fluxos entre as instituições envolvidas (Iphan, órgãos ambientais, universidades, órgãos municipais e estadual de gestão do patrimônio cultural) e fomentar as pesquisas acadêmicas.

Outro desafio que se impõe é estender a ação da política de preservação às comunidades, estimulando pesquisas e inventários que visem à promoção e à difusão de suas culturas, ainda pouco conhecidas no próprio estado.

A despeito da presença de elementos culturais notadamente herdados da cultura afro-brasileira, são raríssimos os estudos que trabalham com esse foco. Conhecer e documentar essa presença no Acre é outra necessidade patente que o Iphan precisa atender.

AMAPÁ

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2009⁹⁸

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Amapá passou a fazer parte do Brasil, incorporado ao Pará, somente no início do século XX, quando solucionada a querela com a França. São raros os registros documentais precisos acerca do Amapá anteriores a 1943. A documentação costuma tratar da região como um todo.

A Vila de Mazagão, atual Mazagão Velho, fundada no século XVIII como parte da estratégia colonizadora

98. A atuação mais constante do Iphan no estado data de 2004, quando foi estabelecida a Sub-Regional do Amapá na Superintendência do Pará.

portuguesa, tem uma história peculiar: é a única cidade transladada entre continentes de que se tem notícia. Em virtude dos conflitos com os mouros, a Coroa Portuguesa transferiu do Marrocos para a região amazônica, entre 1771 e 1775, a cidade colonial de Mazagan, para garantir a posse das terras no extremo norte do Brasil, ameaçada por franceses e holandeses. Desde 2007, o Iphan vem realizando pesquisas na região de Mazagão, que devem resultar no tombamento de bens representativos, como seu traçado urbanístico pombalino. A cidade mantém a Festa de São Tiago, que traduz em celebração a batalha entre mouros e cristãos nas terras africanas. O *INRC do Amapá* constatou que a Festa de São Tiago é considerada pela comunidade local seu bem cultural mais expressivo e pode vir a ser registrada como Patrimônio Cultural Brasileiro.

A fortaleza de São José de Macapá, construída por mão de obra indígena e negra no século XVIII, como parte de uma estratégia de ocupação do território colonial da Coroa Portuguesa, é tombada pelo Iphan por suas qualidades arquitetônicas e sua relevância histórica. É uma das principais referências culturais amapaenses e abriga, entre outras atividades, a sede do Iphan e uma sala de cinema instalada pelo projeto *Cine Iphan*.

Em 1943, por motivos estratégicos e com vistas a estimular o desenvolvimento econômico, a região do atual Amapá foi separada do Pará e transformada em Território Federal, sem autonomia político-administrativa. Mediante a ocupação de áreas fronteiriças, pretendia-se desenvolver condições de defesa do território. O governo federal empenhou-se em implantar infraestrutura, desenvolver atividades econômicas e atrair fluxos migratórios. Neste contexto foi criada, entre 1955 e 1960, a Vila de Serra do Navio, a primeira *Company Town* do Brasil, edificada para abrigar os funcionários da Indústria e Comércio de Minérios (Icomi). Projetada para ser autossuficiente em meio à floresta, a empresa utilizou diretrizes “doutrinadoras” e disciplinadoras, ao passo que oferecia aos funcionários excelentes condições de moradia, saúde e educação. Em 2010, a Vila de Serra do Navio foi tombada pelo Iphan por seu valor arquitetônico e histórico, como fator de compreensão do processo de ocupação da Amazônia.

A Base Aérea do Amapá, que serviu de apoio aos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial, e diversos bens imóveis na cidade de Macapá, remanescentes deste período, estão sendo estudados para possível tombamento.

Nos últimos anos surgiram admiráveis descobertas arqueológicas que estão contribuindo para a produção de conhecimento sobre a história dos antigos povos que habitavam a região. Em Calçoene, pesquisas empreendidas pelo Núcleo de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá desvendaram um monumental sítio megalítico, formado por imensas placas de granito, cuja cuidadosa disposição circular parece

Vila de Elesbão: associada à construção de embarcações e à pesca artesanal, integra os primeiros estudos de Paisagem Cultural. Foto: Arquivo Superintendência do Amapá. Sítio Arqueológico de Calçoene. Foto: Dalmo Vieira Filho/Arquivo Iphan.



indicar uma preocupação astronômica, de caráter místico. Também foram encontrados poços escavados e urnas funerárias. Tudo indica que o local foi um complexo centro cerimonial indígena.

Em virtude da importância desse sítio, o Iphan iniciou em 2009, com apoio do Iepa, um projeto de musealização e socialização, que inclui ainda as urnas funerárias indígenas do Maracá. Riquíssimas em detalhes e com características antropomorfas e zoomorfas, essas urnas, assim como o sítio de Calçoene, estão sujeitas a saques e depredações, pois acham-se dispostas em grutas. Em ambas as regiões o turismo já acontece de maneira desordenada. O projeto, com o apoio de parceiros municipais, visa aliar a preservação dos sítios à implantação de iniciativas de turismo sustentável, de forma que contribua para o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde estão insertos.

Por ser um dos estados mais recentes do Brasil, constituído somente em 1988, o reconhecimento de referências culturais e a busca por identidade são fatores muito presentes no Amapá. A partir do final da década de 1980, intensificaram-se as pesquisas sobre a cultura popular, estimuladas pela universidade e pela Secretaria Estadual de Cultura. Embora haja reconhecida diversidade cultural, observa-se um esforço em definir a identidade do estado mediante a eleição de bens representativos. É o caso do Marabaixo e também das urnas funerárias do Maracá.

Em 2009 o Iphan realizou o Mapeamento e Documentação de Referências Culturais do Amapá, identificando 46 referências representativas das identidades dos diferentes grupos sociais. O mapeamento inclui bens amplamente reconhecidos, como a arte gráfica e pintura corporal Kusiwa dos indígenas Wajãpi, registrada como Patrimônio Cultural Brasileiro em 2002 e reconhecida como obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco em 2003, e bens menos difundidos externamente, mas com grande importância local, como o Marabaixo, uma forma de expressão da religiosidade popular e da cultura afro-brasileira.

Além da Festa de São Tiago, o Amapá possui um intenso calendário de festas de santos, todas elas com elementos culturais sincréticos. Dentre as maiores, podem ser citadas a Festa do Divino Espírito Santo, a Festa de São Joaquim do Curiaú, a Festa de N. S. da Piedade (em Santana e Mazagão) e a Festa de São José de Macapá.

Outras referências importantes, ligadas à cultura caboclo-ribeirinha, são a cerâmica do Maruanum, produzida por mulheres dessa comunidade quilombola a partir de técnicas e crenças notavelmente de origem indígena; o ofício de farinheiro e o ofício de partejar, que carrega um vasto conhecimento sobre plantas medicinais e fisiologia da mulher, e garante atendimento a parturientes que não têm acesso à medicina formal. A carpintaria naval tradicional da Vila de Elesbão, em Santana, é candidata a receber a chancela de Paisagem Cultural.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência Estadual do Amapá (2009), que conferiu maior peso institucional à política de preservação no estado.

O mapeamento das referências culturais do estado.

A visibilidade alcançada com o registro da arte gráfica e da pintura corporal dos indígenas Wajãpi como Patrimônio Cultural Brasileiro (2002) e seu reconhecimento como Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco em 2003.

A adesão das cidades de Macapá, Santana e Serra do Navio ao *PAC das Cidades Históricas*.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo do estado; universidades; organizações como a Confraria Tucujú e a Fundação Marco Zero, que têm demonstrado grande interesse pelo patrimônio cultural e sua preservação.

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), que desde 2002 trabalha para o fortalecimento cultural e político e o desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas e teve papel fundamental no processo de registro da arte gráfica e da pintura corporal Kusiwa dos Wajãpi.

DESAFIOS

A organização de um programa de turismo cultural que favoreça a preservação e o desenvolvimento sustentável, deixando de ser ameaça aos sítios arqueológicos e às festas tradicionais.

A criação de um arquivo histórico para a preservação dos acervos referentes à história do estado, hoje em condição de debilidade, como o acervo Janary Nunes⁹⁹ e a coleção do jornal *O Amapá*¹⁰⁰.

Diversos bens culturais do Amapá estão dispersos em acervos particulares ou em instituições de outras unidades da federação, dificultando a produção de conhecimento, o que se reflete nas pouquíssimas publicações existentes sobre a história do estado.

AMAZONAS

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1987 (abrangendo AC e RR)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Desde sua criação, a Superintendência busca avançar no conhecimento sobre o patrimônio na fronteira noroeste do Brasil, onde os referenciais mais tradicionais do patrimônio arquitetônico colonial estão, senão ausentes, bastante rarefeitos ou muito pouco visíveis. A discussão da natureza do patrimônio presente na Amazônia, ainda desconhecido de muitos, foi produzindo avanços conceituais com o reconhecimento da imprecisão dos limites entre cultura e meio ambiente.

Durante a primeira década de sua atuação, a Superintendência priorizou a preservação dos quatro monumentos tombados em Manaus, que documentam a arquitetura eclética produzida no auge da economia da borracha em meados do século XIX: o Teatro Amazonas (1966), o Reservatório do Mocó (1985), o Mercado Municipal Adolpho Lisboa (1987) e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus (1987). Investiu também no trabalho interinstitucional e multidisciplinar, buscando alinhar parcerias e oferecendo contribuição nas questões conceituais, metodológicas e gerenciais, procurando cada vez mais estender sua atuação até os limites da fronteira com outros países.

A partir da década de 2000, impôs-se a necessidade de ampliar o acervo de bens reconhecidos como patrimônio nacional e de produzir conhecimento sobre os bens tangíveis e intangíveis, destacando-se a indissociabilidade entre patrimônio material e imaterial, em grande parte determinada pela forte presença da natureza no cotidiano da Amazônia, ainda mais evidente nas longínquas comunidades ribeirinhas e indígenas que habitam o Alto Rio Negro e o Solimões. O desafio de investir na identificação do patrimônio cultural dessa região ainda é a principal preocupação para esta Superintendência.

Ao longo dos anos tem sido constante o trabalho com a arqueologia, uma vez que frequentemente os vestígios arqueológicos se expõem por obra da mesma natureza que os escondeu. Por outro lado, há raízes culturais vivas no universo simbólico e mítico dos povos indígenas, que trazem luz ao entendimento dessa realidade.

Na última década, a revitalização do centro antigo de Manaus, quer em termos de infraestrutura, quer em termos da preservação do seu patrimônio histórico edificado, tem sido alvo da preocupação de todas as esferas administrativas. Este interesse se potencializou com a escolha da cidade como uma das sedes da Copa de 2014. Atualmente, à exceção do Teatro Amazonas, que se apresenta em bom estado de conservação, os demais bens tombados em âmbito nacional passam por revitalização.

99. O acervo é uma importante fonte de conhecimento sobre o Amapá, composto de relatórios de governo, fotos de atividades administrativas, documentos administrativos, livros e objetos pessoais de Janary Nunes, primeiro governador do Território Federal do Amapá (1944-1956).

100. Único jornal no Amapá na época da interventoria de Janary Nunes.



O Encontro das águas dos rios Negro e Solimões em Manaus, tombado em 2010. Foto: Fátima Macedo/Arquivo Superintendência do Amazonas. Palácio Rio Negro no centro histórico de Manaus. Foto: Arquivo Superintendência do Amazonas.

Destacam-se, no centro histórico, as obras iniciadas em 2010 no antigo prédio do Tesouro Provincial e no Armazém 15, construções pertencentes ao complexo do porto flutuante, para implantação da Casa de Leitura Thiago de Mello. A inauguração da Casa faz parte de uma mudança de conceitos que busca retomar a orientação original da cidade, voltada para o rio Negro, que foi progressivamente abandonada com o crescimento urbano.

Projeto do Ministério da Cultura, a Casa de Leitura Thiago de Mello abrigará uma biblioteca temática que visa preservar e divulgar a obra do escritor e poeta amazonense, com exposição de seu acervo pessoal (iconográfico e bibliográfico), organizada em torno de três grandes temas de sua obra: o homem, a floresta e a América Latina (política, cultura e integração). As demais instalações do Porto Flutuante de Manaus deverão receber sugestões de requalificação, visando compatibilização turística e sustentabilidade de todo o complexo arquitetônico e paisagístico.

A restauração do Reservatório do Mocó também será concluída em 2011, assim como as obras finais do *Programa Monumenta*, envolvendo o Paço Municipal e seu estacionamento, a reconstrução da praça IX de Novembro, a restauração do coreto e do chafariz da praça D. Pedro II, a restauração das casas n. 69 e n. 77 da rua Bernardo Ramos e a restauração do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, junto com a Prefeitura de Manaus.

O governo do Amazonas tem sido atuante na preservação do patrimônio de Manaus. O Programa Manaus *Belle Époque*, iniciado em 2000, revitalizou algumas áreas históricas e, por meio delas, fomentou o turismo: entorno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (2001), entorno do Teatro Amazonas e do largo de São Sebastião (2003), antigo palacete provincial e praça Heliodoro Balbi (2009), Parque Jefferson Péres (2009), Palácio Rio Branco (2010), Casa de Eduardo Ribeiro (2010). Outra referência foi o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamin), iniciado em 2006, com obras de saneamento, moradia e implantação de áreas de lazer coletivas.

A prefeitura municipal de Manaus contribuiu com obras de recuperação de logradouros públicos, como a praça da Saudade (2010), e com a publicação do *Guia Prático: A Proteção e a Preservação do Patrimônio Histórico Edificado de Manaus*.

A população indígena do Amazonas é a maior do país: conta com mais de 120 mil pessoas de 66 etnias, que falam 29 línguas distintas. Entre as ações de pesquisa e reconhecimento, o Iphan empenhou-se no

levantamento de referências culturais no Alto Rio Negro – rota cultural de Iauaretê a Manaus. Essa ação envolveu contato com os povos indígenas mais antigos, preocupados com a dificuldade de transmissão de conhecimento dos mais velhos aos mais jovens.

Foram também pesquisadas manifestações culturais que apresentam risco de desaparecimento, como a dança do gambá, a dança dos encomendadores de almas, as danças de pássaros e a dança do africano, nos municípios de Urucurituba e Maués. Investiu-se ainda na identificação das festas religiosas celebradas na calha do rio Negro, como a Festa de Santo Alberto – que ocorre no distrito de Carvoeiro, em Barcelos – e a Festa do Ritual da Moça Nova Tikuna – em Manaus e São Paulo de Olivença (*INRC das Festas Religiosas do Alto Rio Negro* e *INRC das Manifestações Culturais Ribeirinhas*).

A execução de ações em lugares distantes, como alguns dos aqui citados, envolve grande planejamento, uma operação logística complicada e onerosa e requer diversas parcerias, uma vez que a bacia do rio Negro se estende pela Colômbia e pela Venezuela, e algumas localidades são acessíveis apenas por meio de transporte fluvial ou aéreo. Essas dificuldades conduziram a Superintendência a construir uma gestão compartilhada com órgãos federais, estaduais e municipais e a alinhar parcerias com organizações não governamentais. Nesse contexto foi possível desenvolver ações que culminaram com os registros da Cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, no município de São Gabriel da Cachoeira – e do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – tendo como base o município de Santa Isabel do Rio Negro. O estado está presente no projeto inicial de documentação da diversidade linguística, com o levantamento sociolinguístico e documentação da língua e das tradições culturais das comunidades indígenas Nahukwa e Matipu, do Alto Xingu.

O Amazonas tem 274 sítios arqueológicos cadastrados, número ainda bastante limitado diante do potencial estimado. As pesquisas, embora tenham uma centenária tradição, ainda são muito escassas se consideradas as dimensões territoriais da Amazônia e a quantidade de sítios encontrados. Ao longo da década de 2000, o Iphan desenvolveu o projeto de Levantamento Arqueológico do Município de Manaus e o mapeamento e georreferenciamento de onze municípios situados no Baixo Amazonas. Investiu também em um banco de projetos e na socialização de sítios, como o Sítio Arqueológico Hatahara, em Iranduba.

O licenciamento ambiental de grandes obras urbanas (Arena da Amazônia, revitalização da orla da Ponta Negra, construção de conjuntos habitacionais às margens do rio Negro) e de infraestrutura (ponte que liga Manaus a Iranduba, programa de ampliação do abastecimento de águas de Manaus, na região em que está o primeiro sítio arqueológico cadastrado no Amazonas) vem se avolumando e permitindo o aumento do cadastramento de novos sítios e ações mitigadoras de impacto. Esse contexto viabilizou projetos como o Arqueourbs, responsável pela divulgação dos sítios arqueológicos do centro histórico de Manaus, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a arqueologia no estado.

Atualmente a Superintendência tem investido na divulgação de ações de preservação, realizando ciclos de palestras nos municípios da região metropolitana de Manaus, onde, por vezes, ocorrem processos de destruição do patrimônio edificado ou arqueológico. Também está empenhada na discussão com o governo do estado e do município a respeito das formas de redução do impacto sobre o centro histórico das obras de modernização de Manaus, buscando conciliar a implantação das ações atinentes ao sistema de transportes (monotrilho e BRT) a questões de acesso e mobilidade urbana.



Sede do Iphan em Manaus. Foto: Arquivo Superintendência do Amazonas.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A implantação do *Programa Monumenta* com obras de restauração no Mercado Municipal Adolpho Lisboa, na praça Pedro II, na praça IX de Novembro, no antigo Paço Municipal (futuro Museu da Cidade) e nas duas casas coloniais na rua Bernardo Ramos.

A retomada, após duas décadas, da ampliação do acervo tombado, com a inclusão do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões, a finalização do processo de tombamento do Centro Histórico de Manaus e a abertura do processo de tombamento da Casa de Thiago de Mello, projetada por Lúcio Costa.

A adesão de Manaus e, recentemente, de São Gabriel da Cachoeira ao *PAC das Cidades Históricas*.

O trabalho realizado em conjunto com os povos indígenas do Alto Rio Negro.

Com relação ao orçamento executado pelo Iphan no Amazonas, houve um crescimento de 1,441% entre os anos 2000 e 2010. Apesar de contar com uma equipe diminuta, houve incremento no quadro de pessoal, que passou de 12 para 16 pessoas; o número de automóveis passou de um para dois.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União, Universidade Federal do Amazonas, Sebrae, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ibama, Secretaria da Cultura do Amazonas, Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Universidade do Estado do Amazonas, Prefeitura de Manaus, Instituto de Planejamento Urbano de Manaus, Fundação Municipal de Cultura e Turismo de Manaus, Prefeitura de Itacoatiara e Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, Instituto Socioambiental, Institut de Recherche pour le Développement.

DESAFIOS

Realizar as ações de cadastramento e inventário dos bens culturais, tanto dos bens tombados recentemente, quanto dos que se encontram em processo de tombamento. O Encontro das Águas do rio Negro com o rio Solimões, reconhecido como Paisagem Natural, precisará de levantamento de todos os bens edificados em suas margens e das intervenções existentes para a normatização e a preservação da área protegida. Esse trabalho requer parcerias com diversas instituições ambientais, universidades, organizações não governamentais, além do governo do estado e das prefeituras de Manaus, Iranduba e Careiro da Várzea, para promover a defesa do fenômeno e de suas margens.

O tombamento do Centro Histórico de Manaus, cuja notificação foi oficializada em novembro de 2010, é outro desafio. A normatização dependerá de interface com estado, município e entidades de classe, para desenhar soluções de proteção e defesa dos bens edificados e paisagísticos.



Vista do Bumbódromo que recebe o Festival Folclórico de Parintins. Foto: Arquivo Superintendência do Amazonas.

Reforçar a atuação compartilhada com estado e prefeitura na formulação de projetos de educação patrimonial, requalificação urbana do centro histórico e turismo cultural, preparando a cidade para a Copa de 2014.

Divulgar o patrimônio arqueológico em diversos municípios e melhorar seu gerenciamento.

Ampliar as ações de documentação, salvaguarda e reconhecimento do patrimônio imaterial, como o *INRC do Boi de Parintins*.



Antigo Mercado de Carne do Complexo Ver-o-Peso, restaurado pelo *Programa Monumenta*. Foto: João Vellozo Santos/Arquivo Superintendência do Pará. Brinquedos de miriti vendidos durante o Círio de Nazaré, tradição apoiada pelo *Promoart*. Foto: Arquivo Superintendência do Pará.

PARÁ

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1976 (abrangendo AM, AP E RR)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

As ações de preservação no Pará tradicionalmente se concentraram em Belém. O centro histórico da capital abriga quantidade expressiva de monumentos tombados isoladamente. Apenas recentemente foram retomados os estudos para instruir o processo de tombamento de seu conjunto urbano.

Nos últimos anos, o Iphan teve uma atuação intensa no centro de Belém, com investimentos oriundos de seu orçamento e do *Programa Monumenta*, assim como de parcerias com o Ministério das Cidades e o Ministério do Turismo. Os monumentos correspondentes a edificações religiosas e militares e os palácios ocupados por instituições públicas encontram-se relativamente conservados, mas o casario tombado, de propriedade de particulares, apresenta muitos problemas, incluindo arruinamento e demolições irregulares. O edital de imóveis privados começou a ganhar interesse a partir de sua quarta edição e deve ser um elemento importante na recuperação de várias áreas. O Iphan desenvolve atualmente o projeto de implantação do Centro de Referência do Ver-o-Peso, que deverá contar com apoio do BNDES. Outro projeto importante foi a realização do *Inventário do Patrimônio Azulejar em Belém*.

Ao longo da década, tanto o governo estadual quanto a prefeitura promoveram a restauração de diversos bens, destinando-os a usos culturais e turísticos, muitas vezes utilizando a Lei Federal de Incentivo à Cultura. São bons exemplos da ação estadual de preservação o Forte do Castelo, o antigo Hospital Militar, a Igreja de Santo Alexandre e o colégio jesuítico, além da Igreja da Sé. A Prefeitura de Belém realizou vários investimentos na preservação do patrimônio cultural, com destaque para a requalificação do complexo Ver-o-Peso. Todas essas ações, no entanto, ocorreram isoladamente, reduzindo seu impacto na melhoria do contexto urbano.

O Iphan vem assumindo o papel de articulação entre as diversas instituições públicas, privadas e da sociedade civil nos projetos e proposições para as áreas tombadas. O lançamento, em 2009, do *PAC das Cidades Históricas* veio fortalecer essa iniciativa. A chamada pública resultou na expressiva adesão de nove municípios ao programa: Afuá, Belém, Belterra, Bragança, Cametá, Óbidos, Santarém e Vigia de Nazaré. Outros municípios já começam a manifestar interesse em aderir.



Feira do Açaí no centro histórico de Belém. Foto: Arquivo Superintendência do Pará. Casario no entorno do Mercado Ver-o-Peso, em Belém. Foto: Arquivo Superintendência do Pará. Grupo de Carimbó Saionara do Mau, expressão em processo de registro. Foto: Edgard Chagas/Arquivo Superintendência do Pará.

As condições favoráveis propiciadas pela atual política de preservação, com o aumento dos investimentos, da rede institucional e dos projetos de abrangência nacional, vêm permitindo à Superintendência ampliar as fronteiras geográficas de atuação por meio de parcerias com o estado, com prefeituras e com a sociedade civil. Hoje a ação do Iphan está presente em 30 municípios.

Destacam-se, entre os esforços do instituto, os estudos para instrução dos processos de tombamento de Fordlândia, Belterra, Bragança, Cametá, Santarém, Vigia e Óbidos, que ampliarão substancialmente a presença do Pará no rol de bens reconhecidos como patrimônio nacional.

No campo da arqueologia, a expressiva ampliação das demandas decorrentes da grande quantidade de obras de infraestrutura determinou a priorização do cadastramento de sítios arqueológicos, viabilizado por meio de parcerias com instituições de pesquisa, como o Museu Goeldi e a UFPA. Já são 1.827 os sítios cadastrados no Pará.

O programa de socialização de sítios arqueológicos, cujo objetivo é promover o conhecimento e a fruição desse patrimônio, potencializando também sua vocação para o turismo e a educação, viabilizou o projeto em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente voltado ao sítio localizado em Monte Alegre. O projeto envolve a implantação de estrutura de visitação, a conservação dos bens arqueológicos, a instalação de centro de interpretação e recepção do visitante, a sinalização, a qualificação de pessoal e ações educativas.

Vivem no Pará 40 etnias indígenas e 109 comunidades quilombolas, cuja diversidade de expressões culturais recentemente começou a ser melhor conhecida.

O Pará é hoje um dos estados mais dinâmicos na produção de conhecimento sobre o patrimônio imaterial. O primeiro trabalho foi o *INRC do Círio de Nazaré*, que culminou, em 2004, com o registro da festividade como patrimônio nacional. Na área de identificação, no período 2004-2009 foram realizados o *INRC dos Padrões Gráficos de Ornamentação das Cuias de Monte Alegre e Santarém* (2005), o *INRC do Tacacá* (2005), o *INRC da Fabricação da Farinha de Mandioca* (2006) e o *INRC da Ilha de Marajó* (2007), complementado pelo *INRC das Festividades de São Sebastião na Ilha de Marajó* (2009), que instrui o processo de registro das festas, em fase de finalização.

Estão em andamento os *INRCs do Carimbó na microrregião do Salgado Paraense*, do *Complexo Ver-o-Peso* e dos *Ofícios Tradicionais do Centro Histórico de Belém*, além do *Mapeamento Documental das Referências Culturais do Estado do Pará*. Além desses estudos, estão em curso o *Inventário da Língua Ayuru* e o *Inventário das Embarcações Tradicionais de Comunidades Pesqueiras do Pará*, no âmbito do projeto *Barcos do Brasil*.

A realização dos INRCs tem sido a face mais interativa do Iphan, possibilitando a ampliação do entendimento do papel e das práticas institucionais, gerando processos educativos de troca e de conhecimento mútuo entre pesquisadores e pesquisados, aproximando a instituição da população. A prática de restituir aos municípios



Fordlândia, cidade em processo de tombamento. Foto: Arquivo Superintendência do Pará; Cerâmica de Icoaraci em Belém, comunidade artesanal apoiada pelo *Promoart*. Foto: Paula Porta. Sacristia da Igreja da Madre de Deus em Vigia, cidade em processo de tombamento. Foto: João Veloso Santos/Arquivo Superintendência do Pará.

e à população envolvida nas pesquisas os resultados dos inventários por meio de publicações, exposições, palestras nas escolas ou oficinas, é, sem dúvida, o maior ganho institucional, que se traduz no conhecimento da existência do Iphan por pessoas e em locais nunca antes atingidos.

A ampliação do campo de ação e da representatividade da Política Nacional de Preservação nos últimos anos aumentou imensamente o número de demandas. Atores sociais diversos, a exemplo dos movimentos de cultura popular, associações de bairro, artesãos, populações indígenas e quilombolas, têm cada vez mais vivenciado experiências de empoderamento, o que os torna politicamente mais articulados na reivindicação por políticas e ações mais efetivas de proteção aos seus bens culturais. A identificação, a proteção e a promoção do patrimônio cultural aproximam-se do conceito de cidadania, em especial no que diz respeito ao acesso e ao exercício dos direitos culturais. As atuais demandas e ações na área do patrimônio imaterial envolvem populações indígenas (como os Tembé) e afrodescendentes (religiosos, capoeiristas e quilombolas).

Projetos e programas que visam o desenvolvimento da região passam pela questão da preservação cultural no que tange aos possíveis impactos ao patrimônio natural e arqueológico, e à garantia da reprodução sociocultural das comunidades tradicionais. O Iphan tem sido demandado a colaborar nas mais diferentes instâncias, como: elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Marajó; seminário sobre a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais da Amazônia promovido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi; comitês tecnológicos de turismo do Estado do Pará e do Marajó; Encontro Regional dos Pontos de Cultura; Termo de Cooperação Técnica e Científica para os Tembé do Alto Rio Guamá, instituído pelo Ministério Público do Estado; Comitê Gestor do Zoneamento Econômico e Ecológico do Pará.

O Iphan tem procurado implantar atividades culturais e educativas. A sede da Superintendência abriga exposições, mostras de curtas metragens e documentários e palestras relacionadas à temática da cultura e do patrimônio, preparando a implantação da Casa do Patrimônio. O espaço destinado a essas atividades, o Canto do Patrimônio, congrega galeria, auditório e pequena livreria onde são comercializadas as publicações do Iphan.

Nos municípios, a divulgação das políticas, das práticas e das perspectivas relativas ao patrimônio tem sido feita por meio do *Balaio do Patrimônio Cultural*, sempre muito bem recebido. Em 2010, a ação intitulada *Muito Prazer, Seu Patrimônio* movimentou Belém com a divulgação de informações sobre o Iphan, suas atribuições e realizações na cidade, utilizando a linguagem teatral e impressos, com performances realizadas em lugares públicos. Por um mês inteiro o Iphan esteve na pauta da imprensa, nos principais programas e colunas de cultura.

A parceria com o programa *Cultura Viva* tem viabilizado a implantação de pontos de cultura no centro histórico de Belém, com atividades voltadas para seus moradores e trabalhadores: Olhos de Ver Belém, gerido pela Associação Fotoativa; Zolhos da Zona, vinculado ao grupo teatral Cuíra, na área de concentração de

prostíbulo; e o Pontão Acorda, vinculado ao Museu do Círio, que reformulou a exposição permanente com base em uma visão antropológica do Círio e não apenas histórica e religiosa, produziu material de divulgação, realizou oficinas de fotografia, vídeo, produção de *souvenirs* e artesanato em diversos municípios.

Podem ser citadas como as primeiras ações de promoção de atividades econômicas vinculadas ao patrimônio cultural a participação de seis comunidades artesanais paraenses no *Promoart*: Brinquedos de Meriti de Abaetetuba, Cerâmica de Icoaraci (Belém), Figuras de balata de Monte Alegre e Belém, Trançados de Arapiuns, Cuia de Aritapera (Santarém) e Mobiliário dos rios Tapajós e Arapiuns.

O orçamento executado pelo Iphan no Pará cresceu de R\$ 483 mil em 2000 para R\$ 10 milhões em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 8 para 14 pessoas. O número de automóveis passou de um para três.

PRINCIPAIS PARCEIROS

A Fundação Instituto Para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa) tem sido parceira na apresentação de projetos importantes para captação de recursos via Lei de Incentivo Fiscal. Também foi parceira na contratação do Inventário de Bens Móveis e Integrados das cidades de Belém e Vigia.

A Associação de Erveiros e Erveiras do Ver-o-Peso (Ver-as-Ervas) foi parceira na execução do *INRC da Feira do Ver-o-Peso*, que resultou também na produção de filme e exposição.

A Universidade Federal do Pará e o Museu Emílio Goeldi são parceiros constantes, sobretudo nas áreas de arqueologia e educação.

DESAFIOS

Estender a atuação do Iphan aos 144 municípios paraenses, atendendo as demandas recebidas mediante a implantação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural e com a ampliação das *Casas do Patrimônio*.

Implantar projeto de educação patrimonial nas escolas públicas de nível fundamental em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e prefeituras.

Concretizar em Belém a gestão compartilhada do centro histórico envolvendo Iphan, estado e prefeitura para viabilizar sua requalificação urbanística, a valorização da área e a ocupação de bens culturais, contribuindo para o desenvolvimento local.

Patrimônio azulejar de Belém: Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Foto: João Vellozo Santos/Arquivo Superintendência do Pará.





Remanescentes da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Porto Velho. Foto: Arquivo Superintendência de Rondônia. Inscrição rupestre em Presidente Médici. Foto: Luiz Brito/Arquivo Superintendência de Rondônia.

RONDÔNIA

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2004 (abrangendo AC)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A moderna ocupação da região hoje compreendida no estado de Rondônia remonta ao século XVII, no contexto de conflitos envolvendo fronteiras e ocupação da região Amazônica, protagonizados pela empresa colonial portuguesa. Essa interiorização impactou fortemente os grupos indígenas que povoavam a região, desencadeando migrações, modificações profundas na organização social e a extinção de alguns povos.

O marco da ocupação portuguesa no século XVIII, em termos do legado patrimonial, é o Real Forte Príncipe da Beira, impressionante monumento localizado às margens do rio Guaporé, em uma região estratégica, tombado na década de 1950. Abandonado durante décadas, o forte esteve esquecido e tomado pela mata. Suas ruínas foram encontradas na época em que se empreendeu o esforço de integração nacional, levado a efeito pela ação do Marechal Cândido Rondon, que traria as linhas telegráficas para a região Norte.

A composição e a atuação da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, também denominada Comissão Rondon, tiveram a finalidade de minimizar o isolamento da região Norte em um contexto internacional de crescente industrialização e valorização da borracha. Os telégrafos e as ferrovias, símbolos da modernidade e da industrialização, seriam agentes importantes no planejamento dessa integração. Testemunhos físicos da presença da Comissão Rondon, os Postos Telegráficos ainda existem nas cidades de Ji-Paraná e Vilhena, compostos por 24 imóveis¹⁰¹. O processo de tombamento de ambas está em finalização.

Nesse contexto de interiorização, consolidação de fronteiras e inserção da região nas estratégias de desenvolvimento econômico, situa-se a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). A cidade de Porto Velho surge no momento de valorização internacional da borracha e de incorporação do Acre ao território brasileiro, envolvendo negociações entre Brasil e Bolívia. A cidade estabeleceu-se na esteira das ações voltadas para a construção da ferrovia, planejada para atender a demanda negociada junto à Bolívia de uma ligação deste país ao Atlântico. A ferrovia, com seus 366 km, ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim, cidade fronteiriça. A narrativa da sua construção é sempre dramática e assume ares de epopeia, dado o esforço para

101. A grande maioria dos Postos Telegráficos remanescentes está em Mato Grosso.

subjugar a floresta amazônica e a população indígena, além das incontáveis mortes de trabalhadores envolvidos na execução da obra.

Desligada da Rede Ferroviária na década de 1960 e com decreto de extinção datado de julho de 1972, a EFMM foi sistematicamente sucateada até ressurgir com a força de símbolo do estado de Rondônia, no início da década de 1980, a partir das ações conjuntas do Iphan com a comunidade local, em seminários voltados a reverter o processo de extinção da ferrovia, que propuseram uma série de ações para sua retomada, entre elas o tombamento. O processo iniciado na década de 1980 foi concluído apenas em 2006. O perímetro tombado e o do entorno encontram-se na região central de Porto Velho. Atualmente o Iphan estuda a ampliação da área tombada.

O patrimônio tombado ou em via de tombamento aqui apresentado reflete apenas parte do patrimônio cultural presente em Rondônia. As ações voltadas à identificação, proteção e promoção em Rondônia são mais eficientes quanto melhor considerarem a indissociabilidade entre suas faces material e imaterial.

A riqueza do patrimônio imaterial é latente. O *INRC de Rondônia* está sendo concluído e permitirá a identificação das ações prioritárias nesse campo, que deverão envolver populações indígenas, comunidades ribeirinhas tradicionais, grupos religiosos de matriz africana e práticas religiosas associadas ao uso da ayahuasca. Alguns grupos detentores de práticas tradicionais já começam a se apropriar das noções de patrimônio cultural e das ações públicas desenvolvidas pelo Iphan, organizando-se para a obtenção do registro de suas referências culturais. É o caso da Festa do Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé. Esta celebração, rica em rituais, é realizada anualmente durante 40 dias. Seu percurso é em grande parte feito em vias fluviais, na fronteira entre Brasil e Bolívia. A festa envolve comunidades brasileiras e bolivianas, o que tem representado um desafio para a instrução do processo de registro solicitado pela comunidade.

A Superintendência vem buscando construir uma atuação baseada na educação patrimonial, entendida como instrumento que possibilita aos indivíduos fazer a leitura do universo onde estão inseridos, percebendo-se como protagonistas na produção das referências culturais. Essa proposta de trabalho tem sido bastante profícua no sentido de identificar parceiros, aproximar o Iphan dos indivíduos e os indivíduos de seus bens culturais.

O estado possui fartas evidências e vestígios das diversas nações indígenas que povoavam a região, cuja dinâmica e caracterização ainda está em via de ser melhor entendida. Há um vasto campo para a pesquisa arqueológica. O momento atual, de crescimento populacional e de dinamização da economia, por meio do fomento a obras de grande porte, coloca dentre as prioridades do Iphan a gestão do patrimônio arqueológico, exercida ativamente nos processos de licenciamento, no estabelecimento de medidas mitigadoras e compensatórias e na fiscalização de seu cumprimento.

A construção das usinas hidrelétricas no rio Madeira colocou a arqueologia em foco em todo o estado. Há diversas pesquisas acadêmicas sendo realizadas, mas a maioria das portarias expedidas pelo Iphan para a arqueologia é demandada pelas empresas contratadas para realizar o salvamento arqueológico em áreas impactadas por empreendimentos. O grande acervo gerado por essas pesquisas tem fomentado o planejamento e a criação de museus. Em 2006, a Superintendência do Iphan implantou o Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia de Rondônia, localizado no município de Presidente Médici, que possui acervo significativo e tem atuado na divulgação e proteção aos sítios arqueológicos da região, ricos em gravuras e inscrições em pedra (petroglifos).

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A implantação da Superintendência, entre 2004 e 2005, significou um ponto de inflexão na maneira de se considerar o patrimônio cultural no estado. As ações de preservação, sempre respaldadas pela difusão de informações e pela educação patrimonial, puseram em foco novos conceitos, princípios e práticas, qualificando a discussão sobre o patrimônio cultural.

O orçamento executado pelo Iphan em Rondônia cresceu de R\$12 mil em 2005 para R\$ 308 mil em 2008. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 8 pessoas em 2005 para 14 pessoas em 2010. O número de automóveis passou de 1 em 2005 para 3 em 2010. Em 2009 a Superintendência adquiriu um imóvel, passando a contar com sede própria na região central de Porto Velho.

A restauração e revitalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré envolve Iphan, Prefeitura de Porto Velho e Prefeitura de Guajará-Mirim, além das empresas Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil, responsáveis pelas usinas hidrelétricas no rio Madeira. O impacto ambiental e cultural dessas obras gerou o estabelecimento de medidas compensatórias que reverteram em favor da preservação da Estrada de Ferro em toda a extensão tombada e além dela.

A adesão de Porto Velho ao *PAC das Cidades Históricas*.

A atual gestão do patrimônio arqueológico.

As ações de consolidação das ruínas do Real Forte Príncipe da Beira e o desenvolvimento de projeto arquitetônico para sua revitalização, que envolvem, desde 2007, técnicos das áreas de arqueologia, arquitetura, biologia, engenharia e história.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Ministério Público Federal, Secretaria do Patrimônio da União/Gerência Regional do Patrimônio da União, Prefeitura de Porto Velho, Prefeitura de Presidente Médici, Prefeitura de Guajará-Mirim, Cooperativa dos Trabalhadores Ferroviários da EFMM, Ibama, Exército Brasileiro (17ª Brigada de Infantaria de Selva e 5º Batalhão de Engenharia e Construção) e Comunidade do Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé.

DESAFIOS

Aprofundar o conhecimento acerca do patrimônio cultural no estado para ampliar a proteção por meio de tombamento, registro ou chancela.

Ampliar a parceria com as secretarias de cultura, do estado e dos municípios.

Planejar e executar ações de maior fôlego no campo do patrimônio imaterial.

RORAIMA

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2009

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Roraima é um estado com marcante pluralidade étnica e tem o referencial indígena como marco identitário. Além da diversidade de etnias indígenas, a população é composta de migrantes de todos os estados brasileiros e imigrantes de países fronteiriços, como a Guiana e a Venezuela. O patrimônio cultural reflete muito essa diversidade. É o único estado que ainda não possui bem cultural tombado em nível federal. Os bens protegidos têm tombamento estadual e municipal. O Iphan teve participação ativa na elaboração da lei estadual de preservação e proteção do patrimônio cultural, estabelecida em 2009, e tem buscado parcerias com o governo.

Grande parte dos prédios históricos, bem como o acervo documental, iconográfico e de obras sacras do estado pertence à Diocese de Roraima. O Exército também tem presença marcante neste estado fronteiriço e famílias tradicionais dispõem de grande parte do acervo histórico.

O processo de ocupação do atual estado de Roraima teve origem na construção do Forte de São Joaquim (1775-1778), na margem esquerda do rio Branco. Em 1830, o comandante do forte fundou a primeira



Igreja de N.S. do Carmo em Boa Vista; Prelazia de Boa Vista. Fotos: Arquivo Superintendência de Roraima.

fazenda particular de pecuária à margem direita do rio, com o nome de Boa Vista, dando início a um povoado. Apenas em 1858 foi estabelecida a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, junto à sede da fazenda, para fortalecer a presença do governo imperial na região e defender o território. Após a Proclamação da República, em 1890, o então governador do Amazonas, Augusto de Ville Roy, elevou a freguesia à condição de Vila de Boa Vista do Rio Branco. Em função da forte presença dos missionários beneditinos, instalou-se a Igreja de Nossa Senhora do Carmo em 1892. A vila tornou-se a cidade de Boa Vista em 1926.

A cidade fica em uma planície com vegetação de campos abertos chamada de “lavrado” e foi crescendo em sentido oposto ao rio. Boa Vista encontra-se totalmente acima da Linha do Equador, aspecto importante para os costumes locais, que são adaptados aos fatores climáticos. As áreas mais antigas, localizadas às margens do rio Branco, possuem uma arquitetura que remete ao estilo neoclássico de fins do século XIX e início do XX. Em 1944, a empresa Riobras Industrial Ltda. ganhou o concurso de projetos para a implantação de um plano urbanístico para a capital do então Território Federal do Rio Branco e elaborou uma planta em formato de leque. O Iphan iniciou estudos para o tombamento do conjunto urbanístico de Boa Vista, que está inserida no *PAC das Cidades Históricas*.

Também estão sendo estudadas, para efeito de tombamento, as ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco, no município do Bonfim.

O estado conta com importante patrimônio arqueológico ainda pouco conhecido, que inclui gravuras e pinturas rupestres. Apenas 84 sítios arqueológicos estão cadastrados.

O patrimônio imaterial é outro campo a ser conhecido com mais cuidado.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência (2009) abriu melhores condições para a estruturação do trabalho do Iphan. Em 2007, para iniciar as ações, havia sido criada uma Sub-Regional na Superintendência do Amazonas, que diagnosticou o estado de preservação de dois importantes bens: o Sítio Arqueológico da Pedra Pintada e as ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco.

A mobilização de diversos órgãos locais em torno da preservação do patrimônio cultural.

O surgimento de pesquisas, nos diferentes níveis de ensino, sobre o patrimônio cultural de Roraima.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Conselho Estadual de Cultura de Roraima; Fundação de Educação, Turismo e Cultura; Conselho Estadual das Cidades; Divisão de Patrimônio Histórico de Boa Vista; Conselho Municipal da Cidade de Boa Vista; Universidade Federal de Roraima; Ministério Público Estadual e Federal; Conselho Indígena de Roraima; Associação dos Professores Indígenas de Roraima; Organização dos Povos Indígenas de Roraima; Organização das Mulheres Indígenas de Roraima e Fórum Permanente de Cultura.

DESAFIOS

Estabelecer ações de educação patrimonial visando a apropriação social do patrimônio cultural.

Ampliar a documentação e a produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural do estado para subsidiar o planejamento das ações de preservação e para divulgá-lo.

Estabelecer cooperação com lideranças e instituições indígenas para ações de preservação no campo da arqueologia e do patrimônio imaterial.

Ampliar o rol de parcerias institucionais.

TOCANTINS

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2009

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O processo de ocupação do Tocantins ocorreu ao longo do século XVIII, a partir da ação dos bandeirantes que buscavam ouro e deram origem aos núcleos históricos localizados na região sudeste do estado. A presença indígena mais antiga era formada pelos povos Xerente, Apinajé, Karajá, Krahô e Javaé. Nos séculos subsequentes, o território foi sendo ocupado por migrantes de outras regiões, que se dedicaram à pecuária e à agricultura. O norte do estado tem sua cultura vinculada às atividades extrativistas e apenas recentemente foram iniciadas ações de documentação e identificação de seu patrimônio cultural.

A atuação do Iphan em Tocantins foi iniciada com as primeiras visitas às cidades oriundas do ciclo da mineração durante a década de 1950, quando o arquiteto Edgar Jacinto chamou a atenção para os bens móveis existentes nas igrejas de Monte do Carmo e Paranã, e para a arquitetura da Casa de Câmara e Cadeia de Arraias.

Apenas em 1987 ocorreu a primeira ação efetiva de proteção, com o tombamento em âmbito nacional do Conjunto Histórico e Paisagístico de Natividade.

A cidade tem origem na expansão da mineração para o Centro-Oeste no início do século XVIII e foi um dos primeiros arraiais da capitania de Goiás. O conjunto de Natividade apresenta uma estrutura urbana em estilo colonial implantada no sopé da serra, com casario sem monumentalidade, diferenciado dos edifícios religiosos, mas a eles integrado. Essa arquitetura acompanhou as transformações econômicas representadas pela passagem da mineração do ouro para a pecuária. Foram incluídos ornamentos nas fachadas e agregados novos cômodos às edificações, adaptando-as às novas formas de viver. No patrimônio imaterial de Natividade se destacam as danças, a música, os ritos religiosos, a culinária e a produção de joias em filigrana, tradição portuguesa introduzida à época da mineração.

Em 2007 foram iniciadas na cidade as ações do *Programa Monumenta*, centradas na recuperação de imóveis privados, nos projetos de revitalização dos espaços públicos e da ourivesaria tradicional, estimulando sua continuidade. Em 2010 a cidade recebeu sua primeira sala de cinema, criada no âmbito do *Cine Iphan*.



Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Arraias, hoje Centro Cultural. Foto: Luciana Araújo/Arquivo Superintendência de Tocantins; Associação Capim Dourado em Mateiros, no Jalapão, apoiada pelo *Promoart*. Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan; Igreja Matriz de Natividade. Foto: Cejane Pacini/Arquivo Superintendência de Tocantins.

A partir de 2007, as ações do Iphan em Tocantins se ampliaram. Até então concentradas em Natividade, estenderam-se, por meio de obras pontuais ou de caráter emergencial, aos municípios setecentistas de Porto Nacional, Paranã, Monte do Carmo e Peixe, e também à capital, Palmas.

Em 2008 realizaram-se duas ações bastante relevantes para a consolidação da política de preservação no estado: o *Mapeamento das Referências Culturais do Estado do Tocantins* e o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional.

A cidade de Porto Nacional era um porto de passagem para os arraiais do Pontal e do Carmo (atual Monte do Carmo), e cresceu quando recebeu os sobreviventes do massacre por indígenas Xerente de grande parte da população de Pontal, em 1805. Em 1886 chegaram os frades dominicanos, responsáveis pela construção da catedral e dos edifícios da Cúria Diocesana e do Seminário. Até a construção da rodovia Belém-Brasília, no final da década de 1960, ainda havia tráfego pela rota fluvial, que já havia sido reduzido com o desenvolvimento da linha do Correio Aéreo Nacional.

A cidade tem a forma portuguesa de implantação em terrenos planos, com sua capela de fachada voltada para o rio Tocantins, posteriormente substituída pela atual Catedral de Nossa Senhora das Mercês, formando um adro delimitado por casas e estabelecimentos comerciais. Distingue-se de outros núcleos urbanos que surgiram durante o ciclo da mineração por estar distante das minas, por ter sua população inicial composta principalmente de comerciantes e pela influência religiosa dos dominicanos, que construíram sua imponente catedral em estilo românico.

Além das edificações mencionadas, destacam-se o Caetanato, os casarões dos Mayas e dos Ayres e a Casa da Câmara e Cadeia. O patrimônio imaterial da cidade está relacionado às festividades religiosas, ao artesanato de barro e palha, à música e à dança. Uma obra importante de preservação realizada nos últimos anos foi a restauração da Casa de Câmara e Cadeia para abrigar o Museu Histórico de Porto Nacional.

Os conjuntos de Natividade e Porto Nacional ainda permanecem como os únicos bens culturais de Tocantins tombados em âmbito nacional, mas estão em andamento inventários e ações de documentação que visam ampliar o acervo protegido. Já foram realizados os *INRCs de Porto Nacional* (2005) e *Natividade* (2007); estão em andamento o processo de registro da filigrana de Natividade, o inventário da cultura em torno do babaçu, o inventário das fazendas históricas do sudeste tocaninense e o inventário dos bens móveis e integrados dos municípios de Natividade, Chapada da Natividade, Almas e Conceição do Tocantins. O projeto piloto de documentação da diversidade linguística está sendo realizado com o inventário da língua asuriní.

A presença de 26 comunidades quilombolas no estado, já reconhecidas pela Fundação Palmares, aponta a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre suas referências culturais.

Tocantins é rico em paisagens naturais e há grande demanda de preservação de bens como a região do Jalapão; a Ilha do Bananal, localizada no encontro dos rios Araguaia e Javaés, que tem forma diferenciada ao longo do ano; o encontro dos rios Tocantins e Araguaia, localizado na região do Bico do Papagaio, zona de transição entre o cerrado e a floresta Amazônica; a floresta fossilizada no município de Filadélfia; a paisagem originada pela Serra Geral no município de Taguatinga.

O estado também possui grande potencial arqueológico: já são 1.185 os sítios cadastrados. Destacam-se sítios líticos a céu aberto localizados nas regiões mais afastadas do rio Tocantins; sítios nas barrancas do leito do Tocantins, contendo gravuras rupestres e material lítico lascado; oficinas líticas nas praias e ilhas do rio Tocantins; sítios cerâmicos a céu aberto; sítios com arte rupestre nas regiões de elevações calcárias.

As pesquisas dos sítios arqueológicos têm sido feitas por empresas contratadas para realizar o salvamento arqueológico em áreas impactadas por empreendimentos. São necessárias ações para sistematização do que já foi produzido sobre os bens arqueológicos encontrados e para a socialização desses sítios. Além disso, é preciso estabelecer maior integração entre os licenciamentos arqueológicos e os licenciamentos ambientais.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência de Tocantins (2009).

O tombamento de Porto Nacional, ampliando a área de atuação do Iphan no estado.

A realização e publicação em livro do *INRC do Estado do Tocantins*, que se tornou um instrumento do planejamento estratégico das ações de preservação e promoção do patrimônio cultural.

A adesão de Natividade e Porto Nacional ao *PAC das Cidades Históricas*, permitindo o planejamento de ações importantes de preservação e desenvolvimento e o aumento dos investimentos.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Fundação Cultural do Tocantins; Universidade do Tocantins, em especial o Núcleo Tocantinense de Arqueologia; Universidade Federal do Tocantins; Prefeitura de Porto Nacional; Prefeitura de Natividade.

DESAFIOS

Tornar a Superintendência um órgão articulador da política de preservação cultural no estado, favorecendo a gestão compartilhada do patrimônio cultural com os municípios e o governo estadual.

Estender a atuação do Iphan à região norte do estado, com suas comunidades indígenas e quilombolas.

Ampliar as pesquisas de identificação e documentação dos processos histórico-sociais e do patrimônio cultural a eles relacionado.

Identificar e reunir o acervo arquivístico histórico de Tocantins hoje disperso, até mesmo em outros estados.

Implantar a Casa do Patrimônio em Palmas para compartilhar informações e experiências relativas à preservação cultural.



Igreja de N.S. da Conceição em Conceição do Tocantins. Foto: Luciana Araújo/Arquivo Superintendência de Tocantins.



Igreja de N.S. da Corrente em Penedo, totalmente restaurada. Foto: Sandro Gama de Araújo/Arquivo Superintendência de Alagoas.

Nordeste

ALAGOAS

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2004

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Alagoas possui onze bens tombados em âmbito federal, distribuídos em seis cidades: as casas de Graciliano Ramos e do Marechal Deodoro; os remanescentes da Vila de Porto Calvo; a Serra da Barriga, área do Quilombo dos Palmares; quatro igrejas e conventos e três conjuntos urbanos: Penedo, Piranhas e Marechal Deodoro.

Penedo, o principal porto comercial do baixo São Francisco, foi fundada no século XVI e tem sua evolução intimamente ligada à economia gerada pela expansão da cana-de-açúcar e pela ocupação do sertão. Seu nome advém do rochedo em que está implantada, sobre as ruínas do Forte Maurício, edificação holandesa. Até meados do século XX, quando a principal travessia do rio era feita por balsas, continuou como polo econômico. Manteve seu conjunto urbano com exemplares de diversos estilos arquitetônicos, que chegam até o modernismo, mas com predominância da arquitetura colonial e dos conjuntos neoclássicos.

Penedo possui a riqueza da cultura ribeirinha em suas celebrações religiosas, como a Festa de Bom Jesus dos Navegantes; e nas atividades ligadas à pesca e ao transporte fluvial. Possui também tradições como a dos mestres santeiros. A cidade recebeu diversos investimentos na preservação de seu patrimônio ao longo da década, tanto do *Programa Monumenta*, quanto do orçamento do Iphan. Destacam-se: a restauração das igrejas de N. S. da Corrente e São Gonçalo Garcia; a restauração do Convento de N. S. dos Anjos; a restauração de pintura parietal no Oratório da Força; a restauração da praça Barão de Penedo; a requalificação urbanística das praças Rui Barbosa e Padre Veríssimo; a implantação do Albergue Escolar; a restauração do Sobrado dos Lessa para abrigar atividades de educação patrimonial e ambiental da Ufal. Vários imóveis foram beneficiados por meio do *Edital para Recuperação de Imóveis Privados*.

Piranhas deve seu nome à abundância desse peixe que deu nome ao porto que a originou. Está situada no último trecho navegável do baixo São Francisco, a partir do qual, em fins do século XIX, foi construída uma estrada de ferro, permitindo escoamento mais rápido da produção econômica do médio e do alto São Francisco. A cidade possui um acervo arquitetônico que remonta ao período colonial, mas com maior número de edificações do século XIX e início do século XX, destacando-se o conjunto da arquitetura vernacular. Está implantada entre o rio e os primeiros morros do vale.

O tombamento de Piranhas destaca seu valor paisagístico e tem a particularidade de envolver cerca de 20 km de margem do rio, chegando ao povoado de Entremontes, famoso por seus bordados. Dentre as ações executadas pelo Iphan, destacam-se a restauração de edifício para instalação da Casa do Patrimônio e a instalação do Auditório Municipal. Está em andamento a requalificação do seu pátio ferroviário.

Marechal Deodoro, terra de nascimento do primeiro presidente da República, originalmente teve o nome de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, simplificado para Vila das Alagoas. Foi fundada em 1611, na parte central da região das Alagoas, que se tornou bastante próspera pela produção de açúcar. Em 1817, com a emancipação política da província das Alagoas, foi sua sede administrativa. Entrou em decadência econômica a partir de 1839, quando Maceió passou a capital.

O isolamento ajudou a manter um conjunto urbano típico até o início do século XIX, com casario de pequenas dimensões e rico trabalho de caixilharia, além de um conjunto de oito importantes igrejas com elementos do barroco, do rococó e do neoclássico. Seu tombamento abrange três áreas separadas: o Centro Histórico, o povoado de Taperaguá e o conjunto do Carmo, os dois primeiros banhados pela lagoa Manguaba. A cidade mantém as características urbanísticas originais da praça que lhe deu origem no século XVII.



Panorama de Piranhas às margens do São Francisco, tombada em 2003. Foto: Yuri Batalha/Arquivo Superintendência de Alagoas; Casa do Patrimônio de Maceió. Largo da Matriz em Marechal Deodoro, tombada em 2006. Fotos: Sandro Gama de Araújo/Arquivo Superintendência de Alagoas.

Marechal Deodoro tem na pesca e na relação com a lagoa-mãe a origem da rica culinária e da produção de renda filé. Também tem forte tradição musical, na doçaria, na relação familiar com os quintais que emolduram a paisagem com árvores frutíferas e nos festejos religiosos que promovem competições interbairros. A produção de canoas é apontada como das mais singulares e belas do país. A cidade integra o primeiro conjunto de estudos do projeto *Barcos do Brasil*.

Entre os principais investimentos realizados pelo Iphan em Marechal Deodoro estão a restauração do convento franciscano, a restauração da Casa de Câmara e Cadeia para instalação da *Casa do Patrimônio* e do *Cine Iphan* e a recuperação de imóvel para instalação do Ponto de Cultura Marechal em Movimento, que atua na divulgação da cidade através de sítio na internet, na inclusão digital e no fomento à transmissão de saberes. A cidade também vem recebendo investimentos do programa cidade-polo do BNDES.

Em Maceió, o Iphan realizou importante investimento no patrimônio ferroviário, com a adaptação de galpões para receber a sede da Superintendência, a *Casa do Patrimônio* e a sede do Arquivo Público de Alagoas.

A Casa de Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios foi outro bem tombado que recebeu atenção, com investimento na sua modernização e museografia.

Para ampliar o acervo de bens culturais protegidos em âmbito federal, a Superintendência tem investido em estudos. Estão em andamento os processos de tombamento da igreja matriz de Coqueiro Seco; da vila operária modernista da Destilaria, em Rio Largo; do conjunto urbano de Porto de Pedras; da região portuária de Maceió; da paisagem de Angiquinhos, em Delmiro Gouveia; da catedral de Maceió; do conjunto de obras do arquiteto italiano Luigi Lucarini; das cidades de Água Branca e Delmiro Gouveia.

As igrejas e conventos coloniais alagoanos guardam importantes conjuntos de bens móveis, que remontam ao século XVII. Recentemente o Iphan investiu na recuperação dos bens móveis e integrados da Matriz de Porto Calvo, ação fomentada a partir do *Inventário de Bens Móveis e Integrados de Alagoas*.

No campo da documentação, além dos inventários do patrimônio ferroviário e dos engenhos do litoral norte, foi realizado o *Inventário do Patrimônio Azulejar em Alagoas*, que teve como desdobramento ações importantes, como as restaurações das cúpulas das torres da Igreja de N. S. da Corrente, em Penedo, e da fachada da Igreja de N. S. Mãe dos Homens, em Coqueiro Seco.

Alagoas possui um rico acervo arqueológico, mas ainda é incipiente a produção de conhecimento sobre esse campo e apenas 206 sítios estão cadastrados. Com vestígios de ocupação humana de mais de 8 mil anos, possui sobretudo sítios líticos e cerâmicos e de pintura rupestre. Também há um importante campo para as pesquisas de arqueologia histórica. Dentre o patrimônio arqueológico alagoano, destacam-se:

Os grafismos rupestres da região ribeirinha ao rio São Francisco. Nos matacões e abrigos sob rocha do São Francisco são encontrados painéis que intercalam elementos gráficos de diferentes tradições rupestres, produzindo arranjos singulares.

Os diversos cemitérios indígenas, especialmente na região Agreste, destacando-se os da tradição aratu, onde a presença de urnas funerárias cerâmicas (igaçabas) é marcante.

Os vestígios da ocupação holandesa, entre eles o Forte Maurício, sobre o qual foi construída a cidade de Penedo.

As regiões relacionadas à presença do Quilombo de Palmares (séculos XVII e XVIII), sendo excepcionalmente importante a Serra da Barriga (tombada em 1986), onde pesquisas arqueológicas vêm sendo realizadas há décadas.

Em 2008 foi concluído o *Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas*, e estão em andamento os *INRCs de Penedo e de Marechal Deodoro*. Dentre as referências culturais a documentar, estão a riqueza de folguedos em Maceió, considerada a cidade de sua maior concentração, e os diversos aspectos da cultura indígena no estado.

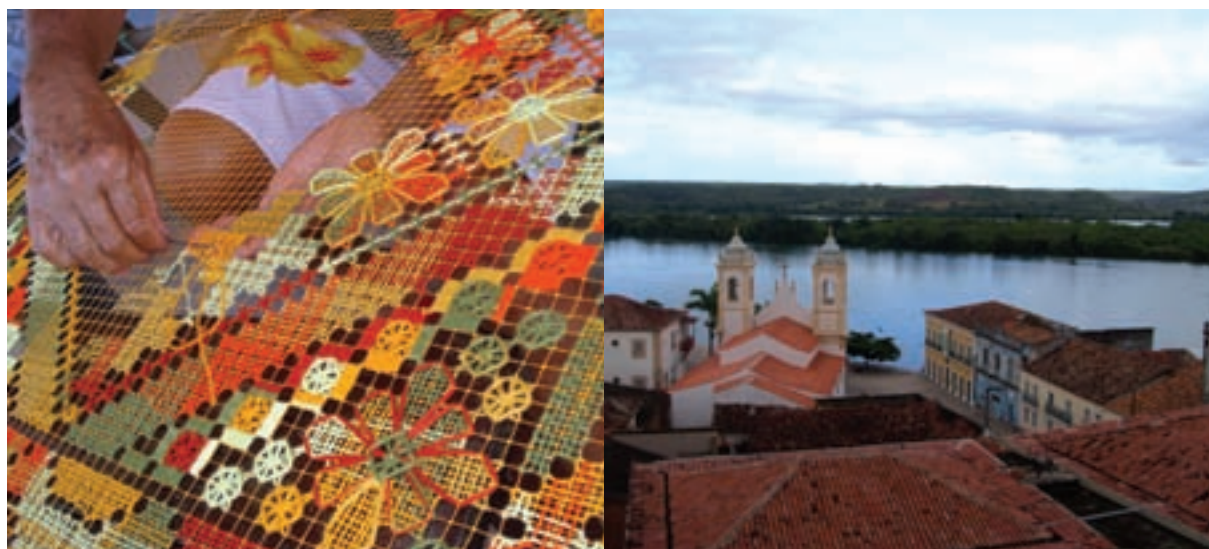
A forte tradição artesanal alagoana está representada no *Promoart* pela cerâmica de Lagoa da Canoa, pela renda de Marechal Deodoro, pela cerâmica de Muquém e pelo bordado Boa Noite da Ilha do Ferro.

A renda Singeleza, de Marechal Deodoro, está em processo de registro, com apoio do governo estadual.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência (2004) foi um grande avanço para a proteção do patrimônio cultural. Seu orçamento tem sido substancialmente ampliado a cada ano: de R\$ 400 mil em 2005 para R\$ 7,5 milhões em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 4 pessoas em 2004 para 50 pessoas em 2010. O número de automóveis passou de um para quatro. A Superintendência também conta com computadores e equipamentos fotográficos novos. O aumento dos recursos tem permitido uma ação planejada nas cidades históricas, envolvendo a restauração de bens tombados, pesquisas arqueológicas e projetos estruturantes.

Renda Filé de Marechal Deodoro, apoiada pelo *Promoart* e vista de Penedo, cidade que recebeu forte investimento do *Programa*. Fotos: Sandro Gama de Araújo/Arquivo Superintendência de Alagoas.



O investimento na constituição de um banco de projetos que poderão ser apoiados pelo *PAC das Cidades Históricas*. Destacam-se o embutimento de fiação e cabeamento estruturado das cidades de Marechal Deodoro, Penedo, Piranhas e do povoado de Entremontes; a ampliação e restauração do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e da Perseverança e Auxílio; a implantação de estacionamento subterrâneo em Penedo; a restauração do Cine Teatro São Francisco em Penedo; a requalificação urbana de quadras comerciais de Penedo; o saneamento e drenagem para Piranhas; a restauração da igreja de Entremontes; a instalação do Polo Pescador, do Polo Rendeiras e do Centro de Referência da República em Marechal Deodoro.

Alagoas já conta com três Casas do Patrimônio ativas: a de Piranhas, com oficina de miniaturas de embarcações do São Francisco; a de Marechal Deodoro, com o *Cine Iphan* e a previsão de instalar maquetes sobre a evolução da cidade; e a de Maceió, com seu já concorrido espaço de exposições, auditório, biblioteca e exposição permanente da coleção de arte popular de Tânia Maya Pedrosa.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo do Estado de Alagoas, Fundação Palmares, Advocacia Geral da União, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Polícia Federal, Prefeitura de Marechal Deodoro, Prefeitura de Piranhas, Prefeitura de Penedo, Prefeitura de Maceió, Ufal, UFPE, Museu Arqueológico de Xingó, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, BNDES, Eletrobrás, BNB, Sociedade N. S. do Bom Conselho, Arquidiocese de Maceió, Arcebispado de Penedo, Província Franciscana de Olinda e Guardião do Convento de Penedo, Sociedade Amigos do Convento, Colônia de Pescadores de Marechal Deodoro, Casa da Amizade.

DESAFIOS

A gestão dos projetos inseridos nos planos de ação de Marechal Deodoro, Penedo e Piranhas, que aderiram ao *PAC das Cidades Históricas*, tornando-os ação exemplar de planejamento integrado.

Ampliar a documentação e a proteção do patrimônio cultural.

Implantar sistemas locais de gerenciamento e proteção do patrimônio edificado.

BAHIA

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1937 (abrangendo SE)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Bahia possui um extenso acervo de bens culturais, identificado nas centenas de sítios arqueológicos, na herança material dos diferentes ciclos econômicos que se sucederam na apropriação de seu território e no diversificado patrimônio imaterial. São 182 bens de natureza material tombados, além do registro do Samba de Roda do Recôncavo¹⁰², do Ofício das Baianas de Acarajé, da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira. A relevância desse patrimônio é reconhecida pela Unesco ao considerar o Centro Histórico de Salvador e a Costa do Descobrimento como Patrimônio Mundial, e o Samba de Roda do Recôncavo como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial.

Dentre os bens arqueológicos, destacam-se os painéis de pinturas rupestres, testemunho de sociedades extintas, cujos significados ainda exigem uma série de estudos. A região da Chapada Diamantina é a que hoje apresenta a maior concentração dos sítios identificados e estudados. Investigações mais recentes, contudo, revelam o enorme potencial do Complexo Arqueológico de Paulo Afonso, no baixo e médio São Francisco, e da Região Arqueológica de Central, além do Recôncavo Sul, da Serra Geral e da Costa do Descobrimento, ainda não devidamente exploradas.

102. Também reconhecido como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.



Cachoeira vista do Covento do Carmo. Foto: João Legal/Arquivo Superintendência da Bahia. D. Rosalina, ceramista de Maragogipinho, apoiada pelo *Promoart*. Foto: Elias Mascarenhas/Arquivo CNFCP/Iphan.

A Bahia tem nove cidades históricas protegidas por tombamento: Salvador, Porto Seguro, Cachoeira, São Félix, Lençóis, Rio de Contas, Itaparica, Mucugê e Andaraí. Está em andamento o processo de tombamento de Cairu.

O acervo arquitetônico e paisagístico de Salvador, primeira capital do Brasil, merece destaque pelo seu excepcional valor cultural e por sua extensão – possui cerca de 3 mil edifícios construídos nos séculos XVIII, XIX e XX, conformando uma paisagem que se caracteriza pela distinção entre os dois níveis na implantação da cidade, típica dos assentamentos ultramarinos portugueses. Salvador concentra mais da metade dos bens tombados individualmente no estado, totalizando 90 bens, entre os quais se destacam monumentos da arquitetura religiosa, civil e militar e também os templos do culto afrodescendente.

Os demais núcleos urbanos tombados retratam o processo de ocupação do território baiano até o final do século XIX, inicialmente de caráter agrícola e ruralista, com a ocupação costeira fomentada pela cultura da cana-de-açúcar e, posteriormente, do fumo. Representam esse momento as cidades tombadas de Cachoeira, São Félix, Itaparica, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

A interiorização do território, ainda que tenha se manifestado timidamente desde a chegada do elemento colonizador, somente se intensifica no final do século XVII, com a descoberta do ouro, quando são definitivamente ultrapassados os obstáculos naturais entre o litoral e o planalto diamantino, proporcionando o primeiro grande surto de ocupação e o estabelecimento de uma cultura verdadeiramente urbana. Rio de Contas, surgida no século XVIII, ainda hoje guarda a estrutura morfológica da época da mineração aurífera. Também Mucugê, Igatu (no município de Andaraí) e Lençóis representam a importância do ciclo minerador de diamantes para a colonização do interior. Monte Santo, por outro lado, guarda o registro da ocupação dos Sertões e da importância da religiosidade na estruturação desse território.

O Sítio do Descobrimento do Brasil, também tombado, compreende expressiva faixa litorânea dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, que abriga áreas de preservação ambiental, zonas turísticas, territórios indígenas, sítios arqueológicos, históricos e paisagísticos representativos da biodiversidade nacional. Algumas dessas áreas já foram reconhecidas pela Unesco como Patrimônio Natural, como o Parque Nacional do Monte Pascoal, o Parque Pau-Brasil e a Estação Ecológica Pau-Brasil. Dentro da extensa área protegida, destacam-se vários conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, como a cidade histórica de Porto Seguro, o Arraial D'Ajuda, o Vale Verde (antigo aldeamento indígena), Trancoso, Caraíva e a orla marítima.



Panorama de Rio de Contas. Foto: Mateus Morbeck/Arquivo Superintendência da Bahia.

Há inúmeras solicitações de tombamento em trâmite provenientes de todo o estado, demonstrando uma clara demanda da sociedade pelo reconhecimento de seus bens culturais.

São exemplos de regiões e temáticas que a atuação do Iphan ainda precisa abranger: o oeste baiano, além São Francisco; a industrialização a partir da década de 1950; o impacto das ferrovias no desenvolvimento. A região do Vale do rio São Francisco, tão importante para a consolidação da ocupação do território brasileiro quanto para a formação do imaginário nacional, indica outra lacuna a ser preenchida, assim como o extremo oeste do estado, que deve ser alvo de inventário.

A Bahia possui um dos mais ricos acervos de bens móveis do país: já foram inventariados 227 monumentos, que somam mais de 33 mil itens.

Outro campo de destaque é o patrimônio naval, no qual a embarcação mais emblemática é o saveiro do Recôncavo, cujo exemplar de nome Sombra da Lua foi tombado em 2010. Está em estudo a concessão de chancela de paisagem cultural à região de Valença.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

Os maiores avanços na preservação dos bens culturais no estado foram efetuados no âmbito do *Programa Monumenta*, que atuou nas cidades de Cachoeira, Lençóis e Salvador.

Em Cachoeira o programa executou cerca de vinte obras, entre elas o restauro do Conjunto do Carmo, da Igreja Matriz do Rosário, da Casa de Câmara e Cadeia e do Quarteirão Leite Alves, onde foi instalado o campus da Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

Em Lençóis, foram executadas obras de recuperação do Mercado Público Municipal, da ponte sobre o rio Lençóis, da sede do Iphan, da nova sede da prefeitura, do antigo Posto de Saúde, do Teatro de Arena, da Igreja Nossa Senhora do Rosário, da Igreja de Nosso Senhor dos Passos, da Casa de Cultura Afrânio Peixoto, da Biblioteca Pública e do Arquivo Público. Vários logradouros públicos foram requalificados. A recuperação de

imóveis privados também foi relevante nessas duas cidades. Em Salvador, executaram-se obras na Casa dos Santos da Ordem Terceira de São Francisco, no Seminário São Damaso, na Igreja Nossa Senhora da Ajuda, na rua do Tesouro 1 e 2, no Liceu, na Casa dos Sete Candeeiros, na ADBB, além de serviços de circulação viária, sinalização, drenagem, pavimentação, paisagismo e iluminação pública.

Cabe destacar também o volume de projetos de restauração, adaptação de uso e qualificação urbana de bens e sítios urbanos tombados, viabilizados ao longo da década pelo Pronac (FNC e Lei Rouanet). Foram beneficiados 34 bens em 15 cidades, além dos sítios urbanos de Cachoeira, Lençóis e Salvador.

Aderiram ao *PAC das Cidades Históricas* 16 cidades baianas; outras 4 devem assinar os acordos de preservação no início de 2011.



São Félix (primeiro plano) e Cachoeira, às margens do rio Paraguassu. Foto: Arquivo Monumenta/Iphan.

No campo do patrimônio imaterial, executaram-se diversas ações de documentação, registro e salvaguarda. Além dos inventários que resultaram nos registros já citados, foram realizados o *INRC do Museu Aberto do Descobrimento* (2000); *da Cerâmica de Rio Real* (2001); *da Festa de Santa Bárbara* (2005); *do Município de Rio das Contas* (2005); *das Rotas da Alforria: trajetória da população afrodescendente na região de Cachoeira* (2007); *do Município de Mucugê* (2009). Está em andamento a instrução do processo de registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim em Salvador. Também estão em curso as ações de salvaguarda do Samba de Roda do Recôncavo Baiano (que envolve 26 cidades), do Ofício das Baianas de Acarajé, da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira.

A Bahia é hoje o estado com maior número de comunidades incluídas no *Promoart*. São 7 polos: Cerâmica de Irará; Cerâmica de Maragogipinho; Cerâmica de Rio Real; Cerâmica de Barra; Trançados de fibra de Araci e Valente; Cerâmica e tecelagem de Cocos; Tecelagem, bordados e fios de contas da indumentária das baianas de Salvador.

Estão sendo instaladas *Casas do Patrimônio* nas sedes do Iphan de Lençóis, Cachoeira e Rio de Contas.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu de R\$ 897 mil em 2000 para R\$ 8,5 milhões em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 58 para 120 pessoas.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo do estado, especialmente por meio do Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia (Ipac), e Prefeitura de Salvador, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente.

DESAFIOS

A ação do Iphan está presente em 27 municípios que possuem bens tombados. Apesar de significativo, esse número representa apenas 6,5% dos 417 municípios da Bahia. Há um vasto e rico território a ser identificado, documentado e preservado.

Baiana de Acarajé Tânia Nery no Farol da Barra, em Salvador. Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan. Festa do Bonfim em Salvador. Foto: Mone Costa/Arquivo Superintendência da Bahia. Festa de Santa Bárbara, documentada no INRC das Festas de Largo em Salvador. Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan.



CEARÁ

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1983

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O acervo tombado pelo Iphan no Ceará inclui 22 bens, entre eles uma coleção arqueológica, quatro centros históricos (Aracati, Icó, Sobral e Viçosa) e uma paisagem natural formada por monólitos, os Serrotes de Quixadá.

O centro histórico de Icó data do período colonial. A cidade progrediu durante o ciclo do ouro, como entreposto ligado ao comércio de gado. Icó recebeu diversas intervenções no âmbito do *Programa Monumenta*: o largo do Theberge foi reurbanizado, foram restaurados o Mercado Público e vários outros prédios públicos, além de 16 imóveis privados, que fizeram uso do edital de financiamento. A cidade foi contemplada com a aquisição de acervo de filmes e com equipamento de projeção para o Teatro da Ribeira dos Icó, no âmbito do *Cine Iphan*.

Sobral, no Vale do Acaraú, tem sua origem ligada à expansão das fazendas de gado e da fabricação de carne de sol em meados do século XVIII. Seguiram-se atividades vinculadas ao couro e, posteriormente, ao algodão. No século XX, também a atividade industrial se tornou relevante, com a instalação da Fábrica de Tecidos Sobral. A cidade manteve-se na vanguarda econômica, política e cultural do estado ao longo de dois séculos. Em 2008, foi elaborado o Plano de Preservação para o Sítio Histórico de Sobral. Em 2009, o Iphan apoiou a instalação do Ponto de Cultura Casa do Capitão-Mor, que atua como centro de referência cultural e turística. Também se destacam a restauração da Casa do Capitão-Mor José Xerez Fumaça; o concurso de ideias para requalificação urbana da margem esquerda do rio Acaraú, no trecho que corresponde ao sítio histórico; a realização de inventários do patrimônio construído; a elaboração da normativa de preservação; a instalação de sala de projeção do *Cine Iphan*; o embutimento, que está em curso, da rede elétrica, telefônica e lógica da área tombada, em convênio com o governo do Ceará.

A cidade de Aracati tem origem no século XVII, ligada ao processo de ocupação do interior por expedições de apresamento de indígenas e pela pecuária de apoio aos grandes latifúndios exportadores da costa. Seu porto navegável transformou-a em centro das fazendas da região e local de grandes charqueadas, que também exportavam atados e couro. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, permaneceu como um importante centro da produção de gado no Ceará. Durante a Confederação do Equador, em 1824, foi ocupada por tropas rebeldes, que ali instalaram o palácio provisório da Presidência da República. As principais ações do Iphan em Aracati foram a reconstrução da sacristia da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (2006), a restauração e adaptação de uso dos sobrados em que funciona o Museu Jaguaribano (2009) e a instalação de sala de projeção do *Cine Iphan*.

Viçosa do Ceará originou-se de uma aldeia jesuítica estabelecida no século XVII. Situada em local estratégico, na divisa entre duas zonas administrativas do Brasil colonial e relativamente próxima ao mar, foi um importante entreposto comercial e de comunicação, que contribuiu para a conquista e o povoamento do Nordeste. O sítio histórico constitui-se de poucas quadras organizadas em derredor à grande praça fronteira à igreja matriz (edificação tombada isoladamente), local da originária ocupação jesuítica. O seu casario assenta-se entre morros, na exuberante paisagem da Serra de Ibiapaba, conformando um conjunto em que se harmonizam natureza e fazer humano.

Entre as ações realizadas em Viçosa do Ceará destacam-se a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, em parceria com o governo do estado, a realização de inventários do patrimônio construído e a restauração e adaptação do Teatro D. Pedro II.

No conjunto de bens imóveis, figuram obras da arquitetura civil, religiosa e militar, produzidas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, algumas de feição erudita, como o Theatro José de Alencar, outras destacadamente



A arte das garrafas de areia de Aracati, apoiada pelo *Promoart*. Foto: Flavia Correia/Arquivo CNFPC/Iphan. Igreja de N.S. dos Prazeres em Aracati. Foto: Arquivo Superintendência do Ceará.

simbólicas, a exemplo da Igreja Matriz de Viçosa do Ceará, o mais antigo templo cearense. Há, ainda, aquelas representativas da dimensão popular e utilitária, como o Mercado da Carne de Aquiraz.

O Iphan realizou inventários de bens imóveis em Sobral, Icó e Aracati. Também foram realizadas obras importantes de conservação, adaptação e restauro, entre elas a da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, em Itarema (2005) e da Casa Natal de José de Alencar, em Fortaleza (2006).

Dentre as áreas de interesse arqueológico, destacam-se os sítios litorâneos com abundantes vestígios históricos e pré-históricos identificados nas proximidades de rios como o Jaguaribe e o Acaraú. Nas regiões do Sertão Centro-Norte, Cariri e Sertão Central, destacam-se algumas províncias da arte rupestre que já foram objeto de estudos acadêmicos. Nas áreas sertanejas, a exemplo dos municípios de Tauá e Arneiroz, foram identificadas numerosas oficinas líticas de lascamento pertencentes a antigos caçadores coletores. Em Mauriti, na porção leste do Cariri, foram localizadas cerca de dez aldeias ceramistas, destacando-se a aldeia tupi-guarani Anauá, datada do século XIV. É forte a presença de sítios paleontológicos na região da Chapada do Araripe. Atualmente estão cadastrados 377 sítios arqueológicos, a maioria identificada a partir dos licenciamentos de empreendimentos.

A região litorânea de Camocim, próxima ao Piauí, possui um dos maiores portos de pesca a vela do mundo, com barcos que utilizam a vela latina. A região está inserida no projeto *Barcos do Brasil* e integra os primeiros estudos do Iphan voltados ao mapeamento de paisagens culturais.

O patrimônio imaterial do Ceará está presente principalmente em festas, em saberes e ofícios tradicionais que permeiam o universo de várias comunidades e na forte tradição artesanal, marcante em todas as regiões e em cidades como Juazeiro do Norte. A primeira ação do Iphan nesse campo foi o apoio ao mapeamento do acervo documental do patrimônio imaterial realizado em 2007. Atualmente o Ceará integra o inventário relativo à tradição do teatro de bonecos no Nordeste e estão sendo realizados os INRCs de duas manifestações culturais da região do Cariri cearense: a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha; e os Lugares Sagrados, em Juazeiro do Norte, que deverão ser os primeiros bens registradas pelo Iphan no estado.

Participam do *Promoart* quatro comunidades artesanais cearenses: a diversificada produção de Juazeiro do Norte, as garrafas de areia de Aracati, a cerâmica de Cascavel e a renda de labirinto de Icapuí.

O Iphan tem realizado um importante trabalho de preservação de acervos documentais. Com a implantação das novas instalações do Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis, em 2008, houve um considerável aumento dos acervos preservados. O laboratório atua tanto em consultorias técnicas para a



Praça da Igreja Matriz de N.S. da Expectação, em Icó. Foto: Erick Mendes Rolim/Arquivo Superintendência do Ceará. Serrote em Quixadá, paisagem natural tombada em 2004 e vista de Camocim, comunidade incluída no projeto *Barcos do Brasil*. Fotos: Arquivo Superintendência do Ceará.

elaboração e implantação de projetos de preservação, incluindo o treinamento de pessoal, quanto na execução direta de ações de conservação, restauração e encadernação de acervos. Entre as instituições beneficiadas estão, em Fortaleza: o Minimuseu Firmeza, a Universidade Federal do Ceará, o Museu do Trem, o Museu do Ceará, o 23º Batalhão de Caçadores, o Dnocs e o Teatro José de Alencar. Em Sobral são beneficiados a Universidade Vale do Acaraú e o Museu D. José; em Aracati, o Museu Jaguaribano; em Natal, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Outra ação de destaque no Ceará foi a ampliação da biblioteca da Superintendência, especializada em patrimônio cultural e aberta ao público. Seu acervo passou de 1.300 títulos em 2006 a 3.000 títulos em 2010.

A primeira *Casa do Patrimônio* do Ceará está instalada em Nova Olinda, na sede da Fundação Casa Grande. No campo da educação patrimonial, destaca-se a produção da série de cartilhas Roteiro para preservação do patrimônio cultural, já editadas para as cidades de Icó, Sobral, Aracati, Viçosa do Ceará, Quixadá e região do Cariri. Está em curso o projeto de edição de livros didáticos de História e Geografia para o Ensino Fundamental com conteúdos específicos para cinco cidades com bens tombados: Icó, Sobral, Aracati, Viçosa do Ceará e Quixadá. Esse projeto envolve uma parceria do Iphan com a Fundação Demócrito Rocha, a Secretaria de Educação do Ceará e o Banco do Nordeste do Brasil.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

No âmbito do patrimônio material houve um considerável aumento do acervo tombado pelo Iphan, destacando-se os tombamentos de Sobral (2000), Aracati (2001) e Viçosa do Ceará (2002)¹⁰³, bem como da paisagem natural do conjunto de Serrotes de Quixadá. O tombamento de conjuntos urbanos e de uma paisagem, mais do que uma mudança quantitativa, representou uma mudança na dinâmica de ação do Iphan no estado, pelo aumento do fluxo de atividades e, principalmente, pela participação social que ocasionaram. Também foram tombadas a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, em Viçosa do Ceará (2002), e a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza (2008).

Cinco cidades cearenses aderiram ao *PAC das Cidades Históricas*: Aracati, Barbalha, Fortaleza, Sobral e Viçosa do Ceará.

Houve um considerável fortalecimento institucional da Superintendência. A admissão de novos servidores por concurso diversificou as áreas técnicas e ampliou a capacidade de trabalho. Em 2004, foram criados Escritórios Técnicos em Icó e Sobral.

103. Antes destes, Icó era a única cidade cearense com tombamento federal.

O orçamento executado pelo Iphan no Ceará cresceu de R\$ 448 mil em 2000 para R\$ 7,87 milhões em 2010¹⁰⁴. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 16 pessoas em 2002 para 45 pessoas em 2010. O número de automóveis passou de 2 para 6. Atualmente, a equipe técnica é formada por arquitetos, engenheiros civis, historiadores, arqueólogos, bibliotecária e restauradores de papel.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Os parceiros preferenciais são as prefeituras, que representam possibilidade real de capilarização das ações realizadas, embora haja diferença de articulação em cada município. Tem sido importante a aproximação com o governo do estado, com o qual foram desenvolvidos vários trabalhos, como o embutimento da fição no Sítio Histórico de Sobral e a produção de livros didáticos para o Ensino Fundamental, com foco no patrimônio cultural, na qual também estão envolvidos a Fundação Demócrito Rocha e o Banco do Nordeste.

DESAFIOS

Implantação dos novos procedimentos de fiscalização do patrimônio material.

Instalação de escritórios técnicos em Aracati, Viçosa do Ceará, no Conjunto de Serrotes de Quixadá e na região do Cariri.

Avanço nos processos de registro do patrimônio imaterial.

Fortalecimento de ações na área de educação patrimonial e difusão do patrimônio cultural. Melhoria da comunicação social e fortalecimento da imagem institucional do Iphan.

Fortalecimento das parcerias.

Aumento da capacidade de fiscalização e acompanhamento das ações vinculadas à arqueologia, ampliando as atividades de pesquisa e socialização de sítios.

Esculturas de madeira no Centro Mestre Noza de Juazeiro do Norte, apoiado pelo *Promoart*. Foto: Paula Porta. Sede do Iphan em Fortaleza, antiga Escola Normal. Foto: Jéferson Hamaguchi/Arquivo Superintendência do Ceará. Festa do Pau da Bandeira em Barbalha. Foto: Mauricio Albano/Arquivo Superintendência do Ceará.



104. Valor empenhado.

MARANHÃO

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1976 (abrangendo PI E CE)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Maranhão possui um diversificado patrimônio, resultante da mistura das referências culturais de povos indígenas, europeus (franceses, holandeses, portugueses) e africanos. Este patrimônio se revela em conjuntos arquitetônicos, fortificações, bens arqueológicos, paisagens culturais e naturais, bens do patrimônio naval e ferroviário, bens móveis e integrados, com destaque para a rica azulejaria e para a enorme diversidade das manifestações culturais, a exemplo do Tambor de Crioula e do Bumba meu Boi. Alcântara e São Luís são tombadas pelo Iphan. São Luís também é reconhecida como Patrimônio Mundial. Caxias, Viana, Carolina e Rosário têm tombamento estadual. Cidades como Guimarães, Itapecuru-Mirim, Codó e Pindaré-Mirim possuem significativos bens culturais.

O Maranhão foi o quarto estado que mais recebeu africanos para trabalhar na condição de escravos nas lavouras de arroz, açúcar e, principalmente, algodão. Essas atividades geraram enorme acúmulo de riquezas e resultaram na construção de núcleos urbanos sofisticados, como São Luís, que, na primeira metade do século XIX, era considerada a quarta cidade mais importante do império brasileiro, ao lado de Rio de Janeiro, do Recife e de Salvador. Seu centro histórico abrange 270 hectares e 5.500 edificações, sendo reconhecido como um dos grandes conjuntos de arquitetura colonial de origem portuguesa, que preserva técnicas construtivas, padrões de habitação e de uso de solo, além de práticas comunitárias, crenças e festas religiosas. No entanto, até a década de 1970, este conjunto esteve ameaçado de arruinamento, em consequência da profunda recessão econômica que se abateu sobre a região do Meio-Norte brasileiro.

A partir de 1979, por iniciativa do governo estadual, foi iniciado o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), que durante vinte anos buscou a reabilitação do setor mais afetado pelo abandono, justamente a área que foi tombada em 1974 pelo Iphan e, em 1997, incluída na Lista do Patrimônio Mundial. O PPRCHSL, coordenado por Luís Phelipe Andrés, teve importante participação de Aloísio Magalhães que, à frente do Iphan, criou a Superintendência do Maranhão e promoveu amplo debate envolvendo técnicos de todo o país e a comunidade local. O programa executou um conjunto de intervenções que incluíram a recuperação da infraestrutura, a reconstituição dos pavimentos originais de pedra e a restauração e adaptação de dezenas de sobrados para novos usos, que foram capazes de contribuir para a reanimação socioeconômica do bairro. Não obstante os esforços empreendidos, a área em questão ainda se apresenta frágil, com imóveis em ruínas, focos de degradação social e paulatino abandono da sua função habitacional.

No enfrentamento desse cenário, a ação cotidiana empreendida pelos técnicos do Iphan procura minimizar os problemas e proteger o patrimônio mediante fiscalização, orientação técnica, análise e aprovação dos projetos de restauração, além de reforma e intervenções nas áreas tombadas, buscando sempre uma ação coordenada e compartilhada com o órgão de proteção estadual e a municipalidade.

Alcântara, antiga aldeia Tapuitapera, foi um ponto estratégico na disputa pelo território maranhense. Em 1648, os portugueses a elevaram à categoria de Vila de Santo Antônio de Alcântara, implantaram o Pelourinho, a Casa de Câmara e Cadeia e a igreja matriz. Durante o século XVIII, impulsionada pela ascensão econômica em razão das atividades da Cia. do Grão-Pará e Maranhão, a vila transformou-se na sede da aristocracia exportadora de algodão. Alcântara guarda ainda os vestígios de opulência da época colonial, perpetuada nas ruínas de palacetes e nos casarões espalhados por oito travessas e dez ruas. Seu patrimônio arquitetônico envolve edificações de caráter civil, militar e religioso dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Do apogeu à decadência, experimentada no final do século XIX, a vila manteve-se preservada por seu isolamento. Em 1948, quando completou 300 anos, foi tombada pelo Iphan, atendendo aos apelos da



Bloco de Carnaval de São Luís. Foto: Arquivo Superintendência do Maranhão. Patrimônio em estado de arruinamento no centro histórico de São Luís. Foto: Paula Porta.

comunidade pelo reconhecimento de seu valor histórico e arquitetônico. O conteúdo cultural imaterial que envolve Alcântara inclui elementos e práticas conservados e reiterados pela população ao longo dos séculos. É composto de conhecimentos e técnicas tradicionais, festejos, histórias e costumes.

O Maranhão possui um grande potencial arqueológico, no entanto, até o momento ele foi pouco estudado. Há apenas 107 sítios arqueológicos cadastrados. Com o atual retorno do crescimento econômico, esse número vem aumentando em decorrência da implantação dos grandes empreendimentos que, por força da legislação, têm de realizar, sob a fiscalização e a licença do Iphan, os estudos arqueológicos das áreas a serem impactadas. O destaque atualmente está no sul do estado, onde há sítios de arte rupestre.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

O maior passo nesses últimos dez anos foi a construção de um entendimento, junto às instituições e à sociedade, de que a preservação do patrimônio cultural constitui uma questão estratégica para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. A Superintendência vem conseguindo avançar no estabelecimento de diálogo permanente com os órgãos de proteção estadual e municipal e, em especial, com a sociedade.

A criação do Registro do Patrimônio Imaterial, que permitiu o reconhecimento de bens culturais processuais e dinâmicos, enraizados no cotidiano e representativos de diferentes grupos formadores da sociedade, trouxe uma nova dinâmica à preservação, ao abranger bens que referenciam a identidade, a ação e a memória de camadas sociais até então marginalizadas nesse processo. O registro contribuiu para a democratização da política pública de reconhecimento do patrimônio cultural e abriu um leque muito mais abrangente para a atuação do Iphan. Foi realizado o registro do Tambor de Crioula e iniciado seu processo de salvaguarda. Está em fase de conclusão a instrução do dossiê de registro do Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi. Também foram realizados os *INRCs do Centro Histórico de São Luís* (2006) e *de Alcântara* (2009). Encontra-se em andamento o *INRC do Bloco Tradicional do Maranhão* e das cidades de Rosário, Santa Rita e Bacabeira.

E estão sendo realizados ainda o Inventário Religioso, mapeando 45 municípios; o Inventário do Patrimônio Ferroviário; o Inventário das edificações do Centro Histórico de São Luís e o Inventário do Patrimônio Naval, no qual se destacam a canoa costeira e o cúter.

Nos últimos sete anos, foi possível realizar a estabilização e recuperação de 22 imóveis que corriam risco de desabamento e a recuperação de terreiros, igrejas, fontes e praças em São Luís. Iniciou-se a restauração da



Sede do Iphan (edifício mais alto) em São Luís. Foto: Arquivo Superintendência do Maranhão. Integrante do Bumba-meu-Boi de São Luís, cujo registro está em andamento. Fotos: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan. Artesã D. Preta de Barreirinhas, trabalhando a renda de palha de buriti, apoiada pelo *Promoart*. Foto: Arquivo Superintendência do Maranhão.

antiga Fábrica de Tecidos Santa Amélia (século XIX) para a implantação do campus avançado da Universidade Federal do Maranhão no centro histórico. Foram contratados projetos de restauração de vários monumentos significativos, como o Palacete Gentil Braga, a Casa do Tambor de Crioula, o Museu da Gastronomia e o Complexo Ferroviário de Rosário. Em Alcântara foi reaberto o Escritório Técnico, inaugurado o Museu Casa Histórica e restauradas as igrejas do Carmo, Desterro e Rosário; os cinco Passos da Paixão, a praça da Matriz, o pelourinho, as fontes das Pedras e da Mirititua, o Cemitério de São Benedito e mais oito imóveis, instalando-se em um deles o primeiro cinema da cidade.

No campo da promoção de atividades econômicas tradicionais, três comunidades artesanais maranhenses foram incluídas no *Promoart*: a renda de buriti de Barreirinhas, as rendas de bilro e filé de Raposa e o bordado de Bumba-meu-Boi de São Luís.

A Superintendência tem desenvolvido ações educativas como base de sustentabilidade das ações de preservação. Houve grande avanço na elaboração de programas, que difundem um conceito amplo de cultura, entendido como o conjunto de saberes e fazeres das sociedades, e a valorização da diversidade cultural maranhense. O Programa de Educação Patrimonial foi implantado em toda a rede de ensino público de Alcântara, com fornecimento de material didático e capacitação dos professores. Este projeto pioneiro foi realizado com a parceria da Universidade Federal do Maranhão e da Prefeitura de Alcântara, e será expandido para os municípios de Rosário, Santa Rita e Bacabeira. Também foi realizado, com crianças e jovens da comunidade do bairro do Desterro em São Luís, trabalho educativo que teve grande repercussão e melhorou significativamente a relação da comunidade com o seu patrimônio. Foram lançadas cartilhas com orientações à população residente nos centros históricos de Alcântara e São Luís, cartilhas sobre os riscos de incêndios nesses sítios e ainda o Guia de Arquitetura e Paisagem Cultural de São Luís e Alcântara.

No campo da capacitação, além de palestras sobre a proteção do patrimônio cultural para amplo público, foi implantada, em parceria com a prefeitura e a Cooperação Espanhola, a Oficina Escola de São Luís, que

formou a primeira turma de 60 alunos nos ofícios de azulejaria, carpintaria, marcenaria e alvenaria.

Houve avanço também no licenciamento de empreendimentos impactantes para o patrimônio cultural, buscando junto aos empreendedores diagnósticos cada vez mais abrangentes e completos das áreas impactadas, visando aliar os interesses da preservação com o desenvolvimento. A gestão do patrimônio arqueológico, aliada aos processos de licenciamento, também deu um salto.

Em 2009, em sintonia com a política participativa e de descentralização estabelecida com a criação do *PAC das Cidades Históricas*, ao qual aderiram São Luís e Alcântara, foram assinados os primeiros convênios de repasse de recursos para São Luís. Outro avanço de fundamental importância foi trazer um campus avançado da Universidade Federal do Maranhão para o centro histórico, que será instalado em bem tombado pelo Iphan e dinamizará a revitalização de uma área que se encontra em processo de degradação.

Nessa última década, tudo se ampliou, do conceito de patrimônio aos recursos financeiros, e foi possível equipar a Superintendência para o cumprimento das suas atribuições. Após quase vinte anos, a Superintendência pela primeira vez foi reforçada com a lotação de uma procuradora e com os funcionários provenientes do primeiro concurso, renovando seus quadros e oferecendo melhores condições para o enfrentamento dos novos desafios.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu de R\$ 393 mil (para Maranhão e Piauí) em 2000 para R\$ 5 milhões (apenas para o Maranhão) em 2010. No mesmo período, o quadro de funcionários passou de 25 pessoas para 34 pessoas.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Houve avanço significativo no estabelecimento de parcerias para a preservação do patrimônio cultural; firmou-se cooperação com prefeituras, universidades, governo do estado, organismos internacionais, fundações, ONGs e associações comunitárias.

DESAFIOS

O maior desafio que se coloca é a construção de uma gestão compartilhada da proteção ao patrimônio cultural, em que as responsabilidades, as competências e as atribuições de cada ente (estado, prefeituras, governo federal e sociedade civil) devem ficar bem definidas para que a omissão de uns não sobrecarregue a ação dos outros. Por mais que o Iphan melhore seus recursos humanos e financeiros, eles serão sempre insuficientes se não for possível estabelecer um compartilhamento de responsabilidades. As competências em matéria de patrimônio cultural são concorrentes entre as três esferas de governo. No caso do desenvolvimento urbano, vão das diretrizes nacionais ao planejamento urbano, uso e ocupação do solo de competência municipal. A articulação entre as diversas esferas de governo e entre a gestão do patrimônio cultural e a gestão urbana torna-se fundamental. As áreas tombadas carecem de regras específicas que compatibilizem as demandas da preservação do patrimônio cultural com sua gestão urbana, hoje conflitantes.

Outro desafio é o estabelecimento de estratégias para o centro histórico de São Luís, que se encontra deteriorado, descaracterizado, desvitalizado e disfuncional em relação ao resto da cidade.



A tradicional Canoa Costeira do Maranhão. Foto: Arquivo Superintendência do Maranhão.

PARAÍBA

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2004 (abrangendo RN)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Paraíba possui 23 bens tombados pelo Iphan, distribuídos em nove municípios: Areia, Aparecida, Cabedelo, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Ingá, Lucena, Pilar e Santa Rita. Os primeiros tombamentos datam de 1938 e referem-se à arquitetura religiosa e militar. São bons exemplos a Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, e a Atalaia do Forte Velho, em Santa Rita, ambas do século XVI; os conventos franciscano e carmelita de João Pessoa; a Capela Nossa Senhora da Guia, em Lucena. Nos últimos anos, o Iphan tem realizado ações sistemáticas de conservação e restauração desses conjuntos.

No patrimônio edificado destaca-se também o conjunto de casa, capela e sobrado da Fazenda Acauã, construído no século XVIII em Aparecida, no sertão. Trata-se de referência importante da ocupação do interior e registro singular da arquitetura rural das primeiras fazendas de gado. Pertenceu à família Suassuna e é o lugar onde o escritor Ariano Suassuna passou parte da infância e ao qual se referiu em sua obra como Reino Encantado.

O centro histórico de João Pessoa foi tombado em 2007. A cidade foi fundada em 1585, às margens do rio Sanhauá, estuário de condições estratégicas para a defesa territorial à época das conquistas luso-espanholas. O Iphan tem atuado em parceria com o governo do estado e a prefeitura na revitalização do antigo Porto do Capim, local em que a cidade nasceu. O projeto foi concebido em 1997, mas somente em 2009 iniciaram-se as primeiras ações de recuperação de edificações de valor histórico, a maioria delas pertencente à União. Foi restaurada a antiga Alfândega, cedida ao governo do estado para sediar o Centro de Cultura Popular. O projeto deve prosseguir destinando os prédios desocupados para usos que beneficiem a comunidade e recuperem a dinâmica dessa importante área há muito tempo abandonada.

A histórica cidade de Areia foi tombada em 2005. Localizada no alto da Serra da Borborema, teve origem no final do século XVII. Funcionou como corredor econômico e entreposto para boiadeiros e tropeiros que transportavam gado e mercadorias entre o sertão e o litoral. Dentre as atividades agroindustriais ali implantadas, foi a cana-de-açúcar que deixou mais marcas, com suas histórias, suas relações de trabalho e sua ambiência.

O Iphan vem realizando estudos e inventários visando expandir sua área de atuação. Estão em conclusão o *Inventário do Patrimônio Ferroviário* e o *Inventário dos Engenhos do Ciclo do Açúcar* (também desenvolvido em Pernambuco, Sergipe e Alagoas), que até o momento envolve mais de cem unidades rurais nas microrregiões do Brejo e da Várzea do rio Paraíba.

Também está em curso o projeto *Barcos do Brasil*. O Iphan identificou que o município de Pitimbu, no litoral sul, é o único no país que possui núcleo de pesca com jangada de dois mastros. Pitimbu deverá integrar o grupo das primeiras paisagens culturais chanceladas pelo Iphan.

É grande a diversidade e o número de ocorrências arqueológicas relevantes na Paraíba, que hoje tem 121 sítios arqueológicos cadastrados. A Pedra do Ingá, no município de mesmo nome, é um dos sítios arqueológicos mais importantes do Brasil e tombado pelo Iphan. Trata-se de um conjunto de inscrições rupestres em baixo-relevo, cuja origem, datação e significado até hoje são desconhecidos. Recentemente foi encontrado outro sítio arqueológico bastante relevante no município de Pilões. É um cemitério indígena da tradição Aratú, que tem entre 720 e 920 anos. O Iphan está construindo o Museu de Arqueologia de Pilões para abrigar o acervo encontrado e realizar atividades de educação patrimonial com a comunidade. Para isso, conta com a parceria de empresas públicas e privadas.

Outro destaque arqueológico é o Vale dos Dinossauros, localizado no sertão, na cidade de Sousa. O local possui inúmeros sítios paleontológicos caracterizados pelas marcas de pegadas de dinossauros. O Iphan está



Panorama de Areia, tombada em 2005. Foto: Acervo Amar. Fazenda Acauã em Aparecida, no agreste. Foto: Daniella Lira/Arquivo Superintendência da Paraíba.

concluindo o *Inventário de Conhecimento da Paisagem Cultural do Vale dos Dinossauros*, que dá suporte ao processo de tombamento.

Também se encontra em processo de tombamento o Parque Natural do Cabo Branco, em João Pessoa.

A realização do *Mapeamento Preliminar das Referências Culturais da Paraíba*, em 2006, inaugurou no estado as ações relacionadas ao patrimônio imaterial e teve como desdobramento o *Inventário das Bandas Cabaçais*, que envolveu 12 grupos de nove municípios do sertão e que ainda identificará outras ocorrências. As bandas cabaçais têm sua origem no período colonial; os grupos, que mantêm sua organização espontânea em torno da tradição e liderança de um mestre, sofrem hoje a pressão das mudanças sociais e culturais. A documentação visa estabelecer a salvaguarda desta tradição.

O Iphan também está desenvolvendo, com vistas ao registro e em ação integrada com Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Brasília, o *Inventário do Teatro de Bonecos no Nordeste*, abrangendo Mamulengo, Babau, João Redondo e Casimiro Coco. Outro inventário que está sendo realizado coletivamente entre Paraíba e Pernambuco diz respeito à tradição dos Cocos no Nordeste. Está em curso instrução do processo de registro da Feira Central de Campina Grande.

O Iphan realiza anualmente o *Balaio do Patrimônio Cultural*, evento que tem a finalidade de debater com os agentes culturais e prefeituras as políticas voltadas ao patrimônio cultural imaterial.

A implantação de Pontos de Cultura em sítios históricos é um projeto que vem fortalecendo a atuação do Iphan nos municípios, atraindo e sensibilizando a comunidade para a importância do patrimônio cultural como fator de agregação e desenvolvimento local. Foram implantados três Pontos de Cultura em áreas estratégicas:

Ponto de Cultura Caminhos de Acauã, em Aparecida, a 420 km da capital. Relacionado à Fazenda Acauã, foi proposto pela comunidade do assentamento Acauã, criado pelo Incra em 1955. Desenvolve ações de estímulo à leitura e à comunicação entre a cultura popular e o conhecimento institucionalizado. Atua na promoção da cidadania e da inclusão digital. Oferece atividades culturais relacionadas ao semiárido e oficinas de capacitação e sensibilização de jovens e guias turísticos para a preservação do patrimônio.

Ponto de Cultura Viva o Museu, em Areia, na região do Brejo. Foi proposto pela Associação dos Amigos de Areia e instalado no Solar José Rufino, edificação colonial no coração do centro histórico. Atua



Conjunto Franciscano de João Pessoa. Foto: Arquivo Superintendência da Paraíba. Porto do Capim, núcleo de origem de João Pessoa. Foto: Prefeitura de João Pessoa.

através dos museus da Rapadura, Casa de Pedro Américo e Regional de Areia, onde desenvolve ações educativas e culturais, como oficinas de catalogação e informatização dos acervos. Estão previstas ações de inclusão digital, de acesso da comunidade à informação na área da cultura e exposições públicas e gratuitas de documentários. O Ponto construiu diversas parcerias e, por meio dos editais públicos do *Monumenta*, realizou projetos como a Gincana Cultural da Cidade de Areia, A Cidade de Areia nos Roteiros Turísticos do Brejo Paraibano e o XI Festival de Artes de Areia.

Ponto de Cultura Marcas Vivas, em Cabaceiras, na região do Cariri, a 189 km da capital, região referência pelo patrimônio arqueológico (pinturas rupestres e vestígios de megafauna) e pela singular paisagem do entorno de seu centro histórico, cenário de muitas produções audiovisuais. A região foi habitada pelos indígenas Cariri, que deixaram forte legado cultural, é rica em patrimônio imaterial, com tradição no cordel, na poesia, nas lendas, nas rezadeiras, na gastronomia e no universo da caprinocultura, com expressiva produção artesanal em couro. O Ponto de Cultura foi proposto pela prefeitura e instalado na antiga Cadeia Pública, construída em 1876. Atua na promoção da cidadania, inclusão social e estímulo ao envolvimento da comunidade na preservação do patrimônio cultural. Realiza oficinas de teatro, dança, produção audiovisual e educação patrimonial. Prevê a implantação de memorial e biblioteca.

O programa *João Pessoa Minha Cidade*, uma parceria entre o Iphan e a Prefeitura de João Pessoa, que também envolve instituições ligadas à cultura e à educação, como a Universidade Federal da Paraíba, tem como finalidade implantar um plano estratégico de educação patrimonial voltado a alunos, professores e comunidade, que desperte o sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural, explicitando os elos entre bens culturais, memória, identidade e cidadania. O programa é desenvolvido em duas frentes: (1) Educação Formal (capacitação de professores, pedagogos, psicólogos escolares, assistentes sociais e gestores de escolas, com aulas de campo no Centro Histórico, oferta de material didático e oficinas de arte-educação); (2) Educação na Comunidade (ações nos bairros). Foi iniciado em 2009, quando o Iphan implantou a Casa do Patrimônio de João Pessoa, que é o ponto de referência e apoio para todas as ações de educação patrimonial em curso.

O Iphan realiza na Paraíba uma das ações de destaque na capacitação de profissionais: a Oficina Escola de João Pessoa foi implantada em 1991, com apoio da Agência de Cooperação Espanhola, e forma mão de obra qualificada para as obras de conservação e restauro. A ação promove a inclusão social e contribui para a geração de emprego e renda.



A Pedra do Ingá, em Pilões, um dos sítios rupestres mais importantes do país. Foto: Iago Albuquerque/Arquivo Superintendência da Paraíba. Engenho Ipiranga em Pilões, no Brejo, documentado no Inventário dos Engenhos do Ciclo do Açúcar. Foto: Christiane Finizola/Arquivo Superintendência da Paraíba.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A implantação da Superintendência do Iphan na Paraíba (2004).

Os tombamentos de Areia (2005) e do Centro Histórico de João Pessoa (2007).

O início do projeto Pontos de Cultura em Sítios Históricos; a conclusão do *Inventário do Patrimônio Ferroviário*; a conclusão do *Inventário do Patrimônio Rural*; a conclusão do *Mapeamento e Inventário Preliminar de Bandas Cabaçais no Sertão da Paraíba*, todos em 2008.

A adesão dos municípios de Areia e João Pessoa ao *PAC das Cidades Históricas* e a realização dos planos a partir de ação conjunta entre Iphan, governo do estado, prefeituras e sociedade civil organizada. A conclusão da requalificação da Praça Rio Branco no Centro Histórico de João Pessoa, primeira obra resultante do *PAC das Cidades Históricas* entregue no Nordeste.

A publicação do *Guia do Patrimônio Arqueológico da Paraíba*, para favorecer ações de sensibilização e educação patrimonial em todo o estado.

A parceria entre o Iphan e a Prefeitura de João Pessoa, em 2010, para desenvolvimento de ações de educação patrimonial na rede municipal de ensino.

A publicação da normativa de preservação que regulamenta as intervenções no Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Areia e entorno.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo federal: 1º Grupamento de Engenharia Militar, Caixa Econômica Federal, CBTU, Centro de Ciências Agrárias da UFPB (Areia), DNPM, Ibama, ICMBIO, Incra, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ministério do Turismo, Ministério Público Federal, Receita Federal, SPU, UFCG, UFPB, BNDES.

Governo estadual: Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, Corpo de Bombeiros, Curadoria do Patrimônio Cultural de Santa Rita, Defesa Civil Estadual, Fundação Casa de José Américo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, Ministério Público Estadual, Secretaria de Educação



Detalhe de pegadas no Vale dos Dinossauros, sítio paleontológico em Sousa, em processo de tombamento. Foto: Altair Castro/Arquivo Superintendência da Paraíba.

e Cultura, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Turismo, Subsecretaria de Cultura, Superintendência de Administração do Meio Ambiente, Tribunal de Justiça.

Prefeitura de João Pessoa: Coordenaria do Patrimônio Cultural do Município, Defesa Civil Municipal, Fundação Cultural de João Pessoa, Secretaria de Educação, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Planejamento.

Prefeituras municipais: Areia, Cabaceiras, Cabedelo, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Ingá, João Pessoa, Monte Horebe, Monteiro, Nazarezinho, Pitimbu, Pombal, Santa Helena, Santa Rita, São José de Piranhas, Serra Grande, Sousa e Triunfo.

Sociedade Civil: Acauã Produções Culturais, Associação Amigos de Areia, Associação Centro Histórico Vivo, Casa do Artista Popular, Centro Cultural de São Francisco, Escola Viva Olho do Tempo, Fundação Fortaleza de Santa Catarina, Oficina Escola de João Pessoa.

Outros: Arquidiocese da Paraíba, Museu Casa de Pedro Américo, Museu do Brejo Paraibano, Museu Regional de Areia, Teatro Minerva (Areia), Unipê.

DESAFIOS

O maior desafio do Iphan na Paraíba é a consolidação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural que estabeleça uma rede integrada de gestão do patrimônio cultural.

PERNAMBUCO

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1937 (abrangendo AL, PB e RN)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O estado guarda testemunhos históricos diversificados que vão do século XVI ao século XX, incluindo a arquitetura moderna. A história pernambucana remonta aos primeiros anos da colonização portuguesa, quando a capitania de Pernambuco foi uma das que mais progrediram. A cana-de-açúcar marcou a cultura do estado, deu origem à mescla de indígenas, portugueses, holandeses e africanos. Os 24 anos de invasão holandesa (1630 a 1654), culminados com as guerras que consolidaram sua expulsão, deixaram marcas nos costumes, no sentimento de patriotismo e no orgulho local, além de um grande acervo composto de mapas, documentos, pinturas, livros, objetos, edificações civis e militares.

Pernambuco tem uma grande riqueza patrimonial, tanto no âmbito material como no imaterial; é o quarto estado em número de bens tombados pelo Iphan: são 84 bens, distribuídos em quinze cidades, e mais três bens registrados como patrimônio cultural imaterial. Conta também com dois bens integrantes da Lista do Patrimônio Mundial: Olinda e o Arquipélago de Fernando de Noronha. São 319 sítios arqueológicos cadastrados e cerca de 30 mil bens móveis e integrados (20 mil já foram inventariados). O patrimônio ferroviário também é bastante rico, incluindo a segunda linha férrea mais antiga do Brasil, com 158 estações ferroviárias e cerca de 800 imóveis inventariados, contendo mais de três mil bens móveis e integrados. O patrimônio azulejar deixado pelos portugueses é um dos mais ricos e antigos do Brasil, com exemplares que remontam ao início do século XVII.

Apesar dos números e do reconhecimento alcançado, o patrimônio protegido por lei federal, alvo principal das ações de preservação, ainda está muito concentrado na região metropolitana do Recife e em pequena parte da Zona da Mata. Tipologicamente, também é concentrado. O conjunto dos bens religiosos, constituído por capelas, igrejas e antigos palácios episcopais, representa 50% dos bens tombados. Outro conjunto marcante é formado pelas fortalezas.

Pernambuco tem apenas três de suas cidades históricas tombadas pelo Iphan: Olinda, Recife e Igarassu. Está em andamento a instrução do processo de tombamento de Goiana e a ampliação da área tombada no centro do Recife. Também estão em processo de tombamento as praças criadas por Burle Marx no Recife, que, junto com o Pavilhão de Óbitos (Pavilhão Luiz Nunes), passarão a integrar a lista de bens modernos tombados em Pernambuco.

O estado é dividido em quatro regiões de desenvolvimento – Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão –, que consideram os aspectos político-econômicos, sociais e fisiográficos, mas que também correspondem a um conjunto de expressões histórico-culturais formadoras de seu rico patrimônio material e imaterial.

A Região Metropolitana do Recife, que se estende pela planície litorânea, de clima quente e úmido, marcada pela paisagem dos manguezais, é o berço da história política de Pernambuco, palco de ideais libertários e de significativos movimentos sociais da história do Brasil. Território da produção audiovisual e musical, do frevo e do Manguêbeat, é também detentora de um expressivo conjunto de bens arquitetônicos de cunho religioso, militar e civil e de relevantes bens urbanísticos e paisagísticos, como a cidade de Olinda; de centros urbanos tradicionais e dos primeiros jardins do paisagista Roberto Burle Marx.

O Arquipélago de Fernando de Noronha é um paraíso ecológico, patrimônio da humanidade, e concentra, além de riquezas ambientais, expressões históricas da arquitetura religiosa e militar.

A Zona da Mata corresponde à área de floresta tropical e ao território monocultor da cana-de-açúcar, terra dos engenhos e da multiculturalidade musical, dos cirandeiros e rabequeiros, do coco de roda, dos maracatus e caboclinhos.

A Região Agreste, zona de transição entre a Mata e o Sertão, possui clima semiárido, quente e seco, e vegetação de caatinga. Lá se concentram muitas riquezas da cultura popular, como a literatura de cordel, as rendas, a arte do couro, os doces, as bandas de pífanos, o carnaval dos papangus e dos caiporas e três grandes celeiros culturais: a Feira de Caruaru, o São João de Caruaru e o núcleo de ceramistas figureiros do Alto do Moura.

Conjunto Franciscano de Igarassu e sua espetacular Pinacoteca. Fotos: Fátima Martins/Arquivo Superintendência de Pernambuco.





Conjunto Franciscano de Olinda. Foto: Fátima Martins/Arquivo Superintendência de Pernambuco. Ateliê de Xilogravura de J. Miguel em Bezerros. Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan.

As cidades do interior ainda guardam muitas manifestações arquitetônicas produzidas pela via erudita ou vernacular, exemplares do ecletismo e do estilo *art déco*, acervos fabris e ferroviários, resultantes do processo de dinamismo urbano e crescimento econômico da região.

O Sertão, região de clima semiárido e da caatinga, é o berço de várias expressões musicais, literárias e gastronômicas. Terra da poesia, do baião e do xaxado, do vaqueiro e do aboio, da carne de sol e do bode, mas também da fruticultura e da vinicultura irrigadas do Vale do São Francisco.

O Iphan vem empreendendo um esforço de interiorização da política de preservação. Ações como o registro da Feira de Caruaru e os processos em curso de tombamento do Engenho Gaipiô, em Ipojuca, e do Vale do Catimbal, em Buíque, são alguns bons exemplos.

A diversidade do patrimônio imaterial pernambucano apenas começou a ser documentada pelo Iphan, mas as ações nesse campo já se estabeleceram com bastante visibilidade e interesse da população. O patrimônio imaterial compreende um amplo conjunto de manifestações e tradições ligadas ao Carnaval (troças, clubes e agremiações, caboclinhos, maracatus nação e rural), ao São João (bandas de pífanos, bacamartes, comidas de milho), ao Natal (autos, pastoris), à religiosidade (catolicismo popular, rezadeiras, religiões de matriz africana, umbandas, juremas e catimbós), à capoeira e a comunidades indígenas e quilombolas.

Além dos inventários referentes aos bens já registrados (Frevo, Feira de Caruaru e Roda de Capoeira), foi realizado o *INRC das Comunidades Quilombolas de Pernambuco* (2005), e estão em curso os inventários referentes ao Ciclo da Cana-de-Açúcar em Pernambuco, ao Ofício Tradicional das Parteiras de Pernambuco, ao Ilê Obá Ogunté (Terreiro de Pai Adão) e ao município do Cabo de Santo Agostinho. Já estão em processo de registro o Teatro de Bonecos e o conjunto de expressões composto de maracatu rural, maracatu nação, cavalo-marinho e caboclinho.

A arte popular é outra forte marca do estado. Atualmente estão incluídas no *Promoart* a xilogravura de Bezerros, o mamulengo de Glória do Goitá, a cerâmica de Tracunhaém e os brinquedos do Recife.

No campo da arqueologia, já foram cadastrados 477 sítios arqueológicos. O maior destaque do estado é o Parque Nacional do Vale do Catimbau, que abriga importante conjunto de pinturas rupestres.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A última década foi marcada por muitos avanços na gestão da cultura em todo o país e em Pernambuco não foi diferente. Os principais avanços podem ser sintetizados em três dimensões: conceitual, gerencial e orçamentária.

A criação do registro de bens de natureza imaterial redefiniu o conceito de patrimônio na prática institucional, pois os valores intangíveis, além de abrirem nova visão do patrimônio cultural, vêm dar nova significância ao patrimônio material, agregando valores até então inexplorados.

A visão elitizada do patrimônio cultural foi substituída pela democratização, socialização e adoção de instrumentos de acesso ao conhecimento. A educação patrimonial tornou-se ferramenta fundamental na política de preservação de centros históricos. Foi iniciado o processo de inserção do patrimônio cultural na agenda do desenvolvimento socioeconômico do país e da ampliação da cidadania, substituindo a visão “cenográfica” do patrimônio que antes imperava. O reconhecimento da diversidade cultural brasileira e a ampliação do estoque patrimonial tornaram-se instrumentos fundamentais no processo de inclusão social.

A partir de 2003, o passivo de bens degradados presente no estado acarretou uma transformação da postura gerencial. Foi necessário estabelecer uma estratégia emergencial para minimizar o mau estado de conservação do patrimônio. Entre 2003 e 2004 foram realizadas obras de salvamento, como a recuperação de coberturas, de instalações elétricas, a desinfestação de cupins, a restauração de bens móveis e integrados etc. A partir de então, seguiu-se um grande número de obras de restauração, viabilizadas principalmente com recursos do *Monumenta* e da Lei de Incentivo à Cultura. Por meio deste último instrumento, foram realizadas obras em 39 bens, em 12 cidades.

A democratização da gestão do patrimônio cultural desencadeou a necessidade de capilarizar a atuação do Iphan. A Superintendência, que até 2005 era responsável também pelos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, passou a atuar somente no estado, o que possibilitou melhor atendimento às demandas e metas. O esforço em buscar parcerias com o governo estadual, as prefeituras, a iniciativa privada e o terceiro setor foi fundamental para a ampliação do estoque patrimonial protegido. A realização de inventários temáticos foi a estratégia definida para atender a essa demanda. Caminhos do Açúcar, Patrimônio Ferroviário, Patrimônio Azulejar, Patrimônio Religioso e Invasão Holandesa foram alguns dos inventários elaborados.

Desde 1987, o Iphan não recebia novos aportes em seus quadros técnicos via concurso público. Os dois concursos realizados na década incorporaram à Superintendência 10 técnicos de nível superior e 2 de nível médio, que contribuíram para o aprimoramento dos conceitos e propostas do antigo corpo técnico. A partir de 2003, os recursos orçamentários para a Superintendência cresceram a cada ano. O orçamento executado pelo Iphan no estado cresceu de R\$ 504 mil em 2000 para cerca de R\$ 10 milhões em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 57 pessoas para 120 pessoas. O número de veículos passou de 4 para 7.

Palácio da Soledade em Recife, sede do Iphan e da Casa do Patrimônio de Pernambuco. Foto: Arquivo Superintendência de Pernambuco.



A abertura de diálogo entre o Iphan e as empresas públicas federais para identificação das prioridades dos investimentos em preservação via Lei de Incentivo à Cultura significou um grande avanço. O BNDES tornou-se importante parceiro, investiu na restauração de bens no Recife, Olinda, Igarassu, Goiana e Jaboatão dos Guararapes e no *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados de Olinda*. Os editais públicos de apoio à preservação de acervos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras também têm sido instrumentos fundamentais de acesso a outras fontes de recursos.

Dentre as grandes ações empreendidas na década está a recuperação do Parque Histórico dos Guararapes, criado em 1971, no local em que ocorreram as batalhas finais de expulsão dos holandeses. Além da restauração da Igreja dos Prazeres, foi realizado um amplo projeto paisagístico. Também se destaca, pela abrangência de ações que executou, o desempenho do *Programa Monumenta* na recuperação de Olinda e da área da Igreja da Madre de Deus no bairro do Recife.

O *PAC das Cidades Históricas* teve a adesão de oito cidades pernambucanas: Recife, Olinda, Igarassu, Goiana, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Cabo de Santo Agostinho e Fernando de Noronha, o que ampliou consideravelmente os recursos orçamentários para o patrimônio cultural do estado. Além disso, tem sido responsável pela ampliação e consolidação de parcerias institucionais. Atualmente, as secretarias estaduais e municipais de turismo, das cidades, da educação, da cultura, de ciência e tecnologia e de desenvolvimento econômico têm sido as maiores parceiras do Iphan.

O projeto de educação patrimonial *Conhecer para Preservar* já foi aplicado em Goiana, Ipojuca, Igarassu e Brejo da Madre de Deus. As ações nesse campo ganharam um importante centro de referência com a implantação, em 2009, da primeira Casa do Patrimônio do país, instalada no Palácio da Soledade, nova sede do Iphan no Recife.

No campo das atividades de promoção, o projeto *Cine Iphan* apoiou a reativação do Cine Teatro Polytheama, em Goiana, e o projeto *Ponto de Cultura em Sítios Históricos* apoiou em 2009 a criação do Ponto de Cultura Asa Branca, que desenvolve cursos de história regional, educação patrimonial, mediação, empreendedorismo, turismo cultural e cultura popular (frevo, capoeira, maracatu e teatro).

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo federal: Ministério das Cidades, Ministério do Turismo, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Secretaria do Patrimônio da União, BNDES, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobras, Eletrobras, Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal de Pernambuco.

Governo do estado: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Secretaria das Cidades, Secretaria de Educação, Agência Pernambucana do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Agência Condepe-Fidem.

Prefeituras: Recife, Olinda, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru e Goiana.

Ministério Público Federal e Estadual, Arquidiocese do Recife e de Olinda, Universidade Católica de Pernambuco.

DESAFIOS

O maior desafio para a preservação do patrimônio cultural pernambucano é conscientizar a população e tornar esse patrimônio mais próximo e mais valorizado por ela, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

A ampliação e a democratização do estoque patrimonial também se apresentam como grande desafio do Iphan em Pernambuco.



Frevo de Recife e Olinda, registrado em 2007.
Foto: Arquivo Iphan.



Pinturas rupestres do Parque da Serra da Capivara. Foto: Diva Figueiredo. Vista de Amarante, cidade às margens do Parnaíba, em processo de tombamento. Foto: Margareth Leite/Arquivo Superintendência do Piauí.

PIAUI

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2004

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A preservação do patrimônio cultural no Piauí foi frágil por muito tempo, seja pela escassez de ações empreendidas pelo poder público, seja pelo desinteresse da população, seja pela falta de estrutura do Iphan no estado, que, até 2004, não contava com uma Superintendência. A década em análise representa um ponto de inflexão da política de preservação.

Os bens arqueológicos constituíam a única exceção nesse cenário negativo de proteção aos bens culturais. O Parque Nacional da Serra da Capivara, por concentrar um número grande de sítios com vestígios pré-históricos, passou a integrar a Lista do Patrimônio Mundial em 1991 (foi tombado somente em 1993). Com a visibilidade internacional conquistada em função da pesquisa científica sistemática realizada na região, pela primeira vez houve demanda de ações de preservação junto ao Iphan.

Até 2008, o Piauí integrava a lista de bens tombados como patrimônio nacional com apenas seis bens isolados, além da Serra da Capivara: Igreja Nossa Senhora da Vitória, Sobrado João Nepomuceno e Ponte Grande sobre o Riacho Mocha, em Oeiras; Igreja Nossa Senhora do Carmo, em Piracuruca; portas da Igreja de São Benedito, em Teresina, e Cemitério do Batalhão, em Campo Maior, testemunho da Batalha do Jenipapo, em que brasileiros enfrentaram as tropas portuguesas pela independência.

Nos últimos anos ocorreram mudanças significativas nos três níveis de governo, mas, sobretudo, no âmbito federal, que abriram canais para a valorização de áreas temáticas e geográficas anteriormente desconsideradas, assim como para o fortalecimento da diversidade de identidades presentes no país.

Apesar da dimensão histórica, arquitetônica e urbanística dos núcleos originais de várias cidades piauienses dos séculos XVIII e XIX, o seu reconhecimento oficial demorou a fazer parte da pauta política do Iphan. Essa demora não se prende à ausência de valores culturais destes sítios, mas a uma deficiência estrutural do estado no gerenciamento de uma política de preservação permeável a todos os grupos sociais dispersos pelo extenso território brasileiro. Tanto no governo federal quanto no estadual, a estrutura administrativa, logística e financeira para o estabelecimento de uma política consistente nessa área sempre foi muito reduzida.



Cine Iphan em três cidades históricas que não contavam com sala de cinema: Amarante, Parnaíba e Pedro II. Fotos: Margareth Leite (Amarante e Pedro II)/ Claudiana Cruz (Parnaíba)/Arquivo Superintendência do Piauí.

Diante da exiguidade de recursos, prevaleceu no âmbito federal uma política não declarada de tratamento preferencial, e quase exclusivo, a conjuntos de maior visibilidade, como os de Ouro Preto, Olinda, São Luís ou Salvador, ficando para um segundo plano o acervo representado por conjuntos como os do Piauí. A sociedade piauiense acompanhou a visão monumentalista que presidiu essa definição técnica das prioridades de preservação do patrimônio cultural no Brasil. A indiferença e o descaso traduziam na prática a crença de que não havia bens a preservar porque nosso acervo não se comparava àqueles existentes nesses sítios de maior visibilidade. A preservação no Piauí enfrentou, durante muito tempo, o desafio adicional de mostrar a relevância do próprio patrimônio.

Hoje se destaca, como principal fator positivo no cenário da política patrimonial no Piauí, uma mudança de comportamento de alguns segmentos sociais, que superaram a inércia e a indiferença e começaram a participar, por meio de organizações ou mesmo individualmente, dos pedidos de tombamento e de registro do patrimônio cultural. Foi iniciada a apropriação do patrimônio pela população, conferindo maior legitimidade social às ações de preservação.

A democratização do acesso aos bens culturais e a maior participação social na sua preservação passaram a ser uma preocupação do Iphan. O estabelecimento da Superintendência, em 2004, e o ingresso de novos funcionários concursados, em 2006, tornaram possível começar a ampliar o campo de atuação no estado.

O acervo arquitetônico do sertão do Piauí, urbano e rural, está vinculado ao meio físico e ao contexto da criação extensiva de gado, que retardaram o desenvolvimento de aglomerações urbanas. A rusticidade da vida no sertão, dominado pela atividade pecuária, originou, nas cidades que viveram seu apogeu durante o ciclo do gado, um padrão arquitetônico despojado.

Alguns imóveis, em Oeiras, diferenciam-se pelo fato de esta ter sido a capital da capitania e, posteriormente, da província, até a mudança da sede administrativa para Teresina, no século XIX. Rodrigo Melo Franco de Andrade observa que o Piauí apresenta “singelas casas de fazenda”, com “longos alpendres acolhedores”, de maior interesse arquitetônico que as igrejas matrizes de Oeiras e Piracuruca¹⁰⁵. Paradoxalmente, estas duas igrejas, as obras de maior vulto da metade do século XVIII no interior, somadas a um sobrado e uma ponte em Oeiras, permaneceram durante muito tempo como as únicas edificações protegidas por lei federal. Apesar do reconhecimento da singularidade da arquitetura do sertão pelos intelectuais à frente do órgão federal de preservação, a prática protecionista oficial terminou por enfatizar a monumentalidade e os padrões estéticos associados ao barroco.

A ação do *Monumenta* em Oeiras contemplou obras de restauração e conservação em imóveis de grande significado histórico, cultural e social, como o Sobrado Major Selemérico, o Café Oeiras e o Cine-Teatro, além da recuperação de calçamentos e praças. Ainda está em curso a obra de restauração do Mercado Público e estão

105. Revista do Rotary Club do Rio de Janeiro, de 17/1/1964.



Parnaíba, cidade tombada em 2008. Foto: Margareth Leite/Arquivo Superintendência do Piauí. Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais, em Campinas do Piauí, em restauração. Foto: Ricardo Augusto/Arquivo Superintendência do Piauí. Praça da Matriz em Oeiras. Foto: Claudiana Cruz/Arquivo Superintendência do Piauí.

previstas as obras de restauração do Museu de Arte Sacra e dos serviços de luminotécnica da Igreja Nossa Senhora da Vitória.

A arquitetura de terra, a taipa de sebe, as estruturas de carnaúba, essências da arquitetura tradicional do Piauí, ainda carecem da proteção e, só agora, com a proposta de implantação da rede do patrimônio cultural no estado, passam a ser contempladas.

Em 2008 ocorreu o primeiro tombamento de uma cidade histórica piauiense: o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. No mesmo ano, seguiram-se dois tombamentos em Teresina: a Floresta Fóssil do Rio Poti, sítio paleontológico; e a Ponte Metálica João Luiz Ferreira, sobre o rio Parnaíba, entre Teresina e Timon.

Em breve o Piauí contará com um número considerável de cidades históricas protegidas em âmbito federal, uma vez que estão em curso os processos de tombamento de Amarante, Campo Maior, Oeiras, Pedro II e Piracuruca. Também estão em estudo o tombamento da Casa Inglesa, em Parnaíba, e do Parque Ferroviário da Estação de Teresina. Em todos os casos há envolvimento da comunidade e dos gestores públicos locais. Oeiras, Parnaíba, Pedro II e Teresina aderiram ao *PAC das Cidades Históricas* e iniciaram seus planos de ação.

Nos últimos anos, os estudos voltados à instrução de tombamento passaram a ser prioridade entre as ações no campo do patrimônio edificado, dado o atraso acumulado. O foco tem recaído sobre os bens mais ameaçados de perda, os bens com potencial para gerar mudanças mais significativas na qualidade de vida da população e os bens isolados cujos processos tramitam há mais tempo. São bens em via de tombamento que envolveram uma combinação desses critérios: a Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais, em Campinas do Piauí; a Escola Rural São Pedro de Alcântara, em Floriano, e a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, em Teresina.

A Fábrica e a Escola são preciosos documentos da história do estado brasileiro. As Fazendas Nacionais, estabelecidas no final do século XIX, foram empreendimentos que, contrariando as formas vigentes, tentaram racionalizar a lida com aquele vasto território, utilizando mão de obra remanescente da escravidão. A Igreja de Nossa Senhora de Lourdes abriga obras referenciais da arte santeira, do pintor Afrânio Castelo Branco e dos escultores Mestre Dezinho e Mestre Expedito.

A participação do poder público local, do legislativo, da imprensa e da comunidade diretamente envolvida nesses três processos de tombamento, tanto por iniciativa própria quanto incentivada pelo Iphan, por meio de trabalhos de sensibilização e educação patrimonial, constitui um elemento fundamental do trabalho. A produção, distribuição e exibição para diferentes públicos dos documentários *A Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais do Piauí: uma história contada por seus trabalhadores* e *Anjos do Piauí: mestres e aprendizes exemplificam a ênfase que foi dada à discussão pública das ações de preservação*. A forma como foi trabalhada a proposta de tombamento da Igreja de N. S. de Lourdes, com o endosso da paróquia e a aceitação da comunidade, estimulada a participar do processo, é outro exemplo. O trabalho educativo contou com o



Mercado de Piracuruca. Foto: Margareth Leite/Arquivo Superintendência do Piauí. Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina, que receberá a sede do Iphan, a Casa do Patrimônio e o Centro de Referência da Arte Santeira. Foto: Diva Figueiredo/Arquivo Superintendência do Piauí.

auxílio de lideranças locais, culminando com a coleta de assinaturas pró-tombamento. Baseou-se na distribuição de material de divulgação sobre a igreja, seu acervo de bens móveis e a proposta de tombamento; entrevistas com a comunidade frequentadora; debate sobre o tombamento; apresentação do documentário da arte santeira, posteriormente distribuído para escolas e instituições de ensino. O trabalho de educação patrimonial permite que se extrapole uma abordagem estritamente técnica do tombamento, incorporando o rico repertório de valores que a visão da comunidade pode proporcionar, gerando o comprometimento com a preservação dos seus bens culturais.

Mudanças significativas no quadro da preservação do Piauí e do Brasil pressupõem grandes mudanças no comportamento dos segmentos sociais em sua relação com os bens culturais. Ações de educação patrimonial, de salvaguarda e de socialização são os instrumentos atuais com que se procura acelerar essa mudança de comportamento.

Nos dois últimos anos, a Superintendência tem investido na formação de um banco de projetos de restauração, contemplando imóveis de grande expressão na região, numa parceria com o governo do estado e prefeituras, encarregados das obras e, eventualmente, da desapropriação. Dentre os bens que tiveram projetos elaborados pelo Iphan estão a Fábrica de Manteiga e Queijo das Fazendas Nacionais em Campinas; o Sobrado Simplício Dias, em Parnaíba; o Sobrado Dona Auta, em Parnaíba; e a Fazenda Olho D'água dos Negros, em Esperantina. A Superintendência também investiu na restauração das estações ferroviárias de Floriópolis (Parnaíba) e Piracuruca. O projeto de restauração da Estação de Teresina está elaborado e deve ser iniciado em breve, para abrigar a sede da Superintendência, a Casa do Patrimônio e o Centro de Referência da Arte Santeira do Piauí.

No tocante ao patrimônio arqueológico, ressalta-se o investimento na socialização dos sítios arqueológicos em vários municípios do norte do estado, como Castelo, Batalha e Pedro II, e na região sudeste, nos municípios do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara: São Raimundo Nonato, Coronel José Dias e João Costa. Destaca-se o papel fundamental da educação patrimonial no processo de preservação e apropriação desse patrimônio pelas comunidades mais próximas.

Hoje o Piauí tem mais de 1.600 sítios arqueológicos cadastrados (900 na região da Serra da Capivara). Dentre eles também se destacam os conjuntos presentes nos parques das Sete Cidades e da Serra das Confusões. Além dos investimentos diretos do Iphan, ao longo da década foram investidos, via Lei Rouanet e Fundo Nacional de Cultura, R\$ 11 milhões na preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara, volume de recursos que coloca o parque como o 16º bem patrimonial que mais recebeu recursos do Pronac no período.

O Piauí integra os primeiros universos do patrimônio naval estudados no âmbito do projeto *Barcos do Brasil*, e está previsto o mapeamento das embarcações e técnicas construtivas e pesqueiras presentes no delta do Parnaíba.

A preservação do patrimônio imaterial no Piauí teve início com a realização de dois estudos, concluídos em 2006, a *Pesquisa Documental do Patrimônio Imaterial Piauiense* e a *Pesquisa Documental do Patrimônio Imaterial do Parque Nacional Serra da Capivara*. Seguiram-se o *INRC das Comunidades Quilombolas de dezessete*

municípios do Piauí (2007) e o *INRC da Arte Santeira do Piauí* (2008). Este último, realizado em seis municípios, despertou nos santeiros, reunidos na Associação dos Jovens Artesãos e no Memorial Mestre Dezinho, a motivação para o pedido coletivo de reconhecimento do seu ofício como patrimônio cultural brasileiro, processo que está em andamento. Outro processo de registro em curso é referente ao modo de fazer artesanal da cajuína, solicitado por associações de produtores da bebida e associações de moradores de oito cidades.

O *INRC das Comunidades Quilombolas*, que abrangeu 21 comunidades, teve como um de seus desdobramentos a produção do documentário sobre o Samba de Cumbuca, da comunidade Salinas. Outras expressões que ganharam visibilidade foram o Samba de Volta e o Batuque do Curral Velho, selecionados no *Prêmio Culturas Populares* do MinC, dentre mais de 800 expressões culturais brasileiras. Está em andamento o *INRC do Tambor de Crioula do Leste*, Região dos Cocais.

A parceria entre o Iphan e a Associação Nacional de História-Seção Piauí possibilitou a realização do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural, em 2008, ação que promoveu um importante intercâmbio de saberes e práticas no campo da produção acadêmica e do exercício da preservação patrimonial, favorecendo a aproximação entre a comunidade científica e os modos de fazer populares, rompendo fronteiras entre academia e sociedade. As pesquisas históricas recentemente realizadas no âmbito dos cursos de mestrado e especialização das universidades locais têm contribuído muito para diminuir as dificuldades de construção dos processos de documentação e de tombamento.

O programa *Cine Iphan* viabilizou a instalação de salas de projeção em três cidades que não contavam com cinema – Amarante, Parnaíba e Pedro II – e reativou o Cine Teatro Oeiras.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu de R\$ 573 mil em 2005 para R\$ 1,7 milhão em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) nesse período passou de 4 pessoas para 21 pessoas. O número de automóveis passou de 1 para 4.

O grande impulso alcançado pela política de preservação no Piauí nos últimos anos deve-se em grande parte ao sucesso da parceria estabelecida entre o Iphan e o governo do estado, que prevê a preservação integrada do patrimônio cultural.

Processo de fabricação artesanal da cajuína, saber em processo de registro. Fotos: Márcio Vasconcelos/Arquivo Superintendência do Piauí. Interior da Igreja de N.S. de Lurdes em Teresina e Santeiro. Fotos: Cássia Moura/Claudiana Cruz/Arquivo Superintendência do Piauí.



PRINCIPAIS PARCEIROS

Fundação Museu do Homem Americano, Fundação Cultural do Piauí, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Turismo, Conselho Estadual de Cultura, Ibama, ICM-Bio, Associação Nacional do Professores Universitários de História do PI, Universidade Federal do Piauí, Fundação Cultural Monsenhor Chaves (Teresina), Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, Coordenação das Comunidades Quilombolas do Piauí, Associação de Condutores de Visitantes do Piauí.

Prefeituras de Oeiras, Piracuruca, Parnaíba, Pedro II, Teresina, São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, Buriti dos Montes, Santo Inácio do Piauí, Castelo do Piauí e Luís Correia, .

DESAFIOS

Gerir o patrimônio do Piauí de forma compartilhada com os municípios e governo estadual, consolidando a rede do patrimônio cultural como elemento indutor do desenvolvimento do estado.

Aumentar o número de parceiros para consolidar e fortalecer o Sistema de Patrimônio Cultural.

Fomentar a melhoria da qualidade de vida nas áreas protegidas, integrando os atuais mecanismos de gestão e promoção do patrimônio cultural: fiscalização, normatização, financiamento de imóveis privados e planos de ação para as cidades históricas.

RIO GRANDE DO NORTE

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2009

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A representação do Iphan no estado esteve inicialmente subordinada a Pernambuco e depois à Paraíba. A Superintendência do Rio Grande do Norte foi criada somente em 2009, tendo como sede uma edificação construída no século XIX a partir das ruínas do antigo Armazém Real, junto ao Palácio do Governo.

A maior parte dos 14 bens tombados pelo Iphan no estado são de natureza religiosa e militar: Fortaleza dos Reis Magos, Palácio do Governo, Sobradinho da Rua da Conceição, em Natal; Casa de Câmara e Cadeia, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Acari; Frontão do Cemitério, em Arez; Capela do Engenho Cunhaú, em Canguaretama; Igreja Matriz, em São Gonçalo do Amarante; Casa da Câmara e Cadeia, em Vila Flor; Marco Quinhentista, em Touros. Também se destacam os conjuntos de imagens sacras: são 37 itens tombados, localizados nos municípios de São José de Mipibu, Natal, Arez, Caicó, Acari, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Canguaretama.

O Marco Quinhentista de Touros, no litoral norte do estado, é o primeiro marco de posse de terra estabelecido no Brasil. O Iphan estuda, desde 2007, a instalação de um centro de referência no local. A primeira etapa envolve a regularização fundiária.

O Iphan tem investido na realização de estudos e inventários para ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural no estado e a identificação de bens que requeiram ações de preservação. Os principais estudos realizados são:

Inventário do Centro Histórico de Natal: foi publicado em livro e fundamentou o pedido de tombamento federal, em fase de conclusão, que ampliará consideravelmente a atuação e a visibilidade do Iphan no estado.

Estudos para Tombamento dos Antigos Engenhos do Vale do Ceará Mirim: realizou o levantamento de dados sobre a ocupação histórica do vale, identificando os exemplares arquitetônicos remanescentes da atividade açucareira. Foi elaborada uma rota indicando o posicionamento espacial dos engenhos.



Frontão do Cemitério de Arez e Engenho Guaporé no Vale do Ceará-Mirim. Abaixo, sede do Iphan em Natal. Fotos: Arquivo Superintendência do Rio Grande do Norte.

Inventário de conhecimento do patrimônio rural da Região do Seridó Potiguar: foram identificados e estudados os principais exemplares da arquitetura rural do Seridó – sedes de antigas fazendas de gado vinculadas à ocupação da região iniciada no século XVIII. O inventário aponta as áreas prioritárias para ações do Iphan.

INRC da Região Seridó: teve como um de seus desdobramentos a pesquisa sobre o principal evento religioso do Rio Grande do Norte, a Festa de Sant'Ana de Caicó, que recebeu o registro como Patrimônio Cultural ao final de 2010.

Inventário do Patrimônio Naval e INRC do Ofício da Pesca Artesanal no Litoral do Rio Grande do Norte: foram identificados antigos modos de construir e de pescar, embarcações tradicionais remanescentes, embarcações atualmente utilizadas e atividades econômicas e associativas correlatas na faixa entre Maxaranguape e Baía Formosa. Em 2010 foi iniciada a complementação envolvendo o restante da costa, correspondente ao litoral norte.

Inventário do Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Norte: permitiu um estudo da implantação, evolução e declínio da ferrovia e a catalogação dos bens de interesse histórico-cultural que compõem as três linhas férreas do estado – a Estrada de Ferro Natal-Nova Cruz, a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e a Estrada de Ferro Mossoró-Souza.

INRC do Teatro Popular de Bonecos.

Com base nos estudos feitos, o Iphan está realizando o planejamento de ações prioritárias para ampliar a representatividade e significância da política de preservação no estado. Dentre as ações em andamento estão o tombamento de conjuntos arquitetônicos urbanos e rurais e a continuidade da documentação do patrimônio imaterial. A criação de um banco de projetos favoreceu bastante a ampliação das ações de preservação.

Ao longo da década, o Iphan cadastrou quase duas centenas de sítios arqueológicos no Rio Grande do Norte. No litoral predominam os sítios de superfície e no interior há grande quantidade de arte rupestre. O Iphan promoveu a socialização dos sítios de Xique-Xique I e II.





Casa da Câmara e Cadeia de Vila Flor. Foto: Arquivo Superintendência do Rio Grande do Norte.

A educação patrimonial tem sido alvo de ações permanentes, principalmente no centro histórico de Natal, que está em via de tombamento. Envolve oficinas, publicações, eventos e visitas guiadas voltadas aos alunos do Ensino Fundamental.

O *Promoart* atualmente está presente em três comunidades artesanais potiguaras: a renda de bilro de Alcaçuz, em Nísia Floresta, o bordado salpico de cana de Campo de Santana e a renda de renascença de Timbaúba dos Batistas.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

O principal avanço foi a criação da Superintendência (2009), que ampliou as possibilidades de atuação da política de preservação no estado.

A adesão das cidades de Natal e Acari ao *PAC das Cidades Históricas*, que está abrindo grandes frentes de trabalho, gerando muita visibilidade para o Iphan e facilitando a articulação com órgãos estaduais e municipais.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Prefeitura de Natal: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo e Fundação Capitania das Artes, Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão.

Governo do estado: Fundação José Augusto.

Prefeitura de Acari, Museu do Homem Sertanejo; Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DESAFIOS

Completar a estruturação da Superintendência e construir a articulação política com organismos públicos e privados, nunca efetivada em virtude do longo período de subordinação das ações no Rio Grande do Norte a outras unidades do Iphan.

SERGIPE

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1993

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Sergipe tem um considerável patrimônio protegido em âmbito federal; são 23 bens, distribuídos em nove cidades: São Cristóvão, Laranjeiras, Divina Pastora, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, Tomar do Geru, Riachuelo, Itaporanga D'Ajuda e Estância. Esses bens estão fortemente concentrados na região mais próxima à costa, onde se destaca o patrimônio vinculado ao longo ciclo econômico da cana-de-açúcar, representado por antigas capelas de engenhos, igrejas e casarões, tanto na zona rural como nas áreas urbanas.

Os dois conjuntos urbanos tombados – São Cristóvão e Laranjeiras – atraem a maior parte das atenções e foram alvo de importantes ações de revitalização realizadas pelo *Programa Monumenta*.

Laranjeiras, cujo apogeu, no século XIX, esteve ligado à produção açucareira, caracteriza-se pelos espaços e edificações voltados para o comércio: o porto, o largo onde ainda hoje acontece a feira, o mercado, os antigos trapiches de açúcar e os sobrados, em cujo pavimento térreo se concentrava o comércio local e regional.

Já São Cristóvão, antiga capital, fundada no século XVI, à época da União Ibérica, abriga importantes monumentos religiosos – a exemplo dos conjuntos franciscano e carmelita e da Igreja do Rosário – e guarda um traçado urbano bastante característico. A praça de São Francisco, seu espaço urbano mais expressivo, foi reconhecida pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 2010.

Aracaju, um núcleo planejado no século XIX, só recentemente começou a ter seu patrimônio documentado com vistas à instrução de processo de tombamento e a ações de proteção, que deverão incluir seu traçado original e as diversas épocas materializadas em seu conjunto edificado, com ênfase no século XX. Atualmente a capital não conta com bens protegidos em âmbito federal.

Simão Dias é outra cidade histórica que está sendo estudada com vistas à instrução de processo de tombamento.

O patrimônio arqueológico já identificado soma 143 sítios, a maior parte deles localizados na região de Xingó, às margens do São Francisco, onde se destacam importantes conjuntos de pintura rupestre. O Iphan atua em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, que mantém o Museu Arqueológico do Xingó e o curso de Arqueologia em Laranjeiras.

Sergipe conta também com importante acervo de arte sacra dos séculos XVIII e XIX, presente principalmente em São Cristóvão e Laranjeiras. O *Inventário de Bens Móveis e Integrados de Sergipe e Alagoas*, realizado entre 2002 e 2005, catalogou no estado quase 2 mil peças.

A Grotta do Angico, em Poço Redondo, onde morreu Lampião, está sendo estudada e poderá vir a ser chancelada como paisagem cultural.

Bens culturais de cidades sergipanas do baixo São Francisco começam a ser identificados. Os estudos de patrimônio naval destacaram as canoas sergipanas encontradas no litoral entre Indiaroba e São Cristóvão. A canoa de tolda, em Brejo Grande, foi tombada em 2010, integrando os quatro primeiros tombamentos de patrimônio naval no país.

O Iphan tem investido na realização de estudos e inventários que permitam ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural do estado e identificar as ações de preservação necessárias. Ao longo da década, foram realizados os inventários do Patrimônio da Cana-de-Açúcar, do Patrimônio Azulejar e do Patrimônio Ferroviário.



Renda de bilro de Poço Redondo e renda irlandesa de Divina Pastora, tradições apoiadas pelo *Promoart*. Fotos: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan.

O patrimônio imaterial tem forte presença no estado, em que se destacam saberes tradicionais, celebrações e a arte popular. Ainda há muito por conhecer, mas já foram realizados o *INRC de Laranjeiras* (2009 e 2010) e um mapeamento documental do estado de Sergipe (2005). Em 2008, o saber fazer renda irlandesa, baseado no ofício das rendeiras de Divina Pastora, foi registrado como patrimônio cultural do Brasil.

Foram incluídas no *Promoart* quatro comunidades artesanais sergipanas: a cerâmica de Itabaianinha; a renda irlandesa de Divina Pastora; o bordado de ponto de cruz, as rendas de bilro e rendendê de Poço Redondo e a tecelagem de Amargosa e Malhadinha.

Uma importante iniciativa que une a preservação do patrimônio material, imaterial e o desenvolvimento local é a Oficina Escola de Laranjeiras. Aberta em 1998, a partir de convênio firmado entre o Iphan e a prefeitura, a Oficina atua na revitalização do patrimônio cultural, transmite os saberes dos ofícios tradicionais de construção civil e oferece formação profissional, social e cultural a jovens em situação de risco social. A primeira obra da Oficina foi a Igreja da Comandaroba (2000) e a segunda, a sua casa sede, concluída em 2008. Atualmente, está em andamento a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos, no centro histórico.

A sede da Oficina Escola, também no centro da cidade, tornou-se um Ponto de Cultura em 2010 por iniciativa da prefeitura. Atua na educação patrimonial realizando oficinas voltadas para estudantes, guias de turismo, comerciantes, agentes de transporte e professores. A Universidade Federal de Sergipe (campus de Laranjeiras) é parceira no projeto, o que permitiu aumentar o número de pessoas alcançadas pela ação.

A sede do Iphan em São Cristóvão, inaugurada em 2010, tem realizado cursos, oficinas e palestras que vêm aproximando a instituição da comunidade local.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência e a instalação de sedes próprias em Aracaju e São Cristóvão.

As primeiras ações vinculadas ao patrimônio imaterial (*INRC Laranjeiras*; estudo e registro da renda irlandesa; *Balaio do Patrimônio Cultural* em Estância), ao patrimônio cultural de matriz africana (restauração do terreiro Casa de Ti Herculano, em Laranjeiras) e ao patrimônio do século XX (inventário e elaboração de projetos de restauração do patrimônio ferroviário sergipano e estudos sobre Aracaju). Essas ações alargaram o horizonte e o campo de ação do Iphan no estado.

A atuação do *Programa Monumenta* em São Cristóvão e Laranjeiras e a instalação de um campus da Universidade Federal de Sergipe no quarteirão histórico da praça Samuel de Oliveira, em Laranjeiras, recuperado para esta finalidade.

O Registro da Renda Irlandesa como Patrimônio Cultural a partir da proposição realizada pelas próprias rendadeiras (2008).

A ampliação do conhecimento do patrimônio cultural sergipano por meio da realização de estudos e inventários.

A adesão de Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras ao *PAC das Cidades Históricas* (2009).

A inclusão da praça de São Francisco em São Cristóvão na Lista do Patrimônio Mundial (2010).

A maior presença do Iphan na sociedade.

O orçamento executado pelo Iphan no estado cresceu de R\$ 175 mil em 2000 para R\$ 872 mil em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 7 pessoas para 15 pessoas.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo de Sergipe, prefeituras de Laranjeiras, São Cristóvão e Aracaju;
Universidade Federal de Sergipe e Petrobras.

DESAFIOS

Promover maior aproximação com a população e com os proprietários de imóveis tombados para compartilhar objetivos.

Construir uma rede estadual de proteção do patrimônio cultural.

Melhorar a qualidade dos projetos de restauração: do planejamento à divulgação, passando pelos projetos arquitetônicos, pela execução e pelo acompanhamento de obras.



A praça de São Francisco em São Cristóvão, reconhecida como patrimônio mundial em 2010. Foto: Carlos Café/Arquivo Monumenta/Iphan.



Palácio do Planalto em restauração. Foto: Eduardo P. Rossetti/Arquivo Superintendência do Distrito Federal.

Centro-oeste

DISTRITO FEDERAL

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2002

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio material do Distrito Federal caracteriza-se especialmente pela arquitetura modernista de caráter cívico e monumental, inserida em uma cidade de concepção urbana também modernista. É formado pelo Plano Piloto, o desenho urbano da capital da República concebido por Lucio Costa, e pela arquitetura dos palácios e sedes institucionais da República, criada por Oscar Niemeyer. O conjunto é tombado em nível federal desde 1990 e integra a Lista do Patrimônio Mundial desde 1987. Essa produção é complementada, sob o aspecto histórico, por algumas áreas e edifícios isolados de caráter provisório, erguidos para auxiliar a construção da nova capital, que utilizaram madeira e outros materiais mais perecíveis. Dentre estes, destacam-se o Catetinho, as casas dos funcionários das construtoras (especialmente aquelas localizadas na Vila Planalto e na Vila Telebrasilândia) e o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, que hoje sedia o Museu Vivo da Memória Candanga.

O Distrito Federal possuía apenas três bens tombados individualmente: a Catedral Metropolitana, o Catetinho (sede provisória do governo e residência de JK durante a construção da capital) e a Placa Comemorativa oferecida a Ruy Barbosa (sob a guarda do Congresso Nacional). A este reduzido acervo tombado foram acrescentados, em 2007, 23 edifícios projetados por Oscar Niemeyer, incluindo o prédio do Touring Clube, localizado sobre uma das laterais da Plataforma Rodoviária.

O Plano Piloto, que é efetivamente a capital da República, é um núcleo projetado de acordo com os moldes do movimento modernista internacional vigente na década de 1950: uma cidade ideal, na qual os movimentos dos pedestres e dos automóveis são separados e há setorialização das funções (lazer, comércio, etc.). Esse projeto está construído em uma área de 450 km², que vem sofrendo um forte adensamento. Em virtude da especulação imobiliária que hoje exerce pressão sobre a área tombada e da importância atribuída por seu criador ao horizonte da capital, o Iphan realizou estudo para ampliação da área de preservação. Em 2010, com apoio da Presidência da República e do Exército, apresentou um mapa de Proteção da Visibilidade do Horizonte do Plano Piloto de Brasília. O objetivo é ampliar, racionalmente, a urbanização do espaço circundante da bacia do Paranoá, permitindo um adensamento controlado para se evitar a verticalização exagerada, como a ocorrida em Águas Claras, que afetou definitivamente a perspectiva do horizonte e o equilíbrio ecológico da área que é parte integrante do projeto urbanístico de Lucio Costa.

Outro objetivo do estudo realizado é favorecer uma integração urbanística harmoniosa com os núcleos urbanos históricos da região do DF, originados na construção da capital ou anteriores a ela (como Planaltina). A proteção do Plano Piloto exige uma visão intersetorial e macrorregional, a área não pode ser tratada como se fosse um bairro: requer um planejamento urbano regional, que equacione questões relativas a emprego, transporte, moradia e meio ambiente.



Palácio do Planalto em restauração. Foto: Eduardo P. Rossetti/Arquivo Superintendência do Distrito Federal.



Fazenda Velha remanescente das antigas fazendas de Planaltina. Foto: Arquivo Superintendência do Distrito Federal. Vale do Amanhecer. Foto: Marcelo Reis/Arquivo Superintendência do Distrito Federal. Ateliê de restauração de móveis em Brasília. Foto: Arquivo Superintendência do Distrito Federal.

Estudos recentes nos campos da arquitetura e do urbanismo, da história, da sociologia e da antropologia têm ampliado a discussão e a problematização do patrimônio, abordando novas questões sobre o processo de ocupação e transformação do território de Brasília e do Distrito Federal, que se estende por uma área de 5.372 km². Essas novas abordagens, aliadas à ampliação do conceito de patrimônio cultural, redesenharam o rol de interesse patrimonial tanto em termos geográficos como temáticos. O Distrito Federal é palco de uma fusão de referências culturais de diversas regiões do país, que se adaptaram e transformaram em contato com o meio ambiente do cerrado, em um contexto de urbanização acelerada.

A atuação da Superintendência passou a incorporar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, as urbanizações espontâneas, as fazendas históricas e as cidades históricas de Planaltina e Luziânia.

Nos últimos anos foram realizados importantes inventários relativos ao patrimônio imaterial, que abrem uma nova perspectiva para o trabalho do Iphan: o *INRC das Feiras do Distrito Federal* (2006), o *Mapeamento Documental do Patrimônio Imaterial do Distrito Federal* (2008) e o *INRC do Vale do Amanhecer*, lugar referencial no contexto das práticas religiosas de Brasília e entorno (2010). Estão em andamento o *INRC dos Lugares de Culto de Matriz Africana no DF e Entorno* e o *INRC das Raízes e Raizeiros do Cerrado*. Estes trabalhos deram origem aos livros: *A cidade e suas feiras*, *Inventário dos Terreiros do DF e Entorno: 1ª Fase*; *Patrimônio Imaterial: Feiras Permanentes do DF*; *Brasília Mística*, *Lugares de Culto de Matrizes Africanas e Afro-brasileiras no DF e Entorno* e *Vale do Amanhecer*.

Também foram publicados os livros *A Invenção das Superquadras*, de Marcílio Mendes Ferreira e Matheus Gorovitz; *Patrimônio Cultural do DF: Bens Tombados, Plano Piloto; Cartilha de Preservação de Brasília*; e *Inventário Nacional de Bens Móveis Integrados da Obra de Athos Bulcão*.

O Distrito Federal possui cerca de 30 sítios arqueológicos cadastrados, mas ainda pouco pesquisados.

Em 2009, o Iphan adquiriu um imóvel, atualmente em obras, para abrigar a sede da Superintendência e a Casa do Patrimônio. Pretende promover o uso mais intenso de sua biblioteca e abrir espaço para a divulgação do artesanato e da arte local.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência (2002), que possibilitou a afirmação das atribuições do Iphan na condução da preservação de Brasília. Houve um crescente reconhecimento público das ações institucionais do Iphan, com apoio de diversas comunidades às ações de fiscalização e preservação.

A criação do Ateliê Escola para Restauração de Móveis (2009), dirigido especialmente aos alunos do segundo grau de colégios situados em regiões carentes do DF, com o objetivo de formá-los como ajudantes de

restauração de móveis antigos e modernos. O projeto contou com a colaboração das Secretarias de Educação e dos Transportes do GDF. Em 2010, a segunda turma de estudantes foi formada acompanhando a recuperação do mobiliário moderno do Palácio do Planalto, onde atuaram jovens formados na primeira turma. Há um grande potencial de ampliação desse projeto em razão da quantidade de móveis modernos encontrada na cidade, sobretudo nos depósitos de órgãos públicos.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu de R\$ 43 mil em 2003 para R\$ 840 mil em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 14 pessoas para 29 pessoas.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Governo do Distrito Federal, Faculdade de Arquitetura da UnB, Congresso Nacional, Casa de Lucio Costa, Fundação Athos Bulcão e Arquivo Público do Distrito Federal.

DESAFIOS

Fortalecer a interlocução do Iphan com os órgãos federais e distritais na condução das ações conjuntas para a preservação de Brasília.

Reforçar o entendimento e a gestão do Plano Piloto como cidade-capital e como cidade-monumento, que representa um momento histórico de consolidação dos valores e ideais coletivos da nação.

Fortalecer as ações de educação patrimonial e dar continuidade à formação de jovens na arte da restauração.

Fortalecer, nacional e internacionalmente, os valores patrimoniais da arquitetura e do design moderno brasileiro.

Estender a ação do Iphan às cidades-satélites do Plano Piloto.

GOIÁS

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1976 (abrangendo MT e RO)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O estado de Goiás tem 43 bens tombados em âmbito federal, entre eles cinco cidades históricas: Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Pilar de Goiás e Goiânia.

A ocupação da região deve sua origem à exploração do ouro. Em 1726, Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, instala nas margens do rio Vermelho o arraial de Santana. Outros arraiais aparecem nas imediações. Em 1749, Santana é transformado em capital da capitania de Goiás, com o nome de Vila Boa. Somente em 1818, é elevada a Cidade de Goiás, permanecendo como capital até 1933, quando Goiânia foi construída.

O ouro explorado em Goiás era de aluvião. Essa atividade mineradora gerou um povoamento instável e sem planejamento. Dentre os núcleos que se formaram, destacavam-se quatro ao sul – Vila Boa, Pilar, Meia Ponte e Santa Luzia – e cinco ao norte – Traíras, Barra do Palma, São Félix, Arraias e Natividade.

O processo de desenvolvimento desses núcleos seguiu a mesma lógica. Em um primeiro momento, o espaço urbano foi dividido em função da mineração, cabendo a cada proprietário um número de glebas correspondente à quantidade de escravos que possuía. As primeiras ruas surgem como meio de promover o acesso a essas glebas. Em seguida, observa-se a coexistência da ocupação espontânea associada a uma leve organização da estrutura urbana, com o estabelecimento de alguns caminhos como ruas definitivas. A segregação social e racial traduzia-se na paisagem urbana, como na construção da Capela de Santana (matriz),



Goiás atrai diversos eventos culturais como parte de sua estratégia de promoção. Fotos: Geraldo Gomes/Arquivo Superintendência de Goiás.

pelos brancos, e da Igreja do Rosário, pelos negros e pardos, cada qual em uma margem do rio Vermelho, em Vila Boa; ou das duas igrejas do Rosário – dos brancos e dos pretos – em Meia Ponte. Grande parte dos núcleos urbanos extinguiu-se, tão efêmera foi a exploração aurífera naquelas localidades.

O momento seguinte caracterizou-se pela intencionalidade na ocupação. É quando se tem maior estabilidade econômica e uma demarcação mais clara do território. A forma e o traçado urbano desses núcleos históricos, como hoje podem ser vistos, consolidam-se nesse momento. Além de Vila Boa, outros núcleos urbanos se destacaram, como Meia Ponte, que, pela posição geográfica privilegiada, se tornou importante entreposto comercial.

A última fase de desenvolvimento dos núcleos urbanos no século XVIII corresponde ao declínio do ouro, compreendendo os anos entre 1770 e 1800. Nesse período são feitos grandes investimentos, em especial em Vila Boa e Meia Ponte, com o objetivo de impedir o refluxo populacional para o meio rural.

Nos primeiros anos dos oitocentos, Goiás era dividida politicamente entre a Correição de Vila Boa e a Correição do Norte. Com o declínio do ouro, parte da população se interioriza, dedicando-se inicialmente à agricultura e posteriormente à pecuária. Conforme a linha férrea se aproxima, trazendo novidades de centros então distantes, um novo cenário começa a se configurar no estado. Na década de 1930, Goiás vive o reflexo direto do Estado Novo. Argumentando completa “insalubridade” da cidade de Goiás, o interventor Pedro Ludovico, médico, inicia as obras de construção de Goiânia.

A implantação da nova capital foi uma das formas de neutralizar o poder político das velhas oligarquias. Lévi-Strauss observou com surpresa que os habitantes haviam rompido de tal modo com a antiga e tradicional identidade goiana que, “de maneira quase imperceptível, a Cidade de Goiás passou a se chamar Goiás Velho, o que significava tanto um estado de espírito supostamente arcaico, embora arquetípico, quanto o status perdido de Capital”¹⁰⁶.

A estagnação econômica provocada por essa mudança levou a cidade de Goiás “a parar no tempo”, não expandindo seus limites territoriais, nem descaracterizando agressivamente seu casario. A atmosfera do século XVIII ainda se mantém nas ruas de pedra, nas pontes sobre o rio Vermelho, nas casas, em sua maioria térreas, nas igrejas simples, nos morros ainda verdes e na Serra Dourada. Goiás “manteve-se em singular equilíbrio entre a riqueza histórico-cultural e o riquíssimo patrimônio ambiental, testemunho eloquente do binômio Homem-Cerrado em sua correta aceção”¹⁰⁷. Em dezembro de 2001, a cidade foi incluída na Lista do

106. Proposição de inscrição da cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade.

107. Idem.



Procissão do Fogaréu em Goiás que ocorre na quarta-feira santa. Foto: Paulo Rezende/Arquivo Superintendência de Goiás. As cavalhadas marcam a Festa do Divino em Pirenópolis. Foto: Maurício Pinheiro/Arquivo Superintendência de Goiás.

Patrimônio Mundial. O reconhecimento abriu oportunidades. Relevantes obras de restauração e requalificação urbana foram executadas com investimento do Iphan e do *Programa Monumenta*. O financiamento para a recuperação de imóveis privados proporcionou um ganho significativo na preservação do conjunto urbano de Goiás. Em 2009, o Iphan apoiou a instalação do Ponto de Cultura Botina Mateira, que atua no fortalecimento da cultura do cerrado goiano através da música e da preservação dos costumes locais; e do Ponto de Cultura Janela para o Cinema, voltado para a exibição e divulgação do cinema.

Meia Ponte (atual Pirenópolis) manteve-se preservada porque, durante a construção de Brasília, seu papel de entreposto comercial foi absorvido por Anápolis. O Iphan vem realizando importantes obras na cidade, como a restauração da Casa de Câmara e Cadeia para a instalação do Museu das Artes do Divino, a restauração da Igreja de N. S. do Carmo para a instalação do Museu de Artes Sacras, a restauração da sede da Fazenda Babilônia e a reconstituição da antiga ponte pênsil sobre o rio das Almas.

Corumbá de Goiás é uma das mais antigas cidades do estado e possui o terceiro maior conjunto de edifícios coloniais de Goiás. Assim como Vila Boa e Meia Ponte, foi um importante centro de produção aurífera e agropecuária. Seu núcleo desenvolveu-se ao redor da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, sendo este o conjunto tombado em 2008.

Pilar de Goiás também deve sua origem ao ciclo mineratório. Possui exemplares que se destacam pelo primoroso trabalho com a madeira, seja como elemento estrutural nos enxaméis, seja como fechamento nas gelosias. Além do seu conjunto urbano, a Casa da Princesa também é tombada em virtude de sua arquitetura de excepcional valor.

Em Goiânia, a capital planejada, são protegidos 23 monumentos representativos do acervo arquitetônico e urbanístico art déco, incluindo seu traçado urbano pioneiro.

Em breve Goiás deverá contar com mais uma cidade histórica protegida por tombamento federal: está em andamento o processo de Luziânia.

Em 2010, por meio do programa *Cine Iphan*, foram instaladas salas de cinema em Goiás, Pirenópolis e Pilar de Goiás, que não contavam com esse equipamento cultural.

Goiás tem expressivo patrimônio arqueológico, que registra a presença das populações indígenas que ocuparam seu território. Há sítios de grandes aldeias, de acampamento, de cemitérios e oficinas líticas. Destacam-se



Bonecas de cerâmica produzidas pelos Karajá, que estão em processo de registro. Fotos: Paulo Rezende/Arquivo Superintendência de Goiás. Abaixo, Matriz de Nossa Senhora do Pilar em Pilar de Goiás. Foto: Arquivo Superintendência de Goiás.

ainda as grutas com pinturas e gravuras, como as de Serranópolis. Atualmente são 1.553 sítios arqueológicos cadastrados.

As ações de documentação do patrimônio imaterial foram iniciadas com o apoio à *Sistematização da documentação referente ao patrimônio cultural imaterial no estado de Goiás*, concluída em 2007 pelo Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Seguiu-se a realização do *INRC da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis*, que fundamentou o processo de registro da festa, aprovado em 2010. Está em andamento o processo de registro das bonecas karajás, confeccionadas pelos indígenas que vivem em Goiás e Tocantins. A produção artesanal de máscaras e bonecos ligados às cavalhadas de Pirenópolis foi incluída no *Promoart*.

A educação patrimonial está entre as ações de destaque desenvolvidas pelo Iphan em Goiás. A oficina Portas e Janelas Vão se Abrir é um dos projetos prioritários, voltado a alunos do Ensino Fundamental. Atua mediante a capacitação dos professores em temas como o conceito de patrimônio, a cultura local, o respeito ao passado como fundamento da cidadania, as políticas de preservação e o papel do Iphan, e inclui visitas técnicas a obras. O Iphan também realiza a capacitação dos operários das empresas contratadas para a execução das obras de preservação, promovendo a sensibilização sobre a preservação, a relevância do trabalho que executam e o respeito devido aos artesãos e construtores que edificaram os bens em que vão atuar. Outro projeto é o Tocando a Obra, com apresentações culturais abertas à comunidade nos canteiros de obras.



A sede da Superintendência em Goiânia e dos Escritórios Técnicos de Goiás e Pirenópolis são *Casas do Patrimônio*. Promovem e abrem espaço para eventos culturais, como o ciclo de debates Café com Prosa, lançamentos de livros, festivais de cinema e exposições artísticas.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A Superintendência foi desvinculada do Distrito Federal e instalada em Goiânia em 2000, ficando responsável também por Mato



Pintura rupestre em Serranópolis. Foto: Rogério Dias/Arquivo Superintendência de Goiás. Sede do Iphan em Pirenópolis. Foto: Silvio Cavalcante/Arquivo Superintendência de Goiás.

Grosso e Tocantins. Em 2009, quando todos os estados passaram a contar com Superintendência, abriram-se as condições para conhecer a fundo o patrimônio cultural goiano, reforçadas pela chegada dos concursados e pelo considerável incremento no orçamento.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu no período de R\$ 684 mil em 2000 para R\$ 7,9 milhões em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 15 pessoas para 46 pessoas. O número de automóveis passou de 5 para 8.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Ministério das Cidades, Ministério do Turismo, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Ministério Público Federal e Estadual e Secretaria do Patrimônio da União.

Governo de Goiás, Centrais Elétricas de Goiás, Dioceses de Goiás, Anápolis e Uruaçu; Universidade Federal de Goiás, em especial Museu Antropológico e Fundação de Amparo à Pesquisa; Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em especial Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia e Fundação Aroeira; Universidade Estadual de Goiás e Instituto Federal de Goiás.

Prefeituras de Goiânia, Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Pilar de Goiás, além das cidades que detêm patrimônio ferroviário.

Associação Casa de Cora Coralina, Espaço Cultural Vila Esperança, Instituto Casa Brasil de Cultura e Organização Jaime Câmara.

DESAFIOS

A delegação ao Iphan de competência para eleger, dentre os bens pertencentes ao espólio da antiga Rede Ferroviária Federal, aqueles com valor cultural, dando-lhes novos usos e preservando a memória ferroviária do país, abriu um novo universo de cidades para a atuação da Superintendência.

Em 2009, cinco cidades goianas aderiram ao *PAC das Cidades Históricas*: Goiânia, Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Pilar de Goiás. Os projetos incluídos nos planos de ação devem resultar em investimentos que somam cerca de R\$ 500 milhões.



As ruínas de Vila Bela da Santíssima Trindade e a Festança em Vila Bela, que celebra o Divino, a Santíssima Trindade e São Benedito.
Fotos: Arquivo Superintendência Mato Grosso

MATO GROSSO

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2009

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Podemos dividir Mato Grosso em três grandes áreas culturais: a região de colonização iniciada no século XVIII, compreendida geograficamente pelo sul e sudoeste do estado; a região de colonização da primeira metade do século XX, localizada no centro-leste; e o chamado Nortão, todo o restante do estado, região colonizada a partir da década de 1960, em função das políticas governamentais de ocupação da Amazônia.

A colonização do século XVIII teve início com as bandeiras paulistas organizadas para apresamento de indígenas Bororo e Pareci, levados como escravos. Com a descoberta de ouro, começou a fixação de população luso-brasileira, tendo como epicentro Cuiabá. Com o fim do pico da mineração, o povoamento estendeu-se para a “baixada cuiabana” e o Pantanal.

A ocupação da região sudoeste deu-se por motivos estratégicos, fazendo frente ao Império Colonial Espanhol. Em 1752 foi fundada Vila Bela da Santíssima Trindade. Essa região constitui a matriz cultural de Mato Grosso, concentrando as manifestações materiais e imateriais mais antigas. Em termos arquitetônicos e urbanísticos, caracteriza-se pelas técnicas construtivas em terra crua herdadas dos paulistas – a taipa de pilão, o adobe e o pau-à-pique – e pelos arraiais e vilas de implantação típica do período colonial, com as casas faceando a testada do lote e coladas umas às outras. Desse período temos, tombado em nível federal, o Centro Histórico de Cuiabá e, em nível estadual, os centros históricos de Acorizal, Diamantino e Poconé. Da cultura imaterial encontra-se registrado em nível nacional o Modo de Fazer Viola de Cocho, associado às manifestações tradicionais do Cururu e do Siriri, danças tradicionais executadas com o acompanhamento desse instrumento que guarda influências indígena, negra e mouro-lusitana.

Essa paisagem cultural da Baixada Cuiabana foi constituída a partir da decadência da mineração. Como escreve Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro*:

[...] com a decadência da mineração, toda a área submerge numa economia da pobreza. Os mineradores se fazem sitiantes, escondendo na fazenda sua penúria. O artesanato local de roupas rústicas e de utensílios volta a ganhar terreno, e com ele uma economia autárquica para sobrevivência.

Em Poconé ainda acontecem Cavalhadas e Dança dos Mascarados por ocasião das festas de São Benedito no meio do ano. A cidade, juntamente com os outros municípios mato-grossenses situados no Pantanal, como Cáceres, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, é marcada desde o século XVIII por uma cultura associada à criação de gado, atividade totalmente adaptada a esse bioma.

Vila Bela, nesse contexto, apresenta peculiaridades. Abandonada pelo aparato burocrático militar luso-brasileiro no início do século XIX, ficou sendo habitada exclusivamente pela população negra. São tombados em nível federal as Ruínas da Antiga Matriz e o Palácio dos Capitães Gerais. A Festança de Vila Bela, realizada em data móvel durante dez dias no mês de julho, comemora o Divino Espírito Santo, as Três Pessoas da Santíssima Trindade e São Benedito. São apresentadas a Dança do Congo e o Chorado, esta feminina e a primeira exclusivamente masculina. Dentre as comidas e bebidas típicas da Festança, estão os biscoitos com formas bem características e o kanjinjim, bebida exclusiva da cidade. O *INRC do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade* foi realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, a Universidade Federal de Mato Grosso e o Fórum das Entidades Culturais de Vila Bela, e teve como um de seus desdobramentos a proposição do registro da Festança.

Na cidade de Cáceres, às margens do rio Paraguai, foi tombado em nível federal o Marco do Jauru, monumento em lioz, único marco remanescente do Tratado de Madri assinado em 1750, definindo os limites dos impérios coloniais espanhol e português. O centro histórico da cidade tem tombamento municipal, estadual e está em fase final o processo de tombamento em nível federal. Fundada em 1778 com a malha urbana extremamente regular em xadrez, coisa rara na América lusitana, o seu casario é um mostruário de arquitetura brasileira, mas destaca-se uma arquitetura eclética bastante rebuscada construída após a Guerra do Paraguai, quando a navegação foi totalmente liberada na bacia do Prata. No interior do município, à beira do Paraguai, destacam-se antigas estruturas do final do século XIX e início do XX, misto de fazenda e indústria para abate de gado e produção de carne enlatada para exportação, como Barranco Vermelho e Descalvados, esta última tombada em nível estadual.

Na região de Cuiabá e baixada, constituída pelos municípios de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, houve um ciclo da cana-de-açúcar com a construção de mais de dez usinas de açúcar e aguardente no final do século XIX. Permanece em pé a Usina de Itaicy com a sua alta chaminé, pavilhão industrial com todo o maquinário, casa-grande e alojamento de operários. Foi o primeiro lugar a ter energia elétrica em Mato Grosso e chegou até a emitir moeda própria. Das demais usinas, permanecem algumas chaminés e poucas construções.

A sede do Iphan em Cuiabá, um imóvel de arquitetura tradicional localizado no centro histórico, vem funcionando como espaço cultural, utilizado para exposições e eventos. Recebe estudantes que vêm conhecer a casa e sua arquitetura e também pesquisar sobre o patrimônio cultural.

Ao norte de Cuiabá está localizada a cidade de Chapada dos Guimarães, fundada como aldeamento jesuítico

Cavalhada da Festa de São Benedito em Poconé, entrega da restauração da Igreja de N.S. do Rosário e São Benedito em Cuiabá e o Cururu e a viola de cocho em Cuiabá. Fotos: Mario Friedlander/Arquivo Superintendência Mato Grosso.





Usina Itaicy em Santo Antonio de Leverger, em processo de tombamento. Foto: Arquivo Superintendência do Mato Grosso. Ritual Yaokwa. Foto: Arquivo Superintendência Mato Grosso. A tradicional tecelagem de redes de Várzea Grande, apoiada pelo *Promoart*. Foto: Mario Friedlander/Arquivo Superintendência Mato Grosso.

em 1751, com os remanescentes dos Bororo e dos Pareci. Em 1779, já após a expulsão dos jesuítas, foi construída uma grande igreja em taipa de pilão, com três altares em talha dourada e policromada, arco cruzeiro, tribunas, púlpitos e um barrado de azulejos portugueses circundando toda a nave e capela-mor, que veio da Bahia em lombo de mulas no ano de 1787. A Igreja de Santana do Sacramento foi o primeiro tombamento federal no estado de Mato Grosso, datado de 1957.

A região centro-leste de Mato Grosso começou a ser colonizada no início do século XX em função do garimpo de diamantes, tendo como foco os municípios de Guiratinga, Poxoréu e Tesouro. Muitos garimpeiros vinham a pé da Bahia com suas famílias para se fixar na região. O centro histórico de Poxoréu é tombado em nível estadual. Próximo a essa região, no Vale do rio das Mortes, está localizada Nova Xavantina, fundada pela Fundação Brasil Central na década de 1940, na chamada Marcha para o Oeste.

O chamado Nortão, embora geograficamente coincida em boa parte com a região norte do estado, designa toda a região colonizada a partir da década de 1960, em decorrência da política governamental de ocupação da Amazônia. Essa região se caracteriza pelo agronegócio e foi ocupada por migrantes das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Em alguns locais, a influência gaúcha é bastante forte, com Centros de Tradições Gaúchas bem atuantes, mas há influências de todo o Brasil.

Mato Grosso é um dos estados com maior diversidade de culturas indígenas do país. São 38 etnias que mantêm suas línguas, costumes, cosmogonia e uma produção significativa de cerâmica, arte plumária e objetos em palha. Em 2010, foi realizado o primeiro tombamento de locais vinculados à cultura indígena no país. São lugares localizados fora da área do Parque Nacional do Xingu, associados ao Quarup, ritual de homenagem aos mortos realizado pelos indígenas do Alto Xingu: Kamukuaka e Sagihengu – o primeiro, um abrigo sob rocha, local de furação de orelhas; o segundo, uma corredeira no rio Culuene e suas margens, onde foi realizado o primeiro Quarup pelo sol e pela lua, em homenagem a sua mãe.

Também em 2010, foi registrado o Ritual do Yaokwa dos Enawene Nawe, grupo que habita o noroeste do estado. Este é um ritual “totalizante” em homenagem aos espíritos celestes e subterrâneos que são os verdadeiros donos de todas as coisas existentes e que explica a cosmogonia Enawene. Os homens dividem-se e revezam-se em grupos clânicos para a pesca, construindo barragens de forma artesanal nos rios da região para reter os peixes por armadilhas. Retornam após dois ou três meses, quando realizam a festa.

Está em andamento o inventário da língua juruna, falada no Mato Grosso, projeto piloto que integra o Inventário Nacional de Diversidade Linguística.

Fazendo interface com o patrimônio indígena, temos o patrimônio ligado às ações de interiorização e integração nacional coordenadas pelo Marechal Cândido Rondon. O Serviço de Proteção ao Índio foi fundado por Rondon em 1910 e construiu postos indígenas, hospitais e escolas que hoje se tornaram referências

culturais para grupos como os Bakairi, os Umutina e os Pareci. A linha telegráfica foi construída sob o comando de Rondon, e alguns dos Postos Telegráficos acabaram por dar origem a cidades como Pontes e Lacerda e Porto Espiridião. Os remanescentes de alguns postos são tombados pelo governo do estado.

No patrimônio cultural de Mato Grosso destacam-se também os bens arqueológicos. Há 757 sítios cadastrados e milhares ainda por identificar, dos mais variados tipos: líticos, cerâmicos, litocerâmicos, pinturas rupestres, petroglifos. Como exemplo da importância desse patrimônio, podemos citar o Sítio Arqueológico Santa Elina, onde por mais de vinte anos foram desenvolvidas pesquisas da Missão Franco-Brasileira, que encontrou registro de ocupação humana que data de 25 mil anos. No norte do estado, na Amazônia matogrossense, afloramentos rochosos no meio da floresta contêm imensos petroglifos. O mais famoso destes é a Pedra Preta de Paranaíta, de grande apelo turístico.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência de Mato Grosso, uma demanda antiga e várias vezes adiada, importante para atender um estado de enormes dimensões com um patrimônio cultural vasto em todas as áreas.

A restauração de todas as igrejas históricas de Cuiabá em parceria com o governo do estado e as próprias paróquias.

A abertura do Iphan para o reconhecimento das culturas indígenas e populares, tanto do ponto de vista material, com o tombamento dos lugares associados ao Quarup, quanto imaterial, com o registro do Ritual Indígena do Yaokwa e da Viola de Cocho, hoje alvo de ações de salvaguarda. O programa *Promoart*, voltado ao artesanato de cunho cultural, está trabalhando com as rendeiras da comunidade de Limpo Grande em Várzea Grande e a comunidade ceramista de São Gonçalo Beira-Rio, em Cuiabá.

A adesão de Cáceres, Cuiabá e Vila Bela ao *PAC das Cidades Históricas*, que fortalecerá a articulação do Iphan com o governo estadual e as prefeituras.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo de Mato Grosso por meio da Secretaria da Cultura e Secretaria de Indústria e Comércio; Prefeitura de Cuiabá por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e do Instituto de

Arte plumária do povo Rikbaktsa. Foto: Laércio Miranda/Arquivo Superintendência Mato Grosso. Corrida com tambores dos Xavantes. Foto: Laércio Miranda/Arquivo Superintendência Mato Grosso. Povo do Parque do Xingu. Foto: Mario Friedlander/Arquivo Superintendência Mato Grosso.





Sítio pré-histórico da Pedra Preta de Paranaíta, na Amazônia Matogrossense. Fotos: Arquivo Superintendência Mato Grosso

Planejamento e Desenvolvimento Urbano; prefeituras de Chapada dos Guimarães, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres; Funai-MT; Ibama e Instituto Chico Mendes em Mato Grosso; Instituto de Metrologia e Qualidade-MT; Universidade Federal de Mato Grosso; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Cuiabá; Editora Entrelinhas; Operação Amazônia Nativa; Instituto Usina.

DESAFIOS

Mato Grosso é um estado que tem apresentado taxas de crescimento econômico bem acima da média nacional e precisa encontrar formas de conciliar desenvolvimento e preservação, promovendo um crescimento sustentável.

É necessário transformar em ações concretas o discurso das classes dirigentes e da sociedade favorável ao patrimônio cultural.

Estabelecer uma política de educação patrimonial que transmita para a sociedade o direito à memória como um elemento constitutivo da cidadania, possibilitando a vivência do presente e do futuro dos seus patrimônios.

MATO GROSSO DO SUL

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2006

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

Mato Grosso do Sul é reconhecido por ter considerável parcela de seu território inserida no bioma do Pantanal Matogrossense, que integra a Lista do Patrimônio Mundial.

A atuação do Iphan no Mato Grosso do Sul foi iniciada em 1974 com o tombamento do Forte Coimbra, às margens do rio Paraguai, em Corumbá. Construído no século XVIII, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai, fazia parte de uma rede de fortificações implantada para a defesa da fronteira e demarcação do território. Estão em andamento o projeto de restauração e um plano de visitação turística.

Corumbá é a principal cidade histórica do estado e teve seu conjunto urbano tombado pelo Iphan em 1993. A cidade foi reconstruída em 1869 sobre o mesmo sítio da antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque. Sua importância está ligada às tradições pantaneiras e à definição das atuais fronteiras do Brasil. Corumbá era uma escala necessária e segura para o comércio de mercadorias nos rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Tornou-se um importante centro de comércio, realizado principalmente com a Bolívia. Está sendo analisada a ampliação de seu perímetro de tombamento, que hoje envolve 119 edificações do conjunto urbano e outras 3 mil na área de entorno.

A cidade recebeu forte investimento do *Programa Monumenta* para a qualificação urbana e a restauração de imóveis públicos e particulares, também viabilizada por meio da Lei de Incentivo à Cultura. Além da restauração de edificações¹⁰⁸, destacam-se a recuperação da orla fluvial com o Projeto de Aterramento e Iluminação Pública para o Conjunto Tombado do Casario do Porto, a instalação do Museu da História do Pantanal, a revisão do Plano Diretor, a implantação de sinalização urbana e turística, a instalação de Bureau de Turismo Cultural no antigo Hotel Galileo e as ações de educação patrimonial.

Em 2007, o Iphan implantou a Oficina Escola de Ladrilho Hidráulico, em parceria com a Fundação Cândido Rondon, a empresa MMX e a Prefeitura de Corumbá. O projeto promove a inclusão socioeconômica de jovens em situação de risco, por meio da qualificação profissional na confecção de ladrilhos hidráulicos, resgatando técnicas antigas e tradicionais que são utilizadas na conservação e preservação do patrimônio de Corumbá.

Está em estudo o tombamento do centro histórico de Miranda, cidade desenvolvida a partir do antigo Presídio de Miranda, construído pelos portugueses em 1797. Também estão sendo apoiados os estudos de tombamento municipal referentes a Anastácio, Aquidauana, Ponta Porã, Caarapó e Porto Murtinho.

As grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Bonito, foram tombadas em 1978 por sua beleza natural e por serem dois dos principais sítios espeleológicos¹⁰⁹ do Brasil. Entre as ações em andamento relacionadas a esse conjunto de patrimônio natural, encontram-se os planos de fiscalização e educação patrimonial; os estudos para definição de um geoparque reconhecido pela Unesco; o plano de manejo (degraus de acesso ao interior); o plano de gestão compartilhada com Ibama, prefeitura e Secretaria de Estado do Meio Ambiente; e o projeto de sinalização turística.

Em 2009 foi tombado o Complexo Ferroviário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em Campo Grande, dando continuidade ao projeto de proteção ao patrimônio ferroviário.

Mato Grosso do Sul conta com apenas quatro bens tombados em âmbito nacional, mas essa situação será alterada em breve. Encontram-se em processo de tombamento os seguintes bens: a Ponte Ferroviária Presidente Eurico Gaspar Dutra sobre o rio Paraguai; o local em que estiveram sepultados o Guia Lopes, o Tenente-Coronel Juvêncio e o Coronel Camisão, no município de Jardim (apesar de tombado em janeiro do ano de 1956, sua inscrição efetiva no Livro de Tombo Histórico ainda não se completou por detalhes técnicos.); os Fortes Ladário e Junqueira, em Corumbá; o Marco Zero – Tribo Kadwéu, marco geodésico delimitador da

Sítio Arqueológico Templo dos Pilares em Alcínópolis, rico em pinturas rupestres e Museu Pantaneiro de Aquidauana. Fotos: Arquivo Superintendência de Mato Grosso do Sul.



108. Edifício Vaquez e Filhos, Casa dos Boabaid, Hotel Galileo, edifício da ladeira José Bonifácio n. 161, Conjunto Art Déco da av. Gal. Rondon, Casa Tamandaré, Prefeitura Velha, Edifício J. Rodrigues e prédios situados nas ruas Manoel Cavassa, ladeira Cunha e Cruz e beco da Candelária.

109. Conjunto de grutas, cavernas, fontes de água e lagoas subterrâneas que abrigam fauna e flora específicas.



Ponte Ferroviária em Miranda. Ponte Ferroviária Presidente E.G. Dutra e sobre o rio Paraguai, em Corumbá. Fotos: Arquivo Superintendência de Mato Grosso do Sul.

Reserva Indígena Kadwéu entre os municípios de Bodoquena e Porto Murtinho, um elemento de aroeira maciça de aproximadamente três metros de altura, instalado no final do século XVIII; o complexo arqueológico de Alcinópolis; e o Parque Histórico da Colônia Militar dos Dourados.

No campo do patrimônio imaterial, Mato Grosso do Sul compartilha com Mato Grosso o registro do modo de fazer viola de cocho como patrimônio cultural. A viola de cocho é utilizada nas expressões musicais, poéticas e coreográficas do cururu e do siriri, originais do Centro-Oeste, cultivadas como diversão ou como forma de devoção a santos católicos. Foram realizados o *INRC da Região do Erval Sul-matogrossense* (2008) e o *INRC da Região do Bolsão Sul-matogrossense* (2009). Estão em processo de estudo, com vistas ao registro, a Festa de São João em Corumbá e as expressões culturais relacionadas à erva-mate e ao banho de Santo Antônio, em Campo Grande. As ações nesse campo deverão ser ampliadas a partir da conclusão do *Mapeamento Documental do Patrimônio Imaterial de Mato Grosso do Sul*.

Com relação à cultura indígena, que tem forte presença no estado, além do processo de tombamento do Marco Kadwéu, o Iphan iniciou, em parceria com o governo estadual, o *Inventário da Cerâmica Terena*, produzida na região de Miranda.

O patrimônio arqueológico soma 638 sítios cadastrados. Destacam-se alguns dos registros pré-históricos mais antigos do país, que indicam a presença de grupos ceramistas e horticultores; sítios históricos que atestam o estabelecimento da fronteira oeste do território nacional; as magníficas representações de arte parietal, com pinturas e gravuras rupestres, presentes nos sítios do Lajedo (Corumbá) e no Templo dos Pilares (Alcinópolis).

A partir do projeto Reconhecimento, Identificação e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, os sítios identificados como maiores exponenciais dos registros arqueológicos sul-mato-grossenses foram sinalizados. Dentre eles, destaca-se o sítio da antiga cidade de Santiago de Xerez, na região de Aquidauana, que atualmente está sendo trabalhado em um projeto de identificação e escavação. Trata-se de um dos primeiros núcleos habitacionais do oeste brasileiro, estabelecido no período colonial em território hispânico. O mapeamento do povoado visa estabelecer as áreas de ocupação e reconstituir o cotidiano dos habitantes. O objetivo final é a musealização do local e sua abertura à comunidade.

O Iphan está desenvolvendo a proposta de criação do Geoparque da Serra do Bodoquena, ampliando a significação do Parque Nacional, criado em 2000. A ação visa obter reconhecimento pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural. O conceito de geoparque destaca não apenas a relevância geológica da região, mas também ecológica, arqueológica, histórica e cultural. Sua implantação visa preservar o patrimônio geológico, incentivar a pesquisa e as ações educativas, além de assegurar o desenvolvimento sustentável por meio do turismo.

Outra ação prioritária hoje em curso é o estudo da Paisagem Cultural do Pantanal. A cultura pantaneira, ligada miticamente às águas do Pantanal e do rio Paraguai e ao conhecimento ancestral da natureza, é marcada por uma mescla de tradições oriundas dos povos de origem Guarani, que se fundem aos hábitos trazidos pelas migrações mineiras e paulistas na bacia do Paraná e, mais recentemente, pelas colonizações das frentes agropastoris, com descendentes dos imigrantes alemães e escravos do Sul.

A documentação do patrimônio cultural tem avançado. Bons exemplos são os inventários da arquitetura art déco em Corumbá; da arquitetura militar, com destaque para os fortes do rio Paraguai; da arquitetura do ciclo da erva-mate; da bacia Platina; dos Caminhos das Monções nos rios Paraná, Pardo, Tietê e outros; do Patrimônio Ferroviário e das Fazendas Históricas. O Iphan trabalha também no inventário do acervo de um ícone da arte corumbaense, o artista plástico Jorapimo.

O projeto Rota das Monções, que não se restringirá ao Mato Grosso do Sul, visa realizar uma análise extensa e detalhada da importância das expedições monçoeiras na trama de ocupação e povoamento do oeste brasileiro. Deverá ter desdobramentos nas áreas de patrimônio imaterial, material, natural e paisagístico.

Campo Grande e Corumbá são as duas cidades que aderiram ao *PAC das Cidades Históricas*. Dentre os projetos apresentados estão a recuperação da Estação Ferroviária de Campo Grande para instalação do Centro de Documentação e Referência da EFNOB/RFFSA, a recuperação da antiga prefeitura em Campo Grande, a recuperação da antiga Alfândega em Corumbá e o embutimento da fiação na região do casario do Porto, também em Corumbá.

Com relação às paisagens culturais, está em andamento o projeto Museu a Céu Aberto da Região da Retirada da Laguna, que pretende reconstituir todo o roteiro da epopeia militar ocorrida na Guerra do Paraguai, desde Bela Vista até Aquidauana, implantando monumentos artísticos nos principais trechos e ocorrências.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu de R\$ 55 mil em 2000 para R\$ 3,5 milhões em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 2 pessoas para 17 pessoas. O número de automóveis passou de 1 para 4.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo de Mato Grosso do Sul; Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul; Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul; Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais/Serviço Geológico Brasileiro; prefeituras de Campo Grande, Corumbá, Bonito e Aquidauana; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade Federal da Grande Dourados; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea/MS); Sebrae.

DESAFIOS

O maior desafio que se coloca para os próximos anos é a ampliação do leque de bens culturais documentados, tombados, protegidos ou salvaguardados no estado, de forma que melhor represente seu patrimônio cultural, favorecendo a inclusão social e o fortalecimento das identidades e do orgulho do povo sul-matogrossense.



Edificações históricas de Muqui, (ES), cidade em processo de tombamento. Foto: Letícia Pimentel/Arquivo Superintendência do Espírito Santo.

Sudeste

ESPÍRITO SANTO

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 2004

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O primeiro núcleo de povoamento na região do atual Espírito Santo foi formado, em 1535, pelo donatário Vasco Coutinho. Alvo de constantes ataques indígenas, acabou transferido para a Ilha de Santo Antônio, recebendo o nome de Vila Nova da Vitória. Séculos depois, dentro do contexto de prosperidade advindo do período cafeeiro, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito concebeu o projeto urbanístico do Novo Arrabalde¹¹⁰ que, apoiado em conceitos positivistas, direciona o olhar do transeunte ao maior de todos os símbolos da identidade capixaba: o Convento de Nossa Senhora da Penha, morada da santa padroeira. O projeto tinha a finalidade de expandir a ocupação para outras partes da Ilha de Vitória.

Nas vias do Novo Arrabalde foram edificados os casarões ecléticos da alta sociedade capixaba, hoje quase extintos. Para acessar o outro lado da ilha, permitindo o escoamento do café pelo Porto de Vitória, foi encomendada na Alemanha a ponte Florentino Ávidos (1920-1922), que fez a ligação viária entre o porto e as estradas de ferro Vitória-Minas e a Leopoldina Railway.

A arquitetura moderna em Vitória data da década de 1950, quando o governador Carlos Lindemberg convidou o arquiteto Élio Vianna para desenvolver projetos modernistas para edifícios públicos. Dos exemplares que ainda estão íntegros ou pouco alterados, há o Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, conhecido como Cemuni (Célula modular universitária), o Centro do Comércio do Café, o prédio do Departamento Estadual de Rodagens, o Edifício Findes, a Escola de Engenharia Politécnica, a Escola de 1ª Grau Irmã Maria Horta, o Hospital das Clínicas, o Hotel Porto do Sol, o Ministério da Fazenda, o edifício Palácio do Café, a Prefeitura Municipal de Vitória e a Câmara dos Vereadores.

O território capixaba é repleto de enseadas e colinas. No alto dessas colinas, banhadas por rio e mar, os jesuítas construíram dois dos seus principais aldeamentos: Reritiba (atual Anchieta) e Reis Magos, ambos tombados pelo Iphan em 1943. Na capela-mor da Igreja dos Reis Magos está a mais antiga pintura a óleo produzida no Brasil, a tela Adoração dos Reis Magos¹¹¹.

Por todo o estado há vestígios arqueológicos da ocupação indígena: são cerâmicas decoradas, urnas funerárias e utensílios de caça tupi-guarani. Estão cadastrados 265 sítios, com destaque para a região de Anchieta (área do rio Reritiba) e para a região norte, sobretudo São Mateus, Conceição da Barra e Linhares.

Os grupos indígenas subsistem em pequeno número; no entanto, uma de suas heranças está presente em todos os lares capixabas: a panela de barro, primeiro bem registrado no país como patrimônio cultural imaterial (2002)¹¹².

A importante presença de descendentes de africanos tem como um de seus legados os remanescentes de quilombos, como a comunidade do Sapê do Norte, que compreende os atuais povoados de Santana e Linharinho em Conceição da Barra, documentada pelo INRC concluído em 2009¹¹³.

110. BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projecto de um Novo Arrabalde*. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1996.

111. Do patrimônio cultural edificado no primeiro momento da colonização, destacam-se a Igreja N. S. do Rosário (1551) e o Convento da Penha (anterior a 1570), em Vila Velha; a Capela de Santa Luzia (meados do século XVI), as duas casas na rua José Marcelino (meados do século XVII), as igrejas de São Gonçalo (1766) e N. S. do Rosário (1767), em Vitória. Há também remanescentes da arquitetura jesuítica: o Palácio Anchieta, sede do governo estadual e antiga Igreja e Colégio de São Tiago (1551), em Vitória; a Igreja e Residência dos Reis Magos (1580) e a Capela de São João Batista (cerca de 1594-1746), em Serra; a Igreja de N. S. da Ajuda (1716), em Viana; a Igreja de N. S. da Conceição (meados do século XVI), em Guarapari; a Igreja de N. S. da Assunção (meados do século XVI), em Anchieta, e a Igreja de N. S. das Neves (anterior a 1650), em Presidente Kennedy.

112. O modo de fazer indígena foi apropriado pelos afrodescendentes, que continuam utilizando a mesma técnica nos dias de hoje. A panela é usada em pratos tradicionais da culinária espírito-santense, como a moqueca e a torta capixaba, prato sagrado na Sexta-Feira da Paixão.

113. OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). *Culturas quilombolas do Sapê do Norte: farinha, biju, reis e bailes dos congos*. Vitória: Santo Antônio, 2009.



Estação Ferroviária de Muqui; Solar do Barão de Monjardim em Vitória; Igreja dos Reis Magos em Vitória. Fotos: Arquivo Superintendência do Espírito Santo.

Grupos de imigrantes europeus (açorianos, italianos, belgas, alemães, poloneses, pomeranos, austríacos e holandeses), que começaram a chegar após a abolição, também têm grande expressão na cultura do Espírito Santo. Um dos bens ligados à imigração italiana é Santa Teresa¹¹⁴, o primeiro núcleo de colonização criado por italianos que fugiram da Colônia de Santa Leopoldina, organizada pelo comerciante Pietro Tabacchi. Foi em Santa Teresa que o biólogo, descendente de italianos, Augusto Ruschi realizou ampla pesquisa, reconhecida internacionalmente, sobre o colibri, que se tornou o pássaro símbolo do estado. Está em andamento seu processo de tombamento.

Como representantes da arquitetura da imigração, destacam-se: a residência da família Lambert (1875), em Santa Teresa; a Igreja Luterana de Campinho (1866), em Domingos Martins, a primeira igreja luterana do Brasil a ter torre sineira, quando este elemento era permitido apenas às igrejas católicas; o casarão da família Scabelo (início do século XX), em Venda Nova do Imigrante; a Igreja Católica do Tirol (1898) e o casarão da família Vervloet (fins do século XIX), em Santa Leopoldina. Parte desse patrimônio tem tombamento estadual.

A economia cafeeira, que recebeu os imigrantes recém-chegados, foi a mola propulsora em todo o estado. A arquitetura produzida nesse período traduz a preocupação de externar o prestígio de cada família. São fazendas, casarões, núcleos históricos compostos de sobrados, armazéns e estações ferroviárias. O declínio dessa economia, a partir da década de 1930, significou o “congelamento” de vários desses núcleos. Destaques do período são: o Solar do Barão de Monjardim, em Vitória; os casarões de Cachoeiro do Itapemirim; a Fazenda do Centro, em Castelo; o núcleo histórico do Porto de São Mateus; a Fazenda Santa Rita; e todo o centro histórico de Muqui. Este último foi inventariado pelo Iphan em 2008 e tombado pelo estado em 2009. O tombamento nacional está em processo, assim como o tombamento de São Pedro de Itabapoana, São Mateus e Santa Leopoldina.

Outros tombamentos em estudo no Iphan dizem respeito ao patrimônio natural, como o Jardim das Gutatas (orquídeas raras localizadas em Linhares) e a Ilha da Trindade, por seus valores paisagístico e ecológico. Bens representativos da imigração italiana e alemã também são alvo de estudos.

Aderiram ao *PAC das Cidades Históricas* as cidades de Muqui, Vitória, Vila Velha e Santa Teresa.

O amplo leque de sabores da culinária espírito-santense é fruto da diversidade de culturas presente no estado. Além das famosas moqueca e torta capixaba, inclui o biju, o agnolini, o socol, a polenta, os pães e os biscoitos de receitas alemãs. Vale lembrar ainda a Fábrica de Chocolates Garoto, fundada pelo imigrante alemão Henrique Mayerfreund em 1929.

Também se destacam, no campo do patrimônio imaterial, as línguas (e danças, poemas e músicas, embaladas pela concertina) trazidas pelos imigrantes europeus e difundidas nas ruas das cidades por eles criadas. O idioma pomerano continua vivo, assim como o alemão, o italiano e o holandês.

114. Ver BIASUTTI, Luiz Carlos. No coração capixaba: 120 anos de história da mais antiga colônia italiana no Brasil: Santa Teresa – ES. Belo Horizonte: Barvale, 1994.

Dentre as manifestações culturais de destaque, estão: o Caxambu e o Jongo (registrado em 2005); o Congo, com a sua casaca, muito difundido em todo o estado e associado às Festas de Reis, ao Sábado de Aleluia e a São Benedito; a Festa da Penha, terceira maior festa religiosa do país; a Folia de Reis; o Boi Pintadinho; a Capoeira (registrada em 2008) e o Jaraguá.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A criação da Superintendência, desmembrada do Rio de Janeiro, pode ser considerada o grande avanço da década.

Dentre as principais ações realizadas, destacam-se:

1. O registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras como Patrimônio Cultural do Brasil (2002).
2. A restauração da Igreja dos Reis Magos (2001-2002) e a implantação do Espaço Cultural Reis Magos (2003), em uma gestão compartilhada com a Prefeitura da Serra.
3. A recuperação da casa colonial situada à rua José Marcelino 203/205, atual sede da Superintendência do Iphan (2005).
4. O estudo do cone de visibilidade do Convento da Penha, buscando preservar a visada do santuário eleita por Saturnino de Brito, que foi incorporado ao Plano Diretor Urbano do Município (2006).
5. A recuperação e a abertura do Museu Solar do Barão de Monjardim (2006).
6. A restauração da Capela Santa Luzia e do retábulo da Igreja dos Reis Magos (2007).
7. O *Inventário de Bens Imóveis do Sítio Histórico de Muqui*, cuja relevância histórica e cultural já foi declarada nas esferas municipal e estadual (2008).
8. A restauração do retábulo da capela-mor do Santuário de Anchieta (2009).
9. A continuidade do Inventário das Comunidades Quilombolas.
10. O desenvolvimento de um programa de acessibilidade para o Convento da Penha, envolvendo todos os agentes públicos, a província franciscana e as entidades relacionadas às questões de acesso universal.
11. O inventário dos bens móveis das igrejas dos Reis Magos (Serra), N. S. da Assunção (Anchieta) e N. S. do Rosário (Vitória), utilizando pioneiramente a metodologia SICG e visando a proteção do acervo religioso.
12. A elaboração dos Planos de Ação das cidades que aderiram ao PAC, que está induzindo o planejamento de ações de preservação compartilhado com as outras esferas governamentais.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu de R\$ 156 mil em 2005 para R\$ 639 mil até novembro de 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) nesse período passou de 14 pessoas para 31 pessoas.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Universidade Federal do Espírito Santo, governo do estado, prefeituras, conselhos de cultura, Instituto Goia (realiza capacitação de mão de obra para restauração com pessoas de baixa renda) e Instituto Elimu, que vem desenvolvendo trabalhos de identificação dos quilombolas e dos jongueiros.

DESAFIOS

A Superintendência é nova e um de seus grandes desafios é mapear o diverso patrimônio cultural do estado.

Vários empreendimentos de vulto (siderurgias, portos, empresas de energia) estão em andamento, interferindo no território. Ao mesmo tempo que vêm trazendo à tona um amplo acervo arqueológico, têm destruído os contextos em que estavam inseridos. Buscar medidas compensatórias que abranjam todo o universo do patrimônio cultural é um desafio e uma meta para a Superintendência.



Casa do Conde de Santa Marinha, sede do Iphan em Belo Horizonte. Foto: Bruno Galery/Arquivo Superintendência Minas Gerais. Inauguração das obras do *Monumenta* no Serro. Foto: Paula Porta.

MINAS GERAIS

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1937

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Minas Gerais possui 209 bens tombados em 48 cidades; seus conjuntos urbanos protegidos somam mais de 5 mil edificações.

Respalhada na opulência advinda da exploração do ouro – principalmente nas regiões de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Caeté, Catas Altas, Santa Bárbara, São João del Rei e Tiradentes – e, mais tarde, do diamante – na região de Diamantina –, desenvolveu-se nas Minas Gerais, a partir do século XVIII, intensa atividade criadora, que possibilitou a formação de notável acervo de bens culturais, constituído por singular obra de imaginária, esculturas, pinturas, igrejas, edificações, espaços e núcleos urbanos.

Dentre seus grandes pintores, escultores, entalhadores e construtores do período colonial destacam-se Manuel Francisco Lisboa e seu filho Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), Francisco Xavier de Brito, Francisco Xavier Carneiro, José Pereira Arouca, Francisco Vieira Servas, Manuel da Costa Ataíde, Caetano Luiz de Miranda, José Joaquim da Natividade, José Soares de Araújo, Manoel Victor de Jesus, Francisco de Lima Cerqueira, Manuel Francisco Pombal, Antônio Souza Calheiros, José Coelho Noronha, Domingos Felix e João de Carvalhais. Afastados do litoral e do mundo, enfrentando toda sorte de dificuldades, carentes de recursos, esses artistas exerceram intensa criatividade, na improvisação de materiais e soluções, substituindo, com competência e propriedade, os padrões então vigentes. Assim, os azulejos portugueses, os tecidos brocados e os mármore – que dificilmente chegavam às Minas Gerais, em razão do alto custo e das grandes distâncias – foram substituídos por pinturas ou “fingimentos”, “marmorizados” e pela pedra-sabão, o que possibilitou o surgimento de obras de grande valor, que constituem o Barroco mineiro, mundialmente reconhecido por sua singularidade.

Entre as obras de arquitetura religiosa, destacam-se: as igrejas de São Francisco de Assis e da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto; o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas; as igrejas de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora do Rosário, a Casa de Chica da Silva e o Mercado Municipal, em Diamantina; a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Capela do Rosário, em Tiradentes; as igrejas de Nossa Senhora do Carmo, de São Francisco de Assis e a Catedral de Nossa Senhora da Assunção, em Mariana; a Igreja

Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Capela do Ó, em Sabará; a Igreja Matriz de Santo Antônio e o Colégio Caraça, em Santa Bárbara; as igrejas Matriz de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Carmo, no Serro; a Igreja Matriz de Bom Sucesso, em Caeté; a Igreja de São Francisco de Assis e a Catedral de Nossa Senhora do Pilar, em São João del Rei; e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Catas Altas.

No acervo modernista, destacam-se a Igreja de São Francisco de Assis e outras obras que constituem o acervo da Pampulha, em Belo Horizonte, notável trabalho de Oscar Niemeyer; e a cidade de Cataguases, considerada emblema do movimento modernista, onde se encontram obras dos mais renomados artistas modernos brasileiros.

Na lista de Patrimônio Mundial da Unesco estão incluídas as cidades de Ouro Preto e Diamantina e o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

Merece destaque a série de medidas para conter a escalada de furtos de objetos sacros no estado. Entre elas, a atuação integrada com a Polícia Federal, a realização de campanhas em parceria com outras instituições e a criação de banco de dados de bens desaparecidos, colocado à disposição da PF e da Interpol. Foi possível atuar de forma mais eficaz na prevenção e na investigação de furtos, o que resultou na diminuição considerável de ocorrências na última década.

Outras importantes iniciativas na área de segurança foram: a criação da Cartilha de Prevenção de Incêndios, elaborada em parceria com o Corpo de Bombeiros e distribuída para irmandades e para a população das cidades históricas, e a instalação de sistemas de proteção contra furto e incêndio em monumentos religiosos. O Iphan conta com um banco de projetos para mais de 50 igrejas, que serão beneficiadas com a instalação de sistema de segurança eletrônica de detecção de intrusão e fumaça e circuito fechado de TV. Só em 2010 foram investidos mais de R\$ 800 mil na adequação da infraestrutura de 12 igrejas.

Dentre as principais obras de restauração, devem ser citadas a Igreja do Carmo, em Mariana, vítima de um grande incêndio no final da década de 1990; a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Casa do General Carneiro, no Serro; a Capela de Nossa Senhora do Ó e a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Sabará.

Até 2006, a Superintendência do Iphan em Minas Gerais não dispunha de sede própria. A nova sede foi instalada na Casa do Conde de Santa Marinha, em Belo Horizonte, imóvel histórico pertencente ao espólio da extinta Rede Ferroviária Federal, que foi totalmente restaurado. Em 2009 iniciaram-se as obras de restauração do galpão onde funcionava uma oficina, que será transformado em um espaço cultural.

Em São João del Rei foi restaurado outro antigo prédio pertencente ao acervo da RFFSA para receber o Escritório Técnico do Iphan e um importante espaço cultural para a cidade. Atualmente está em construção um anexo, que irá abrigar o Arquivo Histórico, cujo acervo é composto de documentação cartorial e eleitoral da antiga coletoria estadual e de coleção de jornais e revistas do final do século XIX e princípio do século XX.

Está praticamente concluído o levantamento dos imóveis pertencentes à antiga RFFSA em Minas Gerais: estações ferroviárias, garagens e oficinas de trens, casas e edificações. O trabalho aponta as condições de conservação dos bens e avalia as possibilidades de sua destinação para fins sociais e culturais.

Em 2007 finalmente foi criada uma Área de Arqueologia na Superintendência, com técnicos habilitados para o atendimento das demandas e a implementação de ações. Estima-se que Minas Gerais tenha mais de 100 mil sítios arqueológicos pré-coloniais, entre grutas, cavernas e áreas remanescentes de povos indígenas. Desse total, 2 mil já foram identificados.

O Iphan teve uma atuação bastante destacada na documentação e proteção do patrimônio imaterial no estado. O registro do Queijo Minas Artesanal, em 2008, veio garantir a preservação da metodologia e técnicas tradicionais de produção. Em 2009 ocorreu o registro do Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiros, que

congrega comunidades em torno de acontecimentos cotidianos, uma significativa referência da história e da identidade. Além dos inventários que deram origem aos registros mencionados, também foram realizados os INRCs da Cerâmica de Candé; das comunidades atingidas pela Hidrelétrica de Irapé; do Modo de fazer Viola de Dez Cordas, da Comunidade do Assentamento São Francisco, oriunda da região de criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas; e do Mercado Central de Belo Horizonte. Estão em andamento os inventários da Serra do Cipó e do Ofício de Fotógrafo Lambe-Lambe em Belo Horizonte. Está em andamento o processo de registro da Congada.

Foram quatro os bens tombados em Minas Gerais ao longo da década: a Sede da Fazenda do Registro Velho, residência do inconfindente Padre Manoel Rodrigues da Costa em Barbacena; o Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora; os remanescentes do antigo Quilombo do Ambrósio e a documentação a ele referente; e o centro histórico de Paracatu. Estão em curso o tombamento da Serra da Piedade e da Serra de São José.

O Iphan apoiou a instalação do Ponto de Cultura do Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte, dedicado à formação de jovens na área de conservação, e o Ponto de Cultura Aro, em Ouro Preto, que também atua na formação profissionalizante em artes e restauração. O programa *Cine Iphan* apoiou a instalação de sala de projeção na Casa de Chica da Silva (sede do Iphan) em Diamantina.

Sem dúvida, o grande destaque da década foram as ações do *Monumenta* em Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Serro e Diamantina, que deram nova dinâmica a essas cidades históricas em razão do considerável volume de investimento.



Jongo no Quilombo de São José da Serra, expressão registrada em 2005. Foto: Gabriel Barros Moura/Arquivo Iphan. O Toque dos Sinos e o Ofício dos Sineiros das cidades históricas mineiras, registrados em 2010. Foto: Arquivo Iphan.

A década registra um grande crescimento orçamentário, que passou de R\$ 1,5 milhão em 2000 para R\$ 4,7 milhões em 2010. Destaca-se que, em 2009, o orçamento atingiu a marca histórica de R\$ 12,5 milhões. As perspectivas para os próximos anos são ainda melhores, com a assinatura do Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural entre o Iphan e os 20 municípios que aderiram ao *PAC das Cidades Históricas*. Outras quatro cidades devem assinar seus acordos em 2011.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Destacam-se, dentre os parceiros: o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Universidade Federal de Minas Gerais, em especial o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, a Faculdade de Belas Artes e a Faculdade de Engenharia e Arquitetura, e a Universidade Federal de Ouro Preto.

DESAFIOS

Ampliar parcerias com órgãos públicos e privados, de forma que sejam somados recursos humanos e materiais em ações de preservação cultural.

Obter maior envolvimento das comunidades em programas, eventos e ações institucionais.

Implantar os planos de ação das 24 cidades que aderiram ao *PAC das Cidades Históricas*.



Paisagem cultural do Rio de Janeiro: Pão de Açúcar e seu bondinho. Foto: Mônica Zarattini/Arquivo Monumenta/Iphan.

RIO DE JANEIRO

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1976 (abrangendo ES)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Rio de Janeiro possui 225 bens tombados pelo Iphan por suas características artísticas, arquitetônicas, históricas ou naturais; 147 estão na capital e os demais se distribuem em outros 21 municípios. Integram esse acervo desde os consagrados cartões-postais da capital, como o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e o Maracanã, até fazendas, fortalezas, casas, sobrados, igrejas e conjuntos urbanos, como os de Vassouras e Petrópolis, e todo o município de Paraty, além de acervos museológicos e de arte sacra. É o estado com maior número de bens naturais e paisagísticos protegidos. Em 2008, a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro passou a integrar a Lista Indicativa do Patrimônio Mundial, e o Iphan está trabalhando na sua candidatura, que deverá ser pioneira, pois é aplicada a um contexto urbano.

A cidade do Rio de Janeiro possui importante acervo de bens móveis. Foram realizados inventários de arte sacra em 14 monumentos, dentre eles o Mosteiro de São Bento e as Igrejas da Candelária e de São Francisco de Paula.

Estão sendo realizados estudos para o tombamento dos conjuntos urbanos de Santa Maria Madalena, Sapucaia e Areal, cidades da Região Serrana que tiveram origem no século XIX, principalmente em virtude da grande produção de café.

O estado também possui um vasto patrimônio arqueológico: são 643 sítios arqueológicos cadastrados, abrangendo praticamente todos os municípios. Dentre eles, destaca-se o Sambaqui de Camboinhas, em

Niterói, com mais de 7 mil anos. Prospecções arqueológicas são efetuadas sob a supervisão do Iphan em vários empreendimentos e em projetos de restauração. Entre as escavações relativas à arqueologia histórica, destacam-se a do Passeio Público, a do Jardim Botânico e a da Igreja de N. S. da Saúde. Atualmente estão em andamento as pesquisas arqueológicas nos Arcos da Lapa.

A Superintendência tem como sede o antigo edifício da Cia. Docas de Santos, um dos mais importantes prédios do início do século XX, erguido por ocasião da abertura da Avenida Central. Dispõe de escritórios técnicos em Paraty, Petrópolis, Vassouras e Cabo Frio. Essas unidades exercem o papel de aproximação com as comunidades locais e as instituições públicas e privadas, aprimorando as parcerias.

REGIÃO DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA¹¹⁵

A região inclui importante legado do Segundo Império no Brasil, presente na arquitetura urbana e nas sedes de fazendas de café situadas ao longo de todo o médio Vale do rio Paraíba do Sul. Destacam-se, entre as edificações, a Casa da Hera, a Fazenda Santa Eufrásia e o Centro Histórico, em Vassouras; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Paty do Alferes; e a Fazenda Santa Mônica, em Valença. Em fase de estudo para tombamento estão a Santa Casa de Misericórdia de Valença e a Aldeia de Arcozelo.

Também está sendo estudado o patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal e seus ramais. Entre os bens de valor cultural, merecedores de preservação, estão: a Estação de Barão de Juparanã, em Valença; a Estação Central de Barra do Piraí e sua rotunda de locomotivas; e a Estação Central de Resende. Destacam-se ainda as obras de engenharia ferroviária, como a ponte de Vera Cruz, em Miguel Pereira, e a ponte do Desengano, entre Vassouras e Barão de Juparanã.

Quanto ao patrimônio imaterial, encontram-se em andamento estudos sobre as religiões de tradição africana, herança representada pelos Quilombos de São José, em Valença, e de Santana, em Quatis.

A região possui artefatos líticos e uma profusão de material cerâmico, referências de populações pré-coloniais relacionadas à tradição ceramista Tupi-guarani, dos troncos linguísticos Tupi e Macro-jê.

Dentre os sítios arqueológicos históricos, merecem destaque as ruínas do núcleo urbano de São João Marcos, em Rio Claro, tombado em 1938 e destombado pelo presidente Getúlio Vargas, em 1940, para ser coberto pelas águas da represa de Ribeirão das Lajes. No entanto, as águas do lago que se formou não atingiram a cidade, ficando evidente que sua demolição foi desnecessária.

REGIÃO SERRANA¹¹⁶

Os primeiros tombamentos na região datam de 1938, mas a atuação do Iphan tornou-se mais efetiva a partir de 1980, com a implantação do Escritório Técnico de Petrópolis, atualmente instalado na Casa da Guarda do Palácio Rio Negro, onde já funciona a Casa do Patrimônio. O vasto acervo tombado engloba as construções do Brasil Império, em Petrópolis, que incluem o Museu Imperial, o Palácio de Cristal, o Palacete da Princesa Isabel, dentre muitos outros; o Parque São Clemente, em Nova Friburgo, projetado pelo botânico e paisagista francês Auguste Glaziou; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Paty do Alferes; o Dedo de Deus, em Magé, dentre outros.

Essa região abrange desde as áreas planas do fundo da baía da Guanabara até o topo da Serra do Mar, possuindo grande diversidade de tipos de ocupação humana, seja da época pré-colonial, seja da época colonial. É uma área de grande potencial arqueológico a ser estudado. Até maio de 2009, encontravam-se registrados pelo Iphan mais de cem sítios arqueológicos.

115. Abrange Vassouras, Paty do Alferes, Barra Mansa, Barra do Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mendes, Miguel Pereira, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

116. Abrange Areal, Bom Jardim, Carmo, Cantagalo, Comendador Levy Gasparian, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Magé, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Três Rios.

COSTA VERDE¹¹⁷

O Escritório Técnico de Paraty tem sede em um imponente sobrado colonial de meados do século XVIII, na Praça da Matriz, que também abriga a Casa do Patrimônio. A atuação do Iphan na região remonta aos primeiros tombamentos, em 1938, e tornou-se mais efetiva com a criação do escritório em 1980, envolvendo o sul do estado. Dentre o acervo tombado, destacam-se o Bairro Histórico de Paraty, formado por construções civis e religiosas remanescentes do período áureo do ciclo do ouro – riqueza que vinha das Minas Gerais e escoava pelo porto paratiense –, e o vasto acervo religioso de Angra dos Reis.

O município de Paraty é tombado em seu conjunto, envolvendo também suas expressões culturais e bens naturais. Diversas festas religiosas ocorrem ao longo do ano na região. Destacam-se, entre elas, a Festa do Divino, em Paraty, e a Festa de São Benedito, em Angra. Essas festas vêm sendo estudadas e apoiadas pelo Iphan.

As pesquisas arqueológicas na região mostram que a área foi ocupada desde o período pré-colonial. Os sítios localizados na baía de Angra dos Reis são testemunhos desta ocupação, evidenciando que grupos humanos viveram lá desde cerca de 1.200 anos. Entretanto, os vestígios mais conhecidos são de períodos posteriores, como os do Caminho Velho do Ouro, originalmente composto de vários caminhos abertos pelos indígenas, utilizados pelos colonizadores a partir de 1660.

REGIÃO DOS LAGOS¹¹⁸

Presente na região desde seus primeiros anos de existência, o Iphan consolidou sua atuação com a criação do Escritório Técnico de Cabo Frio no início dos anos 1980, com sede no Convento de Nossa Senhora dos Anjos, imponente complexo franciscano do século XVII. Entre os bens materiais tombados, destacam-se o Forte de São Mateus, a Praia do Forte, o Morro e a Capela de Nossa Senhora da Guia e o Convento de Nossa Senhora dos Anjos (integrantes do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio), a casa onde nasceu Casimiro de Abreu e a Igreja Jesuítica de São Pedro da Aldeia. A região tem importante acervo ferroviário, a exemplo da Estação de São Pedro da Aldeia.

Estão em estudo, para fins de tombamento: o Farol Antigo de Arraial do Cabo; o complexo jesuítico da Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio; e o Conjunto de Fazendas de Quissamã.

Há mais de 200 sítios arqueológicos registrados na região, entre eles os sambaquis, remanescentes da ação de antigos grupos pescadores coletores, que marcam fortemente a paisagem da orla de Cabo Frio e do Arraial do Cabo.

Entre os bens imateriais, estão em fase de inventário as Folias de Reis e o Candomblé, que se manifestam em diversas localidades, e o Fado Angolano de Quissamã.

Recentemente o Iphan ampliou a abrangência geográfica do Escritório Técnico. A antiga Estação de São Pedro da Aldeia, em restauração, será sua nova sede e abrigará a Casa do Patrimônio e o Centro de Memória Ferroviária da Região dos Lagos, que disponibilizará acervos especializados sobre o patrimônio e a história das ferrovias.

Buscando uma gestão mais participativa do patrimônio regional e o contato entre os atores locais da cultura, foi criado o blog Estação do Patrimônio, que disponibiliza informações sobre preservação, estimulando iniciativas e projetos que movimentem a região.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

Nos últimos anos, os maiores avanços ocorreram nas áreas listadas a seguir.

Arqueologia: foram incrementadas as ações de conhecimento dos acervos de diversos municípios e o número de sítios arqueológicos cadastrados aumentou, em virtude da participação do Iphan nos processos de licenciamento ambiental.

117. Abrange Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba.

118. Abrange Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Carapebus, Conceição de Macabu, Iguaba Grande, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Silva Jardim.



Sede do Iphan no centro do Rio de Janeiro. Foto: Arquivo Superintendência do Rio de Janeiro.

Patrimônio imaterial, estabelecida como prioritária: realizaram-se pesquisas e inventários que culminaram no Registro das Matrizes do Samba Carioca, do Jongo/Caxambu da Região Sudeste e da Capoeira. Está em andamento o processo de registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty. Ao longo da década, foram realizados os *INRCs das Festas Maranhenses do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro* (2005), *dos Saberes Tradicionais sobre Fitoterapia e da Venerável Irmandade de São Benedito de Angra dos Reis* (2009). Estão em andamento os INRCs: *da Região do Saara* (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega); *da Feira de São Cristóvão*; *da Umbanda no Estado do Rio de Janeiro*; *do Candomblé do Estado do Rio de Janeiro*; *das Folias de Reis e da Cultura Mbyá-Guarani*.

Educação patrimonial e promoção do patrimônio: foram desenvolvidos projetos de aproximação com as comunidades, buscando estimular o conhecimento e a consciência para a preservação. Entre as ações, incluem-se palestras, oficinas, cursos, publicações, produção de vídeos e notícias. Foram realizados cinco encontros com prefeitos para aprimoramento de parcerias; inúmeras palestras de especialistas em patrimônio, registradas em livro; edições de DVDs sobre os arquitetos modernistas Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy e Lucio Costa; palavras cruzadas temáticas para atividades com estudantes; folhetos sobre a atuação do Iphan.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu de R\$ 1,4 milhão em 2000 para R\$ 4,5 milhões em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) nesse período passou de 75 pessoas para 127 pessoas. Foram investidos via Pronac (Mecenato e FNC), R\$ 277 milhões em 90 bens e 14 estudos relativos ao patrimônio imaterial em 15 municípios.

O estado teve uma adesão expressiva ao *PAC das Cidades Históricas*, com 13 cidades incluídas no programa: Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Mangaratiba, Niterói, Paraty, Petrópolis, Quissamã, Rio Claro, Rio de Janeiro e Vassouras.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Governo estadual e prefeituras, por meio de seus órgãos de licenciamento ambiental e de urbanismo.

DESAFIOS

Ampliar o raio de ação da Superintendência, abrangendo especialmente a região norte do estado, onde há necessidade da implantação de um Escritório Técnico, sendo o município de Campos o mais indicado.

SÃO PAULO

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1946 (abrangendo PR, SC e RS)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A região do atual estado de São Paulo abrigou um dos primeiros núcleos de ocupação portuguesa distante da franja litorânea. Seu povoamento resultou de um dos mais importantes movimentos de expansão e exploração territorial da colônia, que buscava alternativas econômicas de sobrevivência para a população que ali se radicou.

Paralelamente à sistemática exploração dos sertões e à produção de subsistência, para as quais foi decisivo o apresamento do indígena, São Paulo, em seus primeiros tempos, também se estruturou com base na produção de cana-de-açúcar, sobretudo no litoral. Mais tarde, foi introduzida no planalto uma produção agropastoril de gêneros exportáveis para outras regiões da colônia, resultando em uma policultura comercial de grande escala. Também eram desenvolvidas atividades ligadas às minas de ouro nas cercanias de São Paulo (Jaraguá, Guarulhos etc.) e no Vale do Ribeira, com o apoio do porto de Iguape e de sua Casa de Fundição.

A descoberta de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais no fim do século XVII não resultou na esperada transferência de riquezas para a região; ao contrário, acentuou seu esvaziamento populacional e econômico, não obstante os paulistas terem se beneficiado do comércio de animais e da criação de uma rede estratégica de cidades para consolidar tanto a ocupação quanto a defesa e os interesses econômicos portugueses até a região do Prata. Essa estratégia foi comandada pelo português Morgado de Mateus, com sua política territorial e seus planos urbanísticos, destacando-se a formação da cidade de São Luiz do Paraitinga.

Com o colapso da mineração no final do século XVIII, intensificou-se a busca por uma nova atividade econômica que sustentasse a colônia. O açúcar, em um primeiro momento, e depois o café absorveram grande parte da população que deixava as Minas Gerais, beneficiando-se de sua força de trabalho e também de seus saberes técnicos e construtivos, que foram importantes para a adaptação e reinvenção dos sistemas de beneficiamento do café no Vale do Paraíba.

A instalação da Corte portuguesa no Brasil a partir de 1808 permitiu, enfim, que se realizassem as primeiras tentativas de industrialização, como as que resultaram na implantação das primeiras fábricas de ferro no país, caso da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, localizada no atual município de Iperó.

Quando o café saiu do Vale do Paraíba e ocupou o oeste paulista, sua produção já estava organizada em novas bases, com o aproveitamento do vapor e das ferrovias. Inserido na política de interiorização e urbanização do estado, promoveu uma ocupação mais racional dos novos territórios, incorporando o trabalho assalariado,

Estação da Luz em São Paulo. Foto: João Bacelar/Arquivo Iphan. Congada em São Luís do Paraitinga. Foto: Francisco Moreira da Costa/Arquivo CNFCP/Iphan.





Convento do Valongo no centro histórico de Santos, em processo de tombamento. Foto: Victor Hugo Mori/ Arquivo Superintendência de São Paulo.

propiciando maior escala de produção e atendendo à ampliação dos mercados consumidores. Esse quadro econômico estabeleceu as bases para a subseqüente industrialização e maior diversificação da produção, bem como para os processos de modernização do país. A partir desse momento, a importância dos movimentos migratórios alterou radicalmente as características da formação da população.

Nos dois primeiros séculos, a cultura paulista foi marcada pela interação entre o europeu e o indígena nativo, mas, a partir do começo do século XVIII, a cultura africana passou a compor com participação mais significativa a dinâmica anterior. No entanto, foi com a intensificação da migração interna e da imigração de contingentes populacionais vindos de outros continentes, a partir de meados do século XIX, que se definiu a personalidade e o perfil do multiculturalismo paulista, tal como hoje é conhecido.

São Paulo possui 86 bens tombados em âmbito federal, distribuídos em 39 municípios. A criação do Iphan tem sua origem nas ideias de um grupo de intelectuais paulistas, no qual se destacava a figura de Mário de Andrade, que iniciou no país o debate sobre a preservação dos legados culturais. Mais tarde, o Iphan foi o grande estimulador da criação, nos anos 1970, do órgão estadual de preservação, o Condephaat, e de instituições municipais que começaram a se estabelecer nas maiores cidades do estado na mesma época, entre elas o Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo. Recentemente, também as médias e pequenas cidades têm implantado órgãos que tratam da identificação e preservação de bens de interesse local.

Os primeiros tombamentos voltaram-se ao reconhecimento dos testemunhos do processo de ocupação do território paulista nos seus primeiros séculos de formação (sesmarias e aldeamentos): um grupo de grandes propriedades rurais (oito sedes, capelas e seus elementos artísticos) e quatro remanescentes de aldeias jesuíticas, representantes do sistema de aldeamentos para doutrinação das populações indígenas. Em seguida, identificou-se a excepcionalidade das ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos (Baixada Santista, século XVI), assim como, dentro do sistema político-militar, três fortificações, uma casa de trem bélico e duas casas de Câmara e Cadeia. Quanto às atividades religiosas, foram reconhecidas três igrejas matrizes, quatro conjuntos conventuais



Estação do Valongo em Santos. Foto: Victor Hugo Mori/Arquivo Superintendência de São Paulo.

carmelitas, um franciscano, um beneditino, além de dois outros conventos e uma capela no Vale do Paraíba.

Além desses primeiros testemunhos da história paulista, foram reconhecidas como patrimônio nacional oito residências urbanas relacionadas a personagens políticos e de expressão nacional. Dos processos de produção, um galpão de processamento de chá de imigrantes japoneses e os remanescentes de uma das primeiras siderúrgicas brasileiras, a Fábrica de Ferro Ipanema. No litoral norte, foram escolhidas duas casas urbanas e um engenho. Como legado do café, foram tombadas quatro sedes de fazendas, duas residências urbanas e a Estação Ferroviária da Luz, na capital. Simbolizando o processo de acumulação econômica e seu reflexo nas artes, iconografia e etnografia, foram tombados cinco dos principais acervos museológicos da cidade de São Paulo, cinco imagens isoladas, um forro policromado, uma decoração de igreja matriz, o prédio do Museu Paulista, bem como um sambaqui, no litoral sul. Em 1985, foram tombadas três casas modernistas na cidade de São Paulo.

Ao longo dos anos 2000, o quadro de bens representativos da arquitetura moderna foi ampliado com quatro tombamentos. Além disso, reconheceram-se três bens relacionados ao ecletismo, três acervos ferroviários, um acervo de interesse antropológico e artístico, uma imagem, uma casa de personalidade ilustre, um retábulo e um conjunto de imóveis rurais representativo da imigração japonesa.

Vale destacar que, na década de 2000, São Paulo finalmente teve suas primeiras cidades tombadas em âmbito federal: Iguape (2009) e São Luiz do Paraitinga (2010). Estão em andamento os processos de tombamento de Santos e de Santana do Parnaíba, além do Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, de bens representativos da imigração italiana em Jundiaí e de bens representativos da arquitetura moderna no centro de São Paulo.

São Paulo possui 1.186 sítios arqueológicos cadastrados. Dentre os sítios históricos, destacam-se as ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos (século XVI), em Santos.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

A Superintendência empenhou-se em realizar os primeiros estudos de conhecimento e documentação do patrimônio imaterial. Foram realizados os *INRCs do Jongo* (2005), *do Ritual do Tooro Nagashi*, praticado pela comunidade nipo-brasileira do Vale do Ribeira (2008), e *do bairro do Bom Retiro* (2010), território típico do multiculturalismo paulista. Estão em andamento os inventários de referências culturais de *Ribeirão Preto* e *dos Quilombolas do Vale do Rio Ribeira de Iguape*. Também está em curso o inventário da língua juruna, integrando o projeto piloto de inventário da diversidade linguística do país.

Há dois processos de registro sendo trabalhados: o Tooro Nagashi e a Festa de São Benedito de Aparecida. A Superintendência está envolvida nas ações de salvaguarda do Jongo e da Capoeira, que incluem cadastramento de mestres, grupos, pesquisadores e instituições ligadas às manifestações. Também integra o trabalho de Mapeamento Cultural do Universo Mbyá-Guarani.

A proposta de trabalhar com o conceito de paisagem cultural foi acolhida, tendo sido escolhidos para uma experiência piloto o Vale do Ribeira e o Lagamar Iguape-Cananeia.

Todas as ações de preservação procuram incorporar ações educativas e oficinas com as comunidades envolvidas, o que tem surtido resultados extremamente positivos.

A experiência de maior fôlego foi a resultante da construção dos Planos de Ação das 12 cidades que aderiram ao *PAC das Cidades Históricas* e aceitaram pactuar com o Iphan uma parceria para os próximos quatro anos.

Em 2010, a Superintendência, com apoio de Goiás, enfrentou um de seus maiores desafios, que foi atuar em São Luiz do Paraitinga após a enchente que afetou todo seu núcleo urbano. Lidou-se então com uma comunidade abalada, sem recursos, com imóveis destruídos ou comprometidos, em um ano eleitoral em que as questões políticas impediram a montagem de uma equipe integrando três níveis de governo. Mas o resultado alcançado é bastante positivo, tanto nas ações quanto nas parcerias, constituindo um legado de experiências inestimáveis para os técnicos envolvidos.

Os limitados recursos humanos da Superintendência foram ampliados nos últimos três anos, com a diversificação do quadro técnico, permitindo a discussão de novas alternativas de abordagem de manifestações culturais, considerando-se especialmente as características de mutabilidade muito próprias de São Paulo e que são bastante presentes no caso do patrimônio imaterial.

O orçamento executado pelo Iphan cresceu de R\$ 706 mil em 2000 para R\$ 11,4 milhões em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) nesse período passou de 19 pessoas para 47 pessoas. E o número de automóveis de 4 para 6.



Bolsa do Café em Santos, edifício tombado em 2006. Foto: Bruno Neto/Arquivo Superintendência de São Paulo.

Foram investidos R\$ 282 milhões em 51 cidades, via Pronac (Mecenato e FNC), que beneficiaram 127 bens culturais.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Prefeituras de Cananéia, Carapicuíba, Cotia, Iguape, Iperó, Itu, Santana do Parnaíba, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Luiz do Paraitinga, São Roque, São Sebastião e Ribeirão Preto; Superintendência do Patrimônio da União (SPU-SP); Instituto Elpídio dos Santos; Fundação Dom Couto/Diocese de Taubaté; ICMBio/Flona de Ipanema; BNDES; DPH/Secretaria Municipal de Cultura; Condephaat/Secretaria do Estado de Cultura; Ministério Público Federal; FioCruz-Casa de Oswaldo Cruz.

DESAFIOS

A multiplicação de potenciais parceiros públicos e privados e a grande presença de empresas com capacidade de realizar investimentos mediante Lei de Incentivo à Cultura apontam a necessidade urgente de estabelecer critérios de priorização de projetos de preservação que estejam em sintonia com as diretrizes da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, para potencializar seus resultados.

A parceria com o governo do estado e, principalmente, com as municipalidades ainda permanece, em boa parte, vinculada ao interesse na transferência de recursos. Falta definir melhor a distribuição de responsabilidades e instâncias permanentes e estáveis de ação conjunta. Espera-se que a pactuação dos Planos de Ação das Cidades Históricas seja bem-sucedida dentro da perspectiva de promoção do desenvolvimento.

A Superintendência iniciou um amplo trabalho de identificação e pesquisa do patrimônio ferroviário no estado, que vai além dos quatro conjuntos ferroviários anteriormente tombados (Estação da Luz, em São Paulo; Estação de Mairinque; Vila Ferroviária de Paranapiacaba, em Santo André; e Galpões da Cia. Paulista, em Jundiaí). Esse inventário encontra-se na fase de identificação e triagem dos bens. O fato de o estado de São Paulo possuir a malha mais densa do país e o maior número de edificações, ao mesmo tempo que gera uma complexidade adicional, põe a Superintendência em diálogo com diferentes atores sociais, como prefeituras, órgãos governamentais, ONGs e sociedade civil.

O licenciamento de grandes empreendimentos, que já absorveu a necessidade de pesquisa arqueológica, ainda não considera na sua devida medida as questões relacionadas com o patrimônio material e imaterial.

São Paulo oferece produtos e tecnologias de ponta para as ações de conservação e restauro, mas o mesmo não ocorre com a oferta de artífices e pessoal especializado. À necessidade de formação de mestres e artífices para esse crescente mercado de trabalho se soma a demanda de formação de pessoal de nível superior com experiência de obra.

Ampliar o reconhecimento do acervo protegido como referência corrente da população local e dos visitantes é um grande desafio. As ações de capacitação, sensibilização e educação patrimonial deverão ser prioridade por muito tempo.



Igreja de São Miguel Arcanjo, em Mallet, patrimônio ligado à imigração ucraniana. Foto: Clarissa de Almeida Lima/Arquivo Superintendência do Paraná.

Sul

PARANÁ

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1990 (abrangendo SC)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O atual território paranaense deixou de ser comarca da então província de São Paulo em 1853. Em termos culturais, o Paraná pode ser dividido em três microrregiões: oeste, sudoeste e norte. As regiões oeste e sudoeste “constituem o Paraná teuto-italo-gaúcho”¹¹⁹, povoado a partir de 1950 com a chegada de muitas levas de migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Esses migrantes foram assentados em pequenas propriedades rurais, resultantes da colonização dirigida, sistema que ocorreu também no norte do Paraná. Nessa microrregião, o povoamento se deu em grande parte em razão do cultivo do café, que trouxe ao estado migrantes de tradicionais nichos cafeeiros, como os paulistas. A caracterização sócio-histórica, somada às especificidades geográficas dessa porção recém-ocupada do território paranaense, gerou uma série de conflitos relativos ao que se entendia como culturalmente tradicional do estado.

A araucária e seus símbolos correlatos (a pinha, o pinhão e a gralha-azul), o frio e a geada, a influência dos hábitos tropeiros, os vestígios do expressivo ciclo econômico da erva-mate, as construções luso-brasileiras e ecléticas estavam praticamente circunscritas à porção leste do Paraná – no litoral, *locus* dos primeiros núcleos ocupacionais, e na zona do planalto. Os primeiros tombamentos do Iphan contemplaram bens localizados nessas regiões.

No litoral, destacam-se as cidades de Guaratuba, com sua Igreja Matriz de São Luiz, e Paranaguá, que, em 2009, passou a integrar o conjunto de cidades históricas tombadas pelo Iphan. Está em estudo o tombamento de Antonina, cidade que tem origem no século XVII e que, a partir de sua ligação férrea com Curitiba, em 1891, desenvolveu atividade portuária. No planalto, destaca-se a cidade histórica da Lapa, vinculada ao tropeirismo e ao comércio de gado, tombada em 1998. Nessas cidades, nos últimos anos, foram restaurados bens tombados em âmbito federal e estadual: em Paranaguá, a Casa Dacheux e o antigo Mercado do Peixe (2010); na Lapa, a partir de 2005, o Teatro São João e a Casa de Câmara e Cadeia. A Casa Coronel Joaquim Lacerda, na Lapa, deve sediar a primeira Casa do Patrimônio no Paraná.

As ações do Iphan no Paraná tradicionalmente se caracterizaram pela concentração geográfica, constituindo um grande desafio ampliar o escopo de atuação, contemplando, por exemplo, o chamado “Paraná moderno”. A inclusão do município de Campo Largo, localizado na região metropolitana de Curitiba, onde foi criado o Parque Histórico do Mate, entre as cidades com patrimônio protegido no âmbito federal, não chegou a alterar a concentração de bens protegidos, que ainda hoje se restringem a cinco municípios.

Com o ingresso de novos servidores a partir do concurso realizado em 2005, foi possível conduzir, por exemplo, a instrução de processo de tombamento de dois prédios londrinenses projetados pelo arquiteto modernista Vilanova Artigas, ampliando a área abrangida pelo Iphan e as tipologias tradicionalmente consideradas pela política de preservação.

Nas regiões centro-sul e sudeste do estado, povoadas majoritariamente pela imigração europeia tardia do fim do século XIX e início do século XX, composta de italianos, alemães e, principalmente, eslavos (poloneses e ucranianos), o patrimônio legado por estes últimos ainda é pouco documentado e protegido. Ações recentes vêm preenchendo essa lacuna, como o *Inventário de Bens Imóveis da Imigração Polonesa e Ucraniana no Centro-Sul do Paraná* e as obras de restauração da Igreja da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, em Antonio Olinto, que deverá ser alvo de tombamento federal, assim como a Igreja de São Miguel Arcanjo em Mallet, outra edificação ucraniana.

119. Expressão cunhada pelo ex-governador do Paraná (1951-1955), o historiador Bento Munhoz da Rocha Neto.



Casa do Cel. Lacerda em Lapa. Foto: Arquivo Superintendência do Paraná. Antigo Mercado de Paranaguá, atualmente destinado ao artesanato. Foto: Liliane Monfardini/Arquivo Superintendência do Paraná; Sede do Iphan em Curitiba. Foto: Arquivo Superintendência do Paraná. Abaixo, vista de Antonina, cidade em processo de tombamento. Foto: Anna Finger/Arquivo Iphan.

A preocupação em suprir essas lacunas geográficas, temáticas e tipológicas vem ocorrendo em paralelo com uma nova abordagem do patrimônio presente na região tradicionalmente priorizada, suscitada pelas novas áreas de atuação da política de preservação. É o caso, por exemplo, de duas experiências de aplicação do INRC: o *da Lapa*, já concluído, e o *de Paranaguá*, em andamento. Também está em andamento o processo de registro do Fandango Caiçara, que envolve as cidades de Paranaguá, Guaraqueçaba, Morretes e Antonina.

O Paraná apresenta grande variedade de sítios arqueológicos: sítios líticos de caçadores e coletores de aproximadamente 8 mil anos, sítios cerâmicos de horticultores e ceramistas datados de 2 mil anos, sambaquis, pinturas e inscrições rupestres e também sítios históricos (a partir do século XVI), como as reduções jesuíticas de Nossa Senhora de Loreto e de Santo Inácio Mini e as cidades espanholas Ciudad Real del Guairá e Villa Rica del'Espíritu Santo I e II; e os caminhos históricos da Graciosa, do Itupava e do Arraial, que ligavam o litoral ao planalto curitibano.

Estão em andamento os inventários dos sítios arqueológicos da baía de Guaraqueçaba e das pinturas rupestres da região do Caminho das Tropas. Os trabalhos de salvamento e resgate do patrimônio arqueológico nas áreas impactadas tiveram início na década de 1970, com o Projeto Arqueológico Itaipu, um dos pioneiros no Brasil. A partir daí, o ponto forte do gerenciamento do Iphan vem sendo o acompanhamento das obras de usinas e pequenas centrais hidrelétricas, em virtude da grande quantidade de rios de planalto característicos da geografia paranaense.

O patrimônio ferroviário também tem recebido grande atenção e já se concluiu o seu inventário. Em 2008, a Estação de Paulo Frontin foi restaurada com recursos federais e estão sendo contratados projetos de restauração para outras estações. O acervo fotográfico da RFFSA está sendo incorporado ao Iphan após trabalho de identificação, restauração e digitalização, ficando disponível para consulta pública.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

Desde a criação da Superintendência, em 1990, iniciou-se uma política de integração das ações preservacionistas nos níveis municipal, estadual e federal. Essa articulação estabeleceu a tradição de preferencialmente instruir processos de tombamento federal de bens já reconhecidos em outras instâncias de preservação. Na última década houve estreitamento desse diálogo com outros órgãos de preservação.



O orçamento executado cresceu de R\$ 79 mil em 2000 para R\$ 1,9 milhão em 2010. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 8 pessoas para 25 pessoas. O número de automóveis passou de 2 para 3.

A conjugação do incremento na capacidade de investimento com a articulação a outros órgãos da administração pública no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio proporcionou a oportunidade de pactuação em torno do *PAC das Cidades Históricas*, que contou com a adesão de sete cidades: Antonina, Castro, Curitiba, Guaratuba, Lapa, Morretes e Paranaguá.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Secretaria de Estado da Cultura, prefeituras, universidades federais, universidades estaduais, Comitê Brasileiro do Icomos.

DESAFIOS

Ampliar o campo de atuação da política de preservação no estado.

RIO GRANDE DO SUL

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1978 (incluindo SC)

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Os bens tombados pelo Iphan no Rio Grande do Sul distribuem-se por 21 municípios localizados na região metropolitana de Porto Alegre, nas áreas de imigração, na região das missões e na região de fronteira. A maioria é formada por bens e conjuntos urbanos dos séculos XIX e XX e foi tombada em razão de seu valor histórico ou paisagístico.

Há quatro áreas urbanas protegidas em âmbito federal: o conjunto arquitetônico de Antônio Prado, o núcleo urbano de Santa Teresa, a Vila de Santo Amaro (no município de General Câmara) e o Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega, em Porto Alegre. As duas primeiras áreas são representativas da imigração italiana e Santo Amaro, do legado luso-brasileiro. O tombamento do centro histórico de Jaguarão, na fronteira com o Uruguai, está sendo finalizado; o de Bagé e o de Pelotas encontram-se em andamento. Também estão sendo realizados estudos com vistas ao tombamento dos bens remanescentes das charqueadas de Pelotas.

Muitos bens tombados testemunham experiências de interação entre diferentes culturas, como as Missões Jesuítico-Guarani, cujos trinta povos formaram uma unidade territorial durante mais de 150 anos e que, em decorrência dos tratados de fronteira, foram divididos entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. No território brasileiro permaneceram os Sete Povos das Missões. Sobre três desses antigos povos cresceram cidades; os quatro remanescentes foram tombados: São João Batista (município de Entre-Ijuís), São Lourenço Mártir (município de São Luiz Gonzaga), São Nicolau e São Miguel Arcanjo (município de São Miguel das Missões), sendo este último Patrimônio da Humanidade. A região das missões jesuíticas vem recebendo grandes investimentos nos últimos anos.

A ampliação crescente do conceito de preservação deu origem, em 2007, à Carta de Bagé, primeiro documento brasileiro a definir pressupostos em relação à paisagem cultural. Esse entendimento, que tem por base o território, levou à proposta da implantação do Parque Histórico Nacional das Missões, compreendendo, inicialmente, os quatro sítios missionários de propriedade do Iphan.



Coral Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões. Foto: Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.



Imóvel restaurado pelo Monumenta em Pelotas. Foto: Simone Neutzig/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul. Localidade com tombamento proposto: Porongos, palco do massacre dos lanceiros negros na guerra farroupilha. Foto: Eduardo Tavares/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul. Vila de Santo Amaro em Venâncio Aires. Foto: Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.

A situação de fronteira levou o Rio Grande do Sul a ser palco de disputas belicosas com países vizinhos (Argentina, Paraguai e Uruguai) e construiu um imaginário relacionado a guerras e revoluções. Condizente com a visão histórica vigente até meados do século XX, muitos bens tombados são representativos de uma história celebrativa, como é o caso das edificações relacionadas aos comandos da Guerra dos Farrapos e da Revolução Federalista. No entanto, o sítio de Porongos, onde ocorreu o massacre dos lanceiros negros na guerra farroupilha¹²⁰, apenas recentemente passou a ser foco de estudo com vistas ao tombamento federal. O primeiro passo foi a realização do INRC, que procurou investigar a memória da população negra acerca do episódio, hoje ressignificado e reivindicado como bandeira identitária do movimento negro, por evidenciar sua valiosa participação na história do estado. O INRC promoveu a articulação dos diversos grupos do movimento em torno da proposta de tombamento de Porongos, em Pinheiro Machado, e incentivou demandas relacionadas à preservação de clubes e de quilombos rurais e urbanos. Está em curso o *INRC dos Clubes Sociais Negros*.

Em razão da expressiva presença dos Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões, foi iniciado o INRC que, durante mais de três anos, documentou suas referências culturais, seu modo de vida e sua relação com as ruínas da antiga missão jesuítica, conhecida por eles como Tava Miri ou sagrada aldeia de pedra. Um dos resultados desse trabalho é o esforço de garantir o livre trânsito pelo território, demandado pelas comunidades como prioridade, e a ocupação de áreas remanescentes com matas nativas. Também foram realizadas ações pontuais, como o projeto Vídeo nas Aldeias, que capacitou jovens Mbyá na linguagem audiovisual, promovendo a valorização das comunidades por meio da sua auto-representação. O vídeo produzido (Duas aldeias, duas caminhadas) foi exibido, em 2009, no Festival de Filmes Indígenas do Museu do Índio Americano em Nova York.

O *INRC dos Guarani* foi estendido a todos os estados brasileiros em que vivem povos dessa cultura. Também está em curso a discussão de um projeto conjunto de inventário do universo cultural Guarani envolvendo Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai.

A atuação do Iphan no campo do patrimônio imaterial vem crescendo. Foi realizado o *INRC do Modo de Fazer Doces de Pelotas*, sob responsabilidade da Universidade Federal de Pelotas e com o apoio da prefeitura e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas, visando reconhecer e valorizar não somente a tradicional doçaria de influência europeia (portuguesa e francesa), mas também o aporte da matriz africana nessa produção. Iniciou-se, em cooperação com a UFPel, o *INRC de Bagé*, visando identificar e documentar práticas referenciais com ênfase nos saberes e formas de expressão associados às práticas campeiras. Outras ações nesse campo dizem respeito à cultura de imigração: o *Inventário da Diversidade Cultural da Imigração Italiana: a Culinária*, iniciado em Antônio Prado; o projeto piloto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística,

120. O Massacre de Porongos ocorreu no final da Guerra dos Farrapos (1835-1845), quando um lendário contingente de lanceiros negros, que formava a vanguarda do exército dos farrapos, foi massacrado em um episódio de suposta traição por parte do comandante farroupilha David Canabarro em colaboração com o exército imperial.



Locomotiva do acervo ferroviário do Rio Grande do Sul, em Bento Gonçalves. Foto: Arquivo Iphan. Ponte Visconde de Mauá em Jaguarão, que liga Brasil e Uruguai. Foto: Eduardo Tavares/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul. Praça da Alfândega em Porto Alegre, alvo de diversas ações do *Programa Monumenta*. Foto: Eneida Serrano/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.

que estuda o Talian, dialeto de origem italiana; e o *INRC de Santa Tereza*, onde imigrantes italianos instalaram a primeira fábrica de gaitas do Brasil.

O Rio Grande do Sul, em função de sua tradição de pesquisa arqueológica, é o estado que possui mais sítios arqueológicos registrados no Brasil: são quase 2.900. É representativo dessa atuação o Instituto Anchieta de Pesquisas da Unisinos, que há mais de 50 anos realiza pesquisas teóricas e escavações. Diversas outras universidades atuam na área e oferecem cursos de graduação e pós-graduação.

Nos últimos dez anos, o Iphan tem desenvolvido ações de gestão desse patrimônio. Além da promoção de escavações e da construção do Laboratório de Arqueologia no Sítio de São Miguel Arcanjo, foi atualizado o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos e organizado o arquivo arqueológico do Iphan, facilitando o acesso público à informação. O acervo arqueológico nas missões é formado por aproximadamente 40 mil fragmentos oriundos de numerosas escavações. Merece destaque a escavação da área da fonte em São Miguel, que permitiu encontrar vestígios relacionados ao aproveitamento hídrico no período colonial, resultando na implantação de um parque urbano pela prefeitura.

O patrimônio ferroviário tornou-se uma demanda importante nos últimos anos. Já foram inventariados cerca de 180 recintos ferroviários, contemplando estações e também armazéns, residências, caixas-d'água, pontes e viadutos, distribuídos em uma malha com mais de 3 mil quilômetros de extensão.

Os Pontos de Cultura apoiados pelo Iphan estão presentes nas cidades de São Miguel das Missões, São Nicolau, Antônio Prado, Santa Tereza e Ilópolis, reforçando as ações de preservação.

O projeto *Cine Iphan* já instalou salas de cinema em cinco cidades: São Miguel das Missões, São Nicolau, Antônio Prado, Piratini e Jaguarão. Além de beneficiar comunidades que não contavam com salas comerciais de cinema, o projeto procura envolver prefeituras e sociedade civil na gestão dos espaços de exibição e na escolha dos filmes, oferecendo capacitação de agentes locais e supervisão das atividades. O projeto Cinema nas Ruínas capacitou os jovens de São Miguel das Missões a elaborar roteiros e transformá-los em filmes, e proporcionou-lhes assistir a importantes filmes brasileiros no espaço interior das ruínas.

Além da sede em Porto Alegre, o Iphan possui escritórios técnicos em Antônio Prado e no Parque Histórico Nacional das Missões. A região das missões e as cidades beneficiadas pelo *Monumenta* (Porto Alegre e Pelotas) são as que receberam mais investimentos nos últimos anos.

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

O investimento cresceu significativamente, permitindo demonstrar na prática que os bens patrimoniais podem e devem estar inseridos nas ações de desenvolvimento econômico-social. O orçamento executado pelo Iphan



São Miguel das Missões. Foto: Eduardo Tavares/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.

passou de R\$ 449 mil em 2002 para R\$ 6,8 milhões em 2010. O quadro atual de funcionários (incluindo terceirizados) é de 78 pessoas, abrangendo profissionais das áreas de arqueologia, antropologia, museologia e planejamento, que ingressaram por meio de concursos recentes.

O *Programa Monumenta* viabilizou a restauração de bens tombados em nível federal, estadual e municipal. Em Porto Alegre: Portão do Cais do Porto, Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa, Praça da Alfândega, Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), Memorial do RS, Biblioteca Pública do Estado e Palácio Piratini. Em Pelotas: Praça Cel. Pedro Osório e casas n. 2 e 6, Prefeitura, Mercado Público, Grande Hotel. Em ambas as cidades foram recuperados diversos imóveis privados, beneficiados pelos editais.

As principais obras de restauração realizadas pelo Iphan nos últimos anos referem-se à Casa de David Canabarro, em Santana do Livramento; à Caixa-D'água, em Pelotas; ao Palácio Farroupilha, em Piratini; à Casa e à Igreja de Santo Amaro; à Igreja de Viamão; às casas de madeira Zulian, Zilba Grazziotin, Tergolina, Grezzana, Marques e Rotta; e ao campanário da Igreja Matriz, em Antônio Prado. As sedes do Iphan em Porto Alegre e Antônio Prado foram restauradas e transferiu-se a sede em São Miguel das Missões para uma edificação mais ampla. Nas missões também foram incrementados os trabalhos de consolidação das ruínas de São João Batista, São Lourenço e São Nicolau, bem como introduzidas passarelas para facilitar a socialização desses sítios.

O Rio Grande do Sul é um dos estados que tem feito uso expressivo do Pronac para a preservação de seu patrimônio cultural. Ao longo da década foram realizados projetos que beneficiaram 92 bens culturais em 39 cidades. Destacam-se a capilaridade que esse instrumento alcançou no estado e o fato de apenas 26 dos bens beneficiados estarem localizados na capital. Bagé é um bom exemplo de cidade que soube traçar uma estratégia de recuperação de seu centro histórico utilizando amplamente a Lei Federal de Incentivo à Cultura. Por meio do Pronac, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul promoveu a restauração de suas unidades mais antigas. Foram beneficiadas ainda a Biblioteca Pública do Estado e a Biblioteca Pública Pelotense. O BNDES foi o principal apoiador dessas restaurações.

Muitos bens tombados foram restaurados pelos proprietários, como as casas da Neni, Dalla Zen, Dotti, do Moinho Nordeste e outras, em Antônio Prado. Cabe destacar o número crescente de projetos de restauração contratados pelas instituições federais proprietárias de edificações tombadas: Casa n. 8 da praça Cel. Pedro Osório em Pelotas (UFPel), Ponte Mauá em Jaguarão (DNIT), remanescentes da antiga Enfermaria Militar (UniPampa) e antiga Alfândega de Rio Grande (Receita Federal). Na restauração dessa imensa e bela edificação, a Caixa Econômica tem aplicado recursos constantes.

As ações voltadas ao patrimônio imaterial tiveram resultados expressivos ao contemplar dois grupos formadores da identidade do estado, que tradicionalmente foram excluídos da política de preservação: as populações

negras e indígenas. Essa inclusão foi um marco nas políticas de preservação e vem se ampliando. Os trabalhos realizados contribuíram para o reconhecimento da diversidade cultural do estado e ajudam a desmontar o senso comum de que no Rio Grande do Sul só vivem descendentes de europeus.

Três publicações vieram reforçar essa orientação e tiveram muita receptividade, o que demonstra a demanda social pelos temas que buscam superar os processos de exclusão social: *O Negro no RS*; *Lanceiros negros: histórias, memórias e identidades no sul do Brasil*; e *Tava Miri São Miguel Arcanjo, sagrada aldeia de pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões*.

Os planos de ação dos 13 municípios que aderiram ao *PAC das Cidades Históricas* representaram um avanço importante. Destacam-se a elaboração conjunta entre os níveis de governo e o caráter participativo que embasou a concepção dos planos em Antônio Prado, Santa Tereza, Porto Alegre, General Câmara, Novo Hamburgo, Pelotas, Bagé, Caçapava do Sul, Rio Grande, Piratini, Jaguarão, São Miguel das Missões e São Nicolau.

Houve considerável ampliação dos parceiros da política de preservação. Desde os anos 1930, sabe-se que setores da sociedade civil, de maneira pontual, agiram em defesa do seu patrimônio cultural, mas essa participação hoje é mais forte e representativa, envolve grupos afrodescendentes e indígenas, grupos urbanos, como os participantes do Movimento Vive, de Porto Alegre, associações culturais, clubes, frente de vereadores e parcela significativa das administrações municipais que passaram a valorizar mais o seu patrimônio.

A formação acadêmica no campo da preservação do patrimônio vem sendo incrementada tanto em nível de graduação como de pós-graduação em diversas universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria, Centro Universitário La Salle, Faculdade Porto-Alegrense, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade de Caxias do Sul, Fundação Escola Superior do Ministério Público e outras, o que contribui para a qualificação técnica dos profissionais da área e propicia a inserção de novos olhares, notadamente das ciências humanas.

Outro avanço importante ocorreu na formação profissional em conservação e restauração do patrimônio arquitetônico, com os cursos desenvolvidos em parceria com o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica. Foi criado o Núcleo de Conservação e Restauro do IFSul e realizou-se, em 2006, a primeira edição do Curso Básico de Restauro, com a participação do Sinduscon e da Prefeitura de Pelotas, a partir de

São Miguel das Missões. Foto: Eduardo Tavares/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.





Antônio Prado, cidade de imigração italiana. Foto: Eneida Serrano/Arquivo Superintendência do Rio Grande do Sul.

projeto aprovado em edital do *Monumenta*. O curso já formou cerca de 150 trabalhadores da construção civil e promoveu incremento significativo na qualidade das obras e na remuneração de operários e mestres. Ainda na área de formação, a parceria entre o Iphan e o Instituto Ítalo-latino-americano resultou, em 2007 e 2008, no Curso de Restauro de Elementos Decorativos de Edifícios de Valor Histórico e Artístico, que totalizou mais de 600 horas de aula ministradas em sua maior parte por professores italianos do Instituto Spinelli.

PRINCIPAIS PARCEIROS

O principal parceiro do Iphan é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. No âmbito dos municípios, destacam-se a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre, a Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural de Pelotas, a Coordenação de Patrimônio Histórico de Novo Hamburgo e a Diretoria de Patrimônio Histórico de Jaguarão. Alguns municípios, mesmo sem ter um setor responsável pela preservação do patrimônio, são parceiros nas ações de preservação, como São Nicolau e São Miguel das Missões.

São diversas as parcerias com universidades: UFRGS, PUCRS, UniPampa, Furg, UFPel, UCS, Unisc, UnIjuí e URI. A Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS é parceira fundamental na preservação do patrimônio da universidade. Instituições federais muitas vezes auxiliam de maneira pontual, como o Ibama, que efetuou a doação de madeira apreendida, viabilizando a implantação do Laboratório de Arqueologia das Missões. A SPU tem colaborado ao legalizar ou ceder imóveis com interesse para preservação, como a cessão da área da antiga enfermaria de Jaguarão para a UniPampa e a permuta que permitiu ao Iphan adquirir a sua sede em Porto Alegre.

As associações civis têm tido uma atuação relevante na preservação dos bens culturais. Os movimentos Moinhos Vive, Petrópolis Vive, Porto Alegre Vive e a Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari têm o apoio do Iphan em muitas de suas ações. O Núcleo de Cultura de Venâncio Aires possui uma atuação exemplar na captação de recursos via Pronac para restauração de bens tombados. A organização de mulheres negras Maria Mulher foi parceira na concepção e realização da cartilha *O Negro no RS*, que contou com pesquisadores e ilustradores negros.

A formação da Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Cultural, constituída por vereadores de vários municípios, e a proposta de criação da Associação das Cidades Históricas pelos prefeitos municipais mostram que a compreensão sobre a importância estratégica do patrimônio para o desenvolvimento está sendo melhor compreendida.

Nos últimos anos foram ampliadas as parcerias internacionais. A Unesco, desde os anos 1980, é parceira nas Missões Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo, fomentando um programa de ações conjuntas entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O World Monuments Fund também apoiou esse programa. O Instituto Andaluz do Patrimonio Historico é parceiro nas missões e propiciou o apoio da Aecid espanhola nas ações relativas aos M'Byá Guarani. O Instituto Ítalo-latino-americano, ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Itália, já realizou diversas oficinas de capacitação em temas como turismo cultural e restauração de madeira e de ornatos.

DESAFIOS

A maior parte dos bens tombados está na região metropolitana de Porto Alegre e na região de colonização italiana, no nordeste do estado. Há lacunas em relação à fronteira oeste, aos campos de cima da serra, à região central e ao litoral. Há necessidade de preservar os bens representativos de outros grupos imigrantes, além dos italianos, que estão presentes em vários municípios gaúchos.

Outro desafio é construir uma cultura de conservação permanente dos bens arquitetônicos restaurados, evitando que a falta de manutenção acarrete novas deteriorações. Também é necessário estabelecer ações que ponham em prática a integração da pesquisa, da preservação arqueológica e da socialização desse patrimônio.

É preciso ramificar a presença do Iphan com o estabelecimento de novos escritórios técnicos e de parcerias que qualifiquem o atendimento às demandas da sociedade, de prefeituras e do governo estadual.

No patrimônio imaterial, coloca-se o desafio de contribuir para ampliar a representação da diversidade cultural do estado.

O maior desafio situa-se no campo da gestão, onde a implantação do Sistema Nacional do Patrimônio, com o compartilhamento das ações de preservação, é fundamental, tendo em vista o enorme aumento da demanda.

SANTA CATARINA

ANO DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA: 1989

PERFIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Superintendência de Santa Catarina, desmembrada do Rio Grande Sul, foi criada em 1989. Posteriormente, estabeleceram-se escritórios técnicos nas cidades de Laguna e São Francisco do Sul e, mais recentemente, na região do Vale do Itajaí, com o objetivo de oferecer um atendimento mais ágil às áreas protegidas.

A ação do Iphan teve início em 1938, com o tombamento de bens integrantes do sistema de fortificação da Ilha de Santa Catarina: fortalezas de Santo Antônio de Ratones, de São José da Ponta Grossa, de Anhatomirim e de Santana. Essa proteção foi concluída com novos tombamentos nas décadas de 1970 (Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, defesa sul) e 1980 (Forte Santa Bárbara). As fortificações foram construídas durante o século XVIII para consolidar o domínio português no sul do continente. Esse conjunto é um dos principais pontos de atração turístico-cultural de Florianópolis, visitado anualmente por mais de 200 mil pessoas.

Em Florianópolis, destaca-se também o Museu Victor Meirelles, instalado em casa do final do século XVIII, onde nasceu o artista, um importante exemplar arquitetônico luso-brasileiro. Nela estão expostas obras de diferentes fases da produção do pintor. O museu é uma referência nacional em relação aos aspectos museológicos, guarda e conservação de acervo. Em 1998, o principal cartão-postal de Florianópolis, a Ponte Hercílio Luz, foi declarado Patrimônio Nacional.



Enseada de Brito, freguesia de colonização açoriana em Florianópolis. Foto: Liliane Nizzola/Arquivo Superintendência de Santa Catarina.



Fortalezas de Florianópolis: São José da Ponta Grossa e Santo Antonio de Ratones. Fotos: Mário Pires/Arquivo Superintendência de Santa Catarina.

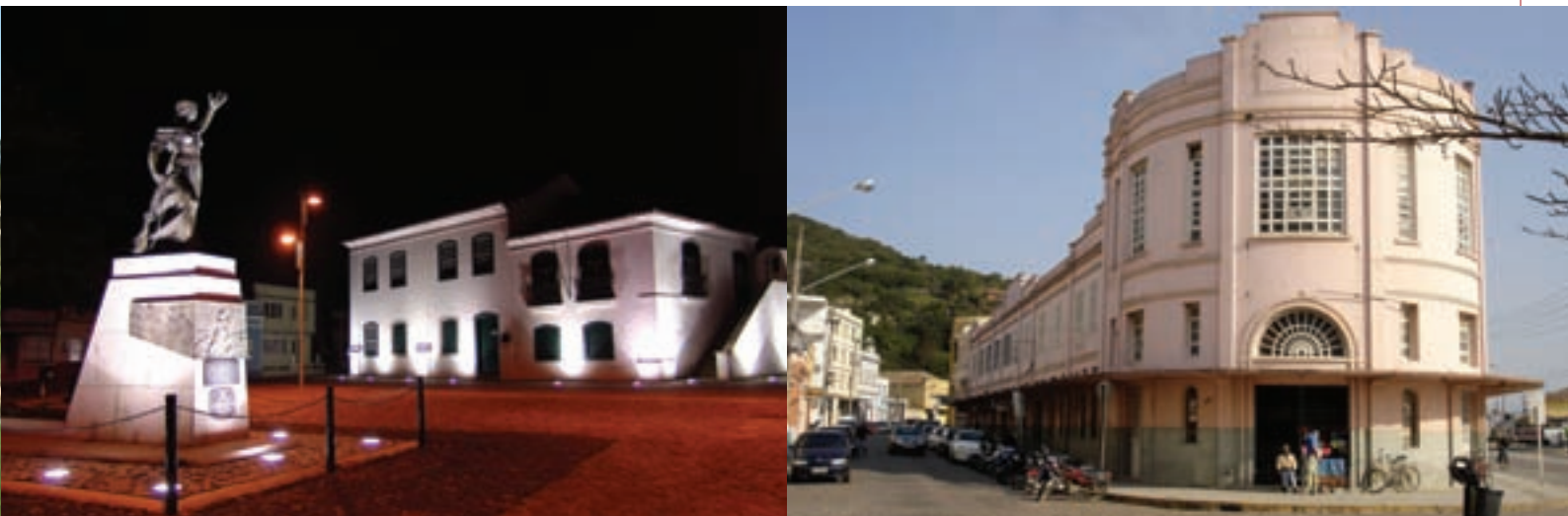
O tombamento do Palácio dos Príncipes de Joinville levou a atuação do Iphan ao norte do estado, ainda na década de 1930. O tombamento do Cemitério Protestante (Cemitério do Imigrante) de Joinville (1962) e da Escola Rural e Casa do Professor em Rio dos Cedros (1985) abriram frente para o reconhecimento do legado deixado pelos imigrantes dos séculos XIX e XX.

O projeto *Roteiros Nacionais de Imigração*, oficialmente lançado em 2007, tem como foco o patrimônio cultural, material e imaterial referente ao processo de colonização europeia do território brasileiro a partir do século XIX. Em Santa Catarina foram inventariadas 1.143 edificações e realizaram-se levantamentos fotográficos, pesquisa bibliográfica e entrevistas com a população local, além de obras de restauração. Esse processo culminou com o tombamento, em 2007, de 45 edificações, um núcleo urbano (Alto Paraguaçu, em Itaiópolis) e dois núcleos rurais (Região do Testa Alto, em Pomerode, e Vale do Rio da Luz, em Jaraguá do Sul) representativos da imigração alemã, italiana, polonesa e ucraniana. Outras 14 edificações estão em processo de tombamento.

A proposta dos *Roteiros Nacionais de Imigração* é a gestão e proteção compartilhada entre União, estados e municípios e a busca de parcerias externas para a implantação de programas de desenvolvimento regional. O Projeto Turismo Rural, Étnico e Cultural do Vale Europeu conta com as parcerias do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Sebrae-SC e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Esse projeto é desenvolvido junto a agricultores familiares, empreendedores e proprietários rurais, famílias residentes, artesãos, entidades e organizações culturais e cooperativas que preservem e detenham os valores de conteúdo histórico, cultural ou étnico próprios do Vale do Itajaí. Está em andamento o *INRC do Queijo Kochkäse*.

Os centros históricos de Laguna e São Francisco do Sul são os maiores da região Sul do Brasil. Tombados em 1985 e 1987, respectivamente, apresentam semelhanças, como seus conjuntos arquitetônicos heterogêneos, a relação com a água e a proteção por morros. São Francisco do Sul foi umas das cidades em que a ação do *Programa Monumenta* obteve maior sucesso. Laguna, por sua vez, escolhida pelo Programa Cidades-Polo do BNDES, vem recebendo grande investimento na restauração de seu patrimônio. A atuação em Laguna, iniciada na década de 1950 com o tombamento da Casa de Câmara e Cadeira, onde hoje funciona o Museu Anita Garibaldi, atualmente é um dos destaques do avanço da política de preservação no estado.

Santa Catarina possui cerca de 1.200 sítios arqueológicos cadastrados e os maiores sambaquis do mundo, concentrados principalmente em Jaguaruna e Laguna. O Sítio Arqueológico de Garopaba do Sul, em



Museu Anita Garibaldi em Laguna. Foto: Marco Bocão/Arquivo Superintendência de Santa Catarina. Cine Mussi em Laguna. Foto: Ariadne Mendonça/Arquivo Superintendência de Santa Catarina.

Jaguaruna, é um dos mais extensos, reunindo sambaquis, sítios líticos e cerâmicos. Estuda-se a criação de um Parque Nacional dos Sambaquis na região. Outros destaques arqueológicos são as inscrições rupestres. A Ilha do Campeche, em Florianópolis, tombada em 2001 por seus atributos arqueológicos e paisagísticos, possui a maior concentração de oficinas líticas e gravuras rupestres do litoral brasileiro. Desde seu tombamento, tem sido a grande impulsora das atividades de educação patrimonial da Superintendência, por meio da realização anual do Curso de Formação de Monitores para atuar na fiscalização e na promoção de uma ação educativa junto aos visitantes.

O Iphan trabalha, desde 1991, na identificação e proteção do patrimônio cultural relacionado aos Caminhos das Tropas, que se estendiam do Rio Grande do Sul até São Paulo, passando pela Coxilha Rica, em Lages, na rota que seguia até Sorocaba. Nesta região estão os últimos remanescentes físicos desse percurso: os corredores de taipas de pedras, que configuravam os caminhos propriamente ditos; as fazendas; os cemitérios e o Passo de Santa Vitória, uma das poucas travessias possíveis do rio Pelotas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O patrimônio da região apresenta diversidade cultural advinda das trocas envolvidas no tropeirismo, que mesclava os conhecimentos do Sul e do Centro do Brasil. Essa paisagem cultural está em processo de tombamento.

Outro projeto em curso diz respeito às Freguesias Luso-Brasileiras, resultantes da ocupação açoriana no litoral. Foram inventariados os bens imóveis de dez freguesias na região de Florianópolis. Esse patrimônio é bastante diversificado, abrangendo implantação e malha urbana, conjunto edificado, celebrações e culinária, entre outros aspectos. Trabalha-se hoje com a possibilidade de tombamento das Freguesias de Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, Lagoa da Conceição e Enseada de Brito. Em 2006 foi concluído o *INRC das Comunidades Açorianas no Litoral Catarinense*.

A documentação das comunidades negras tradicionais também tem avançado. Em 2004, foi iniciado o *INRC do Sertão de Valongo*, aplicado à população rural remanescente de um antigo quilombo no município de Porto Belo, concluído em 2007. Seguiram-se o *INRC do Quilombo São Roque* (2008) e o *INRC do Quilombo Invernada dos Negros* (2008).

PRINCIPAIS AVANÇOS NA DÉCADA

O orçamento executado pelo Iphan em Santa Catarina cresceu de R\$ 368 mil em 2000 para R\$ 2,7 milhões em 2009. O quadro de funcionários (incluindo terceirizados) passou de 9 pessoas para 43 pessoas; o número

de automóveis passou de 1 para 7. Esse reforço institucional e de recursos permitiu uma considerável ampliação das ações.

Aumentou substancialmente o número de contratos de caráter técnico (projetos gráficos, de restauração, pesquisas historiográficas etc.). Foram realizadas importantes obras emergenciais e de restauração, como na Antiga Alfândega (Florianópolis), no Museu Nacional do Mar (São Francisco do Sul), na Praça Vidal Ramos e na Antiga Câmara de Vereadores (Laguna), na Igreja de Biguaçu e em edificações integrantes do projeto Roteiros Nacionais de Imigração, como a Casa Eichendorf (São Bento do Sul), Comércio Warnow (Indaial), Casa Voigt (Pomerode) e Salão Primavera (Blumenau).

Em 2007 foi criado o Banco de Projetos, com o intuito de aumentar o número e a qualidade de projetos de restauração. Esses projetos estão sendo executados pela própria Superintendência e disponibilizados às prefeituras ou a instituições interessadas em captar recursos para sua execução.

O acompanhamento e a orientação dos trabalhos dos bolsistas do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), que passaram a atuar nas atividades cotidianas do Iphan, propiciou olhares e discussões enriquecedoras.

Foram realizados importantes cursos de formação: monitores para a Ilha do Campeche, que prepara pessoas da comunidade para integrar a equipe que coordena a visitação à ilha (9ª edição); condutor cultural em Laguna e São Francisco do Sul, em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina (2ª edição); Rede de Oficina: Patrimônio Cultural para técnicos, professores e guardas municipais de Laguna.

O Iphan comprou imóveis ameaçados de demolição ou perda de uso, como a Casa Polaski (Itaiópolis) e o Cine Mussi (Laguna).

O ano de 2009 representou avanço nas parcerias com prefeituras e instituições em prol da preservação integrada do patrimônio cultural. Foram estabelecidas parcerias com a Universidade do Estado de Santa Catarina para a identificação e o mapeamento do patrimônio cultural do Planalto Sul Catarinense, que deverá trazer inovações para a gestão da paisagem cultural desta região, e a implantação do Escritório Modelo de Arquitetura, voltado para a elaboração de projetos de restauração.

Foram elaborados os planos de ação de Itaiópolis, Laguna, São Francisco do Sul, Florianópolis e Joinville, que aderiram ao *PAC das Cidades Históricas*. Esta ação deverá incluir outros 14 municípios.

A Casa do Patrimônio de Laguna, em parceria com o Sesc, tem promovido exposições, projeção de filmes e oficina de artesanato. A ação deverá ser estendida às demais sedes do Iphan.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Ministérios do Turismo e Desenvolvimento Agrário, Ministério Público Federal, Ibama, Instituto Federal/SC, Sebrae-SC, Fundação Catarinense de Cultura, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (Epagri), Santur, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, Associação dos Amigos do Museu Nacional do Mar, Instituto Vianei, Instituto Carijós, UFSC, Udesc, Uniplac, Univali, prefeituras de Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Canoinhas, Florianópolis, Indaial, Itaiópolis, Joinville, Lages, Laguna, Nova Veneza, Orleans, Pomerode, Rio dos Cedros, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Timbó, Urussanga e Vidal Ramos.

DESAFIOS

A categoria Patrimônio Cultural Imaterial e os instrumentos utilizados para sua preservação e promoção são pouco conhecidos pelas entidades governamentais e civis que atuam na preservação do patrimônio cultural no estado. Isso tem aumentado o risco de ações que promovem a folclorização e o turismo indiscriminados dos bens culturais, congelando uma representação desses bens, sem atentar para os mecanismos de salvaguarda necessários a sua manutenção como referência cultural.



Antigo Caminho das Tropas em Lages. Foto: Ricardo Almeida/Arquivo Superintendência de Santa Catarina.

Riscos à preservação do patrimônio cultural estão presentes em várias regiões:

Os empreendimentos voltados à produção de energia elétrica, em número cada vez maior, sobretudo no Planalto Serrano, ameaçam especialmente a Coxilha Rica, em Lages, que concentra a paisagem cultural do tropeirismo.

O projeto de instalação de um parque eólico na região do Farol de Santa Marta, em Laguna e Jaguaruna, põe em risco a preservação do mais importante acervo arqueológico pré-histórico ao ar livre do litoral catarinense e pode comprometer a manutenção de uma excepcional paisagem natural e cultural.

Há considerável número de imóveis privados abandonados e em mau estado de conservação no Centro Histórico de São Francisco do Sul.

Trechos da malha da rede ferroviária não operacional da RFFSA, que possuem valor cultural, estão sendo desmontados para a manutenção de trechos ainda operacionais, o que dificultará a reativação desses trechos para fins culturais.

O Iphan precisa aumentar sua eficiência através da instalação de novos escritórios técnicos e de convênios e parcerias que elevem sua capacidade de atender às demandas da sociedade, sobretudo de prefeituras e do governo estadual.



6. PLANEJANDO O FUTURO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Como foi exposto nos capítulos anteriores, a década de 2000 trouxe grandes avanços para a Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural. A ampliação de seu campo de atuação, o apoio recebido no âmbito do governo federal, a multiplicação das parcerias e o envolvimento da sociedade definem hoje desafios de maior magnitude, que vão além da preservação de bens tombados ou registrados.

Esses desafios foram apresentados ao longo do texto e aparecem de forma recorrente nos balanços realizados pelos estados. Cabe aqui sintetizá-los:

1. A CONSOLIDAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO POLÍTICA DE ESTADO VINCULADA À AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS

A criação do programa *PAC das Cidades Históricas* representou um passo importante na direção do desenvolvimento das cidades que guardam notável patrimônio cultural. Esse programa permitiu a inclusão da preservação do patrimônio cultural na agenda estratégica do governo federal, rompendo os limites do Ministério da Cultura.

O desafio que se apresenta é consolidar essa conquista, transformando a preservação do patrimônio cultural definitivamente em política de Estado, com o envolvimento de diversos órgãos de governo.

Cabe aos órgãos de preservação a tarefa contínua de comprovar, na prática, o potencial de geração de desenvolvimento sustentável das ações relacionadas ao patrimônio cultural. Para tal, é tarefa necessária modernizar e qualificar a gestão, buscando maior dinamismo e melhores resultados.

Ao governo federal, aos governos estaduais e aos governos municipais cabe completar, ou iniciar em alguns casos, a tarefa de fortalecimento institucional de seus órgãos de preservação, o que envolve a constituição ou ampliação de quadros técnicos, o estabelecimento de planos de carreira para funções especializadas e o reforço do investimento nas ações finalísticas.

2. A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Consolidar um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural que seja capaz de ramificar as ações de

identificação, documentação e preservação do patrimônio cultural em todo o país requer:

- a construção de instrumentos que favoreçam a atuação conjunta;
- o estabelecimento de consensos em torno de estratégias e projetos prioritários;
- a potencialização do uso dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A tarefa que se impõe é criar mecanismos e programas facilitadores da ação conjunta entre instâncias de governo, entre órgãos de preservação e também entre essas instâncias e as universidades, as organizações sociais, as empresas e demais parceiros potenciais.

3. ELABORAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS CAPAZ DE ASSOCIAR PRESERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

As cidades históricas precisam de uma estratégia de desenvolvimento diferenciada, que leve em conta o potencial de seu patrimônio cultural. Construir soluções que aliem preservação, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida nessas cidades é um desafio de peso em um país cuja população está concentrada no meio urbano.

4. O MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

Em todo o país ainda há muito por conhecer, identificar e documentar em termos de legados e referências culturais. A atividade de pesquisa e documentação do patrimônio cultural é vista hoje como uma linha de ação prioritária da política de preservação, pois é aquela que possibilita ampliar sua representatividade e seu significado social. É também o suporte para o planejamento de ações.

Dar escala à documentação do patrimônio cultural com vistas a constituir uma cartografia cultural do país é um grande desafio no horizonte.

5. A DIFUSÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO CONHECIMENTO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DO PAÍS

É extensa e qualificada a produção de conhecimento já realizada ou incentivada pelo Iphan ao longo de sua trajetória e também por órgãos estaduais e municipais de preservação.

Disponibilizar, facilitar o acesso e divulgar esse conhecimento torna-se uma necessidade quando se busca ampliar a participação social na identificação e preservação do patrimônio cultural do país.

As Casas do Patrimônio começaram a realizar essa tarefa no âmbito local. Resta o desafio de criar uma ação de âmbito nacional. O atual estágio de desenvolvimento da Política de Preservação do Patrimônio Cultural requer a criação de um centro nacional de referência, que lhe confira a necessária visibilidade.

Enfrentar os desafios apontados tornou-se mais urgente diante da proximidade dos eventos globais que o Brasil sediará nos próximos anos (Copa do Mundo e Olimpíadas). Trata-se de oportunidade ímpar de conferir visibilidade internacional ao patrimônio cultural brasileiro. É necessário traçar estratégia, priorizar ações e coordenar parceiros.



Convento franciscano de Marechal Deodoro (AL). Foto: Sandro Gama de Araújo/Arquivo Superintendência de Alagoas.

O maior de todos os avanços obtidos pela Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural ao longo da década de 2000, sem dúvida, foi o inédito envolvimento social que alcançou ao se abrir para a diversidade dos legados culturais presentes no país.

O conceito de patrimônio cultural, a importância das identidades e da memória coletiva hoje fazem parte do universo de um número muito maior de brasileiros, que encontraram na valorização de suas referências culturais um caminho para a participação social, para a afirmação de sua identidade e de sua cidadania.

Ampliar o envolvimento e o comprometimento da sociedade com a preservação de seu patrimônio cultural foi um grande avanço e é também o maior dos desafios para a próxima década.



7. AÇÕES EXECUTADAS – 2000-2010

AÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

1. INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – 2000-2010

ANO	UF	INVENTÁRIO	PARCERIAS
2000	BA	INRC DO MUSEU ABERTO DO DESCOBRIMENTO	
2001	BA	INRC DA CERÂMICA DO MUNICÍPIO DE RIO REAL	MinC, Faperj
2002	ES	INRC DO OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS	
2002	MG	INRC DA CERÂMICA DE CANDEAL	MinC, Faperj
2004	MA	INRC DO BUMBA MEU BOI DO MARANHÃO	MinC, Faperj, Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho
2004	MG	INRC DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA USINA HIDRELÉTRICA DE IRAPÉ	CEMIG
2004	MS/MT	INRC DA VIOLA DE COCHO, INSTRUMENTO MUSICAL TOCADO NAS RODAS DE CURURU E SIRIRI, NO MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	MinC, Faperj, Secretaria de Cultura de MT, Associação Folclórica de Várzea Grande, Associação Folclórica de Mato Grosso, Instituto Luiz Albuquerque de Corumbá
2004	PA	INRC DA CELEBRAÇÃO DO CÍRIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	
2005	BA	INRC DA FESTA DE SANTA BÁRBARA	MinC, Petrobras, Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro, Faperj
2005	BA	INRC DO OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ	Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares do Estado da Bahia, MinC, Faperj
2005	BA	INRC DO MUNICÍPIO DE RIO DE CONTAS	
2005	MG	INRC DO MODO DE FAZER VIOLA DE 10 CORDAS	MinC, Eletrobras, Emater-MG, Prefeitura de São Francisco, Jornal <i>O Barranqueiro</i> , Faperj
2005	PA	INRC DOS PADRÕES GRÁFICOS DE ORNAMENTAÇÃO DAS CUIAS DE MONTE ALEGRE E SANTARÉM	Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém, Brazil Foundation, MinC (Ponto de Cultura do Aritapera), Faperj
2005	PA	INRC DO TACACÁ	MinC, Faperj
2005	PE	INRC DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PERNAMBUCO	
2005	PE	INRC DA FEIRA DE CARUARU	
2005	RJ	INRC DAS FESTAS MARANHENSES DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NO RIO DE JANEIRO	Petrobras, MinC, Faperj
2005	RJ SP	INRC DO JONGO, FORMA DE EXPRESSÃO POÉTICA, MUSICAL E COREOGRÁFICA PRATICADA NA REGIÃO SUDESTE POR COMUNIDADES QUE SE IDENTIFICAM COMO HERDEIRAS DOS NEGROS ESCRAVIZADOS	MinC, Associação Cultural Cachuêra!, Rede de Memória do Jongo, ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha, Associação Brasil Mestiço, Associação da Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo da Fazenda São José da Serra, Jongo de Piquete, Jongo de Guaratinguetá, Fundação Euclides da Cunha, Universidade Federal Fluminense, Faperj
2005	SE	MAPEAMENTO DOCUMENTAL DO ESTADO DE SERGIPE	
2005	TO	INRC DO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL	
2006	DF	INRC DAS FEIRAS DO DISTRITO FEDERAL	
2006	MA	INRC DO CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS	
2006	MA	INRC DO TAMBOR DE CRIOLA DO MARANHÃO, FORMA DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA E RELIGIOSA DE ORIGEM AFRICANA TRADICIONAL NA REGIÃO	
2006	MG	INRC DO MODO ARTESANAL DE FAZER O QUEIJO DE MINAS	
2006	MS	PATRIMÔNIO CULTURAL DO MATO GROSSO DO SUL: MAPEAMENTO DOCUMENTAL	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul
2006	PA	INRC DA FABRICAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA	MinC, Faperj
2006	PB	PROJETO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA PARAÍBA – PESQUISA DOCUMENTAL	Coletivo de Cultura e Educação Meio do Mundo
2006	PE	INRC DO FREVO, FORMA DE EXPRESSÃO DE CARÁTER FESTIVO, LÚDICO E COREOGRÁFICO CARACTERÍSTICA DE PERNAMBUCO	
2006	PI	PESQUISA DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL PIAUIENSE	Fundação Cultural do Piauí
2006	PI	PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: PESQUISA DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	Fundação Museu do Homem Americano
2006	RJ	INRC DAS MATRIZES DO SAMBA CARIOCA	

Festa do Pau da Bandeira em Barbalha (CE). Foto: Mauricio Albano/Arquivo Superintendência do Ceará.

2006	RS	INRC DA COMUNIDADE INDÍGENA MBYÁ-GUARANI EM SÃO MIGUEL ARCANJO	
2006	RS	INRC DO SÍTIO HISTÓRICO DE PORONGOS, LOCAL ONDE OCORREU O EPISÓDIO HISTÓRICO DO MASSACRE DOS LANCEIROS NEGROS DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA	
2006	SC	INRC DE BASE LUSO-AÇORIANA NO LITORAL CATARINENSE	
2007	BA	INRC DAS ROTAS DA ALFORRIA: TRAJETÓRIA DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NA REGIÃO DE CACHOEIRA – IDENTIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS LIGADAS AO SÍTIO HISTÓRICO E ÀS REDES TERRITORIAL E SOCIAL VINCULADAS	
2007	CE	MAPEAMENTO DO ACERVO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DO CEARÁ	Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Ceará
2007	GO	SISTEMATIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO DE GOIÁS	Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás
2007	PA	INRC DA ILHA DE MARAJÓ	
2007	PR	INRC DO MUNICÍPIO DA LAPA	
2007	PI	INRC DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE 17 MUNICÍPIOS DO PIAUÍ	
2007	SC	INRC DO SERTÃO DE VALONGO, REGIÃO DE ORIGEM QUILOMBOLA, HABITADA POR COMUNIDADES RURAIS AFRODESCENDENTES	
2007	SC	DIAGNÓSTICO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE SANTA CATARINA	Instituto Superior e Centro Educacional Bom Jesus
2007	TO	INRC DO MUNICÍPIO DE NATTIVIDADE	
2008	AC	INRC DO MUNICÍPIO DE XAPURI	Fundação Elias Mansur, Ministério do Meio Ambiente
2008	AL	MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE ALAGOAS	Universidade Federal de Alagoas
2008	DF	MAPEAMENTO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO DISTRITO FEDERAL	Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória da Universidade de Brasília
2008	MS	INRC DA REGIÃO DO ERVAL SUL-MATO-GROSSENSE	
2008	MG	INRC DA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO, ORIUNDA DA REGIÃO DE CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS	Funatura
2008	PI	INRC DA ARTE SANTEIRA DO PIAUÍ	
2008	RJ	INRC DOS SABERES TRADICIONAIS SOBRE FITOTERAPIA	Rede Fitovida
2008	RN	INRC DA REGIÃO DO SERIDÓ	
2008	RS	INRC RELACIONADAS À PRODUÇÃO DOS DOCES TRADICIONAIS PELOTENSES	Prefeitura Municipal de Pelotas
2008	SC	INRC DO QUILOMBO SÃO ROQUE	
2008	SC	INRC DO QUILOMBO INVERNADA DOS NEGROS	
2008	SP	INRC DO RITUAL TOORO NAGASHI PRATICADO PELA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA	
2009	AP	INRC DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO VELHO	
2009	BA	INRC DO MUNICÍPIO DE MUCUGÊ	
2009	ES	INRC DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO	
2009	GO	INRC DA FESTA DO DIVINO DE PIRENÓPOLIS	
2009	MA	INRC DO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA	
2009	MA	COMPLEMENTAÇÃO DO INRC DO BUMBA MEU BOI DO MARANHÃO	
2009	MS	INRC DA REGIÃO DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE	
2009	MG	INRC DA LINGUAGEM DOS SINOS NAS CIDADES HISTÓRICAS MINEIRAS	
2009	PA	INRC DAS FESTIVIDADES DE SÃO SEBASTIÃO NA ILHA DE MARAJÓ	
2009	RJ	INRC DA VENERÁVEL IRMANDADE DE SÃO BENEDITO DE ANGRA DOS REIS	
2009	SE	INRC DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS	
2010	AP	MAPEAMENTO DOCUMENTAL DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DO ESTADO DO AMAPÁ	
2010	DF	INRC DO VALE DO AMANHECER, LUGAR REFERENCIAL NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS DE BRASÍLIA E ENTORNO	
2010	GO	INRC DAS FESTAS DO ROSÁRIO E CONGADAS NO ESTADO DE GOIÁS	
2010	MT	INRC DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso
2010	MT	INVENTÁRIO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL MATO-GROSSENSE	Fundação UNISELVA, Fundação de Apoio à Universidade Federal de Mato Grosso
2010	MG	INRC DO MERCADO CENTRAL DE BELO HORIZONTE – ESTUDOS PRELIMINARES	Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte
2010	RJ	INRC DA FESTA DO DIVINO DE PARATY	
2010	RS	INVENTÁRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL DA IMIGRAÇÃO ITALIANA: A CULINÁRIA	Universidade de Caxias do Sul e Instituto Vêneto
2010	RS	PROJETO PILOTO INVENTÁRIO NACIONAL DE DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA: O TALIAN	Universidade de Caxias do Sul e Instituto Vêneto
2010	SP	INRC DO BAIRRO DO BOM RETIRO	

2. INVENTÁRIOS DO PATRIMÔNIO MATERIAL, 2000-2010

ANO	UF	INVENTÁRIO	PARCEIRO
2000	RS	INVENTÁRIO DE CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS – ANTÔNIO PRADO	
2000	SC	INVENTÁRIO DE CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS – LAGUNA	
2000	GO	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – PIRENÓPOLIS	
2000	SC	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – SÃO FRANCISCO DO SUL	
2000	AM	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – PORTO DE MANAUS	
2000	TO	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – NATIVIDADE	
2000	RS	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – ANTÔNIO PRADO	
2000	MG	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – DIAMANTINA	
2000	SE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – SÃO CRISTÓVÃO	Universidade Estadual de Sergipe
2000	MG	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – SERRO	
2000	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – ARRAIAL D'AJUDA	UFMG
2000	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – CARÁVA	UFMG
2000	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – SANTA CRUZ DE CABRÁLIA	UFMG
2000	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – PORTO SEGURO	
2000	AL	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – PENEDO	
2000	SC	INVENTÁRIO DE CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS – LAGUNA	
2000	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – TRANCOSO	UFMG
2000	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – VALE VERDE	UFMG
2000	GO	INVENTÁRIO DE CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS – GOIÁS VELHO	
2001	CE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – ARACATI	
2001	PA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – BELÉM	UFPA
2001	MG	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – MARIANA	
2001	PE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – OLINDA	
2001	RJ	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – PRAÇA XV	UFRJ
2001	PE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – BAIRRO DO RECIFE	UFPE e CECI
2001	MG	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – OURO PRETO	UFMG
2001	MA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – SÃO LUÍS	Universidade Estadual do Maranhão
2001	RJ	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – PARATY	
2001	RJ	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – PETRÓPOLIS	
2002	MA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – ALCÂNTARA	
2002	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – CACHOEIRA	
2002	CE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – ICÓ	
2002	SE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – LARANJEIRAS	
2002	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – SALVADOR	
2002	BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – LENÇÓIS	
2002	CE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – SOBRAL	Prefeitura de Sobral
2002	BA	INVENTÁRIO DE CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS – CACHOEIRA	
2002	CE	INVENTÁRIO DE CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS – SOBRAL	Prefeitura de Sobral
2004	DF	INVENTÁRIO DE BENS ARQUITETÔNICOS – TORRE DE TEVÊ DE BRASÍLIA	
2007	PE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS E CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS – GOIANA	
2007	PE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS E CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS – IGARASSU	

2007	MT	INVENTÁRIO DE SÍTIOS URBANOS – CUIABÁ	
2007	SP/PR/SC	INVENTÁRIOS DE SÍTIOS E BENS REMANESCENTES DAS MINAS DE REPARTIÇÕES DO OURO NO SUL DO BRASIL	LAP-USP
2010	MG/ SP/ RJ/ ES/ DF/ GO/ MS/ RS/ SC/ PR/ MA/ PI/ CE/ RN/ PB/ PE/ AL/ SE/ BA	INVENTÁRIOS DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO BRASILEIRO	
2008	MG/ SP	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO RURAL DO CAFÉ	
2008	RS/ SC/ PR	INVENTÁRIO DO LEGADO MATERIAL DA COLUNA PRESTES – ETAPA 1	
2009	PR	INVENTÁRIO SOBRE A OBRA DO ARQUITETO VILANOVA ARTIGAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA	
2009	RS	ESTUDOS PARA TOMBAMENTO DAS CIDADES DA FRONTEIRA PLATINA – JAGUARÃO E BAGÉ	
2009	PR	ESTUDOS PARA TOMBAMENTO DA CIDADE DE ANTONINA	
2009	RS	ESTUDOS PARA TOMBAMENTO DO BAIRRO HAMBURGO VELHO NA CIDADE DE NOVA HAMBURGO	Prefeitura de Novo Hamburgo
2009	BA/ DF/ GO/ MA/ MG/ MS/ PA/ PB/ PE/ PR/ RJ/ RN/ RS/ SC/ SP/ TO	INVENTÁRIO SOBRE O CONJUNTO DA OBRA DO ARQUITETO OSCAR NIEMEYER	
2009	PB	INVENTÁRIO DOS BENS IMÓVEIS DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE AREIA	
2009	MS/ MT/ GO	INVENTÁRIO DO LEGADO MATERIAL DA COLUNA PRESTES – ETAPA 2	
2009	MT	INVENTÁRIO DE SÍTIOS E BENS RELACIONADOS COM AS EXPEDIÇÕES DO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
2009	MG/ BA	INVENTÁRIO DE SÍTIOS, BENS E PAISAGENS EM DESTAQUE AO LONGO DO RIO SÃO FRANCISCO – ETAPA 1	
2009	PR/ SP	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA	
2009	RS	INVENTÁRIO DA ARQUITETURA RURAL EM MUNICÍPIOS DAS ÁREAS DE IMIGRAÇÃO	
2009	BA/ PR	CADASTRAMENTO DE IMÓVEIS REPRESENTATIVOS DA ARQUITETURA MODERNA	
2009	BA/ PE/ PB/ MA/ PA	APLICAÇÃO DAS FICHAS DO MÓDULO DE GESTÃO PARA LEVANTAMENTO CADASTRAL DE ÁREAS URBANAS TOMBADAS PELO IPHAN (BAIRRO DO RECIFE/ JOÃO PESSOA/ BAIRRO DO COMÉRCIO – SALVADOR/ BAIRRO DA CAMPINA – BELÉM E BAIRROS DO DESTERRO E PRAIA GRANDE – SÃO LUÍS)	
2009	MG/ PE	DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IGREJAS TOMBADAS PELO IPHAN	
2009	PB/ BA	ESTUDOS PARA CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL DE PITIMBU E VALENÇA	
2009	SC/ PB/ RN/ BA/ SE/ CE/ PB/ PA/ RJ	INVENTÁRIOS DE CONHECIMENTO E CADASTRO DO PATRIMÔNIO NAVAL BRASILEIRO	
2009	PE/ PB/ AL/ SE	INVENTÁRIO DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO NORDESTE	
2010	PB	APLICAÇÃO DAS FICHAS DO MÓDULO DE GESTÃO PARA A NORMATIZAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE AREIA	
2010	MG	APLICAÇÃO DAS FICHAS DO MÓDULO DE GESTÃO PARA A NORMATIZAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE OURO PRETO	Prefeitura de Ouro Preto
2010	ES	INVENTÁRIOS DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS EM TRÊS IGREJAS TOMBADAS PELO IPHAN NO ESPÍRITO SANTO: IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (EM VITÓRIA), IGREJA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO (EM ANCHIETA) E IGREJA DOS REIS MAGOS (EM NOVA ALMEIDA)	
2010	PE/ AL/ SE	INVENTÁRIO DE SÍTIOS, BENS E PAISAGENS EM DESTAQUE AO LONGO DO RIO SÃO FRANCISCO – ETAPA 2	
2010	TO	INVENTÁRIO DO ACERVO DE ARTE SACRA NOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE	

3. SALA DO ARTISTA POPULAR: EXPOSIÇÕES – 2000-2010

DATA	UF	TÍTULO	MATERIAL
17/2/2000 a 26/3/2000	RJ	ARTE EM MADEIRA NUM PEDAÇO DO RIO: ESCULTORES DE GROTA FUNDA	madeira
5/4/2000 a 30/4/2000	RJ	VEJA, ILUSTRE PASSAGEIRO: BONDES DE GETÚLIO DAMADO	sucata
4/5/2000 a 28/5/2000	AC	ASHANINKA	tecido e madeira
6/6/2000 a 9/7/2000	BA	POTES E CABORÉS: CERÂMICA DE IRARÁ	barro
13/7/2000 a 13/8/2000	PB	BRINQUEDOS DO AGRESTE PARAIBANO	tecido e madeira
24/8/2000 a 24/9/2000	ES	TRADIÇÕES EM SÃO MATEUS	barro/ madeira/ trançado
5/10/2000 a 5/11/2000	MG	DEVOÇÃO E FESTA: IMAGENS DE MESTRE RIBEIRO	madeira
9/11/2000 a 10/12/2000	MG	UM VALE DE TRAMAS: A TECELAGEM DO JEQUITINHONHA	tecelagem
19/12/2000 a 28/1/2001	PE	SANTOS E SANTEIROS DE IBIMIRIM	madeira
7/2/2001 a 18/3/2001	SE	RENDA DE DIVINA PASTORA	renda
29/3/2001 a 6/5/2001	PE	RABECAS DE MANÉ PITUNGA	madeira
17/5/2001 a 24/6/2001	BA	BORDADOS EM TAUÁ: CERÂMICA DE RIO REAL	barro
05/7/2001 a 12/8/2001	MG	ESCULTURAS NEGRAS DE JOÃO ALVES	barro
22/8/2001 a 30/9/2001	AL	VIVENDO O SÃO FRANCISCO: BORDADOS DE ENTREMONTES	tecido
11/10/2001 a 2/12/2001	RN	NÍSIA FLORESTA: A ARTE DO RENDAR	renda
13/12/2001 a 20/1/2002	PI	TRANÇADOS DA ILHA	tecelagem
31/1/2002 a 10/3/2002	MG	CERÂMICA DE SANTANA DO ARAÇUAÍ	barro
21/3/2002 a 28/4/2002	AL	RENDEIRAS DE RIACHO DOCE	renda
16/5/2002 a 16/6/2002	RJ	FAVELAS: PINTURAS DE SINÉSIO BRANDÃO	pintura
20/6/2002 a 21/7/2002	PA	O BRINQUEDO QUE VEM DO NORTE	miriti
25/7/2002 a 25/8/2002	RJ	NAVEGAR É PRECISO: BARCOS DO MAMANGUÁ	madeira
5/9/2002 a 13/10/2002	MG	OS GAMELEIROS DO BOM SUCESSO	madeira
17/10/2002 a 24/11/2002	SP	MESTRAS DA CERÂMICA DO VALE DO RIBEIRA	barro
31/10/2002 a 2/2/2003	MA	FÉ E FESTA: BUMBA MEU BOI DO MARANHÃO	tecido
28/11/2002 a 29/12/2002	RJ	ARTE GUARANI MBYÁ	madeira e trançado
9/1/2003 a 9/2/2003	PA	CUIAS DE SANTARÉM	cuias vegetais
13/2/2003 a 16/3/2003	MS	VIOLA DE COCHO PANTANEIRA	madeira/ instrumentos musicais
20/2/2003 a 23/3/2003	MG	CESTEIROS DE JANUÁRIA	trançado/ cestaria/ bambu
27/3/2003 a 27/4/2003	BA	O QUE QUE A BAHIANA TEM: PANO DA COSTA E ROUPA DE BAIANA	vestuário/ bordado/ tecelagem/ fios e contas
8/5/2003 a 9/6/2003	BA	RIBANDO POTES: CERÂMICA DE PASSAGEM	vestuário/ bordado/ tecelagem/ fios e contas
11/9/2003 a 26/10/2003	MG	NO VALE DAS ARTES: CHAPADA DO NORTE	barro/ modelagem de louça
27/11/2003 a 4/1/2004	PA	ICOARACI: CERÂMICA DO PARÁ	barro
8/1/2004 a 20/2/2004	MS	CERÂMICA TERENA	barro/ objetos utilitários
4/3/2004 a 18/4/2004	RJ	DO CAOS À LUZ: LUMINÁRIAS DA CIDADE DE DEUS	sucata (metal)/ luminárias
29/4/2004 a 13/6/2004	MG	TECELAGEM DE UNAÍ	tecelagem
8/7/2004 a 15/8/2004	AL	ALAGOAS RENDEIRA	renda
19/8/2004 a 26/9/2004	RJ	ESCULTURA EM MATERIAL VEGETAL DE GERARDO DE SOUZA	material vegetal/ pintura e escultura
30/9/2004 a 7/11/2004	PA	TRANÇADOS DO ARAPIUNS	trançado/ cestaria de palha
16/12/2004 a 23/1/2005	MG	O SENHOR DO FLANDRES	metal/ peças utilitárias
10/3/2005 a 17/4/2005	BA	RENDA DE BILRO E TRANÇADO DE OURICURI: ARTESANATO DE SAUBARA	renda (bilro) e trançado (palha de ouricuri)

28/4/2005 a 12/6/2005	MG	SONS DO COURO E CORDAS – INSTRUMENTOS MUSICAIS DE SÃO FRANCISCO	madeira/ couro/ instrumentos musicais
16/6/2005 a 31/7/2005	AM	FORMA E IMAGINÁRIO DA AMAZÔNIA	madeira recolhida na floresta/ bancos
11/8/2005 a 19/9/2005	PE	MANUEL EUDÓCIO, PATRIMÔNIO VIVO	barro/ esculturas
22/9/2005 a 30/10/2005	AC	GESILEU SALVATORE: ESCULTOR DA FLORESTA	madeira morta recolhida na floresta/ esculturas
24/11/2005 a 8/1/2006	RJ	TIMBUCA, A LIBERDADE DA ARTE	massa feita pelo artista/ pintura
26/1/2006 a 5/3/2006	CE	NAÇÃO LASCADA: ARTE E METÁFORA DE VÉIO	madeira morta recolhida no sertão/ esculturas
9/3/2006 a 23/4/2006	MG	MATIZES DUMONT – A BORDAR A VIDA	linha, linho, lã, fios de seda
29/6/2006 a 30/7/2006	PA	BALATA: AMAZÔNIA EM MINIATURA	borracha balata
17/8/2006 a 24/9/2006	PR	ARTES DO PARANÁ – EFIGÊNIA ROLIM E HÉLIO LEITES	material reciclado
28/9/2006 a 12/11/2006	MG	SANTEIRO DOS GERAIS DAS MINAS – MANOEL SÍLVIO A. FONSECA	madeira
30/11/2006 a 14/1/2007	SC	A PALHA QUE CONTA HISTÓRIAS: O ARTESANATO DA PALHA DE MILHO NO SUL DO PAÍS	palha de milho
18/1/2007 a 25/2/2007	RJ	DA SUCATA À CRIAÇÃO – WALTER FERNANDES SOBRINHO	sucata de metal
22/3/2007 a 22/4/2007	MG	VIRGÍNIO RIOS: ESCULTURAS	madeira
10/5/2007 a 24/6/2007	ES	FESTAS E ARTESANATO EM TERRAS DO ESPÍRITO SANTO	tecido, papel, instrumentos musicais
18/10/2007 a 18/11/2007	SC	ARTESÃO MAÇARIQUEIRO: A ARTE DO CRISTAL EM BLUMENAU	cristal
22/11/2007 a 6/1/2008	SE	ZÉ DO CHALÉ: O DONO DA FLECHA	madeira
24/1/2008 a 24/2/2008	RJ	CARNAVAL EM BRANCO	isopor
28/2/2008 a 30/3/2008	BA	O TRAIADO E O URDIDO	palha de buriti
29/5/2008 a 29/6/2008	PE	FAMÍLIA ZÉ CABOCLO: REDUTO DE MESTRES	cerâmica figurativa
3/7/2008 a 3/8/2008	SC	PÊSSANKAS: OVOS ESCRITOS, POEMAS IMAGÉTICOS	ovos
7/8/2008 a 7/9/2008	TO	CAPIM DOURADO: COSTURAS E TRANÇADOS DO JALAPÃO	capim dourado
11/9/2008 a 12/10/2008	MS	LADRILHOS HIDRÁULICOS DE CORUMBÁ	ladrilhos
23/10/2008 a 23/11/2008	MG	IMAGENS DO SÃO FRANCISCO	pintura, madeira, cerâmica
11/12/2008 a 18/1/2009	BA	UM RIO DE CONTAS E TRADIÇÕES	metal, madeira, renda
12/3/2009 a 12/4/2009	RJ	MARITÔNIO: DO EX-VOTO RÚSTICO AO ANJO BARROCO	madeira (escultura)
7/5/2009 a 7/6/2009	MG	WILLI DE CARVALHO: GRANDES MINIATURAS	materiais diversos (esculturas)
2/7/2009 a 9/8/2009	SE	VOZES DO IMAGINÁRIO: ESCULTORES DO SERGIPE	madeira (esculturas)
20/8/2009 a 27/9/2009	PI	ARTES E OFÍCIOS DE PEDRO II	cerâmica, renda e palha
1/10/2009 a 1/11/2009	MA	PORTO DAS ANAS E DAS LOUÇAS	cerâmica utilitária
5/11/2009 a 6/12/2009	PE	IMPRESSÕES DOS BORGES: A XILOGRAVURA DE BEZERROS	xilogravura
10/12/2009 a 17/1/2010	BA	MARAGOGIPINHO E A TRADIÇÃO DO BARRO	cerâmica
11/2/2010 a 7/3/2010	PB	RENDALABIRINTO DE CHÃ DOS PEREIRA	renda
11/3/2010 a 11/4/2010	AM	TRANÇADOS E ENTALHES DE NOVO AIRÃO	trançado e entalhe
15/4/2010 a 23/5/2010	AL	BOA-NOITE: BORDADO DA ILHA DO FERRO	bordado
10/6/2010 a 11/7/2010	MG	NOS CAMPOS DO VALE: CERÂMICA NO ALTO JEQUITINHONHA	cerâmica
15/7/2010 a 15/8/2010	RJ	PINTURAS DE ERMELINDA	pintura <i>naïf</i>
19/8/2010 a 19/9/2010	PI	ARTE EM MADEIRA DO PIAUÍ: SANTOS E SERTÕES DO IMAGINÁRIO	madeira
23/9/2010 a 31/10/2010	MG	NO VÃO DO URUCUIA: FIOS QUE ENTRELAÇAM SABERES	fiação e tecelagem
11/11/2010 a 12/12/2010	CE	GARRAFAS QUE GUARDAM SÍMBOLOS E SONHOS: A ARTE EM AREIA COLORIDA DE MAJORLÂNDIA	garrafa de areia
16/12/2010 a 16/1/2011	AL	EXPRESSÕES NA MADEIRA: FAMÍLIA ANTÔNIO DE DEDÉ	escultura em madeira

AÇÕES DE PROTEÇÃO E RECONHECIMENTO

4. BENS TOMBADOS – 2000-2010

ANO	UF	CIDADE	BEM TOMBADO	SOLICITANTE
2000	CE	Aracati	CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	
2000	GO	Corumbá de Goiás	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA, MATRIZ DE CORUMBÁ: CONJUNTO ARQUITETÔNICO	Superintendência do Iphan em Goiás
2000	MG	Barbacena	SEDE DA FAZENDA DO REGISTRO VELHO, RESIDÊNCIA DO INCONFIDENTE PADRE MANOEL RODRIGUES DA COSTA	Superintendência do Iphan em Minas Gerais
2000	MG	Ibiá Belo Horizonte	REMANESCENTES DO SÍTIO DO ANTIGO QUILOMBO DO AMBRÓSIO E DOCUMENTAÇÃO REFERENTE NO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SERRA DA CANASTRA)	
2000	MG	Juiz de Fora	MARCO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO	
2000	PE	Olinda	RUÍNAS DO FORTE DO BURACO	
2000	RJ	Rio de Janeiro	ESTÁDIO JORNALISTA MÁRIO FILHO (MARACANÃ)	Secretaria da Cultura do MEC
2000	RJ	Rio de Janeiro	SÍTIO BURLE MARX: COLEÇÃO MUSEOLÓGICA E BIBLIOGRÁFICA E RATIFICAÇÃO DA POLIGONAL DE TOMBAMENTO	
2000	RS	Porto Alegre	SÍTIO HISTÓRICO DA PRAÇA DA MATRIZ E SÍTIO HISTÓRICO DA PRAÇA DA ALFÂNDEGA	
2000	SC	Florianópolis	SÍTIO ARQUEOLÓGICO E PAISAGÍSTICO DA ILHA DO CAMPECHE	Superintendência do Iphan em Santa Catarina
2000	SP	São Paulo	CONJUNTO HISTÓRICO NO BAIRRO DA LUZ	Superintendência do Iphan em São Paulo
2000	SP	São Paulo	IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE ALEIJADINHO (DE PROPRIEDADE PRIVADA)	
2001	RJ	Rio de Janeiro	PRÉDIOS E COLEÇÕES DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (EXCLUINDO O ACERVO BIBLIOGRÁFICO)	
2001	SP	Santos	RETÁBULO DA CAPELA DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA DO VALONGO	
2002	BA	Salvador	TERREIRO DO GANTOIS ILÊ AXÉ IYÁ OMI IYAMASSÊ	Mônica Millet
2002	CE	Viçosa	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E ACERVO MÓVEL INTEGRADO	
2002	GO	Goiânia	ACERVO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO <i>ART DÉCO</i>	
2002	MA	São Luís	TERREIRO CASA DAS MINAS JEJE	
2002	MA	Alcântara	RERRATIFICAÇÃO DO TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO	
2002	RJ	Guapimirim – Serra dos Órgãos	DEDO DE DEUS	Ibama
2002	RJ	Rio de Janeiro	COLEÇÃO DE PARTITURAS DE VILLA-LOBOS PERTENCENTES AO ACERVO DO MUSEU VILLA-LOBOS	
2002	SC	Florianópolis	CASA RURAL COSTEIRA DO RIBEIRÃO DA ILHA, INCLUINDO A CASA DO ENGENHO	Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis
2002	SP	Jundiaí	CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO	
2002	SP	Mairinque	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MAYRINK	
2002	SP	Piracicaba	CASA ONDE VIVEU E FALECEU O PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAES E ACERVO MÓVEL	Museu Histórico Prudente de Moraes
2002	SP	Santo André	VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA	Comissão Especial Pró-Paranapiacaba
2003	AL	Piranhas	SÍTIO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO	
2003	BA	Salvador	TERREIRO DE CANDOMBLÉ DO BATE-FOLHA MANSO BANDUQUENQUE	Sociedade Cruz Santa do Axé de Opô Afonjá

2003	CE	Viçosa do Ceará	CONJUNTO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	Superintendência do Iphan no Ceará
2003	RJ	Rio de Janeiro	ACERVO DO MUSEU IMAGENS DO INCONSCIENTE	Sociedade de Amigos do Museu
2004	BA	Salvador	TERREIRO DE ALAKETO, ILÊ MAROÍÁ LÁJI	Prefeitura de Salvador
2004	CE	Quixadá	PARQUE NACIONAL DOS SERROTES DE QUIXADÁ: CONJUNTO PAISAGÍSTICO	Raquel de Queiroz
2004	RJ	Rio de Janeiro	CONJUNTO HISTÓRICO DO FORTE DE COPACABANA E SEU ACERVO MÓVEL INTEGRADO	Instituto de Arquitetura do Brasil
2004	SP	São Paulo	MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND: EDIFÍCIO E ACERVO MÓVEL CONSTITUÍDO PELOS CAVALETES DE CONCRETO E CRISTAL	
2005	PB	Areia	CONJUNTO HISTÓRICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO	Associação dos Amigos de Areia
2005	RJ	Rio de Janeiro	CRISTO REDENTOR	
2005	RJ	Rio de Janeiro	PRÉDIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	
2005	RJ	Rio de Janeiro	ESTAÇÃO CENTRAL DO BRASIL	Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil
2005	RO	Porto Velho	ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ: PÁTIO FERROVIÁRIO, BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	Movimento Pró-Reativação e Preservação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (abaixo-assinado)
2005	SP	São Paulo	DISCOTECA ONEYDA ALVARENGA DO CENTRO CULTURAL SÃO PAULO: ACERVO HISTÓRICO	Centro Cultural São Paulo
2006	AL	Marechal Deodoro	CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO	Prefeitura de Marechal Deodoro
2006	BA	Salvador	ELEVADOR LACERDA	Congregação da Faculdade de Arquitetura da UFBA, Docomomo Brasil
2006	SP	Santos	EDIFÍCIO DA BOLSA OFICIAL DO CAFÉ, BENS MÓVEIS E INTEGRADOS, VITRAIS	Associação de Amigos do Museu do Café do Brasil
2007	BA	Salvador	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA, ACERVO MÓVEL E INTEGRADO	
2007	DF RJ	Brasília e Rio de Janeiro	CONJUNTO DE OBRAS DE OSCAR NIEMEYER Capela Nossa Senhora de Fátima, Casa de Chá, Congresso Nacional, Conjunto Cultural da República, Conjunto Cultural Funarte, Edifício do Touring Club do Brasil, Espaço Lúcio Costa, Espaço Oscar Niemeyer, Memorial dos Povos Indígenas, Memorial JK, Ministérios e anexos, Museu da Cidade, Palácio da Alvorada (incluindo a capela), Palácio da Justiça, Palácio do Planalto, Palácio Itamaraty e anexos, Palácio Jaburu, Panteão da Liberdade e Democracia, Pombal, Praça dos Três Poderes, Quartel General do Exército, Supremo Tribunal Federal, Teatro Nacional, Casa das Canoas (RJ)	Oscar Niemeyer
2007	PB	João Pessoa	CENTRO HISTÓRICO	Associação Centro Histórico Vivo
2007	SC	Ascurra, Blumenau, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Orleans, Pomerode, Timbó, Urussanga, Vargem, Vidal Ramos	ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO EM SANTA CATARINA Ascurra: Casa Buzzi Blumenau: Casa Bauer, Igreja Luterana do Espírito Santo, Salão Primavera, Casa Conrad, Comercial Husadel, Conjunto Zimmdars, Museu da Família Colonial Indaial: Casa Duwe, Casa Ristow, Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Casa Hersing, Casa Schroeder, Ponte de madeira coberta Warnow Itaiópolis: Conjunto de Alto Paraguaçu, Igreja São Pedro e São Paulo e cemitério, Casa Polaski, Igreja Santo Estandisla Jaraguá do Sul: Casa Rux, Casa Schiocket, Depósito Breithaupt Joinville: Casa Fleith, Casa Kruger, Casa Schwisky, Estação Ferroviária Orleans: Casa Barzan Pomerode: Casa Arndt, Casa Raduenz, Sítio Tribess, Casa Hardt, Casa Lümke, Casa Siewert, Casa Voigt, Casa Wacholz, Casa Wunderwald, Comércio Haut, Comércio Weege Pomerode e Jaraguá do Sul: Testo Alto e Rio da Luz Timbó: Casa Radoll, Escola e Casa do Professor, Casa Reinecke, Casa Zimath, Salão Hammermeister Urussanga: Propriedade Bez Fontana, Casa Cancelier, Igreja São Gervásio e São Protásio Vargem: Igreja São Judas Tadeu Vidal Ramos: Conjunto Irmãos Stoltenberg	
2007	SP	São Paulo	CASA DE VIDRO, SEDE DO INSTITUTO LINA BO E PIETRO MARIA BARDI	André Vainer
2008	AC	Xapuri	CASA DE CHICO MENDES	
2008	CE	Fortaleza	FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO	

2008	TO	Porto Nacional	CENTRO HISTÓRICO	
2009	MS	Campo Grande	COMPLEXO DA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL (DA ANTIGA RFFSA)	
2009	PR	Paranaguá	CONJUNTO HISTÓRICO E URBANÍSTICO	
2009	PI	Parnaíba	CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO (ENVOLVE CERCA DE 1 500 IMÓVEIS)	
2009	PI	Teresina	PONTE METÁLICA JOÃO LUÍS FERREIRA	
2009	PI	Teresina	FLORESTA FÓSSIL DO RIO POTI	
2009	RS	Pinheiro Machado	LOCALIDADE DE PORONGOS (LOCAL DO MASSACRE DOS LANCEIROS NEGROS NA GUERRA FARROUPILHA)	
2009	SP	Iguape	CENTRO HISTÓRICO	
2010	AM	Manaus	ENCONTRO DAS ÁGUAS DOS RIOS NEGRO E SOLIMÕES	
2010	AP	Vila Serra do Navio	VILA SERRA DO NAVIO	
2010	BA	São Félix	CENTRO HISTÓRICO	
2010	BA	Recôncavo	PATRIMÔNIO NAVAL: SAVEIRO DE VELA DE IÇAR SOMBRA DA LUZ	
2010	MA	São Luís	PATRIMÔNIO NAVAL: CANOA COSTEIRA DINAMAR	
2010	MG	Paracatu	CENTRO HISTÓRICO	
2010	MT	Cáceres	CENTRO HISTÓRICO	
2010	MT		LUGARES SAGRADOS DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO XINGU: Kamukuaká (abrigo sob rocha, local associados ao ritual de furação de orelhas) e Sagihengu (corredeira no rio Cululene e suas margens)	
2010	RN	Natal	CENTRO HISTÓRICO	
2010	RJ	Rio de Janeiro	MONUMENTO AOS MORTOS DA II GUERRA MUNDIAL	
2010	RJ	Rio de Janeiro	IGREJA POSITIVISTA	
2010	RS	Rio Grande	PATRIMÔNIO NAVAL: CANOA DE PRANCHÃO TRADIÇÃO	
2010	RS	Santa Tereza	CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	
2010	SC	São Francisco do Sul	MUSEU NACIONAL DO MAR E SEU ACERVO	
2010	SP	São Paulo	TEATRO OFICINA	
2010	SP	Registro Iguape	BENS REPRESENTATIVOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA Edificações Fabris e Administrativas: 1. Sede da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha – KKKK (Registro – Colônia Registro) 2. Fábrica de Chá Shimabukuro (Registro – Colônia Registro) 3. Fábrica de Chá Amaya (Registro – Colônia Registro) 4. Fábrica de Chá Kawagiri (Registro – Colônia Registro) 5. Fábrica de Chá e Residência Shimizu (Registro – Colônia Registro) 6. Engenho, Sede Social e Residência Colônia Katsura (Iguape – Colônia Katsura) Edificações Residenciais: 7. Residência Fukasawa (Registro – Colônia Registro) 8. Residência Gozo Okiyama (Registro – Colônia Registro) 9. Residência Sra. Susu Okiyama (Registro – Colônia Registro) 10. Residência Família Hokugawa (Registro – Colônia Registro) 11. Residência Família Amaya (Registro – Colônia Registro) 12. Residência Colônia Katsura (Iguape – Colônia Katsura) – forma conjunto com o item 6. Edificações Religiosas: 13. Igreja Episcopal Anglicana (Registro – Colônia Registro) 14. Igreja de São Francisco Xavier (Registro – Colônia Registro) Patrimônio Paisagístico: 15. Primeiras mudas de chá da variedade Assam (Registro – Colônia Registro)	
2010	SP	São Luís do Paraitinga	CENTRO HISTÓRICO	
2010	SE		PATRIMÔNIO NAVAL: CANOA DE TOLDA LUZITÂNIA	

5. BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL – 2002-2010

ANO	UF	CIDADE	BEM REGISTRADO	SOLICITANTE
2002	AP	Macapá	ARTE KUSIWA WAJÁPI: PINTURA CORPORAL E ARTE GRÁFICA – FORMA DE EXPRESSÃO	Conselho das Aldeias Wajápi/Apina e Museu do Índio (Funai)
2002	ES	Vitória	OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS – SABER	Associação das Paneleiras de Goiabeiras
2004	BA	Recôncavo Baiano	SAMBA DE RODA DO RECÔNCAVO BAIANO – FORMA DE EXPRESSÃO	Associação Cultural do Samba de Roda Dalva Damiana Freitas, Grupo Cultural Filhos de Nagô, Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo
2004	BA	Salvador	OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ – SABER	Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia, Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA
2004	MT MS		VIOLA DE COCHO – SABER	Violeiros e artesãos de MT e MS e Secretaria de Cultura
2004	PA	Belém	CÍRIO DE NAZARÉ – CELEBRAÇÃO	Arquidiocese de Belém e Diretoria da Festa do Círio
2005	MG RJ SP ES		JONGO NO SUDESTE – FORMA DE EXPRESSÃO	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
2006	AM	São Gabriel da Cachoeira	CACHOEIRA DE IAUARETÊ – LUGAR SAGRADO DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO – LUGAR	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
2006	PE	Caruaru	FEIRA DE CARUARU – LUGAR	5ª Superintendência do Iphan
2007	MA	São Luís	TAMBOR DE CRIOLA – FORMA DE EXPRESSÃO	Prefeitura de São Luís
2007	PE	Recife, Olinda	FREVO – FORMA DE EXPRESSÃO	Prefeitura de Recife
2007	RJ	Rio de Janeiro	MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO: PARTIDO ALTO, SAMBA DE TERREIRO E SAMBA-ENREDO – FORMA DE EXPRESSÃO	Centro Cultural Cartola, Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, Liga Independente das Escolas de Samba
2008	MG	Serro, Serra da Canastra, Serra do Salitre, Alto Paranaíba	MODO ARTESANAL DE FAZER QUEIJO DE MINAS, NAS REGIÕES DO SERRO E DAS SERRAS DA CANASTRA E DO SALITRE – SABER	Associação dos Amigos do Serro, Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Associação dos Produtores da Serra da Canastra
2008		Nacional	RODA DE CAPOEIRA – FORMA DE EXPRESSÃO	
2008		Nacional	OFÍCIO DOS MESTRES DE CAPOEIRA – SABER	
2009	SE	Divina Pastora	MODO DE FAZER RENDA IRLANDESA – SABER	Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora
2010	AM		SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO – SABER	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
2010	GO	Pirenópolis	FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – CELEBRAÇÃO	Prefeitura de Pirenópolis e Instituto Cultural Cavalhadas de Pirenópolis
2010	MG	São João del-Rei, Mariana, Ouro Preto, Catas Altas, Serro, Congonhas do Campo, Sabará, Tiradentes Diamantina	O TOQUE DOS SINOS NAS CIDADES HISTÓRICAS DE MINAS GERAIS – FORMA DE EXPRESSÃO	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
2010	MG	São João del-Rei, Mariana, Ouro Preto, Catas Altas, Serro, Congonhas do Campo, Sabará, Tiradentes Diamantina	OFÍCIO DOS SINEIROS NAS CIDADES HISTÓRICAS DE MINAS GERAIS – SABER	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
2010	MT		RITUAL YAKWA DO POVO INDÍGENA ENAWENE NAWÉ – CELEBRAÇÃO	Operação Amazônia Nativa
2010	RN	Caicó	FESTA DE SANTANA – CELEBRAÇÃO	

6. BENS RESTAURADOS/ RECUPERADOS – 2000-2009¹

2000

UF	CIDADE	BEM CULTURAL	AÇÃO REALIZADA	USO
AL	Penedo	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CORRENTE	Restauração	
AL	Penedo	CONVENTO DE N. S. DOS ANJOS	Restauração	
BA	Salvador	FORTALEZA DE SÃO MARCELO	Restauração	
BA	Salvador	TERREIRO ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ	Restauração	
ES	Vitória	IGREJA DOS REIS MAGOS	Restauração de 2 imagens	
GO	Pilar de Goiás	CASA DA PRINCESA	Restauração de bens móveis	
MA	São Luís	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração	
MA	São Luís	PRÉDIO NA RUA DO GIZ, 235	Restauração	
MG		IGREJA DO SENHOR DO BONFIM	Restauração do forro da capela-mor	
MG		IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração do retábulo-mor	
MG		IGREJA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA	Restauração do forro da capela-mor e de 2 telas	
MG	Serro	CASA DO GENERAL CARNEIRO	Restauração	Sede do Iphan
MG	Congonhas do Campo	SANTUÁRIO DE BOM JESUS DE MATOZINHOS	Implantação de sistema de segurança, paisagismo e iluminação, restauração dos bens móveis e integrados	
MS	Corumbá	FORTE DE COIMBRA	Recuperação	
PA	Belém	IGREJA DA MADRE DE DEUS	Restauração dos bens móveis e integrados	
PB	João Pessoa	FÁBRICA TITO SILVA	Restauração	Sede da Oficina-Escola
PB	João Pessoa	CONJUNTO CARMELITA	Restauração das fachadas posteriores	
PB		CAPELAS DO SOCORRO, DA BATALHA E DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	Conservação das pinturas	
PE	Olinda	MOSTEIRO DE SÃO BENTO	Restauração do altar-mor	
PE	Recife	CAPELA DE SANTA TERESA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Restauração	
PE		IGREJA DE SANTA TERESA	Restauração de dois altares	
PI	Teresina	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	Restauração	
RJ	Rio de Janeiro	PAÇO IMPERIAL	Recuperação de fachadas externas e dos pátios internos, climatização	
RN	Amarante	IGREJA DE SÃO GONÇALO	Restauração	
RN	Vila Flor	CASA DA CÂMARA E CADEIA	Restauração	
RS	Antônio Prado	EDIFICAÇÕES TOMBADAS	Restauração de dois imóveis	
SC		IGREJA DO ROSÁRIO E DE SÃO BENEDITO	Restauração do altar-mor e altares laterais	
SE		IGREJA MATRIZ DE SANTO AMARO	Restauração das imagens sacras	
SE		SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	Restauração de bens móveis e integrados	
SP	Bertioga	FORTE DE SÃO JOÃO	Restauração	
SP	Iperó	FÁBRICA DE FERRO IPANEMA	Restauração	
SP	São José do Barreiro	FAZENDA PAU D'ALHO	Restauração de bens móveis e integrados	

2001

AC	Porto Acre	CHALÉ DO SERINGAL BOM DESTINO	Recuperação	
BA	Cachoeira	MUSEU DO IPHAN	Restauração	
BA	Cachoeira	IGREJA DE SANTO ANTÔNIO DO PARAGUAÇU	Consolidação e restauração	
BA	Cairu	IGREJA E CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO	Obras emergenciais	
BA	Salvador	IGREJA DE SÃO DOMINGOS E CASA DA ORDEM TERCEIRA	Obras emergenciais	
BA	Salvador	IGREJA DA GRAÇA	Obras emergenciais para estabilização dos forros artísticos	
BA	Salvador	CASA DOS SETE CANDEEIROS	Obras emergenciais	
CE	Aracati	SOBRADO ADOLFO CAMINHA	Restauração e adaptação	
CE	Icó	MERCADO PÚBLICO	Restauração	
CE	Icó	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO MONTE	Restauração	
CE	Sobral	IGREJA DO MENINO DEUS	Restauração	
CE	Sobral	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração	
GO	Goiás	IMÓVEL NA RUA DO CARMO, 39	Obras emergenciais	
GO	Goiás	IMÓVEL NA RUA DO CARMO, 39	Obras emergenciais	
GO	Goiás	QUARTEL DO XX	Etapa 2 de restauração	
GO	Jaraguá	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração de bens integrados	
GO	Pilar de Goiás	CASA DA PRINCESA	Restauração de bens integrados	Sede do Iphan

1, Incluídas ações com valor superior a R\$ 30 mil.

GO	Pirenópolis	IMÓVEL NA PRAÇA DA MATRIZ, 1	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA NA RUA DO GIZ, 235	Recuperação	
MA	São Luís	IMÓVEL NA RUA DO GIZ, 445	Obras emergenciais de estabilização	
MA	São Luís	IMÓVEL NA RUA HUMBERTO DE CAMPOS, 200	Obras emergenciais de estabilização	
MA	São Luís	IMÓVEL NA RUA DA ESTRELA, 336	Obras emergenciais de estabilização	
MA	São Luís	IMÓVEL NA RUA 14 DE JULHO, 104	Obras emergenciais de estabilização	
MG	Mariana	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	Escoramento	
MG	Ouro Branco	IGREJA MATRIZ	Obras emergenciais	
MS	Bonito	GRUTAS DE LAGO AZUL E NOSSA SENHORA APARECIDA	Conservação	
PB	Estremoz/ São José do Mipibu	IMAGENS DE SÃO JOAQUIM E SENHOR MORTO	Restauração	
PB	João Pessoa	IGREJA DE SANTA TERESA DE JESUS DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Obras emergenciais	
PE	Olinda	CONVENTO DE SÃO FRANCISCO	Recuperação de instalações elétricas	
PE	Olinda	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Conservação e climatização	
PE	Olinda	MOSTEIRO DE SÃO BENTO	Descupinização	
PE	Recife	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS MILITARES	Recuperação da cobertura	
RJ	Guaratiba	IGREJA MATRIZ SALVADOR DO MUNDO	Restauração	
RJ	Rio de Janeiro	PAÇO IMPERIAL	Escoramento e descupinização do telhado	
RS	Antônio Prado	CASA CARRA	Restauração	
RS	Pelotas	CASA NA PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO, 8	Obras emergenciais	
RS	Porto Alegre	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES	Restauração da Via-Sacra e parte do acervo artístico	
RS	São Miguel das Missões	IGREJA DE SÃO MIGUEL ARCANJO	Estabilização	
SP	Cotia	SÍTIO MANDU	Obras emergenciais	
SP	Itu	IGREJA MATRIZ	Obras emergenciais	
TO	Natividade	IGREJA DE SÃO BENEDITO	Restauração de bens integrados e recuperação da rede elétrica	

2002

CE	Fortaleza	CASA DO CAPITÃO-MOR	Restauração	Sede Iphan
GO	Jaguará	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração	
GO	Pirenópolis	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Obras emergenciais	
MG	Diamantina	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO	Restauração	
MG	Sabará	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO Ó	Restauração	
PA	Belém	CAPELA DA ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração	
SP	São Paulo	CINEMATECA BRASILEIRA	Reforma do setor de administração e do Centro de Documentação	

2003

AP	Macapá	FORTE DE SÃO JOSÉ	Restauração das imagens de São José	
BA	Cachoeira	CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO DE PARAGUAÇU	Obras emergenciais	
BA	Salvador	RECOLHIMENTO DE BOM JESUS DOS PERDÕES E CAPELA DA PIEDADE	Obras emergenciais	
BA	Salvador	CASA BERQUÓ	Obras emergenciais	
ES	Vitória	SOLAR MONJARDIM	Obra emergencial	
GO	Goiás	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Conservação arquitetônica e restauração de bens integrados	
GO	Goiás	IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA DO FERREIRO	Restauração	
GO	Pilar de Goiás	CASA DAS RÓTULAS	Restauração	Casa da Cultura
MA	Alcântara	CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA	Obra emergencial	
MA	Alcântara	RUÍNA DA IGREJA DE SANTA QUITÉRIA	Obra emergencial	
MA	Alcântara	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Obra emergencial	
MA	São Luís	PRÉDIO DO ANTIGO JORNAL <i>O IMPARCIAL</i>	Obra emergencial	
MA	São Luís	PRÉDIO NA RUA DA ESTRELA, 415	Obra emergencial	
MA	São Luís	PRÉDIO NA RUA DA PALMA, 515	Obra emergencial	
MA	São Luís	PRÉDIO NA RUA JACINTO MAIA, 166	Obra emergencial	
MA	São Luís	SÍTIO DO FÍSICO-MOR	Obra emergencial nas ruínas do complexo industrial	
MA	São Luís	SEDE DO IPHAN	Obra emergencial	
MA	São Luís	QUINTA DAS LARANJEIRAS	Obra emergencial na capela de São José	
MG	Caeté	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração arquitetônica e dos elementos artísticos	
MG	Diamantina	BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES	Restauração do prédio	
MG	Diamantina	IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Restauração	

MG	Diamantina	MERCADO VELHO	Restauração	
MG	Diamantina	SOBRADO DA RUA VEREADOR ANÍBAL MACHADO, 73	Obras emergenciais	
MG	Diamantina	IGREJA DE SANTANA DE INHAÍ	Restauração de elementos artísticos	
MG	Prados	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE VITORIANO VELOSO	Restauração de elementos artísticos	
MG	Sabará	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração	
MG	Serro	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração arquitetônica e de elementos artísticos	
PA	Belém	IGREJA DE SANTANA	Obras emergenciais na cobertura e fachada	
PA	Belém	CAPELA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Obras emergenciais no retábulo	
PB	João Pessoa	IGREJA DE SANTA TERESA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Restauração dos bens móveis e integrados	
PB	João Pessoa	IGREJA FRANCISCANA	Salvamento da Capela dos Terceiros	
PB	João Pessoa	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA	Restauração	
PR	Curitiba	SEDE DO IPHAN	Restauração	
PE	Goiana	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração da cobertura	
PE	Goiana	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	Restauração	
PE	Igarassu	IGREJA MATRIZ DE SÃO COSME E SÃO DAMIÃO	Recuperação das instalações elétricas e do telhado	
PE	Olinda	IGREJA DO MONTE	Restauração do altar-mor	
PE	Olinda	CONVENTO DE SÃO FRANCISCO E IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES	Recuperação das instalações elétricas	
PE	Olinda	IGREJA DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO	Restauração de bens integrados à capela-mor	
PE	Recife	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS	Restauração da cobertura e inventário de bens móveis	
PI	Oeiras	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	Restauração	
RN	Natal	FORTALEZA DOS REIS MAGOS	Obras emergenciais	
RS	Antônio Prado	CASA ZILBA GRAZZIOTIN	Restauração emergencial	
RS	Antônio Prado	CASA ZULIAN	Restauração emergencial	
RS	Biguaçu	CASA DOS AÇORES	Restauração emergencial	
RS	Pelotas	CAIXA-D'ÁGUA DA PRAÇA PIRATININO DE ALMEIDA	Restauração	
RS	Porto Alegre	SEDE DO IPHAN	Restauração da cobertura, esquadrias e vitrais	
RS	Viamão	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração	
RS	Santana do Livramento	CASA DE DAVI CANABARRO	Restauração	
RJ	Cabo Frio	CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	Obras emergenciais	
RJ	Campos	SOLAR DOS AYRISES	Obras emergenciais	
RJ	Nova Friburgo	HOTEL DO PARQUE SÃO CLEMENTE	Obras emergenciais	
RJ	Paraty	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES	Recuperação dos elementos artísticos e decorativos	
RJ	Rio Bonito	IGREJA DE SANTANA DO BASÍLIO	Restauração	
RJ	Rio de Janeiro	PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA	Conservação	
SC	Florianópolis	CASA DE VICTOR MEIRELES	Restauração	
SC	Florianópolis	EDIFÍCIO DA ANTIGA ALFÂNDEGA	Restauração	
SC	Laguna	SEDE DO IPHAN	Conservação	
SC	Laguna	IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS	Restauração	
SC	Laguna	PRAÇA REPÚBLICA JULIANA	Revitalização	
SC	Laguna	BIBLIOTECA MUNICIPAL PROF. ROMÉU ULYSSEA	Revitalização	
SP	Carapicuíba	ALDEIA DE CARAPICUÍBA	Recuperação e descupinização	
SP	Iperó	FÁBRICA DE FERRO SÃO JOÃO DE IPANEMA	Restauração do prédio da cavalaria	
SE	São Cristóvão	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS	Restauração	
SE	São Cristóvão	IGREJA SENHOR DOS PASSOS DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Restauração	
TO	Natividade	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração do prédio e dos elementos artísticos integrados	

2004

AL	Penedo	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CORRENTE	Restauração da primeira sanefa	
AL	Porto Calvo	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO	Restauração	
BA	Cachoeira	IGREJA MATRIZ DE SÃO TIAGO	Obras emergenciais	
BA	Salvador	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BARROQUINHA	Restauração	
BA	Salvador	IGREJA E CONVENTO DE SANTA TERESA/ MUSEU DE ARTE SACRA DA UFBA	Recuperação do telhado	
CE	Aracati	IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	Restauração	

CE	Fortaleza	SOBRADO DA MARCELA VIÇOSA	Restauração	
CE	Itarema	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALMOFALA	Restauração	
ES	Vitória	SOLAR MONJARDIM	Desinfestação e imunização	
GO	Goiás	CASA NA RUA MAXIMIANO MENDES, 12	Obra emergencial	
GO	Goiás	CASA NA RUA ERNESTINA, 25	Obras emergenciais	
GO	Pirenópolis	IGREJA DO BONFIM	Restauração	
GO	Pirenópolis	PONTE PÊNSIL	Reconstrução	
GO	Pirenópolis	SEDE DO IPHAN	Conservação	
MA	Alcântara	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS	Restauração arquitetônica e do acervo sacro	
MA	Alcântara	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO	Obras emergenciais	
MA	Alcântara	FONTE DO MIRITITUA	Recuperação e drenagem	
MA	Alcântara	FONTE DAS PEDRAS	Recuperação	
MA	Alcântara	PASSOS DA QUARESMA	Recuperação dos cinco passos	
MA	Alcântara	PELOURINHO	Restauração	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DO GIZ, 421	Obras emergenciais de estabilização, recuperação da cobertura, piso e paredes	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DIREITA, 118	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DA PALMA, 66	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DA PALMA, 360	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DA ESTRELA, 535	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DA ESTRELA, 547	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DE NAZARÉ, 184	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SOBRADO NA PRAÇA JOÃO LISBOA, 37	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DO GIZ, 421	Obras emergenciais	
MA	São Luís	SOBRADO NA TRAVESSA MARCELINO ALMEIDA, 180	Obras emergenciais	
MA	São Luís	IGREJA DE SÃO JOSÉ DO DESTERRO	Recuperação	
MT	Cuiabá	IGREJA SENHOR DOS PASSOS	Restauração	
MG	Caeté	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO	Conservação	
MG	Caeté	IGREJA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, MORRO VERMELHO	Instalações elétricas e luminotécnica	
MG	Prados	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Instalações elétricas e luminotécnica	
MG	Sabará	CAPELA DE SANTANA DO ARRALAL VELHO	Restauração	
MG	Sabará	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	Execução das instalações elétricas	
PA	Belém	SOLAR DO BARÃO DE GUAJARÁ	Restauração	
PA	Belém	IGREJA DE SANTANA	Restauração	
PA	Vigia	IGREJA MADRE DE DEUS	Restauração	
PB	Cabedelo	RUÍNAS DO ALMAGRE	Estabilização e consolidação	
PB	João Pessoa	IGREJA DA MISERICÓRDIA	Restauração	
PB	João Pessoa	CASA DO ERÁRIO	Restauração	Centro de Referência do Patrimônio Cultural
PB	Santa Rita	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA BATALHA NA VÁRZEA DO PARAÍBA	Restauração	
PB	Santa Rita	CAPELA DO SOCORRO NA VÁRZEA DO PARAÍBA	Restauração	
PB	Santa Rita	CAPELA DO PATROCÍNIO NA VÁRZEA DO PARAÍBA	Restauração	
PE	Goiana	CONVENTO DE SANTO ALBERTO	Restauração da cobertura e esquadrias da nave	
PE	Goiana	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO	Restauração	
PE	Igarassu	IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Restauração da cobertura	
PE	Jaboatão dos Guararapes	PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES	Recuperação da cobertura da Administração	
PE	Olinda	IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES	Estabilização e recuperação estrutural	
PE	Olinda	IGREJA ABACIAL DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO	Restauração dos elementos artísticos do altar principal	
PE	Recife	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Reforma das redes elétrica, lógica e telefônica	
PE	Recife	IGREJA DE NOSSA SENHORA. DA CONCEIÇÃO DOS MILITARES	Consolidação estrutural, tratamento do acervo de bens integrados da capela-mor, salvamento do forro policromado	
PR	Lapa	IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO	Restauração	
PR	Paranaguá	FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES DA ILHA DO MEL	Restauração	
RS	General Câmara	CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA VILA DE SANTO AMARO	Restauração	
RS	Porto Alegre	PALACETE ARGENTINA	Restauração	Sede do Iphan
RJ	Rio de Janeiro	SEDE DO IPHAN	Restauração da cobertura	
RJ	Rio de Janeiro	PALÁCIO E PARQUE DO CATETE	Restauração de elementos construtivos	
SC	Biguaçu	SOBRADO DO CONJUNTO DE SÃO MIGUEL	Conservação	

SC	Florianópolis	MEMORIAL DE TORDESILHAS	Restauração	
SC	Florianópolis	FORTALEZA DE SANTA CRUZ DE ANHATOMIRIM	Conservação	
SC	Governador Celso Ramos	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	Restauração	
SC	Laguna	EDIFÍCIO DO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS	Restauração	
SC	Penha	IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA DA ARMAÇÃO DO ITAPOCORÓI	Restauração	
SC	Rio dos Cedros	ANTIGA ESCOLA E CASA DO PROFESSOR	Restauração emergencial	
SC	São Francisco do Sul	SEDE DO IPHAN	Restauração e adaptação	
SP	Guarujá	FORTALEZA DA BARRA GRANDE	Restauração do aquartelamento	
SE	São Cristóvão	CONVENTO DE SANTA CRUZ	Obras emergenciais	
SP	São Roque	SÍTIO SANTO ANTÔNIO	Conservação emergencial	
SP	Iperó	FÁBRICA DE FERRO IPANEMA	Obras emergenciais e conservação estrutural do Prédio do Refino	
SP	São José do Barreiro	FAZENDA PAU D'ALHO	Obras emergenciais	
SP	São Paulo	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Reforma da rede elétrica e telhado	
TO	Natividade	IGREJA MATRIZ	Restauração	

2005

AL	Marechal Deodoro	CONVENTO E IGREJA DE SÃO FRANCISCO	Recuperação da capela da Ordem Terceira	
AL	Penedo	CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	Conservação	
AM	Manaus	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Obras de conservação	
AP	Macapá	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Obras de conservação	
BA	Castro Alves	CAPELA DE SÃO JOSÉ DO JENIPAPO	Obras emergenciais	
BA	Monte Santo	SANTUÁRIO DE SANTA CRUZ	Restauração e conservação	
BA	Porto Seguro	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA AJUDA	Obras emergenciais	
BA	Salvador	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENHA	Restauração do altar-mor	
BA	Salvador	TERREIRO DO BATE-FOLHA	Restauração do barracão de festas	
CE	Aracati	SOBRADO DA FAMÍLIA ZARANZA	Estabilização e consolidação estrutural	
CE	Aracati	SOBRADO DA FAMÍLIA DO ESCRITOR ADOLFO CAMINHA	Estabilização e consolidação estrutural	
CE	Aracati	IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	Restauração	
CE	Fortaleza	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Conservação	
CE	Fortaleza	CASA DE JOSÉ DE ALENCAR	Estabilização e conservação	
CE	Sobral	CASA DO CAPITÃO-MOR	Restauração	Escritório do Iphan
CE	Viçosa	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO	Restauração dos painéis da capela-mor	
DF	Brasília	PALÁCIO DA ALVORADA	Restauração dos lambris da capela	
GO	Goiás	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração arquitetônica e dos bens móveis e integrados	
GO	Goiás	QUARTEL DO XX	Obras emergenciais	
GO	Pilar de Goiás	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR	Obra emergencial e restauração do campanário	
GO	Pirenópolis	CASA DA CÂMARA E CADEIA	Restauração	
MA	Alcântara	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Conservação e restauração dos bens móveis e integrados	
MT	Cuiabá	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO	Restauração	
MT	Vila Bela	ACERVO DE IMAGENS SACRAS	Restauração	
MS	Campo Grande	EDIFÍCIO MORADA DOS BAÍS	Restauração	Instalação do Museu do Pantanal
MS	Corumbá	ANTIGO PRÉDIO DA ALFÂNDEGA	Restauração	
MS	Corumbá	IMÓVEL DA CORPORAÇÃO 13 DE MAIO	Restauração	
MG	Belo Horizonte	CASA DO CONDE DE SANTA MARINHA	Restauração	
MG	Congonhas	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Instalações elétricas e luminotécnica	
MG	Ouro Preto	CAPELA DE BOM JESUS DAS FLORES DE TAQUARAL	Recuperação da cobertura	
MG	Ouro Preto	IMÓVEL NA PRAÇA ANTÔNIO DIAS	Restauração da fachada	
MG	Ouro Preto	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR	Restauração	
MG	Serro	IGREJA DE SANTA RITA	Obras emergenciais	
PB	João Pessoa	CAPELA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Restauração do altar-mor	
PB	João Pessoa	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA	Restauração	
PR	Curitiba	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Restauração	
PR	Paranaguá	IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS	Restauração	
PE	Ipojuca	CONVENTO FRANCISCANO DE SERINHAÉM	Consolidação e recuperação da cobertura da ala conventual	
PE	Olinda	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração de bens móveis e integrados	
PE	Recife	CONVENTO FRANCISCANO	Restauração dos painéis de azulejo	

PE	Recife	IGREJA MATRIZ DA BOA VISTA	Restauração da cobertura	
RN	Natal	IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU	Restauração dos bens móveis e integrados	
RS	Antônio Prado	SEDE DO IPHAN	Restauração	
RS	Antônio Prado	CONJUNTO ARQUITETÔNICO	Ação emergencial de prevenção de incêndios	
RS	Antônio Prado	CASA DA NENI	Restauração	
RS	Antônio Prado	CASA VENTURINI	Restauração das fachadas	
RS	General Câmara	IGREJA DE SANTO AMARO	Restauração	
RJ	Duque de Caxias	FAZENDA DE SÃO BENTO	Obras emergenciais na casa-grande e capela	
RJ	Duque de Caxias	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PILAR	Obras emergenciais	
RJ	Paraty	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES	Restauração	
RJ	Paraty	FORTE DEFENSOR PERPÉTUO	Modernização de infraestrutura	
SC	Laguna	CINE MUSSI	Obras emergenciais	
SP	Cotia	SÍTIO MANDU	Restauração (TAC)	
SP	Guarujá	FORTALEZA DA BARRA GRANDE	Restauração do Fortim do Góes	
SP	Iperó	REAL FÁBRICA DE FERRO IPANEMA	Estabilização da Oficina de Refinos, restauração e prospecção no complexo dos altos-fornos	
SE	Itaporanga D'Ajuda	FAZENDA IOLANDA	Obras emergenciais de estabilização da casa e igreja	
SE	Tomar do Geru	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Obras emergenciais	
SE	São Cristóvão	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS	Restauração	
TO	Natividade	IGREJA DE SÃO BENEDITO	Restauração	

2006

AM	Manaus	SEDE DO IPHAN	Obras emergenciais	
BA	Salvador	CASA BERQUÓ	Conservação	
BA	Salvador	CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Obras emergenciais no claustro	
DF	Brasília	PALÁCIO DA ALVORADA E SUA CAPELA	Restauração	
ES	Vitória	SEDE DO IPHAN	Aquisição de imóvel	
GO	Corumbá de Goiás	CASARÃO 13 DE MAIO	Obra emergencial	
MA	Alcântara	MUSEU CASA HISTÓRICA	Restauração prédio e dos bens móveis e integrados	
MA	São Luís	SOBRADO NA RUA DA ESTRELA, 82	Obra emergencial	
MS	Corumbá	ANTIGO PRÉDIO DA ALFÂNDEGA	Restauração	Sede do Iphan
PA	Belém	SOLAR DO BARÃO DE GUAJARÁ	Restauração	
PB	João Pessoa	SEDE DO IPHAN	Aquisição de imóvel	
PE	Goiana	IGREJA NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	Restauração do prédio e dos bens móveis e integrados	
RS	General Câmara	NÚCLEO HISTÓRICO DA VILA DE SANTO AMARO	Restauração e consolidação de imóveis	
RJ	Paraty	IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração do altar	
RJ	Rio de Janeiro	IGREJA DA CANDELÁRIA	Recuperação da cobertura	
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Restauração da cúpula e fachadas	
SE	Itaporanga D'Ajuda	CASA DE ITAJUPEBA	Estabilização	
SE	São Cristóvão	SEDE DO IPHAN	Restauração	
SE	Tomar do Geru	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Obras emergenciais	
SE	Itaporanga D'Ajuda	FAZENDA IOLANDA	Obras emergenciais de estabilização da casa	
SE	São Cristóvão	ANTIGA OUVIDORIA	Restauração das pinturas artísticas	
SE	Aracaju	SEDE DO IPHAN	Aquisição de imóvel	

2007

AL	Maceió	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Reforma e adaptação	Casa do Patrimônio
AL	Marechal Deodoro	CASA DE CÂMARA E CADEIA	Restauração	
AL	Palmeira dos Índios	CASA DE GRACILIANO RAMOS	Restauração e adaptação	
AL	Penedo	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL		Casa do Patrimônio
AL	Penedo	COMPLEXO FRANCISCANO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	Restauração da cobertura	
AL	Penedo	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CORRENTE	Restauração da azulejaria das torres	
AL	Piranhas	IMÓVEL DA RFFSA	Restauração	Casa do Patrimônio
AL	Porto Calvo	IMAGENS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO	Restauração	
AP	Macapá	FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	Consolidação das muralhas	
BA	Salvador	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESCADA	Contenção da encosta, conservação e restauração da capela	
BA	Salvador	IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Conservação	
BA	Santa Cruz Cabralia	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração	

BA	Santo Amaro	SOLAR DO CONDE DE SUBAÉ	Restauração e adequação	Sede do Samba de Roda
CE	Fortaleza	PASSEIO PÚBLICO	Restauração	
CE	Itarema	IMAGENS SACRAS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALMOFALA	Restauração	
DF	Brasília	PALÁCIO DA ALVORADA	Restauração da obra de Athos Bulcão na Capela	
ES	Vitória	CASA DE LEILÕES DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO	Restauração	
GO	Goiás	CONVENTO DOMINICANO	Obra emergencial de restauração	
GO	Pilar de Goiás	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	Restauração	
GO	Pirenópolis	FAZENDA BABILÔNIA	Restauração da Capela	
GO	Goiânia	LAGO DAS ROSAS	Restauração do trampolim e mureta	
MA	São Luís	IGREJA DE SÃO JOSÉ DO DESTERRO	Conservação	
MA	São Luís	TERREIRO CASA DAS MINAS	Restauração	
MA	Alcântara	CEMITÉRIO DE SÃO BENEDITO	Conservação	
MA	Alcântara	IMÓVEL NA RUA DR. NETO GUTIERRES, 26	Obras de escoramento	
MA	Alcântara	SOBRADO DA RUA DAS MERCÊS	Conservação	Sede do Iphan
MA	São Luís	IMAGEM DE SÃO BONIFÁCIO	Restauração	
MT	Chapada dos Guimarães	IGREJA DA SÉ DE SANTANA	Conservação e manutenção	
MT	Santo Antônio do Leverger	USINA DE ITAICY	Obras emergenciais	
MS	Corumbá	CASA VASQUEZ	Restauração	
MS	Corumbá	FORTE DE COIMBRA	Restauração	
MS	Corumbá	HOTEL GALILEU	Obras emergenciais	
MG	Ouro Preto	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR	Restauração do telhado	
MG	Catas Altas	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Instalações elétricas e segurança eletrônica	
MG	Belo Horizonte	CASA DO CONDE	Restauração	
PB	João Pessoa	IMÓVEL	Adaptação	Casa do Patrimônio
PB	João Pessoa	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Recuperação da sustentação do forro	
PB	João Pessoa	CONJUNTO FRANCISCANO	Consolidação e restauro do acervo azulejar do adro	
PR	Lapa	CASA DA CÂMARA E CADEIA	Restauração	
PE	Olinda	IGREJA DO CARMO	Reforço estrutural, douramento do altar do Santíssimo	
PE	Recife	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR	Restauração	
RS	Antônio Prado	CASA SCHIOCHET-TERGOLINA	Restauração	
RS	General Câmara	CASA SR. AMARO NA VILA DE SANTO AMARO	Restauração	
RS	Porto Alegre	PALACETE ARGENTINA	Restauração	
RJ	Paraty	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DAS DORES	Restauração interna	
RJ	Cabo Frio	CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	Conservação	
RJ	Paraty	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Obras emergenciais	
RJ	Paraty	SEDE DO IPHAN	Conservação	
RJ	Rio de Janeiro	SEDE DO IPHAN	Conservação	
RO	Costa Marques	FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA	Estabilização e consolidação das ruínas	
RO	Porto Velho	CEMITÉRIO DA CANDELÁRIA – ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ	Recuperação	
SP	São Roque	SÍTIO SANTO ANTÔNIO	Obras emergenciais e implantação de acessibilidade	
SP	Santos	IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Restauração do retábulo da flagelação	
SP	São Vicente	IGREJA MATRIZ	Restauração do retábulo incendiado	
SE	Laranjeiras	IGREJA MATRIZ DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Obras emergenciais	
SE	São Cristóvão	IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Restauração do forro da capela-mor	
SE	Laranjeiras	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS	Restauração dos azulejos da torre e frontão	
SE	Boquim	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	Restauração	
SE	Aracaju	NOVA SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Restauração	
SE	São Cristóvão	IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Restauração do retábulo da capela-mor	
SC	Itaiópolis	CASA POLASKI	Aquisição	
SC	Laguna	CENTRO HISTÓRICO	Revitalização de espaços públicos	

2008

AL	Marechal Deodoro	CASA DA CÂMARA E CADEIA	Reforma e adaptação	Sede da Casa do Patrimônio
AL	Palmeira dos Índios	MUSEU CASA DE GRACILIANO RAMOS	Restauração, reforma museográfica e adaptação	Museu
AL	Penedo	IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS DO CONVENTO FRANCISCANO	Restauração do altar-mor	
AL	Penedo	CONVENTO FRANCISCANO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	Restauração da cobertura e estrutura	
AL	Penedo	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS CORRENTES	Restauração dos azulejos das torres	

AL	Penedo	ORATÓRIO DA FORÇA	Restauração	
AL	Penedo	CENTRO HISTÓRICO	Requalificação paisagística do quarteirão comercial	
AL	Penedo	SOBRADO DOS LESSA	Restauração	Sede do Núcleo de Pesquisa e Educação Ambiental e Patrimonial da Ufal
AL	Piranhas	IMÓVEL DA ANTIGA RFFSA NO CENTRO HISTÓRICO	Restauração e adaptação para receber auditório	Auditório
AL	Piranhas	CENTRO HISTÓRICO	Requalificação paisagística da orla do rio São Francisco	
AL	Porto Calvo	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO	Restauração do altar-mor e de imagens sacras em madeira, tratamento de unidade, adequação luminotécnica, embutimento elétrico	
BA	Salvador	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	Restauração	
BA	Salvador	CONVENTO DE SÃO FRANCISCO	Restauração do claustro	
BA	Santo Amaro	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS	Restauração	
DF	Brasília	CAPELA DO PALÁCIO DA ALVORADA	Restauração	
DF	Brasília	IGREJINHA	Restauração	
GO	Corumbá	CASA DE CÂMARA E CADEIA	Restauração e adaptação para receber biblioteca	Sede da Biblioteca Pública Municipal e do Programa de Inclusão Digital
GO	Goiás	SEDE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL FREI SIMÃO DORVI	Restauração	Centro de Pesquisa
GO	Pilar de Goiás	ERMIDA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	Restauração	
GO	Pirenópolis	FAZENDA BABILÔNIA E CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração e adaptação de instalações para recepção de turistas	Visitação de turistas
MA	Alcântara	SOBRADO DA RUA GRANDE	Restauração e adaptação para receber biblioteca	Sede da Biblioteca Municipal Tito Soares
MA	Alcântara	SOBRADO DA RUA DAS MERCÊS, 464	Restauração e adaptação para receber Ponto de Cultura	Sede do Ponto de Cultura por uma Alcântara Sustentável
MA	São Luís	IGREJA DO DESTERRO	Restauração	
MA	São Luís	ANTIGA SEDE DO JORNAL <i>O IMPARCIAL</i> , RUA FORMOSA, 46	Recuperação estrutural	
MG	Barbacena	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE	Reforma elétrica e luminotécnica, implantação de segurança eletrônica e sonorização	
MG	Belo Horizonte	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA	Restauração	
MG	Congonhas do Campo	LADEIRA DO BOM JESUS	Restauração do calçamento, passeios e drenagem pluvial	
MG	Diamantina	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração das fachadas	
MG	Mariana	PRAÇA CLÁUDIO MANUEL DA COSTA (SÉ)	Reforma	
MG	Mariana	PRAÇA DE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS	Reforma	
MG	Mariana	CASA DA RUA DIREITA	Restauração e adequação	
MG	Mariana	PRAÇA MINAS GERAIS	Reforma	
MG	Ouro Preto	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR	Restauração do telhado	
MG	Ouro Preto	HORTO BOTÂNICO VALE DOS CONTOS	Restauração e tratamento paisagístico	
MG	Ouro Preto	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR	Restauração do telhado	
MG	Serro	IGREJA DE BOM JESUS DE MATOSINHOS	Restauração	
MG	Tiradentes	IGREJA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	Restauração da capela-mor	
MT	Santana do Sacramento	IGREJA DA SÉ	Restauração	
MT	Cuiabá	SEDE DO IPHAN	Reforma	
MS	Corumbá	FORTE DE COIMBRA	Recuperação e adaptação	
PB	Aparecida	CONJUNTO HISTÓRICO FAZENDA ACAUÃ	Estabilização e consolidação estrutural, reforma da cobertura e esquadrias, reboco e pintura	Sede do Ponto de Cultura Caminhos de Acahuan
PE	Goiana	IGREJA DO CONVENTO DE SANTO ALBERTO DE SICÍLIA	Restauração de bens móveis e integrados	
PE	Igarassu	SOBRADO DO IMPERADOR	Restauração	
PE	Jaboatão dos Guararapes	IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	Restauração dos altares	
PE	Olinda	IMÓVEIS DA RUA DO AMPARO, 45, 49, 55 E 59	Estabilização estrutural	Instalação da sede do Escritório Técnico do Iphan
PE	Olinda	IGREJA DO ANTIGO CONVENTO DO CARMO	Restauração do altar do Santíssimo, da capela-mor e da cantaria	
PE	Recife	CONVENTO FRANCISCANO	Restauração do conjunto azulejar	
PE	Recife	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração	
PE	Recife	SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PERNAMBUCO	Restauração	
PI	Castelo	SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA PEDRA DO CASTELO	Melhoria da estrutura de visitação.	Sítio arqueológico e local de peregrinação religiosa
PR	Lapa	CASA DE CÂMARA E CADEIA	Restauração	

PR	Lapa	TEATRO DE SÃO JOÃO	Restauração	
PR	Piraquara	CASA DO CONJUNTO FERROVIÁRIO	Restauração	
PR	Antônio Olinto	IGREJA DA IMACULADA CONCEIÇÃO	Restauração	
PR	Curitiba	ANTIGO PAÇO MUNICIPAL	Restauração	
RO	Presidente Médici	MUSEU REGIONAL DE ARQUEOLOGIA	Adaptação de espaço e instalação do Museu	Sede do Museu Regional de Arqueologia e Centro de Pesquisa
RO	Porto Velho	CEMITÉRIO DA CANDELÁRIA – ESTRADA DE FERRO MADEIRA–MAMORÉ	Reforma para facilitação do acesso e divulgação da história do local	
SC	Laguna	CENTRO HISTÓRICO	Qualificação e revitalização da orla	
SC	Laguna	ANTIGA CÂMARA	Restauração	
SC	São Francisco do Sul	MUSEU NACIONAL DO MAR	Restauração do edifício e da exposição permanente	
SP	Taubaté	CHÁCARA DO VISCONDE	Restauração	
SP	Bertioga	FORTE DE SÃO JOÃO	Restauração dos forros e cobertura	
SE	São Cristóvão	IGREJA CONVENTUAL DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração do forro e retábulos	
TO	Natividade	CASA DE CULTURA AMÁLIA HERMANO	Restauração e revitalização	
TO	Palmas	ANTIGA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Restauração	

2009

AL	Coqueiro Seco	IGREJA DE NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS	Restauração	Sede da Casa do Patrimônio
AL	Maceió	SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN – IMÓVEL DA ANTIGA RFFSA	Restauração e adaptação do imóvel	Sede do Iphan e da Casa do Patrimônio
AL	Penedo	LARGO DE SÃO GONÇALO	Requalificação urbana	
AL	Piranhas	ANTIGO TERMINAL FERROVIÁRIO	Restauração e adaptação	
AP	Macapá	FORTALEZA DE SÃO JOSÉ	Restauração	
BA	Maragogipe	IGREJA MATRIZ DE SÃO BARTOLOMEU	Restauração	
BA	Rio de Contas	SEDE DO IPHAN	Aquisição, restauração e adaptação	Sede do Escritório Técnico do Iphan
BA	Monte Santo	SANTUÁRIO DE SANTA CRUZ	Restauração das capelas	
DF	Brasília	CATEDRAL METROPOLITANA	Restauração	
DF	Brasília	PALÁCIO DO PLANALTO	Restauração	
DF	Brasília	TEATRO NACIONAL	Restauração	
ES	Anchieta	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO (SANTUÁRIO DE ANCHIETA)	Restauração do retábulo	
GO	Goiás	IMÓVEL DA RUA EUGÊNIO JARDIM, 16	Reabilitação	
GO	Goiás	CONVENTO DO ROSÁRIO	Restauração	
MA	Alcântara	PRAÇA DA MATRIZ	Requalificação urbanística	
MA	Alcântara	IGREJA MATRIZ DE SÃO MATIAS	Estabilização e iluminação artística da ruína	
MA	Alcântara	IMÓVEL DA RUA NETO GUTERREZ, 26	Restauração	
MA	Alcântara	IMÓVEL DA RUA NETO GUTERREZ, 69	Restauração	
MA	Alcântara	ANTIGO MATADOURO	Restauração e adaptação para receber cinema	Cinema
MA	Alcântara	CASA DE CULTURA	Restauração	
MA	São Luís	SOBRADO DO BECO DA PACOTILHA, 184	Recuperação	
MA	São Luís	SOBRADO DA RUA DA PALMA, 375	Recuperação	
MG	Belo Horizonte	CASA DO CONDE DE SANTA MARINHA	Restauração da cobertura	Sede do Iphan
MG	Belo Horizonte	EDIFÍCIO DA RUA SAPUCAÍ PERTENCENTE À ANTIGA RFFSA	Restauração	
MG	Congonhas	LADEIRA DO BOM JESUS	Restauração	
MG	Diamantina	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração e consolidação estrutural	
MG	Diamantina	CAPELA DE SANTANA DE INHAÍ	Restauração	
MG	Ouro Preto	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS E PERDÕES	Consolidação estrutural	

MG	Prados	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração	
MG	São João del-Rei	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração do telhado	
MG	São João del-Rei	IMÓVEL DA ANTIGA RFFSA	Restauração	Sede do Escritório Técnico do Iphan
MG	São João del-Rei	IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Restauração da cimalha	
MG	São João del-Rei	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	Substituição do assoalho	
MG	Serro	IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração	
MG	Serro	CHÁCARA E CASA DO BARÃO DO SERRO	Restauração	
MG	Tiradentes	IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO	Restauração de bens móveis integrados	
MG	Tiradentes	IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	Restauração	
MT	Chapada dos Guimarães	IGREJA DE SANTANA DO SACRAMENTO	Restauração	
MT	Cuiabá	IGREJA DA BOA MORTE	Restauração	
MS	Campo Grande	IMÓVEL DA ANTIGA RFFSA	Recuperação e adaptação	Sede do Iphan
MS	Corumbá	TRAVESSA MERCÚRIO	Revitalização urbana	
MS	Corumbá	BECO DA CANDELÁRIA	Revitalização urbana	
PA	Belém	IGREJA DE SANTANA	Restauração	
PB	João Pessoa	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA	Restauração	
PB	João Pessoa	PRÉDIO DA ANTIGA INTENDÊNCIA DE ALFÂNDEGA NO PORTO DO CAPIM	Restauração	
PR	Paulo de Frontin	ESTAÇÃO PAULO DE FRONTIN	Restauração	
PR	Piraquara	CASA DO CONJUNTO FERROVIÁRIO	Restauração	
PR	Paranaguá	CASA DACHEUX	Restauração	
PE	Recife	PALÁCIO DA SOLEDADE	Restauração e adequação	Sede do Iphan e Casa do Patrimônio
PE	Igarassu	SOBRADO DO IMPERADOR	Reforma e adaptação	Sede do Escritório Técnico e da Casa do Patrimônio
PI	Piracuruca	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	Restauração	
RS	Antônio Prado	CASA GREZZANA	Restauração	
RS	Antônio Prado	CASA MARQUES	Restauração	
RS	Jaguarão	TEATRO ESPERANÇA	Restauração	
RS	Pelotas	CAIXA-D'ÁGUA DA PRAÇA PIRATININO ALMEIDA	Restauração	
RS	Viamão	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração	
RJ	Angra dos Reis	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NA VILA DE MAMBUCABA	Recuperação da cobertura	
RJ	Rio de Janeiro	CAPELA DO SÍTIO BURLE MARX	Restauração do telhado	
RJ	Rio de Janeiro	TEATRO MUNICIPAL	Restauração	
RJ	Paraty	IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES	Recuperação Artística	
RJ	Paraty	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração	
RJ	Valença	FAZENDA DE SANTA MÔNICA	Restauração	
SC	Laguna	CINE MUSSI	Aquisição e restauração	Sala de Cinema e Centro Cultural
SP	Iguape	CASA DO PATRIMÔNIO	Implantação	Sede da Casa do Patrimônio
SP	Iperó	FÁBRICA DE FERRO IPANEMA	Recuperação da estrutura do prédio da Oficina de Refino	
SP	Santos	CASA DO TREM BÉLICO	Restauração	
SE	Boquim	CONJUNTO FERROVIÁRIO	Restauração da estação, casas e caixa-d'água	
SE	São Cristóvão	IGREJA CONVENTUAL DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração dos retábulos laterais	

7. AÇÕES EXECUTADAS PELO PROGRAMA MONUMENTA – 2002-2010

ANO	CIDADE	BEM OU ÁREA DE ENTORNO BENEFICIADA	AÇÃO REALIZADA	USO CONFERIDO AO BEM BENEFICIADO	FONTES DE RECURSOS	PARCEIROS ENVOLVIDOS
2002	Cachoeira	CAPELA NOSSA SENHORA DA AJUDA	Restauração	Religioso	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2002	Goiás	CHAFARIZ DA BOA MORTE	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Governo de Goiás
2002	Lençóis	PONTE SOBRE O RIO LENÇÓIS	Recuperação	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2002	Oeiras	RUA SALDANHA MARINHO	Requalificação de calçadas	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2002	Ouro Preto	CAPELA NOSSA SENHORA DAS DORES	Restauração 1ª etapa (obra emergencial)	Religioso	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2002	Penedo	IGREJA NOSSA SENHORA DA CORRENTE	Restauração	Religioso e loja de <i>souvenir</i>	BID/Tesouro	Prefeitura e Governo de Alagoas
2002	Porto Alegre	PALÁCIO PIRATINI		Sede do Governo Estadual	Contrapartida	Prefeitura
2002	Rio de Janeiro	CASA DA RUA GONÇALVES LEDO, 11	Recuperação emergencial	Educacional/Comercial	BID/Tesouro	Prefeitura
2002	Rio de Janeiro	RUA DO LAVRADIO E ADJACENTES	Requalificação	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2003	Congonhas	IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ	Restauração	Religioso	BID/Tesouro	Prefeitura
2003	Congonhas	PRAÇA SÃO JOSÉ	Construção	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2003	Corumbá	ESCADARIA E PRAÇA GENERAL RONDON	Revitalização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2003	Ouro Preto	PONTE DE MARÍLIA EM ANTÔNIO DIAS	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2003	Ouro Preto	IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM ANTÔNIO DIAS	Paisagismo do adro e do largo	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2003	Ouro Preto	CASA DO FOLCLORE	Restauração e recuperação	Escola de Música e Café	BID/Tesouro	Prefeitura
2003	Pelotas	CHAFARIZ FONTE DAS NEREIDAS	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2003	Porto Alegre	PÓRTICO CENTRAL DO CAIS DO PORTO	Restauração	Lazer e contemplação	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2003	Recife	AVENIDA CAIS DA ALFÂNDEGA	Urbanização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2003	São Francisco do Sul	TERMINAL MARÍTIMO	Restauração do muro frontal	Receptivo turístico	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2003	São Paulo	CHAMINÉ DA LUZ	Conservação	Lazer	Contrapartida	Prefeitura
2004	Belém	PRAÇA MARANHÃO	Reforma e restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2004	Belém	PRAÇA FREI CAETANO BRANDÃO	Reforma e restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2004	Cachoeira	CASA DE CÂMARA E CADEIA	Recuperação	Câmara de Vereadores e Museu	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2004	Cachoeira	CASA DA RUA ANA NERY, 7	Recuperação	Posto de Informações Turísticas, IBGE e Comando da Polícia Militar	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2004	Corumbá	PRAÇA GENEROSO PONCE	Revitalização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2004	Icó	TEATRO DA RIBEIRA DOS ICÓS	Reforma e recuperação	Teatro	BID/Tesouro	Prefeitura
2004	Icó	LARGO DO THEBERGE	Urbanização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2004	Lençóis	MERCADO MUNICIPAL	Restauração	Receptivo turístico e Café	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2004	Lençóis	ANTIGA PREFEITURA	Restauração	Escritório Técnico do Iphan	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2004	Olinda	MUSEU REGIONAL	Construção do anexo	Sanitários para visitantes	BID/Tesouro	Prefeitura
2004	Olinda	BECO BAJADO	Recuperação	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2004	Olinda	OBSERVATÓRIO DO ALTO DA SÉ	Restauração	Observatório astronômico	BID/Tesouro	Prefeitura
2004	Olinda	LARGO DA CONCEIÇÃO	Recuperação do estacionamento	Estacionamento	BID/Tesouro	Prefeitura
2004	Ouro Preto	PONTE SECA	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2004	Pelotas	GRANDE HOTEL	Restauração da cobertura e fachadas	Hotel-escola (em implantação)	BID/Tesouro	Prefeitura
2004	Penedo	IGREJA DE SÃO GONÇALO GARCIA	Restauração	Religioso e Museu Sacro	BID/Tesouro	Prefeitura e Governo de Alagoas
2004	Penedo	PRAÇA BARÃO DE PENEDO	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura e Governo de Alagoas
2004	Porto Alegre	PRAÇA DA ALFÂNDEGA	Pesquisa Geofísica	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2004	Porto Alegre	TERMINAL VIAMÃO		Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2004	Salvador	SEMINÁRIO SÃO DAMASO	Restauração	Centro de Restauo da Bahia	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2004	Salvador	CASA DOS SANTOS ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Restauração	Religioso	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2004	Salvador	IGREJA NOSSA SENHORA DA AJUDA	Restauração	Religioso	BID/Tesouro	Governo da Bahia

2004	São Francisco do Sul	IGREJA NOSSA SENHORA DA GRAÇA	Salvamento arqueológico	Religioso	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2005	Congonhas	SANTUÁRIO DO BOM JESUS DO MATOZINHOS	Restauração do conjunto arquitetônico e paisagístico (obras nas capelas)	Religioso	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2005	Diamantina	PRAÇA MONSENHOR NEVES	Restauração e revitalização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2005	Diamantina	SOBRADO DO INTENDENTE	Obra emergencial	Museu do Diamante	Contrapartida	Prefeitura
2005	Goiás	MUSEU DAS BANDEIRAS	Restauração	Museu/Café	BID/Tesouro	Governo de Goiás
2005	Ouro Preto	CAPELA NOSSA SENHORA DAS DORES	Restauração	Religioso	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2005	Pelotas	CASA SITUADA NA PRAÇA CORONEL OSÓRIO, 2	Restauração	Secretaria Municipal de Cultura	BID/Tesouro	Prefeitura
2005	Rio de Janeiro	CONJUNTO ESCULTÓRICO DA PRAÇA TIRADENTES	Recuperação	Lazer	BID/Tesouro	Prefeitura
2005	São Francisco do Sul	MUSEU NACIONAL DO MAR	Recuperação e restauração	Museu	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2005	São Francisco do Sul	CONJUNTO ESCULTÓRICO DA PRAÇA TIRADENTES	Revitalização	Infraestrutura	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2005	São Francisco do Sul	IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	Recuperação e restauração	Religioso e Museu Sacro	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2005	São Francisco do Sul	TERMINAL MARÍTIMO	Portal do Turismo	Terminal turístico	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2006	Alcântara	TERMINAL DE PASSAGEIROS	Readequação	Receptivo turístico	Contrapartida	Governo do Maranhão
2006	Alcântara	MERCADO DE PEIXES	Restauração	Comercial	Contrapartida	Governo do Maranhão
2006	Alcântara	RECEPTIVO TURÍSTICO	Restauração	Institucional	Contrapartida	Governo do Maranhão
2006	Cachoeira	CONJUNTO DO CARMO	Recuperação	Museu de Arte Sacra	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	Cachoeira	IMÓVEL NA RUA BENJAMIN CONSTANT, 17	Recuperação do imóvel	Escritório Técnico e de hospedagem do Iphan	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	Cachoeira	IMÓVEL NA RUA SETE DE SETEMBRO, 34	Recuperação	Arquivo Público Municipal	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	Cachoeira	IGREJA DO ROSARINHO E CEMITÉRIO	Restauração	Centro Cultural e eventual culto religioso	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	Congonhas	ENTORNO DO SANTUÁRIO BOM JESUS DE MATOZINHOS	Contenção de encostas/ drenagem e paisagismo dos jardins e entorno	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2006	Corumbá	ORLA DO PORTO	Reurbanização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2006	Diamantina	IGREJA SÃO FRANCISCO	Restauração	Religioso	BID/Tesouro	Prefeitura
2006	Goiás	MUSEU DAS BANDEIRAS	Projeto luminotécnico	Museu/ Café	BID/Tesouro	Governo de Goiás
2006	Lençóis	BIBLIOTECA URBANO DUARTE	Recuperação do imóvel	Biblioteca	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	Lençóis	ANTIGO POSTO DE SAÚDE	Recuperação do imóvel	Secretaria de Obras da Prefeitura	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	Lençóis	SEDE DO IPHAN	Recuperação do imóvel	Casa do Patrimônio	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	Mariana	PRAÇA TANCREDO NEVES	Revitalização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2006	Ouro Preto	PONTE DO ROSÁRIO	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2006	Pelotas	MERCADO MUNICIPAL	Restauração parcial da cobertura e calhas	Mercado	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2006	Porto Alegre	IGREJA NOSSA SENHORA DAS DORES	Elementos artísticos	Religioso	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2006	Porto Alegre	PRAÇA DA ALFÂNDEGA	Infraestrutura para escavação arqueológica	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2006	Rio de Janeiro	TEATRO CARLOS GOMES	Restauração	Teatro	BID/Tesouro	Prefeitura
2006	Salvador	IGREJA NOSSA SENHORA DA AJUDA	Obras complementares de restauração	Religioso	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	Salvador	CASA DOS SANTOS DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Obras complementares de restauração	Religioso	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2006	São Cristóvão	IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS	Restauração de elementos artísticos	Religioso	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo de Sergipe
2006	São Cristóvão	SOBRADO DA ANTIGA OUVIDORIA	Restauração	Casa do Patrimônio	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo de Sergipe
2006	São Cristóvão	PRAÇA DA BANDEIRA	Requalificação	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo de Sergipe
2006	São Francisco do Sul	ORLA MARÍTIMA	Implantação do trapiche, paisagismo	Lazer	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2006	São Francisco do Sul	ORLA MARÍTIMA	Iluminação, mobiliário urbano e urbanização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2006	São Francisco do Sul	MERCADO MUNICIPAL	Instalação provisória	-----	Contrapartida	Prefeitura
2006	São Paulo	CORETO Nº 2 E PONTO DE BONDES		Lazer	Contrapartida	Prefeitura
2006	São Paulo	PRÉDIO DO RESTAURANTE PONTO CHIC	Restauração	Biblioteca pública	Contrapartida	Prefeitura
2006	São Paulo	MUSEU DE ARTE SACRA	Restauração da galilé	Religioso	Contrapartida	Prefeitura

2007	Cachoeira	IMÓVEL NA RUA ANA NERY, 2		Biblioteca Municipal e Faculdade de Tecnologia e Ciências	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2007	Cachoeira	MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração	Religioso	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2007	Congonhas	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	Restauração	Apoio ao turista/ Café e lanchonete	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2007	Corumbá	PRÉDIO WANDERLEY BAÍS	Recuperação e restauração	Museu do Homem do Pantanal	BID/Tesouro/ Contrapartida/ PRONAC	Prefeitura
2007	Diamantina	SOBRADO DO INTENDENTE	Restauração do forro	Museu do Diamante	BID/Tesouro	Prefeitura
2007	Goiás	PRAÇA DR. TASSO DE CAMARGO	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Governo de Goiás
2007	Icó	CASA DE CÂMARA E CADEIA	Recuperação	Cultural	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2007	Icó	SOBRADO CANELA PRETA	Restauração	Institucional	BID/Tesouro	Prefeitura
2007	Lençóis	CASA DE CULTURA AFRÂNIO PEIXOTO E ANFITEATRO	Recuperação	Casa de Cultura	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2007	Lençóis	ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL	Recuperação	Arquivo Público	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2007	Natividade	IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE	Restauração	Religioso	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2007	Natividade	LARGO DO ROSÁRIO (PRAÇA DA RUÍNA)	Revitalização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2007	Natividade	PRAÇA DA MATRIZ	Revitalização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2007	Oeiras	CAFÉ OEIRAS	Restauração	Bar/ Restaurante	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo do Piauí
2007	Oeiras	SOBRADO DO MAJOR SELEMÉRICO	Restauração	Cultural	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo do Piauí
2007	Ouro Preto	BENS MOBILIÁRIOS URBANOS	Aquisição	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2007	Ouro Preto	TEATRO MUNICIPAL	Anexo	Teatro	BID/Tesouro	Prefeitura
2007	Pelotas	PAÇO MUNICIPAL	Restauração das fachadas e cobertura	Prefeitura Municipal	BID/Tesouro	Prefeitura
2007	Porto Alegre	PRAÇA DA ALFÂNDEGA	Pesquisa arqueológica	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2007	Porto Alegre	MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL	Recuperação	Museu	BID/Tesouro	Prefeitura
2007	Porto Alegre	BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Elevador	Biblioteca	BID/Tesouro	Prefeitura
2007	São Cristóvão	PRAÇA SENHOR DOS PASSOS/ LARGO DO CARMO	Requalificação	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Sergipe
2007	São Cristóvão	CAPELA DOS CAPUCHINHOS	Fachada	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Sergipe
2007	São Cristóvão	PRAÇA SÃO FRANCISCO	Restauração e urbanização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Sergipe
2007	São Cristóvão	CONVENTO SANTA CRUZ	Restauração dos elementos artísticos	Religioso	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Sergipe
2007	São Cristóvão	LAR IMACULADA CONCEIÇÃO	Restauração dos elementos artísticos	Religioso	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Sergipe
2007	São Francisco do Sul	MERCADO MUNICIPAL	Implantação do deck	Lazer	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2007	São Paulo	PRAÇA CORONEL FERNANDO PRESTES	Restauração e reurbanização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2007	Serro	IGREJA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS	Restauração dos bens artísticos integrados	Religioso	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Minas Gerais
2008	Cachoeira	IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO MONTE	Restauração	Religioso	Contrapartida	Governo da Bahia
2008	Cachoeira	LOGRADOUROS DE CACHOEIRA	Requalificação	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Governo da Bahia
2008	Cachoeira	CENTRO CULTURAL DA FUNDAÇÃO HANSEN BAHIA	Restauração de imóvel na rua. Manoel Vitorino, 12	Sede da Fundação Hansen Bahia	Contrapartida	Governo da Bahia
2008	Congonhas	CAPELAS DOS PASSOS DA PAIXÃO	Pinturas – 1ª etapa	Religioso	BID/Tesouro	Prefeitura
2008	Congonhas	LOGRADOURO NA ÁREA DO PROJETO	Ladeira – redes elétrica e telefônica subterrâneas	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2008	Diamantina	MERCADO VELHO	Restauração e revitalização	Comercial/ Cultural	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2008	Diamantina	IGREJA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Restauração de bens artísticos integrados	Religioso	BID/Tesouro	Prefeitura
2008	Diamantina	PRAÇA BARÃO DE GUACUÍ	Restauração e recuperação	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2008	Laranjeiras	CASARÃO DO OITÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA	Restauração	Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Sergipe
2008	Laranjeiras	IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Restauração do telhado	Religioso	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Sergipe

2008	Lençóis	AVENIDA SENHOR DOS PASSOS	Requalificação urbana	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo da Bahia
2008	Lençóis	IGREJA NOSSO SENHOR DOS PASSOS	Restauração	Religioso	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo da Bahia
2008	Lençóis	IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração	Religioso	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2008	Lençóis	NOVA SEDE DA PREFEITURA	Recuperação	Prefeitura	Contrapartida	Governo da Bahia
2008	Natividade	CASA DE CULTURA AMÁLIA HERMANO TEIXEIRA		Cultural	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	Natividade	CENTRO DE ARTESANATO E APOIO TURÍSTICO	Aquisição de mobiliário/ aquisição de extintores e luminárias	Centro de Artesanato	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	Oeiras	VIAS PÚBLICAS E PASSEIOS E A PRAÇA MARECHAL DEODORO	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo do Piauí
2008	Oeiras	VIAS PÚBLICAS E PASSEIOS E A PRAÇA MAFRENSE	Restauração	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo do Piauí
2008	Ouro Preto	CASA DA BARONESA	Restauração do forro de gamela/ Paisagismo	Casa do Patrimônio	BID/Tesouro	Prefeitura
2008	Ouro Preto	HORTO BOTÂNICO E VALE DOS CONTOS	Recuperação e tratamento paisagístico	Lazer e esporte	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	Ouro Preto	SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA	Sinalização interpretativa	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2008	Pelotas	PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO (LARGO DO MERCADO, BECO DAS ARTES, BECO DOS DOCES E DAS FRUTAS)		Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	Porto Alegre	MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL	Restauração	Memorial	BID/Tesouro	Prefeitura
2008	Porto Alegre	BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO	Restauração	Biblioteca	BID/Tesouro	Prefeitura
2008	Recife	IGREJA MADRE DE DEUS	Restauração	Religioso	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	Recife	RUA MADRE DE DEUS	Urbanização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	Recife	RUA MADRE DE DEUS	Produção de material interpretativo/ sinalização	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura
2008	Rio de Janeiro	MUSEU DA CIDADE	Anexo (Imóvel da Praça Tiradentes, 71)	Cultural	Contrapartida	Prefeitura
2008	Salvador	IMÓVEL ANEXO AO LICEU NA RUA GUEDES BRITO	Recuperação do imóvel	Liceu de Artes e Ofícios	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2008	Salvador	CASA DOS SETE CANDEEIROS	Recuperação do imóvel	Casa do Patrimônio	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2008	São Francisco do Sul	PARQUINHO		Lazer	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	São Francisco do Sul	PRAÇA DA BÍBLIA		Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	São Francisco do Sul	PRAÇA CRISTIANO PEREIRA		Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2008	São Paulo	CASA DO ADMINISTRADOR	Restauro e conservação	Institucional	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2009	Cachoeira	QUARTEIRÃO LEITE ALVES	Restauração	Campus da Universidade Federal do Recôncavo Baiano	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo da Bahia
2009	Cachoeira	SEDE DA FUNDAÇÃO HANSEN BAHIA	Restauração de imóvel na Rua 13 de Maio, 13	Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2009	Congonhas	LADEIRA	Restauração do calçamento, passeios públicos e desvio pluvial	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/Contrapartida	Prefeitura
2009	Corumbá	TRAVESSA MERCÚRIO	Urbanização e paisagismo	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2009	Laranjeiras	QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES	Restauração	Campus Avançado da Universidade Federal de Sergipe	BID/Tesouro/Contrapartida	Governo de Sergipe
2009	Mariana	SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA	Sinalização interpretativa	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura

2009	Natividade	CENTRO DE ARTESANATO E APOIO AO TURISTA E MUSEU HISTÓRICO DE NATIVIDADE	Complementação	Centro de Artesanato	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2009	Natividade	SINALIZAÇÃO INTERPRETATIVA	Sinalização interpretativa	Infraestrutura urbana	Contrapartida	Prefeitura
2009	Natividade	PRAÇAS LEOPOLDO BULHÕES, DA BANDEIRA E DE SÃO BENEDITO		Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2009	Natividade	BECOS DO CEMITÉRIO ANTIGO, JOÃO ARAÚJO E DA ESCOLA	Revitalização dos becos	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2009	Olinda	IGREJA DO CARMO	Restauração – 1ª etapa	Religioso	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2009	Olinda	IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Restauração e estacionamento	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2009	Olinda	LARGO DO VARADOURO	Requalificação	Infraestrutura urbana		Prefeitura
2009	Ouro Preto	TERMINAL DE INTEGRAÇÃO BARÃO DE CAMARGOS	Implantação	Terminal passageiros	Contrapartida	Prefeitura
2009	Ouro Preto	CASA DE GONZAGA	Restauração	Secretaria Municipal de Turismo	BID/Tesouro	Prefeitura
2009	Penedo	PRAÇA RUI BARBOSA E PADRE VERÍSSIMO	Requalificação	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Prefeitura e Governo de Alagoas
2009	Rio de Janeiro	CASA DE BIDU SAYÃO	Restauração	Cultural	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2009	São Cristóvão	MUSEU HISTÓRICO DO ESTADO DE SERGIPE	Restauração	Museu	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de Sergipe
2009	São Francisco do Sul	MUSEU HISTÓRICO		Museu	BID/Tesouro	Prefeitura
2009	São Francisco do Sul	ESTACIONAMENTO	Implantação	Estacionamento	BID/Tesouro	Prefeitura
2009	São Paulo	EDIFÍCIO PAULA SOUZA	Restauo e conservação	Administração da CEETEPS (FATEC)	BID/Tesouro	Prefeitura
2009	São Paulo	EDIFÍCIO RAMOS DE AZEVEDO	Restauo e conservação	Arquivo Municipal	BID/Tesouro	Prefeitura
2009	Serro	IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Restauração dos bens artísticos integrados	Religioso	BID/Tesouro/ Contrapartida	Governo de MinasGerais
2010	Rio de Janeiro	SOLAR DO VISCONDE DO RIO SECO	Consolidação estrutural	Centro de Referência do Artesanato Brasileiro	Contrapartida	Prefeitura e SEBRAE
2010	Cachoeira	ORLA DE SÃO FELIX	Requalificação	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro	Governo da Bahia
2010	Congonhas	CAPELAS DOS PASSOS DA PAIXÃO	Restauração das pinturas – 2ª etapa	Religioso	BID/Tesouro	Prefeitura
2010	Diamantina	CADEIA VELHA	Restauração e adaptação	Cine-Teatro Santa Isabel	BID/ Tesouro/ Iphan/ Prefeitura	Prefeitura
2010	Olinda	AVENIDA DO FORTIM	Reurbanização e estacionamento	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2010	Ouro Preto	SOLAR BAETA NEVES	Restauração	Secretaria Municipal de Agricultura	Tesouro/ PM Ouro Preto	Prefeitura
2010	Ouro Preto	CASA DOS INCONFIDENTES	Restauração	Receptivo turístico e hospedagem	Tesouro/ PM Ouro Preto	Prefeitura
2010	Ouro Preto	CASARÃO ROCHA LAGOA	Restauração	Secretaria Municipal de Patrimônio e Urbanismo	Tesouro/ PM Ouro Preto	Prefeitura
2010	Porto Alegre	MUSEU DA COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA		Museu	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2010	São Francisco do Sul	URBANIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	Ruas e calçadas	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura
2010	São Francisco do Sul	PRAÇA GETÚLIO VARGAS	Revitalização da praça	Infraestrutura urbana	BID/Tesouro/ Contrapartida	Prefeitura

8. IMÓVEIS PRIVADOS BENEFICIADOS NOS EDITAIS PARA RECUPERAÇÃO – 2004-2010

ANO	UF	Cidade	IMÓVEL BENEFICIADO
2004	RS	Porto Alegre	RUA RIACHUELO, 933, 935, 937
2005	SC	São Francisco do Sul	RUA BABITONGA, 103 – CENTRO
2006	GO	Goiás	BECO VILA RICA, QUADRA.13, LOTE 2 – SETOR CARMO
2006	RS	Porto Alegre	LARGO JOÃO AMORIM DE ALBUQUERQUE, 72
2006	TO	Natividade	PRAÇA SÃO BENEDITO, 491.
2006	TO	Natividade	PRAÇA DA MATRIZ, 50
2006	TO	Natividade	PRAÇA DA MATRIZ, 60
2006	MG	Serro	PRAÇA DR. ANDRADE, 101
2006	GO	Goiás	PRAÇA DR. BRASIL CAIADO, 4 – CENTRO
2006	TO	Natividade	PRAÇA LEOPOLDO DE BULHÕES, 22
2006	TO	Natividade	PRAÇA LEOPOLDO DE BULHÕES, S/N
2006	TO	Natividade	PRAÇA SÃO BENEDITO, 463
2006	TO	Natividade	PRAÇA SÃO BENEDITO, 491
2006	TO	Natividade	PRAÇA SÃO BENEDITO, S/N
2006	TO	Natividade	PRAÇA SÃO ROSÁRIO, S/N
2006	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 46, LOTE 5
2006	GO	Goiás	RUA 13 DE MAIO
2006	GO	Goiás	RUA 13 DE MAIO, 3
2006	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, 120, QUADRA 46, LOTE 3
2006	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 46, LOTE 41
2006	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, 175
2006	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 46, LOTE 2
2006	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 43, LOTE 9
2006	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 49, LOTE 1 A – S/N
2006	GO	Goiás	RUA COUTO MAGALHAES, 19
2006	GO	Goiás	RUA D'ABADIA, 41
2006	GO	Goiás	RUA D'ABADIA, 43
2006	GO	Goiás	RUA DO CARMO, 45
2006	RS	Porto Alegre	RUA DOS ANDRADAS, 1085, 1091, 1095
2006	RS	Porto Alegre	RUA DOS ANDRADAS, 673, 677, 679 – CENTRO
2006	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, 361
2006	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, 425
2006	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, 9
2006	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, QUADRA 39, LOTE 10
2006	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, QUADRA 39, LOTES 2, 4
2006	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, S/N
2006	MG	Congonhas	RUA DR. PAULO MENDES, 473
2006	SC	São Francisco do Sul	RUA FERNANDO MACHADO, 45 – CENTRO
2006	SC	São Francisco do Sul	RUA FERNANDO MACHADO, 62 – CENTRO
2006	MG	Serro	RUA FERNANDO VASCONCELOS, 224 – CENTRO
2006	TO	Natividade	RUA FILADELFO NUNES, QUADRA 50, LOTE 12
2006	RS	Porto Alegre	RUA GENERAL AUTO, 123
2006	RS	Porto Alegre	RUA GENERAL JOÃO MANOEL, 440
2006	TO	Natividade	RUA JOÃO RODRIGUES, QUADRA 47, LOTE 18, S/N

2006	TO	Natividade	RUA JÚLIO NUNES, 84
2006	TO	Natividade	RUA MAJOR FLÁVIO ARAÚJO, 551
2006	TO	Natividade	RUA MAJOR FLÁVIO ARAÚJO, QUADRA 36, LOTE 2
2006	TO	Natividade	RUA MAJOR JÚLIO NUNES, QUADRA 25, LOTE 9
2006	BA	Cachoeira	RUA MANOEL PAULO FILHO, 13
2006	TO	Natividade	RUA MODESTINO, 18, QUADRA 26, LOTE 21
2006	TO	Natividade	RUA MODESTINO, 58
2006	GO	Goiás	RUA MORETTI FOGGIA, 6 – CENTRO
2006	MG	Serro	RUA NÉLSON DE SENA, 65
2006	GO	Goiás	RUA PROFESSOR FERREIRA, 23
2006	GO	Goiás	RUA SENADOR CAIADO, 47
2006	SC	São Francisco do Sul	RUA 7 DE SETEMBRO, 33
2006	TO	Natividade	RUA UNIÃO, 140
2006	TO	Natividade	RUA UNIÃO, 80
2006	TO	Natividade	RUA UNIÃO, 90
2006	GO	Goiás	RUA VER. HUGO ARGENTA, 2
2007	BA	Cachoeira	RUA 13 DE MAIO, 31
2007	BA	Cachoeira	RUA 13 DE MAIO, 46
2007	BA	Cachoeira	ALBERTO RABELO, 21
2007	BA	Lençóis	ALMIRANTE BARROSO, 230
2007	BA	Lençóis	ALMIRANTE BARROSO, 183
2007	BA	Cachoeira	ANA NERY, 9
2007	RS	Porto Alegre	RUA DOS ANDRADAS, 880
2007	MS	Corumbá	AV. GENERAL RONDON, 1189
2007	AL	Penedo	AV. GETÚLIO VARGAS, 1
2007	GO	Goiás	AV. HERMÓGENES COELHO, S/N
2007	CE	Icó	AV. ILÍDIO SAMPAIO, 2360
2007	CE	Icó	AV. ILÍDIO SAMPAIO, 1988
2007	CE	Icó	AV. ILÍDIO SAMPAIO, 1862
2007	CE	Icó	AV. ILÍDIO SAMPAIO, 1824
2007	CE	Icó	AV. ILÍDIO SAMPAIO, 1966
2007	CE	Icó	AV. ILÍDIO SAMPAIO, 1974
2007	CE	Icó	AV. ILÍDIO SAMPAIO, 2097
2007	TO	Natividade	AV. AEROPORTO, QUADRA 39, LOTE 1B
2007	BA	Cachoeira	RUA BENJAMIN CONSTANT, 3
2007	BA	Cachoeira	RUA BENJAMIN CONSTANT, 19 A – CENTRO
2007	BA	Lençóis	RUA DO CAJUEIRO, 279
2007	BA	Lençóis	RUA DO CAJUEIRO, 39
2007	BA	Lençóis	RUA DOMINGO BATISTA, S/N
2007	BA	Lençóis	RUA FRANCISCO DE MELO, 250
2007	BA	Lençóis	RUA DO LAJEDO, S/N
2007	BA	Lençóis	RUA DO LAJEDO, 69
2007	BA	Cachoeira	RUA MANOEL BASTOS, 12
2007	GO	Goiás	PRAÇA DR.TASSO DE CAMARGO, 8
2007	AL	Penedo	PRAÇA JACOME CALHEIROS, 52
2007	GO	Goiás	PRAÇA MANOEL DEODORO, 150
2007	GO	Goiás	PRAÇA TIRADENTES, 15
2007	AL	Penedo	PRAÇA COMENDADOR PEIXOTO, 109
2007	MG	Diamantina	PRAÇA BARÃO DE GUAICUI, 78
2007	MG	Diamantina	PRAÇA BARÃO GUAICUI, 112
2007	MG	Diamantina	PRAÇA BARÃO GUAICUI, 134
2007	BA	Cachoeira	PRAÇA DA ACLAMAÇÃO, 2
2007	MG	Diamantina	PRAÇA DOM JOAQUIM, 11
2007	GO	Goiás	PRAÇA DR. BRASIL CAIADO, 18 – CENTRO

2007	SC	São Francisco do Sul	PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 30, 34
2007	SE	São Cristóvão	PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 38
2007	BA	Lençóis	PRAÇA HORÁCIO DE MATOS, 850
2007	RS	Pelotas	PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO, 3
2007	BA	Cachoeira	PRAÇA MACIEL, 13
2007	AL	Penedo	PRAÇA MARECHAL DEODORO, 19
2007	TO	Natividade	PRAÇA SÃO BENEDITO, 517
2007	TO	Natividade	PRAÇA SÃO BENEDITO, QUADRA 35, LOTE 10
2007	BA	Cachoeira	RUA PRISCO PARAÍSO, 2
2007	BA	Cachoeira	RUA RODRIGO BRANDÃO, 16
2007	AL	Penedo	RUA 15 DE NOVEMBRO, 294
2007	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 41, LOTE 3
2007	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 46, LOTE 8
2007	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 46, LOTE 9
2007	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 47, LOTE 14
2007	TO	Natividade	RUA 7 DE SETEMBRO, QUADRA 46, LOTE 7
2007	BA	Lençóis	RUA ALMIRANTE BARROSO, S/N
2007	MG	Ouro Preto	RUA ALVARENGA, 460
2007	BA	Cachoeira	RUA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, 19
2007	SC	São Francisco do Sul	RUA BABITONGA, 33, 35
2007	AL	Penedo	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 133
2007	AL	Penedo	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 50
2007	GO	Goiás	RUA BARTOLOMEU BUENO, 13
2007	GO	Goiás	RUA BOA VISTA, 14
2007	MG	Congonhas	RUA BOM JESUS, 273 – CENTRO
2007	TO	Natividade	RUA CEL. DEOCLECIANO NUNES, QUADRA 45, LOTE 15
2007	TO	Natividade	RUA CEL. DEOCLECIANO NUNES, QUADRA 45, LOTE 15 A
2007	TO	Natividade	RUA CEL. DEOCLECIANO NUNES, QUADRA 47, LOTE 7
2007	RS	Porto Alegre	RUA CEL. FERNANDO MACHADO, 506
2007	SC	São Francisco do Sul	RUA COMANDANTE CABO, 95 – CENTRO HISTÓRICO
2007	PA	Belém	RUA CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO, 154
2007	SC	São Francisco do Sul	RUA CORONEL REINALDO TAVARES
2007	SC	São Francisco do Sul	RUA CORONEL REINALDO TAVARES, 42
2007	MG	Ouro Preto	RUA COSTA SENA, 151
2007	GO	Goiás	RUA COUTO MAGALHAES, 8
2007	GO	Goiás	RUA DA CARIOCA, 7
2007	GO	Goiás	RUA D'ABADIA, 28
2007	GO	Goiás	RUA D'ABADIA, 42
2007	AL	Penedo	RUA DÂMASO DO MONTE, 170 – CENTRO HISTÓRICO
2007	RS	Porto Alegre	RUA DEMÉTRIO RIBEIRO, 535, 537, 541 – CENTRO
2007	CE	Icó	RUA DES. JOSÉ BASTOS, 51
2007	MG	Congonhas	RUA DO ALEIJADINHO, 48
2007	MG	Ouro Preto	RUA DO ALEIJADINHO, 80-90
2007	MG	Diamantina	RUA DO CARMO, 142 – CENTRO
2007	MG	Ouro Preto	RUA DO PILAR, 85
2007	MG	Mariana	RUA DOM VIÇOSO, 58, 68, 68 A
2007	BA	Cachoeira	RUA DOS ARTISTAS, 23
2007	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, QUADRA, 24, LOTE 7
2007	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, QUADRA 39, LOTE 3

2007	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS QD 39,LT 10A
2007	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, QUADRA 39, LOTE 16 A
2007	TO	Natividade	RUA DOS CRUZEIROS, QUADRA 45, LOTE 5 A
2007	BA	Cachoeira	RUA DOS REMÉDIOS, 5
2007	GO	Goiás	RUA DR. COUTO MAGALHAES, 4
2007	CE	Icó	RUA DR. INÁCIO DIAS, 1919
2007	CE	Icó	RUA DR. INÁCIO DIAS, 1937
2007	CE	Icó	RUA DR. INÁCIO DIAS, 2040
2007	CE	Icó	RUA DR. INÁCIO DIAS, 2232
2007	GO	Goiás	RUA DR. NETTO, 17
2007	MG	Congonhas	RUA DR. PAULO MENDES, 575 A
2007	MG	Ouro Preto	RUA FELIPE DOS SANTOS, 104
2007	RS	Pelotas	RUA FÉLIX DA CUNHA, 722
2007	SC	São Francisco do Sul	RUA FERNANDES DIAS, 165
2007	MG	Serro	RUA FERNANDO VASCONCELOS, 132
2007	MG	Serro	RUA FERNANDO VASCONCELOS, 240
2007	CE	Icó	RUA GAL. PIRAGIBE, 1916
2007	CE	Icó	RUA GAL. PIRAGIBE, 1930
2007	CE	Icó	RUA GAL. PIRAGIBE, 1944
2007	CE	Icó	RUA GAL. PIRAGIBE, 1924
2007	BA	Lençóis	RUA GENERAL VIVEIROS, 41
2007	MG	Ouro Preto	RUA GETÚLIO VARGAS, 145 167
2007	MG	Diamantina	RUA GUTEMBERG, 43
2007	SE	Laranjeiras	RUA JACKSON DE FIGUEIREDO, 5
2007	BA	Cachoeira	RUA J. J. SEABRA, 85
2007	AL	Penedo	RUA JOAO PESSOA, 59
2007	AL	Penedo	RUA JOAO PESSOA, 203
2007	TO	Natividade	RUA JOAO RODRIGUES, QUADRA 47, LOTE 16
2007	AL	Penedo	RUA JONAS BATINGA, 94
2007	TO	Natividade	RUA MAJOR FLÁVIO ARAÚJO, QUADRA 36, LOTE 7
2007	TO	Natividade	RUA MAJOR FLÁVIO ARAÚJO, QUADRA 43, LOTE 18
2007	TO	Natividade	RUA MAJOR JÚLIO NUNES, QUADRA 25, LOTE 4
2007	TO	Natividade	RUA MAJOR JÚLIO NUNES, QUADRA 26, LOTE 13
2007	TO	Natividade	RUA MAJOR JÚLIO NUNES, QUADRA 26, LOTE 14
2007	TO	Natividade	RUA MAJOR JÚLIO NUNES, QUADRA 26, LOTE 15
2007	MS	Corumbá	RUA MANOEL CAVASSA, 9
2007	MS	Corumbá	RUA MANOEL CAVASSA, 127
2007	MS	Corumbá	RUA MANOEL CAVASSA, 87
2007	SC	São Francisco do Sul	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 106
2007	GO	Goiás	RUA MORETTI FOGGIA, 9
2007	MG	Serro	RUA NÉLSON DE SENA, 47
2007	PA	Belém	RUA PADRE PRUDÊNCIO, 158
2007	RJ	Rio de Janeiro	RUA PEDRO I, 20
2007	MG	Mariana	RUA PREFEITO JOÃO SAMPAIO, 40 – SÃO GONÇALO
2007	TO	Natividade	RUA RAFAEL XAVIER, QUADRA 20, LOTE 24
2007	TO	Natividade	RUA RAFAEL XAVIER, QUADRA 20, LOTE 26
2007	RS	Porto Alegre	RUA RIACHUELO, 838
2007	MG	Mariana	RUA SALOMÃO IBRAIM DA SILVA, 16
2007	MG	Ouro Preto	RUA SÃO JOSÉ, 171
2007	MG	Ouro Preto	RUA SÃO JOSÉ, 171
2007	RS	Pelotas	RUA 7 DE SETEMBRO, 151, 153
2007	GO	Goiás	RUA SILVA E SOUZA, 7 – CENTRO
2007	AL	Penedo	RUA SIQUEIRA CAMPOS, 131

2007	SE	São Cristóvão	RUA TOBIAS BARRETO, 46
2007	GO	Goiás	RUA VER. HUGO ARGENTA, 10
2007	GO	Goiás	RUA VER. HUGO ARGENTA, 2351
2007	GO	Goiás	RUA VER. HUGO ARGENTA, 32
2007	MG	Diamantina	RUA VIEIRA COUTO, 210
2007	BA	Lençóis	RUA SÃO BENEDITO, 23
2007	BA	Cachoeira	RUA SENHOR DOS PASSOS, 12
2007	PA	Belém	TRAV. FRUTUOSO GUIMARÃES, 611
2007	PA	Belém	TRAV. FRUTUOSO GUIMARÃES, 615
2007	GO	Goiás	TRAV. D'ABADIA LOTE 5
2007	PA	Belém	TRAV. 1º DE MARÇO, 670
2007	BA	Cachoeira	TRAV. ADRIÃO, 11
2007	AL	Penedo	TRAV. GOMES DE ASSUNÇÃO, 20
2007	BA	Cachoeira	TRAV. MANOEL BASTOS, 8
2007	BA	Cachoeira	TRAV. TAVARES, 7
2007	BA	Cachoeira	TRAV. TAVARES, 9
2007	BA	Lençóis	RUA URBANO DUARTE, 140
2007	BA	Cachoeira	RUA VIRGÍLIO DAMÁSIO, 50
2008	BA	Cachoeira	RUA 13 DE MAIO, 39
2008	MG	Serro	RUA ALFERES LUIZ PINTO, 10
2008	BA	Lençóis	RUA ALTO DA BELA VISTA, S/N
2008	BA	Lençóis	RUA ALTO DA BELA VISTA, 717
2008	MS	Corumbá	AV. GENERAL RONDON, 749
2008	MS	Corumbá	AV. GENERAL RONDON, 773
2008	GO	Goiás	AV. HERMÓGENES COELHO, 7
2008	GO	Goiás	CHÁCARA BAUMANN - PRAÇA PADRE ARNALDO CENTRAL
2008	BA	Lençóis	RUA MARIA ADILSON, 2
2008	BA	Lençóis	RUA MIGUEL CALMON, 147
2008	BA	Cachoeira	RUA PACHECO DE MIRANDA FILHO, 7
2008	SC	São Francisco do Sul	PRAÇA DA BANDEIRA, 51
2008	RJ	Rio de Janeiro	PRAÇA TIRADENTES, 18, 20
2008	MG	Serro	PRAÇA CRISTIANO OTONI, 127
2008	BA	Lençóis	PRAÇA SAMUEL SALES, 32
2008	GO	Goiás	PRAÇA TIRADENTES, 21
2008	BA	Cachoeira	RUA RODRIGO BRANDÃO, 84
2008	GO	Goiás	RUA 3 DE MAIO, 30
2008	AL	Penedo	RUA 15 DE NOVEMBRO, 51
2008	MG	Mariana	RUA ANTÔNIO OLINTO, 33
2008	BA	Lençóis	RUA ARMANDO PEREIRA, 67
2008	BA	Lençóis	RUA ARMANDO PEREIRA, 88
2008	PA	Belém	RUA ASSIS, 323
2008	BA	Cachoeira	RUA AUGUSTO PÚBLIO, 4
2008	SC	São Francisco do Sul	RUA BABITONGA, 5
2008	MG	Congonhas	RUA BOM JESUS, 289 – CENTRO
2008	MG	Diamantina	RUA BONFIM, 68, 74
2008	RS	Porto Alegre	RUA BORGES DE MEDEIROS, 464
2008	MG	Diamantina	RUA DO BURGALHAU, 403
2008	BA	Lençóis	RUA DO CAJUEIRO, 68
2008	BA	Lençóis	RUA DO CAJUEIRO, S/N
2008	BA	Lençóis	RUA DO CAJUEIRO, S/N
2008	TO	Natividade	RUA CEL. DEOCLECIANO NUNES, QUADRA 47, LOTE 6
2008	TO	Natividade	RUA CORONEL DEOCLECIANO NUNES, 36 QD 47 LT 24,27
2008	RJ	Rio de Janeiro	RUA DA CARIÓCA, 55
2008	GO	Goiás	RUA DA CONCEIÇÃO, 24
2008	GO	Goiás	RUA DA SANTA BÁRBARA, 8
2008	GO	Goiás	RUA D'ABADIA, 27
2008	GO	Goiás	RUA D'ABADIA, 55A
2008	MG	Diamantina	RUA DAS MERCÊS, 101 – CENTRO
2008	BA	Lençóis	RUA DAS PEDRAS, 104
2008	MG	Diamantina	RUA DIREITA, 70

2008	AL	Penedo	RUA DO AMPARO, 1
2008	AL	Penedo	RUA DO AMPARO, 119
2008	MG	Diamantina	RUA DO AMPARO, 85
2008	PE	Olinda	RUA DO BONFIM, 89
2008	GO	Goiás	RUA DO CARMO, 33
2008	BA	Lençóis	RUA DO LAJEDO, 11
2008	RJ	Rio de Janeiro	RUA DO SENADO, 45 – CENTRO
2008	PE	Olinda	RUA DO SOL, 147
2008	AL	Penedo	RUA DOM JONAS BATINGA, 15
2008	RS	Porto Alegre	RUA DOS ANDRADAS, 1085, 1091, 1095
2008	GO	Goiás	RUA DR. COUTO MAGALHÃES, 25
2008	RS	Porto Alegre	RUA DUQUE DE CAXIAS, 1350
2008	GO	Goiás	RUA ERNESTINA, 4
2008	GO	Goiás	RUA FÉLIX DE BULHOES, 21
2008	BA	Lençóis	RUA FRANCISCO DE MELO, S/N – CENTRO
2008	BA	Lençóis	RUA FRANCISCO DE MELO, S/N – CENTRO
2008	RS	Pelotas	RUA GENERAL NETO, 1006
2008	GO	Goiás	RUA HERMÓGENES COELHO, 22
2008	GO	Goiás	RUA HUGO RAMOS
2008	MG	Serro	RUA HUMAITÁ, 69
2008	AL	Penedo	RUA JOÃO PESSOA, 232
2008	GO	Goiás	RUA JOAQUIM BONIFÁCIO, 13
2008	BA	Lençóis	RUA JOSÉ FLORÊNCIO, 36
2008	MG	Diamantina	RUA MACAU DO MEIO, 176
2008	TO	Natividade	RUA MAJOR JÚLIO NUNES, QUADRA 25, LOTE 10
2008	BA	Lençóis	RUA MIGUEL CALMON, 112
2008	GO	Goiás	RUA MONSINHOR AZEVEDO, 11
2008	MG	Serro	RUA NAGIB BAHMED, 120
2008	MG	Serro	RUA NAGIB BAHMED, 58
2008	MG	Serro	RUA NÉLSON DE SENA, 7
2008	MG	Serro	RUA PADRE JOÃO MOREIRA, 239
2008	BA	Lençóis	RUA PIRES, 217
2008	BA	Cachoeira	RUA RODRIGO BRANDÃO, 80
2008	BA	Lençóis	RUA RUI BARBOSA, S/N
2008	BA	Lençóis	RUA SAMUEL SALES, 15
2008	BA	Lençóis	RUA SÃO BENEDITO, 263
2008	AL	Penedo	RUA SETE DE SETEMBRO, 145
2008	GO	Goiás	RUA SILVA E SOUZA, 24
2008	PA	Belém	RUA SIQUEIRA MENDES, 21,23, 27
2008	BA	Lençóis	RUA URBANO DUARTE, 196
2008	BA	Lençóis	RUA VAI QUEM QUER, 106
2008	GO	Goiás	RUA VER. HUGO ARGENTA, 42
2008	BA	Lençóis	RUA SÃO BENEDITO, 14
2008	BA	Lençóis	RUA 7 DE SETEMBRO, 880
2008	PA	Belém	TRAV. CAMPOS SALES, 276 290
2008	MG	Serro	TRAV. DA INDEPENDÊNCIA, 9
2008	MG	Diamantina	TRAV. ESPÍRITO SANTO, 96
2008	GO	Goiás	TRAV. HUGO RAMOS, LOTE D, S/N
2008	GO	Goiás	TRAV. HUGO RAMOS, LOTE B, S/N
2008	BA	Cachoeira	TRAV. TAVARES, 6
2008	BA	Cachoeira	TRAV. TAVARES, 5
2008	BA	Lençóis	RUA URBANO DUARTE, 90
2008	BA	Lençóis	RUA URBANO DUARTE, S/N
2008	BA	Lençóis	RUA VAI QUEM QUER, 43
2009	MG	Ouro Preto	LADEIRA SANTA EFIGÊNCIA, 49 – ANTÔNIO DIAS
2009	MG	Mariana	PRAÇA GOMES FREIRE, 152
2009	BA	Lençóis	PRAÇA MANUEL SALES, 68
2009	MG	Ouro Preto	PRAÇA MONSINHOR CASTILHO BARBOSA, 31 – PILAR
2009	RS	Pelotas	PRAÇA SETE DE JULHO, 02
2009	BA	Cachoeira	RUA 7 DE SETEMBRO, 18

2009	BA	Lençóis	RUA ALMIRANTE BARROSO, 203
2009	MG	Ouro Preto	RUA ALVARENGA, 370 – CABEÇAS
2009	MG	Ouro Preto	RUA ALVARENGA, 58 – CABEÇAS
2009	MG	Ouro Preto	RUA BARÃO DO OURO BRANCO, 58 – ANTÔNIO DIAS
2009	MG	Ouro Preto	RUA BERNARDO DE VASCONCELOS, 113 – ANTÔNIO DIAS
2009	GO	Goiás	RUA BOA VISTA, 21
2009	MG	Ouro Preto	RUA CLÁUDIO MANOEL, 22, 26 – CENTRO
2009	MG	Ouro Preto	RUA CLÁUDIO MANOEL, 96 – CENTRO
2009	MG	Ouro Preto	RUA CONDE DE BOBADELA, 42 – CENTRO
2009	MG	Ouro Preto	RUA CONSELHEIRO QUINTILIANO, 360 – LAJES
2009	MG	Ouro Preto	RUA COSTA SENA, 285 – CENTRO
2009	MG	Mariana	RUA DIREITA, 32 – CENTRO
2009	BA	Lençóis	RUA DO CAJUEIRO, 43
2009	MG	Ouro Preto	RUA DO PILAR, 130 – PILAR
2009	BA	Lençóis	RUA DOS MINEIROS, 25
2009	MG	Ouro Preto	RUA DOS PAULISTAS, 136 – ANTÔNIO DIAS
2009	MG	Ouro Preto	RUA DR. JOÃO VELOSO, 93 –ALTO DA CRUZ
2009	GO	Goiás	RUA FÉLIX DE BULHOES, 2
2009	MG	Ouro Preto	RUA GETÚLIO VARGAS, 136 – ROSÁRIO
2009	MG	Ouro Preto	RUA GETÚLIO VARGAS, 94 – CENTRO
2009	GO	Goiás	RUA HUGO RAMOS, 18
2009	GO	Goiás	RUA HUGO RAMOS, 38
2009	BA	Cachoeira	RUA LAURO DE FREITAS, 45
2009	MG	Ouro Preto	RUA PANDIÁ CALÓGERAS, 59 – BARRA
2009	MG	Ouro Preto	RUA PARANÁ, 142 – CENTRO
2009	MG	Ouro Preto	RUA RODRIGO SILVA, 36 – VILA APARECIDA
2009	BA	Lençóis	RUA ROSÁRIO, 80
2009	BA	Lençóis	RUA SÃO BENEDITO, 164
2009	BA	Lençóis	RUA SÃO BENEDITO, S/N
2009	MG	Ouro Preto	RUA SENADOR ROCHA LAGOA, 117 – CENTRO
2009	MG	Ouro Preto	RUA XAVIER DA VEIGA, 179 – CENTRO
2009	MG	Ouro Preto	RUA XAVIER DA VEIGA, 47 – ANTÔNIO DIAS
2009	MG	Ouro Preto	RUA XAVIER DA VEIGA, 65 – CENTRO
2009	BA	Lençóis	TRAV. SR. DOS PASSOS, S/N
2009	MG	Mariana	TRAV. C15 – BELA VISTA – RUA DO SEMINÁRIO, 26
2010	MG	Serro	ARRAIAL DE BAIXO, 125
2010	MG	Serro	ARRAIAL DE BAIXO, 13
2010	MG	Serro	AV. DOM JOSÉ ANDRÉ, 161
2010	MG	Serro	AV. DOM JOSÉ ANDRÉ, 191
2010	BA	Lençóis	AV. GENERAL VIVEIROS, 61

2010	BA	Lençóis	BECO DA CHOCOLATEIRA, S/N
2010	BA	Cachoeira	RUA INOCÊNCIO BOAVENTURA, 37
2010	BA	Cachoeira	RUA INOCÊNCIO BOAVENTURA, 41
2010	GO	Goiás	PRAÇA ALVES DE CASTRO, 3
2010	GO	Goiás	PRAÇA DR. BRASIL CAIADO, 25
2010	BA	Cachoeira	PRAÇA DR. MILTON, 20
2010	MG	Diamantina	PRAÇA DR. PRADO, 118 – CENTRO
2010	GO	Goiás	PRAÇA PADRE ARNALDO, 13
2010	MG	Serro	PRAÇA PEDRO LESSA, 45
2010	MG	Serro	RUA ADELARDO MIRANDA, 110
2010	BA	Lençóis	RUA ALTINA ALVES, S/N
2010	MG	Ouro Preto	RUA ALVARENGA, 733 – CABEÇAS
2010	BA	Lençóis	RUA CIRIACO, 677
2010	MG	Ouro Preto	RUA CONDE DE BOBADELA, 153
2010	GO	Goiás	RUA D'ABADIA, 55
2010	MG	Mariana	RUA DAS MERCÊS, 51
2010	BA	Lençóis	RUA DAS PEDRAS, S/N
2010	MG	Mariana	RUA DIREITA, 183
2010	MG	Diamantina	RUA DO BURGALHAU, 379 –CENTRO
2010	BA	Lençóis	RUA DO CAJUEIRO, S/N
2010	MG	Serro	RUA DO ROSÁRIO, 118
2010	MG	Serro	RUA DO ROSÁRIO, 233
2010	MG	Serro	RUA FERNANDO VASCONCELOS
2010	MG	Serro	RUA HUMAITÁ, 21
2010	GO	Goiás	RUA JOAQUIM BONIFÁCIO, 14
2010	MG	Mariana	RUA JOSAFÁ MACEDO, 53
2010	GO	Goiás	RUA LEITE DE MORAES, 8
2010	GO	Goiás	RUA LEITE DE MORÃES, 9
2010	MG	Diamantina	RUA MACAU DE CIMA, 145 – CENTRO
2010	SE	São Cristóvão	RUA MESSIAS PRADO, 246
2010	GO	Goiás	RUA MORETTI FOGGIA, QUADRA 10, LOTE 1
2010	MG	Serro	RUA MURITI, 296
2010	GO	Goiás	PRAÇA PADRE ARNALDO, 10
2010	MG	Diamantina	RUA PADRE ROLIM, 258 – ROMANA
2010	GO	Goiás	RUA PROFESSOR FERREIRA, 20 A
2010	MG	Serro	RUA SANTA RITA, 6
2010	MG	Ouro Preto	RUA SENADOR ROCHA LAGOA, 159, 167 – CENTRO
2010	GO	Goiás	RUA SILVA E SOUZA, 6
2010	MG	Serro	RUA SINVAL LINS, 166
2010	BA	Lençóis	RUA URBANO DUARTE, 100
2010	GO	Goiás	RUA VER. HUGO ARGENTA, 11
2010	GO	Goiás	RUA VER. HUGO ARGENTA, 13
2010	BA	Lençóis	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 83
2010	RS	Pelotas	RUA XV DE NOVEMBRO, 760, 762
2010	GO	Goiás	TRAV. CACHOEIRA GRANDE, 14
2010	MG	Diamantina	TRAV. DOM JOAQUIM 35, CENTRO

9. PROJETOS INCLUÍDOS NO PAC DAS CIDADES HISTÓRICAS, 2009-2010

UF	MUNICÍPIO	PROJETO
AC	Rio Branco	Inventário de coleções arqueológicas acreanas Inventário do Centro Histórico
AL	Marechal Deodoro	Mercado Novo
	Penedo	Restauração dos bens artísticos integrados em talha de madeira da Igreja da Ordem Primeira do Convento Franciscano
	Piranhas	Requalificação da orla fluvial do sítio histórico
AM	Manaus	Restauo do mercado Adolpho Lisboa
AP		Pesquisa histórica e arqueológica para a elaboração de projeto museográfico e museológico da Base Aérea norte-americana, durante a 2ª Guerra Mundial.
		Resgate emergencial de sítios arqueológicos encontrados fortuitamente por comunidades carentes do Amapá
	Santana	Pesquisa histórica e arqueológica para identificação do Forte Cumaú
	Serra do Navio	Recuperação, reforma e adaptação dos imóveis públicos da Vila de Serra do Navio
BA	Andaraí	INRC de Igaru Restauração da Sede da Prefeitura
	Cachoeira	Restauração dos painéis de azulejos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário
		Implantação da Casa do Patrimônio
	Itaparica	Restauração da Igreja do Santíssimo Sacramento
	Mucugê	Restauração do Cemitério de Santa Isabel Obras Emergenciais de Restauração da Igreja de Santa Isabel
	Rio de Contas	Restauração da Igreja de Santana
	Salvador	Complementação das obras de restauração da Igreja e Cemitério do Pilar Obras de recuperação das instalações do Terreiro Ilê Iyá Omi Axé Yamassê Obras emergenciais no Terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá Obras de Restauração da Igreja e Casa da Ordem de São Domingos
	Santo Amaro	Conservação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação
	Maragogipe	Restauração da Casa de Câmara e Cadeia
CE	Barbalha	Inventário Nacional de Referências Culturais da Festa de Santo Antonio
	Sobral	Internalização subterrânea da fiação elétrica e telefônica do sítio histórico Inventário da Arquitetura Rural - macrorregião do Acaraú: Etapa 1 - Arrolamento das fontes históricas referentes às fazendas setecentistas e oitocentistas.
	Viçosa do Ceará	Obras de Restauo e Implantação do Teatro D. Pedro II
	Aracati	Compra de imóvel
DF	Brasília	Calçamento da Esplanada dos Ministérios: refeitura do calçamento para a manutenção da qualidade e da ambiência urbana do Plano Piloto Reforma da sede da Superintendência do Iphan no Distrito Federal e Casa do Patrimônio.
ES	Muqui	Inventário de bens imóveis de valor cultural do município de Muqui - SICG - 1ª etapa
	Vitória	Acessibilidade da Capela Santa Luzia Inventário dos bens móveis e integrados em monumentos tombados pelo IPHAN no Espírito Santo - 2ª Etapa Inventário do Ciclo Cafeeiro no sul do ES (SICG) Restauração do anexo da Sede da Superintendência – Casa do Patrimônio Imóvel de interesse de preservação, propriedade SPU, cessão IPHAN Restauração e Reabilitação da Casa Porto de Artes Plásticas, imóvel tombado em nível municipal de propriedade da União e cedido à prefeitura Restauração da Casa dos Leilões - Igreja de Nossa Senhora do Rosário
	Santa Teresa	Inventário da antiga estrada que liga Santa Leopoldina a Santa Teresa, primeira colônia de imigração italiana no Brasil (Paisagem Cultural - Caminhos da Imigração)
GO	Corumbá de Goiás	Requalificação do Cine Teatro Esmeralda
	Goiânia	INRC Roteiro das Devoções em Goiás - finalização Complementação da restauração e manutenção da Mureta do Lago das Rosas Memória Ferroviária em Goiás - finalização
	Goiás	Conservação e Restauração arquitetônica e dos elementos artísticos integrados, agenciamento externo da Igreja de São João Batista Manutenção e Conservação da Igreja São Francisco de Paula Revitalização e Conservação do Colégio Sant'Ana Paisagismo Quintal da Casa de Cora
	Pilar de Goiás	Restauração Arquitetônica da Antiga Casa de Câmara e Cadeia e Casa da Intendência
	Pirenópolis	Restauração arquitetônica da antiga Sede da Prefeitura Restauração Artística dos Bens Móveis e Integrados da Igreja do Bonfim e do Passo da R. Direita
MA	Alcântara	Requalificação da Praça Matriz de Alcântara - 2ª Etapa - com a incorporação de MIRANTE e equipamentos públicos em área anexa
	São Luís	Conservação e Restauração da Igreja de NS do Rosário dos Pretos - 2ª etapa no Centro Histórico Elaboração de Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana para o Centro Histórico Modernização do Sistema de Gestão Urbana no âmbito do Centro Histórico Restauração do antigo Cine Roxy para abrigar o Cine Teatro Municipal no Centro Histórico Restauração, Reforma e Requalificação do imóvel da R. do Giz, nº 445, para abrigar Unidade Habitacional Multifamiliar no Centro Histórico Restauo e Adaptação do Palacete Gentil Braga para abrigar o Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão no Centro Histórico Restauração e Adaptação do Solar da R. Afonso Pena nº 46 - Antigo Jornal O IMPARCIAL - para abrigar a sede da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico e a Casa do Patrimônio do Centro Histórico Realização de pesquisa e elaboração de projeto para o Memorial da Casa das Minas Jeje - Querebentã de Zomadônu Restauração e requalificação do imóvel da R. da Estrela nº 309 para abrigar a Casa do Tambor de Crioula do Maranhão no Centro Histórico

MG	Barão de Cocais Belo Horizonte	Restauração do Sobrado do Cartório no Distrito de Cocais.
		Restauração Tela Gerhard Richter (doação receita federal)
		Contratação dos projetos complementares para a edificação a R. Sapucahy que irá abrigar o Centro de Memória Ferroviária
		Inventário de material rodante ferroviário de interesse cultural em Minas Gerais
		Recuperação do relhado do Teatro Francisco Nunes localizado no Parque Municipal.
		Restauração do mobiliário de época da Casa Kubitschek na Pampulha
		Restauração do Viaduto Santa Teresa
		Restauração dos jardins projetados por Burtel Marx da Casa Kubitschek
		Restauração do forro do salão nobre e pinturas parietais do Salão Nobre da Casa do Conde de Santa Marinha
		Projeto de restauração de bens móveis e integrados da Matriz de Nossa Senhora da Conceição
	Berilo Mariana	Recomposição de Muro de Pedra Canga localizado entre o Escritório Técnico do Iphan em Mariana e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.
		Contratação de Projetos de Restauração Arquitetônica, Estrutural e Complementares para a Igreja da Sé
		Programa UFMG - Restauo Tela Altar Mor Sé de Mariana
	Ouro Branco	Projetos de Restauração Arquitetônica e Estrutural da Igreja de Nossa Senhora do Rosário localizada no distrito de Santa Rita Durão
		Elaboração do Plano Diretor para o distrito de Itatiaia
		Elaborar Código de Postura para estabelecimento de diretrizes para instalação de publicidade
		Executar obra de restauração da edificação - antiga Casa Paroquial - conforme projeto de restauração e complementares elaborados
	Ouro Preto	Projeto de Restauração da Igreja Matriz de Santo Antonio em Itatiaia
		Restauração Emergencial do Forro da Nave da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões
		Restauração da Igreja Matriz de São Bartolomeu no Distrito de São Bartolomeu
		Restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio do distrito de Glaura
		Programa UFMG - projeto de restauro Portada Igreja São Francisco
	Paracatu	Qualificação da Sede do Escritório Técnico de Ouro Preto - Casa da Baronesa
		Contratação de obra de execução dos projetos complementares (elétrico, luminotécnico, sonorização, e de segurança eletrônica, detecção de intrusão e fumaça e circuito fechado de TV) de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário
		Projeto de restauração arquitetônica de um conjunto de três edificações para abrigar: museu do ouro, casa do patrimônio e secretaria de cultura municipal.
		Restauração um conjunto de 3 edificações coloniais para abrigar o Museu do Ouro e o Museu de Arte Sacra
	Serro	Restauração do forro da nave da Igreja de Nossa Senhora do Carmo
		Estudo de Delimitação do Perímetro do Sítio Tombado
		Instalação de Manta de Subcobertura na Casa General Carneiro - Escritório Técnico do Iphan
	Tiradentes	Elaboração de projetos de instalação elétrica e luminotécnicas das Igrejas de Nossa Senhora das Mercês, Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Francisco de Paula
		Execução dos projetos de Sistema de Segurança Eletrônica - Detecção de Intrusão, Fumaça e Circuito Fechado de Tv- CFTV em algumas igrejas localizadas nas cidades de: Barbacena, Prados, São João del Rei e Tiradentes Etapa I: Adequação
		Executar obra de iluminação de destaque para os monumentos turísticos e becos.
		Projeto Estrutural e de Restauração Arquitetônica e Projeto de Restauração de elementos artísticos e bens móveis da Igreja da Santíssima Trindade Tiradentes
	Cataguases	Requalificação Urbanística da Praça Santa Rita
	Catas Altas	Projeto de Restauração dos Elementos Artísticos do Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto
		Paisagismo do Entorno da Capela de Santa Quitéria
		Restaurar a Parte Arquitetônica e elementos artísticos da Capela de Santa Quitéria
	Conceição do Mato Dentro	Restaurar Casarão Dr. Moreira
		Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
	Congonhas	Inventário e atualização do acervo de Ex-Votos Pertencentes ao Santuário de Bom Jesus de Matosinhos
		Implantação do projeto de requalificação das praças e jardins das vias de acesso aos monumentos históricos
		Elaboração de projeto executivo de embutimento de fiação aérea (cabearno subterrâneo)
		Elaboração de projeto executivo para iluminação de destaques em praças, jardins e monumentos históricos
		Elaboração de projeto para requalificação dos prédios públicos (Edificações: Terminal Rodoviário, Paço Municipal - Prefeitura, Sede Atual da Câmara dos Vereadores, Hospital Bom Jesus, Cine Leon, Secretaria Municipal de Finanças, Policlínica)
		Elaboração de projeto para requalificação dos prédios públicos / restauração (Edificações: Paço Municipal - Prefeitura, Cine Leon, Museu de Imagem e Memória de Congonhas, Escola Municipal Fortunata de Freitas Junqueira, Romaria)
		Elaboração do Plano Diretor de Iluminação pública para traçar diretrizes de marcação dos monumentos, iluminação de destaques em praças, jardins e monumentos históricos
	Diamantina	Recuperação e adequação do quintal e áreas externas da Casa de Chica da Silva
		Obras emergenciais na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Matias Cardoso
		Criação do Parque Municipal Serra dos Cristais - levantamento, diagnósticos, projetos
		Requalificação urbana do Largo Dom João e Praça Sagrado Coração de Jesus através de intervenções na na área, na dinâmica de uso, paisagismo: executar projeto de executivos de arquitetura, complementares e orçamento analítico
	Itabirito	Restauração e requalificação do prédio Niemeyer - antigo Clube JK: executar projeto de executivos de arquitetura, complementares e orçamento analítico
		Estudos para a delimitação do perímetro de entorno da Capela de Nossa Senhora do Rosário
	Pitangui	Restauração dos Acervo Documental e Sacro do Instituto Histórico de Pitangui
		Restauração do Museu Histórico de Pitangui (Casa de Câmara e Cadeia)
	Prados	Pesquisa histórica e levantamento cadastral do núcleo histórico de Prados
	Raposos	Projeto executivo de restauração arquitetônica da Igreja Matriz de N.S. da Conceição
	Sabará	Obra de Restauração arquitetônica e de elementos artísticos e integrados da Capela de Santo Antônio em Pompeu
		Obra de restauro da Igreja do Bom Jesus.
		Projeto elétrico, luminotécnico, sonorização e de segurança eletrônica, detecção de intrusão e fumaça e Circuito fechado de TV - CFTV para a Capela de Santo Antônio localizada no distrito de Pompéu
	Santa Bárbara Santa Luzia	Restauração da Casa de Cultura de Santa Bárbara e Contratação dos Projetos Complementares
		Elaboração de projeto executivo de requalificação da praça Alexandre Finamori França
		Elaboração de projeto executivo de requalificação viária da Av. Raul Teixeira da Costa
		Elaboração de projeto executivo de restauração da Casa Tofani
		Elaboração de projeto executivo de revitalização das fontes dos camelos; garajau; intendência e biquinha. Localizadas na Av. Raul Teixeira da Costa
	São João del Rei	Contratação de projeto arquitetônico de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e da capela de Senhor Bom Jesus do Monte
		Inventário e levantamento das potencialidades culturais da região do Circuito das Águas, que compreende 10 municípios
		Cadastro imobiliário e plantas cadastrais planialtimétricas do município
		Programa UFMG - projeto de restauro Portada Igreja de São Francisco

MS	Campo Grande	Cadastro dos Remanescentes Urbanos, Edifícios e Caminhos Relacionados com a Comissão Rondon - Etapa 2
		Levantamento de Informações sobre os sítios arqueológicos em MS - Alcinópolis.
		Levantamento de sítios relativos ao ciclo das Monções em MS – Bacia do Rio Paraná.
		Recuperação e readequação da estação ferroviária de Campo Grande para a instalação do Centro de Documentação e Referência da EFNOB/RFFSA em MS
		Aplicação de fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) em municípios de Mato Grosso do Sul
		Inventário e avaliação da preservação e medidas para conservação dos Sítios Arqueológicos do MS. Primeira Etapa: Sítios Rupestres
		Levantamento documental, bibliográfico, iconográfico, fotográfico e produção de fontes orais a respeito da EFNOB/RFFSA em Campo Grande/MS
MT	Corumbá	Embutimento das redes elétrica e telefônica e instalação de nova iluminação pública
	Cáceres	Recuperação da Biblioteca Municipal Leonídia Avelino de Moraes
		Recuperação do Centro Cultural Municipal
	Cuiabá	Obra emergencial do imóvel localizado no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá, na Av. Coronel Escolástico, nº 95, 103 e 109.
PA	Vila Bela	Recuperação do antigo Palácio dos Capitães e Generais e Adequação para o Museu Histórico e Arqueológico de Vila Bela de Santíssima Trindade
	Belém	Intervenção emergencial na cobertura do Teatro da Paz e restauração de elementos artísticos integrados
		Obra de restauração da igreja de Santana (5ª etapa)
		Obra de restauração e conservação do Mercado de Ferro ou Mercado de Peixe, Ver-o-Peso
		Serviços emergenciais de conservação e restauração da Igreja de São João Batista e implementação de projetos complementares.
		SICG - Icoaraci e Mosqueiro
	Cametá	INRC Carimbó: levantamento preliminar na Microrregião de Cametá, retorno para complementação de dados e exposição dos resultados do levantamento preliminar na Microrregião do Salgado Paraense
		Identificação e proteção do patrimônio arquitetônico
	Afuá	SICG - Afuá
	Belterra	Casa do Patrimônio (Casa Henri Ford)
	Bragança	SICG - Bragança
		SICG - Vila de pescadores
	Óbidos	Restaurar e requalificar a Fortaleza Pauxis para sediar um centro de visitação com plenas condições de acessibilidade
		Restaurar e requalificar o Mercado Municipal para sediar centro de referência da cultura local com plenas condições de acessibilidade
	Santarém	Identificação e proteção do patrimônio arquitetônico
	Vigia de Nazaré	Intervenção Conservativa no Forro e Retábulo do Arcabz da Igreja de Madre de Deus
PB		Identificação e proteção do patrimônio arquitetônico
		Coreto da Praça Antônio Silva Pereira
	Aparecida	Implantação do Banco de Projetos de Conservação e Restauo do Patrimônio Cultural Paraibano: Revisão e Atualização do Projeto de Restauração da Fazenda Acauã em Aparecida
	João Pessoa	Estabilização e Consolidação do Acervo Azulejar do Adro do Conjunto Franciscano de João Pessoa 4ª Fase (Finalização)
		Restauração do Prédio da Antiga Intendência da Alfândega no Porto do Capim 2ª fase conclusão.
		Conservação da Estação Ferroviária de João Pessoa localizada no Centro Histórico
		Elaboração do Mapa Cultural Ferroviário do Estado da Paraíba
		Execução de obra de recuperação do Passeio Público (R.s General Osório, Braz Florentino, Conselheiro Henrique, Visconde de Pelotas, Duque de Caxias, Guedes Pereira, Beaupaire Rohan, Peregrino de Carvalho, Barão do Triunfo, R. da República, Irineo Pinto)
		Intervenções Emergenciais: Estação Ferroviária de Alagoa Grande e Estação Ferroviária de Duas Estradas
	Areia	Projeto de Requalificação Urbana do Parque Casa da Pólvora (Construção do Prédio do Museu Fotográfico e Administração do Parque, Construção do Horto do Parque Casa da Pólvora, Reforma do Prédio da Casa da Pólvora e Área Externa, Reforma do Bar da Casa)
		Execução de Projeto de Requalificação das vias, calçadas e mobiliário urbano, com adaptação para o portador de necessidades especiais e sinalização turística na área tombada- Etapa 1: Pç. Pedro Américo e Pç. João Pessoa
	Sousa	Vale dos Dinossauros: Estudos de Referência para Tombamento, chancela da Paisagem Cultural e Geoparque (demanda do Ministério Público Federal e Processo de Tombamento)
PE	Cabo de Santo Agostinho	INRC do município do Cabo de Santo Agostinho - Levantamento Preliminar
	Caruaru	Criação de regulamento para uso e ocupação da Feira de Caruaru
	Fernando de Noronha	Elaboração de Projeto de Restauração e Adequação Funcional da Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios
		Elaboração de Projetos Executivos de Consolidação das Ruínas e Requalificação do Sistema de Fortificações (Inclusive Projetos Complementares)
		Projeto de Recuperação e Adequação Funcional das Estradas Pátios Seculares
	Goiana	Complementação do Projeto Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
		Elaboração de Projeto de embutimento da fiação elétrica e telefônica no Núcleo Histórico
	Jaboatão dos Guararapes	Cadastro sócio-econômico do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes
		Recuperação da sede do Iphan no Parque Histórico Nacional dos Guararapes
	Igarassu	Composição de Caderno de Especificações Técnicas Referente a projetos Executivos de Restauo da Igreja e Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus
	Olinda	Elaboração de Projeto Arquitetônico do Adro do Convento de São Francisco
		Igreja do Antigo Convento do Carmo - Complementação da Restauração
		Obra-Escola de Restauração da Igreja de São João Batista dos Militares
		Estruturação da Casa do Patrimônio em Olinda
	Recife	INRC do Ilê Obá Ogunté (Terreiro de Pai Adão)
		Projeto complementares para a construção do anexo do Mercado de São José
		Restauração dos bens integrados da Igreja de Nossa Senhora do Pilar
		Segurança Eletrônica de Monumentos Históricos de Recife, Olinda e Igarassu
		Elaboração de Projeto Paisagístico para o Palácio da Soledade
		Formação Cultural das Agremiações Carnavalescas de Pernambuco – Salvaguarda do Frevo
		Obras de Complementação de Restauo e Adequação Funcional do Palácio da Soledade
		Levantamento Físico-Documental para subsidiar a Instrução do Processo de Tombamento do Complexo Ferroviário - Estação Central do Recife e Produção de Vídeo
		Levantamento Físico Documental para Subsidiar a Instrução do Processo de Tombamento do Complexo Ferroviário - Estação do Brum em Recife
		Elaboração de Instrumento de Proteção e Levantamento Físico-Documental para Subsidiar a Instrução de Proteção do Complexo Ferroviário de Cinco Pontas em Recife e Produção de Vídeo
		Elaboração de Projeto Pedagógico e Cultural para Instalações de Atividades Educacionais em Dois Vagões Ferroviários de Carga e Projeto Executivo

PI	Oeiras	Serviços emergenciais de reforço estrutural de fundações na Igreja Nossa Senhora da Vitória
		Plano Diretor
		Reabilitação urbana e melhoria do acesso à Casa da Pólvora e ao sítio arqueológico Pé de Deus e Pé do Cão” Fase I
	Parnaíba	Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia para conservação e consolidação arquitetônica da Estação Floriópolis, localizada entre as cidades de Parnaíba e Luís Correia, no povoado Pau d’Arco
		Execução dos serviços de conservação, restauração e adaptação do Sobrado Simplicio Dias para instalação do Museu Simplicio Dias, Arquivo Público Municipal e Escritório Técnico do Iphan
		Criação de banco de projetos para Parnaíba
	Pedro II	Banco de projetos de Pedro II
	Teresina	Mapeamento do Tambor de Crioula do Leste da Região dos Cocais
		Conservação e Restauração da Estação Ferroviária de Teresina
		Plano de manejo e conservação da Floresta Fóssil do Rio Poti
		Criação de banco de Projetos para Teresina
PR	Antonina	Banco de Projetos de Qualificação Urbana e de Preservação de Bens Históricos
		Implementação do Complexo Parque da Leitura
		Restauração da Sede do Arquivo Histórico de Antonina
	Castro	Restauo de Dois Imóveis Históricos Tombados
		Elaboração de Projetos de Requalificação Urbana
	Guaratuba	Obras de Restauo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso
	Lapa	Identificação e Documentação do Patrimônio Edificado da Lapa
		Restauração de Imóveis Históricos e Requalificação Urbana no Centro Histórico
	Morretes	Elaboração de Projetos de Requalificação Urbana e Preservação de Imóveis no Setor Histórico
	Paranaguá	Continuidade do INRC de Paranaguá
		Obras de restauração do Palacete Mathias Bohn
RJ	Angra dos Reis	Execução dos serviços emergenciais de conservação da Igreja de N.S. do Rosário – Vila Histórica de Mambucaba
		Execução dos serviços emergenciais de conservação da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e da Igreja de Santa Luzia
		Projeto de Restauração da Igreja de Santa Luzia e projeto de acondicionamento do acervo tombado de arte sacra na Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte.
	Angra dos Reis, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e outras	Mapeamento das Referências Culturais das cidades históricas de Angra dos Reis, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Duas Barras, Itaboraí, Mangaratiba, Paraty, Patrópolis, Quatis, Quissamã, Rio Claro, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, São Pedro D’Aldeia e Vassouras
	Arraial do Cabo	INRC sobre a Pesca Artesanal de Arraial do Cabo
	Cabo Frio	Contratação de Serviços Técnicos de Engenharia para escoramento emergencial da capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência
		Elaboração de Projetos de Restauração da Fonte de Itajuru; Conjunto arquitetônico remanescente do Conjunto Arquitetônico do Convento Santa Maria dos Anjos, inclusive Capela e Cemitério da Ordem Terceira de S. Francisco
	Campos dos Goytacazes	INRC da Cavahada de Santo Amaro de Campos dos Goytacazes – levantamento preliminar
	Casimiro de Abreu	Elaboração de projetos de Recuperação da Estação Ferroviária de Barra de São João e Estação Ferroviária de Rio Dourado, de Casimiro de Abreu e projeto de revitalização do entorno da Estação Ferroviária de São Pedro da Aldeia
	Itaboraí	Elaboração de Projetos executivos de restauração e projetos complementares da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres e da Igreja Matriz de São João Batista
		Execução de obras emergenciais na Igreja Matriz de São João Batista e na Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres
	Mangaratiba	Projetos de Requalificação Urbana no Parque Arqueológico do Sahy, em Mangaratiba, e Projetos de Requalificação e Revitalização Paisagística na orla marítima e no entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Mambucaba, na Vila Histórica de Mambucaba
	Niterói	Serviços emergenciais na Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem
	Paraty	Serviços emergenciais de conservação e adequação do espaço para implantação de salão de exposições, sala de áudio-visual e biblioteca para o Sobrado do Iphan; execução de serviços emergenciais de conservação da única edificação histórica reman
		Serviços emergenciais de conservação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário
		Projetos de Infraestrutura Urbana para o Bairro Histórico
	Petrópolis	Ações emergenciais de salvamento da Casa de Ana Mayworm
		Elaboração de Projetos Urbanos: Requalificação Urbanística de área localizada no Meio da Serra da Estrela, compreendendo a área remanescente da antiga Fábrica Cometa de Tecidos e seu entorno imediato, considerando a restauração de artefatos
	Quissamã	Salvaguarda do Fado Angolano
		Execução e Restauração de bens culturais edificados da extinta RFFSA – Estação Ferroviária de Conde de Araçuaia e do Armazém Ribeiro e Filho e Requalificação do Entorno Imediato da Casa do Patrimônio ET Região dos Lagos, situado na antiga estação
	Rio Claro	Elaboração de projetos de Recuperação de bens culturais edificados da extinta RFFSA: Estação Ferroviária de Joaquim Leite, em Quatis; Estação Ferroviária de Rio Claro; Estação do Alto; Estação do Rio das Pedras; e Estação de Getulândia, em Rio Claro
	Rio de Janeiro	Elaboração de Projeto de Restauo da Igreja de São Francisco de Paula
		Elaboração de projeto executivo de restauração da Igreja Nossa senhora mãe dos Homens, Centro
		INRC da Feira de São Cristóvão
		INRC e Seminário da região comercial da SAARA - 3ª fase
		Obras emergenciais em Imóvel na Praça da República n.22, CENTRO
		Plano de Salvaguarda do Jongô
		Projeto e execução de auditório para o Centro de Formação em Gestão patrimonial
		Recuperação do Chafariz da Glória, Centro - 2ª fase
		Inventário dos Ramais erradicados do sul fluminense
		Elaboração de Projeto executivo de restauração e projetos complementares da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Centro
		Elaboração de projeto executivo de restauração e projetos complementares do Palácio Gustavo Capanema
		Mapeamento dos Terreiros Tradicionais de Umbanda do Estado do RJ - INRC 2ª fase
		Pesquisa Arqueológica no Morro da Conceição - PARTE 2
		Projeto de instalação do Centro de Memória Ferroviária - Estação Barão de Mauá
	Vassouras	Elaboração de projetos de Recuperação dos seguintes bens culturais: Casa das 14 Janelas, Casa da Associação de Paroquianos de Vassouras
		Execução de serviço de descupinização do Conjunto Paisagístico e Urbanístico tombado em Vassouras

RN	Natal	Serviços de Manutenção Emergenciais no Prédio Anexo do Instituto Histórico e Geográfico
		Serviços de Manutenção Emergenciais no Sobradinho (Museu Café Filho)
		Elaboração do Projeto de Iluminação de Destaque na área do Circuito Cultural de Natal
		Estudos sobre o Patrimônio Naval no Rio Grande do Norte e Inventário do Ofício da pesca artesanal no litoral do Rio Grande do Norte- 2ª Etapa
		Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar - 4ª Etapa
		Tratamento Técnico do Acervo Documental, Arquivístico e Bibliográfico Instituto Histórico e Geográfico do Estado
RR	Boa Vista	Identificação e catalogação dos vestígios materiais coletados pelo arqueólogo Mentz Ribeiro, na década de 1980 no estado de Roraima, presentes no Museu Integrado de Roraima
		Instrução do Processo de Tombamento do Plano Urbanístico de Darcy Aleixo Derenusson para a cidade de Boa Vista
RS	Antônio Prado	Pesquisa da evolução da arquitetura edificada e do traçado urbano da cidade de Boa Vista
		Enterramento de fiação subterrânea
	Bagé	Valorização do espaço público no Centro Histórico - áreas da Praça Garibaldi e antiga pedreira
		INRC de Bagé - 1ª FASE
	Jaguarão	Pesquisa Arqueológica na antiga Enfermaria de Jaguarão
	Novo Hamburgo	Requalificação do centro histórico de Hamburgo Velho em Novo Hamburgo: restauração do antigo Lar das Meninas e requalificação do Parcão
		Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial
		Elaboração de projeto executivo de restauração de duas casas de madeira no Centro Histórico: Casa Dianei Ferri, que abrigou a primeira fábrica de gaitas do Brasil, e a Casa antiga ao lado da Prefeitura.
	São Miguel das Missões	Qualificação do espaço público do Centro Histórico
		Conservação dos bens culturais relacionados ao Parque Histórico Nacional das Missões: 4 Sítios Arqueológicos e remanescentes das reduções jesuítico-guarani de São João Batista, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo e São Nicolau.
		Continuação da instrução do processo de Registro da Tava Miri São Miguel Arcanjo como lugar
		Escavação arqueológica em São Miguel das Missões
		Guia da Paisagem Cultural das Missões: inventário de avaliação e caracterização da Paisagem cultural, que subsidiará a elaboração do plano de gestão do patrimônio cultural e natural dos 26 municípios que compreendem a região e Parque Histórico
	São Nicolau	Requalificação urbanística do entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: Elaboração de projetos paisagístico e complementares de infraestrutura urbana e elaboração de projeto paisagístico para a Praça do Albergue
		Pesquisa arqueológica no entorno do Sobrado Silva e anexos
		Projeto de restauração da casa de pedra junto ao Sítio Arqueológico de São Nicolau e de 4 imóveis. Edificações construídas com material reutilizado das estruturas da antiga redução jesuítico-guarani
		Restauração do Sobrado Silva e anexos
SC	Laguna	Restauração e Reabilitação do Cine Teatro Mussi 1ª Etapa
	Laguna e São Francisco do Sul	Embutimento de fiação elétrica no Centro Histórico
	São Francisco do Sul	Casas do Patrimônio: Qualificação das casas do patrimônio de Laguna e de São Francisco do Sul
SE	Aracaju	Contratação do modelista e artesão Conny Baumgart para conclusão da maquete do Centro Histórico
		Obras de conservação da edificação da Antiga Alfândega de Florianópolis e Escritório Técnico/Casa do Patrimônio
		Salvaguarda da Renda Irlandesa
		Elaboração de Projetos de Restauração para Edificações do Patrimônio Cultural Ferroviário de Sergipe
		Inventário de conhecimento do patrimônio cultural do ciclo da cana-de-açúcar de Sergipe: Pesquisa de Campo nos municípios das bacias dos rios Japarutaba, Vaza-barris, Piauí e Real
	Laranjeiras	Restauração dos imóveis não-operacionais do Conjunto Ferroviário de Aracaju
		Serviços de recuperação da casa do Terreiro Nagô “Casa de Herculano”
		Recuperação estrutural da Igreja da Comandaroba
	São Cristóvão	Estabilização das Ruínas do Antigo Teatro de Laranjeiras
		Conservação do Sobrado do Iphan
		Estabilização Estrutural da Igreja Conventual de Nossa Senhora do Carmo
		Estabilização estrutural e recomposição da volumetria da Casa nº. 48 da R. Erundino Prado Neto, Centro Histórico
		Restauração do Forro e Cimalha da Capela Mor da Igreja Conventual Nossa Senhora do Carmo
		Estabilização e Recomposição da Volumetria do Imóvel nº 32 da R. Ivo do Prado, Centro Histórico
SP	Cananéia	Restauração do Arco Cruzeiro e Restauração e remontagem do Altar da Capela Lateral do Lado da Eucaristia da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória
		Inventário de Conhecimento do Patrimônio Urbano Edificado de Cananéia
		Projeto de Restauração de Edificações Históricas em Iguape
	Iguape	Conclusão da recuperação de pisos, equipamentos, esquadrias, anexo e instalações do Prédio do Engenho de Serrar da Fábrica de Ferro Ipanema
	Iperó	Organização Arquivística – Acervo Fotográfico do Museu da Companhia Paulista de Estradas de Ferro
	Jundiaí	Preservação e recuperação do Acervo Cinematográfico dos Estúdios Vera Cruz
	São Bernardo do Campo	Requalificação urbanística do Centro Histórico
	Santana de Parnaíba	Conclusão da restauração do Retábulo da Flagelação da Igreja do Carmo
	Santos	Projeto de restauração do Cemitério do Paquetá
	São Luiz do Paraitinga	Instrução para o tombamento de São Luiz do Paraitinga
		INRC do Município de São Luiz do Paraitinga
		Obras emergenciais no centro histórico
		Projeto e Restauração do Jardim da Casa Oswaldo Cruz
	São Paulo	Projeto de restauração arquitetônica e projetos complementares do Imóvel da Avenida Angélica Nº 626
		Estudo para tombamento do Centro Histórico
		A pintura invisível de Padre Jesuíno do Monte Carmelo – Resgate de um painel colonial. Fase 3 - 2ª Etapa
TO	São Sebastião	Elaboração de projeto de restauração do Convento de Nossa Senhora do Amparo
	Natividade	Inventário dos bens móveis e integrados de Natividade, Conceição do Tocantins, Chapada da Natividade e Almas
	Porto Nacional	Inventário das Fazendas Históricas do Sudeste Tocantinense
		Elaboração de estudo histórico e projeto executivo de restauração da Catedral de N.S. das Mercês

10. ARQUEOLOGIA – 2000-2009

2000

UF	CIDADE	SÍTIO	AÇÃO REALIZADA
MG	Matosinhos	LAPA, CERCA GRANDE E VARGEM PEDRA	Preservação de pinturas rupestres
MG	Barão de Cocais	PEDRA PINTADA DE COCAIS	Preservação de pinturas rupestres
PI	São Raimundo Nonato	PARQUE DA SERRA DA CAPIVARA	Conservação de pintura rupestre
RN	Natal	ACERVO ARQUEOLÓGICO DA SUB-REGIONAL DO IPHAN	Restauração de peças
SC	Florianópolis, Laguna, Jaguaruna, Tubarão, Joinville		Preservação dos acervos dos sítios arqueológicos

2001

PI	São Raimundo Nonato	PARQUE DA SERRA DA CAPIVARA	Consolidação estrutural da Toca do Pajauí

2002

PI	São Raimundo Nonato	PARQUE DA SERRA DA CAPIVARA	Proteção dos sítios dos serrotes calcários do entorno do parque

2003

RS	São Luiz Gonzaga	SÍTIO DE SÃO LOURENÇO MÁRTIR	Consolidação dos remanescentes arquitetônicos
RS	Entre-Ijuís	SÍTIO DE SÃO JOÃO BATISTA	Consolidação dos remanescentes arquitetônicos
SC	Florianópolis	ILHA DO CAMPECHE	Conservação das inscrições rupestres
SP	Ouroeste	MUSEU ÁGUA VERMELHA	Inauguração

2004

RJ	Rio de Janeiro	LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DO IPHAN	Preservação das coleções arqueológicas
SC	Laguna/ Jaguaruna	PARQUE ARQUEOLÓGICO SAMBAQUIS DO SUL	Delimitação
SC	Ilha do Campeche	ILHA DO CAMPECHE	Socialização, plano de visitação, capacitação de monitores

2005

PI	São Raimundo Nonato	PARQUE DA SERRA DA CAPIVARA	Conservação
PI	São Raimundo Nonato	MUSEU DO HOMEM AMERICANO	Atualização da exposição
RJ	Niterói	MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU	Modernização de infraestrutura

2007

ES	Conceição da Barra	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LINHARINHO	Proteção dos vestígios arqueológicos
MS	Aquidauana	SÍTIO ARQUEOLÓGICO SANTIAGO DE XEREZ	Escavação
PB	Queimadas	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE ARTE RUPESTRE	Sinalização
RS	São Miguel das Missões	SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO	Aquisição de imóveis localizados no interior do sítio e reestruturação do acesso
RS	São Miguel das Missões	PARQUE NACIONAL DAS MISSÕES	Implantação
RS	Entre-Ijuís	SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO JOÃO BATISTA	Interpretação
RS	São Nicolau	SÍTIO ARQUEOLÓGICO SÃO NICOLAU	Implantação de circuito de visitação

2008

AL		MARGENS DO BAIXO RIO SÃO FRANCISCO	Identificação e cadastro de sítios arqueológicos de arte rupestre
AP	Mazagão	REGIÃO DO MARACÁ	Documentação dos sítios arqueológicos
PE		MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO	Identificação de sítios arqueológicos entre as cidades de Jatobá e Cabrobó
RN	Carnaúba dos Dantas	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO SERIDÓ	Regularização turística e socialização dos sítios com pinturas rupestres
RJ	Rio de Janeiro	JARDIM BOTÂNICO – CASA DOS PILÕES	Socialização do sítio arqueológico
SC	Florianópolis	ILHA DO CAMPECHE	Preservação dos sítios arqueológicos e do patrimônio paisagístico
RN	Tenente Ananias	FURNA DOS CABOCLOS BRAVOS	Sinalização

2009

PA	Portel	COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA	Inventário e tratamento
PB	Ingá	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	Socialização
PE	Buíque	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO VALE DO CATIMBAU	Proteção, consolidação e sinalização
RN	Parelhas	SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO SERIDÓ	Socialização dos sítios com pintura rupestre
RS	Porto Alegre	MUSEU ARQUEOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL	Inventário do acervo
RO	Presidente Médici	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	Socialização: sinalização, proteção e instalação de infraestrutura para visitação

11. PRESERVAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS E BIBLIOGRÁFICOS – 2000-2009**2000**

UF	CIDADE	ACERVO	AÇÃO REALIZADA
AM	Manaus	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Ampliação e modernização de laboratório de restauração e conservação
BA	Salvador	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e informatização
CE	Fortaleza	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Ampliação e modernização de laboratório de restauração e conservação
GO	Goiás	ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS	Tratamento técnico do acervo
MG	Belo Horizonte	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico do acervo
MG	Mariana	CASA SETECENTISTA	Tratamento técnico do acervo
PA		ARQUIVO DO ESCRITOR RIBEIRO COUTO	Organização, indexação e digitalização
PE	Recife	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico do acervo iconográfico e documental
PI	Teresina	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico do acervo
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT	Tratamento técnico do acervo

2001

BA	Salvador	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN	Organização, restauração e informatização do acervo fotográfico
CE	Fortaleza	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Recuperação do acervo de desenhos

2002

SP	São Paulo	CINEMATECA BRASILEIRA	Climatização da reserva técnica
DF	Brasília	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO IPHAN	Tratamento técnico, ampliação e modernização de laboratórios

2003

MG	Ouro Preto	MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	Identificação e catalogação da Coleção Pitangui de Manuscritos Musicais
MG	Ouro Preto	CORPORAÇÕES MUSICAIS	Inventário dos acervos

2004

AM		ACERVO PADRE CASIMIRO BEKSTA	Tratamento técnico e conservação
DF	Brasília	ARQUIVO CENTRAL IPHAN	Tratamento técnico
PA	Belém	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico do acervo
PR	Curitiba	ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAVID CARNEIRO	Conservação e restauração
PR	Curitiba	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Conservação da Coleção Francisco Brito de Lacerda
PE	Recife	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico dos acervos
RS	Porto Alegre	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico do acervo fotográfico
RJ	Rio de Janeiro	ARQUIVOS PRESIDENCIAIS DO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC-FGV)	Microfilmagem dos acervos dos presidentes Geisel, Goulart e Venceslau Brás
RJ	Rio de Janeiro	ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)	Identificação da correspondência do acervo Epitácio Pessoa e organização da iconografia ao acervo Médici
RJ	Rio de Janeiro	ARQUIVO E BIBLIOTECA NORONHA SANTOS (IPHAN)	Tratamento técnico da série Inventários e conservação dos acervos iconográfico e cartográfico/ Aquisição de equipamentos para o laboratório fotográfico
SP	Piracicaba	MUSEU PRUDENTE DE MORAES	Informatização e recuperação do acervo Prudente de Moraes

2005

CE	Fortaleza	ACERVO DE DESENHOS DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFC	Restauração
GO	Goiânia	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização
GO	Goiás	ARQUIVO DO MUSEU DAS BANDEIRAS	Organização do Arquivo da Real Fazenda
PE	Recife	NÚCLEO DE CONSERVAÇÃO DE PAPEL DA SUPERINTENDÊNCIA	Modernização e aquisição de equipamentos
PE	Recife	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico do acervo iconográfico
PE	Recife	ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO MUSEU DA ABOLIÇÃO	Higienização
PI	Teresina	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico dos acervos
RJ	Rio de Janeiro	ARQUIVO DO IPHAN	Ampliação e modernização da área de restauração e conservação de acervos arquivísticos e bibliográficos

2006

BA	Salvador	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico

2007

AM	Manaus	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico
RJ	Rio de Janeiro	ARQUIVO CENTRAL DA SUPERINTENDÊNCIA	Instalação, higienização e acondicionamento dos documentos textuais
RJ	Rio de Janeiro	BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico
BA	Salvador	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico e preservação
SC	Florianópolis	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização
GO	Goiânia	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico

2008

AM	Manaus	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e catalogação
CE	Fortaleza	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Digitalização do acervo de plantas arquitetônicas e ampliação do acervo bibliográfico
PA	Belém	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e catalogação
PR	Curitiba	BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Aquisição de acervo raro
PE	Recife	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e catalogação
PE	Recife	ACERVO DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICO DA ANTIGA RFFSA-PE	Mapeamento
RN	Natal	ACERVO ARQUEOLÓGICO DA SUPERINTENDÊNCIA	Catalogação
RS	São Leopoldo	MUSEU DO TREM	Organização, higienização e catalogação do acervo fotográfico da antiga RFFSA-RS
RS	São Miguel das Missões	ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN	Organização
RS	Porto Alegre	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização
RJ	Parati	ARQUIVO E BIBLIOTECA DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN	Tratamento técnico
RJ	Rio de Janeiro	ACERVO ARQUEOLÓGICO DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico
RJ	Rio de Janeiro	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Tratamento técnico e ampliação
RO	Porto Velho	BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Implantação
RR	Boa Vista	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e catalogação
SC	Florianópolis	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização
SP	São Paulo	BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização
SP	Jundiaí	ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DA COMPANHIA PAULISTA	Conservação
SE	Aracaju	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Ampliação do acervo bibliográfico e organização do acervo arquivístico
TO	Porto Nacional	ARQUIVO DE PORTO NACIONAL	Preservação do acervo

2009

CE	Fortaleza	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Ampliação do acervo da biblioteca
ES	Vitória	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Ampliação do acervo, organização e catalogação
GO	Goiânia	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Digitalização do acervo fotográfico e audiovisual, ampliação do acervo da biblioteca, organização do arquivo documental
MT	Cuiabá	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e catalogação
MS	Campo Grande	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e higienização
MG	Mariana	ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA	Higienização e digitalização
MG	Belo Horizonte	ACERVO DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICO DA RFFSA-MG	Conservação
MG	Belo Horizonte	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e conservação
PB	Areia	MUSEU REGIONAL DE AREIA, MUSEU DO BREJO PARAIBANO, MUSEU CASA DE PEDRO AMÉRICO	Inventário e catalogação dos acervos
PB	João Pessoa	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Ampliação, organização e higienização
PR	Antonina	BIBLIOTECA DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL	Restauração de livros
PR	Curitiba	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Ampliação do acervo da biblioteca, organização e manutenção

PE	Recife	BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Higienização
PI	Teresina	BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Ampliação do acervo
RN	Natal	ARQUIVO E BIBLIOTECA DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e higienização
RJ	Petrópolis	BIBLIOTECA CONSELHEIRO PEDRO CARLOS NEVES DA ROCHA DA SEDE DO IPHAN	Ampliação e organização do arquivo e da biblioteca
RJ	Rio de Janeiro	ARQUIVO DA IRMANDADE DE SÃO BENEDITO	Salvaguarda da documentação
RJ	Rio de Janeiro	ACERVO DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Inventário
SC	Florianópolis	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e catalogação
SE	Aracaju	ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA	Organização e catalogação

12. MUSEUS – 2000-2009²

2000

UF	CIDADE	MUSEU	AÇÃO REALIZADA
PR	Curitiba	MUSEU DAVID CARNEIRO	Identificação de bens culturais do acervo
RS	São Miguel das Missões	MUSEU DAS MISSÕES	Restauração de dez estátuas missioneiras
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT	Restauração do mobiliário
SC	Laguna	MUSEU ANITA GARIBALDI	Revitalização
SP	São Paulo	MUSEU LASAR SEGALL	Conservação do acervo de obras e documentos
SP	São Paulo	MUSEU DE ARTE SACRA	Preservação dos altares da Capela do Mosteiro de São Bento

2001

MG	Sabará	MUSEU DO OURO	Obras emergenciais e restauração da pintura do forro na Sala São Jorge
RJ	Vassouras	MUSEU CASA DA HERA	Obras emergenciais

2002

RJ	Rio de Janeiro	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Preparação da Galeria do Século XIX para receber exposições
RJ	Petrópolis	MUSEU IMPERIAL	Identificação e conservação do Arquivo Grão-Pará
RJ	Petrópolis	MUSEU IMPERIAL	Aquisição de obra rara de A. Pallière
SC	São Francisco do Sul	MUSEU NACIONAL DO MAR	Aquisição e conservação do Acervo Kelvin Duarte

2003

CE	Aracati	MUSEU JAGUARIBANO	Restauração
MG	Diamantina	MUSEU DE ARTE SACRA	Recuperação do prédio para instalação do museu
MG	Sabará	MUSEU DO OURO	Conservação e projeto museográfico
PR	Campo Largo	MUSEU DO MATE	Estabilização estrutural
PR	Lapa	MUSEU CASA CEL. JOAQUIM LACERDA	Conservação
RS	São Miguel das Missões	MUSEU DAS MISSÕES	Modernização
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Recuperação e ampliação do arquivo institucional
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Restauração da arquitetura original do Arsenal Real
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Tratamento técnico do acervo numismático
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Conservação e modernização da museologia
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Restauração do prédio
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU DA REPÚBLICA	Obras no telhado da reserva técnica
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU DA REPÚBLICA	Modernização e conservação preventiva
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU VILLA-LOBOS	Conservação e modernização da museologia
RJ	Petrópolis	MUSEU IMPERIAL	Inventário e tratamento técnico do acervo
RJ	Petrópolis	MUSEU IMPERIAL	Conservação e modernização

2004

AP	Macapá	MUSEU SACACA	Revitalização
BA	Salvador	MUSEU HENRIQUETA CATHARINO	Modernização
ES	Vitória	MUSEU DE ARTE SACRA DO ESPÍRITO SANTO	Montagem da exposição permanente
GO	Goiás	MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE	Conservação do acervo e requalificação da exposição permanente
GO	Pilar de Goiás	MUSEU DA CASA DA PRINCESA	Requalificação
MA	Alcântara	MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCÂNTARA	Instalação, restauração e inventário do acervo
MT	Cáceres	MUSEU DE ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA, PALEONTOLOGIA E ESPELEOLOGIA DE CÁCERES	Implantação da reserva técnica de arqueologia e etnografia
MG	Belo Horizonte	MUSEU ABÍLIO BARRETO	Climatização das reservas técnicas
MG	Caeté	MUSEU CASA DE JOÃO PINHEIRO E ISRAEL PINHEIRO	Modernização
MG	Caeté	MUSEU REGIONAL DE CAETÉ	Conservação

2. Não inclui projetos apoiados através dos editais.

MG	Ouro Preto	MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	Aquisição de acervo
MG	Pará de Minas	MUSEU HISTÓRICO, DOCUMENTAL, FOTOGRÁFICO E DO SOM DE PARÁ DE MINAS	Informatização e segurança
MG	Uberlândia	MUSEUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	Constituição da rede de museus
MG	Sabará	MUSEU DO OURO	Revitalização: restauração do prédio e de bens móveis, reformulação da museologia
PA	Santarém	MUSEU DE SANTARÉM	Modernização
PA	Ilha de Marajó	MUSEU DO MARAJÓ	Modernização
PB	João Pessoa	MUSEU DA CULTURA POPULAR	Revitalização
PI	Teresina	MUSEU DO PIAUÍ	Modernização
RS	Porto Alegre	MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL (MARGS)	Modernização e informatização
RS	Santo Ângelo	MUSEU DAS MISSÕES	Sinalização externa, reformulação da iluminação e requalificação da exposição permanente
RJ	Cabo Frio	MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL	Requalificação das exposições permanentes
RJ	Niterói	MUSEU DE HISTÓRIA E ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Reestruturação da reserva técnica ao acervo de artes e tradições populares
RJ	Petrópolis	MUSEU IMPERIAL	Revitalização da exposição permanente, conservação dos acervos museológico, arquivístico e bibliográfico
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU DA REPÚBLICA	Restauração do mobiliário do Salão Pompeano
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU DO AÇUDE	Revitalização do pavilhão da recepção e readequação da reserva técnica
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU VILLA-LOBOS	Restauração, recuperação de ornatos
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU IMPERIAL	Restauração
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Restauração, requalificação das exposições permanentes e da exposição itinerante
RJ	Rio de Janeiro	PAÇO IMPERIAL	Requalificação das exposições permanentes, modernização, descupinização
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU NACIONAL DA QUINTA DA BOA VISTA	Obras emergenciais
RJ	Rio de Janeiro	MUSEUS CASTRO MAYA	Restauração da Coleção Louça do Porto
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU CHÁCARA DO CÉU	Requalificação das exposições permanentes
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU DO AÇUDE	Reestruturação
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU CASA DO PONTAL	Modernização do setor de restauração, da reserva técnica e do atendimento ao público
RJ	Vassouras	MUSEU CASA DA HERA	Requalificação da exposição permanente de indumentária feminina, recuperação do anexo
SC	Caçador	MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO	Aquisição de equipamentos de segurança
SC	Florianópolis	MUSEU VICTOR MEIRELLES	Revitalização, ampliação e requalificação da exposição permanente
SC	Laguna	MUSEU ANITA GARIBALDI	Revitalização
SC	São Francisco do Sul	MUSEU NACIONAL DO MAR	Preservação da coleção de modelos navais, restauração da cobertura, implantação de sistema de proteção elétrica

2005

AC	Rio Branco	MUSEU DA BORRACHA	Modernização
AC	Rio Branco	MEMORIAL DOS AUTONOMISTAS	Modernização
AC	Rio Branco	CASA DOS POVOS DA FLORESTA	Modernização
BA	Cachoeira	MUSEU DO IPHAN	Restauração do mobiliário, adequação museológica, incorporação do acervo arqueológico encontrado
GO	Goiânia	MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE GOIÁS	Instalação de equipamentos de controle ambiental e climatização
GO	Goiás	MUSEU DAS BANDEIRAS	Modernização de infraestrutura
MG	Belo Horizonte	MUSEU MINEIRO	Modernização
MG	Caeté	MUSEU REGIONAL DE CAETÉ	Instalação de sistema de segurança
MG	Ouro Preto	MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	Modernização de infraestrutura
MG	Sabará	MUSEU DO OURO	Instalação de sistema de segurança
PR	Lapa	MUSEU CASA CEL. JOAQUIM LACERDA	Restauração
RS	Ijuí	MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA	Mobiliário para reserva técnica
RS	Santo Ângelo	MUSEU DAS MISSÕES	Modernização
RJ	Cabo Frio	MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL	Modernização de infraestrutura
RJ	Petrópolis	MUSEU IMPERIAL	Modernização de infraestrutura
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Modernização e restauração
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Montagem da galeria de exposição permanente e revitalização da exposição de longa duração da Galeria J. Dreyfus
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU VILLA-LOBOS	Modernização de infraestrutura
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Restauração do prédio e modernização de infraestrutura
RJ	Rio de Janeiro	MUSEUS CASTRO MAYA	Modernização
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU DA REPÚBLICA	Modernização de infraestrutura
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT	Modernização de infraestrutura
RJ	Vassouras	MUSEU CASA DA HERA	Modernização de infraestrutura
SC	Florianópolis	MUSEU VICTOR MEIRELLES	Modernização de infraestrutura
SP	São Paulo	MUSEU LASAR SEGALL	Modernização de infraestrutura

2006

RS	São Miguel das Missões	MUSEU DAS MISSÕES	Revitalização
RJ	Rio de Janeiro	MUSEUS CASTRO MAYA	Aquisição de equipamentos de informática, conservação e segurança
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU VILLA-LOBOS	Modernização e renovação da exposição permanente
RJ	Niterói	MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU	Readequação de espaços
MG	Ouro Preto	MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	Reformulação e modernização
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Revitalização da exposição de longa duração "Colonização e dependência"
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Tratamento técnico do acervo e restauração de obras de arte em papel
ES	Santa Teresa	MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITÃO	Reforma

2007

AL	Maceió	MUSEU THÉO BRANDÃO	Aquisição de equipamentos e material permanente para atualização do acervo da exposição de longa duração
AP	Macapá	MUSEU SACACA	Reformulação da casa de exposições e montagem da exposição de longa duração
AM	Manaus	MUSEU DO HOMEM DO NORTE	Equipamentos para a Sala de Ação Educativa e para a Biblioteca
CE	Quixadá	MUSEU HISTÓRICO JACINTO DE SOUSA	Aquisição de equipamentos para ação educativa
MT	Cuiabá	MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE CUIABÁ	Modernização
MS	Campo Grande	MUSEU DA IMAGEM E DO SOM	Aquisição de equipamentos
MG	Ituiutaba	MUSEU ANTROPOLÓGICO DE ITUIUTABA	Aquisição de material permanente e equipamentos para as atividades administrativas, educativas e de conservação preventiva
PE	Recife	MUSEU DE ARTE MODERNA ALOÍSIO MAGALHÃES	Aquisição de equipamentos e modernização
PE	Recife	MUSEU DA CIDADE DO RECIFE	Aquisição de equipamentos
PI	Teresina	MUSEU DA CASA DA CULTURA DE TERESINA	Revitalização
RN	Major Sales	MUSEU CULTURAL DE MAJOR SALES	Aquisição de material permanente e equipamento
RS	Cachoeirinha	ECOMUSEU CASA DO LEITE	Aquisição de sistema de climatização para as salas de exposição e sala administrativa
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU DA MARÉ	Modernização
RR	Boa Vista	MUSEU INTEGRADO DE RORAIMA	Conservação e ampliação das coleções
SC	Blumenau	COMPLEXO MUSEOLÓGICO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	Modernização
SC	Joinville	MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI	Modernização e qualificação das ações educativas
SP	São Paulo	MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO	Adaptação e ampliação da reserva técnica
SP	Santo André	CIRCUITO MUSEOLÓGICO DA VILA DE PARANAPIACABA	Modernização
TO	Palmas	MUSEU DE ZOOLOGIA JOSÉ HIDASI	Aquisição de material permanente e equipamentos para revitalização do acervo
TO	Wanderlândia	CASA DE MEMÓRIA PADRE JOSIMO	Aquisição de equipamentos, mobiliário e sistema de iluminação

2008

AL	Penedo	MUSEU CASA DO PENEDO	Modernização
AL	Teotônio Vilela	MUSEU MUNICIPAL DA CANA-DE-AÇÚCAR	Implantação
AL	Coruripe	MEMORIAL CORURIPENSE	Modernização
AP	Macapá	MUSEU JOAQUIM CAETANO DA SILVA	Informatização
AP	Macapá	PLANETÁRIO MÓVEL MAYWAKA	Modernização tecnológica
AM	Manaus	MUSEU AMAZÔNICO	Modernização e aquisição de equipamentos
AM	Manaus	MUSEU DO HOMEM DO NORTE	Aquisição de mobiliário para a reserva técnica
BA	Maragogipe	MUSEU DOS SAVEIROS	Aquisição de imóvel para instalação
BA	Salvador	MUSEU DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	Modernização dos espaços expositivos
BA	Sobradinho	MUSEU MUNICIPAL DE SOBRADINHO	Implantação
CE	Fortaleza	MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	Implantação da Sala da Cultura Popular
CE	Parambu	MUSEU DA CIDADE DE PARAMBU	Implantação
DF	Brasília	MUSEU VIVO DA MEMÓRIA CANDANGA	Modernização da segurança
DF	Brasília	MUSEU DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)	Modernização
MS	Campo Grande	MUSEU DAS CULTURAS DOM BOSCO	Climatização das salas de exposição e reserva técnica
MS	Campo Grande	MUSEU DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (MuArq-UFMS)	Implantação de climatização
MT	Santo Antônio de Leverger	MUSEU DA USINA DE ITAICY	Implantação
MG	Juiz de Fora	MUSEU MARIANO PROCÓPIO	Instalação de equipamento de segurança
MG	Machacalis	MUSEU MAXAKALI	Implantação
MG	Pains	MUSEU MUNICIPAL DE PAINS	Implantação
MG	Santana dos Montes	MUSEU DE SANTANA DOS MONTES	Implantação
PA	Belém	MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Modernização da reserva técnica
PB	Campina Grande	MUSEU DO HOMEM DO CURIMATAÚ	Implantação

PB	João Pessoa	CASA DO ARTISTA POPULAR	Modernização e informatização
PB	Pedra Lavrada	MUSEU DE ROCHAS E FÓSSEIS	Implantação
PR	Londrina	MUSEU HISTÓRICO PADRE CARLOS WEISS	Implantação do setor educativo
PR	Matelândia	MUSEU MUNICIPAL DE MATELÂNDIA	Implantação
PI	Amarante	CENTRO CULTURAL ODILON NUNES	Modernização
RN	Natal	MUSEUS DA FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO	Modernização das reservas técnicas
RS	Osório	MUSEU ANTROPOLÓGICO DE OSÓRIO	Revitalização
RS	São Gabriel	MUSEU DA MEMÓRIA DE SÃO GABRIEL	Instalação
RS	Passo Fundo	MUSEU HISTÓRICO REGIONAL	Modernização
RJ	Quatis	MUSEU MUNICIPAL ESTAÇÃO DA MEMÓRIA	Implantação
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU IMAGENS DO INCONSCIENTE	Implantação de sistema de segurança
RO	Alto Paraíso	MUSEU DA MEMÓRIA DE ALTO PARAÍSO	Implantação
SC	Palma Sola	MUSEU DA COLONIZAÇÃO	Implantação
SC	Criciúma	MUSEU UNIVERSITÁRIO DO EXTREMO SUL CATARINENSE	Aquisição de mobiliário para as exposições permanentes e temporárias
SC	Timbó	MUSEU DA MÚSICA	Modernização
SP	Cajuru	MEMORIAL DE CAJURU JOSÉ MARIANO ARENA	Implantação
SP	Ubatuba	INSTITUTO PAU-BRASIL DE HISTÓRIA NATURAL	Incremento da Coleção Paleontológica
SE	Aracaju	MUSEU DO HOMEM SERGIPANO	Modernização
SE	Porto da Folha	MUSEU REALIDADE SERTANEJA	Implantação
TO	Ilha do Bananal	INY HETO: MUSEU DOS POVOS INDÍGENAS DA ILHA DO BANANAL, JAVAÉ E KARAJÁ	Implantação
TO	Tocantinópolis	MUSEU HISTÓRICO E ETNOGRÁFICO DE TOCANTINÓPOLIS	Implantação

2009

AM	Manaus	MUSEU DO PORTO	Recuperação
CE	Aracati	MUSEU JAGUARIBANO	Restauração e adaptação
GO	Pirenópolis	MUSEU DE ARTE SACRA – IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Restauração e implantação
GO	Pirenópolis	MUSEU DO DIVINO (CASA DE CÂMARA E CADEIA)	Adaptação das instalações para receber museu
GO	Pires do Rio	MUSEU FERROVIÁRIO	Revitalização
MA	Alcântara	MUSEU HISTÓRICO DE ALCÂNTARA	Restauração
MA	São Luís	MUSEU DA MEMÓRIA AUDIOVISUAL DO MARANHÃO	Recuperação e adaptação de sobrado na sede da antiga Companhia de Navegação Jaracaty para instalação
PA	Belém	MUSEU DO CÍRIO	Reformulação da exposição permanente
PB	Bananeiras	MUSEU DA CIDADE DE BANANEIRAS	Implantação
PE	Igarassu	PINACOTECA DO CONVENTO FRANCISCANO	Instalação de sistema de segurança
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU CASA DO PONTAL	Preservação
RJ	Rio de Janeiro	MUSEU IMAGENS DO INCONSCIENTE	Inventário da coleção
SC	São Francisco do Sul	MUSEU NACIONAL DO MAR	Implantação do Centro de Referência do Patrimônio Naval

13. EDITAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO IMATERIAL: PROJETOS APOIADOS – 2005-2010

ANO	UF	PROJETO	PROPONENTE
2005	AC	TRADIÇÕES MUSICAIS KAXINAWÁ	Organização dos Professores Indígenas do Acre e Centro de Formação dos Povos da Floresta – Rio Branco
2005	AL	MODOS DE CONSTRUIR, MODOS DE ALIMENTAR: MEMÓRIA DA PAISAGEM CAETÉ NAS ALAGOAS	Universidade Federal de Alagoas e Instituto Estação Desenvolvimento (IEDES)
2005	AM	ARTESANATO E IDENTIDADE CULTURAL NO MÉDIO SOLIMÕES: A PROMOÇÃO DE TÉCNICAS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DAS RESERVAS MAMIRAUÁ E AMANÁ	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Tefé
2005	AP	ARTESÃS DO MARAMARA	Iepé-Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Macapá
2005	GO	MAPEAMENTO DA FESTA DA CAÇADA DA RAINHA E OUTRAS CULTURAS TRADICIONAIS DA CHAPADA DOS VEADEIROS	Associação Comunitária da Vila de São Jorge-ASJOR – Alto Paraíso
2005	MS	PATRIMÔNIO CULTURAL DO MATO GROSSO DO SUL: MAPEAMENTO DOCUMENTAL	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Mato Grosso do Sul da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campo Grande

2005	MT	CANÇÕES JOWOSI DA ETNIA KAIABI	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos da Universidade de Brasília e Associação Terra Indígena do Xingu-ATIX – Canarana
2005	PB	PROJETO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA PARAÍBA – PESQUISA DOCUMENTAL	Coletivo de Cultura e Educação Meio do Mundo – João Pessoa
2005	PI	PESQUISA DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL PIAUIENSE	Fundação Cultural do Piauí-FUNDAC – Teresina
2005	PI	PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: PESQUISA DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	Fundação Museu do Homem Americano – São Raimundo Nonato
2005	SP	DOCUMENTAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SABERES TRADICIONAIS ASURINI DO XINGU	Fundação de Desenvolvimento da Unicamp-FUNCAMP – Campinas
2006	AL	MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE ALAGOAS	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa-FUNDEPES – Maceió
2006	CE	MAPEAMENTO DO ACERVO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO CEARÁ	Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Ceará – Fortaleza
2006	DF	MAPEAMENTO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO DISTRITO FEDERAL	Fundação Universitária de Brasília-FUBRA e Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília
2006	GO	SISTEMATIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE GOIÁS	Fundação de Apoio à Pesquisa-FUNAPE da Universidade Federal de Goiás e Museu Antropológico da UFG
2006	MG	CADASTRO DE REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS SOBRE O PATRIMÔNIO IMATERIAL EM MINAS GERAIS	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais-IEPHA/MG – Belo Horizonte
2006	PE	FORMAS DE EXPRESSÃO DA CULTURA IMATERIAL EM PERNAMBUCO	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento-FADE, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco
2006	SC	DIAGNÓSTICO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus-IELUSC – Joinville
2007	AL	GIRA DA TRADIÇÃO	Fundação Municipal de Ação Cultural – Maceió
2007	AM	UM PATRIMÔNIO INVISÍVEL: DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA SOBRE OS SISTEMAS AGRÍCOLAS DO RIO NEGRO – AM	Instituto Socioambiental do Amazonas – Manaus
2007	GO	CAMINHOS DE PIRENÓPOLIS – A TRILHA DAS GUERREIRAS	Guaimbê-Espaço e Movimento Criativo – Brasília e Pirenópolis
2007	PE	MERCADO DE SÃO JOSÉ: MEMÓRIA E HISTÓRIA	Fundação Apolônio Salles-Fadurpe – Recife
2007	PR	CIGANOS: REALIDADES E ANSEIOS	Associação de Preservação da Cultura Cigana-Apreci – Curitiba
2007	PE	KENE – PINTURAS TRADICIONAIS KAXINAWÁ	Vídeo nas Aldeias – Olinda
2007	SC	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO CAMINHO DAS TROPAS: SABERES E FAZERES CONSTRUÍDOS NA VIDA E NA LIDA DO POVO DA COXILHA RICA	Associação Vianei de Intercâmbio e Cooperação no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde – Lages
2007	RS	SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MUSICAL INDÍGENA: REGISTRO ETNOGRÁFICO MULTIMÍDIA DA CULTURA MUSICAL NAS COMUNIDADES MBYÁ-GUARANI DA GRANDE PORTO ALEGRE	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre
2007	RS	KANHGÁG VENH KÓGAN MRÉ VENH GRÊN – PINTURA E DANÇA KAINANG	Fundação Regional Integrada – Santo Ângelo
2007	SP	YVY RUPA – A DESCOBERTA DO BRASIL (QUE AINDA NÃO HOUE). VISÕES GUARANI DA HISTÓRIA DO BRASIL	Associação de Pais e Mestres da EMEF Desembargador Amorim Lima – São Paulo
2007	SP	BEM-TE-VI: OFICINAS ARTÍSTICO-CULTURAIS, AUDIOVISUAIS, DE CIDADANIA E GERAÇÃO DE RENDA EM TORNO DA MEMÓRIA DO JONGO DO TAMANDARÉ	Associação Cultural Cachuera! – São Paulo
2007	TO/MA	ILHA DE SÃO JOSÉ	Associação Carolina Via Verde – Brasília

2008	MT	INVENTÁRIO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL MATO-GROSSENSE	Fundação Uniselva, Universidade Federal do Mato Grosso – Cuiabá
2008	MT PE PB TO	ESTUDOS PRELIMINARES PARA O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA/ TESTE DO INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NAS SEGUINTE SITUACÕES:1) LÍNGUA INDÍGENA FALADA POR POPULAÇÃO DE 100 A 300 INDIVÍDUOS (LÍNGUA ASURINI DO TOCANTINS E LÍNGUA JURUNA DO XINGU);2) LÍNGUA DE SINAIS (COMUNIDADES DE SURDOS DE JOÃO PESSOA E RECIFE)	Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) – Curitiba
2009	AM	OS SABERES DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO MÉDIO JURUÁ	Conselho Nacional dos Seringueiros – Rio Branco
2009	CE	INVENTÁRIO DOS DRAMAS POPULARES DO LITORAL LESTE	Associação Comunitária Beneficente de Encruzilhada e Umburanas – Beberibe
2009	DF	FOLIA DE REIS DEVOTOS DOS MAGOS: REGISTRO AUDIOVISUAL DE PATRIMÔNIO IMATERIAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO	Clube do Violeiro Caipira de Brasília – Candangolândia
2009	MA	AUTOS E FOLGUEDOS DE NATAL NO MARANHÃO	Universidade Federal do Maranhão – São Luís
2009	MT	TRADIÇÃO E TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO RITUAL FEMININO ENTRE OS KUIKURO DO ALTO XINGU	Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu-AIKAX – Gaúcha do Norte e Canarana
2009	MT	IDENTIFICAÇÃO DE SÍTIOS E HISTÓRIAS ANCESTRAIS DOS POVOS KAIABI, YUDJA, KISÉDJÉ E PANARÁ	Instituto Socioambiental – São Paulo
2009	PA	CARTOGRAFIA SOCIAL DOS AFRO-RELIGIOSOS EM BELÉM DO PARÁ: HISTÓRIA E GEOREFERENCIAMENTO DAS CASAS DE RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS	Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental – Belém
2009	RS	TAMBOR DO SOPAPO – RESGATE HISTÓRICO DA CULTURA NEGRA DO EXTREMO SUL DO BRASIL	Catarse-Coletivo de Comunicação – Porto Alegre
2009	RS	SABERES E PRÁTICAS MÚSICO-RITUAIS DO “ENSAIO DE PROMESSA DE QUCUMBI” ENTRE QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre
2009	RO	ACERVO PAITER SURUÍ	Associação Gãbgir do Povo Indígena Paiter Suruí – Cacoal
2009	SP	PROGRAMA PUXIRÃO – APOIO AO FANDANGO CAIÇARA NO MUNICÍPIO DE CANANEIA	Instituto de Pesquisas Cananeia – Cananeia
2009	MA TO	A CORRIDA DE TORAS: PATRIMÔNIO IMATERIAL DOS POVOS TIMBIRA DO MARANHÃO E TOCANTINS	Centro de Trabalho Indigenista-CTI – Brasília
2010	BA	MEMÓRIA E HISTÓRIA DA CASA DE OXUMARÊ: TRADIÇÃO ANCESTRAL E SABER PRESERVADO	Associação Cultural e Religiosa São Salvador Ilê Axé Oxumaré – Salvador
2010	CE	O MUSEU QUE HÁ EM NÓS: PESQUISA/ MAPEAMENTO DOS SABERES, MODOS DE FAZER, FORMAS DE EXPRESSÃO, FESTAS, RITUAIS, CELEBRAÇÕES, LUGARES E ESPAÇOS DE IMPORTÂNCIA COLETIVA PARA A COMUNIDADE DO HORTO EM JUAZEIRO DO NORTE	Associação dos Voluntários para o Bem Comum – Juazeiro do Norte
2010	SP	PRESERVAÇÃO DOS PROCESSOS CULTURAIS SIGNIFICATIVOS PARA A SOCIEDADE SEBASTIANENSE	Prefeitura Municipal de São Sebastião
2010	RN	PATRIMÔNIO IMATERIAL – MAPEAMENTO E DIFUSÃO	Centro de Documentação e Comunicação Popular – Natal
2010	RJ	QUERO VER PEGAR	Associação Civil Capoeira Cidadã – Rio de Janeiro
2010	AC AM	LIVRO VIVO	Associação Filmes de Quintal – Belo Horizonte
2010	RJ	CULTURAS DE FIBRA	Associação Artístico-Cultural Nossa Gente Nhandeva – Paraty
2010	RS SC	EG RÁ – NOSSAS MARCAS	Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual – Brasília

14. PRONAC: PROJETOS APOIADOS (FNC E MECENATO) – 2000-2009

Projetos relacionados ao Patrimônio Cultural, não incluídos aqueles relativos à: construção de equipamentos culturais; implantação de equipamentos culturais não relacionada a bens tombados; festas populares não relacionadas ao patrimônio imaterial registrado; eventos culturais; exposições; publicações.

MECENATO, FNC E TESOIRO NACIONAL

UF	CIDADE	PRONAC	TÍTULO	PROponente	Mecanismo	Valor Apoiado	Situação
		065996	IGREJA DE NOSSA SENHORA D'AJUDA: obra emergencial de contenção da encosta posterior – 2ª etapa de ações para estabilidade e a integridade física, iniciadas em 2005	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	297.361,27	Descentralização de recursos – prestação de contas
AC	Rio Branco	018484	Restauração do CENTRO CULTURAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.375.852,96	Apresentou prestação de contas
AC	Sena Madureira	016322	Restauração da CATEDRAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Prefeitura Municipal de Sena Madureira	FNC	74.699,50	Prestação de contas de convênio aprovada
AL	Maceió	003235	Reinstalação do MUSEU THÉO BRANDÃO DE ANTROPOLOGIA E FOLCLORE – UFAL: tratamento do acervo, um dos maiores da cultura popular brasileira	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa-Fundepes	Mecenato Artigo 18 (100%)	197.504,00	Apresentou prestação de contas
AL	Maceió	030806	Manutenção do MUSEU THÉO BRANDÃO DE ANTROPOLOGIA E FOLCLORE – UFAL: exposição de longa duração, montagem de exposição temporária, restauração de peças do acervo, programação educativa, oficinas, material gráfico, instalações do prédio, equipamentos	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa-Fundepes	Mecenato Artigo 18 (100%)	114.872,00	Apresentou prestação de contas
AL	Maceió	047051	CASA DE JORGE DE LIMA – anexo da Academia Alagoana de Letras	Academia Alagoana de Letras	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.191.568,80	Análise financeira da prestação de contas
AL	Maceió	055380	Mobiliário para Reserva Técnica do MUSEU PIERRE CHALITA: acervo de obras de arte e disponibilização para consulta de pesquisadores da arte popular do norte e nordeste brasileiro	Fundação Pierre Chalita	Mecenato Artigo 26	262.762,50	Apresentou prestação de contas
AL	Maceió	085134	Restauração do edifício do ARCEBISPADO DA CIDADE DE MACEIÓ	Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Givaldo Carimbão	906.213,95	Convênio em vigência
AL	Marechal Deodoro	002263	Restauração do prédio da CASA DE CÂMARA E CADEIA	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	99.238,18	Prestação de contas aprovada
AL	Marechal Deodoro	042131	Restauração do CONJUNTO ARQUITETÔNICO CONVENTUAL FRANCISCANO DE SANTA MARIA MADALENA, constituído pela Igreja Conventual da Ordem Primeira de São Francisco, Igreja da Ordem Terceira e Convento de Santa Maria Madalena onde está o Museu de Arte Sacra de Alagoas, bem como a restauração dos bens móveis e integrados	Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.343.992,38 Apoiado 2.230.560,30	Autorizada a captação residual dos recursos
AL	Marechal Deodoro	067378	Memórias Franciscanas no antigo CONVENTO DE SANTA MARIA MADALENA – pesquisa acerca do Complexo Conventual Franciscano que instrua futuro projeto de restauração	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa-Fundepes	Mecenato Artigo 18 (100%)	107.196,00	Expirado o prazo de captação parcial
AL	Marechal Deodoro	065999	Restauração do COMPLEXO CONVENTUAL FRANCISCANO	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	300.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
AL	Penedo	003120	Recuperação do TEATRO SETE DE SETEMBRO, construído em 1884	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	63.279,90	Prestação de contas aprovada
AL	Penedo	030905	Conservação da cobertura do CONVENTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS	Governo do Estado de Alagoas	Recurso do Tesouro	63.564,82	Prestação de contas de convênio aprovada

AL	Penedo	059719	Implantação do MUSEU DO RIO SÃO FRANCISCO. Instalação nos imóveis restaurados de duas unidades: portal do museu e centro de documentação. Implementação de rede de preservação, difusão e programa de educação patrimonial e ambiental no território do museu	Fundação Casa do Penedo	Mecenato Artigo 18 (100%)	500.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
AL	Penedo	0810201	Restauração da CATEDRAL DIOCESANA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas	FNC	600.000,00	Convênio em vigência
AM	Manaus	077076	Preservação e conservação do ACERVO DO MUSEU AMAZÔNICO	Fundação Universidade do Amazonas	Mecenato Artigo 26	375.459,00	Expirado o prazo de captação parcial
AP	Macapá	056154	Reestruturação da exposição itinerante do MUSEU SACACA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá-IEPA	Mecenato Artigo 18 (100%)	30.000,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
AP		059163	CENTRO DE FORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO WAJÁPI na terra indígena Wajápi, salvaguarda do patrimônio imaterial da comunidade	Iepe-Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena	Mecenato Artigo 26	82.846,96	Apresentou prestação de contas
BA	Cachoeira	006971	Obras emergenciais no CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO DO PARAGUAÇU	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan	Recurso do Tesouro	149.459,44	Prestação de contas aprovada
BA	Cachoeira	028247	Recuperação dos imóveis situados no CENTRO HISTÓRICO	Governo do Estado da Bahia	FNC	4.582.676,09	Projeto em execução
BA	Cachoeira	0610639	Implantação de rede elétrica subterrânea no SÍTIO HISTÓRICO	Domo Arquitetura e Projetos Culturais Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 593.111,49 Apoiado 492.170,24	Autorizada a captação residual dos recursos
BA	Cairu	046655	Restauração do CONVENTO FRANCISCANO e da IGREJA DE SANTO ANTÔNIO CAIRU	Grupo Ecológico Humanista PAPAMEL	Mecenato Artigo 18 (100%)	5.160.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
BA	Candeias	055515	Estabilização do CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ENGENHO FREGUESIA – MUSEU DO RECÔNCAVO WANDERLEY PINHO	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão – Fapex	Mecenato Artigo 18 (100%)	408.537,41	Expirado o prazo de captação parcial
BA	Carinhanha	064392	Restauração da CASA DO CARETA, construída em 1912, para transformá-la em Centro de Cultura	Prefeitura Municipal	FNC Emenda da Bancada Baiana	162.612,34	Prestação de contas de convênio aprovada
BA	Chapada Diamantina	069143	Identificação, proteção e gestão de SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE ARTE RUPESTRE DA CHAPADA DIAMANTINA: levantamento do potencial arqueológico de seis municípios para inventário e mapa arqueológico	Carlos Alberto Etchevarne	Mecenato Artigo 18 (100%)	117.351,60	Apresentou prestação de contas
BA	Coroa Vermelha	017199	RESGATE HISTÓRICO-CULTURAL DO RIO MUTARI – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CULTURAL	Associação dos Pescadores Indígenas Pataxá de Coroa Vermelha	Recurso do Tesouro	11.553,30	Prestação de contas aprovada
BA	Coroa Vermelha	019847	RESGATE HISTÓRICO-CULTURAL DO RIO MUTARI	Associação dos Pescadores Indígenas Pataxá de Coroa Vermelha	Recurso do Tesouro	4.000,00	Projeto conveniado
BA	Igatu-Andaraí	067861	Consolidação e reabilitação das RUÍNAS DE LUÍS DOS SANTOS – intervenção e levantamento aerofotogramétrico, escavação arqueológica e pesquisa da formação do vilarejo de Xique-Xique do Igatu; criação de <i>site</i> para divulgação do Patrimônio Urbano, Arqueológico e Paisagístico da região.	Repellere Soluções Integradas Ltda.-EPP	Mecenato Artigo 18 (100%)	244.369,22	Expirado o prazo de captação parcial
BA	Juazeiro	034107	Patrimônio vivo – Estação Velha de Piranga	Fundação Cultural de Juazeiro	FNC	36.492,50	Em processo de Tomada de Contas Especial
BA	Lençóis	028246	Recuperação dos IMÓVEIS SITUADOS NO CENTRO HISTÓRICO	Governo do Estado da Bahia	FNC	1.624.531,66	Projeto em execução
BA	Lençóis	052943	CENTRO DE REFERÊNCIA CINE TEATRO REX, CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL DA CHAPADA DIAMANTINA – abrigará acervo de filmes, fotografias, documentos históricos e objetos	Organização Solidária de Apoio Comunitário-OSAC	Mecenato Artigo 18 (100%)	40.000,00	Apresentou prestação de contas
BA	Morro de São Paulo	0610583	FORTALEZA DO MORRO DE SÃO PAULO – restauração com implantação de espaço para a difusão da cultura e tradição regional e do Centro de Formação Profissional para as áreas de turismo e hospitalidade	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul-IDES	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.829.500,00	Expirado o prazo de captação parcial

BA	Porto Seguro	007288	MUSEU ABERTO DOS 500 ANOS DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	248.066,00	Prestação de contas de convênio aprovada
BA	Porto Seguro	030395	MUSEU ABERTO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL realização dos módulos previstos no programa de 1999	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	893.293,91	Prestação de contas aprovada
BA	Salvador	001230	ESCOLA OFICINA DE SALVADOR – 4ª fase – manutenção de atividades	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão-Fapex	FNC	318.166,24	Prestação de contas aprovada
BA	Salvador	003262	Readaptação museológica do 1º andar do MUSEU CARLOS COSTA PINTO e criação do Café do Museu	Fundação Museu Carlos Costa Pinto	Mecenato Artigo 26	200.000,00	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	006086	Recuperação do patrimônio azulejar da IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA	Associação Espírito Santo Cultura	FNC	200.000,00	Prestação de contas aprovada
BA	Salvador	013203	Restauração do CASARÃO 19 – Rua Joaquim Távora	ONG Moradia e Cidadania	Mecenato Artigo 18 (100%)	213.828,96	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	012196	PELOURINHO – 7ª etapa	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	1.273.229,32	Análise Técnica do Relatório Final – convênio
BA	Salvador	014276	ESPAÇO CULTURAL LUÍS EDUARDO MAGALHÃES – reforma para implantação de Teatro Contemporâneo da Bahia, Núcleo de Arte Contemporâneo da Bahia, Parque das Esculturas. Restauração do FORTE DE JEQUITAIA e sua área externa para implantação do Museu da Memória do Petróleo na Bahia, contendo acervo fotográfico e documental	Fundação Cultural do Estado da Bahia	Mecenato Artigo 26	2.000.000,00	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	016196	ESCOLA OFICINA DE SALVADOR – 5ª fase	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão-Fapex	FNC Emenda Eduardo Sciarra, Iris Simões, Osmar Dias e Oliveira Filho	347.044,18	Prestação de contas aprovada
BA	Salvador	022131	Restauração do CASARÃO 53 – Rua Joaquim Távora – criar espaço de conveniência autossustentável	ONG Moradia e Cidadania	Mecenato Artigo 18 (100%)	99.536,86	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	022132	Restauração dos CASARÕES 38, 40 e 42 da Rua Deraldo Dias – criar um espaço de convivência autossustentável	ONG Moradia e Cidadania	Mecenato Artigo 18 (100%)	112.493,65	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	022133	Restauração do CASARÃO 11 da Rua Joaquim Távora	ONG Moradia e Cidadania	Mecenato Artigo 18 (100%)	121.810,46	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	022134	Restauração do CASARÃO 56 da Rua Ribeiro dos Santos – viabilizar a construção de seis unidades habitacionais no seu interior, por meio de financiamento da Caixa e do Programa de Arrendamento Residencial-Par.	ONG Moradia e Cidadania	Mecenato Artigo 18 (100%)	120.137,38	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	024414	Restauração da IGREJA E CONVENTO DO SÃO FRANCISCO: levantamento cadastral e elaboração do projeto	Comunidade Franciscana da Bahia	Mecenato Artigo 18 (100%)	229.087,76	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	022430	ESPAÇO CULTURAL DA BARROQUINHA ou COLISEU DAS ARTES – recuperação dos elementos remanescentes da Igreja da Barroquinha e obras para implantação de Espaço Cultural	Fundação Gregório de Mattos	Mecenato Artigo 18 (100%)	4.260.530,16	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	027667	ESCOLA OFICINA DE SALVADOR – 6ª fase	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão-Fapex	FNC	351.911,74	Prestação de contas de convênio aprovada
BA	Salvador	028240	CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR – 7ª etapa da revitalização	Governo do Estado da Bahia	FNC	12.257.357,70	Projeto em execução
BA	Salvador	028732	Instalação do MUSEU NACIONAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA – restauração dos edifícios da Rua do Tesouro, 1 e 2, para instalação do museu, e implementação dos projetos Museologia e Museografia para receber os acervos	Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira-AMAFRO	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.786.795,23	Expirado o prazo de captação parcial
BA	Salvador	042530	Preservação e recuperação da CASA PIA e COLÉGIO DOS ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM	Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim	FNC Emenda Sen. Rodolpho Tourinho	932.328,22	Análise Técnica do Relatório Final – P.C.
BA	Salvador	045676	Restauração da cúpula da ARQUIABADIA DE SÃO SEBASTIÃO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO	Mosteiro de São Bento da Bahia	Mecenato Artigo 18 (100%)	452.099,97	Apresentou prestação de contas

BA	Salvador	055040	Intervenções na ILHA DOS FRADES e restauração da CAPELA NOSSA SENHORA DO LORETO	Fundação Baía Viva	Mecenato Artigo 18 (100%)	113.373,92	Diligenciado na Prestação de Contas
BA	Salvador	057744	Restauração e readequação da CASA DE JOSÉ PETTINGA para uso social, cultural e religioso da comunidade	Fundação José Pettinga	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.350.137,00	Projeto em execução – encerrado o prazo de captação
BA	Salvador	055937	Recuperação e conservação do TERREIRO GANTOIS	Associação de São Jorge Ebe-Oxossi	FNC Emenda Sen. Rodolpho Tourinho	87.223,00	Analisando prestação de contas – convênio
BA	Salvador	0610898	Conclusão da restauração do COMPLEXO MONUMENTAL DA FACULDADE DE MEDICINA DO TERREIRO DE JESUS	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão-Fapex	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.000.000,00	Apresentou prestação de contas
BA	Salvador	065638	Restauração do PAÇO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA – projetos e obras emergenciais – 1ª etapa	Associação Comercial da Bahia	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.115.141,70 Apoiado 1.290.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
BA	Salvador	066062	Acervo audiovisual da CAPOEIRA ANGOLA	Instituto Internacional de Capoeira Angola	FNC	185.000,00	Em processo de instauração de Tomada de Contas Especial
BA	Salvador	067850	Requalificação museológica e implantação de equipamentos expositivos do MUSEU DE ARQUEOLOGIA DA UFBA	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão-Fapex	Mecenato Artigo 26	48.042,98	Expirado o prazo de captação parcial
BA	Salvador	079166	Restauração da IGREJA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E SANT'ANA	Igreja do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.400.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
BA	Salvador	083834	Revitalização dos espaços da FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO	Fundação Casa de Jorge Amado	Recurso do Tesouro Emenda Sen. Antônio Carlos Júnior	109.120,00	Convênio em vigência
BA	Salvador	106427	Instalação do MUSEU NACIONAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA – implantação, projeto museográfico e educativo, montagem das exposições permanente e temporária	Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira-Amafro	FNC	9.983.397,74	Convênio em vigência
BA	Santa Cruz Cabralia	004030	IGREJA DE SÃO BENEDITO e SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE CABRÁLIA – cercamento e delimitação de sítios arqueológicos na área do Museu Aberto do Descobrimento	EMC - Empresa de Marketing Cultural Ltda.	Mecenato Artigo 26	290.425,65	Apresentou prestação de contas
BA	Santo Amaro	066710	Restauração do SOLAR CONDE DE SUBAÉ para sede do Samba de Roda do Recôncavo	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	1.648.434,76	Prestação de contas
BA	Vitória da Conquista	043336	MEMORIAL DR. RÉGIS PACHECO – recuperar a casa onde morou o ex-governador da Bahia para receber o acervo da história de Vitória da Conquista	Prefeito Municipal de Vitória da Conquista	FNC Emenda Dep. Guilherme Menezes	172.896,28	Apresentou prestação de contas de convênio
BR		006824	<i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , nº 29	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	50.000,00	Prestação de contas aprovada
BR		006875	Atualização de acervo para ação AMPLIAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	73.450,00	Prestação de contas aprovada
BR		006944	Preservação dos acervos culturais	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	106.000,00	Prestação de contas aprovada
BR		006987	Apoio a projetos culturais na REGIÃO AMAZÔNICA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	51.300,00	Prestação de contas aprovada
BR		006992	Reforma e instalação de equipamentos para o público em geral e fabricação e instalação de elevador para deficientes	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	74.500,00	Prestação de contas aprovada
BR		007298	Tratamento e aquisição de acervo museológico e bibliográfico para as UNIDADES MUSEOLÓGICAS DO IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	26.550,00	Prestação de contas aprovada
BR		016272	Funcionamento de MUSEUS DA UNIÃO com a complementação dos recursos necessários à manutenção administrativa e infraestrutura	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	2.376.500,00	Prestação de contas aprovada

BR		018505	LENÇOS E COLCHAS DE CHITA DE ALCOBAÇA – publicação de folhotes, folhetos e publicação eletrônica para as UNIDADES MUSEOLÓGICAS DO IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	135.570,00	Prestação de contas aprovada
BR		019393	Renovação de assinaturas de periódicos	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	80.000,00	Prestação de contas aprovada
BR		019394	Obras de restauração e conservação em BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	3.763.612,03	Prestação de contas aprovada
BR		027351	Curso de especialização em MUSEOLOGIA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	34.773,00	Analisando prestação de contas – convênio
BR		031343	Funcionamento de MUSEUS DA UNIÃO	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	3.600.002,00	Prestação de contas aprovada
BR		033350	Revitalização das UNIDADES MUSEOLÓGICAS DO IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	1.200.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
BR		033951	Projeto de conservação preventiva de BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – ação emergencial	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	6.073.708,34	Prestação de contas aprovada
BR		036014	Projeto de conservação e restauração de BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – ação emergencial	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	3.068.953,67	Prestação de contas aprovada
BR		042820	Preservação de BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – 1ª etapa	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	7.445.556,94	Prestação de contas de convênio aprovada
BR		042965	Identificação e inventário para o referenciamento de BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL em diferentes contextos culturais no âmbito de superintendências regionais.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	650.000,00	Prestação de contas aprovada
BR		043250	Edital MUSEU BRASILEIRO.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	1.000.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
BR		043261	Promoção de EVENTOS MUSEOLÓGICOS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	798.980,90	Prestação de contas aprovada
BR		043713	Fomento a PROJETOS MUSEOLÓGICOS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	491.399,30	Prestação de contas aprovada
BR		043715	Modernização de UNIDADES MUSEOLÓGICAS DO IPHAN.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	577.992,26	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
BR		044062	Oficinas de avaliação de INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DAS REGIÕES NORTE (BELÉM/PA), NORDESTE (CE), SUDESTE (BELO HORIZONTE), SUL (RS), E CENTRO-OESTE (GOIÂNIA) para avaliação e troca de experiência sobre a aplicação de metodologia do Inventário de Referências Culturais iniciada em cada uma delas.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	80.000,00	Prestação de contas aprovada
BR		050589	Edital para a MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	500.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
BR		0510378	Preservação de BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	2.878.450,52	Descentralização de recursos – prestação de contas
BR		052212	Modernização de UNIDADES MUSEOLÓGICAS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	639.434,00	Descentralização de recursos – prestação de contas

BR		052213	Fomento a PROJETOS MUSEOLÓGICOS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	832.795,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
BR		056463	Mapeamento, documentação e apoio ao PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL – projetos de instituições de direito público e privado sem fins lucrativos, com o levantamento documental de manifestações culturais nos estados do ACRE, AMAPÁ, RONDÔNIA, RORAIMA, ALAGOAS, PARAÍBA, PIAUÍ, MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	800.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
BR		058221	Modernização de INFRAESTRUTURAS MUSEOLÓGICAS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	4.751.000,00	Aprovado condicionada à regularização do proponente
BR		061655	Preservação de BENS CULTURAIS DE NATUREZA MATERIAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	3.556.160,90	
CE	Deputado Irapuan Pinheiro	016998	Restauração da IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Prefeitura Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro	FNC	100.000,00	Prestação de contas aprovada
CE	Fortaleza	016124	Reforma da IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	Prefeitura Municipal de Fortaleza	FNC	75.000,00	Prestação de contas aprovada
CE	Fortaleza	022125	Restauração e adaptação do PALACETE CARVALHO MOTA PARA O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO SEMIÁRIDO (MUSEU DAS SECAS)	Departamento de Obras contra as Secas	Mecenato Artigo 18 (100%)	927.676,33	Diligenciado na Prestação de Contas
CE	Fortaleza	024520	Restauração do prédio da ANTIGA SUCAP/ COEI PARA AS SEDES DA ORQUESTRA FILARMÔNICA, DO MUSEU DA INDÚSTRIA DO CEARÁ E DO IAB-CE	Serviço Social da Indústria-SESI – Departamento Regional do Ceará	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.075.000,00	Apresentou prestação de contas
CE	Fortaleza	043384	Restauração do THEATRO JOSÉ DE ALENCAR	Fundação Amigos do Theatro José de Alencar	Mecenato Artigo 18 (100%)	467.447,69	Apresentou prestação de contas
CE	Fortaleza	061151	Restauração do SOBRADO JOSÉ LOURENÇO PARA INSTALAÇÃO DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA	Associação dos Amigos do Museu do Ceará	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.232.399,54	Apresentou prestação de contas
CE	Fortaleza	066779	CULTURA CEARENSE – REGISTROS SONOROS: digitalização do acervo de fitas magnéticas de áudio do Museu da Imagem e do Som com a incorporação do material produzido pelo Centro de Referência Cultural do Ceará	Associação Amigos do Museu da Imagem e do Som do Ceará-AAMISCE	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.662,55	Inadimplente
CE	Fortaleza	066888	Aquisição de mobiliário para Reserva Técnica e adequação do espaço museográfico do MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA	Instituto de Arte e Cultura do Ceará-IACC	Mecenato Artigo 26	209.395,74	Inadimplente
CE	Fortaleza	069443	Organização e montagem do MUSEU DE HISTÓRIA BARÃO DE STUDART NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO CEARÁ – catalogação e digitação do acervo	Instituto do Ceará	Mecenato Artigo 26	411.585,48	Apresentou prestação de contas
CE	Fortaleza	101711	Implementação do site do ARQUIVO NIREZ – com a disponibilização do acervo digital adequado às novas mídias informacionais para auxiliar e qualificar a pesquisa direcionada ao acervo	Sociedade de Pesquisa e Administração de Museu-Socipam	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 145.400,00 Apoiado 50.560,00	Autorizada a captação residual dos recursos
CE	Icó	029301	Revitalização do edifício do CENTRO CULTURAL	Prefeitura Municipal de Icô	FNC	2.579.618,42	Encerrada a vigência – projeto em execução
CE	Maranguape	016835	Restauração do edifício da ANTIGA CADEIA PÚBLICA PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE ARTE POPULAR DE MARANGUAPE – 1ª etapa	Prefeitura Municipal de Maranguape	FNC	92.553,59	Prestação de contas aprovada
CE	Maranguape	027436	Restauração do edifício da ANTIGA CADEIA PÚBLICA PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE ARTE POPULAR DE MARANGUAPE – 2ª etapa	Prefeitura Municipal de Maranguape	FNC	84.044,04	Prestação de contas aprovada
CE	Russas	016574	Restauração do ALTAR-MOR DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Secult	FNC	125.000,00	Inadimplência suspensa – convênio
CE	Sobral	019379	Restauração da CASA DO CAPITÃO-MOR para implantação de Escritório Técnico do Iphan	Iphan – 4ª Superintendência Regional	FNC	63.670,23	Prestação de contas aprovada

CE	Sobral	024416	Restauração do TEATRO SÃO JOÃO	Museu Diocesano de Sobral	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.100.000,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
CE	Viçosa do Ceará	055034	Restauo do SOBRADO DA MARCELA PARA INSTALAR O MUSEU DA CIDADE	Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará	FNC	343.011,67	Prestação de contas de convênio aprovada
DF	Brasília	002049	Reforma das instalações técnicas do MEMORIAL JK	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC	277.526,72	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	002726	Iluminação DAS BANDEIRAS EM FRENTE AO CONGRESSO NACIONAL	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Recurso do Tesouro	25.877,00	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	006849	A FORMA NA FLORESTA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	15.000,00	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	016273	MEMORIAL JK – impermeabilização da cobertura e dos espelhos d'água	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC	48.600,00	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	018514	Ampliação e restauração da CATEDRAL DE BRASÍLIA E IMPLANTAÇÃO DA CÚRIA METROPOLITANA – 1ª etapa	Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília	FNC	3.379.828,97	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	019026	Revitalização do espaço do acervo da CASA DA CULTURA DA AMÉRICA LATINA/ DEX/ UnB	Fundação Universidade de Brasília	FNC	25.000,00	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	022572	Restauração da CASA DE CHÁ – PRAÇA DOS TRÊS PODERES	Fundação Israel Pinheiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	150.918,59	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	027274	Preservação do MEMORIAL JK	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC	145.039,00	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	027397	Apoio ao funcionamento do MEMORIAL JK	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC	126.000,00	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	028481	Preservação do MEMORIAL JK – preservação das cascatas	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC	115.350,93	Aguardando definição da SPMAP
DF	Brasília	028485	Preservação do MEMORIAL JK – aparelhamento	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC Emenda Dep. Jorge Pinheiro	50.000,00	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	028760	Projeto Resgate: conteúdo digital – constituição de rede de consulta <i>online</i> , mais de 340 mil documentos históricos relativos ao passado colonial brasileiro depositados no Arquivo Histórico Ultramarino, microfilmados e digitados no PROJETO RESGATE DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA BARÃO DO RIO BRANCO; montar Centro Referencial de Documentação Histórica em meio digital, associado ao Departamento de História da UnB	Fundação Universidade de Brasília	Mecenato Artigo 18 (100%)	365.258,21	Apresentou prestação de contas
DF	Brasília	034919	Preservação do MEMORIAL JK – sistema de irrigação	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC Emenda Dep. Tadeu Filipelli	99.007,20	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	035086	Preservação do MEMORIAL JK	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC Emenda Sen. Paulo Octávio	800.000,00	Prestação de contas aprovada
DF	Brasília	041865	Preservação do MEMORIAL JK	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC EMENDA Sen. Paulo Octávio	649.600,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
DF	Brasília	043738	PATRIMÔNIO IMATERIAL DA REGIÃO INTEGRAL DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITOFEDERAL E ENTORNO – inventariar as expressões culturais; encaminhar dossiê dos bens culturais de maior relevância em cada município e divulgar as descobertas patrocinadas pelo programa Petrobras Cultural	Services Marketing Consulting Ltda.-SMC	Mecenato Artigo 18 (100%)	409.286,67	Apresentou prestação de contas
DF	Brasília	045218	Implantação do SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS EM BRASÍLIA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	50.894,40	Descentralização de recursos – prestação de contas
DF	Brasília	047155	Conclusão das obras da CÚRIA METROPOLITANA DE BRASÍLIA – obras de assistência social da Arquidiocese de Brasília	Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília	FNC	2.248.693,57	Análise Técnica do Relatório Final P.C. – convênio

DF	Brasília	056107	Higienização, acondicionamento e manuseio de 3 744 publicações da Sala de Pesquisa do MEMORIAL JK	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC Emenda Dep. Osório Adriano	200.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
DF	Brasília	065775	Impermeabilização da laje da cobertura e instalação de central de água gelada no sistema de ar condicionado central do MEMORIAL JK	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC Emenda Sen. Walimir Amaral	147.710,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
DF	Brasília	065778	MEMORIAL JK – confecção de impressos, expansão de irrigação e aquisição de eletrodomésticos	Sociedade Civil Memorial Juscelino Kubitschek	FNC Emenda Sen. Cristovam Buarque	200.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
DF	Brasília	0611676	Restauração da CATEDRAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA	Fundação Ricardo Franco	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 25.379.812,99 Apoiado 8.418.448,58	Autorizada a captação residual dos recursos
ES	Iconha	033030	IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Prefeitura Municipal de Iconha	FNC	65.920,00	Analisando prestação de contas – convênio
ES	Nova Almeida	002175	Restauração CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE REIS MAGOS – sede de um dos mais importantes aldeamentos jesuítas do Brasil	Fundação Promar	Mecenato Artigo 26	300.000,00	Apresentou prestação de contas
ES	Nova Venécia	042462	Restauração do CASARÃO – 1ª etapa	Prefeitura Municipal de Nova Venécia	FNC Emenda Dep. Marcelino Fraga	200.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
ES	Santa Leopoldina	007289	Aquisição de acervo – MUSEU DAS ETNIAS DO ESPÍRITO SANTO	Secretaria de Estado da Cultura e Esportes	Recurso do Tesouro	62.500,00	Prestação de contas aprovada
ES	São Mateus	035977	Restauração do PORTO DE SÃO MATEUS – restaurar e revitalizar o casario do sítio histórico	Governo do Estado do Espírito Santo	Recurso do Tesouro	735.892,51	Prestação de contas aprovada
ES	Santa Teresa	004083	MUSEU DE BIOLOGIA PROFESSOR MELLO LEITÃO – serviços emergenciais de recuperação	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional– Iphan	FNC	38.700,00	Prestação de contas aprovada
ES	Vitória	012414	MAPEAMENTO DO FOLCLORE CAPIXABA – atualização das informações para preservação e incentivo ao folclore com Curso do Folclore Capixaba; trabalho de campo e sistematização dos dados para acesso público (Cadernos do Folclore)	Comissão Espírito-santense de Folclore	Mecenato Artigo 18 (100%)	50.000,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
ES	Vitória	035957	MUSEU DE ARTES DO ESPÍRITO SANTO – aquisição e instalação de equipamentos, mobiliários e acervo para implantação	Governo do Estado Espírito Santo	Recurso do Tesouro	325.015,00	Prestação de contas aprovada
ES	Vitória	041933	Restauração do PALÁCIO ANCHIETA – sede do Governo do Estado, tombado pelo Conselho Estadual de Cultura – 1ª etapa	Fundação Promar	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.257.472,97	Apresentou prestação de contas
ES	Vitória	047005	Restauração dos interiores do PALÁCIO ANCHIETA – 2ª etapa	Fundação Promar	Mecenato Artigo 18 (100%)	13.883.909,12	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
ES	Vitória	056497	Restauração da PONTE FLORENTINO AVIDOS – cinco pontes que ligam a ilha de Vitória ao continente	Fundação Promar	Mecenato Artigo 18 (100%)	8.333.908,15	Apresentou prestação de contas
ES	Vitória	075194	Restauração da CATEDRAL METROPOLITANA – 1ª etapa	Instituto Modus Vivendi de Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.227.497,86 Apoiado 725.906,70	Autorizada a captação residual dos recursos
ES	Vitória	1010779	MUSEU VALE; COMPROMISSO COM A HISTÓRIA DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA E A DISSEMINAÇÃO DA ARTE CONTEMPORÂNEA – atua por meio de ações formativas e do Centro de Memória e visa potencializar as atividades de disseminação, qualificar os processos de recuperação e disponibilização do acervo, ampliar as condições de acessibilidade a todas as ações gratuitas do museu no biênio 2011-2012	Associação Museu Ferroviário Vale do Rio Doce	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 4.748.028,30 Apoiado 2.727.960,16	Autorizada a captação residual dos recursos
GO	Catalão	033318	Restauração do MORRINHO SÃO JOÃO – reforma geral da igreja, paisagismo e revitalização do morro São João	Fundação Cultural Maria das Dores Campos	Mecenato Artigo 26	150.000,00	Apresentou prestação de contas
GO	Corumbá de Goiás	046162	Restauração da IGREJA NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA	Fundação Aroeira	Mecenato Artigo 18 (100%)	150.000,00	Inadimplente

GO	Crixás de Goiás	094668	Restauração de CASARIO – recuperar três casarões remanescentes do século XVIII na região central da cidade	Instituto Centro Brasileiro de Cultura	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 872.539,88 Apoio 520.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
GO	Cumari	064196	Modernização da ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CUMARI	Prefeitura Municipal de Cumari	FNC	80.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
GO	Goianésia	016879	Recuperação do PRÉDIO HISTÓRICO	Prefeitura Municipal de Goianésia	FNC	250.000,00	Prestação de contas aprovada
GO	Goianésia	027654	Reforma e modernização de PRÉDIO HISTÓRICO para instalação do Centro Cultural de Goianésia – 2ª etapa	Prefeitura Municipal de Goianésia	FNC	312.500,00	Prestação de contas aprovada
GO	Goianésia	032691	Conclusão da reforma e modernização do PRÉDIO HISTÓRICO para a instalação do Centro Cultural e aquisição de equipamentos	Prefeitura Municipal de Goianésia	FNC Emenda Dep. Vilmar Rocha e Sen. Lúcia Vânia	250.000,00	Prestação de contas aprovada
GO	Goiânia	055077	Preservação e disponibilização do ACERVO FONOGRÁFICO DO MUSEU DE IMAGEM E DO SOM DE GOIÁS	Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som de Goiás	Mecenato Artigo 26	298.130,50	Inadimplente
GO	Goiânia	0710694	Digitalização dos acervos do MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE GOIÁS	Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som de Goiás	Mecenato Artigo 18 (100%)	378.566,10	Apresentou prestação de contas
GO	Goiás	001079	Restauração dos bens integrados da IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	Obras Sociais da Diocese de Goiás	Mecenato Artigo 18 (100%)	458.729,98	Apresentou prestação de contas
GO	Goiás	006787	Projeto de restauração do QUARTEL DO XX da cidade de Goiás	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	44.000,00	Prestação de contas aprovada
GO	Goiás	012308	Conservação arquitetônica e restauração dos bens integrados da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ABADIA	Obras Sociais da Diocese de Goiás	Mecenato Artigo 18 (100%)	300.000,00	Apresentou prestação de contas
GO	Goiás	012451	Ampliação do acervo do MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE	Obras Sociais da Diocese de Goiás	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Apresentou prestação de contas
GO	Goiás	022114	Projeto Levantamento Emergencial CIDADE DE GOIÁS – consequência da enchente de 31/12/2001	Associação Casa de Cora Coralina	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.000.000,00	Apresentou prestação de contas
GO	Goiás	029300	Revitalização do patrimônio cultural da CIDADE DE GOIÁS	Governo do Estado de Goiás	FNC	1.933.377,60	Encerrada a vigência – projeto em execução
GO	Goiás	055862	Restauração, conservação e valorização do patrimônio têxtil do MUSEU DE ARTE SACRA DA CIDADE DE GOIÁS	Marcelo Feijó Rocha Lima	Mecenato Artigo 26	207.000,00	Apresentou prestação de contas
GO	Goiás	069688	MEMORIAL DAS CAVALHADAS – recuperação do acervo documental e bibliográfico do Museu das Cavalhadas	Associação Casa de Cora Coralina	Mecenato Artigo 18 (100%)	70.000,00	Apresentou prestação de contas
GO	Jaraguá	001217	Revitalização do MUSEU DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Associação de Defensores do Patrimônio Histórico e Cultural	FNC	100.000,00	Prestação de contas aprovada
GO	Jaraguá	016865	Restauração do CENTRO HISTÓRICO	Prefeitura Municipal de Jaraguá	FNC	70.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
GO	Pirenópolis	024445	Restauração da MATRIZ DO ROSÁRIO	Sociedade dos Amigos de Pirenópolis	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.000.000,00	Apresentou prestação de contas
MA	Imperatriz	003197	Reforma da ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS	Fundação Cultural do Maranhão	FNC	62.220,00	Prestação de contas de convênio aprovada
MA	São José de Ribamar	003217	Restauração da IGREJA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	Associação dos Amigos do Complexo Santuário de São José de Ribamar	Mecenato Artigo 26	100.000,00	Prestação de contas desaprovada com Tomada de Contas Especial
MA	São Luís	022248	Inventário de AZULEJOS DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO	Sociedade de Amigos do Centro de Criatividade Odylo C. Filho	Mecenato Artigo 18 (100%)	69.520,00	Apresentou prestação de contas
MA	São Luís	022492	SOLAR DA RUA AFONSO PENA	ONG Moradia e Cidadania	Mecenato Artigo 18 (100%)	162.630,00	Apresentou prestação de contas
MA	São Luís	033953	PROJETO PILOTO DE SÃO LUÍS – 1ª etapa – conservação preventiva de bens do patrimônio histórico e artístico	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	3.068.935,66	Em andamento

MA	São Luís	035830	Restauração e adaptação do SOLAR SANTA TEREZINHA para sede da escola	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão	FNC	52.633,00	Prestação de contas aprovada
MA	São Luís	046994	Restauração do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO – imóvel com tombamento estadual	Fundação Rio Bacanga	Mecenato Artigo 18 (100%)	955.000,00	Apresentou prestação de contas
MA	São Luís	055430	Restauo do IMÓVEL DA RUA DA PALMA, 360 – futura sede do Museu do Azulejo de São Luís	Upaon-Açu – Associação Para a Promoção do Desenvolvimento Estratégico de São Luís	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.032.285,85 Apoiado 2.064.991,71	Autorizada a captação residual dos recursos
MA	São Luís	056599	CASA DA FRANCOFONIA – CENTRO CULTURAL FRANCO- MARANHENSE – reforma e adaptação do sobrado da Rua do Giz, 139 no centro histórico	Aliança Cultural Franco-Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	585.000,00	Apresentou prestação de contas
MA	São Luís	067649	Reformar e reaparelhar o Setor de Paleontologia do CENTRO DE PESQUISA E HISTÓRIA NATURAL E ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO-CPHNAMA – limpeza, restaurações e melhorias no acervo em exposição	Sociedade Artística e Cultural do Maranhão-Sacma	Mecenato Artigo 26	24.400,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
MA	São Luís	076671	Conservação e restauração da IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS	Fundação Rio Bacanga-FRB	Mecenato Artigo 18 (100%)	355.729,05	Expirado o prazo de captação parcial
MG		003273	Restauração da CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS – 2ª etapa	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais	Mecenato Artigo 26	205.207,10	Apresentou prestação de contas
MG		016774	Restauração de bens móveis e integrados da CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO	Fundação Mineira de Educação e Cultura-FUMEC	FNC	40.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG		041805	NAS TRILHAS DO GRANDE SERTÃO – FASE II – MÓDULO: JEQUITINHONHA, RIO, TRILHAS E CAMINHOS – Etapa A – pesquisar, localizar, recolher e documentar o Patrimônio Cultural Imaterial e Material das populações residentes nos 17 municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha	Instituto Brasileiro de Arte, Ação, Educação e Estudos Culturais-IBRAEC	Mecenato Artigo 18 (100%)	440.000,00	Inadimplente
MG	Araxá	006831	SOS ESTAÇÃO DA CULTURA – 2ª etapa – restauração do prédio da Fundação Cultural Calmon Barreto	Prefeitura Municipal de Araxá	FNC	50.000,00	Analisando prestação de contas – convênio
MG	Araxá	055939	Estrutura documental: aquisição de equipamentos para conservação e organização de parte da documentação do arquivo da ANTIGA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ e outros arquivos	Fundação Cultural Calmon Barreto	FNC Emenda Dep. Aracely de Paula	47.845,00	Prestação de contas aprovada
MG	Araxá	082842	História na Arte – compra de parte do ACERVO DE CALMON BARRETO, para preservação e exposição de suas obras, incorporando-o ao patrimônio público	Fundação Cultural Calmon Barreto	Mecenato Artigo 18 (100%)	361.760,00	Apresentou prestação de contas
MG	Araxá	089323	Restauração da IGREJA MATRIZ DE SÃO DOMINGOS	Fundação Cultural Calmon Barreto	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.188.627,70	
MG	BambuÍ	018365	Restauração da IGREJINHA DE NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO.	Associação dos Amigos da Igrejainha de Nossa Senhora da Conceição	FNC	84.125,86	Prestação de contas aprovada
MG	Barbacena	001238	Restauração do TEATRO MUNICIPAL DE BARBACENA	Fundação Minas Gerais	Mecenato Artigo 26	166.558,60	Apresentou prestação de contas
MG	Belmiro Braga	052748	Restauração do acervo de pinturas sobre telas da IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ DAS TRÊS ILHAS tombado pelo Iphan/MG	Carolina Maria Proença Nardi	Mecenato Artigo 18 (100%)	113.890,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	006799	Obras de restauração de imóvel tombado pelo município de Belo Horizonte	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	54.260,00	Prestação de contas aprovada
MG	Belo Horizonte	006075	Restauração dos forros da sala das colunas e do hall de entrada do MUSEU MINEIRO	Associação de Amigos do Museu Mineiro	Recurso do Tesouro	87.502,00	Prestação de contas aprovada
MG	Belo Horizonte	007303	Monitoramento e controle ambiental do MUSEU DO ÍNDIO	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa-Fundep	Recurso do Tesouro	72.430,00	Prestação de contas aprovada
MG	Belo Horizonte	016448	MUSEU MINEIRO – aparelhamento dos espaços restaurados	Associação de Amigos do Museu Mineiro	FNC	50.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Belo Horizonte	018973	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – módulo 1 – anteprojetos técnicos	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	FNC	336.000,00	Prestação de contas aprovada

MG	Belo Horizonte	019851	MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E JARDIM BOTÂNICO - área de paleontologia	Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG	Recurso do Tesouro	100.779,67	Prestação de contas aprovada
MG	Belo Horizonte	022022	Restauração do Patrimônio Histórico do MINAS TÊNIS CLUBE	Minas Tênis Clube	Mecenato Artigo 26	43.783,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	022312	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – projeto de implantação museológica	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.412.588,25	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	022415	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – arquitetura e restauração	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	10.787.180,43	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	027209	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – seminários de capacitação museológica	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	FNC	25.916,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG	Belo Horizonte	027810	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – módulo 2 – projetos técnicos complementares para implantação	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	FNC	426.400,00	Prestação de contas de convênio aprovada
MG	Belo Horizonte	028036	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – seminários de capacitação museológica – 2ª e 3ª fases	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	FNC	92.476,65	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG	Belo Horizonte	028556	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – reforma e execução de obras físicas para implantação do museu	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	FNC	1.512.500,00	Análise Técnica do Relatório Final –P.C. – convênio
MG	Belo Horizonte	032870	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – projeto complementar de museografia e instalações	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	964.358,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	034203	IGREJA DE SÃO FRANCISCO ou IGREJA DA PAMPULHA	Fundação Roberto Marinho	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.755.071,45	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	034584	Restauração do PALÁCIO DA LIBERDADE – sede do governo do estado de Minas Gerais	Associação de Amigos do Museu Mineiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.745.730,41	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	035773	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – implantação museológica – 2ª fase	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.245.120,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	036665	MUSEU CLUBE DA ESQUINA – criação por meio de pesquisa documental e iconográfica; constituição de acervo; registro de depoimentos; digitalização de gravações musicais e documentos	Instituto Museu da Pessoa.Net	Mecenato Artigo 18 (100%)	777.722,11	Análise Financeira da Prestação de Contas
MG	Belo Horizonte	036734	COMO OS SINOS DOBRAM: A LINGUAGEM DOS TOQUES SINEIROS EM MINAS – registro audiovisual da prática tradicional dos toques de sinos e a edição de uma espécie de dicionário	Oliva Produções Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	360.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	036914	MUSEU DOS BRINQUEDOS – obras físicas e museografia	Instituto Cultural Luiza de Azevedo Meyer	Mecenato Artigo 18 (100%)	200.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	040906	MUSEU MINEIRO – novos espaços e usos culturais	Associação de Amigos do Museu Mineiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	570.000,00	Avaliação Técnica do Relatório Final - P.C.
MG	Belo Horizonte	041230	Conservação e instalação do ACERVO CURT LANGE (1903-1997), custodiado pela UFMG, constituído pela extensa correspondência do musicólogo com personalidades musicais do Brasil e do mundo (cerca de 125 000 cartas), documentos raros de origens diversas.	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa-Fundep	Mecenato Artigo 26	296.704,09	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	042424	BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA – preservação de obras raras	Associação de Amigos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa-SABE	Mecenato Artigo 18 (100%)	381.596,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	045980	ACERVO ARTÍSTICO E MUSEOLÓGICO ESCOLA GUIGNARD DA UEMG – restaurar, conservar e organizar documentos e obras de Alberto da Veiga Guignard e de outros artistas; reorganizar a Reserva Técnica	Associação dos Amigos da Escola Guignard	Mecenato Artigo 18 (100%)	131.471,81	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	046681	AUTOMÓVEL CLUBE DE MINAS GERAIS – sustentabilidade da instituição e obras necessárias	Automóvel Clube de Minas Gerais	Mecenato Artigo 18 (100%)	82.302,00	Diligenciado na Prestação de Contas
MG	Belo Horizonte	046693	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – restauração e revitalização do prédio histórico	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	FNC Emenda Bancada de Minas Gerais	500.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio

MG	Belo Horizonte	057126	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – programa de cultura e educação do	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.825.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	057204	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – ação museológica	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.126.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	057517	Modernização da BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA – conclusão da reforma da sede	Associação de Amigos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa-SABE	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.691.009,51 Apoiado 1.223.497,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Belo Horizonte	061158	Revitalização dos jardins do MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA	Associação Cultural dos Amigos do Museu de Arte da Pampulha	Mecenato Artigo 18 (100%)	195.853,35	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	064919	Projeto V&M Centro de Cultura – elaborar os projetos necessários ao restauro, adaptação e modernização do CINE THEATRO BRASIL	Fundação Sidertube	Mecenato Artigo 18 (100%)	791.644,96	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	066030	MUSEU VIVA GIRAMUNDO	Instituto Museu Giramundo	FNC	185.000,00	Convênio em vigência
MG	Belo Horizonte	068723	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – ação museológica, educativa e cultural	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.960.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	068803	Inventário do acervo do INSTITUTO CULTURAL LUIZA DE AZEVEDO MEYER – coleção particular de brinquedos e objetos do universo infantil, criação de banco de dados	Instituto Cultural Luiza de Azevedo Meyer	Mecenato Artigo 18 (100%)	Apoiado 57.000,00	Análise técnica concluída
MG	Belo Horizonte	069100	Restauração do PRÉDIO DO RELÓGIO DO MINAS TÊNIS CLUBE	Minas Tênis Clube	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Belo Horizonte	069187	Tratamento físico do acervo do LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG – acervo sobre história da arquitetura e do urbanismo do país	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa-Fundep	Mecenato Artigo 18 (100%)	99.948,00	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Belo Horizonte	0711117	MUSEU CLUBE DA ESQUINA – 3ª etapa – tratamento do acervo físico e virtual, atualização do <i>website</i> , palestras e exposições itinerantes.	Associação dos Amigos do Museu Clube da Esquina	Mecenato Artigo 18 (100%)	332.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Belo Horizonte	073306	PROJETO GRAVATÁ: PRESERVAÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL DE MINAS GERAIS – preservar, divulgar e dar acesso ao acervo bibliográfico de Hélio Gravatá	Associação Cultural Arquivo Público Mineiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	310.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	075588	V&M Brasil Centro de Cultura – fase II – dar continuidade aos serviços desenvolvidos de restauração, adaptação e modernização do CINE THEATRO BRASIL	Fundação Sidertube	Mecenato Artigo 18 (100%)	10.875.000,00	Inadimplente
MG	Belo Horizonte	079309	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – ação museológica, educativa e cultural	Instituto Cultural Flávio Gutierrez - ICFG	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.929.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Belo Horizonte	083791	V&M Brasil Centro Cultural – 3ª etapa – implantar centro cultural no CINE THEATRO BRASIL dando continuidade aos serviços desenvolvidos pelos projetos anteriores: fase I (Pronac 06-4919) e fase II (Pronac 07-5588)	Fundação Sidertube	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 18.091.699,75 Apoiado 5.640.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Belo Horizonte	088167	Projeto luminotécnico das fachadas da ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS	Academia Mineira de Letras	Mecenato Artigo 18 (100%)	200.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Belo Horizonte	091311	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – plano de manutenção 2009	Instituto Cultural Flávio Gutierrez - ICFG	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.545.000,00	Projeto em execução - Encerrado prazo de captação
MG	Belo Horizonte	094391	Modernização do MUSEU DOS BRINQUEDOS	Instituto Cultural Luiza de Azevedo Meyer	Mecenato Artigo 26	Aprovado 221.391,42 Apoiado 50.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Belo Horizonte	104499	MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS – plano anual de manutenção – 2011	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.149.535,50 Apoiado 1.900.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Brumadinho	077326	Manutenção do CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE INHOTIM – plano anual de atividades – 2008	Instituto Cultural Inhotim	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.595.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Brumadinho	085505	Manutenção do CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE INHOTIM – plano anual de atividades – 2009	Instituto Cultural Inhotim	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.950.000,00	Expirado o prazo de captação parcial

MG	Brumadinho	095016	Manutenção do CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE INHOTIM – plano anual de atividades – 2010-2011	Instituto Cultural Inhotim	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 12.106.528,95 Apoio 1.674.000,02	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Campo Belo	006098	Restauração da IGREJA MATRIZ SENHOR BOM JESUS	Mitra Diocesana de Oliveira e Paróquia do Bom Jesus	Recurso do Tesouro	125.021,60	Prestação de contas aprovada
MG	Carmópolis de Minas	028218	Restauração arquitetônica e artística da IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Fundação Campo das Vertentes	FNC	200.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. Convênio
MG	Carmópolis de Minas	028386	Restauração arquitetônica e artística da CAPELA SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS	Fundação Campo das Vertentes	FNC	60.136,08	Prestação de contas aprovada
MG	Cataguases	014337	ACERVO HUMBERTO MAURO – aquisição de objetos pessoais do cineasta e dos direitos de utilização de imagens dos filmes e fotografias para o MEMORIAL HUMBERTO MAURO	Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho	Mecenato Artigo 18 (100%)	246.750,00	Inadimplente
MG	Cataguases	014338	Projeto museológico e museográfico do MEMORIAL HUMBERTO MAURO	Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho	Mecenato Artigo 18 (100%)	80.400,00	Apresentou prestação de contas
MG	Cataguases	041768	MUSEU HUMBERTO MAURO – montagem	Agência de Desenvolvimento Cultural, Ambiental e Socioeconômico de Cataguases	Mecenato Artigo 26	130.910,10	Inadimplente
MG	Catas Altas da Noruega	046832	Arquivo histórico do SANTUÁRIO DO CARAÇA – preservação e acesso a documentos desde a fundação, em 1770, até seu fechamento como colégio, em 1968.	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa-Fundep	Mecenato Artigo 26	150.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Catas Altas da Noruega	068246	Modernização do MUSEU DE CATAS ALTAS DA NORUEGA	Museu e Arquivo Histórico de Catas Altas da Noruega/ Memorial Padre Luiz Gonzaga Pinheiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	30.692,00	Apresentou prestação de contas
MG	Chapada Gaúcha	043262	Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais sobre a COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO ORIUNDA DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	55.833,33	Prestação de contas aprovada
MG	Conceição do Mato Dentro	012139	PROJETO PROVÍNCIA SANTA CLARA – INSTITUTO SÃO JOAQUIM – reforma	Província Santa Clara	Mecenato Artigo 18 (100%)	9.880,00	Apresentou prestação de contas
MG	Conceição do Mato Dentro	028778	Arte sacra: adequação arquitetônica da TORRE DO SANTUÁRIO DE BOM JESUS DE MATOSINHOS E DA SALA DOS MILAGRES, para a criação do museu do santuário	Fundação Casa da Cultura de Conceição do Mato Dentro	Mecenato Artigo 18 (100%)	53.700,00	Apresentou prestação de contas
MG	Congonhas	028238	Revitalização do SÍTIO HISTÓRICO DE CONGONHAS	Prefeitura Municipal de Congonhas	FNC	2.785.300,88	Encerrada a vigência – projeto em execução
MG	Congonhas	035944	MUSEU DE CONGONHAS – Centro de Referência do Barroco e de Estudos da Pedra	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.800.000,00	Projeto em execução – encerrado o prazo de captação
MG	Congonhas	056332	Restauração do telhado e reforma das instalações elétricas da IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Prefeitura Municipal de Congonhas	FNC Emenda Dep. César Medeiros	100.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG	Congonhas	0611061	MUSEU DE CONGONHAS – Centro de Referência do Barroco e de Estudos da Pedra	Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo-Fumcult	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 15.016.776,75 Apoio 4.500.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Conselheiro Lafaiete	045065	Projeto de restauração integrada da IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco	Mecenato Artigo 26	373.595,60	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
MG	Cordisburgo	045464	MUSEU CASA GUIMARÃES ROSA – tratamento, digitalização e acondicionamento do acervo textual e inédito do escritor; exposição; confecção de um livro contendo um CD com modas de viola, catiras, folias de reis e demais tesouros ainda ocultos nos sertões roseanos	Associação dos Amigos do Museu Casa Guimarães Rosa	Mecenato Artigo 18 (100%)	120.236,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
MG	Diamantina	016163	Restauração da CASA DA GLÓRIA – 2ª etapa	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa-Fundep	FNC	62.500,00	Prestação de contas aprovada

MG	Diamantina	028273	Revitalização da cidade de DIAMANTINA	Prefeitura Municipal de Diamantina	FNC	1.268.124,23	Encerrada a vigência – projeto em execução
MG	Diamantina	062802	Restauração do órgão histórico LOBO DE MESQUITA, localizado na Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mitra Arquidiocesana de Diamantina	Mecenato Artigo 18 (100%)	720.200,00	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Divinópolis	019096	Restauração da USINA GRAVATÁ – 4ª etapa	Prefeitura Municipal de Divinópolis	FNC	107.570,00	Em andamento
MG	Divinópolis	044499	Restauração da USINA GRAVATÁ para a instalação de teatro	Sociedade dos Amigos da Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago - SAB	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.068.500,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ibirité	001291	RETÁBULO DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Grupo Oficina de Restauo	Mecenato Artigo 26	25.000,00	Prestação de contas aprovada com ressalva formal
MG	Itabirito	043195	Restauração da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM	Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabirito	Mecenato Artigo 18 (100%)	219.498,00	Análise técnica concluída
MG	Itatiaia	066677	IGREJA DE SANTO ANTÔNIO DE ITATIAIA – projeto luminotécnico e recuperação do telhado	Associação Sociocultural Os Bem-Te-Vis	Mecenato Artigo 18 (100%)	158.388,13	Apresentou prestação de contas
MG	Itaverava	043064	Restauração da IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO DE ITAVERAVA	Centro Brasileiro para Conservação da Natureza-CBCN	Mecenato Artigo 18 (100%)	64.525,00	Inadimplente
MG	Ituiutaba	035923	CASA DA CULTURA - arquivo público	Fundação Cultural de Ituiutaba	FNC	37.500,00	Prestação de contas aprovada
MG	Juiz de Fora	054025	Restauração do acervo do MUSEU MARIANO PROCÓPIO – indumentária e material cerâmico	Associação Cultural de Apoio ao Museu Mariano Procópio	FNC Emenda Dep. César Medeiros	100.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG	Juiz de Fora	059495	Instalação de espaços culturais nas ANTIGAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DOS BAIROS DE IGREJINHA E CHAPÉU D'UVAS	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	FNC	289.509,99	Apresentou prestação de contas
MG	Juiz de Fora	060601	MUSEU MARIANO PROCÓPIO – acondicionamento da coleção de armaria da fundação	Associação Cultural de Apoio ao Museu Mariano Procópio	Mecenato Artigo 26	21.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Juiz de Fora	071907	FERROVIARTE – ações educativas para interpretação do patrimônio histórico-cultural juiz-forano com base no Museu Ferroviário	Renata da Silva Monteiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	22.629,70	Apresentou prestação de contas
MG	Machado	043329	Restauração de PEÇAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MUNICÍPIO	Prefeitura Municipal de Machado	FNC	26.408,40	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG	Manhumirim	022045	Reforma do complexo arquitetônico, iniciado em 1931, que abriga o INSTITUTO DOS MISSIONÁRIOS SACRAMENTINOS DE NOSSA SENHORA E A IGREJA MATRIZ DO BOM JESUS DE MANHUMIRIM, única no Brasil totalmente erguida em cimento armado	Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora	Mecenato Artigo 18 (100%)	259.753,93	Prestação de contas aprovada
MG	Manhumirim	051998	Reforma do INSTITUTO DOS MISSIONÁRIOS SACRAMENTINOS DE NOSSA SENHORA – 3ª etapa	Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora	Mecenato Artigo 26	Aprovado 1.344.921,90 Apoiado 270.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Mariana	001036	Restauração da IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO – cobertura definitiva da nave	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	80.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Mariana	013400	Acervo da música brasileira – organização, catalogação, edição e divulgação de manuscritos musicais do MUSEU DE MÚSICA DE MARIANA	Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana.	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.360.746,00	Apresentou prestação de contas
MG	Mariana	019441	Restauração da CASA DE PEDRO ALEIXO – fase I	Prefeitura Municipal de Mariana	FNC	206.250,00	Prestação de contas aprovada
MG	Mariana	024494	Acervo da música brasileira – restauração e difusão de partituras do MUSEU DA MÚSICA DE MARIANA – fase final	Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana.	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.165.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Mariana	033748	Projeto de estabilização da IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO	Arquidiocese de Mariana	Mecenato Artigo 18 (100%)	121.956,06	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
MG	Mariana	033858	Restauração do PALÁCIO DOS BISPOS para abrigar o acervo histórico e artístico da Arquidiocese de Mariana, para fins de estudo e pesquisa	Arquidiocese de Mariana	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.633.049,05	Apresentou prestação de contas
MG	Mariana	034088	Restauração da IGREJA DAS MERCÊS	Arquidiocese de Mariana	FNC	21.840,05	Prestação de contas aprovada

MG	Mariana	055769	Instalação e difusão do acervo do MUSEU DA MÚSICA DE MARIANA	Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana.	Mecenato Artigo 26	349.542,55	Apresentou prestação de contas
MG	Montes Claros	053955	Implantação do MUSEU REGIONAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – restauração do casarão remanescente do início da cidade; reunião dos acervos dos diversos setores da Unimontes; promoção de ações de preservação e educação patrimonial	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas-Fadenor	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.077.569,66	Inadimplente
MG	Nova Era	041292	Reforma do MUSEU MUNICIPAL DE NOVA ERA	Prefeitura Municipal de Nova Era	FNC	25.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
MG	Nova Lima	022527	Restauração do TEATRO MUNICIPAL MANOEL FRANZEM DE LIMA	Associação Amigos da Cultura- AMIC	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.661.409,41	Apresentou prestação de contas
MG	Nova Ponte	016325	Reforma e ampliação do MUSEU NOVA PONTE	Prefeitura Municipal de Nova Ponte	FNC	70.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
MG	Oliveira	014258	GAZETA DE MINAS – microfilmagem, digitalização e publicação na internet do acervo histórico do jornal	Fundação Casa da Cultura Carlos Chagas	Mecenato Artigo 26	100.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Oliveira	028643	Restauração arquitetônica da CAPELA DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO	Fundação Campo das Vertentes	FNC	50.210,52	Prestação de contas aprovada
MG	Ouro Branco	007310	Restauração da CASA DA VELHA DE TIRADENTES – 2ª etapa	Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco	Recurso do Tesouro	66.802,00	Projeto Conveniado
MG	Ouro Branco	016164	CASA VELHA DE TIRADENTES – 2ª etapa	Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco	Recurso do Tesouro	62.281,60	Prestação de contas aprovada
MG	Ouro Branco	033698	Projeto paisagismo para a CASA DE TIRADENTES	Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco	Mecenato Artigo 26	39.776,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Branco	036325	Utilização e preservação da CASA DE TIRADENTES às margens da estrada real	Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco	Mecenato Artigo 26	209.044,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Branco	054757	Restauração e revitalização da ANTIGA CASA PAROQUIAL de Ouro Branco – projeto arquitetônico	Instituto Yara Tupynambá	Mecenato Artigo 18 (100%)	31.350,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Branco	069014	Restauração dos bens móveis da IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO	Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco	Mecenato Artigo 26	Aprovado 1.539.497,03 Apoio 600.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Ouro Preto	002482	Reformulação da exposição permanente do MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	Museu da Inconfidência/ Iphan	FNC	183.680,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG	Ouro Preto	003926	Sector de mineração – MUSEU DE CIÊNCIAS E TÉCNICA	Fundação Gorceix	Mecenato Artigo 26	133.665,00	Inadimplente
MG	Ouro Preto	014306	Restauração do acervo da BIBLIOTECA DE OBRAS RARAS DA ESCOLA DE MINAS DA UNIVERSIDADE. FEDERAL DE OURO PRETO	Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto	Mecenato Artigo 26	187.378,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	019293	Reformulação da exposição permanente do MUSEU DA INCONFIDÊNCIA	Associação dos Amigos do Museu da Inconfidência	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.251.120,15	Inadimplente
MG	Ouro Preto	022235	Restauração da ESCOLA DE MINAS, antigo PALÁCIO DOS GOVERNADORES, instalação do MUSEU DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto	Mecenato Artigo 26	196.350,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	022600	MUSEU ALEIJADINHO: IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS E A IGREJA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS – projeto de requalificação museográfica e museológica	Associação Espírito Santo Cultura	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.821.070,80	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	035282	Restauração da CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS BRANCOS DO PADRE FARIA	Museu de Arte Sacra do Carmo/ Paróquia do Pilar	Mecenato Artigo 18 (100%)	292.581,80	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	035401	PROJETO MUSEU ABERTO – implementar instrumentos de interpretação do patrimônio cultural, representado pelo acervo residencial de Ouro Preto, por meio de pesquisa histórica que registrará a evolução urbana da cidade, dotando-a de sinalização própria dos núcleos históricos contemporâneos; criação do MUSEU DE RUA, resgatando a memória local e registrando os edifícios residenciais de valor arquitetônico	Instituto Cultural da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Ouro Preto-ACIAOP	Mecenato Artigo 18 (100%)	159.018,00	Apresentou prestação de contas

MG	Ouro Preto	036490	Plano de atividades do MUSEU DO ORATÓRIO – 2004/2005	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	450.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	043650	INVENTÁRIO DAS FESTAS RELIGIOSAS dos distritos de Ouro Preto	Memória Arquitetura Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	127.969,61	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	052802	Pesquisa, educação e restauração da CANTARIA EM OURO PRETO – aperfeiçoamento do curso de extensão Oficinas de Cantaria Campus Universitário Ouro Preto, para a formação de mão de obra qualificada, visando a manutenção e restauro do acervo arquitetônico em cantaria de Minas Gerais; publicação de 5 mil exemplares dos livros <i>Revistando Ouro Preto</i> e <i>A Arte da Cantaria</i>	Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto	Mecenato Artigo 18 (100%)	162.250,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	056959	MUSEU DAS REDUÇÕES E CENTRO DE DIFUSÃO CULTURAL E ENSINO DE ARTESANATO – revitalização e manutenção do acervo e das atividades	Projeto Redução Centro de Difusão Cultural e Ensino de Artesanato	Mecenato Artigo 26	110.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	057039	MUSEU DO ORATÓRIO – manutenção e extensão cultural 2006	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	911.504,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	057534	Restauração da CAPELA DO SENHOR BOM JESUS DAS FLORES DO TAQUARAL	Museu de Arte Sacra do Carmo/ Paróquia do Pilar	Mecenato Artigo 18 (100%)	581.685,20	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	057586	PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA – implantação, proteção e ordenamento das ruínas das primeiras edificações construídas com pedra e argamassa; ampliação das pesquisas históricas	Museu de Arte Sacra do Carmo/ Paróquia do Pilar	Mecenato Artigo 18 (100%)	519.800,00	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Ouro Preto	059188	PAÇO DA MISERICÓRDIA – centro de artes e fazeres de Ouro Preto	Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto-ADOP	Mecenato Artigo 18 (100%)	Apoiado 871.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	0610435	Restauração da IGREJA DE SANTA EFIGÊNIA	Museu de Arte Sacra do Carmo/ Paróquia do Pilar	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.471.523,62	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto - Ouro Branco	0611401	Restauração das PONTES DA ESTRADA REAL – trecho Ouro Preto-Ouro Branco	Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto	Mecenato Artigo 18 (100%)	800.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	061229	Adaptação da Casa Bernardo Guimarães – equipar e mobiliar para atender o Núcleo de Oficinas da Fundação de Arte de Ouro Preto, constituído de sala e exposições, biblioteca e auditório	Fundação de Arte de Ouro Preto-FAOP	Mecenato Artigo 18 (100%)	362.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	064036	Recuperação e manutenção da CAPELA DE SANT'ANA DA CHAPADA no distrito de Lavras Novas	Serra do Trovão Centro Cultural e Ecológico da Chapada	Mecenato Artigo 18 (100%)	200.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	068620	MUSEU DO ORATÓRIO – manutenção e extensão cultural 2007	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.253.640,80 Apoiado 1.016.900,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Ouro Preto	0712160	Criação do LABORATÓRIO DE RESTAURO – capaz de diagnosticar os imóveis com necessidade de restauração, pertencentes a famílias de baixa renda, situados no núcleo histórico	Fundação de Arte de Ouro Preto-FAOP	Mecenato Artigo 26	145.140,95	Inadimplente
MG	Ouro Preto	0712164	Resgate cultural dos VALES DO JEQUITINHONHA E DO SÃO FRANCISCO – disponibilizar catálogo, postais, cartilhas de educação patrimonial e calendários de festas tradicionais	Fundação de Arte de Ouro Preto-FAOP	Mecenato Artigo 26	Aprovado 516.507,68 Apoiado 200.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Ouro Preto	079184	MUSEU DO ORATÓRIO – manutenção e extensão cultural 2008	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	915.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Ouro Preto	085293	MUSEU CASA DOS CONTOS – mediação cultural	Maurício de Rocha Trindade	Mecenato Artigo 18 (100%)	93.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto	091336	MUSEU DO ORATÓRIO – plano de manutenção – 2009	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.106.200,00 Apoiado 470.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Ouro Preto-Mariana	036736	TREM AZUL DA VALE – educação patrimonial, museografia e disseminação	Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social	Mecenato Artigo 18 (100%)	7.499.085,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto-Mariana	036737	TREM AZUL DA VALE – obras físicas no trecho histórico ferroviário, a reforma das estações e paisagismo	Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.000.000,00	Apresentou prestação de contas

MG	Ouro Preto -Mariana	068977	TREM AZUL DA VALE – gestão e manutenção 2007	Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.594.903,00	Apresentou prestação de contas
MG	Ouro Preto -Mariana	080790	TREM AZUL DA VALE – programa de educação patrimonial, gestão e manutenção 2008-2009	Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 7.890.074,60 Apoiado 6.600.745,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Ouro Preto -Mariana	108917	TREM AZUL DA VALE – gestão e manutenção 2011/2012 – continuidade do programa de educação patrimonial empreendido nas estações ferroviárias de Ouro Preto e Mariana desde 2006	Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 7.865.551,40 Apoiado 3.500.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Patos de Minas	076425	Equipagem do MUSEU DA CIDADE DE PATOS DE MINAS	Fundação Cultural do Alto Paranaíba-Fucap	Mecenato Artigo 26	39.330,00	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Peirópolis	006926	SÍTIO PALEONTOLÓGICO DE PEIRÓPOLIS – continuidade das atividades científicas e culturais, envolvendo dinossauros e outros vertebrados fósseis na região	Fundação Peirópolis	Recurso do Tesouro	80.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Pequi	016682	Restauração da IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	Prefeitura Municipal de Pequi	FNC	70.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Prados	028236	Restauração dos bens integrados da CAPELA-MOR DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Aécio Neves	120.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Prados	061555	Conservação e restauração dos elementos artísticos da MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Prados	Mecenato Artigo 18 (100%)	282.503,00	Apresentou prestação de contas
MG	Raposos	067457	IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – restauração dos retábulos colaterais da nave do arco cruzeiro – considerada a igreja mais antiga de Minas Gerais, construída no final do século XVII	Instituto Yara Tupynambá	Mecenato Artigo 18 (100%)	151.635,10	Apresentou prestação de contas
MG	Ritópolis	007312	Restauração dos elementos artístico e estruturais da IGREJA SANTA RITA	Obras Sociais da Paróquia de Ritópolis	Recurso do Tesouro	35.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Sabará	006813	Restauração de bens móveis do MUSEU DO OURO e dos equipamentos de informática para museus	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	18.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Sabará	028867	Revitalização do MUSEU DO OURO	Associação dos Amigos do Museu do Ouro-AAMO	Mecenato Artigo 18 (100%)	200.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Sabará	051798	Restauração dos elementos artísticos da IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE SABARÁ – 2ª etapa	Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.292.420,00	Apresentou prestação de contas
MG	Sacramento	034639	Restauração da IGREJA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO	Prefeitura Municipal de Sacramento	FNC	300.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG	Sacramento	042178	MUSEU HISTÓRICO CORÁLIA VENITES MALUF	Prefeitura Municipal de Sacramento	FNC	30.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Salinas	054415	Restauração do prédio do CENTRO CULTURAL DE SALINAS JOÃO COSTA E PRAÇA DE EVENTOS	Prefeitura Municipal de Salinas	FNC	181.654,36	Analisando prestação de contas – convênio
MG	Santa Luzia	017139	Restauração do SOLAR DA BARONESA	Associação Cultural Comunitária de Santa Luzia	FNC	108.527,28	Prestação de contas de convênio aprovada
MG	Santa Luzia	035925	Inventário do PATRIMÔNIO EDIFICADO DE SANTA LUZIA	Prefeitura Municipal de Santa Luzia	Recurso do Tesouro	14.640,00	Prestação de contas aprovada
MG	Santa Rita do Sapucaí	059752	Implantação do MUSEU DELFIM MOREIRA	Instituto Cultural Flávio Gutierrez	FNC	156.732,80	Prestação de contas de convênio aprovada
MG	Santos Dumont	073602	MEMÓRIA FERROVIÁRIA 2 – reformar e tornar operacional a locomotiva 370, fabricada em 1922, doada ao Brasil pelo rei Alberto da Bélgica, hoje em depósito da Rede Ferroviária Federal em Santos Dumont	Notícia & Cia. Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.300.000,00	Inadimplente
MG	São João del-Rei	018640	Revitalização do MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – fase I	Associação dos Amigos do Museu Regional de São João del-Rei	FNC	62.500,00	Prestação de contas aprovada
MG	São João del-Rei	018707	Restauração artística e estrutural da IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS.	Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis	FNC	150.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	São João del-Rei	028231	Restauração de elementos estruturais da CAPELA DO SENHOR BOM JESUS DO BONFIM	Centro Social da Paróquia de São Francisco de Assis	FNC	30.000,00	Prestação de contas aprovada

MG	São João del-Rei	028249	Restauração arquitetônica e de elementos artísticos da IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis	FNC	213.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
MG	São João del-Rei	034684	Projeto Memorial Natividade – CAPELA ESPÍRITO SANTO	Obras Sociais da Paróquia da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar	Mecenato Artigo 26	472.749,59	Apresentou prestação de contas
MG	São João del-Rei	043945	Obras de recuperação de imóvel e implantação do CENTRO DE REFERÊNCIA MUSICOLÓGICA PROF. JOSÉ MARIA NEVES	Centro de Referência Musicológica Prof. José Maria Neves.	Mecenato Artigo 18 (100%)	177.501,72	Apresentou prestação de contas
MG	São João del-Rei	053364	Refundição de sino da sineira frontal da torre direita da IGREJA DE SÃO FRANCISCO DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA	Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei	Mecenato Artigo 26	64.800,00	Apresentou prestação de contas
MG	São João del-Rei	063261	Recuperação do órgão de SÃO JOÃO DEL-REI	Associação dos Amigos do Museu Regional de São João del-Rei	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 700.870,46 Apoiado 435.276,22	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	São João del-Rei	069716	Restauração e readequação do MUSEU TOMÉ PORTES DEL-REI; restauração da CASA DE BÁRBARA HELIODORA	Sociedade de Amigos da Biblioteca Municipal Baptista Caetano D'Almeida-SAB	Mecenato Artigo 18 (100%)	347.892,55	Apresentou prestação de contas
MG	São Tiago	006910	Reforma e restauração da IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCES	Conselho Particular de Nossa Senhora das Mercês	FNC	18.000,00	Prestação de contas aprovada
MG	Sarzedo	078377	Revitalização da ESTAÇÃO SARZEDO (Região Metropolitana de Belo Horizonte) – implantação de Museu sobre Memória Ferroviária, da Mineração, da Cidade e do Meio Ambiente	Instituto Artivisão	Mecenato Artigo 18 (100%)	Apoiado 3.000.000,00	Projeto em execução - encerrado prazo de captação
MG	Serro	040579	Restauração da CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM MILHO VERDE	Associação Cultural e Comunitária de Milho Verde	Mecenato Artigo 18 (100%)	49.523,54	Apresentou prestação de contas
MG	Sete Lagoas	060755	Revitalização do TEATRO REDENÇÃO	Fundação Educacional Monsenhor Messias	Mecenato Artigo 18 (100%)	54.670,00	Apresentou prestação de contas
MG	Tiradentes	006814	Restauração do forro e altares da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENHA	Centro Social de Vitoriano Veloso-CESV	FNC	14.400,00	Prestação de contas aprovada
MG	Tiradentes	006911	Manutenção e reforma do telhado da IGREJA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA	Sociedade dos Amigos de Tiradentes	Recurso do Tesouro	9.578,40	Prestação de contas aprovada
MG	Tiradentes	004027	SOBRADO DOS QUATRO CANTOS – restauração e adaptação para o Centro de Documentação e Pesquisa de Tiradentes.	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais	Mecenato Artigo 26	50.000,00	Apresentou prestação de contas
MG	Tiradentes	046216	ÓRGÃO DA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO DE TIRADENTES – PATRIMÔNIO DE TODOS NÓS – recuperação para utilização e confecção de um DVD contendo o registro do restauro, a história do órgão e o concerto que será realizado em comemoração à sua restauração	Sociedade dos Amigos de Tiradentes	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.337.353,99	Apresentou prestação de contas
MG	Tiradentes	078160	Restauração arquitetônica da CASA DO INCONFIDENTE PADRE TOLEDO	Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 892.162,36 Apoiado 296.470,00	Autorizada a captação residual dos recursos
MG	Tiradentes	078162	Restauração dos bens artísticos integrados pertencentes à CASA DO INCONFIDENTE PADRE TOLEDO	Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade	Mecenato Artigo 18 (100%)	923.651,76	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Uberaba	004041	Acervos para museus: aquisição de 65 peças para: 1) implantação da Sala da Porcelana no MUSEU JOSÉ MARIA DOS REIS – CASA BRASILEIRA; 2) ampliação do MUSEU DE ARTE SACRA DO BRASIL CENTRAL	Jorge Alberto Nabut	Mecenato Artigo 18 (100%)	97.770,00	Apresentou prestação de contas
MG	Uberaba	016728	Restauração do ÓRGÃO DA CATEDRAL DE UBERABA	Arquidiocese de Uberaba – Cúria Metropolitana	FNC	62.500,00	Prestação de contas aprovada
MG	Uberaba	028861	Restauração da IGREJA SANTA RITA, tombada pelo Iphan	Associação Uberabense dos Artesãos e Artistas	Mecenato Artigo 18 (100%)	629.024,89	Expirado o prazo de captação parcial
MG	Uberaba	042948	Revitalização de museus: MUSEU DE ARTE SACRA E MUSEU DE ARTE DECORATIVA	Fundação Cultural de Uberaba	Mecenato Artigo 18 (100%)	291.153,60	Apresentou prestação de contas
MG	Uberlândia	002133	CAPELA NOSSA SENHORA DE MIRAPORANGA	Prefeitura Municipal de Uberlândia	Recurso do Tesouro	41.557,35	Prestação de contas aprovada
MG	Uberlândia	084077	Restauro dos LIVROS DE REGISTRO DA IGREJA	Sociedade Católica de Educação de Uberlândia	Mecenato Artigo 18 (100%)	60.000,00	Expirado o prazo de captação parcial

MS	Campo Grande	069778	Instalação de exposição de longa duração do MUSEU DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – acervo arqueológico proveniente de pesquisa e de resgate realizados nos últimos 20 anos, relativo à ocupação do território ao longo período pré-histórico, fontes sobre as matrizes socioculturais das sociedades indígenas regionais.	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
MS	Corumbá	028291	Revitalização do CASARIO DO PORTO	Prefeitura Municipal de Corumbá	FNC	3.902.407,58	Encerrada a vigência – projeto em execução
MS	Corumbá	044674	MUSEU DO HOMEM DO PANTANAL – arqueologia pré-histórica, arqueologia histórica, cultura e costumes regionais, datados de 6000 anos a.C., tendo como tema a vida no Pantanal	Fundação Barbosa Rodrigues	Mecenato Artigo 18 (100%)	4.252.612,20	Apresentou prestação de contas
MS	Corumbá	045958	Implantação do MEMORIAL DO HOMEM DO PANTANAL – espaço voltado para o resgate e a preservação da memória do homem pantaneiro, abrigará exposições do patrimônio cultural que retratam o modo de vida desses homens	Instituto Homem Pantaneiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	520.000,00	Apresentou prestação de contas
MS	Corumbá	056550	Restauração do EDIFÍCIO SLEIMAN – preparação da estrutura do prédio para abrigar a Estação Natureza Pantanal	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza	Mecenato Artigo 18 (100%)	125.034,04	Apresentou prestação de contas
MT	Coxipó	069252	Reforma e revitalização da SALA DE EXPOSIÇÃO DO MUSEU RONDON	Associação de Amigos do Museu Rondon-Asamur	Mecenato Artigo 26	97.160,93	Apresentou prestação de contas
MT	Cuiabá	001035	Restauração do CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA IGREJA DO BOM DESPACHO E SEMINÁRIO DA CONCEIÇÃO	Associação dos Produtores Culturais do Mato Grosso	Mecenato Artigo 18 (100%)	800.000,00	Inadimplente – Diligência na Prestação de Contas
MT	Cuiabá	004003	Restauração e agenciamento da IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO E ENTORNO	Paróquia Nossa Senhora do Rosário	Mecenato Artigo 18 (100%)	484.252,00	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	003920	Restauração e adaptação de uso do PAVILHÃO DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA para atividade cultural, artística e educacional, divulgando a produção científica da instituição e restituindo a antiga Rocinha ao usufruto da comunidade	Sociedade Zeladora do Museu Paraense Emílio Goeldi	Mecenato Artigo 26	1.370.000,00	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	019009	Implantação do INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS NA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	195.000,00	Prestação de contas aprovada
PA	Belém	031754	Restauração do PALACETE BOLONHA E CRIAÇÃO DO MEMORIAL DOS POVOS	Fundação Cultural do Município de Belém	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.260.000,00	Inadimplente
PA	Belém	031755	Restauração do PALACETE PINHO para o Projeto Solar do Som	Fundação Cultural do Município de Belém	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.186.718,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
PA	Belém	031841	Conclusão da restauração do CHALÉ TAVARES CARDOSO	Fundação Cultural do Município de Belém	FNC	300.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PA	Belém	035190	Implantação de sistema de bonde elétrico em Belém do Pará – revitalização do CENTRO HISTÓRICO	Fundação Cultural do Município de Belém	Mecenato Artigo 26	1.557.700,00	Inadimplente – Diligência na Prestação de Contas
PA	Belém	035736	Restauração da sede do MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – palacete construído entre 1903 e 1904, para servir de residência do governador Augusto Montenegro – tombamento estadual	Associação dos Amigos da Universidade Federal do Pará	Mecenato Artigo 26	344.000,00	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	035972	Restauração da IGREJA SANTO ALEXANDRE	Governo do Estado do Pará	FNC	588.343,00	Prestação de contas de convênio aprovada
PA	Belém	042112	Conclusão da reforma do COMPLEXO DO VER-O-PESO	Fundação Cultural do Município de Belém	Mecenato Artigo 18 (100%)	316.895,86	Análise Financeira da Prestação de Contas
PA	Belém	042211	Espaço cultural MEMORIAL DOS POVOS – mobiliário e equipamentos	Fundação Cultural do Município de Belém	Mecenato Artigo 18 (100%)	440.143,56	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	043010	A MEMÓRIA NA FALA DOS MESTRES DE CULTURA DE ICOARACI – vídeo-documentário e livro	Auda Edileusa Piani Tavares	Mecenato Artigo 26	94.405,50	Prestação de contas aprovada

PA	Belém	0510122	Curso de interpretação, conservação e revitalização do patrimônio artístico de ANTÔNIO JOSÉ LANDI	Associação dos Amigos da Universidade Federal do Pará	Mecenato Artigo 18 (100%)	104.137,82	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	055795	Conclusão da restauração DA IGREJA DE SANT'ANA	Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia- Fidesa	Mecenato Artigo 18 (100%)	865.927,23	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	065981	Elaboração de projeto de restauro para sede da Associação Fotoativa – CASARÃO DO LARGO DAS MERCÊS, 19	Associação Fotoativa	Mecenato Artigo 18 (100%)	85.950,00	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	072053	Inventário de Referências Culturais do CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO VER-O-PESO	Associação das Erveiras e dos Erveiros do Ver-o-Peso	Mecenato Artigo 26	79.707,60	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	082411	Valorização dos MESTRES DE CULTURA DE ICOARACI – vídeo-documentário e publicação em livro	Movimento de Vanguarda da Cultura Icoaraci-MOVA-CI	Mecenato Artigo 18 (100%)	45.000,00	Apresentou prestação de contas
PA	Belém	085842	GERAÇÃO CERÂMICA – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – ações educativas no patrimônio para o ofício de ceramista do distrito de Icoaraci.	Movimento de Vanguarda da Cultura Icoaraci-MOVA-CI	Mecenato Artigo 26	35.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
PA	Marabá	067478	Preservação de coleções da FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ	Fundação Casa da Cultura de Marabá	Mecenato Artigo 18 (100%)	57.350,03	Inadimplente
PA	Óbidos	006862	INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DA CIDADE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Iphan	FNC	14.998,65	Prestação de contas aprovada
PA	Cachoeira do Arari-Ilha do Marajó	057133	O MUSEU DO MARAJÓ – preservação e divulgação dos acervos arqueológico e de cultura popular	O Museu do Marajó – Padre Giovanni Gallo	Mecenato Artigo 26	309.963,43	Inadimplente
PA	Ponta de Pedras-Ilha do Marajó	0711120	Restauração prédio da DIOCESE DE PONTA DE PEDRAS	Diocese de Ponta de Pedras	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 7.727.577,44 Apoiado 1.800.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PB		035855	Implantação de espaço cultural para atividades na área de música da IGREJA DE SÃO BENTO	Governo do Estado da Paraíba	Recurso do Tesouro	16.108,00	Prestação de contas aprovada
PB	Aparecida	001302	Restauração do SÍTIO HISTÓRICO DE ACAUÃ	Fundação Casa de José Américo	Recurso do Tesouro	70.000,00	Prestação de contas aprovada
PB	Aparecida	002678	FAZENDA ACAUÃ – restauração do centro histórico	Fundação Casa de José Américo	FNC	100.000,00	Prestação de contas aprovada
PB	Areia	042070	Reforma e ampliação do ESPAÇO DAS ARTES MACHADO BITTENCOURT – tombado em 1979	Prefeitura Municipal de Areia	FNC	80.000,00	Prestação de contas desaprovada com tomada de contas especial
PB	Campina Grande	016362	CASA DO SÍTIO SÃO JOÃO E BODEGA SANTO ANTÔNIO	Fundação de Cultura e Esportes de Campina Grande- FCEC	FNC	87.876,61	Prestação de contas aprovada
PB	João Pessoa	002143	Restauração da IGREJA DE SANTA TERESA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO	Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	FNC	31.960,00	Prestação de contas aprovada
PB	João Pessoa	002065	Recuperação da CASA DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA – casa da cultura, sede do museu e biblioteca	Fundação Casa de José Américo	Recurso do Tesouro	70.000,00	Prestação de contas aprovada
PB	João Pessoa	003225	Modernização e informatização do ARQUIVO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	Fundação Casa de José Américo	FNC	46.326,00	Prestação de contas aprovada
PB	João Pessoa	068675	Pesquisa arqueológica na FAZENDA DA GRAÇA E NA CAPELA NOSSA SENHORA DA GRAÇA – capela jesuíta do século XVIII, tombada pelo Iphan	Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa	Mecenato Artigo 18 (100%)	142.373,58	Apresentou prestação de contas
PB	João Pessoa	068734	Restauro da CAPELA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA	Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa	Mecenato Artigo 18 (100%)	780.435,00	Expirado o prazo de captação parcial
PB	João Pessoa	070164	MUSEU DE CULTURA POPULAR – restauração e digitalização dos acervos do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular da Universidade Federal da Paraíba	Alice Lumi Satomi	Mecenato Artigo 18 (100%)	56.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
PB	Maman-guape	002731	Reforma da IGREJA MATRIZ	Prefeitura Municipal de Cuité de Mamanguape	FNC	60.000,00	Prestação de contas aprovada
PB	Pedras de Fogo	053816	Restauração do CASARÃO DOM VITAL	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	FNC	121.676,28	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. - convênio

PE		077080	SABERES E PRÁTICAS DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS DE PERNAMBUCO – inventário e registro utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais	Instituto Nômades	Mecenato Artigo 26	153.707,22	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Bom Conselho	027325	Recuperação da IGREJA MATRIZ	Prefeitura Municipal de Bom Conselho	FNC	70.000,00	Prestação de contas aprovada
PE	Fernando de Noronha	077439	CORES DE NORONHA – resgatar e requalificar cromaticamente as fachadas do sítio histórico	Assessoria Comercial e Promocional- Acespro	Mecenato Artigo 18 (100%)	415.000,00	Apresentou prestação de contas
PE	Goiana	0610754	Restauração da IGREJA DO CONVENTO DE SANTO ALBERTO – bens móveis e integrados	Província Carmelitana Pernambucana	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Apresentou prestação de contas
PE	Goiana	0611724	Restauração da IGREJA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Goyanna	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.353.860,00 Apoiado 734.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PE	Goiana	068554	Restauração da IGREJA MATRIZ DO ROSÁRIO	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.060.202,61	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Igarassu	016899	Levantamento e diagnóstico do PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico-IPAD	FNC	250.000,00	Prestação de contas desaprovada com tomada de contas especial
PE	Igarassu	019647	Preservação de bens imóveis do PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	Prefeitura Municipal de Igarassu	FNC EMENDA	125.000,00	Analisando prestação de contas – convênio
PE	Igarassu	034337	ENGENHO DE MONJOPE – pesquisa arqueológica, histórica e restauração	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco-Fundarpe	FNC	287.845,57	Em Andamento
PE	Jaboatão	013317	Restauração e douramento da IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	Mosteiro de São Bento de Olinda	Mecenato Artigo 18 (100%)	721.985,85	Apresentou prestação de contas
PE	Jaboatão	040827	PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES – módulo II	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	325.206,17	Apresentou prestação de contas
PE	Jaboatão	072701	MUSEU DOS GUARARAPES – revitalização do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – construção de edificação no Morro do Oitizeiro para implantação do museu, loja, restaurante, banheiros públicos e obras de infraestrutura	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado R\$ 3.065.713,36 Apoiado 500,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PE	Jaboatão	075134	PROJETO ANFITEATRO GUARARAPES – construção de um anfiteatro com capacidade para 2.000 pessoas	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.252.635,75 Apoiado 300,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PE	Lagoa do Ouro	001346	IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – restauração da estrutura e dos afrescos	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro	FNC	88.888,90	Analisando prestação de contas – convênio
PE	Moreno	033827	Revitalização do ANTIGO CASARÃO DO ENGENHO CATENDE	Prefeitura Municipal de Moreno	FNC Emenda Dep. Pedro Eugênio	150.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PE	Olinda	018431	Recuperação e reforma do CINE OLINDA	Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico-IPAD	FNC	300.000,00	Em processo de instauração de Tomada de Contas Especial
PE	Olinda	022020	Restauração dos bens móveis e integrados da IGREJA DO ANTIGO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Província Carmelitana Pernambucana	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Prestação de contas aprovada
PE	Olinda	028968	Recuperação e reforma do CINE OLINDA	Prefeitura Municipal de Olinda	FNC	169.561,32	Análise Técnica do Relatório Final P.C. – convênio
PE	Olinda	034093	INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DE OLINDA	Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico-IPAD	FNC	100.000,00	Prestação de contas desaprovada com Tomada de Contas Especial
PE	Olinda	035936	Restauração da sede do ARQUIVO PÚBLICO ANTÔNIO GUIMARÃES e aquisição de equipamentos e mobiliários	Prefeitura Municipal de Olinda	FNC	122.197,00	Analisando prestação de contas – convênio

PE	Olinda	036302	Implantação do CENTRO CULTURAL DO CARMO – modernizar o Arquivo Municipal; implantar o Museu da Cidade; recuperar e restaurar o Casarão Lundgren; promover a conservação dos Bens Imóveis Públicos Tombados – etapa I	Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico-IPAD	Mecenato Artigo 18 (100%)	312.896,55	Apresentou prestação de contas
PE	Olinda	040323	Modernização do CINE OLINDA – equipamentos, mobiliário e instalações	Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico-IPAD	Mecenato Artigo 26	284.179,14	Apresentou prestação de contas
PE	Olinda	042627	Reforma do TEATRO DO BONSUCESSO	Prefeitura Municipal de Olinda	FNC Emenda Dep. Paulo Rubem Santiago	126.315,80	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PE	Olinda	045153	IGREJA DO CARMO – instalação de sistema de iluminação artística	Produção e Arte Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Apresentou prestação de contas
PE	Olinda	045155	CATEDRAL DA SÉ – instalação de sistema de iluminação artística	Produção e Arte Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	271.781,02	Apresentou prestação de contas
PE	Olinda	054332	Identificação de coleções públicas e privadas de interesse para o Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro, localizadas em Olinda – pretende formar banco de dados sobre os acervos identificados e editar publicação com diagnóstico	Âncora – Cooperativa de Profissionais Liberais	FNC Emenda Dep. Raul Jungmann	60.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PE	Olinda	0610530	Restauração da CANTARIA DA IGREJA DO ANTIGO CONVENTO DO CARMO	Fundação Gilberto Freyre	Mecenato Artigo 18 (100%)	659.927,85	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Olinda	0610533	Restauração dos bens integrados da CAPELA-MOR DA IGREJA DO CARMO	Fundação Gilberto Freyre	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.245.171,29	Apresentou prestação de contas
PE	Olinda	065466	Recuperação e reforma do PALÁCIO DOS GOVERNADORES	Prefeitura Municipal de Olinda	FNC Emenda Dep. Fernando Ferro	300.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PE	Olinda	066921	Preservação do SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA – recuperar a ambientação do trecho da área de preservação desde a Avenida Sigismundo Gonçalves até a Rua do Sol	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	4.800.000,00	Apresentou prestação de contas
PE	Olinda	0710813	Recuperação e reforma do TEATRO DO BONSUCESSO – etapa II	Prefeitura Municipal de Olinda	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Jorge Gomes	89.210,37	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PE	Olinda	076958	Restauração e inventário dos bens móveis integrados da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA	Associação Instrutora Missionária	Mecenato Artigo 18 (100%)	548.156,73	Apresentou prestação de contas
PE	Pau amarelo	018433	FORTE DE PAU AMARELO – implantação do Centro Cultural	Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico-IPAD	FNC	80.000,00	Em processo de instauração de tomada de contas especial
PE	Recife	001098	POLO ALFÂNDEGA/MADRE DE DEUS Monumenta/BID	Prefeitura Municipal de Recife	FNC	6.579.676,25	Encerrada a vigência – projeto em execução
PE	Recife	003937	BIBLIOTECA E ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE – recuperação e preservação das obras raras e documentos por meio de vídeos e catálogos	Diretório Acadêmico Democrático de Souza Filho	Mecenato Artigo 26	20.000,00	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	022255	IGREJA DA MADRE DE DEUS – restauração dos bens móveis e agregados	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 26	520.000,00	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	022333	IGREJA DA MADRE DE DEUS – iluminação artística	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	350.000,00	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	022536	PAÇO ALFÂNDEGA – restauração dos edifícios-garagem	Alfândega Empreendimentos e Participações Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.781.123,36	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	034652	NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO ABBÉ PIERRE – ampliação do espaço para abrigar a biblioteca e Acervo de Josué de Castro	Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro	FNC Emenda Dep. Fernando Ferro	70.000,00	Prestação de contas aprovada
PE	Recife	035811	Restauração da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PERNAMBUCO	Associação Comercial de Pernambuco	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.329.530,33	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	042955	Arte e Tecnologia – restaurar, conservar e divulgar a COLEÇÃO DE LITOGRAVURAS DA OFICINA GUAIANASES, sob a égide de artistas Gil Vicente, João Câmara e Maria Tomaselli, doada à UFPE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	53.900,00	Apresentou prestação de contas

PE	Recife	043683	Restauração da COLEÇÃO DE CERÂMICA DO ACERVO MUSEOLÓGICO DO CENTRO CULTURAL BENFICA/ PROEXT-UFPE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 26	34.892,00	Prestação de contas aprovada
PE	Recife	046786	Os Séculos XX e XXI – A Ótica da Imprensa Pernambucana – digitalizar o ACERVO <i>JORNAL DO COMMERCI</i> O	Centro de Atitudes	Mecenato Artigo 18 (100%)	504.906,60	Inadimplente
PE	Recife	053023	Brilho e Cores do Rococó Pernambucano – CAPELA-MOR DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS MILITARES na Rua Nova, Bairro da Boa Vista	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	185.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Recife	053024	Brilho e Cores do Rococó Pernambucano – nave da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS MILITARES	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.051.011,78 Apoiado 651.224,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PE	Recife	054357	Resgate da MEMÓRIA DOCUMENTAL DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO – levantamento da documentação que remota ao século XVII – 1ª fase	Venerável Ordem Terceira de São Francisco	Mecenato Artigo 18 (100%)	46.888,85	Diligenciado na Prestação de Contas
PE	Recife	059150	MEMORIAL BARROCO DA CIDADE DO RECIFE – BASÍLICA E CONVENTO DO CARMO – restauração do altar de São José, grupo de imagens e telhados; revisão da cobertura do altar-mor; elaboração dos projetos de arquitetura, sinalização, acessibilidade e adequação do espaço para o memorial nos corredores do 2º piso	Província Carmelitana Pernambucana	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.232.556,00	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Recife	059368	RESGATE PERNAMBUCANO – restauração dos fundos documentais do século XIX, únicos e raros, do Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e serão produzidos 3 000 catálogos e 10 000 CD-ROM	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	300.000,00	Inadimplente
PE	Recife	060358	CONJUNTO DAS FRONTEIRAS E MEMORIAL DOM HELDER CÂMARA – restauração do pátio interno, do coro, da sacristia e da residência onde ele viveu e morreu	Instituto Dom Helder Câmara-IDHEC	Mecenato Artigo 18 (100%)	598.860,00	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	0610242	Restauo e conservação integrada da BASÍLICA DE NOSSA SENHORA DA PENHA, no bairro de São José	Província Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.588.555,87 Apoiado 3.031.936,47	Autorizada a captação residual dos recursos
PE	Recife	0611121	Restauração do Acervo Azulejar de 14 ambientes do CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO, incluindo os painéis da Capela Dourada	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.283.539,59	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Recife	065636	Restauração de forros, coberturas e fachadas do prédio da FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.285.949,41	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Recife	065629	Recuperação da CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE ARATANGI	Instituto para o Desenvolvimento Humano-IDH	Mecenato Artigo 26	242.644,29	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	066079	Projeto de restauração da BIBLIOTECA DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS	Academia Pernambucana de Letras	FNC Emenda	49.400,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PE	Recife	068037	Restauração da portada do FORTE DO BRUM	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	113.450,00	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	0711257	Recuperação da IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS	Instituto para o Desenvolvimento Humano-IDH	Mecenato Artigo 18 (100%)	885.444,62	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Recife	076029	Recuperação de acervo referente à IMIGRAÇÃO JUDAICA EM PERNAMBUCO	Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco	Mecenato Artigo 18 (100%)	134.991,00	Expirado o prazo de captação parcial
PE	Recife	076284	Restauração e modernização do HOSPITAL PEDRO II	Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira-IMIP	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.215.340,00	Apresentou prestação de contas
PE	Recife	079149	Eficientização energética do MUSEU DE ARTE MODERNA ALOÍSIO MAGALHÃES – instalação de um sistema de automação predial	Sociedade de Amigos do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães	Mecenato Artigo 18 (100%)	488.021,10	
PE	Recife	097152	Restauração DO TERREIRO OBÁ OGUNTÊ SÍTIO DE PAI ADÃO – tombamento estadual	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco-Fundarpe	FNC Emenda Pedro Eugênio	150.000,00	Empenhado

PE	Recife	079511	PAÇO DO FREVO – restauração e reconstrução	Fundação Roberto Marinho	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 8.689.475,83 Apoiado 5.785.748,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PE	Recife	103985	ESTAÇÃO CULTURAL LUIZ GONZAGA – visa à transformação da área portuária do Recife em um grande complexo cultural	Núcleo de Gestão do Porto Digital	FNC	7.500.000,00	Enviado para pagamento
PE	Santa Maria da Boa Vista	019076	Modernização do MUSEU CORIPÓS	Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista	FNC	16.322,00	Prestação de contas aprovada com ressalva material ou prejuízo
PI	Jerumenha	016176	IGREJA DE SANTO ANTÔNIO	Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí	FNC	38.416,32	Prestação de contas aprovada
PI	Oeiras	016173	Restauração do SOBRADO DO MAJOR SELEMÉRICO	Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí	FNC	36.022,03	Prestação de contas aprovada
PI	Parnaíba	098103	Reforma e restauração dos patrimônios históricos e aquisição de equipamentos	Prefeitura Municipal de Parnaíba	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Paes Landim	100.000,00	Aguarda descontinuar orçamento/ limite financiamento
PI	Pedro II	041544	Restauração do MEMORIAL TERTULIANO BRANDÃO FILHO	Governo do Estado do Piauí	FNC	70.186,99	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PI	Piracuruca	001347	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	Prefeitura Municipal de Piracuruca	FNC	46.676,00	Apresentou prestação de contas de convênio
PI	Serra da Capivara	002125	PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA	Fundação Museu do Homem Americano	Recurso do Tesouro	110.000,00	Prestação de contas aprovada
PI	Serra da Capivara	006794	Conservação do Patrimônio Cultural da Humanidade PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Fundação Museu do Homem Americano	FNC	45.010,00	Prestação de contas aprovada
PI	Serra da Capivara	012181	PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – execução anual dos serviços de manutenção e recuperação da infraestrutura de uso turístico e cultural, execução de nova infraestrutura na região da Serra Branca, levantamento aerofotogramétrico do parque, serviços de topografia e de fotografia da arte rupestre.	Fundação Museu do Homem Americano	Mecenato Artigo 26	4.311.600,00	Apresentou prestação de contas
PI	Serra da Capivara	016335	Salvamento das pinturas rupestres da área da Serra Branca - PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Fundação Museu do Homem Americano	FNC	50.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PI	Serra da Capivara	034197	Salvamento emergencial de sítio do patrimônio	Fundação Museu do Homem Americano	FNC	248.620,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PI	Serra da Capivara	041423	Conservação e preservação de oitenta novos sítios de PATRIMÔNIO CULTURAL- SERRA DA CAPIVARA	Fundação Museu do Homem Americano	FNC	601.230,00	Prestação de contas de convênio aprovada
PI	Serra da Capivara	0510377	Patrimônio Cultural Acessível a Todos: Interpretação e Conservação dos Sítios Arqueológicos – preservar e manter os sítios arqueológicos do PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA de visitação aberta e recuperar os acessos, habilitando-os para pessoas portadoras de deficiências	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Iphan	FNC	800.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
PI	Serra da Capivara	065881	Conservação e preservação dos sítios arqueológicos dos altos da chapada na região central do PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA	Fundação Museu do Homem Americano	FNC	349.970,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PI	Serra da Capivara	072522	SERRA DA CAPIVARA, PATRIMÔNIO MUNDIAL – conservação, manutenção e proteção	Fundação Museu do Homem Americano	Mecenato Artigo 18 (100%)	4.627.902,29	Expirado o prazo de captação parcial
PI	Serra da Capivara	074748	Educação patrimonial e interpretação de sítios arqueológicos no entorno do PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Fundação Museu do Homem Americano	FNC	500.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PI	Serra da Capivara	098678	Manejo, proteção, manutenção e conservação PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Fundação Museu do Homem Americano	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.995.200,00 Apoiado 600.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos

PI	Teresina	016171	Restauração do ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ – CASA ANÍSIO BRITO	Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí	FNC	118.800,00	Prestação de contas aprovada
PI	Teresina	016270	Implantação do NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO PIAUÍ no Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí	Universidade Federal do Piauí	FNC	60.000,00	Prestação de contas aprovada
PI	Teresina	028681	Restauração do MUSEU DO PIAUÍ	Associação dos Amigos do Museu do Piauí	FNC	56.000,00	Prestação de contas aprovada
PI	Teresina	041565	Instalação da OFICINA DE RESTAURAÇÃO DA FUNDAC	Governo do Estado do Piauí	FNC	40.029,88	Prestação de contas aprovada
PI	Teresina	068418	Preservação do MUSEU DE ARTE FOLCLÓRICA DO NORDESTE – ampliar o acervo e equipamentos	Associação dos Amigos do Museu de Arte Folclórica do Nordeste	FNC	37.120,00	Prestação de contas de convênio aprovada
PR	Astorga	074861	Construção de um MUSEU para resgatar o início da criação do município	Prefeitura Municipal de Astorga	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Ricardo Barros	130.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PR	Cambé	067491	Preservar o ACERVO FOTOGRÁFICO DE ARTHUR EIDAN – limpeza, acondicionamento e ampliação de cópias	Museu Histórico de Cambé - Fundação Cultural e Artística de Cambé	Mecenato Artigo 18 (100%)	14.210,00	Apresentou prestação de contas
PR	Carambeí	096208	Catálogo e disponibilização do ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA DE CARAMBEÍ – objetos históricos ligados ao processo de colonização holandesa nos Campos Gerais do Paraná	Associação Parque Histórico de Carambeí	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 185.375,00 Apoiado 150.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Carambeí	096212	Plano anual de atividades do PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEÍ – 2010	Associação Parque Histórico de Carambeí	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 702.900,00 Apoiado 613.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Carambeí	096263	Qualificação do espaço do museu da CASA DA MEMÓRIA DE CARAMBEÍ	Associação Parque Histórico de Carambeí	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 446.185,08 Apoiado 374.925,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Castrolanda	004894	MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO HOLANDESA	Associação dos Moradores de Castrolanda	Mecenato Artigo 26	181.655,53	Apresentou prestação de contas
PR	Cianorte	002705	Reforma da IGREJA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Prefeitura Municipal de Cianorte	Recurso do Tesouro	70.000,00	Prestação de contas aprovada
PR	Curitiba	022005	Conservação do ACERVO DE 2 500 EX-LIBRIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ	Vivian Letícia Bu/Nardo	Mecenato Artigo 18 (100%)	125.000,00	Apresentou prestação de contas
PR	Curitiba	034109	Acervo do MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFPR	Universidade Federal do Paraná	FNC	108.564,64	Aguarda análise técnico-financeira
PR	Curitiba	045770	MEMORIAL DA SEGURANÇA DO TRANSPORTE NO BRASIL – restaurar, identificar, catalogar e disponibilizar para visitação pública, o acervo referente à História do Transporte no Brasil	Associação Viking	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 627.806,66 Apoiado 627.806,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Curitiba	059778	Reforma e restauro artístico e arquitetônico da CATEDRAL BASÍLICA MENOR NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS	Associação dos Amigos da Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Luz	Mecenato Artigo 26	Aprovado 1.249.035,00 Apoiado 259.002,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Curitiba	061973	Projeto de restauro da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 5.783.924,37 Apoiado 1.775.565,22	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Curitiba	062696	Conservação e restauração de 248 desenhos do ACERVO DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO PARANÁ	Laboratório do Papel Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	265.707,00	Apresentou prestação de contas
PR	Curitiba	063939	Restauro da CASA KLEMTZ	Prefeitura Municipal de Curitiba	FNC Emenda Dep. Ricardo Barros	100.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PR	Curitiba	065585	Restauro do MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO PARANÁ	Sociedade de Amigos do Museu da Imagem e do Som do Paraná	Mecenato Artigo 18 (100%)	50.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
PR	Curitiba	068577	Revitalização da IGREJA DO REDENTOR DA COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA	Associação Evangélica Cristo Redentor	Mecenato Artigo 26	153.220,00	Expirado o prazo de captação parcial
PR	Curitiba	069442	Aquisições MUSEU OSCAR NIEMEYER – do Romântico ao Moderno	Sociedade dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer-MON	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.685.913,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
PR	Curitiba	069601	Revitalização da IGREJA DO REDENTOR – 2ª parte	Associação Evangélica Cristo Redentor	Mecenato Artigo 26	85.365,00	Inadimplente

PR	Curitiba	070806	Revitalização da IGREJA DO REDENTOR – 3ª parte	Associação Evangélica Cristo Redento	Mecenato Artigo 26	203.591,28	Inadimplente
PR	Curitiba	1010581	MEMORIAL DA SEGURANÇA DO TRANSPORTE NO BRASIL ANO 02 – disponibilização para visitação pública do único espaço cultural no país destinado ao acervo de pesquisas sobre o tema, com estudos que vêm sendo realizados desde 1927, importante fonte de cultura, pesquisa e conhecimento	Associação Viking	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.507.716,00 Apoiado 1.507.716,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Lapa	027694	Reforma e reparos no MUSEU DOS CAVALINHOS	Prefeitura Municipal da Lapa	FNC	62.500,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
PR	Lapa	035714	TEATRO SÃO JOÃO	DHARMA – Associação de Capacitação Social.	Mecenato Artigo 18 (100%)	635.034,69	Inadimplente
PR	Lapa	041799	MUSEU DO TROPEIRO	Prefeitura Municipal da Lapa	FNC	190.000,00	Diligenciado/ Docu-mento/ PT
PR	Laranjeiras do Sul	093966	Restauração da RESIDÊNCIA DO VICE-GOVERNADOR DO TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUAÇU	Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul	FNC Emenda Dr. Rosinha	312.500,00	Enviado para pagamento
PR	Londrina	002127	Construção do MUSEU DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	Universidade Estadual de Londrina	Recurso do Tesouro	55.000,00	Prestação de contas aprovada
PR	Londrina	012371	MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO PARANÁ – história dos imigrantes japoneses	Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná	Mecenato Artigo 26	77.648,09	Análise Financeira da Prestação de Contas
PR	Londrina	016882	Restauração da locomotiva a vapor do ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA	Universidade Estadual de Londrina	FNC	100.000,00	Em Andamento
PR	Londrina	032751	CASA DE CULTURA JOSÉ GONZAGA VIEIRA – catalogação do acervo, que reúne coleções raras nas áreas de humanidades e história e arte – 1ª fase	Casa de Cultura José Gonzaga Vieira	Mecenato Artigo 18 (100%)	53.490,00	Aguarda análise técnico-financeira
PR	Mallet	0611101	Restauração da IGREJA SÃO MIGUEL ARCANJO	Instituto ArquiBrasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.224.716,93 Apoiado 513.471,80	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Mauá da Serra	079211	MUSEU DO PLANTIO DIRETO – preservação da história da implantação e desenvolvimento da cultura japonesa no Brasil, disseminando os princípios da agricultura sustentável e da preservação do meio ambiente	Associação Cultural e Esportiva de Mauá-ACEM	Mecenato Artigo 26	Aprovado 499.767,34 Apoiado 100.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Paranaguá	017278	MUSEU DA IMAGEM DO SOM	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá	FNC	25.189,97	Prestação de contas aprovada
PR	Paranaguá	022589	Revitalização do MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura-Funpar	Mecenato Artigo 18 (100%)	157.300,00	Apresentou prestação de contas
PR	Paranaguá	052001	Restauração e revitalização do edifício do MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-UFPR; preservação e revitalização do antigo COLÉGIO JESUÍTA DE PARANAGUÁ	Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura-Funpar	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.756.617,46	Apresentou prestação de contas
PR	Paranaguá	071312	Criação e ampliação de espaços do MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFPR – sala expositiva didática e reserva técnica	Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura-Funpar	Mecenato Artigo 26	Aprovado 423.150,24 Apoiado 242.567,20	Autorizada a captação residual dos recursos
PR	Ponta Grossa	034108	ESTAÇÃO PARANÁ – CASA DA MEMÓRIA	Fundação Cultural de Ponta Grossa	FNC	25.813,25	Prestação de contas aprovada
PR	Ponta Grossa	067018	Preservação das CASAS DE MADEIRA DOS COLONOS ESLAVOS DO SUL DO PARANÁ	Larocca Associados S/C Ltda.	Mecenato Artigo 26	152.900,00	Apresentou prestação de contas
PR	Rio Negro	022032	Restauração da CASA BUCOVINA – antiga Escola do Passa Três para sediar a Associação Alemã- Bucovina de Cultura	Sociedade Cultural, Histórica e Científica de Rio Negro	Mecenato Artigo 18 (100%)	15.706,00	Apresentou prestação de contas
PR	São José dos Pinhais	022584	Manutenção do MUSEU DE ECOLOGIA ESTAÇÃO NATUREZA	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza	Mecenato Artigo 18 (100%)	490.000,00	Apresentou prestação de contas
PR	Vila Velha	080802	Implantação física do MUSEU DE GEOLOGIA E PALEONTOLOGIA PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA	Fundação João José Bigarella - FUNARI	Mecenato Artigo 18 (100%)	800.000,00	Expirado o prazo de captação parcial

PR-SP		045033	MUSEU VIVO DO FANDANGO – promoção de intercâmbio musical entre os grupos do seu acervo vivo para o marco inaugural do museu; elaboração de catálogo com fotos e depoimentos, CD com gravações de campo e veiculação do <i>site</i> do museu	Associação Cultural Caburé	Mecenato Artigo 26	449.352,62	Apresentou prestação de contas
RJ	Angra dos Reis	013328	Restauo do CONVENTO NOSSA SENHORA DO CARMO	Província Carmelitana de Santo Elias	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.940.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Angra do Reis	030753	Restauração da IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Angra Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.578.531,52	Apresentou prestação de contas
RJ	Bom Jardim	082902	GALPÃO CULTURAL – projeto de reforma e recuperação do prédio centenário da antiga USINA DE CAFÉ	Prefeitura Municipal de Bom Jardim	FNC Emenda Dep. Fernando Lopes	376.496,24	Convênio em vigência
RJ	Itaboraí	067919	Estudos e projeto de consolidação das ruínas do CONVENTO DE SÃO BOAVENTURA – pesquisa arqueológica, projeto ambiental e paisagístico da Vila de Santo Antônio de Sá	Instituto de Dinâmica e Estudos Culturais- IDEC	Mecenato Artigo 18 (100%)	270.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Mangara-tiba	0710927	Restauração da IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA GUIA	Angra Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.538.651,15 Apoiado 2.098.798,30	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Niterói	014154	Projeto FORTALEZA DE SANTA CRUZ	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	806.270,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Niterói	034788	Restauração da CAPELA DE SÃO PEDRO DO MARUÍ	Prefeitura Municipal de Niterói	FNC	99.804,07	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Niterói	068737	Informatização, difusão e democratização do ACERVO MUSEOLÓGICO E DOCUMENTAL DO MAC	Fundação de Arte de Niterói FAN	Mecenato Artigo 26	67.261,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Nova Iguaçu	056990	INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS DO USO TRADICIONAL DAS PLANTAS MEDICINAIS DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS DA REDE FITOVIDA – produzir banco de dados e guardar acervo documental, fotográfico e filmico	Caritas Diocesana de Nova Iguaçu	Mecenato Artigo 18 (100%)	72.027,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Paraty	011548	Registro do CAMINHO DO OURO – prospecção e identificação de sítio arqueológico; identificar ruína ao longo do caminho provável CASA DOS QUINTOS	Espaço Cultural Paraty	Mecenato Artigo 18 (100%)	212.919,54	Apresentou prestação de contas
RJ	Paraty	055957	CAMINHOS DA HISTÓRIA, SUJEITOS DA MEMÓRIA – continuar a revitalização de acervo documental, arquivístico e bibliográfico sob a guarda do IHAP; conservação preventiva, restauro e armazenamento da coleção de obras raras da BIBLIOTECA MUNICIPAL FÁBIO VILLOBOIM e do acervo arquivístico, implantação de banco de dados com acesso local e pela Web	Instituto Histórico e Artístico de Paraty	Mecenato Artigo 26	54.500,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Paraty	057416	Restauração da IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE PARATY	Angra Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.024.605,26	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
RJ	Paraty	0610536	Revitalização museológica do MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY NA IGREJA SANTA RITA	Exposições, Museus, Projetos Culturais Ltda.-Expomus	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 775.100,00 Apoiado 250.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Paraty	065649	Restauro e revitalização da PRAÇA DA MATRIZ	Associação Casa Azul	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 687.041,79 Apoiado 300.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Paraty	070499	PROJETO ATYGUAZU-FÓRUM PERMANENTE DAS TRÊS CULTURAS – reunir as três etnias da região da APA do Caiçuru: Guaraní M'byá, Quilombolas e Caiçaras, para elaboração do plano de gestão do projeto que envolve a restauração da Igreja Nossa Senhora da Conceição em Paraty-Mirim	Organização Não Governamental Verde Cidadania	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 194.099,23 Apoiado 75.010,18	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Paraty	085001	Restauração da IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS DE PARATY – restauro artístico dos altares, imagens e pinturas das paredes, sinos, banheiro para deficientes, iluminação interna e inventário dos bens – 2ª fase	Angra Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.435.426,60 Apoiado 823.180,00	Autorizada a captação residual dos recursos

RJ	Paty do Alferes	042099	Reforma e recuperação da IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Prefeitura Municipal	FNC	190.080,00	Convênio em vigência
RJ	Paty do Alferes	0810410	Restauração da IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Mitra Diocesana de Valença	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.290.322,79 Apoiado 53.350,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Petrópolis	006205	Restauração e acondicionamento de obras de arte sobre papel da Coleção Maria Cecília e Paulo Fontain do MUSEU IMPERIAL	Sociedade de Amigos do Museu Imperial	Recurso do Tesouro	15.788,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Petrópolis	006932	Restauração parcial do telhado do MUSEU IMPERIAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan	FNC	100.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Petrópolis	006988	Preservação do acervo histórico, artístico e documental do MUSEU IMPERIAL	Sociedade de Amigos do Museu Imperial	FNC	16.300,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Petrópolis	027241	Aquisição de obra rara para divulgação e promoção da história brasileira – MUSEU IMPERIAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	75.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Petrópolis	028759	PALÁCIO ITABORAÍ	Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz– SPCOC	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.610.602,88 Apoiado 1.903.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Petrópolis	031698	Restauração da CATEDRAL DE PETRÓPOLIS – depositária dos restos mortais de D. Pedro II, D. Tereza Cristina, Princesa Isabel e de seu marido	Mitra Diocesana de Petrópolis	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.136.265,40	Apresentou prestação de contas
RJ	Petrópolis	078516	Restauração do órgão da CATEDRAL DE PETRÓPOLIS	Prefeitura Municipal de Petrópolis	Recurso do Tesouro Emenda Sen Francisco Dornelles	450.000,00	Convênio em vigência
RJ	Petrópolis	080276	Restauração do telhado da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	Serviço Social da Indústria-SESI – RJ	Mecenato Artigo 18 (100%)	526.527,36	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
RJ	Piraí	017146	Restauração de CENTRO HISTÓRICO	Prefeitura Municipal de Piraí	FNC	125.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Resende	016996	Restauração de CENTROS HISTÓRICOS	Prefeitura Municipal de Resende	FNC	100.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	001021	MUSEUS CASTRO MAYA – plano anual de atividades - 2000	Associação Cultural dos Amigos dos Museus Castro Maya	Mecenato Artigo 26	70.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	001051	Restauração da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.677.705,24	Inadimplente
RJ	Rio de Janeiro	001068	Restauração da CASA DO TREM DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL para abrigar coleção permanente de numismática	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	FNC	582.853,83	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	002677	Restauração, documentação do acervo em reserva e preservação das galerias do MUSEU CASA DO PONTAL	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Recurso do Tesouro	60.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	002691	Restauração do MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS DA II GUERRA MUNDIAL – plataforma, museu e mausoléu	Fundação Cultural Exército Brasileiro	FNC	535.449,60	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	002778	Revitalização da PRAÇA TIRADENTES	Prefeitura Municipal	FNC	8.302.448,91	Encerrada a vigência – projeto em execução
RJ	Rio de Janeiro	003044	Inventário e identificação das COLEÇÕES BOTÂNICAS E HISTÓRICAS DO JARDIM BOTÂNICO – 2ª etapa	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 26	181.758,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	003089	Restauração do MONUMENTO NACIONAL AOS MORTOS DA II GUERRA MUNDIAL	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 26	899.785,51	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	003102	Inventário do ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA	Fundação Getúlio Vargas	Recurso do Tesouro	28.653,36	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	003279	Complemento da instalação de climatização das galerias do PAÇO IMPERIAL	Associação dos Amigos do Paço Imperial	Mecenato Artigo 26	135.500,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	003295	Projeto de restauração do CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ARQUIVO NACIONAL	Associação Cultural do Arquivo Nacional	Mecenato Artigo 18 (100%)	28.351.000,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
RJ	Rio de Janeiro	003313	CONVENTO DE SANTA TERESA - II	Convento Santa Teresa	Mecenato Artigo 26	357.148,68	Inadimplente

RJ	Rio de Janeiro	003347	Restauração da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 26	196.487,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	003360	Paisagismo do SOLAR DA IMPERATRIZ – Jardim Botânico	Empresa de Marketing Cultural Ltda.-EMC	Mecenato Artigo 26	137.680,64	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	003938	JARDIM BOTÂNICO (VI) – manutenção anual; aumento do banco genético; preservação e recomposição das coleções de espécies botânicas; manutenção das áreas de visitação	Novas Direções Empreendimentos Culturais Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	468.064,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	004005	Aquisição de dez telas/ pinturas de Arte Cusquenha de propriedade do Banco de Boston para doação ao MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	Mecenato Artigo 18 (100%)	60.767,70	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	004037	MUSEU DO JARDIM BOTÂNICO – projetos, restauração e adaptação para sede do novo museu	Instituto Herbert Levy	Mecenato Artigo 26	2.000.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	006186	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO recurso financeiro para aquisição de equipamentos	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	FNC	30.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006204	Melhoria da climatização do PAÇO IMPERIAL	Associação dos Amigos do Paço Imperial	Recurso do Tesouro	24.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006206	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – revisão, processamento técnico e informatização do acervo da Casa do Trem	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	FNC	75.362,50	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006220	MUSEU DA REPÚBLICA – Centro de Referência da História Republicana Brasileira – catalogação, tratamento, organização e disponibilização do acervo	Associação dos Amigos do Museu da República	Recurso do Tesouro	48.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006817	Identificação, inventário e restauração de ACERVOS DA CULTURA POPULAR	Fundação Nacional de Artes-Funarte	Recurso do Tesouro	27.224,60	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006837	Restauração das esquadrias do MUSEU DA REPÚBLICA	Associação dos Amigos do Museu da República	Recurso do Tesouro	15.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006876	Restauo do telhado do THEATRO MUNICIPAL	Associação de Amigos do Theatro Municipal	FNC	239.940,00	Analisando prestação de contas – convênio
RJ	Rio de Janeiro	006880	Reforma e modernização da FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA	Associação de Amigos da Casa de Rui Barbosa	FNC	240.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006882	Preservação e restauração do conjunto capitonê do acervo do MUSEU CASA DE RUI BARBOSA	Associação de Amigos da Casa de Rui Barbosa	Recurso do Tesouro	9.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006887	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – inauguração da restauração da Casa do Trem e instalação de sistema de climatização	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	Recurso do Tesouro	44.375,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006934	Obras de restauração e conservação do telhado do MUSEU CASA DE RUI BARBOSA.	Associação de Amigos da Casa de Rui Barbosa	Recurso do Tesouro	74.915,93	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006940	BIBLIOTECA NACIONAL – reestruturação, reformulação e ampliação do sistema de ar condicionado central do prédio	Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional-SABIN	FNC	825.250,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006941	BIBLIOTECA NACIONAL – instalação do auditório	Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional-SABIN	FNC	1.125.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006942	Criação de bibliotecas e arquivos digitais pertencentes à FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL e à FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA – 1ª etapa	Associação de Amigos da Casa de Rui Barbosa	FNC	5.097.736,95	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	006949	FUNARTE – CENTRO TÉCNICO DE ARTES CÊNICAS – obras de restauração	Associação de Amigos da Funarte	FNC	1.047.800,00	Prestação de contas desaprovada com Tomada de Contas Especial
RJ	Rio de Janeiro	006950	SALA FUNARTE E CASA DO TEATRO AMADOR – reforma e ampliação	Associação de Amigos da Funarte	FNC	1.561.123,00	Analisando prestação de contas – convênio
RJ	Rio de Janeiro	006993	Restauração das esquadrias do MUSEU DA REPÚBLICA	Associação dos Amigos do Museu da República	FNC	18.750,00	Analisando prestação de contas – convênio
RJ	Rio de Janeiro	006995	Informatização do ARQUIVO NACIONAL nas futuras instalações conjunto arquitetônico tombado	Associação Cultural do Arquivo Nacional	FNC	4.000.000,00	Analisando prestação de contas – convênio

RJ	Rio de Janeiro	006999	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – restauração do forro da galeria de exposição	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	FNC	210.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	007324	Catálogo e informatização do acervo do MUSEU INTERNACIONAL DE ARTE <i>NAÏF</i>	Fundação Lucien Finkelstein	FNC	38.421,25	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	007325	Implantação de projetos de revitalização da PRAÇA TIRADENTES	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	295.750,00	Projeto conveniado
RJ	Rio de Janeiro	007326	MUSEU DE FOLCLORE EDILSON CARNEIRO – identificação, inventário e restauração de acervos da cultura popular	Fundação Nacional de Artes-Funarte	Recurso do Tesouro	27.225,00	Projeto conveniado
RJ	Rio de Janeiro	007328	Restauração do MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO	Fundação Nacional de Artes-Funarte	Recurso do Tesouro	37.800,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Rio de Janeiro	012129	Espaço de instalações permanentes do MUSEU DO AÇUDE	Associação Cultural dos Amigos dos Museus Castro Maya	Mecenato Artigo 18 (100%)	300.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	012240	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – preparação para ocupação de dois pavimentos para exposição permanente do Acervo de Numismática	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	Mecenato Artigo 26	415.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	012399	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO DA ANTIGA SÉ – execução de obras emergenciais	Associação Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 26	1.200.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	012401	MOSTEIRO DE SÃO BENTO do Rio de Janeiro – projeto cultural para conservação e restauração da igreja	Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.003.427,89	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	013258	CENTRO DE CIDADANIA BARBOSA LIMA SOBRINHO – projeto de restauração da antiga sede da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.133.888,19	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	013361	Preservação e divulgação do acervo de MPB do INSTITUTO CULTURAL CRAVO ALBIN, doado pelo colecionador	Instituto Cultural Cravo Albin para Pesquisa e Fomento das Fontes da Música Popular Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	597.010,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	013364	CENTRO CULTURAL INTERNACIONAL – restauração e adaptação dos imóveis da Rua Catete, 176 e 178 – 1ª etapa	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior	Mecenato Artigo 18 (100%)	110.727,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	013379	Conservação e restauro do patrimônio azulejar da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DO OUTEIRO	Associação Espírito Santo Cultura	Mecenato Artigo 26	1.753.249,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	014206	Inventário e identificação das COLEÇÕES BOTÂNICAS E HISTÓRICAS DO JARDIM BOTÂNICO – 3ª etapa	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 26	199.800,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	014319	ACERVO DE ANTONIO CARLOS JOBIM – levantamento, catalogação e digitalização	Instituto Antonio Carlos Jobim	Mecenato Artigo 26	209.116,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	016139	MUSEU CASA DO PONTAL – restauração de obras, preservação de instalações e documentação da reserva técnica do museu	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC	170.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Rio de Janeiro	016186	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUSEU CASA DO PONTAL – NOVOS OLHARES SOBRE A ARTE POPULAR BRASILEIRA	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC	100.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	016412	Modernização do laboratório de conservação do MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO	Fundação Nacional de Artes-Funarte	Recurso do Tesouro	23.684,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	016415	Comunicação em Cultura Popular - exposição permanente do MUSEU DE FOLCLORE	Fundação Nacional de Artes-Funarte	FNC	59.999,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	016681	Implantação de INVENTÁRIO CELEBRAÇÃO E SABERES DA CULTURA POPULAR	Fundação Nacional de Artes-Funarte	FNC	217.360,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	016758	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – aplicação nas atividades culturais, educacionais e históricas, com aquisição de equipamentos	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	FNC	30.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Rio de Janeiro	016776	Monitoramento e controle ambiental do MUSEU DO ÍNDIO	Fundação Nacional do Índio-FUNAI	Recurso do Tesouro	75.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	018439	Recuperação física do prédio do MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Museu Nacional de Belas Artes	Recurso do Tesouro	469.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	019072	Reforma e modernização da FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA – 2ª etapa	Associação de Amigos da Casa de Rui Barbosa	FNC	400.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RJ	Rio de Janeiro	019323	Modernização para atendimento aos usuários da BIBLIOTECA NACIONAL	Fundação Biblioteca Nacional	FNC	150.000,00	Prestação de contas aprovada

RJ	Rio de Janeiro	022241	MUSEUS CASTRO MAYA – plano anual de atividades - 2002	Associação Cultural dos Amigos dos Museus Castro Maya	Mecenato Artigo 18 (100%)	70.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	022268	Elaboração de projeto de restauração do HOSPITAL ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Fundação Universitária José Bonifácio-FUJB	Mecenato Artigo 18 (100%)	200.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	024545	MUSEU DA JUSTIÇA ELEITORAL na antiga sede do TRE – elaboração de projetos de obras emergenciais – 1ª fase	Instituto Herbert Levy	Mecenato Artigo 18 (100%)	370.000,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
RJ	Rio de Janeiro	027540	MUSEU CASA DO PONTAL – restauro de obras, preservação de instalações, implantação de Website e pesquisa de artistas populares	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC EMENDA	212.500,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	027541	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUSEU CASA DO PONTAL – NOVOS OLHARES SOBRE A ARTE POPULAR BRASILEIRA	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC EMENDA	125.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	028015	Implantação de INVENTÁRIO CELEBRAÇÃO E SABERES DA CULTURA POPULAR – 2º ano	Fundação Nacional de Artes-Funarte	FNC	184.350,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	028639	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – atividades culturais, educacionais e históricas, com aquisição de equipamentos	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	FNC	30.185,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	028928	MUSEU NACIONAL – restauração, adaptação e ampliação; construção do Bloco B para abrigar a reserva técnica, o laboratório de estudo e conservação e as instalações acadêmicas do Departamento de Botânica (criação de áreas complementares para que o Paço Imperial de São Cristóvão possa ser liberado para exposições)	Instituto Herbert Levy	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.061.376,28	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	028988	Restauro e ampliação da ESCOLA DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Fundação Universitária José Bonifácio FUJB	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.726.219,46	Expirado o prazo de captação parcial
RJ	Rio de Janeiro	030003	MUSEU DO TELEPHONE – restauração, adaptação e ampliação	Instituto Telemar	Mecenato Artigo 18 (100%)	6.562.300,00	Projeto em execução – encerrado o prazo de captação
RJ	Rio de Janeiro	030427	ESPAÇO CULTURAL DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – restauração do paiol do Forte São José, localizado na Fortaleza de São João, para a sala de exposição permanente da Fundação Cidade do Rio de Janeiro.	Associação Beneficente Rio Criança Cidadã	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.200,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	031278	Restauração completa da IGREJA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 26	1.324.781,99	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	031510	Inventário e identificação das COLEÇÕES BOTÂNICAS E HISTÓRICAS DO JARDIM BOTÂNICO – 4ª etapa	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	172.948,70	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	031825	Implantação de INVENTÁRIO CELEBRAÇÃO E SABERES DA CULTURA POPULAR	Fundação Nacional de Artes-Funarte	FNC	491.556,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	031994	Tesouros da BIBLIOTECA NACIONAL – exposição permanente	Fundação Miguel de Cervantes de Apoio à Pesquisa e à Leitura da Biblioteca Nacional	Mecenato Artigo 18 (100%)	500.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	032549	Plano de recuperação emergencial para o MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Associação Pró-Museu Nacional de Belas Artes	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 14.964.211,46 Apoiado 11.150.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	032615	Preservação do acervo e das galerias do MUSEU CASA PONTAL	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC Emenda Dep. Jorge Bittar	170.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Rio de Janeiro	033179	Revitalização dos espaços do MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO – restauro das reservas técnicas, revisão do sistema iluminotécnico da exposição permanente e instalação de equipamento de segurança	Fundação Nacional de Artes-Funarte	FNC	160.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	033348	Modernização do MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	1.964.665,54	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	033715	Multimídia do MONUMENTO DOS PRACINHAS – salas de multimídia com quiosques, sala de projeções e centro de pesquisa e documentação	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	115.128,00	Apresentou prestação de contas

RJ	Rio de Janeiro	034056	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – aplicação em atividades culturais, científicas e de preservação, com aquisição de equipamentos, publicações e conservação	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	FNC	30.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	034277	Revitalização do MUSEU NAVAL – SALA DO DESCOBRIMENTO – execução do projeto museográfico	Abrigo do Marinheiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	72.242,35	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	035411	Informatização do acervo do Herbário do INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO	Fundação Botânica Margaret Mee	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.414.494,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	035993	Informatização no MUSEU DA REPÚBLICA	Associação dos Amigos do Museu da República	Mecenato	495.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	036001	THEATRO MUNICIPAL – restauração da cobertura e elaboração de projetos executivos – 2ª fase	Associação de Amigos do Teatro Municipal	Mecenato Artigo 18 (100%)	838.477,30	Análise Financeira da Prestação de Contas
RJ	Rio de Janeiro	036451	Ampliação do MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS-MAST, por meio da construção de um prédio anexo	Sociedade dos Amigos do Museu de Astronomia e Ciências Afins	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.317.165,43 Apoiado 1.733.099,45	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	036595	Projeto de arquitetura do CENTRO CULTURAL E MEIO AMBIENTE ANTONIO CARLOS JOBIM no Jardim Botânico.	Associação de Cultura e Meio Ambiente-ACMA	Mecenato Artigo 18 (100%)	559.557,80	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	036909	Modernização do MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.899.999,98	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	040737	Projeto de prevenção de segurança, remanejamento e climatização do MUSEU CASA DO PONTAL	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	160.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	041150	Restauração da IGREJA DO BOM JESUS DA COLUNA	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.519.470,22	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	042442	Preservação do acervo e das galerias do MUSEU CASA DO PONTAL	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC	170.000,00	Analisando prestação de contas – convênio
RJ	Rio de Janeiro	042526	Plano de reestruturação emergencial do prédio do MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	6.115.958,31	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	042705	CLUBE NAVAL – restauro arquitetônico e artístico; projetos e obras emergenciais – 1ª fase	Clube Naval	Mecenato Artigo 18 (100%)	750.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	042827	Inventário e identificação das COLEÇÕES BOTÂNICAS E HISTÓRICAS DO JARDIM BOTÂNICO – 5ª etapa	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	231.449,80	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	043122	Recuperação e preservação do ACERVO FONOGRAFICO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL para disponibilizá-lo na internet	Faculdades Católicas (PUC-Rio)	Mecenato Artigo 18 (100%)	399.712,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	043609	CELEBRAÇÕES E SABERES DA CULTURA POPULAR – inventário da Festa de Santa Bárbara (Salvador) e a Festa do Divino Espírito Santo Maranhense (São Luiz e Colônia Maranhense no Rio de Janeiro); realização de três exposições no Museu do Folclore Edison Carneiro; exibições de vídeos e filmes; edição de catálogos e textos críticos e analíticos sobre a política de patrimônio	Associação Cultural Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	433.077,92	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	044061	Serviços emergenciais de proteção do prédio do MUSEU NACIONAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	400.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	044223	ACERVO LÚCIO COSTA – higienizar, restaurar, organizar, acondicionar, digitalizar e disponibilizar ao público o acervo, hoje guardado em condições precárias	Associação Casa de Lúcio Costa	Mecenato Artigo 26	243.964,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	044252	JARDIM BOTÂNICO – recuperação do chafariz central	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	229.530,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	044558	ACERVO MARIA CLARA MACHADO – localizar, identificar, catalogar e digitalizar a correspondência pessoal de familiares, fãs e de 27 cadernos manuscritos	Teatro Amador O Tablado	Mecenato Artigo 18 (100%)	60.939,88	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	044560	BIBLIOTECA NACIONAL – obras de recuperação dos sanitários do prédio sede	Fundação Biblioteca Nacional	FNC	301.570,12	Descentralização de recursos – prestação de contas

RJ	Rio de Janeiro	044561	BIBLIOTECA NACIONAL – obras iniciais para ocupação do prédio anexo	Fundação Biblioteca Nacional	FNC	480.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	045063	Revitalização do MUSEU D. JOÃO VI/ UFRJ – identificação e pesquisa do acervo, expansão do banco de dados informatizados	Fundação Universitária José Bonifácio-FUJB	Mecenato Artigo 26	437.380,00	Projeto em execução – encerrado o prazo de captação
RJ	Rio de Janeiro	045426	Reestruturação dos processos administrativos, do banco de dados do acervo do MUSEU CASA DO PONTAL	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC	80.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Rio de Janeiro	046096	JARDIM BOTÂNICO (VII) – manutenção anual	Novas Direções Empreendimentos Culturais Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	308.541,46	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	046119	MUSEU CASA DO PONTAL – plano plurianual de atividades - 2005 a 2007 – primeiro ano cerca de 5 000 obras de 200 artistas	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	774.950,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	046537	Plano de reestruturação do MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	1.994.005,93	Descentralização de recursos – prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	046539	Modernização e restauração do MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	2.500.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	047096	NOVO MUSEU BOTÂNICO – JARDIM BOTÂNICO	Associação de Cultura e Meio Ambiente-ACMA	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 5.298.260,85 Apoiado 4.276.427,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	051202	MUSEUS CASTRO MAYA – plano anual de atividades - 2005	Associação Cultural dos Amigos dos Museus Castro Maya	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	054143	Inventário e identificação das COLEÇÕES BOTÂNICAS E HISTÓRICAS DO JARDIM BOTÂNICO – 6ª etapa	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	240.810,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	054674	INVENTÁRIO SAMBA CARIÓCA – identificação e o registro audiovisual do samba carioca, para um banco de dados e exposição interativa	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	200.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	056168	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUSEU CASA DO PONTAL – NOVOS OLHARES SOBRE A ARTE POPULAR BRASILEIRA – 80 visitas educacionais guiadas gratuitas à exposição permanente, somando um total de 2 000 estudantes	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC Emenda Dep. Fernando Gabeira	100.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Rio de Janeiro	056327	Preservação do acervo e das galerias do MUSEU CASA DO PONTAL	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC Emenda Dep. Jorge Bittar	170.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ	Rio de Janeiro	056361	Restauração da antiga sede do ENGENHO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA LAGOA com instalação do Centro de Visitantes no Jardim Botânico	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	FNC Emenda Dep. Antônio Carlos Biscaia	350.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	056705	LINGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS – preservação, digitalização e divulgação do acervo do Museu Nacional: materiais linguísticos textuais e sonoros	Associação Amigos do Museu Nacional-SAMN	Mecenato Artigo 18 (100%)	216.522,58	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	056795	Projeto de restauração e acondicionamento de obras raras pertencentes ao acervo da BIBLIOTECA BARBOSA RODRIGUES e a recuperação do edifício	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	FNC	250.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	056800	Revitalização da COLEÇÃO DE CACTÁCEAS DO JARDIM BOTÂNICO	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	FNC Emenda: Dep. Roberto Saturnino	90.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	056805	Revitalização da COLEÇÃO DE BROMELÍACEAS DO JARDIM BOTÂNICO	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	FNC Emenda: Dep. Roberto Saturnino	160.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas

RJ	Rio de Janeiro	056901	MUSEU CASA DO PONTAL – plano plurianual de atividades 2005 a 2007 – segundo ano	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	600.000,00	Prestação de contas aprovada
RJ	Rio de Janeiro	056916	CENTRO DE CIDADANIA BARBOSA LIMA SOBRINHO – restauração e adaptação do imóvel que abrigou a Faculdade de Direito da UERJ até 1976, na Rua do Catete e continuidade das atividades da comissão de implantação – 2ª fase	Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa	Mecenato Artigo 18 (100%)	749.840,16	Expirado o prazo de captação parcial
RJ	Rio de Janeiro	057180	JARDIM BOTÂNICO – restauração do caminho da Mata Atlântica e áreas contíguas para uso público e educacional	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	217.107,88	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
RJ	Rio de Janeiro	057323	Restauração do MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO – 2ª fase; restauração da IGREJA DE NOSSA SENHORA DE MONTSEIRAT	Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 9.380.227,55 Apoiado 2.422.745,82	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	057361	Restauração da IGREJA DA IMPERIAL DE NOSSA SENHORA DO OUTEIRO DA GLÓRIA	Imperial Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.558.045,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	057908	MUSEU NACIONAL – restauro das fachadas frontais e dos torreões norte e sul	Instituto Herbert Levy	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.618.920,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	058422	CENTRO CULTURAL DE MEMÓRIA BOTAFOGO FUTEBOL E REGATAS	Companhia Botafogo	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.540.000,00	Inadimplente
RJ	Rio de Janeiro	059903	BIBLIOTECA NACIONAL – segurança em acervos especiais com sistema de segurança contra furto	Associação de Apoio ao Museu da República	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.387.875,40	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	060611	TEMPO GLAUBER – restauração e preservação da obra completa do cineasta Glauber Rocha; digitalizar 100 mil documentos relativos à produção intelectual, fotos, recortes; estabelecer um programa permanente de divulgação das ideias dele, por meio do portal	Associação dos Amigos do Tempo Glauber	Mecenato Artigo 18 (100%)	466.091,98	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	064086	MEMÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA – preservação do Acervo Paulo Tapajós, constituído de cerca de 30 mil documentos distribuídos em vários suportes.	Vison Produções Artísticas Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	291.878,30	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	064237	Restauração e adaptação para o CENTRO CULTURAL E MEIO AMBIENTE ANTONIO CARLOS JOBIM no Jardim Botânico – restauração do prédio atual e construção de um prédio anexo para servir de teatro	Associação de Cultura e Meio Ambiente-ACMA	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 4.052.495,32 Apoiado 1.300.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	064295	MUSEU CHÁCARA DO CÉU – anexo de apoio técnico e novo acesso	Associação Cultural dos Amigos dos Museus Castro Maya	Mecenato Artigo 18 (100%)	670.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
RJ	Rio de Janeiro	064839	CENTRO DE CULTURA E MEMÓRIA DO JORNALISMO – levantamento das fontes, documentos e acervos; constituir um acervo próprio e disponibilizá-lo por <i>site</i> , por edição de publicações e por organização de atividades culturais – 1ª etapa	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.134.300,00 Apoiado 832.243,50	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	064849	ESCOLA DE JONGO	Grupo Cultural Jongo da Serrinha	Mecenato Artigo 18 (100%)	240.000,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
RJ	Rio de Janeiro	064959	Preservação do acervo da SOCIEDADE BRASILEIRA DE AUTORES-SBAT – disponibilização por meio da biblioteca e de consulta pela internet.	Lúdico Produções Artísticas Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	897.047,95	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	065427	Preservação do acervo e das galerias do MUSEU CASA DO PONTAL	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC Emenda Dep. Jorge Bittar	210.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RJ	Rio de Janeiro	065660	MUSEU CASA DO PONTAL – plano plurianual de atividades 2005 a 2007 – terceiro ano	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	570.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	065997	Melhorias no PARQUE DO CATETE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	100.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	066044	Elaboração de projetos executivos para a restauração dos MONUMENTOS DA FLORESTA DA TIJUCA	Associação de Amigos dos Monumentos e Obras de Arte do Rio de Janeiro – AMO-RIO	Mecenato Artigo 18 (100%)	228.200,00	Apresentou prestação de contas

RJ	Rio de Janeiro	066986	Climatização do MUSEU CASA DO PONTAL	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	FNC	170.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RJ	Rio de Janeiro	067408	Restauo e revitalização do complexo arquitetônico do MORRO DE CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	7.207.045,57	Expirado o prazo de captação parcial
RJ	Rio de Janeiro	067425	ACERVO MARIA CLARA MACHADO	Maria Clara Machado Produções Artísticas Ltda.- MCM	Mecenato Artigo 18 (100%)	254.412,25	Análise técnica concluída
RJ	Rio de Janeiro	067689	CENTRO DE MEMÓRIA PAISAGEM CARIOCA - FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS – restauração do acervo selecionado (300 plantas e desenhos); identificação e inventário do Arquivo Técnico (cerca de 10 mil plantas e desenhos); implantação do sistema digital para recuperação e visualização da informação, implantação de um <i>website</i>	DocPro Criação de Bibliotecas Virtuais Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	201.320,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	068038	Restauração da CASA ROSA - COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO – realização de eventos sociais, culturais e de lazer, cursos e exposições	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 610.273,84 Apoiado 259.708,98	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	068131	Inventário e identificação das COLEÇÕES BOTÂNICAS E HISTÓRICAS DO JARDIM BOTÂNICO – 7ª etapa	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	258.644,30	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	068746	ACERVO DE CHICO BUARQUE – organizar, higienizar e digitalizar o arquivo pessoal de Chico Buarque, disponibilizando pesquisa arquivística no <i>site</i> do Instituto Antonio Carlos Jobim	Instituto Antonio Carlos Jobim	Mecenato Artigo 18 (100%)	200.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	068954	Conservação do acervo da BIBLIOTECA BARBOSA RODRIGUES, do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	273.300,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	068971	Sensibilização e orientação para a salvaguarda do PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	Associação Cultural Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.350.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	069083	MUSEU DO ÍNDIO DE CARA NOVA – instalação de uma exposição de longa duração focada nos povos indígenas que vivem na região do Uaçá e Oiapoque, no norte do Brasil e implantação de um sistema de proteção patrimonial	Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena-Iepe	Mecenato Artigo 26	674.657,33	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	069552	ACERVO BANCO DE DNA DE ESPÉCIES DA FLORA BRASILEIRA do Jardim Botânico	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	404.000,00	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
RJ	Rio de Janeiro	069723	PALÁCIO DO COMÉRCIO – restauração de trechos do edifício tombado pelo patrimônio municipal: pavimentos superiores 13º, 14º, cobertura e alguns trechos da fachada – fase 2	Associação Comercial do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.322.780,47	Análise Financeira da Prestação de Contas
RJ	Rio de Janeiro	069899	Preservação da COLEÇÃO <i>O MALHO</i> DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA – digitalização, conservação e restauração	Bambina Ação Cultural Associados	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.100.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	070235	INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE – bens edificados e o acervo; base de dados na Web e livro.	Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz-SPCOC	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.465.845,00 Apoiado 10.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	071309	Construção do ÓRGÃO DE TUBOS DA IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO DA ANTIGA SÉ	Sociedade dos Amigos da Antiga Sé-SAMAS	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.195.576,30 Apoiado 500.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	072146	Restauração e conservação do PALÁCIO PETIT TRIANON, sede principal da Academia Brasileira de Letras	Academia Brasileira de Letras	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.396.780,64	Expirado o prazo de captação parcial
RJ	Rio de Janeiro	075809	Palmeiras-imperiais do Jardim Botânico – recomposição das aleias e reposição de exemplares no jardim da ESCOLA NACIONAL DE BOTÂNICA TROPICAL NO SOLAR DA IMPERATRIZ	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	102.280,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	076084	MUSEU DA JUSTIÇA ELEITORAL – antiga sede do Tribunal Regional Eleitoral – obras básicas de restauração – 2ª fase	Instituto Herbert Levy	Mecenato Artigo 18 (100%)	5.400.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
RJ	Rio de Janeiro	076150	Sede da ASSOCIAÇÃO DANÇANDO PARA NÃO DANÇAR	Associação Dançando Para Não Dançar	Mecenato Artigo 18 (100%)	705.829,29	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	076232	Disponibilização do ACERVO OSCAR NIEMEYER – reformulação do Website	Fundação Oscar Niemeyer para Fins Culturais	Mecenato Artigo 26	Aprovado 483.528,33 Apoiado 100.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos

RJ	Rio de Janeiro	076865	VILLA-LOBOS DIGITAL – recuperação e digitalização de partituras de obras para orquestras e grupos de câmara – 1ª etapa	Sarau Agência de Cultura Brasileira Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.644.371,02 Apoio 550.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	077515	Revitalização da IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO DA ANTIGA SÉ	Fundação Roberto Marinho	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.189.947,53 Apoio 702.369,46	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	078354	MUSEU CASA DO PONTAL – plano plurianual de atividades de 2008 a 2010	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	500.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	078367	ESTANDARTES DO MUSEU DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – restauração de um conjunto de sete estandartes históricos	Sarau Agência de Cultura Brasileira Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 255.681,11 Apoio 196.544,88	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	080639	MUSEU CASA DO PONTAL - ARTE POPULAR BRASILEIRA – exposição do acervo	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 471.600,00 Apoio 113.100,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	082243	ESCOLA DE JONGO	Grupo Cultural Jongo da Serrinha	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 400.460,00 Apoio 400.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	083445	Preservação e modernização do MUSEU CASA DO PONTAL – acervo, infraestrutura e equipamentos; execução de ações de pesquisa, restauro e conservação preventiva; realização de seminário com duração de dois dias; montagem de exposições itinerantes	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Jorge Bittar	250.000,00	Aguarda análise técnico-financeira
RJ	Rio de Janeiro	083721	THEATRO MUNICIPAL – modernização geral das instalações elétricas – 3ª fase	Associação de Amigos do Theatro Municipal	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.897.023,82	Análise técnica concluída
RJ	Rio de Janeiro	085489	MUSEU CASA DO PONTAL – plano plurianual de atividades de 2008 a 2010 – segundo ano	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.191.915,00 Apoio 755.000,00	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	087684	THEATRO MUNICIPAL – restauração interna da sala de espetáculos e adjacências	Associação de Amigos do Theatro Municipal	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 35.280.372,73 Apoio 33.635.521,57	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	090384	MUSEU E CENTRO CULTURAL DA CASA DA MOEDA – restauro e elaboração de projetos e intervenções emergenciais – 1ª fase	Instituto Herbert Levy	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 722.428,27 Apoio 622.400,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	096786	PROJETO CASA DO CHORO – restauro do imóvel tombado pelo INEPAC – sede do Instituto Casa do Choro e suas atividades culturais e didáticas	Instituto Casa do Choro	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.426.690,40 Apoio 285.338,08	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	097454	MUSEU E CENTRO CULTURAL DA CASA DA MOEDA – restauro das fachadas frontais, esquadrias, estrutura, coberturas e arqueologia – 2ª fase	Instituto Herbert Levy	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 6.331.760,48 Apoio 4.835.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	098032	Reforma da SALA CECÍLIA MEIRELES	Associação dos Amigos da Sala Cecília Meireles	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 4.817.098,68 Apoio 1.000.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	100383	Restauração do SOLAR DA MARQUESA DE SANTOS – 1ª fase	Associação Espírito Santo Cultura	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 4.503.560,34 Apoio 64.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	101972	MUSEU E CENTRO CULTURAL DA CASA DA MOEDA DO BRASIL – restauro de obras especiais, instalações e adaptações – 3ª fase	Instituto Herbert Levy	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 8.335.580,73 Apoio 1.667.116,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	107097	MUSEU DA IMAGEM E DO SOM – construção da nova sede na Av. Atlântica, Copacabana, com espaços expositivos, salas educativas, centro de pesquisa, salas para guarda e conservação do acervo, espaços comerciais (café, restaurante e loja) e teatro de 300 lugares, cinema ao ar livre e mirante	Fundação Roberto Marinho	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 16.979.732,62 Apoio 4.000.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	0510339	Redefinição ergonômica do espaço de apoio aos servidores do MUSEU DA REPÚBLICA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	Recurso do Tesouro	130.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas

RJ	Rio de Janeiro	0610099	Modernização do MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – restauração e conservação dos telhados baixos, adequação das galerias do pátio dos canhões para abrigar exposições temporárias, restauração das estruturas de sustentação do piso e banheiros da biblioteca e arquivo, climatização da biblioteca e arquivo, adequação das galerias de exposições permanentes e atualização do sistema de segurança patrimonial – 2ª fase	Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional	Mecenato Artigo 18 (100%)	4.352.476,97	Expirado o prazo de captação parcial
RJ	Rio de Janeiro	0610182	BIBLIOTECA NACIONAL – organização e divulgação do Acervo José Olympio	Fundação Miguel de Cervantes de Apoio à Pesquisa e à Leitura da Biblioteca Nacional	Mecenato Artigo 18 (100%)	399.447,11	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	0610792	BIBLIOTECA NACIONAL – instalação da Hemeroteca Brasileira no Prédio II – obras civis para a primeira fase da construção de uma subestação em média tensão	Fundação Miguel de Cervantes de Apoio à Pesquisa e à Leitura da Biblioteca Nacional	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.485.138,16	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	0611171	BRASIL MEMÓRIA DAS ARTES 2007 – tratamento e preservação por meio digital de acervos de música, artes cênicas e visuais da Funarte (banco de dados) para acesso público	Associação Cultural da Funarte	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.861.980,00 Apoiado 2.150.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	0710615	CENTRO CULTURAL CARTOLA – adaptação, reestruturação e ampliação de uso do espaço físico, permitindo a ventilação e instalação de salas de aula e do Centro de Referência da Memória do Samba Carioca	Centro Cultural Cartola	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.149.567,31 Apoiado 860.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	0710900	THEATRO MUNICIPAL – restauração da cobertura de cobre – 3ª fase	Associação de Amigos do Teatro Municipal	Mecenato Artigo 18 (100%)	9.428.444,11	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	0710901	THEATRO MUNICIPAL – modernização geral das instalações hidrossanitárias – 3ª fase	Associação de Amigos do Teatro Municipal	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.700.677,17	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
RJ	Rio de Janeiro	0710902	THEATRO MUNICIPAL – restauração da cobertura de cobre da rotunda da Av. Rio Branco – 3ª fase	Associação de Amigos do Teatro Municipal	Mecenato Artigo 18 (100%)	Apoiado 6.344.620,63	Apresentou prestação de contas
RJ	Rio de Janeiro	0711541	Restauração dos ARCOS DA LAPA	Centro de Estudos e Pesquisas 28	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.258.221,88 Apoiado 1.226.209,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RJ	Rio de Janeiro	0712153	PALÁCIO DO COMÉRCIO –restauração – 3ª fase	Associação Comercial do Rio de Janeiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.550.081,82	Apresentou prestação de contas
RJ	São Pedro da Aldeia	002712	Restauração da CASA DA FLOR	Instituto Cultural Casa da Flor	Recurso do Tesouro	65.008,6	Prestação de contas aprovada
RJ	Valença	074628	Restauração emergencial da FAZENDA SANTA MÔNICA	Centro de Estudos e Pesquisas 28	Mecenato Artigo 18 (100%)	630.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
RJ	Vassouras	016593	Restauração do PAÇO MUNICIPAL	Prefeitura Municipal	FNC	599.762,34	Prestação de contas aprovada
RJ	Vassouras	016612	Restauração do FÓRUM MINISTRO ROMEIRO NETO	Prefeitura Municipal	FNC	475.220,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RJ		042715	O UNIVERSO DOCUMENTAL DE GILBERTO FERREZ E SEUS ANTEPASSADOS – acervo documental produzido, recebido, acumulado e preservado ao longo de mais de cem anos	Fazer Arte Produções Artísticas Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	299.187,91	Apresentou prestação de contas
RJ		058299	FONOTECA – recuperação de parte da história do rádio, restauração, preservação e disponibilização à comunidade	Fundação CS/N para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania.	Mecenato Artigo 18 (100%)	232.285,00	Apresentou prestação de contas
RJ		059861	Valorização e promoção cultural da CAPOEIRA como bem constituinte do Patrimônio Imaterial Brasileiro – realizar edital para seleção de projetos apresentados por instituições públicas e ONGs que contemplem às seguintes linhas de ação: 1) estudos e pesquisas; 2) oficinas com mestres tradicionais; 3) centros de referência sobre o tema; 4) seminários, simpósios ou conferências; 5) projetos socioeducativos	Associação de Apoio ao Museu da República	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.972.937,00	Análise técnica concluída

RN	Carnaíba dos Dantas	043906	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE UMA CIDADE DO SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, especificamente na Microrregião do Seridó, a partir do desenvolvimento do Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia de Seridó e de professores das redes estadual e municipal de ensino	Helder Alexandre Medeiros de Macedo	Mecenato Artigo 26	83.173,20	Análise Financeira da Prestação de Contas
RN	Natal	028568	Restauração e conservação do acervo do INSTITUTO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO NORTE	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	FNC	80.000,00	Em processo de instauração de Tomada de Contas Especial
RN	Natal	033498	Recuperação do PRÉDIO DA CAPITANIA DAS ARTES	Fundação Cultural Capitania das Artes-Funcarte	Mecenato Artigo 18 (100%)	37.511,00	Apresentou prestação de contas
RN	Seridó	006089	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE PINTURA RUPESTRE DO SERIDÓ – levantamento fotográfico do acervo e criação da data	Fundação Seridó	FNC	100.000,00	Prestação de contas aprovada
RO	Ariquemes	051632	Ampliação e reforma do MUSEU RONDON	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Confúcio Moura	80.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RO	Porto Velho	002533	Restauração de PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MARMORÉ	Governo do Estado de Rondônia	FNC	150.000,00	Prestação de contas aprovada
RS	Antônio Prado	006822	Restauração da CASA CARRA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC	60.000,00	Prestação de contas aprovada
RS	Antônio Prado	0611099	Restauração da CASA DA NENI – instalações elétricas e hidrossanitárias – 2ª fase	Veronica di Benedetti	Mecenato Artigo 18 (100%)	87.200,56	Apresentou prestação de contas
RS	Antônio Prado	065765	Rota cultural do PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DE ANTÔNIO PRADO – instalação de placas informativas em todas as casas tombadas	Círculo Cultural Ítalo-Brasileiro de Antônio Prado	FNC EMENDA Dep. Francisco Appio	7.834,14	Prestação de contas de convênio aprovada
RS	Antônio Prado	087624	Projeto de valorização do CENTRO HISTÓRICO DE ANTÔNIO PRADO	Associação Comercial, Industrial e Serviços de Antônio Prado	Mecenato Artigo 18 (100%)	55.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
RS	Bagé	034530	Ampliação das instalações do MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA	Sociedade Portuguesa de Beneficência	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.813.266,00	Inadimplente
RS	Bagé	035291	Restauro e intervenção do MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA	Sociedade Portuguesa de Beneficência	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.003.078,10	Apresentou prestação de contas
RS	Bagé	054741	CENTRO HISTÓRICO VILA SANTA THEREZA – restauração da igreja, reconstrução do teatro e adaptação do anfiteatro ao ar livre	Associação Pró-Santa Thereza	Mecenato Artigo 18 (100%)	Apoiado 1.124.252,98	Inadimplente – Diligência na Prestação de Contas
RS	Bagé	062129	Recuperação do INSTITUTO MUNICIPAL DE BELAS ARTES	Sociedade Espanhola de Bagé	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 413.237,19 Apoiado 344.672,02	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Bagé	062715	Restauro do CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ	Associação de Amigos do Instituto Municipal de Belas Artes-IMBA	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.111.945,60 Apoiado 799.930,58	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Bagé	062716	Restauro da PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ	Associação de Amigos do IMBA	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.405.000,00	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
RS	Bagé	063960	Reforma e restauração da SECRETARIA DE CULTURA – PALACETE PEDRO OSÓRIO	Associação de Amigos do IMBA	Mecenato Artigo 18 (100%)	500.228,12	Apresentou prestação de contas
RS	Bagé	074987	Memorial da Água – revitalização da antiga HIDRÁULICA, onde será implementada a ESCOLA AMBIENTAL E O MUSEU DAS ÁGUAS	Associação de Amigos do IMBA	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.311.887,98 Apoiado 300.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Bento Gonçalves	055399	Restauro do SANTUÁRIO SANTO ANTÔNIO	Mitra Diocesana de Caxias do Sul/ Paróquia Santo Antônio	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.685.534,68 Apoiado 1.989.590,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Bento Gonçalves	080449	Restauro e adequação de uso do MUSEU DO IMIGRANTE	Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.091.153,24 Apoiado 10.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Bom Princípio	102764	Reforma da IGREJA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO	Associação Comunitária Bom Princípio	FNC	170.000,00	Enviado para pagamento

RS	Cachoeira do Sul	042042	CATEDRAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Paróquia Catedral Nossa Senhora da Conceição	FNC	94.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Cachoeira do Sul	064412	Restauração da CATEDRAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – 1ª fase	Casa de Obras – Arte e Restauração Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	471.890,00	Expirado o prazo de captação parcial
RS	Cachoeirinha	065224	SALAS-OFFICINA – ECOMUSEU CASA DO LEITE – construção de um anexo	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Henrique Fontana	80.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Canguçu	059678	Informatização do MUSEU	Prefeitura Municipal	FNC	12.000,00	Prestação de contas de convênio aprovada
RS	Capão do Leão	033279	CASA DE CULTURA DE CAPÃO DO LEÃO E DO MUSEU DA PEDRA	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Pompeo de Matos	36.720,00	Prestação de contas aprovada
RS	Caxias do Sul	012192	Conservação do patrimônio artístico da IGREJA SÃO PELEGRINO	Sociedade de Cultura e Arte Aldo Locatelli	Mecenato Artigo 18 (100%)	571.412,87	Apresentou prestação de contas
RS	Caxias do Sul	0710114	Estruturação de um ESPAÇO MULTIUSO em local tombado pelo Patrimônio Histórico do Município, agregado ao COMPLEXO CULTURAL MOINHO DA ESTAÇÃO	Associação Moinho da Estação	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.524.039,70 Apoiado 879.150,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Erechim	0711159	Digitalização do ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL MIGUEL ILIA FONT – atualização da metodologia de guarda, conservação, consulta e pesquisa	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro. Emenda Sen. Sérgio Zambiasi	25.621,12	Analisando prestação de contas – convênio
RS	General Câmara	041316	IGREJA DA VILA DE SANTO AMARO – integra o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo Iphan	Núcleo de Cultura de Venâncio Aires	Mecenato Artigo 18 (100%)	810.594,95	Apresentou prestação de contas
RS	Guaporé	091717	Ampliação e reforma do MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL	Prefeitura Municipal	FNC	396.560,00	Para empenho
RS	Ijuí	013149	Climatização – espaços de exposições e reserva técnica do MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA-MADP	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado-Fidene	Mecenato Artigo 26	127.175,81	Apresentou prestação de contas
RS	Ijuí	085822	Modernização da DIVISÃO DE MUSEOLOGIA DO MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA-MADP	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado-Fidene	Mecenato Artigo 26	Aprovado 51.062,86 Apoiado 22.118,20	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Ivoti	003175	Restauração da PONTE DO IMPERADOR e urbanização do entorno	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	146.400,00	Prestação de contas aprovada
RS	Ivoti	028085	Restauração de CASA ENXAIMEL NO NÚCLEO HISTÓRICO FEITORIA NOVA	Prefeitura Municipal	FNC	100.137,80	Prestação de contas aprovada
RS	Ivoti	036645	Restauração da IGREJA HISTÓRICA – 1ª etapa	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Pompeo de Matos	100.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Ivoti	055802	Restauração da CASA ENXAIMEL NO NÚCLEO HISTÓRICO FEITORIA NOVA, patrimônio nacional tombado, para instalação do Museu Municipal Cláudio Oscar Becker	Prefeitura Municipal	FNC	90.974,40	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Montenegro	084718	Restauração do PRÉDIO DA PHARMÁCIA DOS FERROVIÁRIOS – instalação do acervo do Arquivo Histórico e Geográfico Maria Eunice Müller Kautzmann	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Adão Preto	100.000,00	Convênio em vigência
RS	Muçum	018557	Reforma e restauração CASA DA CULTURA PADRE LUCHINO VIERO	Prefeitura Municipal	FNC	94.757,00	Prestação de contas aprovada
RS	Novo Hamburgo	066124	MUSEU DO ÍNDIO TUKUNA – INSTITUIÇÃO EVANGÉLICA DE NOVA HAMBURGO – tornar o museu um veículo irradiador de educação e cultura na região	Instituição Evangélica de Novo Hamburgo-IENH	FNC	51.463,24	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Novo Hamburgo	084013	Reforma da IGREJA EVANGÉLICA E CEMITÉRIO EM LOMBA GRANDE tombada pelo patrimônio histórico municipal	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Tarcísio Zimmermann	200.000,00	Convênio em vigência
RS	Novo Treviso	033092	MUSEU HISTÓRICO DE NOVO TREVISÓ	Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno	FNC Emenda Dep. Pompeo de Matos	58.632,80	Prestação de contas aprovada
RS	Osório	056922	MUSEU DA CAVALARIA – implantação e revitalização do PARQUE OSÓRIO	Fundação Parque Histórico Marechal Luís Osório	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 6.572.298,32 Apoiado 1.156.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos

RS	Passo Fundo	084483	MUSEU DO TRANSPORTE NACIONAL – criação do museu com ênfase na História da Indústria Automobilística Brasileira	Fundação Universidade de Passo Fundo	Mecenato Artigo 26	Aprovado 5.211.974,69 Apoiado 722.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Panambi	056600	Centro Cultural – restauração do prédio histórico para atividades culturais e instalação da ESCOLA DE MÚSICA	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Tarcísio Zimmermann	38.152,94	Empenhado
RS	Pelotas	028239	Recuperação do CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS	Prefeitura Municipal	FNC	4.949.883,16	Encerrada a vigência – projeto em execução
RS	Pelotas	065871	Restauração de peças do ACERVO DO MUSEU DA BARONESA	Restauratus Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 196.515,64 Apoiado 125.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Pelotas	070734	Projeto de restauração e preservação do prédio da CATEDRAL SÃO FRANCISCO DE PAULA	Liga Produção Cultural Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	343.484,65	Apresentou prestação de contas
RS	Pinheirinho do Vale	059768	Construção de MUSEU para arquivamento dos documentos existentes	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Milton Cardias	38.152,94	Prestação de contas de convênio aprovada
RS	Piratini	080355	Restauração do MUSEU HISTÓRICO FARROUPILHA	Associação dos Amigos do Museu Histórico Farroupilha	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.043.648,42 Apoiado 440.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	013373	MUSEU IBERÊ CAMARGO	Fundação Iberê Camargo	Mecenato Artigo 26	5.189.000,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
RS	Porto Alegre	024532	Patrimônio Histórico e Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS – INSTITUTO ELETROTÉCNICO – 2ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	13.445,13	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	024533	Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – INSTITUTO PAROBÉ – 2ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	116.163,00	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	024534	Patrimônio Histórico da UFRGS – FACULDADE DE MEDICINA – 2ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	143.435,17	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	024535	Patrimônio Histórico da UFRGS – ESCOLA DE ENGENHARIA – 2ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.417.691,60	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
RS	Porto Alegre	024536	Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – CASTELINHO – 2ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	233.756,00	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	024537	Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – INSTITUTO DE QUÍMICA – 2ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	82.851,90	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	024538	Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – FACULDADE DE AGRONOMIA – 2ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.829.714,73	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	024554	Capacitação técnica da REDE DE MUSEU DO RIO GRANDE DO SUL	Secretaria de Estado da Cultura	FNC	15.000,00	Prestação de contas aprovada
RS	Porto Alegre	027675	Restauração parcial do prédio da FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FNC EMENDA DEP. MARCOS ROLIM	125.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Porto Alegre	027676	Restauração parcial do prédio central da FACULDADE DE AGRONOMIA DA UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FNC	500.000,00	Analisando prestação de contas – convênio
RS	Porto Alegre	028680	Restauração parcial do prédio central da FACULDADE DE AGRONOMIA DA UFRGS – 2ª etapa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FNC EMENDA	190.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Porto Alegre	029303	Revitalização do sítio histórico das PRAÇAS DA MATRIZ E DA ALFÂNDEGA	Prefeitura Municipal	FNC	7.025.639,00	Encerrada a vigência – projeto em execução
RS	Porto Alegre	030062	Veículo Chevrolet, tipo <i>coupé</i> , 1939 – aquisição e doação para a ASSOCIAÇÃO CULTURAL MUSEU DO AUTOMOBILISMO BRASILEIRO	Associação Cultural Museu do Automóvel Brasileiro	Mecenato Artigo 26	45.000,00	Prestação de contas aprovada

RS	Porto Alegre	033665	CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA - 200 ANOS – museu, arquivo histórico, biblioteca e coral da Santa Casa	Centro Histórico-Cultural da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 5.839.132,62 Apoiado 5.561.590,10	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	034549	MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL	Associação Nacional de Divulgação da História Política e da Cultura do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	225.000,00	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	035196	CINE THEATRO CAPITÓLIO – restauração e reciclagem (tombado pela Prefeitura)	Fundação Cinema RS-Fundacine	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 5.630.656,97 Apoiado 4.422.887,35	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	035200	MUSEU IBERÊ CAMARGO – 2ª etapa	Fundação Iberê Camargo	Mecenato Artigo 26	11.770.760,20	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	035216	MUSEU IBERÊ CAMARGO – 3ª etapa	Fundação Iberê Camargo	Mecenato Artigo 26	14.987.998,33	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	046629	SOLAR CONDE DE PORTO ALEGRE – solar da arquitetura e <i>design</i>	Instituto dos Arquitetos do Brasil– IAB-RS	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.740.774,07 Apoiado 602.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	050241	FUNDAÇÃO VERA CHAVES BARCELLOS – organização do acervo documental e catalogação do acervo de obras de arte em dois espaços (Porto Alegre e Viamão); restauração de 42 obras de arte e aquisição de 16 obras e de publicações	Fundação Vera Chaves Barcellos	FNC	188.314,33	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Porto Alegre	051083	Recuperação do THEATRO SÃO PEDRO (tombado pelo Iphan)	Associação Amigos do Theatro São Pedro	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.113.000,00	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	053033	Preservação e difusão do acervo histórico-cultural da SOCIEDADE DE GINÁSTICA PORTO ALEGRE-SOGIPA, de 1867	Fundação Sogipa de Comunicações	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 499.982,00 Apoiado 148.650,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	053357	CATEDRAL METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – restauro da abside	Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre	Mecenato Artigo 18 (100%)	612.000,00	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	054784	Instalação de acessibilidade ao prédio da FACULDADE DE AGRONOMIA – 4ª fase	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FNC Emenda Dep. Henrique Fontana	100.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RS	Porto Alegre	066683	Estruturação e capacitação tecnológica do núcleo de jornais raros do MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA-MUSECOM	Associação dos Amigos do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa-Musecom	Mecenato Artigo 26	55.789,00	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	067452	Climatização do prédio da FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 928.926,77 Apoiado 198.783,99	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	067686	Restauração do Roseiral e do Jardim Filogenético da FACULDADE DE AGRONOMIA DA UFRGS	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	22.992,00	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	069707	Mobiliário para o MUSEU IBERÊ CAMARGO	Fundação Iberê Camargo	Mecenato Artigo 26	1.464.000,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
RS	Porto Alegre	072492	Estudo do PATRIMÔNIO DE VITRAIS produzidos, em Porto Alegre, no período (1920-1980) e documentado em CD	Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre	Mecenato Artigo 18 (100%)	168.505,34	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	076778	Preservação do Acervo Cartográfico do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	97.741,00	Apresentou prestação de contas
RS	Porto Alegre	080886	Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – INSTITUTO ELETROTÉCNICO – 4ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.706.114,40 Apoiado 15.800,05	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	080889	Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – ANTIGA FACULDADE DE MEDICINA – 4ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	125.383,63	Expirado o prazo de captação parcial
RS	Porto Alegre	080982	Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – INSTITUTO DE QUÍMICA E ARQUITETÔNICO – restauração e adaptação– 4ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	150.538,98	Expirado o prazo de captação parcial

RS	Porto Alegre	080991	Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – INSTITUTO PAROBÉ –restauração do prédio que sediará o Museu da Engenharia Mecânica – 4ª fase	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	54.636,00	Expirado o prazo de captação parcial
RS	Porto Alegre	084825	Restauração IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre/ Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.527.851,13 Apoiado 1.993.950,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	086767	Instalação do TEATRO ELIS REGINA NO CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO	Lahtu Sensu Assessoria de Projetos Culturais Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 882.291,08 Apoiado 671.681,38	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	104540	Aquisição da obra <i>A conquista do espaço</i> , de Aldo Locatelli para o acervo do MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL-MARGS	Associação dos Amigos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	Solicitado 166.900,00 Apoiado 166.900,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	0510088	Torre de circulação vertical do prédio da FACULDADE DE AGRONOMIA – 4ª fase	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FNC Emenda Dep. Luciana Genro	100.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
RS	Porto Alegre	0610975	Recuperação e modernização da BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL	Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 7.033.769,80 Apoiado 2.556.794,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Porto Alegre	0810270	Modernização das instalações do MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL-MARGS	Associação dos Amigos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 92.159,00 Apoiado 19.038,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Quarta Colônia	057833	CENTRO DE APOIO À PESQUISA PALEONTOLÓGICA DA QUARTA COLÔNIA	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia	Mecenato Artigo 26	Aprovado 4.976.009,00 Apoiado 1.200.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Quatro Irmãos	057536	CENTRO CULTURAL LEOPOLDO COHEN – restauração e adaptação do antigo Hospital de Quatro Irmãos, tombado pelo município, com espaço museológico da colonização judaica	Federação Israelita do Rio Grande do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	180.900,00	Expirado o prazo de captação parcial
RS	Rio Grande	080436	Restauração do PAÇO MUNICIPAL	Associação dos Amigos do Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.870.928,87	Expirado o prazo de captação parcial
RS	Sananduva	092930	Construção do MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL – denominado Casa de Fiorentino	Prefeitura Municipal	FNC	190.000,00	Enviado para pagamento
RS	Santa Maria	056664	Revitalização do prédio do MUSEU TREZE DE MAIO – valorização e divulgação da cultura africana e afro-brasileira no Rio Grande do Sul	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Paulo Pimenta	100.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Santa Maria	060679	Melhorias da infraestrutura do THEATRO TREZE DE MAIO	Associação dos Amigos do Theatro Treze de Maio	Mecenato Artigo 18 (100%)	76.882,69	Apresentou prestação de contas
RS	Santa Maria	065229	Revitalização do prédio do MUSEU TREZE DE MAIO – organização e documentação	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Paulo Paim	150.000,00	Convênio em vigência
RS	Santa Maria	086749	Adequação do MUSEU DE ARTE E DA CASA DE CULTURA	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Paulo Pimenta	199.996,23	Convênio em vigência
RS	Santana do Livramento	096843	CINE ESTAÇÃO INSTITUTO ALL – reforma da ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO	Instituto All	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.274.767,53 Apoiado 385.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Santa Tereza	001196	Restauração do PRÉDIO STRINGHINI	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	87.000,00	Prestação de contas aprovada
RS	São Gabriel	081826	THEATRO HARMONIA – restauração	Instituto Cultural e Educacional Harmonia Gabrielense	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.694.937,33 Apoiado 5.900,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	São Gabriel	085987	Restauração da IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO BOM FIM/ IGREJA DO GALO	Instituto Cultural e Educacional Harmonia Gabrielense	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 207.924,26 Apoiado 103.962,13	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	São Nicolau	0711082	Restauração do CASARÃO DOS SILVA	Pérgola Arquitetura, Construção e Restauração Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	50.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
RS	Silveira Martins	042545	Preservação da memória da antiga ESCOLA BOM CONSELHO	Prefeitura Municipal	FNC EMENDA Dep. Paulo Pimenta	70.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio

RS	Silveira Martins	0510012	Preservação da memória italiana reforma e modernização da antiga ESCOLA BOM CONSELHO e atual CENTRO CULTURAL	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Paulo Pimenta	100.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Silveira Martins	055171	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E CULTURA DE SILVEIRA MARTINS – restauração de Prédio Histórico I	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Cezar Shimer	40.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Silveira Martins	055242	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E CULTURA DE SILVEIRA MARTINS – restauração de Prédio Histórico II	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Cezar Shimer	40.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
RS	Vacaria	069104	CENTRO CULTURAL CASA DO POVO	Associação Amigos da Casa do Povo	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.027.339,53 Apoiado 960.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Venâncio Aires	016785	Ampliação e reforma do MUSEU	Núcleo de Cultura de Venâncio Aires	FNC	80.336,56	Prestação de contas aprovada
RS	Venâncio Aires	072868	Revitalização da CASA DE CULTURA DE VENÂNCIO AIRES – catalogação, informatização e acondicionamento dos acervos museológico e arquivístico	Núcleo de Cultura de Venâncio Aires	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 378.904,86 Apoiado 29.500,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Venâncio Aires	072888	FESTA DE SANTO AMARO: A IMATERIALIDADE DA FÉ CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA LOCAL – pesquisa e inventário do patrimônio imaterial da festividade	Núcleo de Cultura de Venâncio Aires	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 129.665,35 Apoiado 108.700,00	Autorizada a captação residual dos recursos
RS	Veranópolis	073302	Restauração da CASA DA CULTURA e da CASA SARETTA (imóveis tombados pelo município e pelo estado)	Centro Cultural de Veranópolis	Mecenato Artigo 18 (100%)	146.000,00	Inadimplente
SC	Anitápolis	002119	Reforma do prédio do antigo PATRONATO AGRÍCOLA	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	38.274,40	Prestação de contas aprovada
SC	Blumenau	002073	MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL – restauro e ampliação	Prefeitura Municipal	FNC	120.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SC	Blumenau	007333	Restauração de CENTROS HISTÓRICOS em áreas de interesse turístico-cultural	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	120.000,00	Projeto conveniado
SC	Blumenau	016368	Reforma e modernização do TEATRO CARLOS GOMES	Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes	Recurso do Tesouro	590.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SC	Blumenau	065730	Montagem do Arquivo de Memória do TEATRO CARLOS GOMES	Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes	FNC Emenda Dep. João Pizzolatti	57.639,82	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SC	Blumenau	096826	Ampliação do ARQUIVO HISTÓRICO DE BLUMENAU e preservação adequada	Associação dos Amigos do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva-AAJFS	Mecenato Artigo 26	Aprovado 3.524.685,64 Apoiado 2.100,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SC	Blumenau	096940	Restauração do imóvel histórico da FUNDAÇÃO HERMANN HERING (casa enxaimel no Bom Retiro, tombada como Patrimônio Histórico de Santa Catarina) – implantação do Museu Hering, com acervo documental, de imóveis e objetos, formado nos 129 anos de atuação da empresa, para uso como espaço de convivência, investigação e de produção de novos bens culturais.	Super Nova Comunicações e Marketing Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 618.708,38 Apoiado 618.708,38	Expirado o prazo de captação parcial
SC	Blumenau	105078	MUSEU HERING DOIS PEIXINHOS – acervo de valor histórico e cultural da Cia. Hering	Super Nova Comunicações e Marketing Ltda.	Mecenato	Aprovado 1.089.898,00 Apoiado 600.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SC	Florianópolis	003201	Restauração da futura CASA DA MEMÓRIA, edifício construído na década de 1920	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	Mecenato Artigo 26	32.500,00	Apresentou prestação de contas
SC	Florianópolis	019431	Restauração do MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA/ PALÁCIO CRUZ E SOUZA – 2ª etapa	Associação de Amigos do Museu Histórico de Santa Catarina	Mecenato Artigo 18 (100%)	200.000,00	Apresentou prestação de contas
SC	Florianópolis	040927	Acervo da FUNDAÇÃO HASSIS – organização do acervo de obras de arte do artista catarinense Hassis	Fundação Hassis	Mecenato Artigo 26	115.800,00	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
SC	Florianópolis	042356	Restauração das pinturas murais e conservação do MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA/ PALÁCIO CRUZ E SOUSA	Associação de Amigos do Museu Histórico de Santa Catarina	FNC Emenda Dep. Edison Andrino	160.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio

SC	Florianópolis	043653	Construção do pavilhão de exposições do MUSEU UNIVERSITÁRIO	Universidade Federal de Santa Catarina	FNC EMENDA Dep. Edison Andrino	40.000,00	Descentralização de recursos – prestação de contas
SC	Florianópolis	046422	Revitalização do MUSEU DE ARTE DE SANTA CATARINA-MASC	Associação Amigos do Museu de Arte de Santa Catarina	Mecenato Artigo 18 (100%)	650.000,00	Apresentou prestação de contas
SC	Florianópolis	057177	Restauro da CATEDRAL METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS	Ação Social e Cultural da Catedral	Mecenato Artigo 18 (100%)	650.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
SC	Florianópolis	059578	Manutenção do MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA/ PALÁCIO CRUZ E SOUSA	Associação de Amigos do Museu Histórico de Santa Catarina	FNC Emenda Dep. Edison Andrino	60.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SC	Florianópolis	063342	Criação do MEMORIAL DO CENTRO EDUCACIONAL MENINO JESUS, em imóvel tombado, para salvaguarda de seu acervo – espaço de reflexão e produção de conhecimento sobre educação	Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Menino Jesus	Mecenato Artigo 18 (100%)	52.420,00	Expirado o prazo de captação parcial
SC	Florianópolis	079449	Guarda, acondicionamento e difusão do acervo cartográfico do INSTITUTO CARL HOEPCKE		Mecenato Artigo 18 (100%)	25.000,00	Apresentou prestação de contas
SC	Gravatal	017156	Recuperação do SANTUÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Ação Social Gravatalense	FNC	37.500,00	Prestação de contas aprovada
SC	Itajaí	012157	Restauração de desenhos das paredes interiores do PALÁCIO MARCOS KONDER/ MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ (tombado pelo município e pelo estado)	Fundação Genésio Miranda Lins	Mecenato Artigo 26	17.470,98	Apresentou prestação de contas
SC	Itajaí	035192	MUSEU DA MEMÓRIA INDÍGENA – restauração e instalação do museu	Fundação Genésio Miranda Lins	Mecenato Artigo 18 (100%)	163.615,90	Avaliação Técnica do Relatório Final – PC
SC	Itajaí	058836	Equipamento para laboratório do MUSEU DA GENTE DO VALE (também conhecido por MUSEU ETNO-ARQUEOLÓGICO DE ITAJAÍ ou MUSEU DA MEMÓRIA INDÍGENA)	Fundação Genésio Miranda Lins	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 84.048,00 Apoiado 56.745,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SC	Itajaí	0611164	Programa de ampliação de acesso e preservação ao patrimônio cultural documental depositado no CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA HISTÓRICA GENÉSIO MIRANDA LINS	Fundação Genésio Miranda Lins	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 104.149,38 Apoiado 80.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SC	Itajaí	063091	Restauração da CASA DA CULTURA DIDE BRANDÃO - ANTIGO COLÉGIO VICTOR MEIRELLES	Fundação Cultural de Itajaí	Mecenato Artigo 18 (100%)	202.500,00	Apresentou prestação de contas parcial
SC	Jaraguá do Sul	034548	Revitalização do CENTRO HISTÓRICO DE JARAGUÁ DO SUL – restauração do prédio da antiga Estação Ferroviária e de seu depósito para implantar o MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO E A CASA DA CULTURA	Fundação Cultural de Jaraguá do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.050.924,00	Apresentou prestação de contas
SC	Jaraguá do Sul	052819	Arranjo, conservação e digitalização do acervo de imagens do ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL	Fundação Cultural de Jaraguá do Sul	Mecenato Artigo 26	87.934,40	Apresentou prestação de contas
SC	Joaçaba	041590	Reforma do TEATRO ALFREDO R. SIGWALT	Sociedade de Cultura Artística de Joaçaba e Herval D'Oeste	Mecenato Artigo 18 (100%)	109.500,00	Apresentou prestação de contas
SC	Joinville	001304	CEMITÉRIO DOS IMIGRANTES – restauração e preservação	Fundação Cultural de Joinville	Recurso do Tesouro	93.750,00	Prestação de contas aprovada
SC	Joinville	001305	MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	Fundação Cultural de Joinville	Recurso do Tesouro	75.000,00	Prestação de contas aprovada
SC	Laguna	019377	Revitalização da cidade – reformas da PRAÇA MUNICIPAL, MUSEU ANITA GARIBALDI E PRAÇA DA REPÚBLICA JULIANA	Prefeitura Municipal	FNC	142.501,03	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SC	Laguna	036313	Complementação da restauração da IGREJA SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS DA LAGUNA – 2ª etapa	Mitra Diocesana Tubarão/ Paróquia Santo Antônio dos Anjos da Laguna	Mecenato Artigo 18 (100%)	556.132,99	Apresentou prestação de contas
SC	Laguna	0611042	CASA PINTO D'ULYSSEA – restauração da edificação; criação de espaço para exposição do artesanato local; instalação do acervo do Prof. Wolfgang Ludwig Rau sobre Anita Garibaldi.	Fundação Lagunense de Cultura	Mecenato Artigo 18 (100%)	158.815,46	Projeto em execução – encerrado o prazo de captação
SC	Laguna	084175	Restauração do PALACETE POLIDORO SANTIAGO – criação de Centro Cultural junto ao Asilo Santa Isabel, adequado para atividades artísticas e físicas dos idosos	Associação Beneditina da Providência	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.003.061,28 Apoiado 465.081,28	Autorizada a captação residual dos recursos

SC	Laguna	084797	Restauração e reabilitação do MEMORIAL TORDESILHAS – reabilitar a edificação da antiga Usina Elétrica no Centro Histórico	Fundação Lagunense de Cultura	Mecenato Artigo 18 (100%)	656.217,00	Expirado o prazo de captação parcial
SC	Luís Alves	019060	Restauração da IGREJA SÃO VICENTE DE PAULO	Obras Sociais da Paróquia São Vicente	FNC	125.000,00	Prestação de contas aprovada
SC	Pomerode	062892	Revitalização do CENTRO CULTURAL DE POMERODE	Fundação Cultural de Pomerode	FNC	296.026,00	Apresentou prestação de contas de convênio
SC	São Bento do Sul	056978	Digitalização do acervo do ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL	Fundação Cultural de São Bento do Sul	Mecenato Artigo 18 (100%)	56.000,00	Apresentou prestação de contas
SC	São Francisco do Sul	013315	Aquisição de materiais para o MUSEU NACIONAL DO MAR	Presidente da Associação dos Amigos do Museu do Mar	Mecenato	71.494,00	Apresentou prestação de contas
SC	São Francisco do Sul	028272	Revitalização do PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE SÃO FRANCISCO DO SUL	Prefeitura Municipal	FNC	4.635.249,50	Encerrada a vigência – projeto em execução
SC	São Francisco do Sul	047282	Revitalização do MUSEU NACIONAL DO MAR – criação da Biblioteca Professor Kelvin; aquisição de modelos navais para o acervo e qualificação da exposição permanente	Presidente da Associação dos Amigos do Museu do Mar	Mecenato Artigo 26	169.600,00	Expirado o prazo de captação parcial
SC	Seara	013170	Restauração e instalação da CASA DE MEMÓRIA VIÚVA NUTE	Fundação Cultural de Seara	Mecenato Artigo 18 (100%)	74.000,00	Apresentou prestação de contas
SC	Tangará	068230	Reconstituição da ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE TANGARÁ – restauração do edifício histórico	Associação Centro Catarinense de Turismo	Mecenato Artigo 26	34.492,00	Apresentou prestação de contas
SC	Tangará	077179	Restauração da ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE TANGARÁ – 2ª fase	Associação Centro Catarinense de Turismo	Mecenato Artigo 18 (100%)	683.879,90	Expirado o prazo de captação parcial
SC	Tubarão	016430	Reforma das instalações do ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL e aquisição de equipamentos	Prefeitura Municipal	FNC	114.207,00	Prestação de contas aprovada
SC	Urussanga	002222	CASA CANCELIER – projeto de reabilitação	Associação dos Descendentes e Imigrantes Friulanos – Secretariado de Urussanga	Mecenato Artigo 26	78.020,88	Apresentou prestação de contas
SE		018580	Restauração do prédio antigo do CENTRO DE TURISMO	Governo do Estado de Sergipe	FNC	159.548,32	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SE		018584	Restauração do prédio antigo do QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR	Governo do Estado de Sergipe	FNC	495.386,04	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SE	Aracaju	018579	Restauração do prédio do ARQUIVO PÚBLICO	Governo do Estado de Sergipe	FNC	150.565,51	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SE	Aracaju	072617	Restauração da IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS	Sociedade Preservação do Saber	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.002.580,00 Apoiado 1.402.855,00	Apresentou prestação de contas
SE	Brejo Grande	080944	Manutenção e preservação em estado de marcha da CANOA DE TOLDA LUZITÂNIA, tradicional embarcação cargueira a vela do Baixo São Francisco	Canoa de Tolda-Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco	Mecenato Artigo 18 (100%)	110.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
SE	Canindé do São Francisco	003281	Consolidação e desenvolvimento do MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe-Fapese	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.267.462,23	Apresentou prestação de contas
SE	Divina Pastora	042794	Restauração da IGREJA MATRIZ DA DIVINA PASTORA	Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.790.633,20	Inadimplente
SE	Santo Amaro das Brotas	016653	Restauração da IGREJA MATRIZ DE SANTO AMARO	Presidente da Aprendizado Agrícola São José	FNC	107.208,54	Prestação de contas de convênio aprovada
SE	São Cristóvão	002048	Restauração e urbanização da PRAÇA GETÚLIO VARGAS	Prefeitura Municipal	FNC	100.000,00	Prestação de contas aprovada
SE	São Cristóvão	033141	Revitalização do MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO CRISTÓVÃO	Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe	Mecenato Artigo 18 (100%)	686.220,55	Apresentou prestação de contas
SP		040222	Registro da cultura musical dos POVOS INDÍGENAS YUDJÁ E PANARÁ	Instituto Socioambiental-ISA	FNC	283.726,12	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio

SP	Agudos	077525	Restauração e revitalização do CINE THEATRO SÃO PAULO	Associação de Defesa do Patrimônio Histórico de Agudos	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.483.988,35 Apoiado 44.586,42	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	Americana	035095	TEATRO MUNICIPAL LULU BENENCASE – instalação elétrica cênica e vestimenta	3Marias Produtora Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	216.200,00	Apresentou prestação de contas
SP	Americana	062307	Recuperação do CASARÃO DE SALTO GRANDE/ MUSEU HISTÓRICO PEDAGÓGICO DR. JOÃO DA SILVA CARRÃO – restauração do casarão erguido no início do século XIX e que reúne partes da História de Americana e região (tombado pelo Condephaat) – 1ª fase	Rescap-Restauroações Cápua Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.558.083,48 Apoiado 512.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	Amparo	012136	IGREJA E CONVENTO NOSSA SENHORA DO AMPARO – restauração e conservação dos edifícios e das obras artísticas de pintura dos forros; criação de um Museu de Arte Sacra.	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	Mecenato Artigo 26	500.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Amparo	033694	Restauração da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL “JOÃO BELARMINO”	Fundação de Apoio a Tecnologia-FAT	Mecenato Artigo 18 (100%)	356.600,00	Apresentou prestação de contas
SP	Aparecida do Norte	034258	Conservação e restauração da BASÍLICA VELHA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO APARECIDA (tombada pelo Condephaat)	Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida	Mecenato Artigo 26	1.894.550,00	Apresentou prestação de contas
SP	Araçatuba	053854	Reforma e modernização do prédio do MUSEU TIÃO CARREIRO para abrigar o acervo do músico	Prefeitura Municipal de Araçatuba	FNC EMENDA Dep. Gilberto Kassab	70.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SP	Araras	047065	CENTRO CULTURAL DE ARARAS – recuperação e ampliação do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária (imóvel tombado pela Prefeitura)	Associação Cultural de Araras-ACAAR	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.615.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Araras	076347	Restauração e revitalização da ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ARARAS para implantação do Centro Cultural	Associação Cultural de Araras-ACAAR	Mecenato Artigo 18 (100%)	6.571.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Areias	002041	Preservação do Patrimônio Cultural	Prefeitura Municipal de Areias	Recurso do Tesouro	140.000,00	Apresentou prestação de contas de convênio
SP	Atibaia	067896	CULTURA E RENDA – preservação e difusão da renda de bilro; valorização e transmissão de conhecimentos tradicionais junto à comunidade de artesãs; adaptação do espaço para oficinas de treinamento; trabalho de campo; catalogação; capacitação; encontro de rendeiras e troca de saberes	Giselle Marques Leite	Mecenato Artigo 18 (100%)	196.174,00	Apresentou prestação de contas
SP	Avai	035409	CASA DA MEMÓRIA E SABEDORIA TERENA E GUARANI	Associação das Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista	FNC	6.201,16	Prestação de contas desaprovada com tomada de contas especial
SP	Bastos	016611	Recuperação do MUSEU HISTÓRICO REGIONAL SABORU YAMANAKA	Prefeitura Municipal	FNC	123.130,65	Prestação de contas aprovada
SP	Bauru	031090	Preservação e restauração da IGREJA SANTA TERESINHA DO MENINO JESUS (bem tombado pelo Município)	Bispado de Bauru - Cúria Diocesana	Mecenato Artigo 26	353.935,17	Expirado o prazo de captação parcial
SP	Campinas	002442	Restauração da CATEDRAL METROPOLITANA DE CAMPINAS – 1ª fase	Arquidiocese de Campinas	Mecenato Artigo 18 (100%)	940.125,80	Apresentou prestação de contas
SP	Campinas	013174	Restauração do PALÁCIO DOS AZULEJOS	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campinas	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.100.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Campinas	033423	Restauração da sede da CORPORAÇÃO MUSICAL CARLOS GOMES	Sociedade Musical Campinas	Mecenato Artigo 18 (100%)	187.576,70	Apresentou prestação de contas
SP	Campinas	046508	ARQUIVO EDGARD LEUENROTH: 30 ANOS DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL – concluir e equipar a nova sede	Fundação de Desenvolvimento da Unicamp-Funcamp	Mecenato Artigo 26	1.367.707,56	Apresentou prestação de contas
SP	Campinas	068320	ESPAÇO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO – Torre Duque de Caxias, Auditório Castello Branco, Biblioteca Guilherme de Almeida, Salão Carlos Gomes e Memorial da EspCEX	Fundação Cultural Exército Brasileiro	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.722.410,77 Apoiado 1.613.435,27	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	Campinas	076118	CENTRO CULTURAL VILA MANOEL FREIRE – restauração dos blocos 3 e 4 da Vila Operária, construída em 1910, para um centro educacional e cultural (bem tombada pelo Condepacc)	Grupo NHL Produções Culturais	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.470.298,00 Apoiado 49.588,25	Autorizada a captação residual dos recursos

SP	Campinas	089413	Implantação e manutenção do INSTITUTO THOMAZ PERINA – catalogação, higienização, restauro e acondicionamento do acervo	Instituto Thomaz Perina	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 912.187,65 Apoiado 30.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	Iguape	078440	INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE	Instituto Socioambiental-ISA	Mecenato Artigo 26	170.266,76	Expirado o prazo de captação parcial
SP	Iperó	045884	Restauração da REAL FÁBRICA DE FERRO SÃO JOÃO DE IPANEMA – altos-fornos geminados de Varnhagen, o alto forno de Mursa, três dos canais do sistema hidráulico e o cemitério protestante; tratamento paisagístico; adaptação de prédio mais recente para abrigar descanso, sanitários e painéis alusivos aos elementos recuperados; levantamentos, prospecções e projetos arquitetônicos – 1ª fase	N&A Mercado Cultural Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.154.409,85	Prestação de contas aprovada
SP	Itanhaém	017151	Restauração do altar direto da IGREJA MATRIZ DE SANT'ANNA (última fase)	Prefeitura Municipal de Itanhaém	Recurso do Tesouro	157.100,00	Prestação de contas aprovada
SP	Itapetininga	028437	MUSEU DA IMAGEM E DO SOM – equipamentos	Prefeitura Municipal	FNC	48.791,44	Prestação de contas aprovada
SP	Itapira	006181	Recuperação de MUSEU	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	112.661,80	Prestação de contas aprovada
SP	Itu	022566	Escolas públicas no MUSEU DA ENERGIA - NÚCLEO DE ITU	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	188.038,00	Apresentou prestação de contas
SP	Itu	072216	Restauo da SANTA CASA DE ITU – antigo prédio do Hospital São João de Deus – 1ª fase	Rescap-Restauroações Cápuia Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	200.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
SP	Jacaré	019854	Recuperação da fachada sul do MUSEU DE ANTROPOLOGIA DO VALE DO PARAÍBA	Fundação Cultural de Jacarehy	Recurso do Tesouro	38.819,78	Prestação de contas aprovada
SP	Jacaré	022376	Recuperação do MUSEU DE ANTROPOLOGIA DO VALE DO PARAÍBA – 2ª fase	Fundação Cultural de Jacarehy	Mecenato Artigo 26	85.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Jacaré	042505	GALPÃO DO PÁTIO DOS TRILHOS – recuperação e adequação do espaço que abriga o Núcleo de Arqueologia da Fundação Cultural de Jacarehy José Maria de Abreu, com a remodelação de suas fachadas em conformidade com as características originais do prédio e a remodelação do espaço interno – 2ª fase	Fundação Cultural de Jacarehy	Mecenato Artigo 26	43.200,00	Apresentou prestação de contas
SP	Jau	079255	MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO – execução de obras de restauração e serviços emergenciais	Associação para o Desenvolvimento Cultura de Jahu	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 4.483.986,98 Apoiado 572.645,41	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	Jundiaí	022563	Escolas públicas no MUSEU DA ENERGIA - NÚCLEO DE JUNDIAÍ	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Jundiaí	076114	Restauo da sede da FAZENDA ERMIDA – pesquisa, recuperação, conservação e publicação referente ao conjunto edificado e seu proprietário Eloy de Miranda Chaves; instalação expositiva com informações históricas sobre o local	Fundação Antônio-Antonieta Cintra Gordinho	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.892.215,17 Apoiado 50.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	Marília	002698	MUSEU MUNICIPAL EMBAIXADOR HÉLIO ANTONIO SCARABÓ – aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	20.000,00	Prestação de contas aprovada
SP	Mogi das Cruzes	006223	Cobertura provisória do CASARÃO DO CHÁ e restauro parcial	Associação Casarão do Chá	FNC	68.600,00	Prestação de contas aprovada
SP	Mogi das Cruzes	040171	Restauração global do casarão do chá	Associação Casarão do Chá	FNC	216.077,11	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SP	Osasco	057524	Restauo do MUSEU MUNICIPAL DE OSASCO DIMITRI SENAUD DE LAUAD	M. Porto Ltda.	Mecenato Artigo 26	500.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Osasco	059113	Projeto de documentação, pesquisa e difusão do acervo do MUSEU MUNICIPAL DE OSASCO	M. Porto Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	98.824,60	Apresentou prestação de contas
SP	Paranapanema	027537	Restauração de um PRÉDIO HISTÓRICO – espaço cultural	Prefeitura Municipal	FNC	217.559,00	Em processo de instauração de Tomada de Contas Especial
SP	Pindamonhangaba	065654	Restauração do PALACETE 10 DE JULHO	Companhia de Projeto Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	870.184,00	Apresentou prestação de contas
SP	Piracaia	096747	Restauração da ESCOLA CORONEL THOMAS GONÇALVES DA ROCHA CUNHA, tombada pelo Condephaat	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro Emenda	500.000,00	Convênio em vigência

SP	Piracicaba	013250	Restauro da sede da SOCIEDADE RECREATIVA E CULTURAL REAL HISPANO-BRASILEIRA	Sociedade Recreativa e Cultural Real Hispano-Brasileira	Mecenato Artigo 18 (100%)	89.924,00	Expirado o prazo de captação parcial
SP	Piracicaba	098147	MUSEU DO AÇÚCAR – projetos executivos para restaurar e adaptar o complexo do Engenho Central para a implantação de conteúdo dedicado à produção e desenvolvimento do açúcar no Brasil – 1ª fase	Instituto Brasil Leitor	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 5.431.914,46 Apoiado 1.088.500,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	Pontal	060997	Implantação do MUSEU NACIONAL DO AÇÚCAR E DO ALCOOL – nas instalações de um antigo engenho de açúcar, doadas ao Instituto Cultural Engenho Central	Instituto Cultural Engenho Central	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.506.939,67	Expirado o prazo de captação parcial
SP	Praia Grande	027509	Reconversão do edifício do AQUARTELAMENTO DUQUE DE CAXIAS	Sociedade Amigos do 6º GaCosM – Fortaleza de Itaipu-Soafi	FNC	161.009,20	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SP	Restinga	002788	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para imóvel restaurado: Cineteatro, Museu Histórico e Pinacoteca da Casa Municipal de Cultura	Prefeitura Municipal	Recurso do Tesouro	45.902,00	Prestação de contas aprovada
SP	Ribeirão Preto	016892	Reforma e restauro do antigo PALACE HOTEL	Prefeitura Municipal	FNC	500.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SP	Ribeirão Preto	030786	Restauro do antigo prédio do PALACE HOTEL para abrigar um Centro Cultural	Instituto Brasileiro de Integração Social Alvorada-Ibisa	Mecenato Artigo 18 (100%)	6.288.963,22	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
SP	Rio Claro	022565	Escolas públicas NO MUSEU DA ENERGIA - NÚCLEO DE CORUMBATAÍ	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Rio Claro	022565	Escolas públicas no MUSEU DA ENERGIA - NÚCLEO DE CORUMBATAÍ	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	100.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Rio Claro	042172	Restauração do SOLAR DA BARONESA DE DOURADOS – para melhorar as condições de uso e segurança do museu – 1ª fase	Prefeitura Municipal	FNC	144.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SP	Salesópolis	022564	Escolas públicas no MUSEU DA ENERGIA – NÚCLEO CAMINHOS DO MAR	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	377.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Santa Bárbara d'Oeste	041453	Centro de documentação FUNDAÇÃO ROMI – catalogação, informatização e acondicionamento do arquivo histórico, formado por hemeroteca, filmes, livros, documentos textuais e iconografia	Fundação Romi	Mecenato Artigo 26	778.710,00	Apresentou prestação de contas
SP	Santa Bárbara d'Oeste	057003	Projeto de revitalização da ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	Fundação Romi	Mecenato Artigo 26	1.081.940,00	Apresentou prestação de contas
SP	Santo André	046482	Impermeabilização do TEATRO MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ	Nery Cultural Marketing e Comunicação S/C Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	410.129,22	Apresentou prestação de contas
SP	Santo André	061323	MUSEU DE SANTO ANDRÉ – informatização, digitalização, fotografiação e disponibilização	Instituto Navegar	Mecenato Artigo 18 (100%)	812.021,00	Apresentou prestação de contas
SP	Santos	059724	Restauro e reforma do TEATRO GUARANY, inaugurado em 7 de dezembro 1882, transformando-o em escola de teatro	Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental-Ama Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	6.743.644,73	Apresentou prestação de contas
SP	Santos	068504	Restauro da CASA DO TREM BÉLICO, construída entre 1734 e 1738, para abrigar as munições e equipamentos das fortificações que protegiam o porto	Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental-Ama Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.491.495,97	Apresentou prestação de contas
SP	Santos	084481	Restauro do CASARÃO DO VALONGO – recuperação dos antigos edifícios do largo Marquês de Monte Alegre, construídos na segunda metade do século XIX, no histórico bairro do Valongo	Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental-Ama Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 19.937.601,72 Apoiado 6.049.250,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Bernardo do Campo	105142	MUSEU DO TRABALHO E DO TRABALHADOR	Prefeitura do Município	FNC	18.000.000,00	Enviado para pagamento
SP	São Bernardo/ Cubatão	030785	Restauração e manutenção dos MONUMENTOS HISTÓRICOS DO CAMINHO DO MAR NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR em São Bernardo do Campo e Cubatão	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.948.559,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Carlos	030234	Instalação do MUSEU ASAS DE UM SONHO	Educação, Assistência e Cultura - Eductam	Mecenato Artigo 26	12.763.842,21	Projeto em execução – encerrado prazo de captação

SP	São Carlos	080473	Restauração do altar da CAPELA DA FAZENDA PINHAL	Associação Pró-Casa do Pinhal	Mecenato Artigo 18 (100%)	219.000,00	Inadimplente
SP	São João da Boa Vista	001191	Restauração e reciclagem do TEATRO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – 4ª etapa	Prefeitura Municipal	FNC	63.340,55	Prestação de contas aprovada
SP	São José do Rio Pardo	053977	Recuperação da BIBLIOTECA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO – reforma do antigo prédio da Cadeia e Câmara Municipal para instalar moderna biblioteca pública, com recursos audiovisuais, auditório, infoteca, arquivo de imagem e do som e a Hemeroteca Jornalista Paschoal Arteze	Pró-Cultura Marketing Cultural, Eventos e Comunicação	Mecenato Artigo 26	134.406,01	Apresentou prestação de contas
SP	São José do Rio Preto	013389	Restauração da VIA SACRA – 18 obras, datadas de 1969, do artista José Antônio da Silva, ex-funcionário da Biblioteca Pública, pertencentes à Paróquia Nossa Senhora do Sagrado Coração	Padre Jarbas Brandini Dutra/ Paróquia Nossa Senhora do Sagrado Coração	Mecenato Artigo 18 (100%)	76.055,00	Apresentou prestação de contas
SP	São José dos Campos	045074	Restauração da RESIDÊNCIA OLIVO GOMES	Fundação Cultural Cassiano Ricardo	Mecenato Artigo 18 (100%)	89.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	São José dos Campos	086713	Restauração do antigo SANATÓRIO VICENTINA ARANHA	Associação Joseense para o fomento da Arte e da Cultura	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 799.888,00 Apoiado 54.260,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	001153	Plano de atividades – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU LASAR SEGALL – 2000-2001	Associação Cultural de Amigos do Museu Lasar Segall	Mecenato Artigo 18 (100%)	106.778,64	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	002106	ESPAÇO MAM-NESTLÉ DE ARTE CONTEMPORÂNEA será instalado na Fundação Nestlé para estender as atividades do MAM para zona sul da capital	Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAM	Mecenato Artigo 26	221.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	003115	CENTRO CULTURAL PATEO DO COLLEGIO – restauração melhorando espaços já existentes e criação de novos espaços para projetos culturais	Associação Internacional Anchieta-AIA	Mecenato Artigo 26	100.331,59	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	003116	Restauração do acervo do MUSEU E CAPELA PADRE ANCHIETA	Associação Internacional Anchieta-AIA	Mecenato Artigo 26	756.409,34	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	003228	Projeto museográfico do MUSEU BIOLÓGICO DO INSTITUTO BUTANTAN	Fundação Butantan	Mecenato Artigo 26	400.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	004051	Plano atividade - 2001 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU LASAR SEGALL	Associação Cultural de Amigos do Museu Lasar Segall	Mecenato Artigo 26	319.178,99	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	006167	ESCOLA SUPERIOR DE MÚSICA – obras de restauro, reforma e adequação de antigo prédio.	Instituto Latino-Americano-ILAM	Recurso do Tesouro	4.626.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SP	São Paulo	012141	CENTRO UNIVERSITÁRIO MARIA ANTÔNIA – reforma do Edifício Joaquim Nabuco (bem tombado)	Associação dos Amigos do Centro Universitário Maria Antônia	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.776.855,82	Análise Financeira da Prestação de Contas
SP	São Paulo	012319	ESTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA/ ESTAÇÃO DA LUZ	Fundação Roberto Marinho	Mecenato Artigo 18 (100%)	25.527.760,84	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	012412	MAM – doação de uma obra da escultora Elisa Bracher para instalação no Jardim de Esculturas	Marília Chede Razuk	Mecenato Artigo 26	28.810,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	016872	Modernização do MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand	FNC	250.816,00	Prestação de contas aprovada
SP	São Paulo	018394	Projeto de custeio e manutenção do MUSEU BRASILEIRO DA ESCULTURA	Sociedade de Amigos dos Museus	FNC	125.000,00	Prestação de contas aprovada
SP	São Paulo	018493	Reforma, restauro e adequação do antigo prédio do DOPS	Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo	FNC	4.346.261,64	Prestação de contas aprovada
SP	São Paulo	022351	Restauração do CASARÃO SANTOS DUMONT para a sede da Fundação do Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo e do Museu da Energia - Núcleo de São Paulo	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.072.050,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
SP	São Paulo	024541	Revitalização da GALERIA PRESTES MAIA/ MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.001.709,14	Expirado o prazo de captação parcial
SP	São Paulo	024542	CINEMATECA BRASILEIRA - salão de exposição e eventos	Sociedade Amigos da Cinemateca	Mecenato Artigo 18 (100%)	4.738.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	024559	Restauração do PALÁCIO DOS CAMPOS ELÍSEOS (sede da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Turismo)	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	5.309.951,39	Expirado o prazo de captação parcial

SP	São Paulo	027669	Atividades MAM – 2002	Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAM	FNC	3.972.594,82	Prestação de contas de convênio aprovada
SP	São Paulo	028486	Modernização e manutenção do MUSEU LASAR SEGALL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC Emenda Dep. Antônio Kandir	200.000,00	
SP	São Paulo	028487	Conservação do imóvel sede do MUSEU LASAR SEGALL	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan	FNC Emenda Dep. PEDRO PIVA	49.995,12	Prestação de contas aprovada
SP	São Paulo	028528	Restauração e fundição da escultura <i>DEPOIS DO BANHO</i> de autoria de Victor Brecheret	Fundação Escultor Victor Brecheret	FNC	76.800,00	Em andamento
SP	São Paulo	028866	Preservação e informatização do acervo da DISCOTECA ONEYDA ALVARENGA DO CENTRO CULTURAL	Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo	Mecenato Artigo 18 (100%)	499.587,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	029302	Revitalização do BAIRRO DA LUZ – área central	Prefeitura Municipal de São Paulo	FNC	9.805.611,16	Em andamento
SP	São Paulo	030323	Informatização de documentos históricos do MUSEU DA IMIGRAÇÃO – continuidade do banco de dados, com digitalização dos livros de registro da antiga Hospedaria de São Paulo	Sociedade dos Usuários de Informática e Telecomunicações São Paulo	Mecenato Artigo 18 (100%)	53.000,00	Instaurada Tomada de Contas Especial
SP	São Paulo	030695	Restauração de livros, vitrais, lustres e quadros da FACULDADE DE DIREITO DA USP	Fundação Arcadas	Mecenato Artigo 18 (100%)	514.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	031668	MOSTEIRO DE SÃO BENTO – reforma e restauro do casarão anexo localizado a Rua Florêncio de Abreu	Mosteiro de São Bento de São Paulo	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.304.100,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	032212	Atividades MAM - 2003	Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAM	FNC Emenda Dep. Paulo Kobayashi	1.540.797,90	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SP	São Paulo	035463	Programa educativo – MUSEU DA CASA BRASILEIRA	Associação de Amigos do Museu da Casa Brasileira	Mecenato Artigo 26	290.960,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	035615	MONUMENTO DA INDEPENDÊNCIA – execução do Monumento da Independência, da chamada Casa do Grito e da sinalização do Parque da Independência e seu entorno.	Museu a Céu Aberto – Cultura, Ecologia e Desenvolvimento	Mecenato Artigo 18 (100%)	775.157,05	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	035987	Tratamento técnico do acervo permanente do DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO-DAESP	Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo	FNC	219.500,00	Prestação de contas aprovada
SP	São Paulo	036145	Restauração de quatro retábulos do MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO-MAS	Museu a Céu Aberto – Cultura, Ecologia e Desenvolvimento	Mecenato Artigo 18 (100%)	333.916,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	040526	MUSEU AFRO BRASIL – implantação no pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, no Parque Ibirapuera	Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes	Mecenato Artigo 18 (100%)	6.546.100,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	040527	MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO – implantação no Palácio das Indústrias – montagem das Exposições Histórica, Trabalhadores e Expedição do Programa Explora SP; catálogo, guia prático do visitante e folder	Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.814.400,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	042640	Restauração da CAPELA DE SÃO MIGUEL	Associação Cultural Beato José de Anchieta	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.914.656,57	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	044159	Plano de atividades - 2004 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU LASAR SEGALL	Associação Cultural de Amigos do Museu Lasar Segall	Mecenato Artigo 18 (100%)	110.820,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
SP	São Paulo	044590	MUSEU LASAR SEGALL – conservação e difusão das primeiras revistas brasileiras especializadas em cinema, a <i>Scena Muda</i> e <i>Cinearte</i> , pertencentes à Biblioteca Jenny Klabin Segall e ao Centro de Documentação e Referência da Cinemateca Brasileira; criação de banco de dados	Associação Cultural de Amigos do Museu Lasar Segall	Mecenato Artigo 18 (100%)	420.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	045808	Preservação, catalogação e digitalização do acervo PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	Instituto Fernando Henrique Cardoso	Mecenato Artigo 18 (100%)	5.717.385,00	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
SP	São Paulo	045891	Restauração da ESCOLA ESTADUAL RODRIGUES ALVES – complementação e finalização da restauração iniciada em junho de 2003 e patrocinada pelo Banco Abn Amro Real S.A., pela lei de incentivo municipal.	FormArte - Projetos, Produção e Assessoria Ltda.	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.082.299,14	Apresentou prestação de contas

SP	São Paulo	046046	Atividades MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAM	FNC	2.584.233,20	Apresentou prestação de contas de convênio
SP	São Paulo	046367	Manutenção do MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAM	FNC	500.000,00	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
SP	São Paulo	046398	Plano anual de atividades - 2005 – MAM-SÃO PAULO	Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAM	Mecenato Artigo 18 (100%)	7.564.630,55	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	052395	Restauração da IGREJA NOSSA SENHORA DA BOA MORTE	Mitra Arquidiocesana de São Paulo	Mecenato Artigo 18 (100%)	4.200.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	052789	Organização do Centro de Memória Mário Covas, acervo depositado na FUNDAÇÃO MARIO COVAS – implantação de centro de documentação e arquivo, atendimento ao público e disponibilização via Internet com as programações e eventos culturais, visando à promoção da cidadania e aperfeiçoamento das práticas de gestão pública.	Fundação Mário Covas	Mecenato Artigo 26	1.000.000,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
SP	São Paulo	055666	MUSEU DO FUTEBOL nas dependências do Estádio Pacaembu	Fundação Roberto Marinho	Mecenato Artigo 18 (100%)	18.683.768,94	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	056587	MUSEU JUDAICO DE SÃO PAULO – desenvolvimento e adequação do espaço atual, onde se localiza a Congregação Israelita Ashkenazi Templo Beth-El, orçamento para execução das obras e do projeto museológico – 1ª etapa	Associação dos Amigos do Museu Judaico no Estado de São Paulo	Mecenato Artigo 26	Aprovado 830.331,39 Apoiado 440.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	057443	Reconversão do antigo COLÉGIO CAMPOS SALLES para instalação do Museu Manabu Mabe	Instituto Manabu Mabe	Mecenato Artigo 18 (100%)	3.438.046,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	057496	Plano bianual de atividades 2006-2007 – MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAM	Mecenato Artigo 18 (100%)	7.892.576,14	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	057876	Mapeamento e organização do acervo histórico do setor de SANEAMENTO AMBIENTAL-SABESP; implantação do Museu do Saneamento com a identificação do edifício que deverá abrigar o museu; elaborar publicação com os resultados do projeto.	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 26	642.743,18	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	058829	Restauo dos galpões da antiga Marcenaria e Serralheria do INSTITUTO BUTANTAN	Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental – AMA-BRASIL	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.460.704,33	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	059016	Catologação e conservação da coleção de negativos, cromos e slides do ARQUIVO HISTÓRICO WANDA SVEVO DA FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO, sobre as artes do século XX no Brasil.	Fundação Bienal de São Paulo	Mecenato Artigo 18 (100%)	358.999,96	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	059047	Exposição de longa duração do MUSEU DA ENERGIA DE SÃO PAULO	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	196.500,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
SP	São Paulo	060169	Restauração dos carros de passageiros da antiga SÃO PAULO RAILWAY-SPR, fabricados na Inglaterra em 1909, 1913 e 1922	Associação Brasileira de Preservação Ferroviária-ABPF	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.117.716,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	060210	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DAS FERROVIAS DE SÃO PAULO – tratar o acervo histórico da São Paulo Railway, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Sorocabana, Estrada de Ferro Araraquara e Estrada de Ferro São Paulo, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que fazem parte do acervo da Rede Ferroviária Federal. Com sede no complexo Ferroviário Estação da Luz	ACT - Comunicação Visual Ltda.-ME	Mecenato Artigo 18 (100%)	250.000,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
SP	São Paulo	060855	Restauração da PONTE DAS BANDEIRAS	Museu a Céu Aberto – Cultura, Ecologia e Desenvolvimento	Mecenato Artigo 18 (100%)	621.123,76	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
SP	São Paulo	064278	CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA CAPELA CRISTO OPERÁRIO – restauração da capela, de duas residências e de três galpões, tombados pelo Condephaat e pelo Compresp	Instituto Bartolomeu de Las Casas	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.500.000,00	Apresentou prestação de contas

SP	São Paulo	066790	Reforma do TEATRO DE ARENA EUGÊNIO KUS/NET	Associação Cultural da Funarte	Mecenato Artigo 18 (100%)	399.991,64	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	067472	PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ampliação e adequação do sistema de climatização das salas de exposição e do acervo do edifício-sede	Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado	Mecenato Artigo 18 (100%)	399.611,66	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	067667	Restauração da ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PENHA – 1ª fase	Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.003.500,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	067959	Implantação da BRASILIANA USP – atual denominação do Centro de Estudos Brasileiros – 2ª fase	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo-FUSP	Mecenato Artigo 18 (100%)	10.285.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	068249	Acervo MEMÓRIA CAIÇARA – documentação da cultura musical caiçara: organizar e catalogar, realizar exposições e vídeo etnográfico.	Kilza Setti Castro Lima	Mecenato Artigo 26	227.093,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	068368	Plano de atividades - 2006 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU LASAR SEGALL	Associação Cultural de Amigos do Museu Lasar Segall	Mecenato Artigo 18 (100%)	327.721,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	070621	CASA DAS CALDEIRAS – espaço de dinâmicas artísticas e culturais – plano trienal de trabalho com programas que visam a desenvolver projetos de colaboração e cooperação trans/Nacional para intercâmbio artístico e cultural	Associação Cultural Casa das Caldeiras-ACCC	Mecenato Artigo 18 (100%)	249.947,20	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	073225	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA TUCA-TEATRO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA	Fundação São Paulo	Mecenato Artigo 18 (100%)	155.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
SP	São Paulo	077730	SINO AZUL – UM REGISTRO SOBRE O COTIDIANO DE SÃO PAULO – restauração, preservação e digitalização da coleção da revista, pertencente ao acervo da Fundação Telefônica	Fundação Telefônica	Mecenato Artigo 18 (100%)	301.773,25	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	078057	Restauração da ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PENHA – reabilitação do anfiteatro – 2ª fase	Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.607.128,60 Apoiado 790.000,00 640.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	078143	Reforma da ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS	Academia Paulista de Letras	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.036.539,08 Apoiado 120.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	078159	Restauração dos quadros da OAB - SECCIONAL SÃO PAULO – nove quadros a óleo de ex-presidentes da entidade e personalidades jurídicas	Ordem dos Advogados do Brasil-SP	Mecenato Artigo 18 (100%)	43.454,12	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	082116	Identificação e processamento técnico do acervo documental do INSTITUTO DE ARTE CONTEMPORÂNEA	Instituto de Arte Contemporânea	Mecenato Artigo 18 (100%)	400.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
SP	São Paulo	082897	Restauração parcial do antigo COLÉGIO CAMPOS SALLES para instalação do Museu de Arte Moderna Manabu Mabe – instalar acervo dos artistas nipo-brasileiros para comemorar o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil	Instituto Manabu Mabe	Recurso do Tesouro Emenda Dep. Walter Ihoshi	150.000,00	Convênio em vigência
SP	São Paulo	083711	Restauração da IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DE SÃO PAULO	Igreja Evangélica Luterana de São Paulo/União Paroquial	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.727.361,17 Apoiado 448.924,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	087540	Plano de atividades - 2009 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AMIGOS DO MUSEU LASAR SEGALL	Associação Cultural de Amigos do Museu Lasar Segall	Mecenato Artigo 26	268.560,00	Apresentou prestação de contas
SP	São Paulo	088927	Implantação do MUSEU SANEAMENTO – restauração da Primeira Usina Elevatória de Esgotos da Cidade de São Paulo – 2ª fase	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 641.946,47 Apoiado 180.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	089668	Implantação BRASILIANA USP – complementação da superestrutura, estrutura metálica e impermeabilização – 3ª fase	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo-FUSP	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 11.426.362,18 Apoiado 4.836.694,17	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	091546	Tratamento técnico e difusão dos acervos PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ANTROPÓLOGA RUTH CARDOSO – continuidade da descrição, preservação e informatização	Instituto Fernando Henrique Cardoso	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 6.584.921,81 Apoiado 2.500.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	092364	Restauração do COLÉGIO CAMPOS SALLES e implantação do Museu Manabu Mabe – complementação da restauração e da ampliação do espaço expositivo e implantação do museu – 3ª fase	Instituto Manabu Mabe	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 3.704.277,67 Apoiado 878.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos

SP	São Paulo	095022	Reforma do anexo do MASP	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand	Mecenato Artigo 26	Aprovado 14.048.279,98 Apoiado 9.450.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	101550	Plano anual de atividades – MUSEU DA PESSOA	Instituto Museu da Pessoa.Net	Mecenato	Aprovado 4.891.270,00 Apoiado 1.233.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	104623	Restauo do órgão da CATEDRAL ANGLICANA DE SÃO PAULO	Priscila Paes EPP	Mecenato	Aprovado 696.444,50 Apoiado 200.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	0510016	Implantação do CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA USP – construção da edificação para abrigar o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros-IEB, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e o Centro de Estudos Brasileiros Virtual da USP – 1ª fase	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo-FUSP	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.000.000,00	Avaliação Técnica do Relatório Final – P.C.
SP	São Paulo	0610649	Circuito de visitação e programa de educação patrimonial da CAPELA DE SÃO MIGUEL ARCANJO	Associação Cultural Beato José de Anchieta	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 2.505.525,23 Apoiado 2.390.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	0610728	PAVILHÃO KRAJCBERG – implantar espaço de educação, formação e reflexão sobre as relações do homem com a natureza, a arte e o meio ambiente, para exposição permanente das obras	Associação Rodrigo Mendes	Mecenato Artigo 18 (100%)	1.400.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
SP	São Paulo	0610756	CINEMATECA BRASILEIRA – projetos técnicos para a construção de um novo arquivo de matrizes para armazenar seu crescente acervo audiovisual – 2ª fase	Sociedade Amigos da Cinemateca	Mecenato Artigo 18 (100%)	400.000,00	Projeto em execução – encerrado prazo de captação
SP	São Paulo	0611268	FACULDADE DE DIREITO DA USP – restauração e revestimento de cadeiras e poltronas doutorais do Salão Nobre, Sala da Congregação e Sala das Becas; das telas a óleo do acervo e da pintura decorativa da Sala da Congregação; higienização do depósito do serviço de biblioteca e documentação	Fundação Arcadas	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 800.232,40 Apoiado 264.338,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	0710681	Reserva técnica do INSTITUTO DE ARTE CONTEMPORÂNEA-IAC – mobiliário específico para armazenar o acervo e infraestrutura de proteção contra sinistros.	Instituto de Arte Contemporânea	Mecenato Artigo 18 (100%)	400.000,00	Análise Financeira da Prestação de Contas
SP	São Paulo	0810402	Restauração do painel de Di Cavalcanti e reconstrução da fachada do TEATRO CULTURA ARTÍSTICA, comprometidos com o incêndio no prédio em agosto de 2008	Associação Sociedade de Cultura Artística	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 1.717.358,98 Apoiado 1.704.500,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Paulo	0810661	Aquisições MAM – obras para o acervo 2009	Museu de Arte Moderna de São Paulo-MAM	Mecenato Artigo 18 (100%)	Aprovado 943.150,00 Apoiado 396.000,00	Autorizada a captação residual dos recursos
SP	São Sebastião	012136	IGREJA E CONVENTO NOSSA SENHORA DO AMPARO – restauração do edifício, obras artísticas de pintura dos forros e criação de Museu de Arte Sacra	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	Mecenato Artigo 26	500.000,00	Apresentou prestação de contas
SP	Sorocaba	022546	Restauração do MOSTEIRO DE SÃO BENTO	Mosteiro de São Bento de São Paulo	Mecenato Artigo 18 (100%)	330.760,03	Expirado o prazo de captação parcial
SP	Sorocaba	0611200	Restauração da CASA DO BRIGADEIRO TOBIAS	Usina do Ofício	Mecenato Artigo 18 (100%)	407.000,00	Expirado o prazo de captação parcial
SP	Taubaté	006129	MUSEU DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA – preparação de material para exposição	Instituto de Estudos Monteiro Lobato	FNC	79.668,00	Prestação de contas aprovada
SP	Tupã	033630	Restauração do MUSEU DE VARPA	Prefeitura Municipal	FNC Emenda Dep. Alberto Goldman	151.446,36	Prestação de contas aprovada
SP	Ubatuba	028369	Restauração do telhado do SOBRADÃO DO PORTO	Prefeitura Municipal	FNC	155.000,00	
SP		044878	IGREJA DE SÃO FRANCISCO – 1ª etapa	Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	Mecenato Artigo 18 (100%)	2.432.391,07	Apresentou prestação de contas
TO	Ipueiras	016641	Restauração da CAPELA DE SÃO FRANCISCO	Secretaria de Estado da Cultura do Tocantins	FNC	80.000,00	Prestação de contas aprovada
TO	Natividade	059360	Instalação do MUSEU HISTÓRICO DE NATIVIDADE em prédio do século XVII, tombado pelo Iphan, com extensão à casa em que funcionou a oficina de ourivesaria de Mestre Juvenal	Fundação Cultural do Estado do Tocantins	FNC	142.264,08	Análise Técnica do Relatório Final – P.C. – convênio
TO	Palmas	032609	Restauração do retábulo de imagem de NOSSA SENHORA DO CARMO	Fundação Cultural do Estado do Tocantins	Mecenato Artigo 18 (100%)	24.000,00	Apresentou prestação de contas

15. PRONAC: MAIORES PATROCINADORES DE PROJETOS RELATIVOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2000-2010

EMPRESA	VALOR INCENTIVADO	% TOTAL
1. Petrobras	235.822.726,94	20,92
2. BNDES	116.915.758,51	10,37
3. Companhia Vale do Rio Doce	60.151.759,01	5,34
4. Gerdau	32.948.646,52	2,92
5. Eletrobras	30.957.860,20	2,75
6. Banco Itaú	18.255.805,84	1,62
7. V&M do Brasil	17.891.144,96	1,59
8. Telemar Norte Leste	14.822.749,20	1,31
9. Caixa Econômica Federal	13.932.895,97	1,24
10. TAM Linhas Aéreas	12.243.842,21	1,09
11. Cemig	11.312.106,72	1,00
12. Banco ABN AMRO Real	9.887.772,14	0,88
13. CS/N Companhia Siderúrgica Nacional	9.824.285,00	0,87
14. Telecomunicações de São Paulo (Telefônica)	8.463.017,42	0,75
15. Votorantim	8.256.695,05	0,73
16. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT	7.200.000,00	0,64
17. Banco Bradesco	6.967.408,34	0,62
18. BV Financeira S.A.	6.634.087,00	0,59
19. Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração-CBMM	6.102.137,70	0,54
20. IBM do Brasil	5.940.384,32	0,53
21. Globosat Programadora	5.450.000,00	0,48
22. Cielo	5.120.000,00	0,45
23. MRS Logística	4.240.345,70	0,38
24. Banco de Pernambuco-Bandepe	4.189.360,88	0,37
25. Brasil Telecom	4.136.030,00	0,37
26. Mineração Brasileiras Reunidas-MBR	4.029.256,79	0,36
27. Sabesp	3.985.302,18	0,35
28. Companhia Energética de São Paulo-Cesp	3.865.997,39	0,34
29. Banco John Deere S.A.	3.565.967,00	0,32
30. Banco Safra	3.504.186,00	0,31
31. Furnas Centrais Elétricas	3.473.000,00	0,31
32. Companhia de Bebidas das Américas-AMBEV	3.300.000,00	0,29
33. Casa da Moeda do Brasil	3.283.116,00	0,29
34. Souza Cruz	3.278.178,49	0,29
35. Volvo do Brasil	3.201.719,22	0,28
36. Banco Credit Suisse	3.196.000,00	0,28
37. Cosipa	3.179.409,85	0,28
38. Usiminas	3.177.817,73	0,28
39. SICPA Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda.	3.050.000,00	0,27
40. Weg	3.019.263,67	0,27
41. Banco do Brasil	2.981.800,00	0,26
42. Chocolates Garoto	2.980.000,00	0,26
43. Nestlé Brasil	2.927.000,00	0,26
44. Telesp Celular	2.760.000,00	0,24
45. TNL PCS / TNL Contax	2.120.000,00	0,19
46. Construções e Comércio Camargo Corrêa	2.070.000,00	0,18
47. Banco Santander	2.032.449,00	0,18
48. Belgo-Mineira	1.949.289,67	0,17
49. Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	1.902.280,00	0,17
50. Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista-CTEEP	1.890.000,00	0,17

51. Banco HSBC Bank Brasil	1.883.000,00	0,17
52. Indústrias Romi	1.860.650,00	0,17
53. Banco Banestado	1.829.000,00	0,16
54. Banco BMG	1.785.000,00	0,16
55. Banco Citicard	1.740.000,00	0,15
56. Construtora Andrade Gutierrez	1.700.000,00	0,15
57. Copel Geração e Transmissão / Copel Distribuição	1.700.000,00	0,15
58. Banco do Estado do Rio Grande do Sul	1.688.900,00	0,15
59. Natura Cosméticos	1.654.000,00	0,15
60. Banco Sudameris S.A.	1.606.238,26	0,14
61. Centrais Elétricas do Pará	1.557.700,00	0,14
62. Banco BNP Paribas Brasil	1.520.366,35	0,13
63. Ultrafertil	1.397.770,00	0,12
64. Tractebel Energia	1.360.222,00	0,12
65. Novelis do Brasil	1.350.324,95	0,12
66. Mineração Serra Grande	1.330.000,00	0,12
67. Sucrofrico Cutrale	1.315.385,00	0,12
68. Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	1.300.000,00	0,12
69. AGCO do Brasil Comércio e Indústria	1.296.000,00	0,11
70. Banco BBM	1.285.410,80	0,11
71. Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	1.226.605,46	0,11
72. Cia. Hering	1.218.708,38	0,11
73. Distel Holding	1.200.000,00	0,11
74. Companhia Petroquímica do Sul-Copesul	1.124.252,98	0,10
75. Companhia Brasileira de Alumínio-CBA	1.050.000,00	0,09
76. Toyota do Brasil	1.023.000,00	0,09
77. Suzano Papel e Celulose	1.020.009,89	0,09
78. Embraer	1.000.000,00	0,09
79. Cimpor Cimentos do Brasil	922.808,58	0,08
80. Banco da Amazônia	914.000,00	0,08
81. Construtora Queiroz Galvão	880.000,00	0,08
82. Light Energia	877.780,47	0,08
83. Companhia Brasileira de Projetos e Obras-CBPO	852.362,14	0,08
84. Fiat Automóveis	843.205,72	0,07
85. Banco Unibanco	730.600,00	0,06
86. Empresa Jornalística Popular	700.000,00	0,06
87. Peugeot Citroën do Brasil	700.000,00	0,06
88. Arosuco Aromas e Sucos	674.250,00	0,06
89. Aços Villares	670.000,00	0,06
90. El Paso Rio Claro	669.252,35	0,06
91. Banco de Lage Landen Financial Services Brasil	650.000,00	0,06
92. Scania Latin America Ltda.	641.123,76	0,06
93. Banco Icatu	620.000,00	0,05
94. Companhia Industrial de Vidros	615.000,00	0,05
95. Ripasa Celulose e Papel	612.000,00	0,05
96. Companhia Brasileira de Bebidas	600.000,00	0,05
97. Cosan	597.500,00	0,05
98. Banco Finasa	580.732,37	0,05
99. Gemalto do Brasil Cartões e Serviços	580.081,82	0,05
100. IRB Brasil Resseguros	570.843,60	0,05

16. PUBLICAÇÕES – 2000-2010

ANO	TÍTULO
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Cazumbá</i> : máscara e drama no boi do Maranhão
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Ashaninka</i>
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Potes e caborés</i> : cerâmica de Irará
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Brinquedos do agreste paraibano</i>
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Tradições em São Mateus</i>
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Um vale de tramas</i> : a tecelagem do Jequitinhonha
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Santos e santeiros de Ibimirim</i>
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Veja, ilustre passageiro</i> : bondes de Getúlio Damado
2000	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Devoção e festa</i> : imagens de Mestre Ribeiro
2000	Série Encontros e Estudos 3: <i>Cultura material</i> : identidades e processos sociais
2000	<i>Arquitetura Moderna no Brasil</i> – Henrique Mindlin
2000	<i>Era uma vez o Morro do Castelo</i> – Núbia Melhem; José Antonio Nonato
2000	<i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , n. 28, Arte e Cultura Popular
2000	Catálogo: <i>O tempo não para</i> , Coleção Museu Histórico Nacional
2000	<i>Guia das Cidades Históricas Brasileiras</i>
2000	<i>Muda o mundo do Patrimônio</i>
2000	<i>Documentos de Trabalho</i> , Lygia Martins Costa
2000	<i>Imagindria brasileira</i> : olhar contemporâneo
2000	<i>Modernistas na repartição</i>
2000	<i>Da cidade monumento à cidade documento</i>
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Renda de Divina Pastora</i>
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Coqueiro Campo</i>
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Campo Alegre</i>
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Rabecas de Mané Pitunga</i>
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Bordados em tauá</i> : cerâmica de Rio Real
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Esculturas negras de João Alves</i>
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Vivendo o São Francisco</i> : bordados de Entremontes
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Nísia Floresta</i> : a arte do rendar
2001	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Trançados da Ilha</i>
2001	<i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , n. 29, Olhar o Brasil
2001	<i>Guia Brasileiro de Sinalização Turística</i>
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Cerâmica de Santana do Araguaí</i>
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Rendeiras de Riacho Doce</i>
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Favelas</i> : pinturas de Sinésio Brandão
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>O brinquedo que vem do Norte</i> ,
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Navegar é preciso</i> : barcos de Mamanguá
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Os gameleiros do Bom Sucesso</i>
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Mestras da Cerâmica do Vale do Ribeira</i>
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Fé e festa</i> : bumba meu boi do Maranhão
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Arte Guaraní Mbyá</i>
2002	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Identidade por um fio</i> : colares e fios de contas no culto aos orixás
2002	Série Encontros e Estudos 4: <i>Seminário Alimentação e Cultura</i>
2002	Caderno Técnico 1: <i>Catálogo de Folhetos de Cordel</i>
2002	<i>De museologia, arte e política de patrimônio</i> , Lygia Martins Costa
2002	<i>Tesouro de folclore e cultura popular. Rondônia</i>
2002	<i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , n. 30, Mário de Andrade
2002	CD-ROM: <i>Acanajé</i>
2003	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Cuias de Santarém</i>
2003	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Cesteiros de Januária</i>
2003	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Viola de cocho pantaneira</i>
2003	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>O que que a bahiana tem</i> : pano de costa e roupa de baiana
2003	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Ribando potes</i> : cerâmica de Passagem
2003	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>No vale das artes</i> : Chapada do Norte

2003	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Icoaraci</i> : cerâmica do Pará
2003	Série Encontros e Estudos 5: <i>Celebrações e Saberes da Cultura Popular</i> : pesquisa, inventário, crítica, perspectivas
2003	<i>Espaço de instalações permanentes do Museu do Açude</i>
2003	<i>Castro Maya, Colecionador de Debret</i>
2003	CD-ROM: <i>Cerâmica de Candeal</i>
2003	CD-ROM: <i>Viola de cocho</i>
2003	CD-ROM: <i>Artesanato Brasileiro</i> : preservando tradições
2003	CD-ROM: <i>Bumba meu boi do Maranhão</i>
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Cerâmica Terena</i>
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Do caos à luz</i> : luminárias da Cidade de Deus
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Tecelagem de Unai</i>
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Alagoas rendeira</i>
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Esculturas em matéria vegetal de Gerardo de Souza</i>
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Trançados do Arapiuns</i>
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>O senhor do flandres</i>
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Brasil plural: singulares expressões</i>
2004	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Arte popular das Alagoas</i>
2004	<i>Awon Olodé: os senhores da caça—esculturas de Wueyton Ferreiro, Roberto Conduru e Ricardo de Freitas</i>
2005	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Sala do Artista Popular 20 anos</i>
2005	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Renda de bilro e trançado de ouricuri</i> : artesanato de Saubara-BA
2005	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Sons de couro e cordas</i> : instrumentos musicais de São Francisco-MG
2005	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Forma e imaginário da Amazônia</i>
2005	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Manuel Eudócio, patrimônio vivo</i>
2005	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Gesileu Salvatore: escultor da floresta</i>
2005	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Timbuca, a liberdade da arte</i>
2005	Catálogo: <i>A arte sob o olhar de Djanira</i> , Coleção do Museu Nacional de Belas Artes
2005	Série Encontros e Estudos 6: <i>Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares</i>
2005	Série Encontros e Estudos 7: <i>Arte e etnia afro-brasileira</i>
2005	Série Encontros e Estudos 8: <i>Eparrei, Bárbara</i> : fé e festas de largo do São Salvador
2005	Série Encontros e Estudos 9: <i>Divino toque do Maranhão</i>
2005	Série Encontros e Estudos 10: <i>Cirio</i>
2005	Cadernos Técnicos 1: <i>Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural</i> , José Haiton Gomide; Patrícia Reis da Silva; Sylvia Maria Nelo Braga
2005	Cadernos Técnicos 2: <i>Manual de encargos</i>
2005	Cadernos Técnicos 3: <i>Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste</i>
2005	Cadernos Técnicos 4: <i>Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul</i>
2005	Roteiros do Patrimônio: <i>O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas</i> , Myriam Ribeiro de Oliveira
2005	Roteiros do Patrimônio: <i>Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro</i> , Myriam Ribeiro de Oliveira
2005	Roteiros do Patrimônio: <i>As fortalezas e a defesa de Salvador</i> , Mário M. de Oliveira
2005	<i>MUSAS 1—Revista Brasileira de Museus e Museologia</i>
2005	<i>Sondagem na alma do povo</i> , Museu de Folclore Edison Carneiro.
2005	<i>Parque dos Mondólos de Quixadá</i> : patrimônio de todos. Roteiro para preservação do Patrimônio Cultural
2005	<i>Arqueologia e Cidades</i>
2005	CD-ROM: <i>Artesanato brasileiro</i> : preservando tradições II
2005	CD-ROM: <i>Festa de Santa Bárbara</i>
2005	CD-ROM: <i>Festa do Divino</i>
2006	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Nação lascada</i> : arte e metáfora de Vêio
2006	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Matizes Dumont</i> : a bordar a vida
2006	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Balata</i> : Amazônia em miniatura
2006	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Efigênia Rolim e Hélio Leites</i> : a vida das coisas
2006	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Santeiro dos Genés das Minas</i> : Manoel Sílvio A Fonseca
2006	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>A palha que conta histórias</i> : o artesanato da palha de milho no sul do país
2006	Dossiê Iphan 1 – <i>Cirio de Nazaré</i>
2006	Dossiê Iphan 2 – <i>Expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá</i>
2006	Dossiê Iphan 3 – <i>Ofício das Paneleiras de Goiabeiras</i>
2006	Dossiê Iphan 4 – <i>Samba de Roda do Recôncavo Baiano</i>
2006	Cadernos Técnicos 5: <i>Análise de risco de incêndio em sítios históricos</i> , Antonio Maria Claret Gouveia
2006	Cadernos Técnicos 6: <i>Madeira</i> : uso e conservação, Armando Luiz Gonzaga
2006	Cadernos de estudos do PEP: <i>Contribuição dos palestrantes da I oficina PEP 2005</i> : Vassouras
2006	<i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , n. 31, Museus

2006	<i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , n. 32, Patrimônio imaterial e biodiversidade
2006	<i>Vocações do Catete</i> : trabalho, tradição e território, Luciana Gonçalves de Carvalho.
2006	<i>Mandioca</i> : saberes e sabores da terra
2006	<i>Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira</i>
2006	<i>Sistematização do Patrimônio Cultural Imaterial de Goiás</i>
2006	<i>A Lapa e o Tropeirismo</i> , Marcia Scholz de Andrade Kersten – Livro e DVD
2006	<i>Caçada da Rainha, a festa da fê</i> , Juliano George Basso – Livro e DVD
2006	<i>Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os meus e os bois – A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 1936/2006.</i>
2006	<i>Documentação e transmissão dos saberes tradicionais dos Asurini do Xingu</i> – Livro, DVD e CD
2006	<i>Arte com Sementes e Miçangas – Artesãs do Maramará</i> (AP).
2006	<i>Guia dos Bens Tombados do Estado do Ceará</i>
2006	<i>Conjunto de Serrotes de Quixadá</i> : patrimônio de todos – Roteiro para a preservação
2006	<i>Corumbá</i> : história construída no Pantanal
2006	<i>Os Tambores da Ilha, São Luís</i>
2006	<i>A coleção fotográfica de Juan Gutierrez</i> , Lia Silva Perez Fernandes
2006	<i>Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio</i>
2006	<i>A escrita do passado em museus históricos</i> , Myrian Sepúlveda dos Santos
2006	<i>Caderno de diretrizes museológicas</i> , Letícia Julião; Mário de Souza Chagas; Maria Inez Cândido.
2006	<i>Arquitetura e arte no Brasil colonial</i> , John Bury.
2006	<i>O aleijadinho e o santuário de Congonhas</i> , Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira
2006	Preservação e desenvolvimento 1: <i>Jóias artesanais de Natividade</i>
2006	<i>Tesouro para bens móveis e integrados.</i>
2006	<i>Patrimônio</i> : atualizando o debate
2006	DVD: <i>Inventário Nacional de Referências Culturais – Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo</i>
2006	CD: <i>Grande Sertão Veredas 1 e 2</i> : Musicalidade das comunidades oriundas do Parque Nacional – Comunidade São Francisco
2006	CD com livreto: <i>Samba de Roda – Patrimônio da Humanidade</i>
2007	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Da sucata à criação – Walter Fernandes Sobrinho</i>
2007	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Virgínio Rios</i> : esculturas
2007	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Festas e artesanato em temas do Espírito Santo</i>
2007	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Artesão maçariqueiro</i> : a arte do cristal em Blumenau
2007	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Zé do Chalé</i> : o dono da flecha
2007	Dossiê Iphan 5 – <i>Jongo no Sudeste</i>
2007	Dossiê Iphan 6 – <i>Ofício das Baianas de Acarajé</i>
2007	Dossiê Iphan 7 – <i>Cachoeira de Iauaretê</i>
2007	Preservação e Desenvolvimento 2: <i>Aula patrimônio – Alfândega e Madre de Deus</i>
2007	Preservação e Desenvolvimento 3: <i>Praça Tiradentes</i> : calendário cultural
2007	Preservação e Desenvolvimento 4: <i>Praça da Alfândega</i> : Porto Alegre
2007	Preservação e Desenvolvimento 5: <i>Casa dos objetos mágicos</i> : Salvador
2007	Preservação e Desenvolvimento 6: <i>Festival de poesia de Goyaz</i> : Cidade de Goiás
2007	Preservação e Desenvolvimento 7: <i>Pelotas e seu patrimônio</i>
2007	Pesquisa e Documentação 1: <i>Paisagem cultural e patrimônio</i> , Rafael Winter Ribeiro
2007	Cadernos de Estudos do PEP: <i>Entorno de bens tombados</i> , Lia Motta, Ana Lucia Thompson
2007	Cadernos de Estudos do PEP: <i>Contribuição dos palestrantes da II Oficina PEP 2006 – Vassouras</i>
2007	Cadernos de Estudos do PEP: <i>Contribuição dos palestrantes da III Oficina PEP 2007 – Vassouras</i>
2007	<i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> , n. 33, Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação
2007	<i>Patrimônio</i> : práticas e reflexões
2007	<i>Adalton</i> : o senhor do barro, Angela Mascelani, Ricardo Gomes Lima; Guacira Waldeck
2007	<i>Bom Retiro</i> : memória urbana e patrimônio cultural
2007	<i>Lanceiros Negros – histórias, memórias e identidades no sul do Brasil</i>
2007	<i>Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra</i> : os Mbyá-Guarani nas Missões, José Otávio Catafesto de Souza; Carlos E. Neves de Moraes; Daniele de Menezes Pires; Jose Cirilo Pires Morinico (<i>Kuanray Nheery</i>); Mônica de Andrade Arnt
2007	<i>Marajó – Inventário Nacional de Referências Culturais</i> : Levantamento Preliminar Ilha de Marajó-PA – Livro, DVD e CD-ROM
2007	<i>Patrimônio Cultural Imaterial – Para saber mais</i>
2007	<i>As panelas de barro de Goiabeiras</i>
2007	<i>Huni Meka – Cantos do Nixi Pae</i> – Livro e CD
2007	<i>Cuias do baixo Amazonas</i> , Elizabete de Castro Mendonça; Rebecca de Luna Guidi; Luciana Gonçalves de Carvalho (Orgs.)
2007	<i>Patrimônio vivo: arte e histórias nas igrejas cariocas</i> , Daniela Chindler (Org.).
2007	<i>Plano Piloto 50 anos</i> : cartilha de preservação – Brasília
2007	<i>Patrimônio e leitura</i> : catálogo comentado de literatura infantojuvenil, Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva

2007	<i>Cachoeira: vivências e compreensões do patrimônio cultural</i>
2007	<i>O conjunto do Carmo de Cachoeira</i> , Maria Helena O. Flexor (Org.).
2007	<i>Nova carta à Cidade de Goiás</i> , Fernando Madeira; Walter Vilhena Valio
2007	<i>Manual de atividades práticas de educação patrimonial</i> , Evelina Grunber.
2007	<i>A invenção da Superquadra: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília</i> , Marcílio Mendes Ferreira; Matheus Gorovitz
2007	<i>A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília</i> , Angélica Madeira; Mariza Veloso
2007	DVD: <i>Anjos do Piauí – Arte santeira, mestres e aprendizes</i> . Direção: May Waddington
2007	DVD: <i>Tambor de Crioula</i>
2007	DVD: <i>Matrizes do Samba no Rio de Janeiro – Partido-alto, Samba de terreiro e Samba-enredo</i>
2007	DVD: <i>Gira da Tradição</i>
2007	DVD: <i>Lanceiros Negros – Herança de Porongos</i>
2007	CD-ROM: <i>Lanceiros Negros – Guia de Referências Históricas</i>
2007	<i>Arquitetura na Formação do Brasil</i> , Briane Bicca; Palo Bicca (Orgs.)
2007	<i>Cidades históricas – inventário e pesquisa: Manual de preenchimento</i> , Maria Beatriz Rezende (Org.)
2007	<i>Cidades históricas – inventário e pesquisa: Parati</i> , Maria Beatriz Rezende (Org.)
2007	<i>Cidades históricas – inventário e pesquisa: São Luís</i> , Maria Beatriz Rezende (Org.)
2007	<i>Cidades históricas – inventário e pesquisa: Tiradentes</i> , Maria Beatriz Rezende (Org.)
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Carnaval em branco</i>
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>O trançado e o urdido: tecidos de Buriti dos Gerais da Bahia</i>
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>As artes do Divino</i>
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Família Zé Caboclo: reduto de mestres</i>
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Pêsankas: ovos escritos, poemas imagéticos</i>
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Capim dourado: costuras e trançados do Jalapão</i>
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Ladrilhos hidráulicos de Corumbá</i>
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Imagens do São Francisco</i>
2008	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Um Rio de Contas e tradições</i>
2008	Caderno de Pesquisa 4: <i>Wajãpi, pesquisadores: Jane reko re jimoe'</i> pesquisadores Wajãpi
2008	Cadernos Técnicos 7: <i>A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia</i> , Mário Mendonça de Oliveira
2008	Cadernos Técnicos 8: <i>Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal</i> , M. Isabel Canan
2008	Cadernos de Pesquisa e Documentação 2: <i>Rotas da alforria: trajetórias da população afrodescendente na região de Cachoeira-BA</i> , Márcia Regina Romeiro Chuva (Org.).
2008	Cadernos de Pesquisa e documentação 1: <i>Assentamentos jesuítos: territórios e significados</i> , Márcia R. Romeiro Chuva
2008	Cadernos de estudos do PEP: <i>Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural</i>
2008	Cadernos de estudos do PEP: <i>Contribuição dos palestrantes da II Oficina PEP 2007 – Vassouras</i>
2008	Cadernos de estudos do PEP: <i>Contribuição dos palestrantes da VI Oficina PEP (Goiânia 2007)</i>
2008	Cadernos de estudos do PEP: <i>Criação e atuação das superintendências regionais e sub-regionais do Iphan</i>
2008	Edições do PEP 2: <i>Patrimônio: práticas e reflexões</i>
2008	Roteiros do Patrimônio: <i>As fortalezas e a defesa de Salvador</i> , Mário Mendonça de Oliveira
2008	Roteiros do Patrimônio: <i>Art Nouveau em Belém</i> , Célia Coelho Bassalo
2008	Preservação e Desenvolvimento 8: <i>Museu do Mar: São Francisco do Sul (SC)</i>
2008	Preservação e Desenvolvimento 9: <i>Contadores de estórias: Paraty (RJ)</i>
2008	Preservação e Desenvolvimento 10: <i>Ribeira dos Icó: Icó (CE)</i>
2008	Preservação e Desenvolvimento 11: <i>Chapada Diamantina Lençóis (BA)</i> , Rogério Fernando Furtado
2008	Preservação e Desenvolvimento 12: <i>Salvaguarda do Patrimônio – Ouro Preto (MG)</i> , Rogério Fernando Furtado
2008	Pesquisa e Documentação 2: <i>Salvemos Ouro Preto: A campanha em benefício de Ouro Preto (1949-1950)</i> , Juliana Sorgine.
2008	Pesquisa e Documentação 3: <i>Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico</i> , Cláudia Feierabend Baeta Leal (Org.).
2008	Pesquisa e Documentação 4: <i>As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent</i> . Cláudia Feierabend Baeta Leal (Org.)
2008	Cadernos de Pesquisa e Documentação 3: <i>Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural</i> , Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva
2008	Cadernos de Pesquisa e Documentação 4: <i>A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar</i> , Francisca Helena Barbosa Lima; Oscar Henrique Liberal de Brito Cunha; Mônica Muniz Melhem (Orgs.)
2008	Cadernos de Pesquisa e Documentação 5: <i>Programa de gestão documental do Iphan</i> , Francisca Helena Barbosa Lima (Org.)
2008	<i>Brasis revelados: 50 anos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular</i>
2008	<i>Na roda da capoeira</i> , Mauricio Barros (Org.).
2008	<i>Almanaque Mainô'i rape: o caminho da sabedoria, publicação sobre os índios Guarani Mbyá do Rio de Janeiro</i>
2008	<i>Comunidades Negras de Santa Catarina – Narrativas da terra, ancestralidade e ruralidade</i> , Clayton Perón Franco de Godoy; Marcos Monteiro Rabelo (Orgs.)
2008	<i>Ecos e Imagens do Patrimônio Imaterial – Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo</i> , Alicia Norma González de Castells, Clayton Peron Franco de Godoy, Marcos Monteiro Rabelo e Maria José Reis (Orgs.)
2008	<i>A Luz Que Nos Ilumina – Imagens e dizeres da comunidade São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Formoso – MG</i>
2008	<i>Inventário de Referências Culturais de Xapuri.</i>

2008	<i>Da vida através de nossas raízes — cartilha</i>
2008	<i>Caminhando com as Guerreiras</i> , Pirenópolis: Guaimbê – Livro e DVD
2008	<i>Tradições e Traduções – A Cultura Imaterial em Pernambuco</i>
2008	<i>O Jongo na Escola</i>
2008	<i>Guia de Arquitetura e Paisagem da Ilha de São Luís e Alcântara</i>
2008	<i>Tava Miri São Miguel Arcanjo</i>
2008	<i>Os ceramistas Tupiguarani</i>
2008	<i>Guia afetivo da Cidade de Goiás</i> , Elder Rocha Lima
2008	<i>Fênix – Restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis</i>
2008	<i>Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins</i>
2008	<i>Manual de Conservação do Centro Histórico de Natividade</i>
2008	<i>Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu</i> , Mário de Souza Chagas (Org.)
2008	<i>Casa das minas Querebentã de Zomadônu</i> , Kátia Santos Bogéa; Stella Regina Soares de Brito; Sergio F. Ferreti
2008	<i>Arquitetura e arte religiosa no Maranhão</i> , Emanuela Sousa Ribeiro; Stella Regina Soares de Brito; Kátia Santos Bogéa
2008	<i>II Fórum Nacional de Museus: o futuro se constrói hoje</i> , Claudia Maria Pinheiro Storino; Mário de Souza Chagas (Orgs.)
2008	<i>Ibermuseus: panoramas museológicos da Ibero-América</i> , Claudia Maria Pinheiro Storino; Mário de Souza Chagas (Orgs.)
2008	<i>Ibermuseus: reflexões e comunicações</i> , Claudia Maria Pinheiro Storino; Mário de Souza Chagas (Orgs.)
2008	<i>Ação Iphan pela qualidade ambiental: reduz, reutiliza, recicla</i>
2008	<i>Tambor de Crioula – 1979</i> , Rodrigo Martins Ramassote (Org.)
2008	<i>Museu Casa Histórica de Alcântara</i> , Adroaldo José Silva Almeida; Kátia Santos Bogéa; Stella Regina Soares de Brito.
2008	<i>Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil</i> , Augusto Carlos da Silva Telles
2008	<i>Objetos albeios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um Museu Etnográfico</i> , Claudia Maria Pinheiro Storino; Mário de Souza Chagas (Orgs.)
2008	<i>Moradas da memória: uma história social da casa-museu de Gilberto Freyre</i> , Claudia Maria Pinheiro Storino; Mário de Souza Chagas (Orgs.)
2008	<i>Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento; a convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972: para saber o essencial.</i>
2008	<i>Inventário do Patrimônio Ferroviário do Maranhão: Rede Ferroviária São Luís-Teresina</i> , Ana Lucia Lyra (Org.)
2008	<i>Patrimônio: Práticas e Reflexões – Anais da I Oficina de Pesquisa: A Pesquisa Histórica no Iphan</i> , Márcia Regina Romeiro Chuva (Org.)
2008	<i>Patrimônio: 70 anos em São Paulo</i> , Carlos Alberto C. Lemos; Victor Hugo Mori; Clara Correia. D’Alambert
2008	<i>Mariana – Imagens/ Pesquisa</i> , Maria da Graça Soto Queiroz; Érika P. Machado
2008	<i>Ouro Preto – Imagens/ Pesquisa</i> , Maria da Graça Soto Queiroz; Érika P. Machado
2008	DVD: <i>Em busca da tradição nacional (1947-1964)</i>
2008	DVD: <i>Comunidade Invernada dos Negros – Referências Culturais Quilombolas</i>
2008	DVD: <i>Comunidade São Roque – Referências Culturais Quilombolas</i>
2008	DVD: <i>Mokoí Tekoá Petéi Jeguatá – Duas aldeias, uma caminhada</i>
2008	DVD: <i>Bens Culturais Registrados: Documentação audiovisual (volumes I e II)</i>
2008	CD-ROM: <i>Inventário Nacional de Referências Culturais – Produção de doces tradicionais pelotenses</i> , Claudia Turra Magni; Letícia Mazzuchi (5 volumes)
2008	CD-ROM: <i>Inventário de Referências Culturais de Xapuri</i>
2008	CD-ROM: <i>Rede Fitovida – Resgate da vida através de nossas raízes</i>
2008	<i>Manual prático de conservação de telhados</i>
2008	<i>Manual prático de saneamento básico residencial</i>
2008	<i>Manual prático de uso da cal</i>
2008	<i>Manual de arqueologia histórica em projetos de restauração</i>
2008	<i>Manual de conservação de cantarias</i>
2008	<i>Manual de conservação de telhados</i>
2008	<i>Manual de intervenção em jardins históricos</i>
2008	<i>Manual de conservação preventiva para edificações</i>
2009	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Maritônio: do ex-voto rústico ao anjo barroco</i>
2009	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Willi de Carvalho: grandes miniaturas</i>
2009	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Vozes do imaginário: escultores de Sergipe</i>
2009	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Artes e ofícios de Pedro II</i>
2009	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Porto das Anas e das louças</i>
2009	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Impressões dos Borges: a xilogravura de Bezerras</i>
2009	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Manoagipinho e a tradição do barro</i>
2009	Dossiê Iphan 8: <i>Modo de fazer viola de cocho</i>
2009	Dossiê Iphan 9: <i>Feira de Caruaru</i>
2009	Roteiros do Patrimônio: <i>Largos, coretos e praças de Belém (PA)</i> , Elizabeth Nelo Soares
2009	Roteiros do Patrimônio: <i>Igrejas, palácios e palacetes de Belém</i> , Jussara da Silveira Derenji; Jorge Derenji
2009	Roteiros do Patrimônio: <i>Engenhos da Bahia</i> , Esterzilda Berenstein de Azevedo
2009	Preservação e Desenvolvimento 13: <i>O festival de artes: Areia (PB)</i>
2009	Preservação e Desenvolvimento 14: <i>Os sabores de Mariana: Mariana (MG)</i>

2009	Preservação e Desenvolvimento 15: <i>Artes do mar</i> : Laguna (SC)
2009	Cadernos de estudos do PEP 9: <i>Contribuição dos palestrantes da VIII Oficina PEP</i> (Petrópolis 2008)
2009	<i>Patrimônio</i> : práticas e reflexões 3 – Edições do Programa de Especialização em Patrimônio: artigos (2005 e 2006)
2009	Memórias do Patrimônio 1: <i>Entrevista com Judith Martins</i> , Ana Lucia Thompson
2009	<i>Proteja esta casa</i> : retratos das moradas brasileiras, Myriam Moraes Lins de Barros
2009	<i>Vitalino e artistas pernambucanos</i>
2009	<i>Culturas Quilombolas do Sapê do Norte – Farinha, Beiju, Reis e Bailes dos Congos</i> , Osvaldo Martins de Oliveira (Org.)
2009	<i>Inventário dos Terreiros do Distrito Federal e Entorno – 1ª fase</i> , George Bessoni e Rodrigo Ramassote (Coord.)
2009	<i>Senhores de Seu Ofício</i> : Arte Santeira do Piauí, Áurea Pinheiro e Cássia Moura (Coords.)
2009	<i>Yvy Poty, Yva'á</i> : Flores e Frutos da Terra (grupos de cantos e danças Mbyá-Guarani) – Livro, CD e DVD
2009	<i>Saberes e Fazeres – Cores e sabores da Coxilha Rica</i>
2009	<i>KANHGÁH VÊNH KÓGAN MRÊ VENH GRÊN</i> : Pintura e Dança Kaigang, Santo Ângelo (RS) – Livro e CD
2009	<i>Caixeiros do Divino de Alcântara</i>
2009	<i>Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará</i> : quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?, Dominique Tilkin Galois; Denise Fajardo Gruppioni
2009	<i>Wajãpi, pesquisadores e professores</i> , Kusiwarã, Apina e Iepé
2009	<i>Inventário do Patrimônio Ferroviário do Maranhão</i>
2009	<i>Arte e Arquitetura Religiosa no Maranhão</i>
2009	<i>Restauro da Casa do Trem (SP)</i>
2009	<i>Octo Marques</i> : trajetória de um artista, Elder Rocha Lima
2009	<i>Ilustrando o Cerrado</i> , Geni Alexandria
2009	<i>De Filipeia à Paraíba</i> : uma cidade na estratégia de colonização do Brasil, séculos XVI-XVIII, Maria Berthilde Moura Filha
2009	<i>Paraíba: Patrimônio Arqueológico – Guia</i>
2009	<i>Guia da Cidade de João Pessoa</i>
2009	<i>Cartilha Fundos Municipais de Preservação</i>
2009	<i>Cartilha Imóveis Privados</i>
2009	<i>Recuperação de imóveis privados em centros históricos</i> , Érica Diogo (Org.)
2009	<i>Patrimônio e leitura</i> : catálogo comentado de literatura infantojuvenil 2, Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva
2009	<i>Mobiliário baiano</i> , Maria Helena Ochi Flexor
2009	<i>O Convento Franciscano de Cairu</i> : restauração de elementos, José Dirson Argolo
2009	<i>Maino'i nape</i> : o caminho da sabedoria, Lucilla Silva Telles (Org.)
2009	<i>Subsídios para criação de museus municipais</i> , Ario de Souza Chagas; José do Nascimento Júnior (Org.)
2009	<i>Patrimônio Cultural do DF</i> : bens tombados.
2009	<i>O Estado na preservação de bens culturais</i> : o tombamento, Sonia Rabello
2009	<i>Cadernos de Patrimônio Cultural (PI)</i>
2009	<i>Inventário dos Bens Tombados do DF</i>
2009	<i>A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina</i> , Sela Melo Miranda
2009	CD-ROM: <i>Mapeamento dos terreiros de candomblé do Estado do RJ</i>
2009	DVD: <i>Reis Quitumbis – Culturas Quilombolas do Sapê do Norte</i>
2009	DVD: <i>Um patrimônio invisível</i> : os sistemas agrícolas do Rio Negro (AM)
2009	DVD: <i>Yvy Rupa</i> : A terra é uma só – Visões Guarani da História da América
2009	DVD: <i>Kene</i> , um filme de Zezinho Yube
2009	DVD: Série Depoimentos: <i>Matrizes do Samba no Rio de Janeiro</i>
2009	DVD: <i>Inventário das Referências Culturais dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro</i>
2010	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Renda labirinto de Chã dos Pereira</i>
2010	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Trançados e entalhes de Novo Airão</i>
2010	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Nos Campos do Vale: cerâmica no Alto Jequitinhonha</i>
2010	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Pinturas de Ermelinda</i>
2010	Catálogo da Sala do Artista Popular: <i>Arte em madeira do Piauí: santos e sertões do imaginário</i>
2010	Dossiê Iphan 10: <i>Matrizes do Samba no Rio de Janeiro</i>
2010	Preservação e Desenvolvimento 16: <i>Memória e Preservação</i> : Antônio Prado (RS)
2010	<i>Dossiê Festa de Nossa Senhora da Conceição – Morro da Conceição/Rio de Janeiro</i>
2010	<i>Vale do Amanhecer – Inventário Nacional de Referências Culturais</i>
2010	<i>Arquitetura nas fazendas do sul de Minas</i> , Cícero F. Cruz
2010	CD-ROM: <i>Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro – Multiculturalismo em situação urbana</i>
2010	CD-ROM: <i>Cuias do Baixo Amazonas</i>
2010	DVD: <i>Panelas de Barro – Uma tradição capixaba</i>
2010	DVD: <i>Inventário de Referências Culturais do Ver-o-Peso</i>
2010	DVD: <i>Bom Retiro de muitos povos</i>

17. ETNODOC: FILMES APOIADOS – 2007-2009

EDIÇÃO	FILME APOIADO
2007 - 1ª ed.	<i>Folia no morro</i> , de Arthur Omar
2007 - 1ª ed.	<i>Trama mineira</i> , autoria de Adriana de Andrade e direção de Waldir de Pina
2007 - 1ª ed.	<i>As benzedoras de Minas</i> , de Andrea Tonacci
2007 - 1ª ed.	<i>Transbordando</i> , de Kiko Goifman
2007 - 1ª ed.	<i>Os caboclos da liberdade</i> , de Hermano Penna
2007 - 1ª ed.	<i>O Joaquim</i> , de Marcia Paraíso
2007 - 1ª ed.	<i>São Luís dorme ao som dos tambores</i> , de Sergio Sanz
2007 - 1ª ed.	<i>Quebradeiras de coco de babaçu</i> , de Evaldo Mocarzel
2007 - 1ª ed.	<i>Se milagres desejais</i> , autoria de Fernando Roveda e direção de André Constantin e Nivaldo Pereira
2007 - 1ª ed.	<i>O barco do mestre</i> , de Gavin Andrews
2007 - 1ª ed.	<i>Calangos e calangueiros</i> , de Flávio Cândido da Silva
2007 - 1ª ed.	<i>Mano Brou do Cantagalo</i> , de Mário Alves Vieira da Silva
2007 - 1ª ed.	<i>Diana e Djavan</i> , de Luciana Sampaio
2007 - 1ª ed.	<i>Passos de Oeiras</i> , autoria de Áurea da Paz Pinheiro e direção de Douglas Machado
2007 - 1ª ed.	<i>A invenção do sertão</i> , de Valéria Laena e direção de Joe Pimentel
2009 - 2ª ed.	<i>A arte e a rua</i> , de Carolina Caffé
2009 - 2ª ed.	<i>Arte e manhas de Exu</i> , de Eliane Coster
2009 - 2ª ed.	<i>As escravas da Mãe de Deus</i> , de Decleoma Lobato Pereira
2009 - 2ª ed.	<i>Baile do Carmo</i> , de Daniel Eiji Hanai
2009 - 2ª ed.	<i>Curandeiros do Jarê</i> , de Camilla Dutervil
2009 - 2ª ed.	<i>Dona Joventina</i> , de Clarisse Kubrusly
2009 - 2ª ed.	<i>Eu tenho a palavra</i> , de Lílían Santiago
2009 - 2ª ed.	<i>Hoje tem alegria</i> , de Fabio Meira
2009 - 2ª ed.	<i>João da Mata falado</i> , de Ana Stela de Almeida.
2009 - 2ª ed.	<i>Kaiowa: Nhê'e Ojupova</i> , a palavra que age, de Spensy Pimentel
2009 - 2ª ed.	<i>Kusiwarã Jarākō</i> , de Dominique Tilkin Gallois
2009 - 2ª ed.	<i>O último rastro</i> , de Marcus Antonio Moura Tavares
2009 - 2ª ed.	<i>Palavras sem fronteira – Tradições orais nos limites do Brasil</i> , de Luciana Hartmann
2009 - 2ª ed.	<i>Quindim de Pesach</i> , de Viviane Lessa Pires
2009 - 2ª ed.	<i>Soldados da borracha</i> , de César Garcia Lima
2009 - 2ª ed.	<i>Vento leste</i> , de Joel de Almeida.

18. PROEXT: PROJETOS APOIADOS – 2009-2010

ANO	UF	NOME	INSTITUIÇÃO	VALOR APROVADO
2009	AP	MARABAIXO: CORPO, TERRITÓRIO E IMAGEM.	Universidade Federal do Amapá	R\$ 26.259,12
2009	BA	FÓSSEIS DO BRASIL: CONHECER O PASSADO E PRESERVAR PARA O FUTURO	Universidade Federal da Bahia	R\$ 29.999,34
2009	BA	IDENTIFICAÇÃO, PROTEÇÃO E GESTÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE ARTE RUPESTRE DA CHAPADA DIAMANTINA	Universidade Federal da Bahia	R\$ 76.880,00
2009	CE	DIAGNÓSTICO DAS OBRAS CIVIS DO THEATRO JOSÉ DE ALENCAR E FORMULAÇÃO DE UM PLANO DE MANUTENÇÃO	Universidade Federal do Ceará	R\$ 22.593,91
2009	CE	MIRA IRA SERTÃO ADENTRO – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL CEARENSE	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Campus Fortaleza	R\$ 85.395,84
2009	GO	TROMBAS E FORMOSO: A VITÓRIA DOS CAMPONESES	Universidade Federal de Goiás	R\$ 29.501,10
2009	MS	INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: SUBSÍDIOS PARA UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURÍSTICA COMO INSTRUMENTO DA AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA TERENA.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 28.306,70
2009	MG	PROGRAMA DE ARQUITETURA PÚBLICA	Universidade Federal de Minas Gerais	R\$ 90.988,00
2009	MG	ACERVOS DE MINAS GERAIS: MAPEAMENTO, CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ACESSO POR MEIO DIGITAL	Universidade Federal de Viçosa	R\$ 98.992,30
2009	MG	EDUCAÇÃO E ARTE PARA CRIANÇAS	Universidade Federal de Ouro Preto	R\$ 29.200,00
2009	MG	DIGITALIZAÇÃO E ACESSO EM MEIO DIGITAL DOS ACERVOS DOS CARTÓRIOS DO 1º E 2º OFÍCIOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA	Universidade Federal de Viçosa	R\$ 29.246,70
2009	MG	VISITA-ESPETÁCULO AO TEATRO MUNICIPAL: MEMÓRIA TEATRAL, PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	Universidade Federal de São João Del-Rey	R\$ 29.096,66

2009	PB	ACERVO E MEMÓRIA DA REPRESSÃO NA PARAÍBA	Universidade Federal da Paraíba	R\$ 29.993,70
2009	PR	CULTURA ESLAVA NO CENTRO-SUL DO PARANÁ: IMAGENS, LEITURAS, SABERES E RITUAIS.	Universidade Estadual do Centro-Oeste	R\$ 79.996,00
2009	PR	AS DIMENSÕES DA CULTURA NA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL (INDÍGENA, ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO) GUARANI E DA REDUÇÃO JESUÍTICA DE SANTO INÁCIO.	Universidade Estadual de Maringá	R\$ 94.450,00
2009	PI	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O TURISMO ARQUEOLÓGICO: AÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO PARQUE NACIONAL-PARNA DE SETE CIDADES	Universidade Federal do Piauí	R\$ 29.576,38
2009	RS	PATRIMÔNIO IMATERIAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SANTO AMARO DO SUL, DISTRITO DE GENERAL CÂMARA	Universidade Federal de Santa Maria	R\$ 27.895,60
2009	RS	REDE PORTO ALEGRE – MEMÓRIA EDUCAÇÃO	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	R\$ 24.501,80
2009	SP	A FÍSICA NA ARTE – DESENVOLVIMENTO, INTEGRAÇÃO, DIVULGAÇÃO DE TÉCNICAS NÃO DESTRUTIVAS PARA ANÁLISE DE BENS CULTURAIS	Universidade de São Paulo	R\$ 30.000,00
2009	SP	WEB INDÍGENA – COMPUTADORES E INTERNET COMO FERRAMENTAS DE FORTALECIMENTO DE LÍNGUAS E CULTURAS INDÍGENAS	Universidade Estadual de Campinas	R\$ 29.693,50
2009	SP	MEMÓRIA DOS TRILHOS – CRIAÇÃO DE UM GUIA E DE INVENTÁRIO DA COLEÇÃO DOCUMENTAL DO MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO DE OURINHOS/ CEDOM	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	R\$ 20.565,12
2009	SP	A TRANSFORMAÇÃO SENSÍVEL – NEBLINA SOBRE OS TRILHOS	Universidade Federal do ABC	R\$ 25.225,40
2009	TO	A IDENTIDADE HISTÓRICA E CULTURAL DE PORTO NACIONAL – A ACESSIBILIDADE ATRAVÉS DOS ACERVOS	Universidade Federal do Tocantins	R\$ 29.032,60
2010	BA	REGISTROS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA FAMILIAR DE COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS DO VALE DO IGUAPE	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	R\$ 49.926,00
2010	BA	LABORATÓRIO DE HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	R\$ 75.234,90
2010	BA	PRESERVANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCACIONAL DA REGIÃO DO CENTRO SUL DA BAHIA: O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU PEDAGÓGICO	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	R\$ 1.956.280,42
2010	BA	TRADIÇÕES CÊNICO-POÉTICO-MUSICAIS DO RECÔNCAVO BAIANO	Universidade Federal da Bahia	R\$ 732.207,76
2010	BA	AS MÃOS QUE MODELAM O BARRO	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	R\$ 2.001.956,82
2010	GO	GIRAU DE SABERES – UMA AÇÃO ARTÍSTICA EM COMUNIDADES	Universidade Federal de Goiás	R\$ 323.032,90
2010	GO	ARQUITETURA MODERNISTA EM GOIÁS	Universidade Federal de Goiás	R\$ 1.599.994,26
2010	MG	PRESERVAÇÃO E ACESSO DOS ACERVOS RAROS E ESPECIAIS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	R\$ 235.852,90
2010	MG	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MÉDICO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA MEDICINA	Universidade Federal de Minas Gerais	R\$ 567.585,85
2010	MG	CARTOGRAFIA DIGITAL	Universidade Federal de Minas Gerais	R\$ 1.487.494,26
2010	MG	POPULIS EM AÇÃO: CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA GESTORES E PROFISSIONAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL	Universidade Federal de Uberlândia	R\$ 277.388,90
2010	MG	COMO CONTAS DE UM ROSÁRIO: MEMÓRIA E TRANSMISSÃO DE SABERES DO CONGADO – 2ª ETAPA	Universidade Federal de Viçosa	R\$ 418.612,85
2010	MG	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO CAMPO: GUARDIÕES DA PAISAGEM E DA CULTURA	Universidade Federal de Viçosa	R\$ 782.093,73
2010	MG	PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA – ORGANIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DIGITAL DE ACERVOS HISTÓRICOS DE VIÇOSA E PIRANGA	Universidade Federal de Viçosa	R\$ 1.128.022,36
2010	MG	PAISAGEM E MEMÓRIA: IDENTIDADE COLETIVA E MEMÓRIA SOCIAL	Universidade Federal de Viçosa	R\$1.177.902,20

2010	MG	PESQUISA, FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA CANTARIA DE QUARTZITO E CANGA	Universidade Federal de Ouro Preto	R\$ 613.062,85
2010	MG	CIDADE E CIDADANIA: 300 ANOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA	Universidade Federal de Ouro Preto	R\$ 648.666,65
2010	MG	MAPEAMENTO CULTURAL DO NORTE DE MINAS	Universidade Estadual de Montes Claros	R\$ 690.107,76
2010	MG	REVITALIZAÇÃO DO MUSEU BI MOREIRA E PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	Universidade Federal de Lavras	R\$ 966.014,16
2010	MG	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO PEDRO DE CIMA – DIAGNÓSTICO DOS SABERES NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL	Universidade Federal de Juiz de Fora	R\$ 1.370.310,26
2010	PA	PATRIMÔNIO CULTURAL NA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA E GESTÃO	Universidade Federal do Oeste do Pará	R\$ 1.789.276,26
2010	PB	ACERVO E MEMÓRIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA NA PARAÍBA	Universidade Federal da Paraíba	R\$ 2.050.046,82
2010	PB	O LINGUAJAR DO SERTÃO PARAIBANO – PATRIMÔNIO LINGÜÍSTICO-CULTURAL	Universidade Federal da Paraíba	R\$ 2.135.079,82
2010	PR	A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM LONDRINA: REFLEXÃO E ESTRATÉGIAS PARA DINAMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	Universidade Estadual de Londrina	R\$ 1.549.994,26
2010	PR	ACERVO DIGITAL DA CULTURA UCRANIANA: UM PROJETO DE CIDADANIA, EDUCAÇÃO E CULTURA	Universidade Estadual do Centro-Oeste	R\$ 1.016.014,16
2010	PR	MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL ESLAVO NO CENTRO-SUL DO PARANÁ	Universidade Estadual do Centro-Oeste	R\$ 1.719.364,26
2010	PE	ARQUIVOS DE TRABALHADORES	Universidade Federal de Pernambuco	R\$ 1.335.286,90
2010	PE	MEMÓRIA DAS JUVENTUDES PERNAMBUCANAS	Universidade Federal de Pernambuco	R\$ 2.085.081,82
2010	RN	COLEÇÃO MOSSOROENSE: INCENTIVO À LEITURA POR MEIO DA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECAS	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	R\$ 814.741,73
2010	RS	A PALEONTOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	Universidade Federal do Pampa	R\$ 370.098,85
2010	RS	A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL REGIONAL DE SANTA MARIA NA PRODUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA ARQUIVÍSTICOS	Universidade Federal de Santa Maria	R\$ 467.609,85
2010	RS	REDUÇÃO DE COMUNIDADES DE RISCO ATRAVÉS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE GUIAS TURÍSTICOS EMPREGANDO A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO, ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO DA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	Universidade Federal de Santa Maria	R\$ 1.335.286,90
2010	RS	CAMINHOS DA RELIGIOSIDADE AFRO-RIO-GRANDENSE	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	R\$ 1.398.609,26
2010	RJ	PROGRAMA DE ACERVOS HISTÓRICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-PROAHCC	Universidade Federal do Rio de Janeiro	R\$ 89.974,90
2010	RJ	MAPEAMENTO DA DIVERSIDADE E VITALIDADE LINGÜÍSTICA NA CIDADE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AMAZONAS	Universidade Federal do Rio de Janeiro	R\$ 517.585,85
2010	RJ	IMPLICAÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS DO ARTESANATO EM ORIXIMINÁ-PA	Universidade Federal Fluminense	R\$ 1.292.372,90
2010	RJ	CENTRO DE MEMÓRIA DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Universidade Federal Fluminense	R\$ 1.838.774,76
2010	SP	RESTAURAÇÃO, CATALOGAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE PLANTAS, MAPAS E FOTOGRAFIAS DO FUNDO CARLOS LEÔNCIO MAGALHÃES	Universidade Federal de São Carlos	R\$ 913.070,16
2010	TO	A PRODUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA, ATRAVÉS DOS ACERVOS DA CÚRIA E DO MUSEU HISTÓRICO E CULTURAL DE PORTO NACIONAL	Universidade Federal do Tocantins	R\$ 863.970,16

19. PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE: PREMIADOS – 2000-2010

ANO	UF	CATEGORIA	VENCEDOR	AÇÃO PREMIADA
2000	SP/ RJ/ MG	APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO	INSTITUTO MOREIRA SALLES	Formação e organização de acervos fotográficos, literários, cinematográficos, de artes plásticas e de música popular brasileira, visando a sua preservação e a disponibilização para o público.
2000	TO	DIVULGAÇÃO	SECRETARIA DA CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	Projeto Conhecendo e Preservando as Culturas Indígenas do Tocantins, realização de documentário videográfico para utilização em sala de aula.
2000	SP	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA USP	<i>Dossiê MAE – Guia temático para professores</i> , série de guias para o público escolar, visando à melhoria da qualidade da relação museu/ escola.
2000	PE	INVENTÁRIO DE ACERVOS E PESQUISA	DINARA HELENA PESSOA (RECIFE)	Produção e divulgação do CD <i>Pastoril: Viva o Cordão Azul! Viva o Cordão Encarnado!</i> , complementado por vídeo, resultado de dez anos de pesquisa com grupos de pastoril religioso, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas.
2000	MG	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	CENTRO CULTURAL PRÓ-MÚSICA JUIZ DE FORA	Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, encontros de musicologia histórica, gravação de CDs, restauração de partituras e instrumentos musicais, e edição de livros.
2000	AP	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	JOSÉ MARIANO KLAUTAU DE ARAÚJO E DULA MARIA BENTO DE LIMA	Escola Bosque do Amapá, pela formação de alunos de 32 comunidades do arquipélago do Baileque do início da vida escolar até o ensino profissionalizante.
2001	SE	APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO	PETROBRAS	Patrocínio à implantação do Museu de Arqueologia de Xingó, uma parceria da Universidade Federal de Sergipe com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, para o desenvolvimento de pesquisa na área da Antropologia.
2001	CE	DIVULGAÇÃO	SESC – JUAZEIRO DO NORTE	SesCordel Novos Talentos, estímulo à produção da literatura de cordel e da xilogravura, apoiando o surgimento de novos poetas e a circulação desse veículo de comunicação.
2001	GO	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	SUBSECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS	Projeto Viva e Reviva Goiás, que atingiu 7 971 alunos e 382 professores de escolas municipais, estaduais e particulares, e integrou a campanha em favor da elevação da cidade de Goiás a Patrimônio Mundial.
2001	GO	INVENTÁRIO DE ACERVOS E PESQUISA	INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA, DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	Pela qualidade e caráter científico de seu Acervo Audiovisual, composto de registros sonoros e 100 mil imagens de 61 sociedades indígenas brasileiras, de abrangência nacional e internacional.
2001	CE	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL	Oficina Escola de Artes e Ofícios de Sobral por capacitar jovens como mão de obra especializada em conservação e restauro, fortalecendo sua condição de cidadãos atuantes.
2001	GO	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	SR. BINÔMIO DA COSTA LIMA DE JATAÍ, GOIÁS	Exemplo de vida e trabalho dedicados ao estudo e preservação do bioma Cerrado e pela iniciativa pessoal de apoio a universidades e instituições na divulgação da importância do patrimônio natural e arqueológico brasileiro.
2002	MG	APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO	INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS-IEPHA	Programa de Municipalização do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, que estabelece e implementa políticas públicas de proteção aos bens culturais dos municípios mineiros, utilizando recursos do ICMs, conforme previsto na Lei Estadual nº 13.803/00.
2002	BA	DIVULGAÇÃO	INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA – IRDEB	Série <i>Bahia Singular e Plural</i> , divulgada na rede nacional de emissoras educativas, registra em vídeos e CDs mais de 450 horas de sons e imagens de 320 manifestações de 82 municípios e o trabalho de 7 mil artistas anônimos da Bahia.
2002	AP	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAPÁ	Projeto de Educação Patrimonial da Fortaleza de São José de Macapá, que, desde 1997, proporciona aos estudantes, professores e à comunidade, informações e atividades relacionadas à história do monumento, visando sua preservação.
2002	MG	INVENTÁRIO DE ACERVOS E PESQUISA	FUNDAÇÃO CULTURAL DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA	Acervo da Música Brasileira – restauração e difusão de partituras, que resgata obras musicais de autores brasileiros do século XVII ao século XX e as divulga por meio de CDs, concertos, programas culturais e livros de partituras, também acessíveis pela Internet.
2002	MG	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS	Projeto Preservação do Patrimônio Cultural de Catas Altas, que reúne importante conjunto de ações, abrangendo a restauração de bens móveis e imóveis, inventário, revitalização e educação patrimonial.
2002	MS	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	PAULO BOGGIANI	Plano de Manejo e Avaliação de Impacto Ambiental de Visitação Turística das Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida de Bonito, realizado nos últimos cinco anos por uma ampla equipe de trabalho, com o objetivo de ordenar a visitação e servir de exemplo às inúmeras cavernas existentes no país.

2003	PR	APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO	SECRETARIA DE CULTURA DA CIDADE DE LONDRINA	Programa Municipal de Incentivo à Cultura, por meio da Lei nº 8984/02, que estabeleceu o Fundo Especial de Incentivo à Cultura, com o objetivo de viabilizar economicamente a produção cultural do município.
2003	RS	DIVULGAÇÃO	<i>APLAUSO</i> - CULTURA EM REVISTA	Projeto Uma História a Proteger, que apresentou uma série de reportagens em doze edições da Revista <i>Aplauso</i> , sobre alguns dos prédios mais significativos da antiga arquitetura e da história rio-grandenses. A empresa Votoran, ligada à construção e preservação, deu apoio financeiro.
2003	MG	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	CONSELHO DE CRIANÇAS PARA A PRESERVAÇÃO DO HOMEM, DO AR, DAS ÁGUAS, DAS MATAS, DOS ANIMAIS E DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO INSTITUTO ESTHER VALÉRIO, PITANGUI	Projeto de Adoção da Capela de São Francisco e Proteção às Minas dos Bandeirantes – esse conselho envolve crianças de 7 a 14 anos e procura mobilizar outros jovens a discutir com as autoridades problemas relativos ao patrimônio cultural e natural de Pitangui.
2003	PA	INVENTÁRIO DE ACERVOS E PESQUISA	MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	O Pensamento Magüta nos Meios Digitais, idealizado e coordenado pela pesquisadora Priscila Faulhaber Barbosa. Pesquisa realizada no acervo do museu com peças utilizadas no ritual de puberdade do povo Ticuna e que resultou na produção do CD-ROM <i>Magüta Aru Inü. Jogo de Memória: Pensamento Magüta</i> , com textos, imagens, vídeo, animações, palavras e cantos.
2003	AL	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	ADRIANA GUIMARÃES DUARTE E JOSEMARY PASSOS FERRARE	Projeto de restauração do Museu Théo Brandão, construído em Maceió no final do século XIX. O acervo doado pelo folclorista alagoano reúne expressões artísticas e populares, do Brasil e do exterior. A restauração resultou da parceria da Universidade Federal de Alagoas com a Caixa Econômica Federal e a sociedade.
2003	MG	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO ALTO RIO GRANDE	Criação do Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio, em Andreândia. O Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande foi formado, em 1986, a partir da mobilização de um grupo de amigos para que as pinturas rupestres da Serra – cerca de 650 figuras – fossem pesquisadas, documentadas e preservadas. O Parque Arqueológico, resultado de uma campanha realizada pelo núcleo com a parceria da população e do comércio, foi declarado Reserva Particular do Patrimônio Natural pelo Ibama em outubro de 2001. É aberto à visitação e conta com o reconhecimento da comunidade científica.
2004	PA	APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO	SOL INFORMÁTICA LTDA.	Campanha Por Amor a Belém, em parceria com a Prefeitura. Desde 1998, a empresa envolve a população na busca de recursos para financiar a recuperação de logradouros públicos sugeridos pela própria comunidade. O objetivo é mostrar ao cidadão que não cabe apenas ao governo gerir esses espaços. A Praça Batista Campos é uma das restaurações já realizadas.
2004		DIVULGAÇÃO	THYDÊWÁ – ESPERANÇA DA TERRA	Projeto Índios na Visão dos Índios. A Thydêwá é uma organização não governamental que reúne índios e não índios e trabalha com projetos sociais, educativos e culturais. A organização já realizou sete volumes da coleção Índios na Visão dos Índios, visando resgatar, preservar e divulgar as culturas indígenas das nações Kariri-Xocó (Alagoas); Pankararu, Fulni-ô e Truká (Pernambuco); Kiriri, Tumbalalá e Tupinambá (Bahia). Dos 21 mil livros editados, 30% foram doados a instituições de ensino público e 70% gerenciados pelas próprias comunidades.
2004	MG	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE	Produção e distribuição do vídeo-documento <i>Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte</i> . Realizado com benefícios da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e patrocínio do Hospital Mater Dei, com o objetivo de difundir e valorizar as possibilidades de pesquisa no arquivo e torná-lo conhecido da população. É distribuído gratuitamente para escolas municipais, estaduais, particulares e instituições culturais. Tem caráter didático e original, mostrando a importância da preservação de acervos ao fazer um paralelo com a vida de uma pessoa, documentada por sua família desde o nascimento.
2004	SP	INVENTÁRIO DE ACERVOS E PESQUISA	ALEXANDRE PENEDO – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Trabalho Móveis Artísticos Z, documenta a obra do designer Zanine Caldas. Resultado das pesquisas do autor para sua dissertação de mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos, da USP, a ação inventaria os móveis produzidos na fábrica de Zanine, entre 1948 e 1961, quando foi destruída por um incêndio, em São José dos Campos. Em abril de 2003, a pedido de Alexandre Penedo, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural de São José dos Campos aprovou o tombamento do conjunto da obra da Móveis Artísticos Z.
2004	SP	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	Restauração da Casa de Dona Yayá, na cidade de São Paulo, para abrigar o Centro de Preservação Cultural, onde são realizadas atividades de cultura e extensão universitária. A casa foi transferida para a USP em 1961, após o falecimento de sua proprietária, e passou por várias reformas, de acordo com os tratamentos médicos prescritos para a doença de dona Yayá, configurando-a em exemplar único das práticas sociais e dos modos de construir e morar ao longo do século XX.

2004	MG	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TIRADENTES	Ação Serra de São José – Um Patrimônio Natural. O Corpo de Bombeiros Voluntários é integrado por donas de casa, jardineiros, carpinteiros, pedreiros, professores, mestres de obra, etc., preocupados com a preservação das riquezas naturais da região. Atua nos municípios que compõem a Área de Proteção Ambiental – Tiradentes, Prados, Coronel Xavier Chaves, São João del-Rei e Santa Cruz de Minas –, formada por ecossistemas variados, como mata Atlântica, campos rupestres e Cerrado. A ação começou em 1992 para impedir os incêndios contínuos na serra. O grupo adquiriu equipamentos e se preparou tecnicamente, obtendo recursos por meio de doações e campanhas organizadas pelos voluntários. Além do combate ao fogo, os voluntários realizam atividades de prevenção e educação, e incentivam a criação de grupos similares.
2005	SP	APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO	ASSOCIAÇÃO PRÓ-REFORMA DE BANANAL	Por seus quatro anos de trabalho voluntário, sob a coordenação de Luiz Gonzaga Silva – o seu Lulu –, visando à recuperação do Sobrado Aguiar Valim e a revalorização do centro da cidade.
2005	RS	DIVULGAÇÃO	FERNANDO ROVEDA – ANTÔNIO PRADO	Projeto Memória & Identidade: Antônio Prado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que reúne instrumentos de apoio à visita ao patrimônio cultural tombado do município.
2005	MA	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL FUNDAÇÃO BRADESCO DE PINHEIRO	Ação Redescobrimdo e Valorizando a História de Pinheiro: um Compromisso com a Cidadania, com alunos da 1ª série do Ensino Médio, a partir da interatividade com o Centro de Convivência dos Idosos, visando valorizar e preservar a cultura do lugar.
2005	RJ	INVENTÁRIO DE ACERVOS E PESQUISA	PROJETO PORTINARI – RIO DE JANEIRO	Publicação de <i>Candido Portinari: Catálogo Raisonné</i> , o primeiro abrangendo a obra completa de um artista brasileiro. Editado em cinco volumes, com 2 046 páginas, reproduz em cores 4 991 pinturas, desenhos e gravuras e contém uma cronobiografia detalhada da vida, obra e época do artista, acompanhada de um CD-ROM.
2005	SP	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	PEDRO PAULO DE MELO SARAIVA ARQUITETOS ASSOCIADOS – SÃO PAULO	Projeto Requalificação e Restauro do Mercado Municipal Paulistano, construído entre 1926 e 1933, projeto do Escritório Técnico Ramos de Azevedo. A obra integra o programa municipal de requalificação de bairros centrais.
2005	AC	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS DO CAZUMBÁ	Criação da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, área de 750 mil hectares de floresta, que seria transformada em empreendimento agrícola e de exploração predatória de madeira
2005	RJ	SALVAGUARDA DE BENS DE NATUREZA IMATERIAL	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ – RIO DE JANEIRO	Criação da Rede Memória da Maré por moradores e ex-moradores da antiga favela e hoje bairro do Rio de Janeiro, que busca registrar, preservar e divulgar a história do local por meio de um conjunto de programas nas áreas da educação, cultura e comunicação, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva.
2006	RS	APOIO INSTITUCIONAL E/OU FINANCEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, com o objetivo de preservar o legado cultural representado pelos 12 prédios históricos da universidade. Por meio de campanha na mídia foram captados mais de 12 milhões de reais, obtidos entre as grandes empresas e, principalmente, junto à comunidade acadêmica e à sociedade. Até 2005 seis prédios já foram restaurados.
2006	SP	DIVULGAÇÃO	CENPEC – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA	Projeto Terra Paulista: Histórias, Arte, Costumes, que oferece um painel amplo e detalhado sobre a formação de São Paulo, tornando público o acervo do legado das artes, das tradições e do cotidiano paulista que contribuíram para o desenvolvimento do estado até meados do século XX.
2006	MS	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	Ação Educação Patrimonial no Alto Paraná, Mato Grosso do Sul: Socialização do Conhecimento Arqueológico, que busca divulgar, por meio de folhetos, gibis, jogos de quebra-cabeça e livros, o conhecimento sobre o legado arqueológico do Mato Grosso do Sul, com a finalidade de preservá-lo.
2006	PR	PESQUISA E INVENTÁRIO DE ACERVOS	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ	<i>Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes Livres e Escravos</i> , que tem como objetivo recuperar a riqueza e a diversidade populacional paranaense, por meio de documentos referentes aos africanos e descendentes que vieram ao Paraná no final do século XIX.
2006	RJ	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS-CONARQ/ ARQUIVO NACIONAL	Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro – Preservar para dar acesso. Aprovada em 2004, tem o objetivo de conscientizar e ampliar a discussão sobre o legado cultural em formato digital, que sofre risco de desaparecimento e falta de confiabilidade. Manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.

2006	MT	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	ZANETTINI ARQUEOLOGIA S/S LTDA.	Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História de Vila Bela da Santíssima Trindade, que há cinco anos desenvolve extenso cadastro e resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural de Vila Bela. Já foram identificados mais de sessenta sítios arqueológicos e históricos, entre os quais aldeias indígenas, os primeiros arraiais de mineração, quilombos, postos e destacamentos militares, além de vilarejos erguidos e abandonados no período colonial.
2006	PA	SALVAGUARDA DE BENS DE NATUREZA IMATERIAL	ANA VILACY MOREIRA GALUCIO, DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	Projeto Documentação da Língua Puruborá, contribuição para a salvaguarda do Patrimônio Linguístico e também para o resgate dos seus conhecimentos tradicionais.
2007	MS	APOIO INSTITUCIONAL E/OU FINANCEIRO	INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO – CORUMBÁ	Programa Escola de Artes Moinho Cultural Sul-Americano, que utiliza a dança, a música e a gastronomia como instrumentos para a construção e o exercício da cidadania. Atende crianças brasileiras e bolivianas, e suas famílias, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
2007	CE	DIVULGAÇÃO	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ, FORTALEZA	Espaço de educação e divulgação da história, da memória e do patrimônio cultural cearense, o Museu do Ceará atua também como centro de pesquisas. Suas publicações – Coleção Outras Histórias e Cadernos Paulo Freire – são distribuídas gratuitamente para museus, escolas, bibliotecas e organizações não governamentais
2007	SC	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE – MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE	Projeto de Atendimento Educativo 2º, 3º e 4º Ciclos, que atende as escolas circunvizinhas aos sítios arqueológicos localizados nas áreas urbanas, em situação de alta vulnerabilidade. O objetivo é divulgar a existência da ocupação pré-colonial na cidade e buscar transformar alunos e professores em agentes de preservação do patrimônio cultural.
2007	RS	PESQUISA E INVENTÁRIO DE ACERVOS	ESTER JUDITE BENDJOUYA GUTIERREZ – PELOTAS	Diretrizes para a Área de Especial Interesse Cultural – Sítio Charqueador Pelotense, que resgata a memória das charqueadas em Pelotas e aponta as linhas gerais para integrar os remanescentes do Sítio ao plano de ordenamento físico-espacial do município, como forma de preservá-lo.
2007	GO	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	SOCIEDADE DOS AMIGOS DE PIRENÓPOLIS	A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Pirenópolis, construída no século XVIII, foi destruída por grave incêndio em 2002 e foi restaurada ao longo de três anos. Em março de 2006, o templo renasceu graças à harmoniosa convivência entre técnicos e operários no canteiro aberto à comunidade.
2007	CE	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA – CRATO	GeoPark Araripe, que se propõe a promover a proteção e a preservação da memória da terra e da evolução da vida, bem como a educação científica, a pesquisa, a fruição e o desenvolvimento sustentável das comunidades em sua área, entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. É o único do hemisfério sul incluído na rede mundial de GeoParks, instituída pela Unesco.
2007	PA	SALVAGUARDA DE BENS DE NATUREZA IMATERIAL	MOVIMENTO DE VANGUARDA DA CULTURA ICOARACI, BELÉM	Projeto A Memória na Fala dos Mestres de Cultura de Icoaraci, que identificou e registrou em vídeo e livro as manifestações da cultura popular do distrito de Icoaraci, com destaque para a reprodução do artesanato marajoara e tapajônico, os cordões de pássaros e de bichos, os bois-bumbás e as festas de santos, visando à salvaguarda do rico patrimônio imaterial amazônico.
2008	MT	APOIO INSTITUCIONAL E/OU FINANCEIRO	INSTITUTO DE PESQUISA ETNOAMBIENTAL DO XINGU-IPEAX – CANARANA	Projeto Patrimônio Indígena, História de Nossa Gente: Resgatando a Memória, as Tradições e os Lugares Sagrados, que pretende recuperar as áreas que ficaram fora do Parque Indígena do Xingu, para manter vivas suas tradições, como o Kuarup, sua fala e sua cultura.
2008	MG	DIVULGAÇÃO	FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS DO VALE DO JEQUITINHONHA-FECAJE – ARAÇUAÍ	Festivale que, desde 1991, reúne os Grupos de Cultura Popular – o Maior Patrimônio do Vale do Jequitinhonha, a cada ano acontece em uma cidade.
2008	MG	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM	Programa de Educação Patrimonial: Por Dentro da História, que promove a sensibilização dos alunos das escolas municipais para o reconhecimento de seus referenciais simbólicos e a preservação do patrimônio cultural, por meio de um processo constante de participação social.
2008	PI	PESQUISA E INVENTÁRIO DE ACERVOS	OLAVO PEREIRA DA SILVA FILHO – TERESINA	<i>Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí</i> , trabalho desenvolvido pelo arquiteto piauiense ao longo de quarenta anos, que reúne em três publicações documentação iconográfica, pesquisas, relatos e análises sobre a origem e a evolução das cidades piauienses nos séculos XVIII, XIX e XX.
2008	RS	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS MOINHOS DO VALE DO TAQUARI – ILÓPOLIS	Conjunto Arquitetônico Museu do Pão, que tem como peça principal o Moinho Colonial Colognese, construído em madeira no início do século passado, que voltou a funcionar e a produzir farinha, promovendo a valorização da culinária e dos costumes tradicionais da região.

2008	RS	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	JOSÉ JERUNDINO MACHADO ITAQUI – SANTA MARIA	A criação dos Parques Paleontológicos Integrados da Quarta Colônia tem como objetivo a valorização da região central do Rio Grande do Sul, por meio do incentivo à pesquisa, da divulgação da riqueza paleontológica como alternativa econômica e da promoção do turismo científico.
2008	PE	SALVAGUARDA DE BENS DE NATUREZA IMATERIAL	FUNDAÇÃO PADRE JOÃO CÂNCIO – SALGUEIRO	Projeto O Vaqueiro da Caatinga e sua Diversidade Cultural, que reúne diversas ações de salvaguarda da rica e variada cultura das populações da caatinga e do vaqueiro nordestino, com o registro de seus saberes, fazeres e celebrações.
2009	PB	APOIO INSTITUCIONAL E/OU FINANCEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA	Programa Integrado de Preservação do Patrimônio Cultural de João Pessoa, no âmbito da Coordenadoria de Proteção dos Bens Históricos e Culturais, criada em junho de 2008, que tem a missão de coordenar as políticas públicas de preservação cultural do município.
2009	PE	DIVULGAÇÃO	THYDÊWÁ	O portal Índios On-Line: www.indiosonline.org.br , realizado pelos indígenas de sete nações – Tupinambá, Kiriri, Pataxó Hãhãhã e Tumbalalá, na Bahia, Kariri-Xocó e Xucuru-Kariri, em Alagoas e Pankararu, em Pernambuco – que visa a fortalecer e a divulgar sua cultura.
2009	DF	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	TRÍADE – PATRIMÔNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO	O Circuito Educativo BrasíliaAthos, destinado a alunos da rede pública do Distrito Federal, promove visitas às obras de Athos Bulcão, artista plástico associado à identidade visual de Brasília, contribuindo na formação de pequenos cidadãos corresponsáveis pela preservação da cidade.
2009	MS	PESQUISA E INVENTÁRIO DE ACERVOS	ARQUITETO NIVALDO VITORINO	A ação Em Busca do Acervo Perdido refere-se aos dois anos de pesquisas realizadas junto à comunidade pantaneira e a diversos grupos e instituições para a elaboração do projeto museográfico do Museu de História do Pantanal, instalado na Casa Wanderley & Baís, na cidade de Corumbá-MS.
2009	MG	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	PROMOTORA ESTADUAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO – MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS	Projeto de Recuperação de Peças Sacras alia tecnologia, estratégia e articulação com outras instâncias de proteção, com a finalidade de combater o comércio ilícito de bens culturais e contribuir para o resgate do patrimônio cultural brasileiro.
2009	RS	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	PROFESSOR, PESQUISADOR E PADRE JESUÍTA PEDRO IGNÁCIO SCHMITZ	O conjunto de sua obra, de mais de cinquenta anos, abrange a teoria, a prática e o ensino da Arqueologia. É um dos criadores do Instituto Anchieta de Pesquisas de Inútils, em São Leopoldo. Trabalha com populações indígenas e missões religiosas na América Latina.
2009	PE	SALVAGUARDA DE BENS DE NATUREZA IMATERIAL	MESTRE ZÉ DE BIBI (JOSÉ EVANGELISTA DE CARVALHO)	O Sítio Histórico do Cavalo-Marinho, localizado em Glória do Goitá, cidade da Zona da Mata do estado de Pernambuco, abriga um grupo cultural, criado em 1962, e o Museu do Cavalo-Marinho, com um acervo de peças que retratam essa brincadeira popular, que reúne teatro, música, dança e poesia.
2010	MS	APOIO INSTITUCIONAL E/OU FINANCEIRO	10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, BELA VISTA	Organização do Exército brasileiro, que é responsável pela manutenção do Parque Histórico Colônia Militar dos Dourados, localizado no município de Antônio João, sítio histórico que abriga um rico acervo sobre a Guerra do Paraguai.
2010	MG	DIVULGAÇÃO	INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS-IEPHA	A realização da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, com sua primeira edição em setembro de 2009, reuniu agentes culturais e instâncias de governo na organização e promoção de mais de 1 500 eventos culturais em 474 municípios mineiros.
2010	PR	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	DIRETORIA DE PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DA PREFEITURA DE LONDRINA	O Projeto Educação Patrimonial, realizado desde 2005, tem o objetivo de valorizar as identidades e memórias que compõem o patrimônio cultural londrinense, por meio de metodologia, atividades e produtos desenvolvidos para subsidiar os professores da rede pública e agentes culturais.
2010	MG	PESQUISA E INVENTÁRIO DE ACERVOS	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ESCOLA GUIGNARD, BELO HORIZONTE	A organização do Acervo Artístico Museológico da Escola Guignard, da Universidade Estadual de Minas Gerais, preserva documentos, objetos pessoais, desenhos, pinturas, mobiliário, fotografias, cadernos de estudos e outros, do fundador da escola, Alberto da Veiga Guignard.
2010	BA	PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	ASSOCIAÇÃO VIVA SAVEIRO – SALVADOR	A Preservação dos Saveiros de Vela de Içar da Baía de Todos os Santos, ação iniciada de forma voluntária para conter o desaparecimento dessa embarcação, possibilitou o restauro total de quatro barcos, entre 2006 e 2009, e sua reinserção na cadeia produtiva da sociedade.
2010	RJ	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO	INSTITUTO DE PESQUISA E MEMÓRIA PRETOS NOVOS-IPN DO RIO DE JANEIRO	A ação Sítio Arqueológico se refere aos estudos, pesquisas e atividades de divulgação e preservação da memória do Cemitério dos Pretos Novos, descoberto pelo casal Petrucio e Merced Guimarães por ocasião da reforma de sua casa em 1996, no bairro da Gamboa, zona portuária do Rio antigo.
2010	BA	SALVAGUARDA DE BENS DE NATUREZA IMATERIAL	ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL UMBIGADA, NA BAHIA	O objetivo da ação Sons de Canudos é assegurar a continuidade das tradições existentes no sertão da Bahia, por meio da valorização de sua cultura popular e suas expressões musicais.

20. PRÊMIO SÍLVIO ROMERO: PREMIADOS – 2000-2010

ANO	PREMIADOS
2000	1º prêmio – <i>A história do feiteiro Juca Rosa</i>: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial, de Gabriela dos Reis Sampaio 2º prêmio – <i>Sentimentos modernistas</i>: as cores do Brasil na correspondência entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade, de Sílvia Ilg Byington 1ª menção honrosa – <i>Marchas na história</i>: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayes, de Eudes Fernando Leite 2ª menção honrosa – <i>Águas encantadas de Chacororé</i>: paisagens e mitos do Pantanal, de Mário Cezar Silva Leite 3ª menção honrosa – <i>A Festa do Divino</i>: romanização, patrimônio & tradição em Pirenópolis (1890-1988), de Mônica Martins da Silva
2001	1º prêmio – <i>O rosário de um congado nas Gerais</i>, de Patrícia de Araújo Brandão Couto 2º prêmio – <i>O espetáculo do boi-bumbá</i>: folclore, turismo e as múltiplas alteridades em Parintins, de José Maria da Silva 1ª menção honrosa – <i>Viver é perigoso</i>: magia, saberes e cura nas rezas populares brasileiras, de Eduardo Basto de Albuquerque 2ª menção honrosa – <i>As mulheres do pássaro da noite</i>: pajelança e feitiçaria na região do Salgado (nordeste do Pará), de Gisela Macambira Villacorta 3ª menção honrosa – <i>O meio do mundo</i>: a construção do espaço sagrado em Juazeiro, de Francisco Régis Lopes Ramos
2002	1º prêmio – <i>A saliva da fala</i>: notas sobre a poética do Congado, de Edmilson de Almeida Pereira 2º prêmio – <i>Patativa do Assaré</i>: a trajetória de um canto, de Luiz Tadeu Feitoso 1ª menção honrosa – <i>O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio</i>: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872, de Marcelo Mac Cord 2ª menção honrosa – <i>De pés de parede a festivais</i>: um estudo de caso sobre o repente nordestino na Grande São Paulo, de Gustavo Magalhães Lopes 3ª menção honrosa – <i>Viva Pareia! A arte da brincadeira ou a beleza da safadeza – Uma abordagem antropológica da estética do Cavalo-Marinho</i>, de Maria Acseirad
2003	1º prêmio – <i>Arcanos do verso: trajetórias da Tipografia São Francisco em Juazeiro do Norte, 1926-1982</i>, de Rosilene Alves de Melo 2º prêmio – <i>A voz em performance</i>: uma abordagem das narrativas e versos da cultura oral pantaneira, de Frederico Augusto Garcia Fernandes 1ª menção honrosa – <i>Na jornada de Santos Reis</i>: uma etnografia da Folia de Reis do Mestre Tachico, de Wagner Neves Diniz Chaves 2ª menção honrosa – <i>Oralidades, corpos, memória – Performance de contadores e contadoras de “causos” da campanha do Rio Grande do Sul</i>, de Luciana Hartmann 3ª menção honrosa – <i>Os ranchos pedem passagem</i>: o carnaval no Rio de Janeiro no começo do século XX, de Renata de Sá Gonçalves
2004	1º prêmio – <i>Por um Inventário dos Sentidos – Mário de Andrade e a concepção de inventário</i>, de Antônio Gilberto Ramos Nogueira 2º prêmio – <i>Modernidade religiosa entre tamboreiros de Nação</i>: concepções e práticas musicais em uma tradição percussiva do extremo sul do Brasil, de Reginaldo Gil Braga 1ª menção honrosa – <i>Sem (Vi)eira nem beira – Uma história do Zé Pereira da Chácara (Mariana-MG, 1960-2002)</i>, de Newton Cardoso Júnior 2ª menção honrosa – <i>Travessa dos Venezianos – Patrimônio histórico e identidade cultural</i>, de Aline Sapiezinskas 3ª menção honrosa – <i>De capadócios das ruas a agentes culturais – Um ensaio de História Social sobre os capoeiras na Bahia (Salvador, 1912-1937)</i>, de Josivaldo Pires de Oliveira
2005	1º prêmio – <i>Cordel e Cinema</i>: Relações Dialógicas, de Sylvia Regina Bastos Nemer 2º prêmio – <i>Brinquedo de Cura – Um Estudo sobre a Pajelança Maranhense</i>, de Gustavo de Britto Freire Pacheco 1ª menção honrosa – <i>De sertaneja a folclórica</i>: a trajetória das Coleções Regionais do Museu Nacional – 1920/1950, de Carla da Costa Dias 2ª menção honrosa – <i>Signum, sinos e toques</i>: da magia do som metálico aos campanários ouro-pretanos, de Fábio César Montanheiro 3ª menção honrosa – <i>Será que dá samba? Mudança, Gilberto Gil e Patrimônio Imaterial no Ministério da Cultura</i>, de Rívia Ryker Bandeira de Alencar
2006	1º prêmio – <i>Jongueiros de Tamandaré</i>: devoção, memória e identidade social no ritual do jongo em Guaratinguetá (SP), de Wilson Rogério Penteado Júnior 2º prêmio – <i>Transformações do popular na cultura contemporânea</i>: tradição e inovação no Recife dos anos 90, de Anna Paula de Oliveira Mattos Silva 1ª menção honrosa – <i>O Brasil em discos: nacionalidade e autenticidade cultural na produção da gravadora Marcus Pereira</i>, de João Miguel Sautchuk 2ª menção honrosa – <i>Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e os estudos de folclore no Brasil</i>: uma análise de sua trajetória na Escola Nacional de Música (1932-1947), de Pedro de Moura Aragão 3ª
2007	1º prêmio – <i>Vitrola paulistana</i>: discos a todos os preços na São Paulo dos anos 30, de Camila Koshiba Gonçalves 2º prêmio – <i>Rituais do Candomblé</i>: uma inspiração para o trabalho criativo do ator, de Luciana Saul 1ª menção honrosa – <i>A coleção Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e os estudos de folclore no Brasil</i>, de Cecília de Mendonça 2ª menção honrosa – <i>Modernizar o passado</i>: Movimento Mangue e a antropofagia revisada, de Arthur Coelho Bezerra 3ª menção honrosa – <i>Caminhos e ruídos da fê</i>, de Valéria Leite de Aquino.
2008	1º prêmio – <i>A bandeira e a máscara</i>: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas Falias de Reis, de Daniel Bitter 2º prêmio – <i>Palavras sem fronteira</i>: tradições orais e performance nos limites do Brasil, de Luciana Hartmann 1ª menção honrosa – <i>Um bocadinho de cada coisa</i>: a escuta singular de Pixinguinha, de Virgínia de Almeida Bessa 2ª menção honrosa – <i>Os irmãos Pirids</i>: a gramática moral de uma lenda contemporânea, de Giulie Adriana Vieira da Mata 3ª menção honrosa – <i>Explosão de xunim</i>, de Eduardo Pires Rosse
2009	1º prêmio – <i>A semântica do intangível</i>: considerações sobre o registro do ofício de panela de Espírito Santo, de Lucieni de Menezes Simão 2º prêmio – <i>A escrita do folclore em Goiás</i>: uma história de intelectuais e instituições (1940-1980), de Mônica Martins da Silva 1ª menção honrosa – <i>Maçambiques, quicumbis e ensaios de promessa</i>: um reestudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil, de Luciana Prass 2ª menção honrosa – <i>A poética do improvisador</i>: prática e habilidade no repente nordestino, de João Miguel Manzolillo Sautchuck 3ª menção honrosa – <i>O Sopapo e o Cabobu</i>: etnografia de uma tradição percussiva no extremo sul do Brasil, de Mario de Souza Maia
2010	1º prêmio – <i>O centauro e a pena</i>: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas, de Jocelito Zalla. 2º prêmio – <i>Significações sociais, culturais e simbólicas na trajetória da Banda de Pífãos de Caruaru e a problemática histórica do estudo da cultura de tradição oral no Brasil (1924-1939)</i>, Cristina Velha 1ª menção honrosa – <i>Os negros do Rosário</i>: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009), de Fernanda Pires Rubião. 2ª menção honrosa – <i>O sexto sentido do pesquisador</i>: a experiência etnográfica de Edison Carneiro, de Ana Carolina Carvalho de Almeida Nascimento. 3ª menção honrosa – <i>A gente não esquece porque a gente sabe o que vai dizer</i>: uma etnografia da cantoria de pé de parede da zona da Mata de Pernambuco, de Simone da Conceição Silva.

AÇÕES DE FOMENTO A ATIVIDADES ECONÔMICAS VINCULADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL

21. PROMOART: AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS COMUNIDADES – 2009-2010

ALAGOAS	AÇÕES REALIZADAS	PARCEIROS
CERÂMICA DE LAGOA DA CANOA	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; participação em feiras; catálogo; etiqueta e embalagem; produção de filme de divulgação	
RENDA DE MARECHAL DEODORO	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; aquisição de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; catálogo; etiqueta e embalagem; folder; produção de filme de divulgação	Sede de Cultura de Marechal Deodoro
CERÂMICA DE MUQUÉM	Participação em feiras; catálogo; etiqueta e embalagem; folder; produção de filme de divulgação	
BORDADO BOA-NOITE DA ILHA DO FERRO	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; aquisição de matéria-prima; Sala do Artista Popular e exposições com venda; catálogo; etiqueta e embalagem; produção de filme de divulgação	Cooperativa Art-Ilha – Ilha do Ferro
AMAZONAS		
TRANÇADOS EM FIBRAS E ENTALHES DE MADEIRA DE NOVO AIRÃO	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; Sala do Artista Popular e exposições com venda; participação em feiras; etiqueta e embalagem; logotipo; folder; produção de filme de divulgação	
BAHIA		
CERÂMICA DE IRARÁ	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; Sala do Artista Popular e exposições com venda; participação em feiras; etiqueta; folder; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Irará
CERÂMICA DE MARAGOGIPINHO	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; Sala do Artista Popular e exposições com venda; participação em feiras; etiqueta; folder; logo; livro; produção de filme de divulgação	
CERÂMICA DE RIO REAL	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; Sala do Artista Popular e exposições com venda; participação em feiras; catálogo; etiqueta; folder; logotipo; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Rio Real
TECELAGEM, BORDADO DE RICHELIEU E FIOS DE CONTAS DE SALVADOR	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; participação em feiras; etiqueta; logotipo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura da Bahia, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural de Salvador, Instituto de Artesanato Visconde de Mauá
CERÂMICA DE BARRA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; participação em feiras; produção de filme de divulgação	
TRANÇADOS DE FIBRA DE ARACI E VALENTE	Oficinas de repasse de saberes; participação em feiras; catálogo; etiqueta e embalagem; folder	
CERÂMICA E TECELAGEM DE ALGODÃO E DE BURITI DE COCOS	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; participação em feiras; catálogo; etiqueta; produção de filme de divulgação	
CEARÁ		
ARTES DE JUAZEIRO DO NORTE	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; catálogo; etiqueta e embalagem; logo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura do Ceará, Centro Dragão do Mar – Fortaleza
GARRAFAS DE AREIA DE ARACATI	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; oficinas de repasse de saberes; catálogo; etiqueta e embalagem; produção de filme de divulgação	Secretaria de Ação Social de Aracati, Secretaria de Cultura do Ceará, Centro Dragão do Mar – Fortaleza
CERÂMICA DE CASCAVEL	Catálogo; etiqueta e embalagem; logo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura do Ceará, Centro Dragão do Mar – Fortaleza
RENDA DE LABIRINTO DE ICAPUÍ	Aquisição de matéria-prima; catálogo; etiqueta e embalagem; logo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura do Ceará, Centro Dragão do Mar – Fortaleza

ESPÍRITO SANTO		
CERÂMICA DE GOIABEIRAS – VITÓRIA	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; catálogo; etiqueta e embalagem; logo	Prefeitura de Vitória
GOIÁS		
MÁSCARAS E BONECOS DE CAVALHADAS DE PIRENÓPOLIS	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes e capacitação; catálogo; etiqueta e embalagem; logo; produção de filme de divulgação	
MARANHÃO		
RENDAS DE BILRO DE BARREIRINHAS	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Estado da Cultura, Sebrae-MA
RENDAS DE BILRO E FILÉ DE RAPOSA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; aquisição de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Estado da Cultura, Sebrae, Instituto de Desenvolvimento do Artesanato Maranhense, Artesanato Solidário
BORDADO DE BUMBA MEU BOI DE SÃO LUÍS	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; aquisição de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Estado da Cultura, Sebrae
MATO GROSSO		
VIOLA DE COCHO DE CUIABÁ	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura do Estado
CERÂMICA DE SÃO GONÇALO	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; folder; produção de filme de divulgação	
TECELAGEM DE VÁRZEA GRANDE	Aquisição de matéria-prima; etiqueta e embalagem; folder; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura do Estado
MATO GROSSO DO SUL		
VIOLA DE COCHO DE CORUMBÁ E LADÁRIO	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; oficinas de repasse de saberes; aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; produção de filme de divulgação	Centro de Viola de cocho, Pontão de Cultura da Viola de Cocho, Instituto Estadual de Florestas
MINAS GERAIS		
TECELAGEM DE BERILO	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; aquisição de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; participação em feiras; catálogo; etiqueta; folder; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Berilo, Prefeitura de Minas Novas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Berilo, Artesanato Solidário, Sebrae
CERÂMICA DE MONTE ALEGRE – TURMALINA	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; catálogo; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Turmalina, Prefeitura de Minas Novas, Sebrae, Artesanato Solidário
CERÂMICA DE SANTANA DO ARAÇUAÍ	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; participação em feiras; catálogo; etiqueta; folder; produção de filme de divulgação	
MOBILIÁRIO DE PALHA DE MILHO E COURO/ INSTRUMENTOS MUSICAIS DE CHAPADA DO NORTE	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; participação em feiras; catálogo; etiqueta; folder; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Chapada do Norte, Prefeitura de Minas Novas, Artesanato Solidário, Sebrae
OBJETOS DE FLANDRES E CESTARIA DE BAMBU – JANUÁRIA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; participação em feiras; aquisição de matéria-prima; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Januária, Centro de Artesanato de Januária, Sebrae, Artesanato Solidário, SESC/MG, Emater-MG, Instituto Estadual de Florestas
UTILITÁRIOS DE MADEIRA – PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; participação em feiras; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Pedras de Maria da Cruz, Artesanato Solidário, Sebrae, Emater-MG, Instituto Estadual de Florestas, Centro de Artesanato de Januária
PARÁ		
BRINQUEDOS DE MERITI – ABAETETUBA	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; oficinas de capacitação, educação ambiental e repasse de saberes; catálogo; etiqueta e embalagem; folder; logotipo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura de Abaetetuba

CERÂMICA DE ICOARACI – BELÉM	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; participação em feiras; etiqueta e embalagem; pôster; logotipo; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura de Belém, Sebrae-PA
FIGURAS DE BALATA – MONTE ALEGRE E BELÉM	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; oficinas de capacitação e repasse de saberes; catálogo; pôster; etiqueta; produção de filme de divulgação	Secretaria de Cultura de Belém, Sebrae-PA, Associação Horto Florestal de Monte Alegre
TRANÇADOS DO ARAPIUNS	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; oficinas de capacitação e repasse de saberes; participação em feiras; catálogo; etiqueta; pôster; livro; criação de marca; produção de filme de divulgação	
CUIAS DE ARITAPERÁ – SANTARÉM	Criação de áreas de manejo de matéria-prima aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficina de capacitação; etiqueta; logotipo; livro; criação de marca; produção de filme de divulgação	
MOBILIÁRIO DOS RIOS TAPAJÓS E ARAPIUNS	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de capacitação e repasse de saberes; participação em feiras; catálogo; pôster; criação de marca; produção de filme de divulgação	
PARÁIBA		
RENDA DE LABIRINTO DE CHÁ DOS PEREIRA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; aquisição de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficina de capacitação; Sala do Artista Popular e exposições com venda; logotipo; produção de filme de divulgação	Programa Artesanato Paraibano, Casa do Artista Popular – João Pessoa, Prefeitura de Ingá
BONECAS DE PANO DE ESPERANÇA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; aquisição de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficina de capacitação; catálogo; pôster; logotipo; produção de filme de divulgação	Casa do Artista Popular – João Pessoa, Prefeitura de Esperança, Programa Artesanato Paraibano, Artesanato Solidário
PERNAMBUCO		
XILOGRAVURAS DE BEZERROS	Sala do Artista Popular e exposições com venda; etiqueta e embalagem; pôster; produção de filme de divulgação	
MAMULENGO DE GLÓRIA DO GOITÁ	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de educação ambiental e capacitação; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	
CERÂMICA DE TRACUNHAÉM	Sala do Artista Popular e exposições com venda; etiqueta; pôster; logotipo; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Glória do Goitá
BRINQUEDOS DE RECIFE	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; oficinas de capacitação e repasse de saberes; catálogo; pôster; logotipo; produção de filme de divulgação	Fundação Gilberto Freire, Fundação Joaquim Nabuco
PIAUI		
CERÂMICA E TECELAGEM DE PEDRO II	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficina de capacitação; Sala do Artista Popular e exposições com venda; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí-Prodart, Sebrae
RENDA DE BILRO DO MORRO DA MARIANA – PARANAÍBA	Aquisição de matéria-prima; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de capacitação e repasse de saberes; catálogo; etiqueta; produção de filme de divulgação	Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí-Prodart, Sebrae
RIO GRANDE DO NORTE		
RENDA DE BILRO DE ALÇAÇUZ – NÍSIA FLORESTA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de capacitação e repasse de saberes; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	Sebrae, Secretaria do Trabalho e Renda do Rio Grande do Norte
SALPICO DE CANA – CAMPO DE SANTANA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	
RENDA DE RENASCENÇA – TIMBAÚBA DOS BATISTAS	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	Sebrae, Secretaria do Trabalho e Renda do Rio Grande do Norte, Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão, Secretaria de Ação Social de Timbaúba dos Batistas
RIO DE JANEIRO		
BARCOS DE MAMANGUÁ – PARATY	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	

SANTA CATARINA		
RENDA DE BILRO DE FLORIANÓPOLIS	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; catálogo; etiqueta e embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	Associação Cultural Polonesa Wiezy Polskie, Casa dos Acores da Ilha de Santa Catarina, Linhas Círculo, Fundação Cultural Franklin Cascaes, Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, União da Juventude Ucrâno-Catarinense
PÊSSANKAS DE IRACEMA – ITAIÓPOLIS	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de capacitação; Sala do Artista Popular e exposições com venda; catálogo; embalagem; logotipo; produção de filme de divulgação	
SÃO PAULO		
MODELAGEM EM BARRO – TAUBATÉ	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficina de capacitação; catálogo; etiqueta; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Taubaté, Artesanato Solidário, Memorial da América Latina, Museu do Objeto Brasileiro
CERÂMICA DO VALE DO RIBEIRA – APIÁI, ITAOCA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; catálogo; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Apiaí, Prefeitura de Itioca, Memorial da América Latina
INSTRUMENTOS MUSICAIS DO FANDANGO CAIÇARA (INCLUSIVE OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ)	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; catálogo; etiqueta e embalagem; produção de filme de divulgação	
SERGIPE		
CERÂMICA DE ITABAIANINHA	Oficinas de repasse de saberes; catálogo; etiqueta e embalagem; pôster; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Itabaianinha, Universidade Federal de Sergipe
RENDA IRLANDESA – DIVINA PASTORA	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; pôster; livro; criação de marca; produção de filme de divulgação	
BORDADOS DE PONTO DE CRUZ, RENDA DE BILRO E REDENDÊ – POÇO REDONDO	Aquisição de matéria-prima; oficinas de capacitação e repasse de saberes; catálogo; etiqueta e embalagem; pôster; logotipo; produção de filme de divulgação	Prefeitura de Poço Redondo, Universidade Federal de Sergipe, Secretaria Estadual do Trabalho
TECELAGEM – AMARGOSA E MALHADINHA	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; aquisição de matéria-prima; oficinas de capacitação e repasse de saberes; etiqueta e embalagem; pôster; logotipo; produção de filme de divulgação	
TOCANTINS		
TRANÇADO DE CAPIM DOURADO DO JALAPÃO: Mateiros, São Félix, Ponte Alta, Novo Acordo, Itacajá	Criação de áreas de manejo de matéria-prima; aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; etiqueta; criação de marca; produção de filme de divulgação	Fundação Natureza do Tocantins, Sebrae, Secretaria de Trabalho, Turismo e Cultura de Mateiros, Prefeitura de Novo Acordo, Instituto Nacional de Patrimônio Intelectual, Instituto População, Sociedade e Natureza – Brasília/DF
POLOS INDÍGENAS		
ARTESANATO WAJÁPI (AP)	Catálogo	Museu do Índio – Funai, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
ARTESANATO TIRIÓ (AP)	Oficinas de repasse de saberes; etiqueta; logotipo	Museu do Índio – Funai
ARTESANATO KUIKURO (MT)	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; oficinas de repasse de saberes	Museu do Índio – Funai
ARTESANATO MAXAKALI (MG)	Aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, mobiliário; oficinas de educação ambiental e repasse de saberes;	Museu do Índio – Funai
ARTESANATO ASURINI (PA)	Oficinas de capacitação e repasse de saberes	Museu do Índio – Funai
ARTESANATO GUARANI (RJ)	Melhoria ou instalação de espaço de produção, de comercialização e de exposição permanente; oficinas de repasse de saberes; catálogo; etiqueta; logotipo	Museu do Índio – Funai



Ministério da
Cultura



